



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1383

Sexta-feira - 06 de Dezembro de 2013

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce	6
Antônio Carlos	6
Arroio Trinta	7
Biguaçu	12
Bom Jesus do Oeste	15
Bom Retiro	15
Braço do Trombudo	16
Caçador	41
Camboriú	70
Campo Alegre	75
Campos Novos	83
Canoinhas	88
Catanduvas	88
Chapadão do Lageado	89
Cocal do Sul	90
Concórdia	90
Coronel Martins	100
Corupá	102
Curitibanos	107
Faxinal dos Guedes	109
Forquilha	111
Fraiburgo	113
Garopaba	286
Garuva	290
Gaspar	297
Grão Pará	364
Herval d'Oeste	364
Ibiam	365
Imbituba	366
Ipumirim	368
Irineópolis	378
Itapiranga	382
Itapoá	383
Jacinto Machado	385
Joaçaba	390
Lages	395
Lauro Muller	396
Lebon Regis	396
Leoberto Leal	396
Lindóia do Sul	399
Luzerna	400
Macieira	401
Mafra	402
Maravilha	402
Marema	402
Massaranduba	403
Meleiro	404
Morro da Fumaça	404
Navegantes	404

Nova Trento	407
Novo Horizonte	407
Palhoça	408
Papanduva	409
Passo de Torres	414
Passos Maia	414
Paulo Lopes	414
Pinheiro Preto	415
Pomerode	418
Porto Belo	418
Porto União	419
Rio do Sul	421
Salto Veloso	425
Santa Rosa do Sul	427
São Bento do Sul	467
São Domingos	467
São José	470
São Lourenço do Oeste	472
Schroeder	476
Serra Alta	495
Timbó	507
Três Barras	511
Tunápolis	514
Vargem Bonita	516
Videira	518
Vitor Meireles	521
Xavantina	521

Consórcios

CIGA	522
CINCO	522

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores
Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800
diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br



07 DE DEZEMBRO

Parabéns, Angelina,
por seus 52 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.





07 DE DEZEMBRO

Parabéns, Barra Velha, por seus 52 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.





07 DE DEZEMBRO

Parabéns, Pinhalzinho, por seus 52 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.





07 DE DEZEMBRO

Parabéns, São José do Cerrito, por seus 52 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.



Água Doce

PREFEITURA

Portaria 263/2013

PORTARIA Nº 263/2013 02 de dezembro de 2013

"REINTEGRAÇÃO AO CARGO DE TÉCNICO AGRÍCOLA EM FUNÇÃO DA TER CESSADO A INCOMPATIBILIDADE DE HORÁRIO DE FUNÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA AO SERVIDOR QUE MENCIONA"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

RESOLVE:

Artigo 1º Reintegrar o servidor Helioberto Marcel Ramos, no cargo efetivo de Técnico Agrícola, matrícula 1245, inscrito no CPF 560.163.879-91, a partir de 02/12/2013.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Água Doce, 02 de dezembro de 2013

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito

ALEXANDER DE CARVALHO FABRO

Diretor do Dpto de RH.

Portaria 264/2013

PORTARIA Nº 264/2013 03 de dezembro de 2013

"CONCEDER LICENÇA LUTO AO SERVIDOR QUE MENCIONA"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder 8 dias consecutivos em razão de falecimento do irmão, a partir de 26/11/2013, conforme art. 63º da Lei complementar nº 015/99, conforme certidão de óbito anexa, ao servidor Jorge Pelicioli, inscrito sob CPF 220.695.269-68, funcionário efetivo no cargo de Operador de Máquina.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 26/11/2013, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 03 de dezembro de 2013

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito

ALEXANDER DE CARVALHO FABRO

Diretor do Dpto de RH.

Aviso de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

PROCESSO LICITATÓRIO 80/2013

DISPENSA DE LICITAÇÃO 6/2013

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento o PROCESSO LICITATÓRIO nº 80/2013, "INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 6/2013", destinado a contratação dos serviços artísticos para apresentação teatral "Auto de Natal" durante evento da Noite Natalina 2013. Processo julgado em consonância com art. 24 Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Água Doce, SC, 06 de dezembro de 2013

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

PROCESSO LICITATÓRIO 81/2013

CONVITE 11/2013

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 81/2013, na modalidade "CONVITE PARA COMPRAS E SERVIÇOS nº 11/2013", do tipo "MENOR POR ITEM", destinado a aquisição de materiais e equipamentos para o Corpo de Bombeiros Militar de Água Doce, o qual será processado e julgado no dia 13 de dezembro de 2013 às 14h00, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Água Doce, SC, 06 de dezembro de 2013

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

Antônio Carlos

PREFEITURA

Decreto Nº 000132/2013

DECRETO Nº 000132/13 de 4 de Dezembro de 2013

Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001416/12 de 11 de Dezembro de 2012.

DECRETA :

Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 5.148,68 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) Art. 1º - orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.13.392.0003.2.016-3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias 915,92

07 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.02 - FUNDO MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.02.20.606.0008.2.035-3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias 4.232,76

Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior

serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Art. 2º -

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.13.392.0003.2.016-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 915,92

07 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.02 - FUNDO MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.02.20.606.0008.2.035-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 4.232,76

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Prefeito Municipal

ANTÔNIO PAULO REMOR

Gabinete do Prefeito Municipal, 4 de Dezembro de 2013

Decreto N° 000133/13

DECRETO N° 000133/13 de 5 de Dezembro de 2013

Abre Crédito Adicional Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento programa de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001416/12 de 11 de Dezembro de 2012.

DECRET :

Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 52.460,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) Art. 1º - orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.361.0002.2.008-3.3.50.00.00.00.00.00 - Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu 52.460,00

Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Art. 2º -

Subtrair excesso de arrecadação 52.460,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Prefeito Municipal

ANTÔNIO PAULO REMOR

Gabinete do Prefeito Municipal, 5 de Dezembro de 2013

Decreto N° 000134/13

DECRETO N° 000134/13 de 5 de Dezembro de 2013

Abre Crédito Adicional Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento programa de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001416/12 de 11 de Dezembro de 2012.

DECRETA :

Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 14.580,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) Art. 1º - orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.361.0002.2.008-4.4.50.00.00.00.00.00 - Transf. a Instituicoes Privadas s/ Fins Lucrativos 14.580,00

Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Art. 2º -

Subtrair excesso de arrecadação 14.580,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Prefeito Municipal

ANTÔNIO PAULO REMOR

Gabinete do Prefeito Municipal, 5 de Dezembro de 2013

Arroio Trinta

PREFEITURA

Lei Complementar N° 1657, de 05/12/2013.

LEI COMPLEMENTAR N° 1657, DE 05/12/2013.

Dispõe sobre atualização da Planta de Valores Genéricos do Município de ARROIO TRINTA – SC (PVGAT), conforme Lei Complementar N° 1077, DE 08/12/2004, para o exercício de 2014, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam atualizadas em 40% para o exercício de 2014 a listagem de valores unitários por metro quadrado de terreno a Tabela I (anexo) e o valor unitário por metro quadrado de construção a Tabela IV (anexo) da Lei Complementar nº 1077, de 08/12/2004.

Art. 2º. Em decorrência da atualização estabelecida no artigo 1º desta Lei Complementar, a listagem e a tabela nele referidas passam a vigorar na forma do disposto no Anexo 1, e a atualização dos setores na forma do disposto no Anexo 2, inclusive, que são partes integrantes desta Lei.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de 01 de Janeiro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de dezembro de 2013.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 05 de dezembro de 2013.

NELSON CAMPAGNIN

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TABELA I

PLANTA GENÉRICA DE VALORES (NOMES DAS RUAS)

MAPA GENÉRICO DE VALORES – IPTU/ITBI					
PLANTA GENÉRICA DE VALORES DE TERRENOS					
VALORES UNITÁRIOS DE METROS QUADRADOS DE TERRENOS					
CÓDIGO	LOGRADOURO	DIST/SETOR	SEÇÃO	Nº QUADRAS	VALOR m2
1	Rua XV de Novembro	01/01	150-X	26 e 40	13,56
1	Rua XV de Novembro	01/01	300-X	40 e 41	13,56
1	Rua XV de Novembro	01/01	450-X	40, 41 e 44	13,56
1	Rua XV de Novembro	01/01	600-X	43 e 44	13,56



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

1	Rua XV de Novembro	01/01	700-X	46 e 47	13,56
1	Rua XV de Novembro	01/01	750-X	46 e 48	13,56
1	Rua XV de Novembro	01/01	800-X	46	13,56
1	Rua XV de Novembro	01/01	1000-X	46 e 48	9,47
2	Rua do Comércio	01/01	50-X	8, 16 e 17	13,56
2	Rua do Comércio	01/01	350-X	9, 12, 17 e 18	13,56
3	Rua Orlando Zardo	01/01	100-D	19	10,80
3	Rua Orlando Zardo	01/01	100-E	12	13,56
3	Rua Orlando Zardo	01/01	200-X	13 e 19	13,56
3	Rua Orlando Zardo	01/01	300-X	13 e 20	13,56
3	Rua Orlando Zardo	01/01	400-X	13 e 20	13,56
3	Rua Orlando Zardo	01/01	550-X	14 e 21	13,56
3	Rua Orlando Zardo	01/01	600-X	15 e 21	13,56
3	Rua Orlando Zardo	01/01	700-E	15	10,80
3	Rua Orlando Zardo	01/01	700-D	30	8,12
3	Rua Orlando Zardo	01/01	800-D	30	8,12
4	Rua Otilia B. Zardo	01/01	150-X	12, 18, 19 e 26	13,56
5	Rua Galdino Nesi	01/01	200-X	18 e 25	10,80
6	Rua Delvino Manenti	01/01	150-X	39 e 40	10,80
6	Rua Delvino Manenti	01/01	300-X	40 e 42	10,80
6	Rua Delvino Manenti	01/01	400-X	40 e 42	10,80
6	Rua Delvino Manenti	01/01	500-X	43	6,76
6	Rua Delvino Manenti	01/01	550-X	43	6,76
6	Rua Delvino Manenti	01/01	650-X	47 e 49	6,76
7	Rua Pasqual Nava	01/01	100-X	9 e 12	10,80
7	Rua Pasqual Nava	01/01	150-X	10 e 12	10,80
7	Rua Pasqual Nava	01/01	200-X	10 e 11	10,80
8	Rua Padre Augustinho	01/01	50-E	1	8,12
8	Rua Padre Augustinho	01/01	50-D	10	9,47

8	Rua Padre Augustinho	01/01	120-E	1	8,12
8	Rua Padre Augustinho	01/01	120-D	4	9,47
8	Rua Padre Augustinho	01/01	200-X	1 e 4	9,47
8	Rua Padre Augustinho	01/01	250-X	4	9,47
8	Rua Padre Augustinho	01/01	300-X	3 e 5	8,12
8	Rua Padre Augustinho	01/01	400-X	5 e 57	8,12
9	Rua Fidelix Magro	01/01	100-X	1 e 3	8,12
9	Rua Fidelix Magro	01/01	200-X	1 e 54	8,12
10	Rua Virgilio Biava	01/01	100-X	4 e 10	9,47
10	Rua Virgilio Biava	01/01	200-X	4 e 10	8,12
10	Rua Virgilio Biava	01/01	300-E	5	8,12
10	Rua Virgilio Biava	01/01	300-D	11	6,76
10	Rua Virgilio Biava	01/01	450-X	6 e 57	6,76
10	Rua Virgilio Biava	01/01	600-X	7 e 58	8,12
11	Rua João Casaletti	01/01	80-X	4 e 5	8,12
12	Rua Treze Tílias	01/01	200-X	11 e 12	5,43
12	Rua Treze Tílias	01/01	300-X	11 e 13	8,12
12	Rua Treze Tílias	01/01	450-X	6 e 13	8,12
12	Rua Treze Tílias	01/01	600-X	7 e 14	10,80
13	Travessa Santo Abati	01/01	100-X	9 e 10	9,47
13	Travessa Santo Abati	01/01	250-X	1 e 9	9,47
14	Travessa Pasqual Abati	01/01	70-X	12 e 13	10,80
14	Travessa Pasqual Abati	01/01	100-X	12 e 13	8,12
15	Rua Florianópolis	01/01	70-X	19 e 27	9,47
15	Rua Florianópolis	01/01	120-X	20 e 29	8,12
15	Rua Florianópolis	01/01	350-X	20 e 29	8,12
16	Rua Alexandre Lidani	01/01	50-X	27 e 29	9,47
16	Rua Alexandre Lidani	01/01	100-X	19 e 20	8,12

16	Rua Alexandre Lidani	01/01	200-X	19 e 20	5,43
17	Rua Joinville	01/01	80-X	8 e 9	10,80
17	Rua Joinville	01/01	150-X	8 e 1	10,80
17	Rua Joinville	01/01	200-X	1 e 61	10,80
17	Rua Joinville	01/01	250-X	2 e 61	10,80
18	Rua Francisco Nava	01/01	80-X	8 e 16	13,56
18	Rua Francisco Nava	01/01	130-D	8 e 16	13,56
18	Rua Francisco Nava	01/01	130-E	16	8,12
18	Rua Francisco Nava	01/01	180-E	16	8,12
18	Rua Francisco Nava	01/01	180-D	8	10,80
18	Rua Francisco Nava	01/01	350-X	16 e 60	9,47
18	Rua Francisco Nava	01/01	580-X	16 e 60	9,47
19	Travessa José Massaroli	01/01	100-X	22 e 23	5,43
20	Rua Feliz Antonio Spricigo	01/01	100-X	23 e 24	10,80
20	Rua Feliz Antonio Spricigo	01/01	200-X	23 e 24	8,12
20	Rua Feliz Antonio Spricigo	01/01	330-X	22 e 24	8,12
20	Rua Feliz Antonio Spricigo	01/01	500-X	22 e 24	6,76
21	Rua Treviso	01/01	100-X	17 e 18	10,80
21	Rua Treviso	01/01	150-X	23 e 24	10,80
22	Rua Ângelo Rovaris	01/01	100-X	25 e 39	10,80
23	Rua Zibio Maroli	01/01	100-X	25 e 40	10,80
24	Rua Videira	01/01	200-X	26 e 28	5,43
24	Rua Videira	01/01	400-X	41 e 45	9,47
24	Rua Videira	01/01	600-X	44 e 45	9,47
24	Rua Videira	01/01	700-X	45 e 46	9,47
25	Rua Otavio Carvalho	01/01	100-X	40 e 43	10,80
25	Rua Otavio Carvalho	01/01	200-X	42 e 49	9,47
26	Rua José Baldo	01/01	100-X	8 e 61	9,47

27	Rua Vanderlei José Rotta	01/01	100-X	3 e 57	6,76
27	Rua Vanderlei José Rotta	01/01	150-X	55 e 56	6,76
27	Rua Vanderlei José Rotta	01/01	200-X	55 e 56	6,76
28	Rua Orestes Constantini	01/01	80-X	13 e 14	10,80
28	Rua Orestes Constantini	01/01	150-X	6 e 7	6,76
29	Rua José Cividini Primo	01/01	80-X	14 e 15	9,47
29	Rua José Cividini Primo	01/01	150-X	7 e 15	6,76
30	Rua Madalena M. Nordio	01/01	70-X	17 e 23	10,80
30	Rua Madalena M. Nordio	01/01	150-X	16 e 23	5,43
31	Travessa Vitorio Manenti	01/01	80-X	41 e 44	10,80
32	Rua Ivo Possato	01/01	80-X	44 e 46	9,47
32	Rua Ivo Possato	01/01	150-X	43 e 47	9,47
33	Rua João Ruzza	01/01	100-X	28 e 34	6,76
34	Rua Vitorio da Soler	01/01	60-X	31 e 32	8,12
35	Rua Albano Gemeli	01/01	60-X	31 e 33	8,12
35	Rua Albano Gemeli	01/01	150-X	32 e 33	8,12
36	Rua Fiorelo Magro	01/01	60-X	24 e 36	5,43
36	Rua Fiorelo Magro	01/01	100-D	35	5,43
36	Rua Fiorelo Magro	01/01	100-E	33	8,12
36	Rua Fiorelo Magro	01/01	150-E	33	8,12
36	Rua Fiorelo Magro	01/01	150-D	35	5,43
37	Rua Belvedere	01/01	60-X	36 e 38	5,43
37	Rua Belvedere	01/01	120-X	35 e 37	5,43

38	Rua Aníbal Manenti	01/01	70-X	19 e 26	9,47
38	Rua Aníbal Manenti	01/01	150-X	27 e 28	9,47
38	Rua Aníbal Manenti	01/01	300-X	29, 31 e 34	8,12
38	Rua Aníbal Manenti	01/01	360-X	33 e 34	8,12
38	Rua Aníbal Manenti	01/01	400-X	35 e 36	5,43
38	Rua Aníbal Manenti	01/01	450-X	37 e 38	5,43
39	Rua Maria S. Biava	01/01	80-X	3 e 55	6,76
39	Rua Maria S. Biava	01/01	150-X	3 e 54	6,76
40	Rua Albino Possenti	01/01	200-X	56 e 57	6,76
40	Rua Albino Possenti	01/01	400-X	59 e 58	6,76
41	Rua Irmã Paganini Cividini	01/01	80-E	15	6,76
41	Rua Irmã Paganini Cividini	01/01	100-E	59	6,76
42	Rua Jacob Casaletti	01/01	50-X	21 e 30	10,80
42	Rua Jacob Casaletti	01/01	150-E	30	8,12
42	Rua Jacob Casaletti	01/01	150-D	21	10,80
42	Rua Jacob Casaletti	01/01	250-X	52, 21 e 30	8,12
42	Rua Jacob Casaletti	01/01	450-X	21 e 52	6,76
43	Rua Ludia Crescente Lazare	01/01	50-X	21	8,12
44	Praça dos Motoristas	01/01	100-X	16 e 17	10,80
45	Rua Otacilio Nesi	01/01	200-X	29 e 32	8,12
46	Rua Antonio M. Gemeli	01/01	100-X	39 e 42	10,80
46	Rua Antonio M. Gemeli	01/01	150-X	50 e 51	6,76
47	Rua Joaquim Locatelli	01/01	100-X	42 e 51	6,76
48	Rua Luiz Nesi	01/01	150-X	51 e 53	6,76

49	Rua Emilio Cividini	01/01	80-E	54 e 55	6,76
49	Rua Emilio Cividini	01/01	80-E	67	6,76
49	Rua Emilio Cividini	01/01	80-D	65	6,76
50	Rua Professora Tereza Rovaris	01/01	100-X	54 e 55	6,76
51	Rua Agostinho Spricigo	01/01	180-X	1 e 2	5,43
52	Rua David de Bortoli	01/01	100-X	8	8,12
53	Rua Pedro Baldo	01/01	50-D	62	6,76
53	Rua Pedro Baldo	01/01	100-D	62	6,76
54	Rua Nilde Mazzuco Serighelli	01/01	100-X	11 e 13	8,12
55	Rua Germano Paganini	01/01	800-X	47 e 48	13,56
56	Rua Rosalino Zapelini	01/01	150-X	22 e 23	10,80
TABELA DE VALOR VENAL DE IMÓVEIS RURAIS POR HECTARES (ha)					
IMPOSTO SOBRE				VALOR POR (ha)	
I – Imóvel Rural				3.675,23	

TABELA IV PLANTA GERAL DE VALORES DE EDIFICAÇÕES

VALORES DE EDIFICAÇÕES POR M2	
CONSTRUÇÃO	VALOR R\$
Casa	158,22
Apartamento	158,22
Sala Comercial	124,32
Loja	124,32
Especial	90,39
Industria	90,39
Galpão	79,11
Telheiro	33,89

Contrato N° 0073/2013

CONTRATO N° 073/2013, PROCESSO LICITATÓRIO N° 0046/2013, PREGÃO PRESENCIAL N° 0017/2013, AQUISIÇÃO DE ROLO COMPACTADOR.

Contrato de compra e venda que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o n°. 82.826.462/000-27, com se de a Rua XV de novembro, 26, em Arroio Trinta - SC, doravante denominado CON-TRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o senhor ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob n° 518.040.009-06 e Carteira de Identidade n° 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua do



Comércio nº 227, Centro, Município de Arroio Trinta - Santa Catarina e de outro lado à empresa MACROMAC EQUIPAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº. 83.675.413/0002-84 com sede na Rua Xanxerê 360, Bairro Líder, no município de Chapecó - Estado de Santa Catarina, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Senhor, ROBSON ANDRÉ ZENI, consultor de vendas, Portado da Cédula de Identidade nº 340.559 e do CPF sob nº 027.330.419-40, residente e domiciliado cidade de Chapecó - Estado de Santa Catarina, que de acordo com o Processo Licitatório Nº 0046/2013, Pregão Presencial Nº 0017/2013, doravante denominado o processo e que se regerá pela Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, e demais normas legais celebram o presente Contrato, da seguinte forma:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objeto do presente contrato é Aquisição de um Rolo Compactador de Solos, novo, de fabricação nacional, com cilindro liso, motor a Diesel turbo alimentado de 4 cilindros. Com potência mínima de 125HP; tração hidrostática no eixo traseiro e no cilindro de compactação; eixo excêntrico em peça única; capacidade de subida de rampa de no mínimo 60%; peso operacional de no mínimo 11.300kg; duas frequências de vibração de no mínimo 31Hz em Alta e 36Hz em Baixa; duas amplitudes nominais de no mínimo 1.95mm em Alta e 0.9mm em Baixa; força centrífuga de no mínimo 261kn em Alta e 163kn em Baixa. Comprimento para transporte de no máximo 5,45 mts. Peso operacional no eixo traseiro de no mínimo 5.300kg. Equipado com cabine fechada com ar condicionado e proteção ROPS.

OBS.: 1) - A marca ofertante deve possuir Fábrica no Brasil;

§ 1º - A entrega do Rolo Compactador deverá ser em até 30 (trinta) dias da assinatura do Contrato, expedido por esta Prefeitura, podendo ser prorrogado uma única vez, pelo mesmo período, mediante justificativa prévia da empresa que poderá ser deferido pelo Município.

§ 2º - O bem deverá ser entregue adesivado no padrão a ser fornecido pelo Município.

§ 3º - A entrega do equipamento deverá ser feita no Município de Arroio Trinta-SC, prédio da Prefeitura com o Prefeito Municipal Sr. Alcides Felchilcher e Secretário Municipal de Infraestrutura Sr. Irio Serighelli.

§ 4º - Os serviços de garantia e revisões do rolo compactador deverão ser realizados na Concessionária autorizada conforme o caso e/ou no Parque de Máquinas Municipal, não havendo nenhum custo adicional ao Município com deslocamento, hospedagem e realização destes serviços, ficando a cargo do Município apenas a reposição de peças com desgaste natural, no período da garantia.

§ 5º - Garantia do rolo compactador pelo período mínimo de 1 (um) ano, sem limite de horas, a contar da entrega na sede da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta/SC;

§ 6º - Assistência Técnica fornecida pela contratada;

§ 7º - A empresa contratada deverá oferecer treinamento de operação, manutenção básica e preventiva de no mínimo 20 horas para os operadores do Município de Arroio Trinta.

§ 8º - Todas as despesas com a entrega e transporte do equipamento, correrá por conta da proponente.

CLÁUSULA SEGUNDA - O Município pagará a empresa vencedora um valor total de R\$328.000,00 (trezentos e vinte e oito mil reais), sendo que o valor não será reajustado.

§ 1º - A contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições,

os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, atualizada.

§ 2º - Só haverá reajuste de valores nas condições do § 2º, Cláusula Terceira e na ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidadas.

CLÁUSULA TERCEIRA - O pagamento será feito por transferência bancária, em até 10 (dez) dias após a entrega do Rolo Compactador, mediante liberação dos recursos pelo Governo Estadual, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura, apresentada na tesouraria da Prefeitura.

CLÁUSULA QUARTA - O prazo do presente contrato terá seu início em 25 de novembro de 2013 e terminará em 26 de dezembro de 2013. O presente Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no Artigo 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, ou prorrogado através de Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUINTA - A despesa deste contrato correrá a conta de elementos do Orçamento de 2013, conforme segue:

72/2013

00002.00010.00026.00782.02601.1.000054.3.4.4.9.0.00.00.00.0

0.00

Aplicações Diretas

203/2013

00002.00010.00026.00782.02601.1.000054.3.4.4.9.0.00.00.00.0

0.00

Aplicações Diretas

204/2013

00002.00010.00026.00782.02601.1.000054.3.4.4.9.0.00.00.00.0

0.00

Aplicações Diretas

CLÁUSULA SEXTA - A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os processos de inspeção dos produtos, verificação e controle a serem adotadas pelo Contratante.

Parágrafo único - A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados, e as suas consequências e implicações próximas ou remotas.

CLÁUSULA SÉTIMA - O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecida, sujeitará a Contratada as sanções previstas na Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo.

CLÁUSULA OITAVA - O contratante poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas na Lei nº 10.520/02 Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, sem que caiba a Contratada direito a qualquer indenização, sem prejuízo das penalidades pertinentes.

CLÁUSULA NONA - O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA - A Contratada assume, como exclusivamente seus, as despesas decorrentes do transporte do rolo compactador, assim como, dos funcionários. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, quaisquer prejuízos que sejam causados ao contratante ou a terceiros, bem como, pelos seguros de LEI.

§ 1.º - Os danos e os prejuízos serão ressarcidos ao Contratante no prazo máximo de 48 (Quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa a Contratada, sob pena de multa.

§ 2.º - O Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

§ 3.º - O contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinado.

§ 4.º - A Contratada manterá durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

§ 5º - A contratante se responsabilizará pela substituição de produtos entregues fora do padrão de qualidade, sem ônus adicional à Prefeitura.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Fica eleito o Foro da Comarca de Videira - SC, para dirimir as dúvidas que possam advir da presente contratação, com renúncia expressa, de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03 cópias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, e assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta - SC, 25 de novembro de 2013.
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA
CNPJ 82.826.462/0001-27
ALCIDIR FELCHILCHER
CONTRATANTE

MACROMAC EQUIPAMENTOS LTDA
CNPJ nº. 83.675.413/0002-84
ROBSON ANDRÉ ZENI
PROCURADOR CONTRATADA

TESTEMUNHAS:
EVERTON CAMPAGNIN
CPF: 715.611.619-34

MICHEL JÚNIOR SERIGHELLI
CPF - 000.077.349-2

Biguaçu

PREFEITURA

Decreto N° 199/2013

DECRETO N° 199/2013 DE: 28 DE NOVEMBRO DE 2013.
Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2013

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3275/2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 83.000,00 (Oitenta e três mil reais) a dotação abaixo indicada, por conta do Superávit Financeiro de 2012 apurados em fonte de recurso:

07. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0701.12.361.0003.2023	Manutenção do Transporte Escolar	83.000,00
3.3.90.00/0.3.01.000000	Outras Despesas Correntes	83.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 28 de novembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

MARIVALDE INÊZ KONS
Escriturária

Decreto N° 201/2013

DECRETO N° 201/2013 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2013.
Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária Anual de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei Municipal nº 3384/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no montante de R\$ 400.000,00 (Quatrocentos mil reais) utilizando como fonte de recursos a anulação de dotações, conforme abaixo especificado:

SUPLEMENTAÇÃO

0701.12.365.0003.2028	Remuneração Prof. Magistério em efetivo Exercício	400.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	400.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	400.000,00
0.1.12.000000	Receita de Impostos para MDEB	400.000,00
	TOTAL	400.000,00

ANULAÇÃO

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0701.12.365.0003.2027	Manutenção do Ensino Infantil	400.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	400.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	400.000,00



0.1.13.000000	Recursos Ordinários	
	TOTAL	400.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 29 de novembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

MARIVALDE INÊZ KONS

Escriturária

Decreto N° 202/2013

DECRETO N° 202/2013 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2013.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

José Castelo Deschamps, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3275/2012 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 13, da Lei Municipal nº 3334/2012 - Lei Orçamentária para 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2013, Lei Municipal nº 3334/2012:

04. SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

0401.04.124.0002.2014	Manutenção da Secretaria da Fazenda	21.300,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	21.300,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.91.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	21.300,00

07. SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

0701.12.361.0003.2020	Remuneração dos Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício	40.300,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.01.000000	Pessoal e Encargos Sociais	40.300,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.91.00/0.1.01.000000	Pessoal e Encargos Sociais	40.300,00

0701.12.361.0003.2023	Manutenção do Transporte Escolar	1.320,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.01.000000	Pessoal e Encargos Sociais	1.320,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.91.00/0.1.01.000000	Pessoal e Encargos Sociais	1.320,00

0701.12.365.0003.2027	Manutenção do Ensino Infantil	13.000,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.01.000000	Outras Despesas Correntes	5.500,00
3.1.91.00/0.1.01.000000	Pessoal e Encargos Sociais	7.500,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.01.000000	Pessoal e Encargos Sociais	13.000,00

0701.12.365.0003.2028	Remuneração dos Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício	90.000,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.12.000000	Pessoal e Encargos Sociais	90.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.91.00/0.1.12.000000	Pessoal e Encargos Sociais	90.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 29 de novembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

MARIVALDE INÊZ KONS

Escriturária

Decreto N° 203/2013

DECRETO N° 203/2013 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2013.

INSTITUI CRITÉRIOS TÉCNICOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PROPAGANDA INSTITUCIONAL EM MÍDIAS IMPRESSAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com art. 98, VII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu e:

Considerando os princípios da administração pública, moralidade, publicidade, eficiência, impessoalidade e legalidade;

Considerando a necessidade de seguir critérios técnicos para alocação dos recursos financeiros do Governo Municipal, constantes do Orçamento Anual, em publicidade institucional através de jornais, remunerando-os de acordo com a sua efetiva distribuição na sociedade;

DECRETA:

Art. 1º - A publicidade institucional impressa dos atos do Executivo Municipal através de campanhas mensais publicadas em jornais locais e regionais, somente será contratada com empresas jornalísticas que fornecerem, trimestralmente, declaração de tiragem (quantidade de exemplares impressos) emitida e autenticada pela empresa gráfica responsável pela publicação, acompanhada de cópia autenticada das notas fiscais correspondentes.

Art. 2º - O certificado de registro e a declaração de tiragem emitida pelo IVC- Instituto Verificador de Circulação, ou entidade similar de reconhecida capacidade técnica, substitui os documentos referidos no artigo 1º.

Art. 3º - Caberá à Superintendência de Comunicação Social do Município de Biguaçu o recebimento trimestral dos documentos referidos nos artigos anteriores, bem como a elaboração de uma planilha de preços máximos a serem pagos pelos anúncios, proporcional à tiragem comprovada.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor em 01 de Janeiro de 2014.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 29 de novembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

MARIVALDE INÊZ KONS
Escriturária

Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº. 144/2013 - FMS

AVISO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 144/2013 - FMS

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Biguaçu - Santa Catarina, situada na Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu, informa que se encontra aberta a licitação na modalidade Pregão Presencial, com a finalidade de selecionar propostas objetivando a CONTRATAÇÃO DE SOM VOLANTE PARA DIVULGAÇÃO DAS CAMPANHAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE BIGUAÇU cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 13h00min do dia 06/12/2013, às 12h59min do dia 18/12/2013;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 13h00min do dia 18/12/2013, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu www.bigua.sc.gov.br, a partir do dia 06/12/2013.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: compras@saudebigua.sc.gov.br

Biguaçu, SC, 05 de dezembro de 2013.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Por delegação - Leandro Adriano de Barros
Secretário de Saúde

Errata Nº. 01 - Pregão Presencial Nº. 125/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

ERRATA Nº. 01 AO EDITAL Nº. 125/2013 - PREGÃO PRESENCIAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL SOB O Nº 125/2013

Necessária a retificação do valor anteriormente divulgado na norma editalícia. Desta forma, altera-se a data para realização da sessão pública de licitação. Nesse sentido, considera-se:

Onde se lê no Aviso do Edital (Pregão Presencial nº. 125/2013 - FMS)

()

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 13h00min do dia 22/11/2013, às 12h59min do dia 05/12/2013;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 13h00min do dia 05/12/2013, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

()

LEIA-SE no Aviso do Edital (Pregão Presencial nº. 125/2013 - FMS)

()

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 15h00min do dia 06/12/2013, às 14h59min do dia 18/12/2013;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 15h00min do dia 18/12/2013, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

()

Onde se lê no item 01 - lote 01 do Anexo II do Pregão Presencial nº. 125/2013 - FMS

Lote: 1

Item	Quantidade	Unid.	Preço Máximo	Especificação
1	3.900,00	UN	15,67	MARMITA REFEIÇÃO /ALMOÇO A MESMA OFERECIDA PARA OUTROS PROFISSIONAIS DA PMB. SERÃO. OBS: 5 DIAS DE CAPACITAÇÃO

()

LEIA-SE no item 01 - lote 01 do Anexo II do Pregão Presencial nº. 125/2013 - FMS

Lote: 1

Item	Quantidade	Unid.	Preço Máximo	Especificação
1	3.900,00	UN	9,81	MARMITA REFEIÇÃO /ALMOÇO A MESMA OFERECIDA PARA OUTROS PROFISSIONAIS DA PMB. SERÃO. OBS: 5 DIAS DE CAPACITAÇÃO

()

.As demais informações constantes no aviso, bem como no edital publicado permanecem inalteradas.

Biguaçu, 05 de dezembro de 2013.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Saúde

Errata Nº. 01 - Pregão Presencial Nº. 125/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

ERRATA Nº. 01 AO EDITAL Nº. 125/2013 - PREGÃO PRESENCIAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL SOB O Nº 125/2013

Necessária a retificação do valor anteriormente divulgado na norma editalícia. Desta forma, altera-se a data para realização da sessão pública de licitação. Nesse sentido, considera-se:

Onde se lê no Aviso do Edital (Pregão Presencial nº. 125/2013 - FMS)

()

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 13h00min do dia 22/11/2013, às 12h59min do dia 05/12/2013;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 13h00min do dia 05/12/2013, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

()

LEIA-SE no Aviso do Edital (Pregão Presencial nº. 125/2013 - FMS)

()

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 15h00min do dia 06/12/2013, às 14h59min do dia 18/12/2013;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 15h00min do dia 18/12/2013, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

()

Onde se lê no item 01 - lote 01 do Anexo II do Pregão Presencial nº. 125/2013 - FMS

Lote: 1

Item	Quantidade	Unid.	Preço Máximo	Especificação
1	3.900,00	UN	15,67	MARMITA REFEIÇÃO /ALMOÇO A MESMA OFERECIDA PARA OUTROS PROFISSIONAIS DA PMB. SERÃO. OBS: 5 DIAS DE CAPACITAÇÃO

()

LEIA-SE no item 01 - lote 01 do Anexo II do Pregão Presencial nº. 125/2013 - FMS

Lote: 1

Item	Quantidade	Unid.	Preço Máximo	Especificação
1	3.900,00	UN	9,81	MARMITA REFEIÇÃO /ALMOÇO A MESMA OFERECIDA PARA OUTROS PROFISSIONAIS DA PMB. SERÃO. OBS: 5 DIAS DE CAPACITAÇÃO

()

.As demais informações constantes no aviso, bem como no edital publicado permanecem inalteradas.

Biguaçu, 05 de dezembro de 2013.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS
 Secretário Municipal de Saúde

Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA
 MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO PP 26/2013 FMAS

O Prefeito Municipal de Biguaçu Senhor José Castelo Deschamps, torna público para conhecimento de todos os interessados, a Revogação, por falta de participantes, do Processo Licitatório PP 26/2013 FMAS, que tem por objeto "a contratação de instituição para realizar o acolhimento de longa permanência de pessoas indicadas pela Assistência Social de Biguaçu".

Biguaçu, 04 de dezembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

Lei Municipal Nr 903/13

LEI MUNICIPAL N.º 903/13, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2013.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROMOVER A DEMOLIÇÃO DAS BENFEITORIAS EXISTENTES SOBRE IMÓVEL DO MUNICÍPIO.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus Do Oeste, no uso de suas atribuições legais que a Lei confere FAÇO SABER a todos que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, autorizado a promover a demolição das benfeitorias existentes sobre o imóvel urbano, matriculado no Registro de Imóveis sob nº 11.719, cuja destinação anterior era o terminal rodoviário.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, aos 05 de dezembro de 2013.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

Minuta Tomada de Preço 01/2013

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOM RETIRO

RESULTADO DE HABILITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2013

A Comissão de Julgamento de Processo Licitatório torna público no julgamento da documentação (envelope nº 1) relativa à Habilitação

da Tomada de Preço 01/2013, do FMS, cujo objeto é Contratação de empresa para construção de Edifício em alvenaria de UBS, projeto padronizado padrão 1 - Ministério da Saúde, incluindo materiais e mão de obra, proposta nº 13697277000113001, decidiu: a) HABILITAR A EMPRESA: Base Pré Fabricados Ltda. ME. Fica designado o dia 10/12/2013 às 11h00min para o comparecimento da empresa habilitada na primeira fase do certame, para a segunda fase do mesmo, abertura da Proposta de Preço (envelope nº2).

Bom Retiro, 05 de dezembro de 2012.
Comissão de Julgamento de Processo Licitatório

Pregão Presencial

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC
MINUTA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2013

O Município de Bom Retiro torna público Edital Pregão Presencial 26/2013 para Aquisição de uma Escavadeira Hidráulica Nova. A abertura dos envelopes será dia 19/12/13 às 14h00min. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049)32770183, das 09:00/12:00/ 13:30/17:00. Edital completo disponível no website oficial: www.bomretiro.sc.gov.br. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 06 de dezembro de 2013.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

Minuta Contrato 125

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
AVISO DE PUBLICAÇÃO
Extrato Contrato 125/2013
Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro FMS
Contratado: Man Latin América Indústria e Comércio de Veículos Ltda.

Objeto: Aquisição de um ônibus Escolar ORE 2 Conforme nota de Empenho do Ministério da Educação nº 2013NE684507.
Valor Total: R\$ 227.780,00 (duzentos e vinte e sete reais setecentos e oitenta)

Bom Retiro, 04 de dezembro de 2013.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

Leilão

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC
MINUTA EDITAL LEILÃO PÚBLICO Nº 02/2013

O Município de Bom Retiro torna público Edital Leilão Público nº 02/2013, do tipo maior lance/oferta, para alienação de bens móveis inservíveis: 250 carteiras e 250 cadeiras escolares. Lance inicial R\$ 4.000,00. O leilão acontecerá no dia 23/12/2013, às 10h00min na Prefeitura Municipal de Bom Retiro, à Av. Major Generoso, 19, Centro - Bom Retiro. Edital completo disponível no website oficial: www.bomretiro.sc.gov.br. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente Edital para que surta seu jurídico e legal efeito.

Bom Retiro, 06 de dezembro de 2013.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Pregão Presencial 80/2013

PROCESSO ADMINISTRATIVO 88/2013
EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 80/2013 - SRP

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que às 11h30min horas do dia 20.12.2013, estará selecionando a melhor proposta para Serviço de transporte escolar da rede municipal e estadual do ensino fundamental, infantil e médio do município de Braço do Trombudo, pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 04 de dezembro de 2013.
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH
Prefeito Municipal.

Pregão Presencial 81/2013

PROCESSO ADMINISTRATIVO 89/2013
EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 81/2013 - SRP

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que às 09h00min horas do dia 19.12.2013, estará selecionando a melhor proposta para Serviços de transporte de alunos com necessidades especiais, tipo do veículo Van (mínimo de 15 passageiros) ótimo estado de conservação comprovado por laudo de inspeção de segurança veicular expedido por órgão competente, pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 05 de dezembro de 2013.
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH
Prefeito Municipal.

PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Ata de Registro de Preços 42/2013**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/21

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 42/2013****Número do Registro de Preços: 42/2013****Data do Registro: 04/12/2013****Válido até: 04/12/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Abacaxi, tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, frutas limpas. (8633)	PC	NELSON KNAUL ME (6852)	PÉROLA	0	3,6405	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	3,6408	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	4,0531	3
2	Abacate, tamanho médio, sem machucados, bom grau de amadurecimento. (12316)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	MANTEIGA	0	4,6613	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	4,6620	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	5,1895	3
3	ALHO graúdo, sem machucados e brotamentos. Não devem estar murchos. (8161)	CB	NELSON KNAUL ME (6852)	ROXO	0	1,7323	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	1,7326	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	1,9286	3
4	BANANA COMUM, unidades de tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, cor uniforme e limpas. (8148)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	CATURRA	0	1,3725	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	1,3727	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	1,5280	3
5	Banana Branca. Tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, cor uniforme e limpas. (8635)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	PRATA	0	2,1591	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/21

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 42/2013**Número do Registro de Preços: 42/2013****Data do Registro: 04/12/2013****Válido até: 04/12/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	2,1594	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	2,4037	3
6	BATATA INGLESA, unidades grandes, íntegras, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (8153)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	MONALIZA	0	1,8997	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	1,9000	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	2,1149	3
7	BATATA DOCE ROXA, unidades grandes, íntegras, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (8152)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	ROXA	0	2,7198	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	2,7202	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	3,0280	3
8	BETERRABA, unidades de tamanho médio, sem rachaduras ou perfurações, casca lisa e limpa. (8159)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	HIBRIDA	0	2,0252	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	2,0255	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	2,2547	3
9	Brócoles, unidades frescas e limpas, com cor característica. (9623)	UND	NELSON KNAUL ME (6852)	CHINES	0	1,8327	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	1,8330	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 3/21

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 42/2013**Número do Registro de Preços: 42/2013****Data do Registro: 04/12/2013****Válido até: 04/12/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	2,0404	3
10	CEBOLA, unidades integras, frescas e limpas, sem perfurações. (8157)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	NACIONAL	0	1,4227	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	1,4229	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	1,5839	3
11	Cenoura. Tamanho médio, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (8636)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	MINEIRA	0	1,7825	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	1,7828	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	1,9845	3
12	Couve flor. Unidades limpas e frescas, sem manchas, com característica. (8721)	PC	NELSON KNAUL ME (6852)	PAULISTA	0	2,1005	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	2,1008	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	2,3385	3
13	Chuchu. unidades limpas e frescas, sem brotamento e não devem ser murchos. (8637)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	PAULISTA	0	1,8495	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	1,8497	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	2,0590	3
14	Feijão preto. embalagens limpas, de bom cozimento. (8638)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	PRETO	0	4,2931	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 4/21

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 42/2013**Número do Registro de Preços: 42/2013****Data do Registro: 04/12/2013****Válido até: 04/12/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	4,2938	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	4,7795	3
15	Feijão vermelho. Embalagem limpa, de bom cozimento. (8639)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	VERMELHO	0	5,5819	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	5,5827	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	6,2143	3
16	Laranja pêra. Tamanho médio, frutas firmes, limpas e maduras, sem machucados. (8640)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	PÊRA	0	1,3641	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	1,3643	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	1,5186	3
17	Laranja lima. Tamanho médio, frutas firmes, maduras e limpas, sem machucados. (8641)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	LIMA	0	2,1591	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	2,1594	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	2,4037	3
18	Maça gala. Tamanho médio, cor vermelha, firmes limpas e maduras, sem machucados. (8642)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	GALA / FUGI	0	4,1341	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	4,1347	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 5/21

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 42/2013

Número do Registro de Preços: 42/2013

Data do Registro: 04/12/2013

Válido até: 04/12/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	4,6025	3
19	Mamão formosa, tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, sem machucados. (12317)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	FORMOSA	0	2,6445	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	2,6449	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	2,9441	3
20	Mamão papaia, tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, sem machucados. (12318)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	HAVAI	0	3,4060	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	3,4065	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	3,7920	3
21	Caqui Café tamanho médio, frutas firmes, limpas, sem machucados. (12319)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	CAFÉ / FUGI	0	4,1843	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	4,1849	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	4,6584	3
22	Maça Argentina, tamanho médio, cor vermelha, firmes limpas e maduras, sem machucado. (12320)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	ARGENTINA	0	5,8079	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	5,8087	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	6,4659	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 6/21

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 42/2013

Número do Registro de Preços: 42/2013

Data do Registro: 04/12/2013

Válido até: 04/12/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
23	Manga. Unidades integras, frescas e limpas, sem machucados e grau de amadurecimento médio. (8643)	PC	NELSON KNAUL ME (6852)	TONID	0	2,9290	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	2,9295	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	3,2609	3
24	Melância. unidadesa integras, frescas e limpas, bom grau de amadurecimento. (8644)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	HIBRIDA	0	1,1632	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	1,1634	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	1,2950	3
25	Maracujá. Unidades frescas e limpas, cor característica, não podem ser murchas. (8645)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	AZEDO	0	8,7285	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	8,7298	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	9,7175	3
26	PEPINO SALADA, unidades integras, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (8165)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	CAIPIRA	0	2,1424	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	2,1427	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	2,3851	3
27	Pimentão verde, tamanho médio, frescos e limpos, cor e formação uniforme, sendo firme sem lesões, perfurações e cortes. (12321)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	VERDE	0	4,1090	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 7/21

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 42/2013**Número do Registro de Preços: 42/2013****Data do Registro: 04/12/2013****Válido até: 04/12/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	4,1096	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	4,5746	3
28	Vagem. unidades frescas e limpas, característica, não podem ser murchas. (8646)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	PAULISTA	0	5,3727	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	5,3735	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	5,9814	3
29	TOMATE, grau médio de amadurecimento, unidades íntegras, frescas e limpas, sem perfurações. (8155)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	LONGA VIDA	0	3,7073	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	3,7079	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	4,1274	3
30	Salsa, maço de 200 gramas, fresca, não podem estar murchas. (9625)	MÇ	NELSON KNAUL ME (6852)	TEMPERO VE	0	2,2261	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	2,2264	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	2,4783	3
31	Cebolinha. maço de 200 gramas, fresca, não podem ser murchas. (8648)	MÇ	NELSON KNAUL ME (6852)	TEMPERO VE	0	1,1465	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	1,1467	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 8/21

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 42/2013

Número do Registro de Preços: 42/2013

Data do Registro: 04/12/2013

Válido até: 04/12/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	1,2764	3
32	REPOLHO, apresentando tamanho médio, cor e com formação uniforme, devendo ser bem desenvolvida, sem danos físicos, fresco e limpo. (8154)	UND	NELSON KNAUL ME (6852)	VERDE	0	1,3641	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	1,3643	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	1,5186	3
33	Carne ave coxa com sobre coxa de Frango. Embalagem plástica de 1 Kg, sem acúmulo de líquido em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, fabricante e validade. (8649)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Agroveneto	0	4,5064	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LAR	0	4,5305	2
34	Carne bovina de 1ª, frescas e congelada. Isenta de cartilagens, osso e com máximo 5% de gordura. Embalagem plástica de 1 Kg, sem acúmulo de líquido em seu interior, com identificação do produto tipo de carne, corte, peso, prazo de validade e selo de inspeção. Quando a carne for fracionada, o rótulo deverá ser reproduzido e fixadas nas embalagens de todas as peças. (12322)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Verdi	0	13,4046	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SCOZ	0	13,4763	2
35	Carne Bovina coxão mole, frescas e congelada. Isenta de cartilagens, osso e com no máximo 5% de gordura. Embalagem plástica de 1Kg, sem acúmulo de líquido em seu interior, com identificação do produto tipo de carne, corte, peso, prazo de validade e selo de inspeção. Quando carne for fracionada, o rótulo deverá ser reproduzido e fixadas nas embalagens de todas as peças. (12323)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Verdi	0	13,5359	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SCOZ	0	13,6083	2
36	Carne ave peito de frango com osso, congelado, sem acúmulo de líquido em seu interior, embalagem de 1 ou 2 kg, com identificação do produto e o peso. (8653)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Macedo	0	7,1250	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 9/21

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 42/2013

Número do Registro de Preços: 42/2013

Data do Registro: 04/12/2013

Válido até: 04/12/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LAR	0	7,1631	2
37	Queijo tipo mussarela, isento de bolor e mau aspecto de conservação. Embalagem contendo marca, data de fabricação. (12324)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Taio	0	17,2544	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	TAIO	0	17,3467	2
38	Salsicha. Embalagem plástica, congelada, rótulo com ingredientes, com identificação do produto, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 3 meses a contar da data da entrega. (8655)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Peccin	0	6,5012	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	FRIMESA	0	6,5360	2
39	Ovos de galinha. Grandes, inteiros, sem rachadura e limpos. (8656)	DZ	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	União	0	3,4476	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	CENTENARIO	0	3,4660	2
40	LEITE INTEGRAL LONGA VIDA, embalagem Tetra Pack de 1 litro, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 3 meses a contar da data da entrega. (8187)	L	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	aurora	0	2,0604	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LACTOPLASA	0	2,0714	2
41	Leite baixa lactose. Embalagem tetra park de 1 litro, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. validade mínima de 3 meses a contar da data de entrega. (8657)	L	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Tirol	0	3,4312	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	PIRACANJUB,	0	3,4495	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 10/21

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 42/2013**Número do Registro de Preços: 42/2013****Data do Registro: 04/12/2013****Válido até: 04/12/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
42	Bebida Láctea com polpa de fruta. Sabores variados, embalagem de 1 litro, rótulo de identificação, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. Validade mínima de 1 mes a contar da data de entrega. (8658)	L	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Daninha	0	2,7006	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	BONACOLSI	0	2,7151	2
43	Aipim, sem casca e congelado, pacote de 1Kg, validade 12 meses, contendo na embalagem informações nutricionais. (12325)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Vo lica	0	3,2588	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SANTA RITA	0	3,2762	2
44	Mortadela sem gordura. Embalagem plástica, rótulo com ingredientes, com identificação do produto, fabricante, data da fabricação e validade. validade mínima de 3 meses a contar da data da entrega. (8659)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	aurora	0	5,5982	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AURORA	0	5,6282	2
45	Creme de leite, tipo nata, pote de 300 gr, fresco. (8660)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Tirol	0	3,0782	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	PIÁ	0	3,0947	2
46	Requeijão cremoso, o produto deve apresentar consistência cremosa, textura uniforme, coloração embranquecida, odor suave e sabor característica. Deverá ser conservado sob refrigeração (máxima 10° C). Validade mínima de 2 meses. Embalagem primária em copo plástico próprio, resistente, atóxica, com peso líquido de 220g. (12326)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Tirol	0	3,3819	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	PIÁ	0	3,4000	2
47	Arroz branco, tipo uma embalagem contendo 1 kg, com identificação do produto, marca de fabricante, prazo de validade e peso líquido. (9626)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	ALFINETE	0	2,4112	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 11/21

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 42/2013**Número do Registro de Preços: 42/2013****Data do Registro: 04/12/2013****Válido até: 04/12/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Chines	0	2,4580	2
48	Achocolatado em pó. Lata de 400 gr, não amassadas, sem ferrugem, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega. (8661)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	NEILAR	0	4,8099	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Nescau	0	4,8939	2
49	Amido de Milho. Caixa de 500 gr, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8706)	CX	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	MAISCERTA	0	2,7969	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Maiscerta	0	2,8457	2
50	Açúcar refinado. Pacote de 5 kg, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8704)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	DOCESUCAR	0	7,9987	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Caravelas	0	8,1385	2
51	Açúcar de baunilha de 40 gr. (8705)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	NEILAR	0	1,4786	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Neilar	0	1,5044	2
52	Arroz parbolizado, pct de 5 kg, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8707)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	ALFINETE	0	8,7826	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Do Vale	0	8,9360	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 12/21

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 42/2013**Número do Registro de Preços: 42/2013****Data do Registro: 04/12/2013****Válido até: 04/12/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
53	Água mineral sem gás, bombonas de 20 litros, com validade mínima de 2 meses e data de ênfase não superior a 30 dias. (9627)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SANTA RITA	0	6,7962	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	H leve	0	6,9150	2
54	Biscoito salgado, água e sal, tipo craker, sem gordura trans, pacotes com 800 gr, prazo de validade de no mínimo 12 meses, c/ data de fabricação não superior a 30 dias. (9628)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	GERMANI	0	5,4869	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Ninfa	0	5,5827	2
55	Bolacha Maria, pacotes com 800 gr, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Prazo de validade de no mínimo 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (9629)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	GERMANI	0	6,7606	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Ninfa	0	6,8787	2
56	Bolacha de leite, pacote com 800 gr, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Prazo de validade de no mínimo 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (9631)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	GERMANI	0	6,6092	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Ninfa	0	6,7246	2
57	Biscoito tipo cream cracker integral, salgada, integral, tipo água e sal. Sem gordura trans. Pacotes com 3 embalagem, embalagem de polipropileno, resistente, atóxica, lacrada, contendo 400 gramas. Validade mínima de 8 meses após a data de fabricação. (12332)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	GERMANI	0	4,2042	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Ninfa	0	4,2777	2
58	Cereal infantil, pct de 230 gr, sabores variados, embalagem com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Prazo de validade de no mínimo 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (9634)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SUPERBOM	0	5,5136	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 13/21

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 42/2013**Número do Registro de Preços: 42/2013****Data do Registro: 04/12/2013****Válido até: 04/12/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Mucilon	0	5,6099	2
59	Café solúvel granulado, embalagem com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalamento no máximo 30 dias. Embalagem 200 g. (9635)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	PELÉ	0	9,3170	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Nescafe	0	9,4798	2
60	Café torrado e moído, caixa com 500 gr, embalado a vácuo, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalamento no máximo 30 dias. (9636)	CX	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	OURO	0	6,9477	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Melitta	0	7,0690	2
61	Caldo de galinha, caixa com 06 unidades, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalamento no máximo 30 dias. (9637)	CX	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	KNOR	0	1,3806	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Knorr	0	1,4047	2
62	Caldo de bacon, caixa com 06 unidades, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalamento no máximo 30 dias. (9638)	CX	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	KNOR	0	1,4073	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Knorr	0	1,4319	2
63	Colorífico, pct com 100 gr. (9639)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	NEILAR	0	1,1936	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Neilar	0	1,2144	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 14/21

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 42/2013

Número do Registro de Preços: 42/2013

Data do Registro: 04/12/2013

Válido até: 04/12/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
64	Canela em pó, peso líquido 30 gramas. Validade mínima no ato da entrega de 3 meses. (12327)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	NEILAR	0	1,9062	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Neilar	0	1,9395	2
65	Cereal matinal de milho sem açúcar, pacote contendo 200 gramas, contendo no pacote informações nutricionais e data de validade. (12328)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SUPERBOM	0	4,8901	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Mucillon	0	4,9755	2
66	Ervilha lata de 200 gr, não amassadas, sem ferrugem, com identificação no produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, data de fabricação e validade. Validade mínima de 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (9641)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	STELLA DORC	0	1,5944	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Goiás Verde	0	1,6223	2
67	Extrato de tomate, concentrado. Lata de 840 gr, não amassadas, sem ferrugem, com identificação no produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, data de fabricação e validade. Validade mínima de 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (9642)	LT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	DAJUDA	0	5,5047	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	D' ajuda	0	5,6008	2
68	Farinha de trigo especial. Embalagem de 5 kg, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias. (9643)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	PANFACIL	0	10,2612	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	nordeste	0	10,4404	2
69	Farinha de mandioca. Embalagem de 1 Kg, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias. (9644)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	GARCIA	0	3,5184	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 15/21

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 42/2013

Número do Registro de Preços: 42/2013

Data do Registro: 04/12/2013

Válido até: 04/12/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	santa Rita	0	9,0175	2
70	Fermento biológico instantâneo seco, embalado a vácuo, tipo soft instant ou similar. Pacote com 500 gramas, validade de no mínimo 45 dias e data de embalagem não superior a 15 dias. (9645)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	FLEISCHMANI	0	10,6531	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	fleischmann	0	10,8392	2
71	Feijão preto, pacote de 1 kg, tipo 1, novo de 1º qualidade, em embalagem plástica transparente. Sem presença de grãos mofados, carunchados, torrados e sem sujidades. (12329)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	CALDAO	0	4,3289	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Cravil	0	4,4046	2
72	Feijão vermelho, pacote de 1 kg, tipo 1, novo de 1º qualidade, em embalagem plástica transparente. Sem presença de grãos mofados, carunchados, torrados e sem sujidades. (12330)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	CALDAO	0	6,2084	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Jureia	0	6,3168	2
73	Fermento em pó químico, para bolo, lata de 250 gr, validade de no mínimo 12 meses e com data de embalagem não superior a 30 dias. (9646)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	ROYAL	0	4,8901	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Royal	0	4,9755	2
74	Fubá de milho pré-cozida. Embalagem de 500 gr, com identificação do produto, data de fabricação e validade. Validade mínima de três meses a contar da data de entrega. (9647)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SINHA	0	1,7636	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Polentina	0	1,7944	2
75	Folha de louro, pct de 05 gr. (9648)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	NEILAR	0	1,0243	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 16/21

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 42/2013

Número do Registro de Preços: 42/2013

Data do Registro: 04/12/2013

Válido até: 04/12/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Neilar	0	1,0422	2
76	Lentilha, embalada em pacotes de 500 gramas. Validade mínima 6 meses e c/ data de embalameto não superior a 30 dias. (9649)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	YOKI	0	4,5071	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	jureia	0	4,5858	2
77	Leite de cabra em Pó Integral. . Lata de 400 gramas, com tampa que e fecha fácil. Validade mínima de 1 ano. (12331)	LT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	CAPRILAT	0	19,2397	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Caprilat	0	19,5758	2
78	Milho lata de 200 gr, não amassadas, sem ferrugem, com identificação no produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, data de fabricação e validade. Validade mínima de 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (9651)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	STELLA DORC	0	1,6122	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	goias Verde	0	1,6404	2
79	Margarina vegetal cremosa c/ sal, embalagem 500 gr, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalameto no máximo 30 dias. (9652)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SOYA	0	2,1110	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Delicia	0	2,1479	2
80	Maionese. Embalagem de plástico atóxica de 500 gr, lacrada, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalameto no máximo 30 dias. (9653)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SOYA	0	2,4406	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Soya	0	2,4832	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 17/21

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 42/2013**Número do Registro de Preços: 42/2013****Data do Registro: 04/12/2013****Válido até: 04/12/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
81	Massa seca tipo cabelo de anjo, pacote de 500 gr, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias. (9654)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	GERMANI	0	2,9127	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Isabela	0	2,9636	2
82	Massa espagete furadinho com ovos. Embalagem de 500 gr, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias. (9655)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	OGLIARI	0	2,7434	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Parati	0	2,7914	2
83	Massa tipo parafuso com ovos. Embalagem de 500 gr, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias. (9656)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	GERMANI	0	2,7434	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Parati	0	2,7914	2
84	Massa tipo gravatinha com ovos. Embalagem de 500 gr com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias. (9657)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	GERMANI	0	3,4382	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Renata	0	3,4983	2
85	Massa para pastel tamanho G. Embalagem de polietileno atóxico, pacote com 20 unidades, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 3 meses a contar da data de entrega. (9658)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	DA BOA	0	4,4803	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Massita	0	4,5586	2
86	Óleo de soja refinado, embalagem com 900 ml, não amassadas, com data de embalagem não superior a 30 dias. Validade mínima 12 meses. (9659)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	COAMO	0	2,7167	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 18/21

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 42/2013

Número do Registro de Preços: 42/2013

Data do Registro: 04/12/2013

Válido até: 04/12/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Coamo	0	2,7642	2
87	Orégano, pacote com 06 gr. (9660)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	NEILAR	0	1,2114	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Neilar	0	1,2325	2
88	Polvilho azedo. Embalagem de 1 Kg, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalameto no máximo 30 dias. (9661)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	CALDAO	0	5,1039	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Sevenhani	0	5,1930	2
89	Pipoca em grão. Embalagem de 500 gr, com identificação, do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalameto no máximo 30 dias. (9662)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	YOKI	0	2,2268	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Jureia	0	2,2657	2
90	Pimenta em pó, unidades de 40 gr. (9664)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LANMASTER	0	1,8082	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Neilar	0	1,8398	2
91	Sardinha em óleo comestível. Embalagemde 125 gr, lata não amassada, sem ferrugem, com identificação do produto, data de fabricação, prazo de validade, valor nutricional, peso deve constar na embalagem de registro. (12333)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	NAUTIQUE	0	3,1888	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Pescador	0	3,2445	2
92	Sal refinado, pct de 1 kg, com identificação do produto rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (9666)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	CRUZEIRO	0	1,4964	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 19/21

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 42/2013**Número do Registro de Preços: 42/2013****Data do Registro: 04/12/2013****Válido até: 04/12/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Zizo	0	1,5226	2
93	Vinagre. Embalagem de 750 ml, garrafa plástica, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias. (9668)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	HENNING	0	1,1045	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 20/21

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 42/2013**Número do Registro de Preços: 42/2013****Data do Registro: 04/12/2013****Válido até: 04/12/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Vinagre	0	1,1238	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 21/21

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 42/2013**Número do Registro de Preços: 42/2013****Data do Registro: 04/12/2013****Válido até: 04/12/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS N° 42/2013****PROCESSO N° 78/2013**

(6152) - COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA.

(6852) - NELSON KNAUL ME

(8394) - LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

Braço do Trombudo, 4 de Dezembro de 2013.

Ata de Registro de Preços 43/2013**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/3

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 43/2013****Número do Registro de Preços: 43/2013****Data do Registro: 04/12/2013****Válido até: 04/12/2014****Objeto da Compra:** Registro de preços para aquisição de gás de cozinha para escolas e centros de educação infantil da rede municipal de ensino do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Recarga de gás (GLP) para botijões de 13kg (8546)	UND	I. TRAPP & CIA LTDA (7649)	Liquigás	0	45,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 43/2013**Número do Registro de Preços: 43/2013****Data do Registro: 04/12/2013****Válido até: 04/12/2014****Objeto da Compra:** Registro de preços para aquisição de gás de cozinha para escolas e centros de educação infantil da rede municipal de ensino do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Dolsan	0	45,5000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 3/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 43/2013

Número do Registro de Preços: 43/2013**Data do Registro: 04/12/2013****Válido até: 04/12/2014**

Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de gás de cozinha para escolas e centros de educação infantil da rede municipal de ensino do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS N° 43/2013

PROCESSO N° 79/2013

(6152) - COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA.

(7649) - I. TRAPP & CIA LTDA

Braço do Trombudo, 4 de Dezembro de 2013.

Caçador

PREFEITURA

Decreto N° 5.818 - Aprova Remembramento de Terrenos Urbanos e Dá Outras Providências.

DECRETO n° 5.818, de 27 de novembro de 2013.

Aprova remembramento de terrenos urbanos e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal n° 6.766/79, Lei Estadual n° 6.063/82, Lei Complementar n° 128/2008 - Lei de Parcelamento do Solo Urbano,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o remembramento de 02 (dois) terrenos urbanos, infra-descritos, com as seguintes características:

I - uma área com superfície de 65,85m² (sessenta e cinco metros e oitenta e cinco décimos quadrados), devidamente matriculada sob o n° 30.432, do R.I. desta Comarca de Caçador, de propriedade de Assis Pereira e Outros, iniciando no marco denominado "p1=PP", dividindo-o com a Rua Teresina com a distância de 2,90 metros e com o azimute 117°21'12" até o ponto "p2"; Segue confrontando com o imóvel objeto da matrícula n° 16.702 com a distância de 22,64 metros e com azimute 207°30'58" até o ponto "p3"; Segue confrontando com o imóvel da matrícula 30.431 com a distância de 2,90 metros e com o azimute 297°36'01" até o ponto "p7"; Segue confrontando com o imóvel objeto da matrícula 12.222 com a distância de 22,61 metros e com o azimute 27°34'40" até o ponto "p1=PP"; Início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito.

II - uma área com superfície de 310,18m² (trezentos e dez metros e dezoitos décimos quadrados), devidamente matrícula do sob o n° 30.431, do R.I. desta Comarca de Caçador, de propriedade de Assis Pereira e Outros, iniciando no marco denominado "p6=PP", dividindo-se com os imóveis objeto das matrículas n° 12.222 e n° 30.431 com a distância de 16,44 metros e com o azimute 117°36'01" até o ponto "p3". Segue confrontando com o imóvel objeto da matrícula n° 16.702 com a distância de 18,87 metros e com o azimute 207°30'58" até o ponto "p4"; Segue confrontando com o imóvel objeto da matrícula n° 12.168 com a distância de 16,73 metros e com o azimute 298°45'40" até o ponto "p5"; Segue confrontando com o imóvel objeto da matrícula n° 13.611 com a distância de 18,53 metros e com o azimute 28°23'42" até o ponto "p6=PP"; Início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito.

Art. 2º A unificação dos terrenos urbanos mencionados no artigo anterior deste Decreto, resulta em uma área total de 376,03m² (trezentos e setenta e seis metros e três décimos quadrados), de propriedade de Assis Pereira e Outros, iniciando no marco denominado "p1=PP", dividindo-o com a Rua Teresina, com a distância de 2,90 metros e com o azimute 117°21'12" até o ponto "p2"; Segue confrontando com o imóvel constante na matrícula n° 16.702 com a distância de 41,51 metros e com o azimute 207°30'58" até o ponto "p3". Segue confrontando com o imóvel constante na matrícula n° 12.168 com a distância de 16,73 metros e com o azimute 298°45'40" até o ponto "p4"; Segue confrontando com o imóvel constante na matrícula n° 13.611 com a distância de 18,53 metros e com o azimute 28°23'42" até o ponto "p5"; Segue confrontando com o imóvel constante na matrícula 12.222 com a distância de 13,54 metros e com o azimute 117°36'01" com a distância de 13,54 metros até o ponto "p6"; Segue confrontando

com o imóvel constante na matrícula n° 12.222 com a distância de 22,61 metros e com o azimute 27°34'40" até o ponto "p1=PP"; Início da descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito.

Parágrafo Único - A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes deste desmembramento.

Art. 3º O Registro do remembramento no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação, na forma disposta no art. 14 da Lei Complementar n° 128, de 12/05/2008

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 27 de novembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Decreto N° 5.831 - Declara de Utilidade Pública Para Fins de Desapropriação Área de Terreno Rural.

DECRETO n° 5.831, de 04 de dezembro de 2013.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO ÁREA DE TERRENO RURAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e combinado com os arts. 2º e 6º do Decreto-Lei n° 3.365, de 21/6/1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública para fins de desapropriação, uma área de terreno rural, com superfície de 608,91m² (seiscentos e oito metros e noventa e um décimos quadrados), pertencente a uma área maior de 169.340,90 m² (cento e sessenta e nove mil, trezentos e quarenta metros e noventa décimos quadrados), situado na Fazenda Rio do Peixe, neste Município de Comarca, de propriedade de Hengelbert José Reinbold e Ruth de Cássia Reinbold, com inscrição imobiliária de n° 26.133 do Registro de Imóveis da Comarca de Caçador, com as seguintes medidas e confrontações: ao SUL: confronta com terreno de Matrícula do Registro de Imóveis n°. 28.130 medindo 34,70 (trinta e quatro metros e setenta centímetros quadrados); ao LESTE: confronta com terreno de Matrícula do Registro de Imóveis n°. 30.441, medindo 41,90 (quarenta e um metros e noventa centímetros); ao OESTE: confronta com área em Usucapião, medindo 37,10m (trinta e sete metros e dez centímetros).

Parágrafo Único - A área que se refere o artigo anterior será desapropriada para fins de implantação do acesso ao Loteamento Habitacional Nossa Senhora Salete.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 04 de dezembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal.

Portaria N° 23.300

PORTARIA N° 23.300, de 18 de Novembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 231 e seguintes, da Lei Complementar n° 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º - INSTAURAR Processo Administrativo a fim de apurar a falta de pagamento ao prestador de serviço ALAN MARCUS BLANC & CIA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n°. 08.691.549/0001-81, referente aos serviços prestados para construção da Mangueira e Pista de Arremate, junto ao Parque de Exposições de Caçador, habilitada em regime de execução por empreitada global, do tipo menor preço global, conforme memorial descritivo do Processo Licitatório n°. 47/2010, Tomada de Preços n°. 03/2010. A empresa foi adjudicada, firmando o Contrato com o Município de Caçador n° 80/10, prorrogado n°. 140/10, prorrogado n°. 60/2011, aditado n°. 122/2011, tudo conforme consta nos documentos apresentados/ protocolizados sob o n°. 10870/2013, e demais documentos que os instrui.

§ 1º - A Comissão de Processo Administrativo tem poderes de ampla e irrestrita investigação, averiguando se efetivamente ocorreu a prestação de serviço, aferindo a importância a ser paga, por que não foi empenhada a Prestação de Serviço, inclusive acerca da legitimidade e regularidade das despesas e/ou fatos novos que venham a surgir no decorrer do presente processo, em conformidade com decisão do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina n°. 5649/2010, análoga ao caso presente.

Art. 2º - DESIGNAR com base no art. 233, da Lei Complementar n° 56, de 20/12/04 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis Municipais de Caçador), os Servidores Públicos Municipais: Luciana Maria Barbosa Nunes de Oliveira, Coordenadora da Comissão de Sindicâncias e Processos Administrativos, FRANCIELI ANTUNES DE MACEDO, ocupante do cargo de Técnica em Contabilidade, lotado na Secretaria de Fazenda, CARLA CAVALHEIRO DALLAZEN, ocupante do cargo de Secretária Escolar, lotada na Secretaria de Educação, para, sob a presidência da primeira, compor a Comissão de Processo Administrativo n°. 06/2013. Os trabalhos serão secretariados pela estagiária de Direito Jéssica Menel, que não comporá a Comissão.

Art. 3º - A Comissão tem o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão dos trabalhos a contar da publicação da referida portaria no órgão oficial de publicação, podendo o citado prazo ser automaticamente prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, sem prejuízo dos trabalhos.

Art. 4º - Providencie a Comissão as provas que julgar necessárias para a completa apuração dos fatos denunciados.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 18 de Novembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETO
PREFEITO MUNICIPAL

GILBERTO HAUDSCH
SECRETÁRIO DE FAZENDA MUNICIPAL

Aviso de Dispensa de Licitação 10/2013 - Prefeitura

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR/SC

DISPENSA N° 10/2013 - FMS

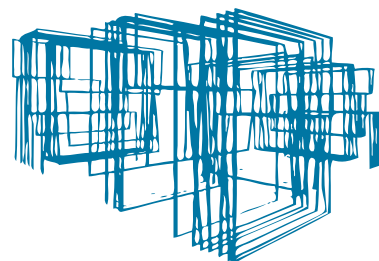
A Prefeitura Municipal de Caçador, SC, torna público a DISPENSA de licitação n° 10/2013 para contratação de empresa habilitada para construção de passarela sobre o rio do peixe, entre os bairros vila Kurtz, junto a empresa Conre Construções e Reformas Ltda-EPP, com sede na cidade de Itajaí, SC, pelo período de 60 (sessenta) dias, pelo valor global de R\$ 142.713,25 (cento e quarenta e dois mil, setecentos e treze reais e vinte e cinco centavos), nos termos do Artigo 24, Inciso V, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Maiores Informações poderão ser obtidos na Coord. de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Caçador, Sito Avenida Santa Catarina, 195, e-mail:licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, das 13:00 às 19:00 horas ou pelo site www.cacador.sc.gov.br

Caçador, 04 de dezembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETO

Prefeitura Municipal de Caçador



Programa de
Gestão de Obras



Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

www.ciga.sc.gov.br

Compras Mês Novembro 2013 - Cultura - Esporte - FIA - FUNDEMA- Habitação - IPPUC - Prefeitura - Saúde - Social**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE CACADOR**

Página: 1/1

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ABRIL COMUNICAÇÕES S/A	QUADRINHO DISNEY COMPLETO	146	1,000	329,1600	329,16
ADRIANO MEIRELES RIBEIRO - ME	CURSOS DIVERSOS	162	1,000	1.000,0000	1.000,00
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DO SISTEMA DE CONTABILIDADE PUBLICA	151	2,000	158,4700	316,94
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DO SISTEMA DE FOLHA	151	2,000	113,1900	226,38
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DO SISTEMA DE LICITAÇÕES E COMPRAS	151	2,000	101,8700	203,74
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DO SISTEMA DE RECURSOS HUMANOS	151	2,000	22,6300	45,26
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DO SISTEMA DE TESOURARIA	151	2,000	22,6300	45,26
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL SISTEMA SERVIDOR PUBLICO	151	2,000	298,8300	597,66
EVALDO MARTIN SCHULZE-ME	SUPORTE PARA BANNER	149	2,000	180,0000	360,00
EXPRESSO APOIO A GESTAO PUBLICA LTDA	SUPORTE TECNICO APOS IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS	150	1,000	5.000,0000	5.000,00
GGNET TELECOMUNICAÇÕES LTDA- EPP	SERVIÇO DE INTERNET	157	12,000	91,9767	1.103,72
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL 20 LITROS S/CASCO	144	7,000	9,1800	64,26
Total Geral do Mês ---->					9.292,38

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CACADOR

Página: 1/1

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
BETHA SISTEMAS LTDA	SISTEMA DA TESOUREARIA.	369	2,000	22,6300	45,26
BETHA SISTEMAS LTDA	SISTEMA DE CONTABILIDADE PUBLICA.	369	2,000	158,0000	47,00
BETHA SISTEMAS LTDA	SISTEMA DE FOLHA DE PAGAMENTO	369	2,000	113,1900	226,38
BETHA SISTEMAS LTDA	SISTEMA DE LICITACOES E CONTRATOS.	369	2,000	101,8700	203,74
BETHA SISTEMAS LTDA	SISTEMA DO SERVIDOR PÚBLICO	369	2,000	298,8300	597,66
C.SCHUMACHER E CIA LTDA - ME	Transporte de atletas, técnicas e dirigentes com veículo com	362	2.743,490	1,9900	5.459,55
C.SCHUMACHER E CIA LTDA - ME	Transporte de atletas, técnicas e dirigentes com veículo com	363	2.396,960	1,9900	4.769,95
C.SCHUMACHER E CIA LTDA - ME	Transporte de atletas, técnicas e dirigentes com veículo com	370	2.449,920	1,9900	4.875,34
C.SCHUMACHER E CIA LTDA - ME	Transporte de atletas, técnicas e dirigentes com veículo com	376	374,000	1,9900	744,26
C.SCHUMACHER E CIA LTDA - ME	Transporte de atletas, técnicos e	338	875,379	1,9900	1.742,00
C.SCHUMACHER E CIA LTDA - ME	Transporte de atletas, técnicos e	339	800,000	1,9900	1.592,00
C.SCHUMACHER E CIA LTDA - ME	Transporte de atletas, técnicos e	358	770,500	1,9900	1.533,30
C.SCHUMACHER E CIA LTDA - ME	Transporte de atletas, técnicos e dirigentes com veículo com	337	560,000	2,0500	1.148,00
C.SCHUMACHER E CIA LTDA - ME	Transporte de atletas, técnicos e dirigentes com veículo com	362	4.352,930	2,0500	8.923,51
C.SCHUMACHER E CIA LTDA - ME	Transporte de atletas, técnicos e dirigentes com veículo com	363	780,000	2,0500	1.599,00
C.SCHUMACHER E CIA LTDA - ME	Transporte de atletas, técnicos e dirigentes com veículo com	370	2.826,740	2,0500	5.794,82
CLODOMIRA GONÇALVES DE SOUZA 80828841934	Lavagem completa de automóvel de passeio	343	1,000	20,3000	20,30
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	ÁGUA MINERAL 20 LITROS	364	7,000	9,1800	64,26
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	ÁGUA MINERAL 510 ML S/ GÁS C/ 12	364	87,000	11,9700	1.041,39
Total Geral do Mês ---->					40.427,72

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DA INFANCIA E ADOLESC. DE CACADOR

Página: 1/1

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DO SISTEMA DE CONTABILIDADE PÚBLICA, FIA	47	2,000	158,4700	316,94
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DO SISTEMA DE COMPRAS E LICITAÇÕES, FIA	47	2,000	62,2600	124,52
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DO SISTEMA DE TESOURARIA, FIA	47	2,000	22,1300	44,26
Total Geral do Mês ---->					485,72

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO MUN. DO MEIO AMBIENTE DE CACADOR-FUNDEMA

Página: 1/2

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ABCM ELETROTECNICA LTDA	LÂMPADA FLUORESCENTE TUBULAR 20 W, SELO PROCEL/INMETRO	615	15,000	3,2300	48,45
ABCM ELETROTECNICA LTDA	LÂMPADA FLUORESCENTE TUBULAR 32 W, SELO PROCEL/INMETRO	615	15,000	4,1200	61,80
ABCM ELETROTECNICA LTDA	LÂMPADA FLUORESCENTE TUBULAR 40 W, SELO PROCEL/INMETRO	615	17,000	3,2300	54,91
ABCM ELETROTECNICA LTDA	REATOR ELETRÔNICO PARA LÂMPADA FLUORESCENTE 2x20 W	615	15,000	18,0800	271,20
ABCM ELETROTECNICA LTDA	REATOR ELETRÔNICO PARA LÂMPADA FLUORESCENTE 2x40 W	615	17,000	20,2200	343,74
ABCM ELETROTECNICA LTDA	REATOR ELETRÔNICO PARA LÂMPADA FLUORESCENTE 2x32 W	615	15,000	21,4600	321,90
ABCM ELETROTECNICA LTDA	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRIC	616	72,000	25,1100	1.807,92
AGROVETERINÁRIA E PET SHOP DA ROSA LTDA E	RAÇÃO SECA PARA CÃES ADULTOS, CUJA COMPOSIÇÃO ATINJA OS SEG	629	125,000	3,5000	437,50
AGROVETERINÁRIA E PET SHOP DA ROSA LTDA E	RAÇÃO SECA PARA CÃES ADULTOS, CUJA COMPOSIÇÃO ATINJA OS SEG	629	441,000	2,5000	1.102,50
AGROVETERINÁRIA E PET SHOP DA ROSA LTDA E	RAÇÃO ÚMIDA EM LATA, TIPO PATÊ, PARA CÃES ADULTOS, CUJA COM	629	3,000	4,5000	13,50
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE AMARELO	578	800,000	2,2500	1.800,00
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DO SISTEMA DE COMPRAS E LICITAÇÕES, COM ATÉ 02 USUÁR	611	2,000	101,8700	203,74
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DO SISTEMA DE CONTABILIDADE PÚBLICA, COM 01 USUÁRIO	611	2,000	158,4700	316,94
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DO SISTEMA DE FOLHA DE PAGAMENTO, COM 01	611	2,000	113,1900	226,38
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DO SISTEMA DE RECURSOS HUMANOS, COM 01 USUÁRIO	611	2,000	132,6600	265,32
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DO SISTEMA DE TESOURARIA, COM 01 USUÁRIO	611	2,000	22,6300	45,26
BETHA SISTEMAS LTDA	SISTEMA DO SERVIDOR PÚBLICO	611	2,000	298,8300	597,66
CAPRI TINTAS LTDA - ME	TINTA ACR. STD. CONCRETO, LATA18 LTS	602	36,000	89,0000	3.204,00
CAPRI TINTAS LTDA - ME	TINTA ACRÍLICO FOSCO PREMIUM CINZA PADRÃO PARQUE CENTRAL	602	10,000	100,0000	1.000,00
CAPRI TINTAS LTDA - ME	TINTA ACRÍLICO FOSCO PREMIUM VERDE PADRÃO PARQUE CENTRAL	602	3,000	96,0000	288,00
CAPRI TINTAS LTDA - ME	TINTA AMARELO PADRÃO SINTÉTICO PARQUE	602	24,000	38,5000	924,00
CAPRI TINTAS LTDA - ME	TINTA BRANCO SINTÉTICO, GALÃO 3,6 LTS	602	29,000	38,5000	1.116,50
CAPRI TINTAS LTDA - ME	TINTA VERMELHO SINTÉTICO PADRÃO PARQUE CENTRAL	602	4,000	39,5000	158,00
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA -	CIMENTO PORTLAND CP II 32, ACONDICIONADOS EM SACOS DE 50 KIL	610	647,000	23,4800	15.191,56
CENTRO INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA - CIEE/S	CONTRATAÇÃO DO CIEE	623	1,000	2.136,0000	2.136,00
CLODOMIRA GONÇALVES DE SOUZA 80828841934	Lavagem completa de automóvel de passeio	582	1,000	20,3000	20,30
COOPER. AGROIND. DO PRODUT. DE HORTIFRUTIC	Adubo 04-14-08, saco com 50 quilos	580	12,000	46,5000	558,00
COOPER. AGROIND. DO PRODUT. DE HORTIFRUTIC	FORMICIDA EM PÓ	580	30,000	5,0000	150,00
COOPER. AGROIND. DO PRODUT. DE HORTIFRUTIC	Formicida granulado tipo blitz	580	5,000	60,0000	300,00
COOPER. AGROIND. DO PRODUT. DE HORTIFRUTIC	GLIFOSATO	580	5,000	270,0000	1.350,00
COZINHA INDUSTRIAL FISCHE HAUS LTDA	REFEIÇÕES PRONTAS TIPO MARMITEX N° 09, COM SUCO	579	956,000	9,4800	9.062,88
GEOPROSPEC SERVIÇOS DE SONDAGEM LTDA - M	PERFURAÇÃO DE POÇOS COM TRADO HELICOIDAL DE 3" - 76 MM	598	1,000	7.800,0000	7.800,00
GERMINO COFFERRI-ME	PLACA PARA VEÍCULO	600	2,000	57,5000	115,00
GRÁFICA E EDITORA CAÇADOR LTDA- ME	CONFECÇÃO DE PANFLETOS	609	5.000,000	0,0840	420,00
GRANITOS MONDINI LTDA - ME	PEÇAS DE CONCRETO ARMADO PRÉ-FABRICADO COM	591	60,000	18,4600	1.107,60
GRANITOS MONDINI LTDA - ME	PEÇAS DE CONCRETO ARMADO PRÉ-FABRICADO COM FCK	591	16,000	45,0000	720,00
GRANITOS MONDINI LTDA - ME	PEÇAS DE CONCRETO ARMADO PRÉ-FABRICADO COM FCK.,	591	13,000	26,4000	343,20

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO MUN. DO MEIO AMBIENTE DE CACADOR-FUNDEMA

Página: 2/2

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
GRANITOS MONDINI LTDA - ME	PEÇAS DE CONCRETO ARMADO PRÉ-FABRICADO COM FCK., DE	591	56,000	3,8400	215,04
GRANITOS MONDINI LTDA - ME	PEÇAS DE CONCRETO ARMADO PRÉ-FABRICADO COM FCK., DE 2	591	60,000	29,4000	1.764,00
GRANITOS MONDINI LTDA - ME	PEÇAS DE CONCRETO ARMADO PRÉ-FABRICADO COM FCK., DE 20	591	60,000	39,6800	2.380,80
GRANITOS MONDINI LTDA - ME	PEÇAS DE CONCRETO ARMADO PRÉ-FABRICADO COM FCK., DE 20 M	591	60,000	36,6000	2.196,00
GRANITOS MONDINI LTDA - ME	PEÇAS DE CONCRETO ARMADO PRÉ-FABRICADO COM FCK., DE 20 MP	591	112,000	33,6000	3.763,20
GRANITOS MONDINI LTDA - ME	PEÇAS DE CONCRETO ARMADO PRÉ-FABRICADO COM FCK., DE 20 MPA	591	128,000	45,5100	5.825,28
GRANITOS MONDINI LTDA - ME	PEÇAS DE CONCRETO ARMADO PRÉ-FABRICADO COM FCK., DE 20 MPA.,	591	64,000	104,3500	6.678,40
INOVA LOCAÇÃO LTDA	LOCAÇÃO DE ROMPEDOR PARA CONCRETO	576	1,000	70,0000	70,00
INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - II	CONTRATAÇÃO DO IEL	622	1,000	2.136,0000	2.136,00
MEIOESTE AMBIENTAL LTDA	COLETA, TRANSPORTE E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS	589	1,565	71.590,0000	112.038,35
MEIOESTE AMBIENTAL LTDA	OPERAÇÃO, CONTROLE E MANUTENÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO.	590	906,280	81,9100	74.233,39
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PEDRA BRITA NO 01.	588	150,000	45,6000	6.840,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PEDRA BRITA NO. 02.	588	566,000	45,5000	25.753,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PEDRISCO	588	385,000	50,0000	19.250,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PÓ DE PEDRA.	588	360,000	50,5000	18.180,00
OTTIMIZARE ENG.IND. COM. IMPORT. E EXP. LTDA	SERVIÇOS DE SERRALHERIA COM APLICAÇÃO DE PEÇAS	601	28,000	35,0000	980,00
PATRIMONIAL COM. DE EQUIP. ELETR. E ELTRON. I	ARRUELA	597	3,000	0,0400	0,12
PATRIMONIAL COM. DE EQUIP. ELETR. E ELTRON. I	CABO COAXIAL RG 59 MALHA AÇO	597	100,000	0,9700	97,00
PATRIMONIAL COM. DE EQUIP. ELETR. E ELTRON. I	CABO COAXIAL RG59 MALHA COBRE	597	450,000	4,2600	1.917,00
PATRIMONIAL COM. DE EQUIP. ELETR. E ELTRON. I	CAIXA DE PASSAGEM PVC 2 X 4"	597	4,000	4,9000	19,60
PATRIMONIAL COM. DE EQUIP. ELETR. E ELTRON. I	CAIXA INSPEÇÃO PVC	597	15,000	7,2700	109,05
PATRIMONIAL COM. DE EQUIP. ELETR. E ELTRON. I	FIO PARALELO 2X1MM	597	450,000	1,4400	648,00
PATRIMONIAL COM. DE EQUIP. ELETR. E ELTRON. I	MANGUEIRA 1"	597	125,000	1,4400	180,00
RUI BATISTA DOS SANTOS (POWERTEC)	HORA TÉCNICA P/ SERVIÇO EM MICRO	583	4,000	57,5000	230,00
STANG E STANG LTDA	ÓLEO DIESEL COMUM	584	3.400,000	2,1400	7.276,00
SYSMATEC INFORMATICA EIRELE - ME	CABO DE REDE	614	3,000	2,5000	7,50
SYSMATEC INFORMATICA EIRELE - ME	MÃO DE OBRA CONserto de MICRO COMPUTADOR	613	1,000	50,0000	50,00
SYSMATEC INFORMATICA EIRELE - ME	PLACA DE REDE	614	1,000	40,0000	40,00
VINIMAX- COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE PLÁSTICO	LONA EM MEMBRANA DE POLIÉSTER DE ALTA TENACIDADE REVESTIDA C	630	20,000	1.408,0000	28.160,00
Total Geral do Mês ---->					374.921,49

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO DE CACADOR

Página: 1/1

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DO SISTEMA DE CONTABILIDADE PUBLICA	15	2,000	158,4700	316,94
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DO SISTEMA DE LICITAÇÕES E COMPRAS	15	2,000	62,2600	124,52
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DO SISTEMA DE TESOURARIA	15	2,000	22,6300	45,26
Total Geral do Mês ---->					486,72

ESTADO DE SANTA CATARINA
IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CACADOR

Página: 1/1

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DE SISTEMA DE RECURSOS HUMANOS	101	2,000	143,3700	286,74
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DO SISTEMA DE COMPRAS E LICITAÇÕES, IPPUC	101	2,000	101,8700	203,74
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DO SISTEMA DE CONTABILIDADE PÚBLICA, IPPUC	101	2,000	158,4700	316,94
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DO SISTEMA DE FOLHA DE PAGAMENTO, IPPUC	101	2,000	124,5100	249,02
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO, IPPUC	101	2,000	113,1900	226,38
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DO SISTEMA DE TESOURARIA, IPPUC	101	2,000	22,6300	45,26
BETHA SISTEMAS LTDA	SISTEMA DO SERVIDOR PÚBLICO	101	2,000	298,8300	597,66
CLODOMIRA GONÇALVES DE SOUZA 80828841934	Lavagem completa de veículo pequeno - automóveis e passeio	107	2,000	20,3000	40,60
SYSMATEC INFORMATICA EIRELE - ME	ESTABILIZADOR TRANS. BIVOLT ENT 220 SAI 110 1000V	100	1,000	304,6986	304,70
SYSMATEC INFORMATICA EIRELE - ME	HD SATA 500 GB	100	2,000	330,8157	661,63
Total Geral do Mês ---->					2.932,67

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 1/13

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ABCM ELETROTECNICA LTDA	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 2,5 MM2, 750 V - COR ISOLAME	3904	55,000	0,5900	32,45
ABCM ELETROTECNICA LTDA	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 2,5 MM2, 750 V - COR PRETO	3904	55,000	0,5900	32,45
ABCM ELETROTECNICA LTDA	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 2,5 MM2, 750 V - COR ISOLAMENT	3929	82,000	0,6200	50,84
ABCM ELETROTECNICA LTDA	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 2,5 MM2, 750 V - VERDE	3963	5,000	0,6200	3,10
ABCM ELETROTECNICA LTDA	CANAleta PLÁSTICA 20X10X2100 MM , SEM DIVISÓRIA INTERNA	3929	17,000	2,4100	40,97
ABCM ELETROTECNICA LTDA	DISJUNTOR UNIPOLAR, PADRÃO DIN, 20 A, 2 KA	3963	10,000	5,1100	51,10
ABCM ELETROTECNICA LTDA	FITA ISOLANTE EM PVC, ANTICHAMA, 19 MM X 10 M	3929	3,000	1,8800	5,64
ABCM ELETROTECNICA LTDA	LÂMPADA FLUORESCENTE TUBULAR 32 W. SELO PROCEL/INMETRO	3904	4,000	4,1200	16,48
ABCM ELETROTECNICA LTDA	LÂMPADA INCANDESCENTE 100 W COM FILAMENTO REFORÇADO	4110	52,000	5,7900	301,08
ABCM ELETROTECNICA LTDA	LUMINÁRIA COMERCIAL PARA LÂMPADA FLUORESCENTE 2X32 W, COM CO	3904	3,000	47,7500	143,25
ABCM ELETROTECNICA LTDA	REATOR ELETRÔNICO PARA LÂMPADA FLUORESCENTE2x32 W	3904	2,000	21,4600	42,92
ABCM ELETROTECNICA LTDA	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRIC	3905	17,000	25,1100	426,87
ABCM ELETROTECNICA LTDA	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRIC	3930	16,000	25,1100	401,76
ABCM ELETROTECNICA LTDA	TOMADA SIMPLES 2P + T, 20 A, 250 V - NBR 14136	3929	11,000	3,7400	41,14
ACESSORIOS RIBEIRO LTDA - ME	BATERIA 100 AMPÉRES	3883	1,000	310,0000	310,00
ACESSORIOS RIBEIRO LTDA - ME	BATERIA 70 AMPERES, CORRENTE DE PARTIDA 675 AMPERES.	3883	3,000	230,0000	690,00
ACESSORIOS RIBEIRO LTDA - ME	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA	3853	39,000	40,0000	1.560,00
ADELVO BASQUERA - EPP	EXTINTOR NOVO CO2 04 QUILOS	4096	4,000	335,0000	1.340,00
ADELVO BASQUERA - EPP	EXTINTOR NOVO CO2 06 QUILOS	4096	11,000	365,4545	4.020,00
ADELVO BASQUERA - EPP	KIT DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA 2 x 55 w acompanhado de bate	4096	39,000	376,9231	14.700,00
AGF. ANTI-GRANIZO FRAIBURGO LTDA	Contratação de Serviços de Operação de Sistema Anti Granizo	3754	1,000	21.688,2500	21.688,25
AGROPECUÁRIA BARZA LTDA - ME - COMERCIAL P,	OLEO CANFORADA	3768	6,000	8,0000	48,00
AGROPECUÁRIA BARZA LTDA - ME - COMERCIAL P,	SEPTIPEN PLUS	3943	18,000	17,9000	322,20
AGROPECUÁRIA BARZA LTDA - ME - COMERCIAL P,	SEPTIPEN PLUS 15	3768	18,000	17,9000	322,20
ALAIANE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA- ME	Itinerário Matutino: Linha Taquara Verde x Serraria Grande,	4000	2.896,000	2,3700	6.863,52
ALFREDO GUILHERME TARTAROTTI	CADEADO E-40	4100	6,000	15,6000	93,60
ALFREDO GUILHERME TARTAROTTI	CADEADO N° E 45	4100	1,000	14,5000	14,50
ALFREDO GUILHERME TARTAROTTI	CHAVE TETRA	4100	1,000	15,0000	15,00
ALFREDO GUILHERME TARTAROTTI	CHAVE YALE I	4100	21,000	5,0000	105,00
ALFREDO GUILHERME TARTAROTTI	CONCERTO DE FECHADURA	3882	1,000	150,0000	150,00
ALFREDO GUILHERME TARTAROTTI	CÓPIA CHAVE TANQUE DE COMBUSTÍVEL	3842	2,000	7,0000	14,00
ALFREDO GUILHERME TARTAROTTI	CÓPIA DE CHAVE YALE	3842	1,000	5,0000	5,00
ALFREDO GUILHERME TARTAROTTI	Fechadura externa	4100	1,000	24,8000	24,80
ALFREDO GUILHERME TARTAROTTI	FECHO PARA PORTA	4100	9,000	7,5000	67,50
ALFREDO GUILHERME TARTAROTTI	PUNHO PARA JANELA	4100	2,000	9,0000	18,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	CEREAL MATINAL DE MILHO COM AÇÚCAR	3807	1.000,000	10,7712	10.771,20
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	LEITE UHT INTEGRAL LONGA VIDA - EMBALAGEM TETRA PAK, 2013	3913	3.000,000	2,1800	6.540,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 2/13

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	MACARRÃO C/ OVOS TIPO CABELO DE ANJO. MERENDA 2012	3913	300,000	5,6268	1.688,04
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	MACARRÃO COM OVOS (TIPO ESPAGUETE), MERENDA 2013	3913	100,000	4,8800	488,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	MACARRÃO COM OVOS (TIPO PENNE).MERENDA 2013	3913	300,000	4,6703	1.401,09
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	MACARRÃO COM OVOS(TIPO PARAFUSO) MERENDA 2013	3913	300,000	5,6080	1.682,40
AREIA COM. DE MAT. DE CONSTRUCAO LTDA	SABONETEIRA LÍQUIDA C/ RESERVATÓRIO	3897	3,000	35,5200	106,56
ATERPLAN SERVICOS E CONSTRUcoes LTDA	CONCRETO USINADO FCK 30 MPA (CONVENCIONAL)	4108	7,000	297,0000	2.079,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	Créditos para cartão referente a vale transporte	3792	1.280,000	1,1500	1.472,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	Itinerário Matutino e Vespertino: Linha Assentamento passand	3983	2.688,000	3,5004	9.409,08
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	Itinerário matutino e Vespertino: Linha São Pedro x Cará	3984	2.406,600	3,3270	8.006,76
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	Itinerário Matutino: Linha Cachoeirinha, entrando em direção	3984	1.310,400	4,1832	5.481,67
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	Itinerário Matutino: Linha Caixa D'água, passan	3984	2.137,800	3,2019	6.845,02
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	Itinerário Matutino: Linha Castelli x Turma 60,	3984	1.806,000	4,5298	8.180,82
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	Itinerário matutino: Linha Horto Municipal X Japonês entrand	3984	1.281,000	4,4185	5.660,10
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	Itinerário Matutino: Linha Paulista	3983	1.411,200	3,6558	5.159,06
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	Itinerário matutino: Linha Pedra Branca x Mandelli x Chapada	3984	2.116,800	3,3449	7.080,48
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	Itinerário Matutino: Linha Roveda X Criminácio X Fazenda	3983	2.608,200	2,8796	7.510,57
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	Itinerário Matutino: Linha São Francisco, passando pela EMEB	3984	2.423,400	3,1446	7.620,62
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	Itinerário MATutino: Linha Taquara Verde X Fazenda Taitalo	3984	2.864,400	2,9618	8.483,78
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	Itinerário Matutino: Linha Taquara Verde x Sitio Pinhalzinho	3984	2.318,400	2,7812	6.447,93
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	Itinerário Vespertino: Linha Caixa D'Água	3984	2.137,800	3,2110	6.864,48
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	Itinerário Vespertino: Linha Konder x Pena passando pela esc	3984	1.386,000	5,4289	7.524,46
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	Itinerário Vespertino: Linha Pedra Branca Aliança x Tróia- e	3984	2.373,000	3,0674	7.278,94
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	Itinerário Vespertino: Linha Rodolfo Nickel X Ass	3984	2.100,000	3,9337	8.260,77
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	Itinerário Vespertino: Linha Roveda X Criminácio X Fazenda	3983	2.608,200	2,8874	7.530,92
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	Itinerário Vespertino: Linha Seminário, saindo em direção ao	3984	1.570,800	4,9940	7.844,58
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	Itinerário Vespertino: Linha Serra Azul X Bugre	3984	1.818,600	5,6161	10.213,44
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	Itinerário Vespertino: Linha Tamanduá x Laranjeira	3982	3.813,600	2,8723	10.953,80
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	Itinerário: Matutino e Vespertino: Linha Benjamin Constant x	3983	3.255,000	2,9057	9.458,05
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	Itinerário: Matutino e Vespertino: Linha Benjamin Constant x	4102	1.365,000	2,9057	3.966,28
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	Transporte com veículo do tipo ônibus com 42 lugares, de alu	3759	27,000	162,6000	4.390,20
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE ALUNOS	3931	28.359,000	3,3000	93.584,70
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE AMARELO	3745	840,000	2,2500	1.890,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE AMARELO	3746	240,000	2,2500	540,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE AMARELO	3747	160,000	2,2500	360,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE AMARELO	3748	2.180,000	2,2500	4.905,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE AMARELO	3749	3.360,000	2,2500	7.560,00
AUTO PEÇAS CACHINSKI LTDA - EPP	BLAZER 5 PT 147 CV-FLEX PLACA-MHJ3784 ANO 2009	3938	391,450	1,0000	391,45
AUTO PEÇAS CACHINSKI LTDA - EPP	M.BENZ/L 1113 145CV DIESEL PLACA-LNZ2747	3764	213,430	1,0000	213,43
AUTO PEÇAS CACHINSKI LTDA - EPP	M.BENZ/L 1113 145CV DIESEL PLACA-LNZ2747	3766	196,000	1,0000	196,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 3/13

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
AUTO PEÇAS CACHINSKI LTDA - EPP	MICRO ONIBUS AGRAL1600 91CV-DIESEL-PLACA-LZR7684	3763	219,430	1,0000	219,43
AUTO PEÇAS CACHINSKI LTDA - EPP	S10 2.8 4X4 CABINE DUPLA 132 CV-DIESEL PLACA-MCW9029 ANO2003	3763	101,340	1,0000	101,34
AUTO PEÇAS CACHINSKI LTDA - EPP	S10 2.8 4X4 CABINE DUPLA 132 CV-DIESEL PLACA-MCW9029 ANO2003	3938	402,480	1,0000	402,48
AUTO PEÇAS CACHINSKI LTDA - EPP	TOYOTA BANDEIRANTE 4 PT 102CV-1T-DISEL-PLACA-LXU0760-ANO1995	3764	97,850	1,0000	97,85
AUTO PEÇAS CACHINSKI LTDA - EPP	TOYOTA BANDEIRANTE 4 PT 102CV-1T-DISEL-PLACA-LXU0760-ANO1995	3766	196,000	1,0000	196,00
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DO SISTEMA DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO VIA INTERNET		2,000	339,5800	679,16
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DO SISTEMA DE BIBLIOTECA, COM ATÉ 04 USUÁRIOS SIMULT		2,000	282,9800	565,96
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DO SISTEMA DE CONTABILIDADE PUBLICA COM ATÉ15 USUÁRI		2,000	2.377,0200	4.754,04
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DO SISTEMA DE CONTROLE DE ESTOQUE, COM ATÉ 02 USUÁRI		2,000	181,1100	362,22
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DO SISTEMA DE CONTROLE DE FROTAS, COM ATÉ 02		2,000	158,4700	316,94
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DO SISTEMA DE CONTROLE DE ÍNDICES, COM ATÉ 10 USUÁRI		2,000	113,1900	226,38
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DO SISTEMA DE CONTROLE DE LEGISLAÇÃO, COM ATÉ 02		2,000	22,6300	45,26
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DO SISTEMA DE CONTROLE DE NOTAS FISCAIS ELETRÔNICAS		2,000	6.451,9200	12.903,84
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO, COM ATÉ 36 USUÁRIOS SIMULTÂN		2,000	3.112,6300	6.225,26
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DO SISTEMA DE ESCRITURAÇÃO FISCAL VIA INTERNET,		2,000	2.377,0200	4.754,04
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DO SISTEMA DE FOLHA DE PAGAMENTO, COM ATÉ 10 USUÁRIO		2,000	2.433,6200	4.867,24
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DO SISTEMA DE LICITAÇÕES E COMPRAS, COM ATÉ 09 USUÁ		2,000	1.245,1100	2.490,22
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DO SISTEMA DE OUVIDORIA, COM ATÉ 02 USUÁRIOS SIMULTÂ		2,000	22,6300	45,26
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DO SISTEMA DE PATRIMONIO PÚBLICO, COM ATÉ 03 USUÁRIO		2,000	203,7400	407,48
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL (PPA, LDO e LOA		2,000	384,8600	769,72
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DO SISTEMA DE PONTO ELETRÔNICO, COM ATÉ 02 USUÁRIOS		2,000	169,7800	339,56
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DO SISTEMA DE PROTOCOLO CENTRAL, COM ATÉ 04 USUÁRIO		2,000	226,3800	452,76
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DO SISTEMA DE RECURSOS HUMANOS, COM ATÉ 03 USUÁRIOS		2,000	430,1200	860,24
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DO SISTEMA DE TESOURARIA, COM ATÉ 06 USUÁRIOS		2,000	22,6300	45,26
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DO SISTEMA DE TRIBUTAÇÃO, COM ATÉ 30 USUÁRIOS SIMULT		2,000	2.297,7900	4.595,58
BETHA SISTEMAS LTDA	SISTEMA DO SERVIDOR PÚBLICO		2,000	688,2100	1.376,42
BETHA SISTEMAS LTDA	SUORTE TÉCNICO APÓS IMPLANTAÇÃO DOS SISTEMAS		105,440	60,0000	6.326,40
BRESSAN AUTOPECAS LTDA	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA CAMINHÃO MERCEDES MIR 2599	3858	746,600	1,0000	746,60
BRESSAN AUTOPECAS LTDA	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA CAMINHÃO VOLKS LZV 6453	3837	298,870	1,0000	298,87
BRESSAN AUTOPECAS LTDA	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA CAMINHÃO VOLKS MAN 1633	3858	1.449,620	1,0000	1.449,62

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 4/13

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
BRESSAN AUTOPECAS LTDA	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA CAMINHÃO VOLKSWAGEM MAN 16	3837	194,420	1,0000	194,42
BRESSAN AUTOPECAS LTDA	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA CAMINHÃO VOLKSWAGEM MAN 16	3858	1.116,680	1,0000	1.116,68
BRESSAN AUTOPECAS LTDA	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA CAMINHÃO VOLKSWAGEM MAY 78	3837	141,530	1,0000	141,53
BRESSAN AUTOPECAS LTDA	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA CAMINHÃO VOLKSWAGEM MBA 02	3837	227,320	1,0000	227,32
BRESSAN AUTOPECAS LTDA	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA CAMINHÃO VOLKSWAGEM MBA 02	3970	282,000	1,0000	282,00
BRESSAN AUTOPECAS LTDA	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA CAMINHÃO VOLKSWAGEM MBA 02	3971	222,890	1,0000	222,89
BRESSAN AUTOPECAS LTDA	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA CAMINHÃO VOLKSWAGEM MBW 58	3858	1.429,250	1,0000	1.429,25
BRESSAN AUTOPECAS LTDA	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA CAMINHÃO VOLKSWAGEM MCC 82	3858	322,450	1,0000	322,45
BRESSAN AUTOPECAS LTDA	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA MICRO ÔNIBUS MERCEDES BENZ	3858	1.389,610	1,0000	1.389,61
BRESSAN AUTOPECAS LTDA	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA MICRO ÔNIBUS MERCEDES BENZ	3896	111,230	1,0000	111,23
BRESSAN AUTOPECAS LTDA	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA MICRO-ÔNIBUS MDM 6072	3837	260,990	1,0000	260,99
BRESSAN AUTOPECAS LTDA	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA TRATOR DE PNEU VALMET	3895	104,310	1,0000	104,31
CAÇADOR COMERCIO DE MOTORES LTDA - TORTE	FIO PARA ROÇADEIRA	4112	312,000	0,5200	162,24
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - EPP	LÂMINAS DE SERRA (SERRINHA) PARA CORTAR FERRO	3900	20,000	2,6900	53,80
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - EPP	PARAFUSO CABEÇA CHATA FIXER PHILIPS 3,5 X 4,0	3900	10,000	2,7900	27,90
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - EPP	PARAFUSO CABEÇA SEXTAVADA COM PORCA E ARRUELA LISA	3900	5,000	60,5400	302,70
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - EPP	PARAFUSO CABEÇA SEXTAVADA COM PORCA E ARRUELA LISA 1/4 X 3"	3900	5,000	32,8800	164,40
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - EPP	PISTOLA DE PINTURA PROFISSIONAL BAIXA PRESSÃO CANECA SUPERIO	3900	1,000	199,9000	199,90
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - EPP	SERRA CIRCULAR 300 X 30 X 36 OU 32 DENTES	3900	1,000	144,5000	144,50
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - EPP	SERRA CIRCULAR 300 X 30 X 96 OU 100 DENTES TRAPÉZIO	3900	1,000	215,0000	215,00
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA -	COLA BRANCA TIPO CASCOREZ 1 KG, PARA COLAR MADEIRA	3812	10,000	13,2800	132,80
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA -	ESGUICHO PARA MANGUEIRA DE JARDIM	3880	1,000	8,9100	8,91
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA -	MANGUEIRA 1"	3880	50,000	0,7946	39,73
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA -	MANGUEIRA PARA JARDIM	3880	50,000	1,8000	90,00
CENTRO INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA - CIEE/S	CONTRATAÇÃO DO CIEE	4080	0,020	41.818,2000	841,61
CENTRO INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA - CIEE/S	CONTRATAÇÃO DO CIEE	4085	0,269	41.818,2000	11.257,71
CENTRO INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA - CIEE/S	CONTRATAÇÃO DO CIEE	4087	0,448	41.818,2000	18.742,90
CERES - COM. E TRANSP. DE DERIV. DE PETROLEC	OLEO DIESEL (BIODIESEL)	3778	10.000,000	2,1000	21.000,00
CERES - COM. E TRANSP. DE DERIV. DE PETROLEC	OLEO DIESEL (BIODIESEL)	3885	10.000,000	2,1000	21.000,00
CERES - COM. E TRANSP. DE DERIV. DE PETROLEC	OLEO DIESEL (BIODIESEL)	4105	10.000,000	2,1000	21.000,00
CLAUDIO TRIBESS - ME	BANANA CATURRA. MERENDA 2013	3805	6.000,000	1,1600	6.960,00
CLAUDIO TRIBESS - ME	BANANA CATURRA. MERENDA 2013	3889	6.000,000	1,1600	6.960,00
CLAUDIO TRIBESS - ME	BANANA CATURRA. MERENDA 2013	3894	500,000	1,1600	580,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 5/13

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
CLODOMIRA GONÇALVES DE SOUZA 80828841934	Lavagem completa de veículo pequeno - automóveis e passeio	3782	3,000	20,3000	60,90
CLODOMIRA GONÇALVES DE SOUZA 80828841934	Lavagem completa de veículo pequeno - automóveis e passeio	3784	1,000	20,3000	20,30
CLODOMIRA GONÇALVES DE SOUZA 80828841934	Lavagem completa de veículo pequeno - automóveis e passeio	3785	6,000	20,3000	121,80
CLODOMIRA GONÇALVES DE SOUZA 80828841934	Lavagem completa de veículo pequeno - automóveis e passeio	3788	3,000	20,3000	60,90
CLODOMIRA GONÇALVES DE SOUZA 80828841934	Lavagem completa de veículo pequeno - automóveis e passeio	3789	4,000	20,3000	81,20
CLODOMIRA GONÇALVES DE SOUZA 80828841934	Lavagem completa de veículo pequeno - automóveis e passeio	3790	3,000	20,3000	60,90
CLODOMIRA GONÇALVES DE SOUZA 80828841934	Lavagem completa de veículo pequeno - automóveis e passeio	3791	1,000	20,3000	20,30
CLODOMIRA GONÇALVES DE SOUZA 80828841934	Lavagem completa de veículo pequeno - automóveis e passeio	4117	2,000	20,3000	40,60
CLODOMIRA GONÇALVES DE SOUZA 80828841934	Lavagem completa de veículo pequeno - automóveis e passeio	4118	6,000	20,3000	121,80
CLODOMIRA GONÇALVES DE SOUZA 80828841934	Lavagem completa de veículo pequeno - automóveis e passeio	4119	3,000	20,3000	60,90
CLODOMIRA GONÇALVES DE SOUZA 80828841934	Lavagem completa de veículo pequeno - automóveis e passeio	4120	3,000	20,3000	60,90
CLODOMIRA GONÇALVES DE SOUZA 80828841934	Lavagem completa de veículo pequeno - automóveis e passeio	4121	4,000	20,3000	81,20
CLODOMIRA GONÇALVES DE SOUZA 80828841934	Lavagem completa de veículo pequeno - automóveis e passeio	4128	1,000	20,3000	20,30
CLODOMIRA GONÇALVES DE SOUZA 80828841934	Lavagem completa de veículo pequeno - automóveis e passeio	4129	1,000	20,3000	20,30
CLODOMIRA GONÇALVES DE SOUZA 80828841934	Lavagem completa de veículo utilitário - sprinter, besta, ko	3783	1,000	30,0000	30,00
CLODOMIRA GONÇALVES DE SOUZA 80828841934	Lavagem completa de veículo utilitário - sprinter, besta, ko	3785	2,000	30,0000	60,00
CLODOMIRA GONÇALVES DE SOUZA 80828841934	Lavagem completa de veículo utilitário - sprinter, besta, ko	3790	2,000	30,0000	60,00
CLODOMIRA GONÇALVES DE SOUZA 80828841934	Lavagem completa de veículo utilitário - sprinter, besta, ko	3791	1,000	30,0000	30,00
CLODOMIRA GONÇALVES DE SOUZA 80828841934	Lavagem completa de veículo utilitário - sprinter, besta, ko	4118	1,000	30,0000	30,00
CLODOMIRA GONÇALVES DE SOUZA 80828841934	Lavagem completa de veículo utilitário - sprinter, besta, ko	4119	4,000	30,0000	120,00
CLODOMIRA GONÇALVES DE SOUZA 80828841934	Lavagem completa de veículo utilitário - sprinter, besta, ko	4120	1,000	30,0000	30,00
CLODOMIRA GONÇALVES DE SOUZA 80828841934	Lavagem completa de veículo utilitário - sprinter, besta, ko	4127	1,000	30,0000	30,00
COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS	RECARGA DE TONER 2612A BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO	3964	6,000	43,0000	258,00
COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS	RECARGA DE TONER 2613A BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO	3964	2,000	46,0000	92,00
COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS	RECARGA DE TONER 285CE BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO	3964	30,000	47,5000	1.425,00
COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS	RECARGA DE TONER 436A BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO	3964	30,000	46,0000	1.380,00
COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS	RECARGA DE TONER 5949A BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO	3964	5,000	48,0000	240,00
COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS	RECARGA DE TONER 7115A BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO	3964	16,000	46,0000	736,00
COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS	TONER REMANUFATURADO 280 CF	3964	25,000	54,0000	1.350,00
COLUSSI & CIA LTDA	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA VEÍCULO BOXER	4088	567,000	1,0000	567,00
COLUSSI & CIA LTDA	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA VEÍCULO BOXER	4090	4.297,320	1,0000	4.297,32
COLUSSI & CIA LTDA	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA VEÍCULO FIORINO	4088	47,250	1,0000	47,25
COLUSSI & CIA LTDA	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA VEÍCULO FIORINO	4090	659,580	1,0000	659,58
COLUSSI & CIA LTDA	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA VEICULO GOL	4088	118,130	1,0000	118,13
COLUSSI & CIA LTDA	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA VEICULO GOL	4090	650,730	1,0000	650,73
COLUSSI & COLUSSI LTDA	REVISAO DE VEICULO 10.000 KM	3877	1,000	2.965,0000	2.965,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 6/13

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
Comercial Safra de Alimentos Ltda	PREPARADO LÍQUIDO PARA REFRESCO . MERENDA 2013	3910	1.000,000	12,8000	12.800,00
COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - EPI	BOLAS DECORATIVAS NATALINAS	3850	3,000	10,9900	32,97
COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - EPI	BOLAS DECORATIVAS NATALINAS	3850	3,000	12,5000	37,50
COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - EPI	FESTÃO VERDE	3850	10,000	16,5000	165,00
COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - EPI	FIO DE NYLON	3850	2,000	4,6000	9,20
COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - EPI	FITA DECORATIVA 2MM C/10 M	3850	1,000	8,5000	8,50
COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - EPI	FITA DECORATIVA 6,3 CM X 10 METROS	3850	2,000	19,5000	39,00
COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - EPI	FITA DECORATIVA 6,3 CM X 10 METROS	3850	2,000	17,5000	35,00
COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - EPI	FLORES ARTIFICIAIS	3850	8,000	8,5000	68,00
COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - EPI	TELA DECORATIVA DECORTELA PARQUET 2,5M X 65 CM	3850	4,000	19,5000	78,00
COMERCIO DE EXTINTORES SANTA FE LTDA - ME	EXTINTOR NOVO PQS 04 QUILOS	4097	11,000	138,1818	1.520,00
COMERCIO DE EXTINTORES SANTA FE LTDA - ME	EXTINTOR NOVO PQS 06 KG	4097	19,000	157,8947	3.000,00
COMERCIO DE EXTINTORES SANTA FE LTDA - ME	RECARGA DE EXTINTOR CO2 4 KG	4097	6,000	58,3333	350,00
COMERCIO DE EXTINTORES SANTA FE LTDA - ME	RECARGA DE EXTINTOR CO2 6 KG	4097	30,000	66,6667	2.000,00
COMERCIO DE EXTINTORES SANTA FE LTDA - ME	RECARGA DE EXTINTOR PQS 4 KG	4097	46,000	46,0000	2.116,00
COMERCIO DE EXTINTORES SANTA FE LTDA - ME	RECARGA DE EXTINTOR PQS 6 K	4097	52,000	53,5048	2.782,25
CONEXAO ELETRICIDADE LTDA ME	INTERRUPTOR 1 TECLA DE SOBREPOR	3818	2,000	2,8500	5,70
CONEXAO ELETRICIDADE LTDA ME	TOMADA DE SOBREPOR 2P+T	3818	35,000	3,4000	119,00
COOPER. AGROIND. DO PRODUT. DE HORTIFRUTIC	FILME ESTUFA C/ 8 M X 150 MICRAS	3767	2,000	990,0000	1.980,00
COOPERATIVA AGROPECUARIA TANGARA - COOTAF	FUNGICIDA SISTÊMICO A BASE DE METALAXYL 80G/ KG, MANCOZE 640	3761	2,000	90,0000	180,00
COOPERATIVA MÃOS QUE LUTAM DE CAÇADOR	Abobrinha - Chamada Pública 01/2013	3915	327,000	1,5000	490,50
COOPERATIVA MÃOS QUE LUTAM DE CAÇADOR	Aipim descascado e lavado - Chamada Pública 01/2013	4084	500,000	3,6000	1.800,00
COOPERATIVA MÃOS QUE LUTAM DE CAÇADOR	Alface - Chamada Pública 01/2013	4084	700,000	1,3500	945,00
COOPERATIVA MÃOS QUE LUTAM DE CAÇADOR	Alho - Chamada Pública 01/2013	3915	10,000	16,5000	165,00
COOPERATIVA MÃOS QUE LUTAM DE CAÇADOR	Batata Doce - Chamada Pública 01/2013	4084	741,000	2,4500	1.815,45
COOPERATIVA MÃOS QUE LUTAM DE CAÇADOR	Batata Inglesa - Chamada Pública 01/2013	3915	370,000	2,5000	925,00
COOPERATIVA MÃOS QUE LUTAM DE CAÇADOR	Batata Inglesa - Chamada Pública 01/2013	4084	743,000	2,5000	1.857,50
COOPERATIVA MÃOS QUE LUTAM DE CAÇADOR	Batata Salsa - Chamada Pública 01/2013	3795	40,000	4,8000	192,00
COOPERATIVA MÃOS QUE LUTAM DE CAÇADOR	Beterraba - Chamada pública 01/2013	3795	60,000	2,0000	120,00
COOPERATIVA MÃOS QUE LUTAM DE CAÇADOR	Bolacha Caseira sem conservantes - Chamada Pública 01/2013	3793	250,000	15,0700	3.767,50
COOPERATIVA MÃOS QUE LUTAM DE CAÇADOR	Bolacha Caseira sem conservantes - Chamada Pública 01/2013	3794	100,000	15,0700	1.507,00
COOPERATIVA MÃOS QUE LUTAM DE CAÇADOR	Bolacha Caseira sem conservantes - Chamada Pública 01/2013	3891	250,000	15,0700	3.767,50
COOPERATIVA MÃOS QUE LUTAM DE CAÇADOR	Bolacha de Mel - Chamada Pública 01/2013	3793	350,000	19,5000	6.825,00
COOPERATIVA MÃOS QUE LUTAM DE CAÇADOR	Bolacha de Mel - Chamada Pública 01/2013	3794	100,000	19,5000	1.950,00
COOPERATIVA MÃOS QUE LUTAM DE CAÇADOR	Bolacha de Mel - Chamada Pública 01/2013	3891	350,000	19,5000	6.825,00
COOPERATIVA MÃOS QUE LUTAM DE CAÇADOR	Brócolis - Chamada Pública 01/2013	4084	580,000	2,7000	1.566,00
COOPERATIVA MÃOS QUE LUTAM DE CAÇADOR	Cebola Branca - Chamada Pública 01/2013	4084	492,000	2,5000	1.230,00
COOPERATIVA MÃOS QUE LUTAM DE CAÇADOR	Cenoura - Chamada Pública 01/2013	4084	426,000	2,4500	1.043,70
COOPERATIVA MÃOS QUE LUTAM DE CAÇADOR	Chuchu - Chamada Pública 01/2013	3915	327,000	1,9000	621,30

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 7/13

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
COOPERATIVA MÃOS QUE LUTAM DE CAÇADOR	Couve - flor - Chamada Pública 01/2013	4084	580,000	2,9000	1.682,00
COOPERATIVA MÃOS QUE LUTAM DE CAÇADOR	Couve Manteiga - Chamada Pública 01/2013	3795	51,000	1,6500	84,15
COOPERATIVA MÃOS QUE LUTAM DE CAÇADOR	Doce de Physallis - Chamada Pública	3793	150,000	11,7000	1.755,00
COOPERATIVA MÃOS QUE LUTAM DE CAÇADOR	Doce de Physallis - Chamada Pública	3794	50,000	11,7000	585,00
COOPERATIVA MÃOS QUE LUTAM DE CAÇADOR	Doce de Physallis - Chamada Pública	3891	100,000	11,7000	1.170,00
COOPERATIVA MÃOS QUE LUTAM DE CAÇADOR	Feijão Preto - Chamada Pública 01/2013	3793	150,000	4,4200	663,00
COOPERATIVA MÃOS QUE LUTAM DE CAÇADOR	Feijão Preto - Chamada Pública 01/2013	3794	50,000	4,4200	221,00
COOPERATIVA MÃOS QUE LUTAM DE CAÇADOR	Feijão Preto - Chamada Pública 01/2013	3891	100,000	4,4200	442,00
COOPERATIVA MÃOS QUE LUTAM DE CAÇADOR	Lasanha de Frango - Chamada Pública 01/2013	3795	200,000	18,9000	3.780,00
COOPERATIVA MÃOS QUE LUTAM DE CAÇADOR	Mel de Abelha - Chamada Pública 01/2013	3793	50,000	11,5000	575,00
COOPERATIVA MÃOS QUE LUTAM DE CAÇADOR	Mel de Abelha - Chamada Pública 01/2013	3891	50,000	11,5000	575,00
COOPERATIVA MÃOS QUE LUTAM DE CAÇADOR	Molho de Tomate - Chamada Pública 01/2013	3793	150,000	9,5000	1.425,00
COOPERATIVA MÃOS QUE LUTAM DE CAÇADOR	Molho de Tomate - Chamada Pública 01/2013	3794	50,000	9,5000	475,00
COOPERATIVA MÃOS QUE LUTAM DE CAÇADOR	Molho de Tomate - Chamada Pública 01/2013	3891	150,000	9,5000	1.425,00
COOPERATIVA MÃOS QUE LUTAM DE CAÇADOR	Repolho - Chamada Pública 01/2013	3795	411,000	1,4600	600,06
COOPERATIVA MÃOS QUE LUTAM DE CAÇADOR	Suco concentrado de physallis - Chamada Pública 01/2013	3915	600,000	9,3600	5.616,00
COOPERATIVA MÃOS QUE LUTAM DE CAÇADOR	Tempero Verde (Salsinha) - Chamada pública 01/2013	4084	741,000	1,3900	1.029,99
COOPERATIVA MÃOS QUE LUTAM DE CAÇADOR	Tomate - Chamada Pública 01/2013	4084	615,000	4,7000	2.890,50
COZINHA INDUSTRIAL FISCHER HAUS LTDA	REFEICOES INDUSTRIAIS	3750	343,000	9,5000	3.258,50
COZINHA INDUSTRIAL FISCHER HAUS LTDA	REFEIÇÕES PRONTAS TIPO MARMITEX N° 09, COM SUCO	3981	377,000	8,0000	3.016,00
D.W.D SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA -	FIO TELEFONE CCI 2 PARES	3925	195,490	0,2967	58,00
D.W.D SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA -	MANUTENÇÃO EM TELEFONE, CENTRAIS E LINHAS TELEFÔNICAS NOS	3926	26,016	34,9047	908,08
D.W.D SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA -	MANUTENÇÃO EM TELEFONE, CENTRAIS E LINHAS TELEFÔNICAS NOS	3941	16,364	34,9047	571,18
D.W.D SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA -	TOMADA PARA TELEFONE DE SOBREPOR	3925	5,000	4,3626	21,81
DIAMAJU AGRÍCOLA LTDA	FILME PARA ESTUFA 0,20 X 2,5 X 0,20 MICRAS	3848	2,000	127,4400	254,88
ELETRO COMERCIAL MW LTDA	FITA ISOLANTE C/ 20 M.	3814	10,000	2,7600	27,60
ELETRO DINAMO LTDA ME	Serviço elétrico em automóvel de passeio	3932	18,490	35,0000	647,15
ELETRO DINAMO LTDA ME	Serviço elétrico em automóvel de passeio	4104	18,500	35,0000	647,50
ELETRO DINAMO LTDA ME	Serviço elétrico em caminhão	3932	20,070	35,0000	702,45
ELETRO DINAMO LTDA ME	Serviço elétrico em camionete	3932	10,780	35,0000	377,30
ELETRON PORTAS AUTOMATICAS LTDA - ME	CONTROLE REMOTO PARA PORTÃO	3851	1,000	30,0000	30,00
EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA	CARTÃO PARA ESTACIONAMENTO DE 0:30 MINUTOS BLOCOS 10X1VIA	3950	12.000,000	0,1580	1.896,00
EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA	CARTÃO PARA ESTACIONAMENTO DE 1:00 HORA BLOCOS 10X1VIA - TA	3950	2.000,000	0,1580	316,00
EVALDO MARTIN SCHULZE-ME	CONFECÇÃO DE ADESIVOS	3844	21,000	65,0000	1.365,00
EVALDO MARTIN SCHULZE-ME	CONFECÇÃO DE ADESIVOS	3844	2,000	10,0000	20,00
EVALDO MARTIN SCHULZE-ME	CONFECÇÃO DE ADESIVOS	3844	1,000	7,0000	7,00
EVALDO MARTIN SCHULZE-ME	CONFECÇÃO DE ADESIVOS	3844	2,000	40,0000	80,00
EVALDO MARTIN SCHULZE-ME	CONFECÇÃO DE ADESIVOS	3844	2,000	8,0000	16,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 8/13

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
EVALDO MARTIN SCHULZE-ME	CONFECÇÃO DE ADESIVOS	3844	3,000	48,0000	144,00
EVALDO MARTIN SCHULZE-ME	CONFECÇÃO DE PLACA EM CHAPA GALVANIZADA	3844	2,000	48,0000	96,00
EVALDO MARTIN SCHULZE-ME	CONFECÇÃO DE PLACA EM PS COM ADESIVO IMPRESSÃO DIGITAL	3844	3,000	15,0000	45,00
FABIAN ROBERTO MARIOTTI 82779660082	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PALESTRAS	3760	1,000	2.000,0000	2.000,00
FLORICULTURA A JARDINEIRA LTDA	GRAMA EM LEIVA	3830	25,000	10,0000	250,00
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	BALANCEAMENTO DE RODA DE AUTOMÓVEIS DE PASSEIO E/OU UTIL	4103	24,000	8,5067	204,16
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	BALANCEAMENTO DE RODA DE CAMIONETE	4103	2,000	17,5785	35,16
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	CONCERTO DE PNEU PARA AUTOMÓVEIS DE PASSEIO E/OU UTILITÁRIOS	4103	14,000	16,3921	229,49
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	CONCERTO DE PNEU PARA CAMIONETE, MICRO ÔNIBUS	4103	2,000	39,4141	78,83
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	GEOMETRIA PARA AUTOMÓVEIS DE PASSEIO E/OU UTILITÁRIOS	4103	4,000	46,2612	185,04
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	MONTAGEM DE PNEU PARA AUTOMÓVEL DE PASSEIO E/OU UTILITÁRIO	4103	17,000	10,4184	177,11
FRUTOLÂNDIA CENTRAL LTDA - ME (FRUT. BANDEI	ABACATE. MERENDA 2013	3893	100,000	2,9500	295,00
FRUTOLÂNDIA CENTRAL LTDA - ME (FRUT. BANDEI	ABACAXI PÉROLA. MERENDA 2013	3893	100,000	4,4000	440,00
FRUTOLÂNDIA CENTRAL LTDA - ME (FRUT. BANDEI	MANGA. MERENDA	3893	100,000	3,3000	330,00
FRUTOLÂNDIA CENTRAL LTDA - ME (FRUT. BANDEI	MELÃO. MERENDA 2013	3893	100,000	3,2900	329,00
GERMINO COFFERRI-ME	PLACA PARA VEÍCULO	3779	2,000	57,5000	115,00
GERMINO COFFERRI-ME	PLACA PARA VEÍCULO	3886	2,000	57,5000	115,00
GIZELE REGINA DA SILVA ME	BEBIDA LÁCTEA CAPUCCINO COM CREME DE LEITE	3808	200,000	10,4000	2.080,00
GIZELE REGINA DA SILVA ME	CREME BRIGADEIRO DE CHOCOLATE. MERENDA 2013	3808	600,000	7,0500	4.230,00
GIZELE REGINA DA SILVA ME	PÓ PARA O PREPARO DE GELATINA. MERENDA 2013	3808	300,000	7,0000	2.100,00
GLOBAL AUTOMAÇÃO LTDA	CANAleta 10 x 20 x 2000 COM DIVISÓRIA PVC	3819	25,000	15,5500	388,75
GLOBAL AUTOMAÇÃO LTDA	CANAleta 10 X 20 X 2000 PVC SEM DIVISÓRIA	3819	5,000	2,9000	14,50
IMOVEIS ZARDO LTDA- EPP	CONTRATAÇÃO DA IMOBILIARIA IMOVEIS ZARDO LTDA	4111	0,360	5.000,0000	1.800,00
IND. DE PROD. COLONIAIS DO RIO TIGRINHO LTDA	SUCO DE UVA 100% NATURAL. TIPO COLONIAL, MERENDA 2013	3911	1.000,000	7,2286	7.228,60
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	ARROZ PARBOILIZADO - TIPO 1	3907	1.000,000	2,0800	2.080,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	CARNE BOVINA, CORTE CORAÇÃO DE PALETA. MERENDA 2013	3888	600,000	14,2900	8.574,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	CARNE MOÍDA DE 1 ª. MERENDA 2013	3888	600,000	14,0000	8.400,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	CARNE SUÍNA, PALETA DESOSSADA, MERENDA 2013	3888	600,000	10,9800	6.588,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	COXA E SOBRECOXA CONGELADAS	3888	1.000,000	4,5000	4.500,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	LENTILHA. CLASSE GRAÚDA, TIPO 1, CONFORME A PORTARIA N° 65,	3804	100,000	7,9900	799,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	ÓLEO DE SOJA REFINADO. EMBALAGEM 900 ML	3907	1.500,000	3,5400	5.310,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	SALSICHA A GRANEL. MERENDA 2013	3888	500,000	5,9900	2.995,00
INSTITUTO DE METROLOGIA DE SANTA CATARINA	ATUALIZAÇÃO E VERIFICAÇÃO DE ETILÔMETRO	3980	1,000	575,0000	575,00
INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - II	CONTRATAÇÃO DO IEL	4032	0,045	41.818,2000	1.900,00
INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - II	CONTRATAÇÃO DO IEL	3986	0,285	41.818,2000	11.928,58
INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - II	CONTRATAÇÃO DO IEL	3987	0,060	41.818,2000	2.524,83
INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - II	CONTRATAÇÃO DO IEL	3988	0,060	41.818,2000	2.524,83
INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - II	CONTRATAÇÃO DO IEL	4006	0,040	41.818,2000	1.683,22

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 9/13

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - II	CONTRATAÇÃO DO IEL	4034	0,157	41.818,2000	6.563,80
ITALO ROBERTO SAPLA - ME (REFRITEC REGRIFE	REVISÃO E CONserto AR CONDICIONADO	3942	1,000	330,0000	330,00
ITAVOL COMERCIAL LTDA	BISCOITO CREAM CRACKER COM GERGELIM. MERENDA 2013	3912	400,000	8,3200	3.328,00
ITAVOL COMERCIAL LTDA	BISCOITO DOCE TIPO LAMINADO DE LEITE, MERENDA 2013	3912	400,000	8,3200	3.328,00
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	GÁS GLP-P13	3914	150,000	46,5000	6.975,00
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	GÁS GLP - P45	3914	50,000	182,5000	9.125,00
L B COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	Madeira de eucalipto com 30 cm de largura, 08 cm de espessu	3861	5,255	800,0000	4.204,00
LIDER SUPRIMENTOS P/INFORMATICA LTDA	Bobina para relógio ponto	3887	6,000	38,0000	228,00
LUHRS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ME	CHAPAS DE MDF 6MM CRU 275 X 183M	3902	30,000	53,0000	1.590,00
LUHRS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ME	DOBRADIÇA 35MM CURVA COM PARAFUSO	3902	300,000	1,3000	390,00
LUHRS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ME	FECHADURA DE CILINDRO,	3902	4,000	25,0700	100,28
LUHRS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ME	GALÕES DE THINER 4.800 5 LITROS PARA DILUIR TINTA LACA	3902	20,000	36,5000	730,00
LUHRS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ME	LATAS 500 ML DE ENDURECEDOR (CATALISADOR) PI 273.023	3902	10,000	16,0000	160,00
LUHRS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ME	PARAFUSO CABEÇA CHATA FIXER PHILIPS 4,0 x 4,0	3902	20,000	3,5000	70,00
LUHRS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ME	PARAFUSO CABEÇA CHATA FIXER PHILIPS 4,5 X 2,5	3902	10,000	3,2000	32,00
LUHRS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ME	ROLOS DE FITA ISOLANTE PRETA 10 METROS,	3902	6,000	1,3000	7,80
LUHRS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ME	SUPORTE PARA PRATELEIRAS - COR BRANCA COM PARAFUSOS	3902	400,000	0,1000	40,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	AMIDO DE MILHO , NAO DEVERÁ APRESENTAR RESIDUOS BOLOR	3806	200,000	4,9900	998,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	CAFÉ TORRADO MOÍDO TRADICIONAL. MERENDA 2013	3806	200,000	18,9900	3.798,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	CHÁ MATE DE SAQUINHO (SABOR NATURAL). MERENDA 2013	3908	500,000	2,9608	1.480,40
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	DOCE DE LEITE EM PASTA.	3908	600,000	8,9900	5.394,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	ERVILHA EM CONSERVA. MERENDA 2013	3908	200,000	2,4700	494,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	EXTRATO DE TOMATE. MERENDA 2013	3806	1.500,000	3,1878	4.781,70
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, MERENDA 2013	3806	150,000	2,4900	373,50
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	FERMENTO BIOLÓGICO SECO : MERENDA 2013	3806	30,000	4,8030	144,09
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	MARGARINA VEGETAL COM SAL	3908	400,000	4,5305	1.812,20
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	MILHO VERDE EM CONSERVA. MERENDA 2013	3908	200,000	2,4700	494,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	POLVILHO AZEDO. MERENDA 2013	3908	50,000	5,6788	283,94
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	SAGU. CLASSE PÉROLA, TIPO I, MERENDA 2013	3806	400,000	6,6414	2.656,56
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA FIAT PALIO DDS3823, 2001	3777	85,000	1,0000	85,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA FIAT STRADA, PLACA MJA 452	3798	1.961,000	1,0000	1.961,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA FOCUS GHIA- FORD	3840	3.052,690	1,0000	3.052,69
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA FOCUS GHIA- FORD	3841	801,800	1,0000	801,80
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA FOCUS-FORD	3854	120,600	1,0000	120,60
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA FORD FIESTA, PLACA MKM	3854	114,300	1,0000	114,30
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA GOL VOLKSWAGEM MHE 6516	3802	893,000	1,0000	893,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA KOMBI VOLKSWAGEM MHL 8116	3802	1.113,500	1,0000	1.113,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 10/13

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA KOMBI VOLKSWAGEM MHL 8406	3802	934,900	1,0000	934,90
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA PALIO HLX- FIAT	3797	2.057,000	1,0000	2.057,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA PALIO HLX- FIAT	3856	418,000	1,0000	418,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA PALIO HLX- FIAT	3857	133,500	1,0000	133,50
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA PALIO HLX- FIAT	3872	218,000	1,0000	218,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA PALIO HLX- FIAT	3873	543,600	1,0000	543,60
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA PEUGEOT 307 SD 2.0	3799	1.170,000	1,0000	1.170,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA PEUGEOT 307 SD 2.0	3800	218,000	1,0000	218,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA PEUGEOT 307 SD 2.0	3838	1.157,400	1,0000	1.157,40
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA PEUGEOT 307 SD 2.0	3839	402,500	1,0000	402,50
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA PÓLO SEDAN-VOLKSWAGEM,	3869	178,000	1,0000	178,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA PÓLO SEDAN-VOLKSWAGEM,	3871	603,000	1,0000	603,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA VEICULO MDK-2396 RENAULT	3773	1.439,250	1,0000	1.439,25
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA VEICULO MDK-2396 RENAULT	3776	332,500	1,0000	332,50
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA VEICULO CHV2476 PAJERO	3773	2.633,400	1,0000	2.633,40
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA VEICULO CHV2476 PAJERO	3776	332,500	1,0000	332,50
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA VEÍCULO CITY CLASS 70	3809	803,700	1,0000	803,70
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA VEÍCULO CITY CLASS 70	3810	285,000	1,0000	285,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA VEICULO MFO 9501 FORD/FIES	3773	1.144,500	1,0000	1.144,50
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA VEICULO MFO 9501 FORD/FIES	3776	380,000	1,0000	380,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA VEICULO MHL 8076 FORD/FIES	3773	836,000	1,0000	836,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA VEICULO MHL 8076 FORD/FIES	3776	475,000	1,0000	475,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA VEICULO VALMET 68	3773	1.025,050	1,0000	1.025,05
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA VEICULO VALMET 68	3776	285,000	1,0000	285,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA VEÍCULO VOLARE V 8 L	3875	802,750	1,0000	802,75
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA VEÍCULO VOLARE V 8 L	3876	142,500	1,0000	142,50
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA VW GOL, PLACA MHD 4146, AN	3798	1.315,000	1,0000	1.315,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	BRITA GRADUADA	4106	250,000	55,4000	13.850,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PEDRA BRITA NO 01.	4106	250,000	45,6000	11.400,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PEDRA BRITA NO. 02.	4106	250,000	45,5000	11.375,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PEDRA PULMAO	4106	250,000	41,9000	10.475,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PEDRISCO	4106	250,000	50,0000	12.500,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PÓ DE PEDRA.	4106	250,000	50,5000	12.625,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 11/13

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
NEY TINTAS LTDA - EPP	LIXA GRANA 100	3901	100,000	2,1500	215,00
NEY TINTAS LTDA - EPP	Tinta acrílica à base de água para pintura, balde com 18 lit	3811	1,000	343,8000	343,80
NUTRIMENTAL S.A. IND. E COM. DE ALIMENTOS - FI	ALIMENTO ACHOCOLATADO EM PÓ INSTANTÂNEO, MERENDA 2013	3909	400,000	6,7602	2.704,08
NUTRIMENTAL S.A. IND. E COM. DE ALIMENTOS - FI	CEREAL À BASE DE ARROZ PRÉ-COZIDO. CARACTERÍSTICAS: ADICIONA	3909	200,000	2,4494	489,88
NUTRIMENTAL S.A. IND. E COM. DE ALIMENTOS - FI	CEREAL MATINAL DE MILHO PRÉ COZIDO	3909	100,000	2,4494	244,94
NUTRIMENTAL S.A. IND. E COM. DE ALIMENTOS - FI	FARINHA LÁCTEA. INGREDIENTES: MERENDA 2013	3909	200,000	2,9392	587,84
NUTRIMENTAL S.A. IND. E COM. DE ALIMENTOS - FI	FLOCOS DE 3 CEREAIS (TRIGO, CEVADA E AVEIA). MERENDA 2013	3909	200,000	2,3514	470,28
NUTRISOFT REFEICOES INDUSTRIAIS LTDA	Refeições prontas tipo marmite, número 08	3758	116,000	8,6800	1.006,88
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA -	PAO FRANCES C/ 50 GRAMAS, FRESCOS FEITOS NO DIA	3890	400,000	8,0844	3.233,76
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	CLIPS NIQUELADO TAMANHO 01, CAIXA COM 500 GR	3940	5,000	6,3000	31,50
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	CLIPS NIQUELADO TAMANHO 02, CAIXA COM 500 GR	3940	5,000	6,3000	31,50
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	CLIPS NIQUELADO TAMANHO 08, CAIXA COM 500 GR	3940	5,000	6,3000	31,50
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	ENVELOPE PARDO 23 X36	3940	500,000	0,1800	90,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	FITA P/ IMPRESSORA EPSON 132 COLUNAS	3801	4,000	8,9000	35,60
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	Folhas de pagamento com bloqueio Labo 02 205x5 1/2 pol - 2	3801	30.000,000	0,0800	2.400,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	PAPEL A4 CX COM 10 RESMAS	3940	10,000	115,0000	1.150,00
PATRIMONIAL COM. DE EQUIP. ELETR. E ELTRON. I	DVR 16. CH A/V 480 FPS	3834	1,000	2.146,9200	2.146,92
PATRIMONIAL COM. DE EQUIP. ELETR. E ELTRON. I	DVR 4 CH A/V 120 FPS	3834	1,000	755,8700	755,87
PATRIMONIAL COM. DE EQUIP. ELETR. E ELTRON. I	FINTE ESTABILIZADOR IN 110/220V	3834	12,000	16,8700	202,44
PATRIMONIAL COM. DE EQUIP. ELETR. E ELTRON. I	LENTE AI VF CRISTAL 1,2 - 12 MM	3834	2,000	169,9700	339,94
PATRIMONIAL COM. DE EQUIP. ELETR. E ELTRON. I	QUADRO COMANDO SOBREPOR 60 X 40 C 20 CM	3834	1,000	198,5400	198,54
PATRIMONIAL COM. DE EQUIP. ELETR. E ELTRON. I	TRANSFORMADOR IN 110/220V	3834	1,000	97,5000	97,50
ROVIANNE VON SCHARTEN 03760326935	SERVIÇO DE SERRILHA /PICOTE	3884	4.000,000	0,0100	40,00
S.C COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA - ME	BANNER EM LONA IMPRESSÃO DIGITAL	3752	1,000	203,0000	203,00
S.C COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA - ME	BANNER EM LONA IMPRESSÃO DIGITAL	3752	1,000	63,0000	63,00
SANDRO CUCCAROLO M.E. - SIM COM. DE MÁQ. AC	MANUTENÇÃO DE ROÇADEIRA	3951	2,000	52,5000	105,00
SELBETTI EQUIPAMENTOS P/ ESCRITORIO LTDA	COPIA EM MÍDIA DIGITAL	3962	285,000	0,1200	34,20
SELEME MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	Arame Recozido □N18	3881	4,000	6,6700	26,68
SELEME MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	TELA GALVANIZADA ARAME 16	3762	60,000	9,8900	593,40
STANG E STANG LTDA	GASOLINA COMUM		950,000	2,4690	2.345,55
STANG E STANG LTDA	GASOLINA COMUM	3920	2.000,000	2,4690	4.938,00
STANG E STANG LTDA	GASOLINA COMUM	4123	700,000	2,4690	1.728,30
STANG E STANG LTDA	OLEO DIESEL (BIODIESEL)		500,000	2,1400	1.070,00
SYSMATEC INFORMATICA EIRELE - ME	CABO USB	3822	4,000	13,0585	52,23
SYSMATEC INFORMATICA EIRELE - ME	CONECTOR RJ45 PARA CABO DE REDE	3827	100,000	1,7411	174,11
SYSMATEC INFORMATICA EIRELE - ME	FONTE DE ALIMENTAÇÃO ATX	3822	2,000	69,6454	139,29
SYSMATEC INFORMATICA EIRELE - ME	FONTE DE ALIMENTAÇÃO ATX	3966	1,000	69,6454	69,65
SYSMATEC INFORMATICA EIRELE - ME	HD SATA 500 GB	3822	1,000	330,8157	330,82

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 12/13

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SYSMATEC INFORMATICA EIRELE - ME	HD SATA 500 GB	3829	1,000	330,8157	330,82
SYSMATEC INFORMATICA EIRELE - ME	HORA TÉCNICA PARA SERVIÇOS EM INFORMÁTICA	3823	19,000	40,0000	760,00
SYSMATEC INFORMATICA EIRELE - ME	HORA TÉCNICA PARA SERVIÇOS EM INFORMÁTICA	3825	2,000	40,0000	80,00
SYSMATEC INFORMATICA EIRELE - ME	HORA TÉCNICA PARA SERVIÇOS EM INFORMÁTICA	3826	1,000	40,0000	40,00
SYSMATEC INFORMATICA EIRELE - ME	HORA TÉCNICA PARA SERVIÇOS EM INFORMÁTICA	3967	7,000	40,0000	280,00
SYSMATEC INFORMATICA EIRELE - ME	HORA TÉCNICA PARA SERVIÇOS EM INFORMÁTICA	3969	4,000	40,0000	160,00
SYSMATEC INFORMATICA EIRELE - ME	MOUSE USB OPTICO	3824	1,000	22,6348	22,63
SYSMATEC INFORMATICA EIRELE - ME	MOUSE USB OPTICO	3966	2,000	22,6348	45,27
SYSMATEC INFORMATICA EIRELE - ME	PENTE DE MEMORIA 1 GB DDR2	3968	1,000	130,5851	130,59
SYSMATEC INFORMATICA EIRELE - ME	PLACA DE REDE 10/100	3966	1,000	30,4699	30,47
SYSMATEC INFORMATICA EIRELE - ME	TECLADO COM 104 TECLAS PADRÃO ABNT PS2	3822	1,000	39,1755	39,18
TAYSE G. BANDERLOFF 00963394975 (PIROLI ELE	INSTALAÇÃO DE CÂMERAS DE VIGILÂNCIA	3898	1,000	1.200,0000	1.200,00
TERRAPLANAR TERRAPLENAGEM LTDA- ME	Locação de serviços de Retro-Escavadeira, peso operacional m	3757	200,000	85,0000	17.000,00
TRANSIMON TRANSPORTES LTDA	Locação de serviços de Caminhão Basculante 6x4, capacidade m	3756	400,000	68,0000	27.200,00
UNICOMPEN LTDA - EPP	ABAFADORES DE RUÍDOS AGENA 24 DB CA 7166	3903	3,000	28,7500	86,25
UNICOMPEN LTDA - EPP	CHAPAS DE MDF BRANCO 2 FACES 275 X 183M	3903	45,000	100,0000	4.500,00
UNICOMPEN LTDA - EPP	CHAPAS EUCAPLAC BRANCO 1 FACE 275 X 183M	3903	15,000	45,0000	675,00
UNICOMPEN LTDA - EPP	COLA CASCOREZ.	3903	6,000	12,3500	74,10
UNICOMPEN LTDA - EPP	COLA FÓRMICA 3,6 LITROS	3903	10,000	30,0000	300,00
UNICOMPEN LTDA - EPP	CORREDIÇA DE GAVETA METAL BRANCA 45 CM	3903	12,000	3,8000	45,60
UNICOMPEN LTDA - EPP	CORREDIÇA DE GAVETA METAL BRANCA 50CM	3903	12,000	4,1000	49,20
UNICOMPEN LTDA - EPP	ESMERIL (REBOLO) AA 46 152,4 X 19 X 31,8	3903	1,000	16,4400	16,44
UNICOMPEN LTDA - EPP	FORMÃO CHATO 1/2"	3903	1,000	7,8000	7,80
UNICOMPEN LTDA - EPP	FORMÃO CHATO 3/4"	3903	1,000	8,4600	8,46
UNICOMPEN LTDA - EPP	FURADEIRA TIPO BOSCH IMP./ ELÉTRICA/ REVERSÍVEL/ G.S.B. 13 R	3903	1,000	260,5000	260,50
UNICOMPEN LTDA - EPP	MÁSCARAS DE PROTEÇÃO FACIAL COM VÁLVULA RESPIRATÓRIA CA	3903	24,000	3,5000	84,00
UNICOMPEN LTDA - EPP	PARAFUSO CABEÇA CHATA FIXER PHILIPS 4,0 X 3,5	3903	10,000	3,1000	31,00
UNICOMPEN LTDA - EPP	PARAFUSO CABEÇA CHATA FIXER PHILIPS 4,5 X 16	3903	10,000	2,1000	21,00
UNICOMPEN LTDA - EPP	PARES DE LUVA NEOMIX PROMATE 6657	3903	6,000	9,0100	54,06
UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	BROCAS DE AÇO RÁPIDO 2,5	3899	5,000	2,4800	12,40
UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	BROCAS DE AÇO RÁPIDO 3,0	3899	5,000	2,5400	12,70
UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	GALÕES 3,600 ML PRIMER NC BRANCO	3899	10,000	42,6400	426,40
UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	PREGOS 13 X 15 SEM CABEÇA	3899	6,000	7,6700	46,02
UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	PREGOS 6 X 6 SEM CABEÇA	3899	2,000	24,8400	49,68
UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	PREGOS 8 X 8 SEM CABEÇA	3899	4,000	11,9100	47,64
UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	TELHA 4 MM X 2,44	3879	7,000	9,8900	69,23
VIDRAÇARIA SANRAFAEL LTDA	VIDRO ESPELHO 3MM	3771	0,080	92,0000	7,36
VIDRAÇARIA SANRAFAEL LTDA	VIDRO INCOLOR 3 mm	3771	2,000	40,5000	81,00
VIDRAÇARIA SANRAFAEL LTDA	VIDRO LISO 4 MM	3771	1,320	45,0000	59,40

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 13/13

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
VIDRAÇARIA SANRAFAEL LTDA	VIDRO MARTELADO	3771	0,382	47,5000	18,15
VOGUES E VOGUES LTDA - HARMONIA DECORAÇÃO	Argolas para cortinas de varão em fibra cor tabaco medindo 3	4101	505,000	0,1287	64,99
VOGUES E VOGUES LTDA - HARMONIA DECORAÇÃO	Suporte para trilho em metal, formato "L", medindo 5 x7cm.	4101	64,000	0,4135	26,46
VOGUES E VOGUES LTDA - HARMONIA DECORAÇÃO	Suporte para um varão médio medindo 19 mm em material: fibra	4101	37,000	3,1244	115,60
VOGUES E VOGUES LTDA - HARMONIA DECORAÇÃO	Tecido tipo Oxford 100% poliéster medindo 3,00 metros, na co	4101	151,100	15,9897	2.416,04
VOGUES E VOGUES LTDA - HARMONIA DECORAÇÃO	Varão diâmetro 19 mm em material metal, revestido e ou pinta	4101	8,550	3,2163	27,50
WEGNER AUTO MECANICA LTDA - EIRELI ME	CLASSIC-LS-4-PT-78CV-FLEX-PLACA-MIZ4625 ANO 2012	3937	176,700	1,0000	176,70
WEGNER AUTO MECANICA LTDA - EIRELI ME	CLASSIC-LS-4-PT-78CV-FLEX-PLACA-MIZ4625 ANO 2012	3939	92,150	1,0000	92,15
WEGNER AUTO MECANICA LTDA - EIRELI ME	CLASSIC-LS-4-PT-78CV-FLEX-PLACA-MJH5732 ANO 2011	3937	156,440	1,0000	156,44
WEGNER AUTO MECANICA LTDA - EIRELI ME	CLASSIC-LS-4-PT-78CV-FLEX-PLACA-MJH5732 ANO 2011	3939	184,300	1,0000	184,30
WEGNER AUTO MECANICA LTDA - EIRELI ME	FIESTA SEDAN 1.6 -5-PT-107CV-FLEX-PLACA-MKG7562 ANO-2012	3937	23,750	1,0000	23,75
WEGNER AUTO MECANICA LTDA - EIRELI ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA CORSA HATCH- GM , PLACA M	3796	99,000	1,0000	99,00
WEGNER AUTO MECANICA LTDA - EIRELI ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA FIAT UNO , PLACA MAF 3658	4109	876,330	1,0000	876,33
WEGNER AUTO MECANICA LTDA - EIRELI ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA LOGAN- RENAULT , PLACA MGQ	3868	178,000	1,0000	178,00
WEGNER AUTO MECANICA LTDA - EIRELI ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA LOGAN- RENAULT , PLACA MGQ	3870	342,000	1,0000	342,00
WEGNER AUTO MECANICA LTDA - EIRELI ME	MERIVA JOY-5-PT-114-CV-FLEX-PLACA-MFE2411	3937	962,360	1,0000	962,36
WEGNER AUTO MECANICA LTDA - EIRELI ME	MERIVA JOY-5-PT-114-CV-FLEX-PLACA-MFE2411	3939	368,600	1,0000	368,60
WEGNER AUTO MECANICA LTDA - EIRELI ME	PALIO WEEKEND-5-PT-117CV-FLEX-PLACA-MLV 1249 ANO-2012	3937	322,080	1,0000	322,08
WEGNER AUTO MECANICA LTDA - EIRELI ME	PALIO WEEKEND-5-PT-117CV-FLEX-PLACA-MLV 1249 ANO-2012	3939	46,080	1,0000	46,08
WEGNER AUTO MECANICA LTDA - EIRELI ME	PALIO WEEKEND-5-PT-117CV-FLEX-PLACA-MLV 1249 ANO-2012		1.155,550	1,0000	1.155,55
Total Geral do Mês ---->					987.128,13

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Página: 1/2

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ALFREDO TARTAROTTI	ABERTURA DE PORTA	2330	6,000	25,0000	150,00
ALFREDO TARTAROTTI	CADEADO E50	2330	15,000	11,5000	172,50
ALFREDO TARTAROTTI	CHAVES DE CARRO	2330	1,000	70,0000	70,00
ALFREDO TARTAROTTI	CILINDRO DE FECHADURA	2330	4,000	25,0000	100,00
ALFREDO TARTAROTTI	CÓPIA DE CHAVE	2330	30,000	4,5000	135,00
ALFREDO TARTAROTTI	FECHADURA PARA PORTA EXTERNA	2330	1,000	72,0000	72,00
BRAGHINI IND E COM DE CONFECÇÕES LTDA	JALECO DESCARTAVEL MANGA CURTA - BRANCO - TAMANHO G	2354	35,000	26,9000	941,50
CLÍNICA DE ANESTESIOLOGIA LTDA	Consultas na especialidade de ANESTESIOLOGIA a serem realiza	2249	10,000	52,0000	520,00
CLÍNICA DE ANESTESIOLOGIA LTDA	Consultas na especialidade de ANESTESIOLOGIA a serem realiza	2435	10,000	52,0000	520,00
CLÍNICA DE FRATURAS E ORTOPEDIA CAÇADOR L1	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORTOPEDIA	2436	187,000	40,0000	7.480,00
CLOTILDE BARETA ME (VETERINÁRIA SÃO FRANCI	ALCON COLURS 20GR	2401	2,000	7,9000	15,80
CLOTILDE BARETA ME (VETERINÁRIA SÃO FRANCI	ALIMENTADOR 03 DIAS	2401	6,000	5,2500	31,50
CLOTILDE BARETA ME (VETERINÁRIA SÃO FRANCI	FILTRO LITWIN 400	2401	1,000	114,5000	114,50
CLOTILDE BARETA ME (VETERINÁRIA SÃO FRANCI	LABCON PROTEC PLUS 100ML	2401	1,000	13,5000	13,50
CLOTILDE BARETA ME (VETERINÁRIA SÃO FRANCI	REFIL LITWIN 400	2401	6,000	13,9000	83,40
CLOTILDE BARETA ME (VETERINÁRIA SÃO FRANCI	TERMOSTATO MASTER 75W /220V	2401	1,000	62,5000	62,50
COLUSSI & CIA LTDA	PAGAMENTO DE FRANQUIA DE VEICULO	2315	1,000	2.944,0000	2.944,00
COMERCIO DE EMBLAGENS CACADOR LTDA - ME	PLASTICO TRANSPARENTE GARAMATURA 40	2402	20,000	13,5000	270,00
CONDOMINIO EDIFICIO ITORORO	PAGAMENTO DE CONDOMINIO	2304	1,000	201,0000	201,00
CRISTAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTD,	CLORIDRATO DE VALGANCICLOVIR 450MG	2281	60,000	157,5000	9.450,00
DALLA ROSA & SPESSATTO LTDA - ME (DI FRATELL	REFEIÇÕES PRONTAS	2359	5,000	17,5800	87,90
EVERTON DARTAGNAN BOAVENTURA	Prótese parcial removível provisória superior ou inferior	2437	5,000	44,2204	221,10
FETEC - FUNDAÇÃO EMPRES. TECNOL.CACADOR	CONDOMINIO	2298	1,000	580,0000	580,00
FRANÇA & CIA LTDA	VULCANIZAÇÃO DE PNEUS	2347	1,000	100,0000	100,00
FRANÇA & CIA LTDA	VULCANIZAÇÃO DE PNEUS	2348	30,000	41,8333	1.255,00
FRANÇA & CIA LTDA	VULCANIZAÇÃO DE PNEUS	2349	1,000	60,0000	60,00
INSPEVIDE INSPEÇÃO DE SEGURANÇA VEICULAR I	SERVIÇO DE INSPEÇÃO VEICULAR	2400	1,000	500,0000	500,00
JOAO TAVARES DA SILVA FILHO-ME ELETROMA	CONCERTO AR CONDICIONADO	2328	4,000	283,7500	1.135,00
LAJETC LAJES ARTEF DE CIMENTOS LTDA	OBRAS DE RECUPERAÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE CENTRAL - DR		0,900	42.431,9667	38.188,77
LAJETC LAJES ARTEF DE CIMENTOS LTDA	OBRAS DE RECUPERAÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE CENTRAL - DR	2301	0,156	224.111,7300	34.997,87
LAJETC LAJES ARTEF DE CIMENTOS LTDA	OBRAS DE RECUPERAÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO BAIRRO MA		0,250	49.705,9600	12.426,49
LAJETC LAJES ARTEF DE CIMENTOS LTDA	OBRAS DE RECUPERAÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO BAIRRO MA		0,250	152.755,0800	38.188,77
MARCIA AP DA SILVA MATTOS - COMERCIANTE ME	REVISÃO E CONCERTO DE RAMAIS TELEFONICOS	2346	3,000	58,3333	175,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA - ME	BATERIA 100 AMP	2287	2,000	390,0000	780,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA - ME	MANUTENÇÃO MICROONIBUS MLA 4937	2288	1,000	60,0000	60,00
MEDICALBLUE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E HOSPI	CABO 10X26 awg	2307	1,000	90,0000	90,00
MEDICALBLUE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E HOSPI	CABO RABIXO 1X27AWG	2307	10,000	8,0000	80,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Página: 2/2

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MEDICALBLUE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E HOSPI	CAPA CONECTOR Dp-25	2307	1,000	15,0000	15,00
MEDICALBLUE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E HOSPI	CAPACITOR 104	2307	2,000	9,8400	19,68
MEDICALBLUE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E HOSPI	CI AMPLIFICADOR OPERACIONAL	2307	6,000	43,5000	261,00
MEDICALBLUE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E HOSPI	CI MULTIPLEXADOR ANALOGICO	2307	3,000	27,1600	81,48
MEDICALBLUE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E HOSPI	CONECTOR Db -25	2307	1,000	20,0000	20,00
MEDICALBLUE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E HOSPI	CONVERSOE dc/dc	2307	1,000	530,0000	530,00
MEDICALBLUE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E HOSPI	GARRAS JACARÉ	2307	10,000	5,0000	50,00
MEDICALBLUE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E HOSPI	MANUTENÇÃO DE APARELHO PARA LABORATÓRIO	2306	1,000	900,0000	900,00
MEDICALBLUE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E HOSPI	REGULADOR DE FONTE	2307	2,000	16,1400	32,28
NEY TINTAS LTDA	CORANTE CORES SORTIDAS	2322	12,000	2,9500	35,40
NEY TINTAS LTDA	CORANTE CORES SORTIDAS	2322	36,000	2,9500	106,20
NEY TINTAS LTDA	CORANTE PARA OLEO E ESMALTE	2322	6,000	3,6000	21,60
NEY TINTAS LTDA	PINCEL CHATO 815/08	2322	20,000	2,4500	49,00
NEY TINTAS LTDA	PINCEL CHATO 815/12	2322	20,000	1,9000	38,00
NEY TINTAS LTDA	ROLO P/ PINTURA	2322	5,000	2,1500	10,75
NEY TINTAS LTDA	TINTA ACRI.FOSCO	2322	2,000	104,2000	208,40
PAPELARIA PARAISO LTDA - ME	AGENDA	2353	3,000	16,0000	48,00
PAPELARIA PARAISO LTDA - ME	APOSTILAS CURSO PMAC UNIDADES	2353	26,000	39,0000	1.014,00
PAPELARIA PARAISO LTDA - ME	APOSTILAS-CURSO FORMAÇÃO DE SOCORISTA	2353	25,000	39,0000	975,00
PAPELARIA PARAISO LTDA - ME	ENCADERNAÇÃO	2353	200,000	1,2000	240,00
PAPELARIA PARAISO LTDA - ME	PASTA CATALAGO	2353	200,000	1,7500	350,00
PAPELARIA PARAISO LTDA - ME	PORTA METAIS	2353	5,000	12,0000	60,00
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	SEGURO DE VEÍCULO	2280	3,000	975,5900	2.926,77
SAWAIA & CIA LTDA	LENÇOL SOLTEIRO	2324	20,000	19,8000	396,00
T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA	COLETA DE MEDICAÇÃO VENCIDA	2329	49,000	6,6122	324,00
Total Geral do Mês ---->					160.985,66

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CACADOR

Página: 1/5

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE AMARELO	787	640,000	2,2500	1.440,00
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DO SISTEMA DE CONTABILIDADE PUBLICA	839	2,000	158,4700	316,94
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DO SISTEMA DE LICITAÇÕES E COMPRAS	839	2,000	62,2600	124,52
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DO SISTEMA DE TESOURARIA	839	2,000	22,1300	44,26
CLODOMIRA GONÇALVES DE SOUZA 80828841934	LAVAGEM DE VEICULOS DE PASSEIO	848	6,000	20,3000	121,80
COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS	RECARGA DE TONER 285 A	794	8,000	47,5000	380,00
COMERCIAL GUILHERME JOAQUIM LTDA	AGULHAS DE METAL	798	50,000	0,3600	18,00
COMERCIAL GUILHERME JOAQUIM LTDA	COLA SILICONE	798	10,000	10,0000	100,00
COMERCIAL GUILHERME JOAQUIM LTDA	FELTRO	798	200,000	12,0000	2.400,00
COMERCIAL GUILHERME JOAQUIM LTDA	Linha de costura - retrós pequeno nas cores branco, preto e	798	210,000	1,0000	210,00
COZINHA INDUSTRIAL FISCHER HAUS LTDA	"REFEIÇÕES INDUSTRIAIS TIPO MARMITEX N° 9, PARA OS PROGRAMAS	788	139,000	9,5000	1.320,50
COZINHA INDUSTRIAL FISCHER HAUS LTDA	"REFEIÇÕES INDUSTRIAIS TIPO MARMITEX N° 9, PARA OS PROGRAMAS	789	78,000	9,5000	741,00
D&MZ COMÉRCIO DE LIVROS E FORMULÁRIOS(PSI) KIT AC		833	1,000	102,4000	102,40
D&MZ COMÉRCIO DE LIVROS E FORMULÁRIOS(PSI) KIT IHS		833	1,000	125,0000	125,00
D.W.D SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA -	CONCERTO SISTEMA DE TELEFONIA	829	1,000	339,2000	339,20
DALLAROSA DISTRIBUIDORA DE BRINDES LTDA	BOLSA DE TECIDO	800	500,000	6,9000	3.450,00
DINIZ ANTONIO MARCHINHACKI - EPP - DIMAR ESP	REDE DE VOLEIBOL	792	1,000	112,0000	112,00
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	CONCERTO DE PNEUS	849	19,000	10,7895	205,00
GRÁFICA E EDITORA CAÇADOR LTDA- ME	ENCADERNAÇÃO	793	1,000	35,0000	35,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	ACUCAR REFINADO BRANCO PACOTE DE 5 KG	796	8,000	7,8500	62,80
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	ACUCAR REFINADO BRANCO PACOTE DE 5 KG	824	23,000	9,8000	225,40
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	BEBIDA LÁCTEA LEITE FERMENTADO, PREPARADO DE FRUTAS E CERE	815	200,000	1,9700	394,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	BISCOITOS SORTIDOS COM FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERR	824	22,000	4,9400	108,68
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	CREME DE LEITE, INGREDIENTES: GORDURA LÁCTEA- MÍNIMO 35, APR	824	22,000	2,0500	45,10
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	DOCE DE FRUTAS CREMOSO SEM GLÚTEN COM POLPA DE FRUTAS, DATA	796	4,000	4,4900	17,96
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	LEITE UHT INTEGRAL LONGA VIDA EMBALAGEM TETRA PAK,	796	48,000	2,4300	116,64
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	MARGARINA VEGETAL POTE COM 500G	824	22,000	1,6800	36,96
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	MILHO PARA PIPOCA TIPO 01 PACOTE COM 500G	824	22,000	2,2400	49,28
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Mini Salgados (tipo pastelzinho, coxinha, risoles, etc)	813	10,990	22,5000	247,28
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Mini Salgados (tipo pastelzinho, coxinha, risoles, etc)	817	35,618	22,5000	801,41
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Mini Salgados (tipo pastelzinho, coxinha, risoles, etc)		37,872	22,5000	852,12
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	ÓLEO DE SOJA EMBALAGEM 900ML	824	22,000	3,2500	71,50
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	OVOS DE GALINHA TIPO 02 VERMELHOS GRANDES, FRESCO, CASCA LI	824	22,000	4,9800	109,56
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Pão Frances 50g, fabricado no dia da entrega		6,500	8,1500	52,98
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	REFRIGERANTE, ÁGUA GASIFICADA, AÇÚCAR, AROMA ARTIFICIAL DE F	796	100,000	2,2900	229,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	REFRIGERANTE, ÁGUA GASIFICADA, AÇÚCAR, AROMA ARTIFICIAL DE F	799	5,000	2,2900	11,45
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	REFRIGERANTE, ÁGUA GASIFICADA, AÇÚCAR, AROMA ARTIFICIAL DE F	815	400,000	2,2900	916,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CACADOR

Página: 2/5

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	SALSICHA A GRANEL ORIGEM CARNE DE FRANGO, BOVINA E SUINA TIP	824	22,000	6,2400	137,28
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	TORTA SALGADA COM RECHEIO DE FRANGO, MILHO VERDE, ERVILHA	813	14,516	24,5000	355,64
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	TORTA SALGADA COM RECHEIO DE FRANGO, MILHO VERDE, ERVILHA	817	4,530	24,5000	110,99
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	TORTA SALGADA COM RECHEIO DE FRANGO, MILHO VERDE, ERVILHA		23,794	24,5000	582,95
JK PNEUS LTDA	PNEU 175/70 R14	790	1,000	250,0000	250,00
JUSSARA MOREIRA 449014619-15	PIPOCA	838	400,000	1,0000	400,00
LIDIA TORESAN MAGRO & CIA LTDA - ME (LY PIERI	AGULHA A MAO	840	120,000	0,2500	30,00
LIDIA TORESAN MAGRO & CIA LTDA - ME (LY PIERI	AGULHA DE MÃO SEM PONTA	840	40,000	0,5000	20,00
LIDIA TORESAN MAGRO & CIA LTDA - ME (LY PIERI	BOTOES GRANDES	840	100,000	0,1000	10,00
LIDIA TORESAN MAGRO & CIA LTDA - ME (LY PIERI	COLA QUENTE	840	100,000	0,7000	70,00
LIDIA TORESAN MAGRO & CIA LTDA - ME (LY PIERI	CONE DE LINHA	840	2,000	3,5000	7,00
LIDIA TORESAN MAGRO & CIA LTDA - ME (LY PIERI	FELTRO	840	64,000	14,8000	947,20
LIDIA TORESAN MAGRO & CIA LTDA - ME (LY PIERI	FIBRA DE SILICONE PARA ENCHIMENTO	840	1,000	6,9000	6,90
LIDIA TORESAN MAGRO & CIA LTDA - ME (LY PIERI	FITA MÉTRICA - TRENA	840	2,000	1,5000	3,00
LIDIA TORESAN MAGRO & CIA LTDA - ME (LY PIERI	GIZ PARA TECIDO	840	1,000	2,9000	2,90
LIDIA TORESAN MAGRO & CIA LTDA - ME (LY PIERI	LINHA PARA COSTURA	840	2,000	3,5000	7,00
LIDIA TORESAN MAGRO & CIA LTDA - ME (LY PIERI	MIÇANGA CORES DIVERSAS POTE 300 GR	840	10,000	0,2000	2,00
LIDIA TORESAN MAGRO & CIA LTDA - ME (LY PIERI	PINCÊIS	840	25,000	3,4000	85,00
LIDIA TORESAN MAGRO & CIA LTDA - ME (LY PIERI	TECIDO	840	2,000	23,9000	47,80
LIDIA TORESAN MAGRO & CIA LTDA - ME (LY PIERI	TECIDO ALGODÃO CRU COM 2,30 M DE LARGURA	840	1,000	9,5000	9,50
LIDIA TORESAN MAGRO & CIA LTDA - ME (LY PIERI	TECIDO DE ALGODÃO PRETO	840	3,000	20,0000	60,00
LIDIA TORESAN MAGRO & CIA LTDA - ME (LY PIERI	TERMOLINA	840	2,000	4,8000	9,60
LIDIA TORESAN MAGRO & CIA LTDA - ME (LY PIERI	TINTA P/ TECIDO CORES VARIADAS	840	30,000	2,2000	66,00
LUHRS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ME	ACABAMENTO DE BORDA BRANCO 19MM	853	200,000	0,2200	44,00
LUHRS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ME	COLA CASCOLA 2,8 L	853	1,000	49,0000	49,00
LUHRS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ME	DOBRADIÇA 36MM CURVA	853	48,000	1,3200	63,36
LUHRS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ME	EUCAPLAC BRANCO	852	4,000	65,0000	260,00
LUHRS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ME	FECHADURA DE GAVETA	853	16,000	4,5000	72,00
LUHRS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ME	MDF 15 MM MELAMINICO BRANCO	852	10,000	121,0000	1.210,00
LUHRS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ME	PARAFUSO 4.0 X 45 CABEÇA CHATA PHILLIPS	853	2,000	4,7000	9,40
LUHRS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ME	SUPORTE PARA PRATELEIRAS	853	0,400	6,9000	2,76
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	BALDE PLÁSTICO REFORÇADO COM ALÇA DE PLÁSTICO, COM 30 LITROS	820	2,000	6,9000	13,80
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	CANJICA DE MILHO TIPO 01 BRANCA EMBALAGEM 500G	825	22,000	3,4000	74,80
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	CHÁ MATE TOSTADO- VÁRIOS SABORES CAIXA COM 40 G	825	44,000	2,8900	127,16
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	DETERGENTE LÍQUIDO COM 500 ML (COMPOSIÇÃO: LINEAR ALQUIL-BEN	820	10,000	0,9500	9,50
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	DOCE DE FRUTAS CREMOSO, SEM GLÚTEN, COM POLPA DE FRUTAS,	825	22,000	2,5500	56,10
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	DOCE DE LEITE CREMOSO, SEM GLÚTEN EMBALAGEM COM 01 KG	820	5,000	5,9600	29,80

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CACADOR

Página: 3/5

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	ERVA MATE PN-1, COM 70% FOLHAS E 30% OUTROS RAMOS	825	22,000	8,0000	176,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	ERVILHA EM CONSERVA, INGREDIENTES: ÁGUA, AÇÚCAR, ÁCIDO CÍTRI	825	22,000	1,7500	38,50
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL PACOTE COM 05KG	820	10,000	6,9000	69,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO EMBALAGEM COM 250 GR	825	22,000	3,4300	75,46
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	GARRAFA TÉRMICA COM SISTEMA DE PRESSÃO 1.8 LITROS	820	4,000	68,5000	274,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	LEITE CONDENSADO INGREDIENTES: LEITE INTEGRAL, AÇÚCAR,	825	22,000	3,4900	76,78
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	MILHO EM CONSERVA: MILHO VERDE COZIDOS, PRAZO DE VALIDADE	825	22,000	1,7000	37,40
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	PAPEL HIGIÊNICO BRANCO PICOTADO, MACIO, FOLHA DUPLA,	820	2,000	26,5500	53,10
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	SUCO CONCENTRADO NATURAL, SABORES VARIADOS,	819	500,000	4,8400	2.420,00
N.T. LUIZE- EPP	TENIS ADULTO, FABRICAÇÃO NACIONAL	797	100,000	64,5000	6.450,00
N.T. LUIZE- EPP	TENIS ADULTO, FABRICAÇÃO NACIONAL	823	120,000	64,5000	7.740,00
NEY TINTAS LTDA - EPP	BANDEJA PLASTICA PARA PINTURA	836	4,000	3,9500	15,80
NEY TINTAS LTDA - EPP	LIXA N. 80 3M MT P/ MADEIRA	836	8,000	2,6000	20,80
NEY TINTAS LTDA - EPP	ROLO DE ESPUMA COM CABO	836	2,000	3,0500	6,10
NEY TINTAS LTDA - EPP	SOLVENTE PARA TINTA	836	2,000	7,5500	15,10
NEY TINTAS LTDA - EPP	TINTA ACRILICA FOSCA	836	2,000	33,6000	67,20
NEY TINTAS LTDA - EPP	TINTA ACRILICO FOSCO	836	2,000	28,6000	57,20
NEY TINTAS LTDA - EPP	TINTA LATEX	836	3,000	29,9000	89,70
NEY TINTAS LTDA - EPP	TRINCHA	836	10,000	2,6000	26,00
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA -	BOLO DE CENOURA COM COBERTURA DE CHOCOLATE	814	38,192	12,5000	477,40
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA -	BOLO DE CENOURA COM COBERTURA DE CHOCOLATE	818	4,104	12,5000	51,30
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA -	BOLO DE CENOURA COM COBERTURA DE CHOCOLATE	844	45,636	12,5000	570,45
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA -	BOLO DE CENOURA COM COBERTURA DE CHOCOLATE	845	2,214	12,5000	27,68
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA -	BOLO RECHEADO COM COBERTURA	814	4,824	16,4000	79,11
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA -	BOLO RECHEADO COM COBERTURA	818	1,885	16,4000	30,91
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA -	BOLO RECHEADO COM COBERTURA	844	10,481	16,4000	171,89
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA -	BOLO RECHEADO COM COBERTURA	845	4,122	16,4000	67,60
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA -	CACHORRO QUENTE (PÃO DE CACHORRO QUENTE, MOLHO DE TOMATE	812	142,000	3,0000	426,00
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA -	CACHORRO QUENTE (PÃO DE CACHORRO QUENTE, MOLHO DE TOMATE	814	102,000	3,0000	306,00
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA -	CUCA TIPO ROYAL COM COBERTURA DE FAROFA	814	21,502	12,5000	268,78
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA -	CUCA TIPO ROYAL COM COBERTURA DE FAROFA	818	3,752	12,5000	46,90
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA -	CUCA TIPO ROYAL COM COBERTURA DE FAROFA	844	57,288	12,5000	716,10
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA -	CUCA TIPO ROYAL COM COBERTURA DE FAROFA	845	40,828	12,5000	510,35
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA -	NEGA MALUCA	812	3,194	15,5000	49,51
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA -	NEGA MALUCA	814	43,053	15,5000	667,32
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA -	NEGA MALUCA	818	14,350	15,5000	222,43
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA -	NEGA MALUCA	844	43,337	15,5000	671,72
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA -	NEGA MALUCA	845	12,460	15,5000	193,13

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CACADOR

Página: 4/5

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA -	SANDUICHE NATURAL (DUAS FATIAS DE PÃO INTEGRAL, ALFACE, TOMA	812	120,000	3,5000	420,00
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA -	SANDUICHE NATURAL (DUAS FATIAS DE PÃO INTEGRAL, ALFACE, TOMA	814	145,000	3,5000	507,50
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA -	SANDUICHE NATURAL (DUAS FATIAS DE PÃO INTEGRAL, ALFACE, TOMA	818	87,000	3,5000	304,50
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA -	SANDUICHE NATURAL (DUAS FATIAS DE PÃO INTEGRAL, ALFACE, TOMA	844	203,000	3,5000	710,50
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA -	SANDUICHE NATURAL (DUAS FATIAS DE PÃO INTEGRAL, ALFACE, TOMA	845	10,000	3,5000	35,00
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA -	Sanduiche pronto (Pão Frances 50g, 01 fatia de presunto e 01	814	463,000	2,5000	1.157,50
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA -	Sanduiche pronto (Pão Frances 50g, 01 fatia de presunto e 01	818	35,000	2,5000	87,50
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA -	Sanduiche pronto (Pão Frances 50g, 01 fatia de presunto e 01	844	520,000	2,5000	1.300,00
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA -	Sanduiche pronto (Pão Frances 50g, 01 fatia de presunto e 01	845	80,000	2,5000	200,00
PAULA & PAULA LTDA	LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS	810	1,000	1.300,0000	1.300,00
PAULA & PAULA LTDA	LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS	811	1,000	1.300,0000	1.300,00
REUNIDAS S.A. TRANSPORTES COLETIVOS	PASSAGENS	834	2,000	105,1500	210,30
REUNIDAS S.A. TRANSPORTES COLETIVOS	PASSAGENS	835	4,000	105,1500	420,60
REUNIDAS TURISMO SA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DE TRANSPORTE D	816	346,000	4,1000	1.418,60
REUNIDAS TURISMO SA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DE TRANSPORTE D	821	680,000	4,1000	2.788,00
ROBERTA ADRIANA PADILHA 66602513915	CABAN MASCULINO: COMPOSIÇÃO TWOWAY C/ ELASTANO 94% POLIÉSTER	870	1,000	160,0000	160,00
ROBERTA ADRIANA PADILHA 66602513915	CALÇA MASCULINA: COMPOSIÇÃO TWOWAY C/ ELASTANO 94% POLIÉSTER	870	4,000	89,0000	356,00
ROBERTA ADRIANA PADILHA 66602513915	CAMISA FEMININA: 05% ELASTANO, 27% ALGODÃO, 68% POLIÉSTER	870	23,000	62,0000	1.426,00
ROBERTA ADRIANA PADILHA 66602513915	CAMISA FEMININA: 05% ELASTANO, 27% ALGODÃO, 68% POLIÉSTER	872	30,000	62,0000	1.860,00
ROBERTA ADRIANA PADILHA 66602513915	CAMISA FEMININA: 05% ELASTANO, 27% ALGODÃO, 68% POLIÉSTER CO	870	23,000	76,0000	1.748,00
ROBERTA ADRIANA PADILHA 66602513915	CAMISA FEMININA: 05% ELASTANO, 27% ALGODÃO, 68% POLIÉSTER CO	872	20,000	76,0000	1.520,00
ROBERTA ADRIANA PADILHA 66602513915	CAMISA GOLA POLO: 50% POLIÉSTER E 50% ALGODÃO(BRANCA)	870	5,000	25,0000	125,00
ROBERTA ADRIANA PADILHA 66602513915	CAMISA GOLA POLO: 50% POLIÉSTER E 50% ALGODÃO(BRANCA)	872	3,000	25,0000	75,00
ROBERTA ADRIANA PADILHA 66602513915	CAMISA MASCULINA: 05% ELASTANO, 27% ALGODÃO, 68% POLIÉSTER	870	5,000	64,0000	320,00
ROBERTA ADRIANA PADILHA 66602513915	CAMISA MASCULINA: 05% ELASTANO, 27% ALGODÃO, 68% POLIÉSTER (870	5,000	74,0000	370,00
ROBERTA ADRIANA PADILHA 66602513915	JALECO ESTILO COLETE: 100 %POLIÉSTER(PRETO)	870	3,000	26,8760	80,63
ROBERTA ADRIANA PADILHA 66602513915	JALECO ESTILO COLETE: 100 %POLIÉSTER(PRETO)	871	6,000	26,8760	161,26
ROBERTA ADRIANA PADILHA 66602513915	JALECO ESTILO COLETE: 100 %POLIÉSTER(PRETO)	872	6,000	26,8760	161,26
ROBERTA ADRIANA PADILHA 66602513915	JALECO: 100 %POLIÉSTER(BRANCO)	870	2,000	36,1146	72,23
ROBERTA ADRIANA PADILHA 66602513915	JALECO: 100 %POLIÉSTER(BRANCO)	871	5,000	36,1146	180,57
ROBERTA ADRIANA PADILHA 66602513915	JALECO: 100 %POLIÉSTER(BRANCO)	872	3,000	36,1146	108,34
ROBERTA ADRIANA PADILHA 66602513915	LENÇO: MUSSELINE 100% POLIÉSTER(1,40 X 0,46 CM, AZUL ROYAL)	870	6,000	18,5909	111,55

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CACADOR

Página: 5/5

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ROBERTA ADRIANA PADILHA 66602513915	LENÇO: MUSSELINE 100% POLIÉSTER(1,40 X 0,46 CM, AZUL ROYAL)	872	19,000	18,5909	353,23
ROBERTA ADRIANA PADILHA 66602513915	SAIA: COMPOSIÇÃO TWOWAY C/ ELASTANO 94% POLIÉSTER	870	5,000	62,0000	310,00
ROBERTA ADRIANA PADILHA 66602513915	SAIA: COMPOSIÇÃO TWOWAY C/ ELASTANO 94% POLIÉSTER	872	19,000	62,0000	1.178,00
ROBERTA ADRIANA PADILHA 66602513915	TERNO FEMININO (CALÇA E BLAZER): COMPOSIÇÃO TWOWAY	870	4,000	262,0000	1.048,00
ROBERTA ADRIANA PADILHA 66602513915	TERNO FEMININO (CALÇA E BLAZER): COMPOSIÇÃO TWOWAY	872	10,000	262,0000	2.620,00
ROBERTA ADRIANA PADILHA 66602513915	TERNO FEMININO (CALÇA E BLAZER): COMPOSIÇÃO TWOWAY C/ ELASTA	870	4,000	242,0000	968,00
ROBERTA ADRIANA PADILHA 66602513915	TERNO FEMININO (CALÇA E BLAZER): COMPOSIÇÃO TWOWAY C/ ELASTA	872	10,000	242,0000	2.420,00
S.C COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA - ME	CONFECÇÃO DE FAIXA EM TNT	846	1,000	52,5000	52,50
SKINA 1820 INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME	TATAMI PELICULA SILICONIZADA COM TEXTURA ESPECIAL	791	12,000	103,9000	1.246,80
STANG E STANG LTDA	GASOLINA COMUM	801	250,000	2,4690	617,25
STANG E STANG LTDA	GASOLINA COMUM	802	550,000	2,4690	1.357,95
SYSMATEC INFORMATICA EIRELE - ME	CONCERTO DE IMPRESSORA	831	1,000	250,0000	250,00
SYSMATEC INFORMATICA EIRELE - ME	CONCERTO DE MICRO COMPUTADOR	830	1,000	95,0000	95,00
SYSMATEC INFORMATICA EIRELE - ME	CONCERTO DE MICRO COMPUTADOR	832	1,000	119,6400	119,64
WEGNER AUTO MECANICA LTDA - EIRELI ME	BATERIA 60 AMPERES	850	1,000	189,0000	189,00
WEGNER AUTO MECANICA LTDA - EIRELI ME	INTERRUPTOR	850	1,000	49,5000	49,50
WEGNER AUTO MECANICA LTDA - EIRELI ME	MÃO DE OBRA MECANICA	850	1,000	22,5000	63,00
Total Geral do Mês ---->					78.372,61

Camboriú

PREFEITURA

Lei Complementar N.º 066/2013

LEI COMPLEMENTAR N.º 066/2013

Dispõe sobre a ampliação de cargos na estrutura administrativa do Município de Camboriú e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Ficam criados, no Quadro de Servidores do Município de Camboriú, os seguintes cargos de provimento efetivo, os quais serão lotados na Secretaria Municipal de Educação:

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO	HABILITAÇÃO
Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	03	20h	R\$ 783,21	Ensino médio ou graduação, reconhecida pelo Ministério da Educação, comprovante de Proficiência em Interpretação em LIBRAS ou certificado de curso de formação continuada em LIBRAS ou Oficina de Interpretação em LIBRAS, ambos com carga horária mínima de 120h (cento e vinte horas) ou, ainda, curso superior de Bacharelado em Letras – LIBRAS
Instrutor da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	01	20h	R\$ 1.007,98	Curso superior de Licenciatura Plena em Letras - LIBRAS ou certificado e histórico escolar de curso superior de Licenciatura Plena em Pedagogia com comprovante de proficiência em LIBRAS
Monitor de Educação Inclusiva	05	20h	R\$ 783,21	Magistério
Monitor de Educação Inclusiva	10	40h	R\$ 1.566,42	Magistério

Parágrafo único. A formação profissional mínima dos cargos de Intérprete e Instrutor de LIBRAS é a mesma exigida pela Lei Federal n.º 12.319/2010 e pelo Decreto Federal n.º 5.626/2005.

Art. 2º Fica alterada a Lei Complementar Municipal n.º 019 de 02 de julho de 2008, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º (...)

(...)

VI - Suporte Pedagógico corresponde às atividades pedagógicas desenvolvidas diretamente a docência e será ocupado pelo Diretor, Administrador Escolar, Supervisor Escolar, Orientador Educacional, Coordenador Pedagógico, Pedagogo, Psicopedagogo, Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, Monitor, Monitor de Educação Infantil e Monitor de Educação Inclusiva.

(...)

Art. 4º A carreira dos Profissionais do Magistério será integrada pelos cargos de provimento efetivo de Docente (Professor) e Suporte Pedagógico (Diretor, Administrador Escolar, Supervisor Escolar, Orientador Educacional, Coordenador Pedagógico, Pedagogo, Psicopedagogo, Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, Monitor, Monitor de Educação Infantil e Monitor de Educação Inclusiva), sendo estruturada em classes, níveis e referências.

(...)

Art. 6º (...)

(...)

II - (...)

(...)

h) Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS;

i) Monitor de Educação Inclusiva;

j) Monitor de Educação Infantil;

k) Monitor.

(...)

Art. 10. (...)

(...)

V - Instrutor da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

Art. 11. (...)

(...)

VIII - Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS;

IX - Monitor de Educação Inclusiva;

X - Monitor de Educação Infantil;

XI - Monitor.

Art. 12-A. São atribuições do corpo docente na função de Instrutor da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, além das previstas na Lei Federal n.º 12.319/2010:

I - atuar nas unidades educativas da rede regular de ensino;

II - ministrar aula de Libras para alunos surdos e ouvintes;

III - atuar nas salas de apoio pedagógico auxiliando os professores;

IV - ministrar cursos de Libras para a comunidade escolar;

V - ministrar nos dias letivos e horas-aula estabelecidas;

VI - elaborar e cumprir o plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da escola;

VII - levantar, avaliar e interpretar os dados relativos à realidade de sua classe;

VIII - zelar pela aprendizagem do aluno;

IX - estabelecer os mecanismos de avaliação;

X - implementar estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;

XI - organizar registros de observação dos alunos;

XII - participar de atividades extraclasse;

XIII - realizar trabalho integrado com o apoio pedagógico;

XIV - participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

XV - colaborar com as atividades e articulação da escola com a família e a comunidade;

XVI - integrar órgãos complementares da escola;

XVII - digitar e arquivar documentos relativos à função;

XVIII - executar tarefas afins com a educação;

XIX - realizar as atividades que forem designadas por seu superior hierárquico ou pela Secretária Municipal de Educação.

(...)

Art. 17-C. São atribuições do Suporte Pedagógico na função de Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, além das previstas na Lei Federal n.º 12.319/2010:

I - atuar em sala de aula e em sala de apoio pedagógico nas unidades educativas da rede regular de ensino, traduzindo e interpretando da língua portuguesa para a língua de sinais e vice-versa

nas aulas ministradas pelo Professor;
II - elaborar e cumprir o plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da escola;
III - levantar e avaliar os dados relativos à realidade de sua classe;
IV - zelar pela aprendizagem do aluno;
V - organizar registros de observação dos alunos;
VI - participar de atividades extraclasses;
VII - realizar trabalho integrado com o apoio pedagógico;
VIII - participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
IX - colaborar com as atividades e articulação da escola com a família e a comunidade;
X - integrar órgãos complementares da escola;
XI - observar os preceitos éticos de confiabilidade, imparcialidade, discrição e fidelidade na tradução e interpretação;
XII - digitar e arquivar documentos relativos à função;
XIII - prestar serviços em seminários, cursos e reuniões e/ou outros eventos de formação continuada, quando solicitado;
XIV - participar dos eventos promovidos pela Secretaria de Educação e Cultura;
XV - participar ativamente das atividades que estão sendo desenvolvidas em sala e aula, quando solicitado pelos Gestores;
XVI - interagir com o professor nas ações pedagógicas planejadas e/ou realizadas na ambiente escolar, quando solicitado;
XVII - orientar professores quanto as suas possíveis dúvidas em Libras;
XVIII - executar tarefas afins com a educação;
XIX - realizar as atividades que forem designadas por seu superior hierárquico ou pela Secretária Municipal de Educação.

Art. 17-D. São atribuições do Suporte Pedagógico na função de Monitor de Educação Inclusiva:

I - auxiliar a docência nas práticas pedagógicas, mediando o desenvolvimento do aluno juntamente com o professor, em situações que requeiram auxílio, como higiene, alimentação e locomoção dos educandos;

II - atuar diretamente com o aluno com múltiplas deficiências, graves comprometimentos mentais ou condutas típicas de síndromes, contribuindo para sua interação e socialização com os pares;

III - favorecer o desenvolvimento da independência e autonomia dos alunos em suas atividades de vida diária e social, no contexto escolar e nas atividades extraclasse, auxiliando-os no que for necessário, como:

cuidado pessoal: uso do sanitário, escovação dos dentes, banho, troca de fraldas, vestuário e outros;

refeições: auxiliar o aluno em sua alimentação;

locomoção: conduzir o aluno que faz uso de cadeira de rodas e/ou apresenta dificuldades motoras aos diferentes espaços físicos, bem como realizar a transposição do aluno para o sanitário, carteira escolar e outros.

IV - executar tarefas afins com a educação;

V - realizar as atividades que forem designadas por seu superior hierárquico ou pela Secretária Municipal de Educação.

(...)

Art. 49. (...)

(...)

§ 4º Para os serviços de Suporte Pedagógico na função de Administrador Escolar, Supervisor Escolar, Orientador Educacional, Coordenador Pedagógico, Diretor, Pedagogo, Psicopedagogo, Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, Monitor, Monitor de Educação Infantil e Monitor de Educação Inclusiva o regime de trabalho será de:

Art. 5º As despesas decorrentes da execução da presente Lei Complementar ocorrerão por conta de dotação próprias do orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 03 de dezembro de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA

Secretário M. de Administração

Lei N.º 2.624/2013

LEI N.º 2.624/2013

Altera a Lei Municipal n.º 1.773 de 14 de junho de 2007.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o inciso VI do artigo 2º da Lei Municipal n.º 1.773/2007, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º ()

()

VI - dois representantes dos pais de alunos da educação básica pública municipal;

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC, Em, 03 de dezembro de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA

Secretário M. de Administração

Lei N.º 2.625/2013

LEI N.º 2.625/2013

Reconhece de Utilidade Pública Municipal a Associação Desportiva Atlético Camboriuense.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Em conformidade com a Lei Municipal nº 1.453/2001, fica declarada de Utilidade Pública Municipal, a ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA ATLÉTICO CAMBORIUENSE, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 11.669.927/0001-35, com sede na Rua Saul Dalago, n.º 88, Bairro Cedro, neste Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC, Em, 03 de dezembro de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA
Secretário M. de Administração

PR 25/13 - FMAS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 025/2013-FMAS

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO VISUAL (BANNER, LONA, FAIXA) PARA DIVULGAR OS CURSOS REALIZADOS PELA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL EM PARCERIA COM O SENAC ATRAVÉS DO PRONATEC (PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO).

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 14:00 horas do dia 18 (Dezoito) de Dezembro de 2013, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 05 de Dezembro de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

PR 40/13 - FMS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 040/2013-FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO 0KM PARA A DIVISÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E DIVISÃO DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, BUSCANDO AUXILIAR NAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS .
TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 10:00 horas do dia 18 (Dezoito) de Dezembro de 2013, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 05 de Dezembro de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

PR 88/13 - PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 088/2013-PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE MACADAME, PEDRA, AREIA E LIMPEZA DE VALAS, EM TODO O MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 10:00 horas do dia 19 (Dezenove) de Dezembro de 2013, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 05 de Dezembro de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Resumo dos Contrato Mês 11/2013

RESUMO DE CONTRATO
PMC

Contrato nº 109/2013
Processo: Pregão Presencial Nº 062/2013
Contratado: DRJ RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA
Data: 05/11/2013
Prazo: 31/12/2013
Valor: R\$ 14.000,00 (Catorze mil reais)

Objeto: AQUISIÇÃO DE FERRAMENTA (SOFTWARE) PARA A REDE DE TELEMETRIA DE MONITORAMENTO DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO CAMBORIÚ, COM INSTALAÇÃO E LICENÇA DO SOFTWARE

Contrato nº 110/2013
Processo: Carta Convite Nº. 071/2013
Contratado: JULIO CESAR PEREIRA PAPELARIA ME
Data: 18/11/2013
Prazo: 31/12/2013
Valor: R\$ 20.524,35 (Vinte mil quinhentos e vinte e quatro reais e trinta e cinco centavos)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA SER UTILIZADO PELA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

Contrato nº 111/2013
Processo: Carta Convite Nº. 069/2013
Contratado: MERCOLUX COMERCIAL ELETRICA LTDA
Data: 21/11/2013
Prazo: 120 (cento e vinte) dias
Valor: R\$ 37.199,14 (Trinta e sete mil cento e noventa e nove reais e catorze centavos)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DO PAÇO MUNICIPAL LOCALIZADO NA RUA GETÚLIO VARGAS, EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL, CONFORME PLANTAS E MEMORIAL DESCRITIVO ANEXOS

Contrato nº 112/2013
Processo: Pregão Presencial Nº 071/2013
Contratado: CLICK SOLUC.TECN.ADMINIST. E PEDAG. LTDA
Data: 21/11/2013
Prazo: 20 de março de 2014
Valor: A empresa vencedora receberá 100% (cem por cento) das inscrições pagas pelos candidatos.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA (INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR OU EMPRESA VINCULADA QUE OFEREÇA ENSINO SUPERIOR) PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO,

EM ATENDIMENTO A DEMANDA DE PREENCHIMENTO DE CARGOS EM CARATER EFETIVO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE PESSOAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E EDUCAÇÃO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA

Contrato n° 113/2013

Processo: Carta Convite N°. 070/2013

Contratado: MERCOLUX COMERCIAL ELETRICA LTDA

Data: 22/11/2013

Prazo: 150 (cento e cinquenta) dias

Valor: R\$ 144.208,87 (Cento e quarenta e quatro mil duzentos e oito reais e oitenta e sete centavos)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE AMPLIAÇÃO DE REDE DE ENERGIA ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA, EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL EM DIVERSOS LOGRADOUROS NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, CONFORME PLANTAS E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO

Contrato n° 114/2013

Processo: Carta Convite N°. 073/2013

Contratado: MERCOLUX COMERCIAL ELETRICA LTDA

Data: 26/11/2013

Prazo: 60 (sessenta) dias

Valor: R\$ 43.600,00 (Quarenta e três mil e seiscentos reais)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ELÉTRICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONTAGEM ELETRO-MECÂNICA: INSTALAÇÃO DE PEÇAS NATALINAS, LANÇAMENTO DE CABEAMENTO, MANGUEIRAS LUMINOSAS, CORDÃO DE MICRO LÂMPADAS E FIXAÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO DESTINADO À DECORAÇÃO DO NATAL LUZ, QUE OCORRERÁ NOS DIAS COMPREENDIDOS DE 07/12/2013 A 23/12/2013, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO ANEXO

FMC

Contrato n° 010/2013

Processo: Pregão Presencial N° 002/2013

Contratado: LUZ E FORMA COMERCIO E DECORACOES LTDA

Data: 20/11/2013

Prazo: 31/12/2013

Valor: R\$ 87.359,01 (Oitenta e sete mil trezentos e cinquenta e nove reais e um centavo)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA DECORAÇÃO E ILUMINAÇÃO PARA O EVENTO "NATAL LUZ" DE CAMBORIÚ COM O SLOGAN: NATAL FÁBRICA DOS SONHOS A SER REALIZADO NO PERÍODO DE 07 A 23 DE DEZEMBRO DE 2013 NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

FMS

Contrato n° 120/2013

Processo: Pregão Presencial N° 032/2013

Contratado: AUTO MECANICA SANTA CATARINA - ALVACIR DA SILVA ME

Data: 07/11/2013

Prazo: 31/12/2013

Valor: R\$ 37.046,00 (Trinta e sete mil e quarenta e seis reais)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA CONserto DOS VEÍCULOS SPRINTER MFW 6207, SPRINTER MIF3586, RENAULT MASTER MIE0186, KOMBI MIX 9524, GOL MFP 7647, CORSA MJE 2593, DUCATO MDQ 7627, SA-VEIRO MGS 6347 PERTENCENTES A FROTA DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

Contrato n° 121/2013

Processo: Carta Convite N°. 016/2013

Contratado: SOLO SONDAGENS E CONSTRUÇÃO LTDA

Data: 08/11/2013

Prazo: 31/12/2013

Valor: R\$ 23.940,00 (Vinte e três mil novecentos e quarenta reais)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA SONDAGEM DE SOLO NOS TERRENOS ONDE SERÃO CONSTRUÍDAS AS UNIDADES DE SAÚDE DOS BAIRROS: AREIAS, SÃO FRANCISCO DE ASSIS, SANTA REGINA VI, MONTE ALEGRE E TABOLEIRO E ACADEMIA DE SAÚDE

Contrato n° 122/2013

Processo: Carta Convite N°. 017/2013

Contratado: AUTO POSTO CAMBORIÚ LTDA

Data: 14/11/2013

Prazo: 31/12/2013

Valor: R\$ 26.560,25 (Vinte e seis mil quinhentos e sessenta reais e vinte e cinco centavos)

Objeto: AQUISIÇÃO DE ÓLEO, FLUIDO, ADITIVOS E FILTROS PARA MANUTENÇÃO EM TODOS OS VEÍCULOS DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE CAMBORIÚ

Contrato n° 123/2013

Processo: Pregão Presencial N° 035/2013

Contratado: BARKI DISTRIBUIDORA LTDA

Data: 19/11/2013

Prazo: 31/12/2013

Valor: R\$ 25.490,00 (Vinte e cinco mil quatrocentos e noventa reais)

Objeto: AQUISIÇÃO DE FRALDAS GERIÁTRICAS, LEITE E COMPLEMENTO ALIMENTAR PARA SEREM DISTRIBUIDAS AS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, DEVIDAMENTE CADASTRADAS E ACOMPANHADAS PELO SETOR DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Contrato n° 124/2013

Processo: Pregão Presencial N° 034/2013

Contratado: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA

Data: 20/11/2013

Prazo: 31/12/2013

Valor: R\$ 12.691,50 (Doze mil seiscentos e noventa e um reais e cinquenta centavos)

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE FISIOTERAPIA PARA ATENDIMENTO NO CERFIS - CENTRO DE REABILITAÇÃO E FISIOTERAPIA E EQUIPAMENTOS PARA A POLICLINICA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

Contrato n° 125/2013

Processo: Pregão Presencial N° 034/2013

Contratado: METROMED COM. MAT. MED. HOSP. LTDA

Data: 20/11/2013

Prazo: 31/12/2013

Valor: R\$ 13.378,89 (Treze mil trezentos e setenta e oito reais e oitenta e nove centavos)

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE FISIOTERAPIA PARA ATENDIMENTO NO CERFIS - CENTRO DE REABILITAÇÃO E FISIOTERAPIA E EQUIPAMENTOS PARA A POLICLINICA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

Contrato n° 126/2013

Processo: Pregão Presencial N° 034/2013

Contratado: JET-MED COM. DE PRODUTOS DESC. LTDA - EPP

Data: 20/11/2013
Prazo: 31/12/2013
Valor: R\$ 1.742,50 (Hum mil setecentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos)

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE FISIOTERAPIA PARA ATENDIMENTO NO CERFIS - CENTRO DE REABILITAÇÃO E FISIOTERAPIA E EQUIPAMENTOS PARA A POLICLINICA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

Contrato n° 127/2013
Processo: Dispensa de Licitação n°. 023/2013
Locador: Sr. VALDELEIS CANDIDO DA SILVA
Data: 28/11/2013
Prazo: 12 (doze) meses
Valor: R\$ 26.400,00 (Vinte e seis mil e quatrocentos reais)

Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL, SALA COMERCIAL DE APROXIMADAMENTE 120M2, PELO PERÍODO DE 12 MESES, PARA AS INSTALAÇÕES DO ALMOXARIFADO DE MEDICAMENTOS, NA RUA JOAQUIM AGOSTINHO VIEIRA, Nº 225, SALA Nº1 CENTRO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

FMAS

Contrato n° 022/2013
Processo: Pregão Presencial Nº 021/2013
Contratado: LINEAR INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP
Data: 19/11/2013
Prazo: 31/12/2013
Valor: R\$ 34.330,00 (Trinta e quatro mil trezentos e trinta reais)

Objeto: AQUISIÇÃO DE AR CONDICIONADO, MESAS EM MDF, ARQUIVO COM 4 (QUATRO) GAVETAS E MICRO COMPUTADOR OBJETIVANDO ATENDER AS NECESSIDADES DO BOLSA FAMÍLIA E SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

Contrato n° 023/2013
Processo: Pregão Presencial Nº 022/2013
Contratado: BARIGUI VEICULOS LTDA
Data: 22/11/2013
Prazo: 31/12/2013
Valor: R\$ 36.900,00 (Trinta e seis mil e novecentos reais)

Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO, ZERO KILOMETRO, FABRICAÇÃO NACIONAL PARA COMPOR A FROTA DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

FUNDESB

Contrato n° 037/2013
Processo: Carta Convite Nº. 018/2013
Contratado: PREMIER ENGENHARIA E CONSULTORIA SS LTDA
Data: 29/11/2013
Prazo: 06 (seis) meses
Valor: R\$ 19.750,00 (Dezenove mil setecentos e cinquenta reais)

Objeto: A NECESSIDADE DE UM DIAGNÓSTICO COMPLETO NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ/SC, COM INDICADORES FIDEDIGNOS BEM COMO O DEVIDO ACESSORAMENTO TÉCNICO ESPECIALIZADO PARA O DESENVOLVIMENTO DE POLITICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS, DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS IMPOSTAS PELA CONSTITUIÇÃO E OUTRAS LEGISLAÇÕES CORRELATAS, ANTE A REPERCUSSÃO DOS GRAVES PROBLEMAS RELACIONADOS AO ESGOTAMENTO SANITÁRIO, QUE VEM CAUSANDO DANOS AO MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO E QUE ESTÁ EM DESCONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO PÁTRIA, COMO, POR EXEMPLO, A CONTAMINAÇÃO DO RIO CAMBORIÚ E RIO PEROBA; E A DEPENDÊNCIA

DA PRODUÇÃO DE ÁGUA TRATADA DE EMPRESA SEDIADA NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ E AS QUESTÕES JURÍDICAS QUE ESTA DEPENDÊNCIA E RELAÇÃO PROVOCAM, DESDE O INSTANTE QUE O SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO FOI RETOMADO DA ANTIGA CONCESSIONÁRIA

ADITIVOS PMC

Primeiro Termo Aditivo
Contrato n° 081/2013
Processo: Pregão Presencial Nº 027/2013
Contratada: SPJ RESTAURANTE LTDA - ME
Data: 04/11/2013

Objeto: Pelo presente instrumento, haja vista as necessidades da Municipalidade de adquirir marmitas para os funcionários que trabalharão em mutirão na recuperação de estradas do interior ou em atividades com necessidade de trabalho em período integral, devidos as chuvas que vem danificando as estradas, as partes resolvem aditar o valor contratual em R\$ 16.800,00 (Dezesseis mil e oitocentos reais), conforme solicitação da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos em anexo.

Primeiro Termo Aditivo
Contrato n° 010/2013
Processo: Pregão Presencial Nº 002/2013
Contratada: MULLER & OLEGARIO TRANSP. DE CARGAS LTDA ME
Data: 05/11/2013

Objeto: Pelo presente instrumento, haja vista as necessidades da Municipalidade, as partes resolvem aditar o valor contratual em R\$ 10.500,00 (Dez mil e quinhentos reais), tendo em vista a continuidade do serviço prestado de recolhimento e transporte de entulho em geral das ruas e terrenos baldios de todo o município, conforme justificativa da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos em anexo.

FMAS

Primeiro Termo Aditivo
Contrato n° 008/2013
Processo: Pregão Presencial Nº 003/2013
Contratada: PANIFICADORA E CONFEITARIA TIO JOÃO LTDA - EPP
Data: 05/11/2013

Objeto: Pelo presente instrumento, haja vista a necessidade da Municipalidade para atender a demanda de alimentação para os encontros do Grupo da Terceira Idade Raio de Sol até o fim do ano corrente, as partes resolvem aditar o valor contratual em R\$ 6.298,01 (Seis mil duzentos e noventa e oito reais e um centavo), conforme solicitação da Secretaria em anexo.

FME

Primeiro Termo Aditivo
Contrato n° 064/2013
Processo: Pregão Presencial Nº 025/2013
Contratada: INSTITUTO SINERGIA EXTENSÃO E POS-GRADUAÇÃO - ISEP
Data: 13/11/2013

Objeto: Pelo presente instrumento, haja vista as necessidades da Municipalidade, as partes resolvem aditar o prazo contratual por mais dois meses, vigorando de 1º de janeiro de 2014 até 1º de março de 2014, tendo em vista que os temas constantes no termo de referência para assessoria destinada aos coordenadores da Secretaria de Educação não se consolidarão até o prazo estipulado

no referido contrato.

FMA

Primeiro Termo Aditivo

Contrato n° 001/2013

Processo: Pregão Presencial N° 001/2013

Contratada: COMERCIAL DE PEÇAS ROQUE LTDA

Data: 22/11/2013

Objeto: Pelo presente instrumento, haja vista as necessidades da Municipalidade, as partes resolvem aditar o valor contratual em R\$ 8.841,00 (Oito mil oitocentos e quarenta e um reais), pois será necessária a aquisição de mais peças para o trator John Deere 5705, tendo em vista que o mesmo apresenta problemas em seus eixos, rotativa e embreagem, conforme solicitação da Secretaria em anexo.

FME

Quarto Termo Aditivo

Contrato n° 013/2012

Processo: Concorrência Pública nº. 004/2011

Contratada: CONSTRUTORA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA

Data: 26/06/2013

Objeto: Pelo presente instrumento, face às necessidades da Municipalidade, as partes resolvem prorrogar o prazo contratual/execução da obra por mais 180 dias, vigorando de 30 de agosto de 2013 até 25 de fevereiro de 2014, por motivos de atraso no repasse do recurso e períodos de chuva na região, conforme solicitação apresentada pela Secretaria de Educação e empresa.

MARCIO DA ROSA

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

Suspensão Temporária de Participação Em Licitação Município de Camboriú

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Assunto: Suspensão de participação e o impedimento de contratar com a Administração Municipal de Camboriú. Rescisão unilateral de contrato administrativo.

RELATÓRIO

Trata-se de Decisão Administrativa proferida pelo Município de Camboriú, acerca de rescisão unilateral de contrato administrativo. É necessário a relatar. Decidimos.

Diante da conclusão do Processo Administrativo n.º 010/2013 - Pregão Presencial n.º 005/2013 - FME, estão sendo tomadas as seguintes providências: aplicação das sanções administrativas à empresa BIG JET CARTUCHOS LTDA., no sentido de rescindir unilateralmente o contrato administrativo n.º 008/2013 - FME com base legal artigo 78, inciso II da Lei Federal n.º 8.666/93, mais a SUSPENSÃO TEMPORÁRIA de participar de licitação e o impedimento de contratar com a Administração Municipal de Camboriú pelo período de 02 (dois) anos, a partir da publicação deste, conforme estabelece o artigo 87, inciso III, da Lei Federal n.º 8.666/93, bem como, aplicação das sanções administrativas à empresa DIGISYSTEM COMÉRCIO DE MÁQUINAS E SUPRIMENTO DE INFORMÁTICA LTDA., igualmente, seja rescindido unilateralmente o contrato administrativo n.º 008/2013 - FME, com base legal artigo 78, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93, mais a SUSPENSÃO TEMPORÁRIA de participar de licitação e o impedimento de

contratar com a Administração Municipal de Camboriú pelo período de 02 (dois) anos, a partir da publicação deste, conforme estabelece o artigo 87, inciso III, da Lei Federal n.º 8.666/93, atendendo assim o disposto no Termo de Homologação.

Camboriú SC, 05 de Dezembro de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Ata de Registro de Preços PR 80/13 - PMC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial n° 080/2013 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 036/2013 - PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇOS DE SONDAGEM DE TERRENOS NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ PARA FUTURAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO E/OU AMPLIAÇÃO DE UNIDADES PÚBLICAS, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 05/12/2014

1ª Publicação.

Campo Alegre

PREFEITURA

Decreto N° 8.064 de 04 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.064 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2013

ABRE CRÉDITO ESPECIAL E CRIA ELEMENTO DE DESPESA, SUPLEMENTA-O POR CONTA DO CONVÊNIO Nº 2013TR003666.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.042 de 04 de dezembro de 2013; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Especial, Cria Elemento de Despesa e suplementa-o, no valor de R\$ 117.646,91 (cento e dezessete mil, seiscentos e quarenta e seis reais, noventa e um centavos).

08.00 - Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.

08.03 - Serviço de Obras e Serviços Públicos
15.452.0045.2.023 - Vias Públicas e Logradouros
300000.00.902 - Despesas Correntes
330000.00.902 - Outras Despesas Correntes
339000.00.902 - Aplicações Diretas
339030.00.902 - Material de Consumo R\$ 117.646,91

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Recursos oriundos do Convênio nº 2013TR003666, firmado com o Governo do Estado de Santa Catarina, com interveniência da 25ª Secretaria de Estado de



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Desenvolvimento Regional - Mafra.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 04 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 04/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Complementar N° 101 de 04 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

LEI COMPLEMENTAR Nº 101 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2013
DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR - SMDC E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

CAPÍTULO I DO SISTEMA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Art.1º A presente Lei estabelece a organização do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor - SMDC, nos termos da Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990 e Decreto nº 2.181 de março de 1997.

Art.2º São órgãos do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor - SMDC:

I - A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON;

II - Comitê Gestor Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - COMDECON;

III - Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - FMDC.
Parágrafo Único - Integram o Sistema Municipal de Defesa do Consumidor os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal que se dedicam à proteção e defesa do consumidor, sediadas no município, observando o disposto nos arts. 82 e 105 da Lei nº 8.078/90.

CAPÍTULO II DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON

Seção I
Das atribuições

Art.3º Fica criado o PROCON Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, órgão vinculado ao Gabinete do Prefeito, destinado a promover e implementar as ações direcionadas à educação, orientação, proteção e defesa do consumidor e coordenação a política do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor, cabendo-lhe:

I - Planejar, elaborar, propor, coordenar e executar a política municipal de proteção ao consumidor;

II - Receber, analisar, avaliar e encaminhar consultas, reclamações e sugestões apresentadas por consumidores, por entidades representativas ou pessoas jurídicas de direito público ou privado;

III - Orientar permanentemente os consumidores e fornecedores sobre seus direitos, deveres e prerrogativas;

IV - Encaminhar ao Ministério Público a notícia de fatos tipificados como crimes contra as relações de consumo e as violações a direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.

V - Incentivar e apoiar a criação e organização de associações civis de defesa do consumidor e apoiar as já existentes, inclusive com recursos financeiros e outros programas especiais;

VI - Promover medidas e projetos contínuos de educação para o consumo, podendo utilizar os diferentes meios de comunicação e solicitar o concurso de outros órgãos da Administração Pública e da sociedade civil;

VII - Colocar à disposição dos consumidores mecanismos que possibilitem informar os menores preços dos produtos básicos, entre outras pesquisas;

VIII - Manter cadastro atualizado de reclamações fundamentadas contra fornecedores de produtos e serviços, divulgando-o pública e anualmente, no mínimo, nos termos do art. 44 da Lei nº 8.078/90 e dos arts. 57 e 62 do Decreto 2.181/97, remetendo cópia ao PROCON Estadual, preferencialmente em meio eletrônico;

IX - Expedir notificações aos fornecedores para prestarem informações sobre reclamações apresentadas pelos consumidores e comparecerem às audiências de conciliação designadas, nos termos do art. 55, § 4º da Lei nº 8.078/90;

X - Instaurar, instruir e concluir processos administrativos para apurar infrações à Lei nº 8.078/90, podendo mediar conflitos de consumo, designando audiências de conciliação;

XI - Fiscalizar e aplicar as sanções administrativas previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90 e Decreto nº 2.181-97);

XII - Solicitar o concurso de órgão e entidades de notória especialização técnica para a consecução dos seus objetivos;

XIII - Encaminhar à Defensoria Pública do Estado os consumidores que necessitem de assistência jurídica.

XIV - propor a celebração de convênios com entidades públicas, civis ou privadas, para defesa do consumidor.

Seção II
Da Estrutura

Art.4º A Estrutura Organizacional do PROCON municipal será a seguinte:

I - Coordenadoria Executiva;

II - Setor de Educação ao Consumidor, Estudos e Pesquisas;

III - Setor de Atendimento ao Consumidor;

IV - Setor de Fiscalização;

V - Setor de Assessoria Jurídica;

Art.5º A Coordenadoria Executiva será dirigida pelo Administrador do PROCON, que será nomeado pelo Prefeito Municipal.

Art.6º As atividades relativas aos Serviços de Educação ao Consumidor, Estudos e Pesquisas, Atendimento ao Consumidor e Fiscalização poderá ser exercida pelo Administrador do PROCON, em caso de ausência de agentes suficientes para cumprimento das demandas oriundas das relações de consumo.

Art.7º As atividades relativas ao Serviço de Assessoria Jurídica do PROCON serão desenvolvidas pela Assessoria Jurídica do Município.

Art.8º O Poder Executivo Municipal colocará à disposição do PROCON os recursos materiais, humanos e financeiros necessários para o funcionamento do órgão.

CAPÍTULO III**DO COMITÊ GESTOR MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - COMDECON**

Art. 9º Fica instituído o Comitê Gestor Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, com as seguintes atribuições:

I - Atuar na formulação de estratégias e diretrizes para a política municipal de defesa do consumidor;

II - Administrar e gerir financeira e economicamente os valores e recursos depositados no Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - FMDC, bem como deliberar sobre a forma de aplicação e destinação dos recursos na reconstituição dos bens lesados e na prevenção de danos, zelando pela aplicação dos recursos na consecução dos objetivos previstos nesta Lei, bem como nas Leis nº 7.347/85 e nº 8.078/90 e seu Decreto Regulamentador;

III - Prestar e solicitar a cooperação e a parceria de outros órgãos públicos;

IV - Elaborar, revisar e atualizar as normas referidas no § 1º do art. 55 da Lei nº 8.078/90.

V - aprovar e fiscalizar o cumprimento de convênios e contratos como representante do Município de Campo Alegre/SC., objetivando atender ao disposto no inciso II deste artigo;

VI - examinar e aprovar projetos de caráter científico e de pesquisa visando ao estudo, proteção e defesa do consumidor;

VII - aprovar e publicar a prestação de contas anual do Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - FMDC, dentro de 60 (sessenta) dias do início do ano subsequente;

VIII - Elaborar seu Regimento Interno.

Art.10 O Comitê Gestor Municipal será composto por representantes do Poder Público, assim discriminados:

I - O Administrador do PROCON, sendo membro nato;

II - O Chefe de Gabinete do qual o PROCON está vinculado;

III - Um representante da Secretaria Municipal de Administração; e

IV - Um representante da Assessoria Jurídica do Município.

§ 1º O Comitê Gestor Municipal elegerá o seu presidente dentre os representantes do Poder Público.

§ 2º Deverão ser asseguradas a participação e manifestação dos representantes do Ministério Público Estadual e da Defensoria Pública Estadual nas reuniões do Comitê Gestor Municipal.

§ 3º Perderá a condição de representante do Comitê e deverá ser substituído o representante que, sem motivo justificado, deixar de comparecer a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 6 (seis) alternadas, no período de 1 (um) ano.

§ 4º Os órgãos e entidades relacionados neste artigo poderão, a qualquer tempo, propor a substituição de seus respectivos representantes, obedecendo o disposto no § 2º deste artigo.

§ 5º As funções dos membros do Comitê Gestor Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor não serão remuneradas, sendo seu exercício considerado relevante serviços à promoção e preservação da ordem econômica e social local.

§ 6º Os membros do Comitê Gestor Municipal de Proteção e Defesa do consumidor e seus suplentes, à exceção do membro nato, terão mandato de dois anos, permitida a recondução.

Art.11. O Comitê reunir-se-á ordinariamente 01 (uma) vez por mês e extraordinariamente sempre que convocados pelo Presidente ou por solicitação da maioria de seus membros.

Parágrafo Único - As sessões do Comitê instalar-se-ão com a maioria dos votos presentes.

CAPÍTULO IV**DO FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - FMDC**

Art.12 Fica instituído o Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - FMDC, de que trata o art. 57, da Lei Federal nº 8.078 de 11 de setembro de 1990, regulamentada pelo Decreto Federal nº 2.181, de 20 de março de 1997, com objetivo de receber recursos destinados ao desenvolvimento das ações e serviços de proteção e defesa dos direitos dos consumidores.

Parágrafo Único - O FMDC será gerido pelo Comitê Gestor, composto pelos membros do Comitê Gestor Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, nos termos do art. 10, desta LEI.

Art.13. O FMDC terá o objetivo de prevenir e reparar os danos causados à coletividade de consumidores no âmbito do município de Campo Alegre.

§ 1º Os recursos do Fundo ao qual se refere este artigo, serão aplicados:

I - Na reparação dos danos causados à coletividade de consumidores do município de Campo Alegre/SC.;

II - Na promoção de atividades e eventos educativos, culturais e científicos e na edição de material informativo relacionado à educação, proteção e defesa do consumidor;

III - No custeio de exames periciais, estudos e trabalhos técnicos necessário à instrução de inquérito civil ou procedimento investigatório preliminar instaurado para a apuração de fato ofensivo ao interesse difuso ou coletivo.

IV - Na modernização administrativa do PROCON;

V - No financiamento de projetos relacionados com os objetivos

da Política Nacional das Relações de Consumo (art. 30, Decreto nº 2.181/90);

VI - No custeio de pesquisas e estudos sobre o mercado de consumo municipal elaborado por profissional de notória especialização ou por instituição sem fins lucrativos incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, ensino ou desenvolvimento institucional.

VII - No Custeio da participação de representantes do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor - SMDC em reuniões, encontros e congressos relacionados à proteção e defesa do consumidor, e ainda investimentos em materiais educativos e de orientação ao consumidor;

§ 2º Na hipótese do inciso III deste artigo, deverá o Comitê Gestor Municipal considerar a existência de fontes alternativas para custeio da perícia, a sua relevância, a sua urgência e as evidências de sua necessidade.

Art.14. Constituem recursos do Fundo o produto da arrecadação:

I - das condenações judiciais de que tratam os art. 11 e 13 da Lei nº 7.347 de 24 de julho de 1985;

II - dos valores destinados ao Município em virtude da aplicação da multa prevista no art. 56, inciso I e no art. 57 e seu Parágrafo Único da Lei nº 8.078/90, assim como daquela cominada por descumprimento de obrigação contraída em termo de ajustamento de conduta;

III - as transferências orçamentárias provenientes de outras entidades públicas ou privadas;

IV - os rendimentos decorrentes de depósitos bancários e aplicações financeiras, observadas as disposições legais pertinentes;

V - as doações de pessoas físicas e jurídicas nacionais e estrangeiras;

VI - outras receitas que vierem a ser destinadas ao Fundo;

Art.15. As receitas descritas no artigo anterior serão depositadas obrigatoriamente em conta especial, a ser aberta e mantida em estabelecimento oficial de crédito, à disposição do Comitê Gestor.

§ 1º As empresas infratoras comunicarão no prazo de 10 (dez) dias, ao Comitê Gestor os depósitos realizados a crédito do Fundo, com especificação da origem.

§ 2º Fica autorizada a aplicação financeira das disponibilidades do Fundo em operações ativas, de modo a preservá-las contra eventual perda do poder aquisitivo da moeda.

§ 3º O saldo credor do Fundo, apurado em balanço no término de cada exercício financeiro, será transferido para exercício seguinte, a seu crédito.

§ 4º O Presidente do Comitê Gestor é obrigado a publicar mensalmente os demonstrativos de receitas e despesas gravadas nos recursos do Fundo, repassando cópia aos demais conselheiros, na primeira reunião subsequente.

Art.16. O Comitê Gestor Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor reunir-se-á ordinariamente em sua sede, no seu Município, podendo reunir-se extraordinariamente em qualquer ponto do território estadual.

CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.17. A Prefeitura Municipal prestará apoio administrativo e fornecerá os recursos humanos e materiais ao Comitê Gestor e ao FMDC, que serão administrados por uma secretaria executiva.

Art.18. No desempenho de suas funções, os órgãos do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor poderão manter convênios de cooperação técnica entre si e com outros órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, no âmbito de suas respectivas competências e observado o disposto no art. 105 da Lei n. 8.078/90.

Parágrafo Único - O Sistema Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor integra o Sistema Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo estabelecer convênios para o desenvolvimento de ações e programas de defesa do consumidor com o órgão e coordenador estadual.

Art.19. Consideram-se colaboradores do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor as universidades públicas ou privadas, que desenvolvam estudos e pesquisas relacionadas ao mercado de consumo.

Parágrafo Único - Entidades, autoridades, cientistas e técnicos poderão ser convidados a colaborar em estudos ou participar de comissões instituídas pelos órgãos de proteção ao consumidor.

Art.20. O Poder Executivo Municipal aprovará, mediante Decreto, o Regimento Interno do PROCON Municipal.

Art.21. O Anexo II e do Anexo II A da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação do Anexo Único da presente LEI.

Art.22. Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 04 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 04/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

ANEXO II

CÓDIGO	QUANTIDADE	NOMENCLATURA	NATUREZA	VENCIMENTO
01	01	Administrador Distrital	Direção	R\$ 2.155,77
02	01	Assessor de Comunicação Social	Assessoria	R\$ 2.515,10
03	01	Assessor Jurídico	Assessoria	R\$ 7.185,95
04	01	Chefe de Gabinete	Chefia	R\$ 4.311,56
05	01	Assessor de Gabinete	Assessoria	R\$ 2.874,39
06	01	Agente de Controle Interno	Direção	R\$ 2.874,39
07	01	Diretor Executivo do IPRECAL	Direção	R\$ 2.874,39
08	01	Diretor de Saúde	Direção	R\$ 2.874,39

09	01	Diretor de Planejamento, Transporte e Obras.	Direção	R\$ 2.874,39
10	01	Coordenador de Turismo	Coordenação	R\$ 1.437,16
11	01	Coordenador de Cultura	Coordenação	R\$ 1.437,16
12	01	Coordenador de Esporte e Lazer	Coordenação	R\$ 1.437,16
13	01	Assessor de Serviços de Obras e Engenharia	Assessoria	R\$ 2.874,39
14	01	Coordenador da Casa da Cidadania	Coordenação	R\$ 1.437,16
15	01	Coordenador da Defesa Civil	Coordenação	R\$ 1.437,16
16	01	Diretor de Administração	Direção	R\$ 2.874,39
17	01	Administrador do PROCON	Direção	R\$ 2.155,77

ANEXO II A

CARGOS COMISSIONADOS - ATRIBUIÇÕES

CARGO ATRIBUIÇÕES

Administrador do PROCON Planejar, elaborar, propor, coordenar e executar a política municipal de proteção ao consumidor; b) Receber, analisar, avaliar e encaminhar consultas, reclamações e sugestões apresentadas por consumidores, por entidades representativas ou pessoas jurídicas de direito público ou privado; c) Orientar permanentemente os consumidores e fornecedores sobre seus direitos, deveres e prerrogativas; d) Encaminhar ao Ministério Público a notícia de fatos tipificados como crimes contra as relações de consumo e as violações a direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos; e) Incentivar e apoiar a criação e organização de associações civis de defesa do consumidor e apoiar as já existentes, inclusive com recursos financeiros e outros programas especiais; f) Promover medidas e projetos contínuos de educação para o consumo, podendo utilizar os diferentes meios de comunicação e solicitar o concurso de outros órgãos da Administração Pública e da sociedade civil; g) Colocar à disposição dos consumidores mecanismos que possibilitem informar os menores preços dos produtos básicos; h) Manter cadastro atualizado de reclamações fundamentadas contra fornecedores de produtos e serviços, divulgando-o pública e, no mínimo, anualmente, nos termos do art. 44 da Lei nº 8.078/90 e dos arts. 57 a 62 do Decreto 2.181/97, remetendo cópia ao PROCON Estadual, preferencialmente por meio eletrônico; i) Expedir notificações aos fornecedores para prestarem informações sobre reclamações apresentadas pelos consumidores e comparecerem às audiências de conciliação designadas, nos termos do art. 55, § 4º da Lei 8.078/90; j) Instaurar, instruir e concluir processos administrativos para apurar infrações à Lei 8.078/90, podendo mediar conflitos de consumo, designando audiências de conciliação; k) Fiscalizar e aplicar as sanções administrativas previstas no Código de Defesa do Consumidor - Lei nº 8.078/90, regulamentado pelo Decreto nº 2.181/97; l) Solicitar o concurso de órgãos e entidades de notória especialização técnica para a consecução dos seus objetivos; m) Encaminhar os consumidores que necessitem de assistência jurídica à Defensoria Pública do Estado; n) outras atividades afins que forem determinadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal através de Decreto.

Lei Nº 4.040 de 04 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.040 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2013

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES DA LEI Nº 3.425 DE 25/11/2008.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art.1º. A Lei nº 3.425 de 25 de novembro de 2008 passa a ter a seguinte redação:

"Art.27 - O Conselho Tutelar será composto de 05 (cinco) membros com mandato de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução.

Art. 33 - O exercício efetivo da função de Conselheiro Tutelar consistirá serviço público, relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral.

Art.36 - O Chefe do Poder Executivo, ouvido o Conselho de Direitos e o Conselho Tutelar, providenciará local adequado para o seu funcionamento, bem como apoio de pessoal e outros meios.

§ 1º - O horário de atendimento do Conselho Tutelar será das 8h às 12h e das 13h às 17h, de segunda à sexta-feira e em regime de plantão nos demais horários, a ser definido no Regimento Interno.

Art.37 - Para desempenho das funções de Conselheiro Tutelar será pago mensalmente remuneração a seus membros, no efetivo exercício da função.

§ 1º - A remuneração previstas no caput do artigo será no valor fixo mensal será de 2,25 (dois vírgula vinte e cinco) salários mínimos nacional, vedados acréscimos a qualquer título;

§ 2º - A remuneração prevista no parágrafo anterior, será atualizada na mesma época em que o salário mínimo nacional sofrer reajuste;

§ 4º - O Conselho Tutelar perderá a remuneração dos dias e horários de atendimento em que faltar injustificadamente, devidamente controlados pelo CMDCA.

§ 6º - Aos Conselheiros Tutelares será assegurado o gozo de período de férias anuais de 30 (trinta) dias, com o pagamento de 1/3 da remuneração, não cabendo:

§7º - cobertura previdenciária; "

Gabinete do Prefeito

Art.2º. Fica prorrogado o mandato dos atuais Conselheiros Tutelares até 09 de janeiro de 2016.

Art.3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 04 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 04/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei N° 4.041 de 04 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

LEI N° 4.041 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2013

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE CAMPO ALEGRE - ACUCA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art.1º) Fica Declarada de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE CAMPO ALEGRE - ACUCA", com sede a Rua Coronel Bueno Franco, nº 366, Centro - Município de Campo Alegre/SC, registrada sob o nº 1.064, às fls. 013 a 020 do livro A- nº 14, do Ofício de Registro Civil as Pessoas Naturais, Jurídicas e do Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Bento do Sul/SC, inscrição no CNPJ/MF sob nº 10.493.400/0001-30.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 04 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 04/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria N° 10.404 de 04 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA N° 10.404 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública, ocupante do cargo público de Técnico em Nível Médio, na função de Técnico em Enfermagem, ROSECLÉIA BRÜSKE JUNG, Matrícula Funcional nº 000424, Registro no Sistema sob nº 954282, por motivo de doença, pelo período 14 de novembro de 2013 a 15 de dezembro de 2013.

Parágrafo único: A Licença concedida de que trata o caput deste Artigo, será custeada pelos cofres públicos do Tesouro Municipal - Poder Executivo a partir de 14 de novembro de 2013 a 28 de novembro de 2013, já o período de 29 de novembro de 2013 a 15 de dezembro de 2013, será custeado pelo IPRECAL - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a 14 de novembro de 2013.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 04 de Dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 04/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria N° 10.405 de 04 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA N° 10.405 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública, ocupante do cargo público de Professor I, na função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, LEILA DINIZ DA CONCEIÇÃO SCHIEHL, Matrícula Funcional nº 000723, Registro no Sistema sob nº 955224, por motivo de doença, pelo período 05 de novembro de 2013 a 20 de dezembro de 2013.

Parágrafo único: A Licença concedida de que trata o caput deste Artigo, será custeada pelos cofres públicos do Tesouro Municipal - Poder Executivo a partir de 05 de novembro de 2013 a 19 de novembro de 2013, já o período de 20 de novembro de 2013 a 20 de dezembro de 2013, será custeado pelo IPRECAL - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a 05 de novembro de 2013.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 04 de Dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 04/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Ata Pregão 100/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

SERVIÇO DE SUPRIMENTOS

Pregão Eletrônico nº 100

Às 10:00 do dia 25/11/2013, reuniu-se o Pregoeiro(a) Oficial deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados

por Ato Legal, para em atendimento às disposições contidas em Decreto realizar os procedimentos relativos ao presente Pregão, cujo objeto é A licitação tem como objeto a aquisição de material de limpeza, higiene e manutenção para o prédio da Secretaria Municipal de Educação, Escolas do Ensino Fundamental e Centros Municipais de Educação Infantil. As quantidades e especificações constam do Anexo I, parte integrante deste Edital. Inicialmente, o pregoeiro(a) abriu a sessão pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas e abrindo a fase de lances. Ao final do prazo previsto no edital, foram encerradas as ofertas de lances.

Amanda Comércio de Papéis e Embalagens Ltda - Tipo: EPP - LC123: Sim - Documento 04.835.184/0001-60

Código	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
0004	Sabão Em Pó Com Amaciante Composição Mínima: Tensoativo Aniônico Coadjuvantes, Branqueador Óptico, Corante, Enzimas,	Cinderela	500 PC	R\$ 4,99	R\$ 2.495,00
0013	Alcool Etilico Hidratado 01 Litro	Coperal-cool	1.200 FR	R\$ 4,94	R\$ 5.928,00
0015	Sabonete Líquido Gel Com Perfume Galão Com 05 Litros	Daserra	100 GAL	R\$ 8,95	R\$ 895,00
0027	Rodo de Espuma Para Aplicação de Cera, (sem Borracha Só Espuma), Sem Cabo.	Klering	100 UN	R\$ 4,34	R\$ 434,00
0031	Rodo de Borracha 40 Cm Com Cabo	Klering	50 UN	R\$ 8,99	R\$ 449,50
	Total			R\$ 10.201,50	

Dial Departamentos Ltda - Tipo: ME - LC123: Sim - Documento 09.008.570/0001-00

Código	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
0006	Desinfetante Líquido 2 Litros Composição: Cloreto de Benzalcônio, Glutaraldeído, Emulsificante, Seqüestrante, Metil-I...	qualy	1.300 FR	R\$ 3,25	R\$ 4.225,00
0033	Papel Higiênico, Folhas Simples, Branco, Picotado, Fardo Com 64 Rolos de No Mínimo 10cm X 30m	dasmapel	350 FR	R\$ 30,00	R\$ 10.500,00
0034	Papel Higiênico Rolão Com 300m X 10cm Fardo Com 08 Rolos, Folha Simples Branca, Fabricado Com 100% Celulose Virgem	indaial	100 FR	R\$ 50,00	R\$ 5.000,00
	Total			R\$ 19.725,00	

Mmobile Eireli - Tipo: ME - LC123: Sim - Documento 15.764.033/0001-85

Código	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
0001	Esponja de Limpeza Dupla Face, Tamanho Aprox. 110 X 75 mm	Betaminn	1.000 UN	R\$ 0,60	R\$ 600,00
0002	Esponja de Lã de Aço Com 08 Unidades	Inove	500 PC	R\$ 0,82	R\$ 410,00

Mmobile Eireli - Tipo: ME - LC123: Sim - Documento 15.764.033/0001-85

Código	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
0003	Sabão Em Barra Com Glicerina, Com 05 Unidades -composição Sabão Base, Carbonato Desódio,glicerín, Trilon, Açúcar,cora...	Universal	50 PC	R\$ 3,60	R\$ 180,00
0005	Água Sanitária Com Cloro Ativo, 5 L	Klinn	500 FR	R\$ 4,50	R\$ 2.250,00
0007	Cera Líquida Amarela 850 MI, Composição Mínima: Agente de Polímero, Emulsificantes, Polimentos Acrílico, Conservante,...	Guana-bara	200 LT	R\$ 7,90	R\$ 1.580,00
0008	Cera Líquida Incolor Composição Cera Natural e Sintética, Tensoativo Não Aniônico, Polímero Acrílico, Resina Natural	Rubi	500 LT	R\$ 5,80	R\$ 2.900,00
0009	Saponaceo Cremoso 300 MI	Sany	450 FR	R\$ 2,00	R\$ 900,00
0010	Saponaceo Com Detergente 300 G (em Po)	Sany	800 FR	R\$ 1,45	R\$ 1.160,00
0011	Desodorizador de Ar, Frasco Com 400ml	Puro Ar	200 FR	R\$ 5,71	R\$ 1.142,00
0012	Pano Para Louça (pano de Prato), Tamanho Aproximado 46x62cm	Martins	400 UN	R\$ 2,30	R\$ 920,00
0014	Papel Toalha Interfolhado, Branco, Tamanho 23x27, Fardo Com 5 Pacotes, Em Cada Pacote Contendo 1.250 Folhas.	Pluffy	850 FR	R\$ 35,00	R\$ 29.750,00
0016	Saco de Algodão Cru (não Alvejado), Tamanho Mínimo De.50x60	Martins	500 UN	R\$ 1,50	R\$ 750,00
0017	Saco Para Lixo 100 Litros Com 100 Unidades – Espessura 0.10 Micras- dimensões 80x90cm	Ideal	200 PC	R\$ 39,15	R\$ 7.830,00
0018	Luva de Borracha Doméstica 100% Látex Natural, Tamanho P	Volk	80 PAR	R\$ 1,69	R\$ 135,20
0019	Luva de Borracha Doméstica 100% Látex Natural, Tamanho M	Volk	200 PAR	R\$ 1,73	R\$ 346,00
0020	Luva de Borracha Doméstica 100% Látex Natural, Tamanho G	Volk	120 PAR	R\$ 1,76	R\$ 211,20
0021	Lustra Móveis Perfumado Com No Mínimo 200ml	Worker	100 FR	R\$ 1,45	R\$ 145,00
0023	Detergente Líquido Com Glicerina - 500 MI, Neutro	Onix	1.800 FR	R\$ 1,25	R\$ 2.250,00
0024	Cera Em Pasta Amarela, Composição, Mínima, Agente de polímero, Formador de Filme, Emulsificante, Plastificante, Solv...	Guana-bara	120 LT	R\$ 6,70	R\$ 804,00

Mmobile Eireli - Tipo: ME - LC123: Sim - Documento 15.764.033/0001-85

Código	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
0025	Embalagem Para Freezer e Microondas, Para 5 Kg, C/ 100 Unid	Blufort	80 RL	R\$ 2,99	R\$ 239,20
0030	Vassoura de Pelo Sintético – 33cm X 0,09 X 14cm – C/ Cbo Metálico	Canadá	80 UN	R\$ 10,00	R\$ 800,00
0032	Rodo de Borracha 60 Cm Com Cabo	Canadá	40 UN	R\$ 7,90	R\$ 316,00
0035	Esfregão Plano Esponja – Espuma Poliéster C/ Manta Abrasiva – 30cm X 0,045 X 0,33cm- c/ Cabo de Madeira	Canadá	100 UN	R\$ 25,00	R\$ 2.500,00
0036	Refil Esfregão Plano Esponja – Espuma Poliéster C/ Manta Abrasiva- 30cm X 0,045 X 0,33cm	Canadá	100 UN	R\$ 26,00	R\$ 2.600,00
Total			R\$ 60.718,60		

Após encerramento da fase de lances, os licitantes melhores classificados foram declarados para cada item, foi divulgado o resultado da licitação conforme indicado no quadro Vencedores e foi concedido o prazo de intenção de recurso. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão cuja ata foi lavrada e assinada pelo pregoeiro(a), ordenador(a) e equipe de apoio.

Pregão (Eletrônico) N°. 27/2013 - Saúde

PROCESSO LICITATÓRIO N° 27/2013

MODALIDADE PREGÃO (Eletrônico)

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº 01.941.360/0001-50, torna público que está instaurando licitação, através do presente instrumento, nos termos da Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, na modalidade PREGÃO (Eletrônico), tipo MENOR PREÇO, segundo as condições estabelecidas no presente Edital, nos seus Anexos, cujos termos, igualmente, o integram.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 8.666/93, observadas as alterações posteriores, a Lei Federal 10.520/2002, do Decreto Municipal nº 4.792 de 03 de julho de 2007 Decreto Federal nº. 6.204/2007, Lei Complementar 123/2006, Lei 11.488/2007 e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 08h do dia 06/12/2013, às 9h do dia 18/12/2013;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 10h do dia 18/12/2013 no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília - DF.

VALOR ESTIMADO

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
01	40.000	unid	Tira reagente para diagnostico clinico, tipo de analise quantitativa de glicose, com amplitude de medição entre 10 a 600 mg/dl com Sistema Biosensor Fotométrico ou Amperométrico, chip de codificação do lote ou codificada; capacidade de medição em sangue total, capilar e neonato, que utilize mg/dl como unidade de medida (caso o aparelho aceite outra unidade de medida o mesmo deverá ter a opção de bloqueio das demais unidades). Fornecimento de forma de comodato GRATUITO de até 50 (cinquenta) APARELHOS DE MEDIÇÃO DE GLICOSE compatíveis com as tiras ofertadas, incluindo assistência técnica, treinamento dos profissionais que irão manusear os aparelhos e fornecimento de 01 (um) cabo para transmissão de dados. Cada embalagem devera conter no máximo 50 tiras. O local de inserção da tira reagente deverá ser na parte frontal do aparelho e a colocação do sangue na ponta da tira reagente para facilitar a utilização, principalmente por causa dos idosos. Com Certificado de Boas Práticas de Fabricação emitido pela ANVISA.	0,550	22.000,00
02	40.000	Unid.	Lanceta para coleta de sangue por punção digital. Sistema estéril e descartável, com invólucro protetor de plástico, agulha de no mínimo 21 e no máximo 28g, com protusão de no mínimo 1,5 e no máximo 2.0 mm, lanceta trifacetada e siliconada, com retração automática da agulha. Possui capa de esterilidade, corpo de lancetador e gatilhos compostos por polipropileno. Atende as normas reguladoras ISO 13485 e NR32. Cada embalagem devera conter no máximo 200 lancetas.	0,30	12.000,00
Valor Total				R\$ 34.000,00	

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br. Outras informações referentes ao edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC, através do telefone/fax nº. (47) 3632-2266, Setor de Licitações, acessando o endereço: <http://www.cidadecompras.com.br>, para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre, 06 de dezembro de 2013.
MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira/Chefe do Serviço de Suprimentos

Pregão 113/2013

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO (presencial) Nº. 113/2013

O objeto desta licitação é o Registro de Preços para aquisição de computadores para Secretaria Municipal de Educação, escolas e creches, conforme tabela abaixo.

- Critério julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM.

- Data/horário/local entrega envelopes documentação/propostas: ATÉ AS 13 HORAS E 45 MINUTOS, DO DIA 18/12/2013, NO PROTOCOLO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unitário Estimado (R\$)	Preço Total Estimado (R\$)
01	15	conj.	Computador com gabinete ATX, processador CORE-3240 3.4GHz, mother P8H61 com pci, memória DDR3 4GB 1333MHz, HD de 500GB SATA III. Drive leitor e gravador de CD e DVD. Placa de som/video/rede. Sistema operacional: Windows 8 PRO 64 bits OEM. Incluso: teclado alfanumérico PS/2, com 104 teclas, padrão ABNT 2, mouse PS/2 óptico com scroll roller e caixas de som.	1.750,00	26.250,00
TOTAL ESTIMADO				R\$ 26.250,00	

- Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação do mesmo.

- Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site www.campoalegre.sc.gov.br, no ícone "Licitação" / "Pregão" / "Pregão 113/2013".

- A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre, 06 de dezembro de 2013.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Campos Novos

PREFEITURA

Lei Nº 3.984/13 Abre Crédito Adicional Suplementar No Orçamento do Município

LEI Nº 3.984 /2013 DE 28/11/13

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso V da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.749/12 de 22/05/2012 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.803 de 13/12/2012 (Lei Orçamentária Anual),

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento do Geral do Município, no valor de 1.769.653,46 (um milhão setecentos e sessenta e nove mil seiscentos e cinquenta e três reais e quarenta e seis centavos) nos projetos/atividades abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 03 - SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
UNIDADE: 05 - DEPART. DE CONTABILIDADE E PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO

PROJETO/ATIVIDADE: 2.005 - Manutenção Depart. de Contabilidade e Patrimônio do Município

Elemento de despesa: 15 - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000 000 - Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA DO DESENVOL. SOCIAL, FAMÍLIA E TRABALHO

UNIDADE: 14 - DEPART. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA GERÊNCIAS

PROJETO/ATIVIDADE: 2.022 - Manutenção Depart. de Assistência Social e da Família - Gerências

Elemento de despesa: 62 - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000 000 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

UNIDADE: 15 - DEPART. DE ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA E TRABALHO

PROJETO/ATIVIDADE: 2.023 - Manutenção Depart. de Assistência Comunitária e Trabalho

Elemento de despesa: 65 - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000 000 - Aplicações Diretas R\$ 2.372,90

PROJETO/ATIVIDADE: 2.024 - Manutenção Depart. Habitacional
Elemento de despesa: 67 - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000 000 - Aplicações Diretas R\$ 5.165,47

ÓRGÃO: 06 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

UNIDADE: 19 - DEPART. DA AGRICULTURA

PROJETO/ATIVIDADE: 2.028 - Manutenção Depart. Da Agricultura - Gerência

Elemento de despesa: 76 - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000 000 - Aplicações Diretas R\$ 62.000,00

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

UNIDADE: 21 - DEPART. DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJETO/ATIVIDADE: 2.030 - Manutenção Departamento da Indústria e Comércio

Elemento de despesa: 81 - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000 000 - Aplicações Diretas R\$ 27.607,09

UNIDADE: 21 - DEPARTAMENTO DE TURISMO

PROJETO/ATIVIDADE: 2.031 - Manutenção Departamento de Turismo

Elemento de despesa: 92 - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000 000 - Aplicações Diretas R\$ 7.500,00

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 23 - DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA

PROJETO/ATIVIDADE: 2.033 - Manutenção do Departamento de Engenharia

Elemento de despesa: 97 - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000 000 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

UNIDADE: 25 - DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.036 - Manutenção do Departamento de



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Manutenção e Apoio Operacional

Elemento de despesa: 106 - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.00
0000 - Aplicações Diretas R\$ 250.000,00

PROJETO/ATIVIDADE: 2.037 - Manutenção do Departamento de Estradas e Rodagem

Elemento de despesa: 116 - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.00
0000 - Aplicações Diretas R\$ 148.727,39

ÓRGÃO: 09 - SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER

UNIDADE: 27 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES - GERÊNCIA ADMINISTRATIVA

PROJETO/ATIVIDADE: 2.039 - Manutenção do Departamento de Esportes

Elemento de despesa: 127 - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.00
0000 - Aplicações Diretas R\$ 14.318,47

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 12 - DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.013 - Manutenção do Departamento do Ensino Fundamental

Elemento de despesa: 56 - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0001.00
000 - Aplicações Diretas R\$ 621.962,14

ENTIDADE: 1 - FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO

ÓRGÃO: 40 - FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO

UNIDADE: 01 - Admin. Da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

PROJETO/ATIVIDADE: 2.062 - Manutenção da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio - Recursos Próprios

Elemento de despesa: 6 - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0002.0000
00 - Aplicações Diretas R\$ 350.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes das seguintes dotações orçamentárias do Orçamento do Município.

ENTIDADE: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

ÓRGÃO: 1 - Gabinete

UNIDADE: 01 - Gabinete

PROJETO/ATIVIDADE: 2.00- Manutenção do Gabinete do Prefeito

Elemento de despesa: 02 - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.00
000 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

UNIDADE: 03 - DEP. DE MODERNIZAÇÃO ADMIN. E INFORMATIZAÇÃO

PROJETO/ATIVIDADE: 1.002 - Reequipamento da Administração Pública

Elemento de despesa: 08 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.00
000 - Aplicações Diretas R\$ 15.961,47

ÓRGÃO: 03 - SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 04- DEPART. DE TRIBUTAÇÃO, ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

PROJETO/ATIVIDADE: 2.004- Manutenção Depart. de Tributação, Arrecadação e Fiscalização

Elemento de despesa: 14 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.00
000 - Aplicações Diretas R\$ 22.558,85

UNIDADE: 05 - DEP. DE CONTABILIDADE E PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO

PROJETO/ATIVIDADE: 2.005 - Manutenção do Dep. de Contabilidade e Patrimônio do Município

Elemento de despesa: 16 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.00
000 - Aplicações Diretas R\$ 207,76

UNIDADE: 08 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PROJETO/ATIVIDADE: 0.002 - Amortização da Dívida Fundada Interna - Prefeitura

Elemento de despesa: 27 - 4.6.90.00.00.00.00.00.01.0000.00
000 - Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

PROJETO/ATIVIDADE: 0.003 - Manutenção da Contribuição ao PA-SEP - Prefeitura

Elemento de despesa: 29 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.00
000 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

PROJETO/ATIVIDADE: 2.002 - Manutenção da Secretaria de Administração

Elemento de despesa: 24 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.00
000 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 10 - DEPART. DE EDUCAÇÃO DO ENSINO INFANTIL - PRÉ ESCOLAR

PROJETO/ATIVIDADE: 1.014 - Construções, Ampliações e Reformas nas Creches

Elemento de despesa: 44 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001.00
000 - Aplicações Diretas R\$ 610.913,55

UNIDADE: 11 - GERÊNCIA DA MERENDA ESCOLAR

PROJETO/ATIVIDADE: 2.012 - Manutenção Gerência da Merenda Escolar

Elemento de despesa: 53 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0060.00
000 - Aplicações Diretas R\$ 15.366,00

UNIDADE: 12 - DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.013 - Manutenção do Ensino Fundamental

Elemento de despesa: 57 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.00
000 - Aplicações Diretas R\$ 26.485,76

ÓRGÃO: 06 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

UNIDADE: 19 - DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA - GERÊNCIA

PROJETO/ATIVIDADE: 1.057 - Construção de Poços Artesianos Cisternas e Conservação das Águas

Elemento de despesa: 75 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.00
000 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

PROJETO/ATIVIDADE: 2.079 - Manutenção do Programa Horas Máquinas - Sec. de Agricultura

Elemento de despesa: 78 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.00
000 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

UNIDADE: 20 - DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

PROJETO/ATIVIDADE: 2.029 - Manutenção do Departamento do Meio Ambiente

Elemento de despesa: 79 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.00
000 - Aplicações Diretas R\$ 680,00

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

UNIDADE: 21 - Departamento da Indústria e Comércio

PROJETO/ATIVIDADE: 2.030 Manutenção do Departamento de Indústria e Comércio

Elemento de despesa: 83 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.00
000- Aplicações Diretas R\$ 5.813,96

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 23 - DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA

PROJETO/ATIVIDADE: 2.033 - Manutenção do Departamento de Engenharia

Elemento de despesa: 98 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.00
000 - Aplicações Diretas R\$ 7.323,56

UNIDADE: 25 - DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 1.009 - Realização de Obras e Reformas na Sec. Transportes, Obras e Urbanismo
Elemento de despesa: 124 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.00 0000 - Aplicações Diretas R\$ 17.000,00

PROJETO/ATIVIDADE: 1.010 - Pavimentação e Asfaltamento de Ruas
Elemento de despesa: 103- 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.00 0000 - Aplicações Diretas R\$ 1.274,10
Elemento de despesa: 144 - 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000.00 0000 - Aplicações Diretas R\$ 92.600,00

ÓRGÃO: 09 - SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER
UNIDADE: 27 - Departamento de Esportes - Gerencia Administrativa
PROJETO/ATIVIDADE: 1.056 - Construções, Ampliações e Reformas no Esporte Municipal
Elemento de despesa: 131 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.00 0000 - Aplicações Diretas R\$ 233.541,06
Elemento de despesa: 147- 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000.00 0000 - Aplicações Diretas R\$ 89.927,39

PROJETO/ATIVIDADE: 1.070 - Reequipamento do Esporte Municipal
Elemento de despesa: 150 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.00 0000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 28 de novembro de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.860/13 Regulamenta Lei Nº 3.984/13 - Abre Crédito Adicional Suplementar No Orçamento Geral do Município

DECRETO Nº 6.860/13 DE 28/11/2013
REGULAMENTA LEI Nº 3.984/13 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.749/12 de 22/05/2012 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.984/13 de 28/11/2013.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento do Geral do Município, no valor de 1.769.653,46 (um milhão setecentos e sessenta e nove mil seiscentos e cinquenta e três reais e quarenta e seis centavos) nos projetos/atividades abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA DO DESENVOL. SOCIAL, FAMÍLIA E TRABALHO
UNIDADE: 14 - DEPART. DE ASSSITENCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA GERÊNCIAS
PROJETO/ATIVIDADE: 2.022 - Manutenção Depart. de Assistência Social e da Família - Gerencias
Elemento de despesa: 62 - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000 000 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

UNIDADE: 15 - DEPART. DE ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA E TRABALHO
PROJETO/ATIVIDADE: 2.023 - Manutenção Depart. de Assistência Comunitária e Trabalho

Elemento de despesa: 65 - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000 000 - Aplicações Diretas R\$ 2.372,90

PROJETO/ATIVIDADE: 2.024 - Manutenção Depart. Habitacional
Elemento de despesa: 67 - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000 000 - Aplicações Diretas R\$ 5.165,47

ÓRGÃO: 06 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
UNIDADE: 19 - DEPART. DA AGRICULTURA
PROJETO/ATIVIDADE: 2.028 - Manutenção Depart. Da Agricultura - Gerência
Elemento de despesa: 76 - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000 000 - Aplicações Diretas R\$ 62.000,00

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
UNIDADE: 21 - DEPART. DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PROJETO/ATIVIDADE: 2.030 - Manutenção Departamento da Indústria e Comércio
Elemento de despesa: 81 - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000 000 - Aplicações Diretas R\$ 27.607,09

UNIDADE: 21 - DEPARTAMENTO DE TURISMO
PROJETO/ATIVIDADE: 2.031 - Manutenção Departamento de Turismo
Elemento de despesa: 92 - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000 000 - Aplicações Diretas R\$ 7.500,00

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
UNIDADE: 23 - DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA
PROJETO/ATIVIDADE: 2.033 - Manutenção do Departamento de Engenharia
Elemento de despesa: 97 - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000 000 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

UNIDADE: 25 - DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL
PROJETO/ATIVIDADE: 2.036 - Manutenção do Departamento de Manutenção e Apoio Operacional
Elemento de despesa: 106 - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.00 0000 - Aplicações Diretas R\$ 250.000,00

PROJETO/ATIVIDADE: 2.037 - Manutenção do Departamento de Estradas e Rodagem
Elemento de despesa: 116 - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.00 0000 - Aplicações Diretas R\$ 148.727,39

ÓRGÃO: 09 - SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER
UNIDADE: 27 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES - GERÊNCIA ADMINISTRATIVA
PROJETO/ATIVIDADE: 2.039 - Manutenção do Departamento de Esportes
Elemento de despesa: 127 - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.00 0000 - Aplicações Diretas R\$ 14.318,47

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE: 12 - DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL
PROJETO/ATIVIDADE: 2.013 - Manutenção do Departamento do Ensino Fundamental
Elemento de despesa: 56 - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0001.000 000 - Aplicações Diretas R\$ 621.962,14

ENTIDADE: 1 - FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO
ÓRGÃO: 40 - FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO
UNIDADE: 01 - Admin. Da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio
PROJETO/ATIVIDADE: 2.062 - Manutenção da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio - Recursos Próprios
Elemento de despesa: 6 - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0002.0000

00 - Aplicações Diretas R\$ 350.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes das seguintes dotações orçamentárias do Orçamento do Município.

ENTIDADE: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

ÓRGÃO: 1 - Gabinete

UNIDADE: 01 - Gabinete

PROJETO/ATIVIDADE: 2.00- Manutenção do Gabinete do Prefeito

Elemento de despesa: 02 - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000
000 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

UNIDADE: 03 - DEP. DE MODERNIZAÇÃO ADMIN. E INFORMATIZAÇÃO

PROJETO/ATIVIDADE: 1.002 - Reequipamento da Administração Pública

Elemento de despesa: 08 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000
000 - Aplicações Diretas R\$ 15.961,47

ÓRGÃO: 03 - SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 04- DEPART. DE TRIBUTAÇÃO, ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

PROJETO/ATIVIDADE: 2.004- Manutenção Depart. de Tributação, Arrecadação e Fiscalização

Elemento de despesa: 14 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000
000 - Aplicações Diretas R\$ 22.558,85

UNIDADE: 05 - DEP. DE CONTABILIDADE E PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO

PROJETO/ATIVIDADE: 2.005 - Manutenção do Dep. de Contabilidade e Patrimônio do Município

Elemento de despesa: 16 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000
000 - Aplicações Diretas R\$ 207,76

UNIDADE: 08 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PROJETO/ATIVIDADE: 0.002 - Amortização da Dívida Fundada Interna - Prefeitura

Elemento de despesa: 27 - 4.6.90.00.00.00.00.00.01.0000.000
000 - Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

PROJETO/ATIVIDADE: 0.003 - Manutenção da Contribuição ao PASEP - Prefeitura

Elemento de despesa: 29 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000
000 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

PROJETO/ATIVIDADE: 2.002 - Manutenção da Secretaria de Administração

Elemento de despesa: 24 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000
000 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 10 - DEPART. DE EDUCAÇÃO DO ENSINO INFANTIL - PRÉ ESCOLAR

PROJETO/ATIVIDADE: 1.014 - Construções, Ampliações e Reformas nas Creches

Elemento de despesa: 44 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001.000
000 - Aplicações Diretas R\$ 610.913,55

UNIDADE: 11 - GERÊNCIA DA MERENDA ESCOLAR

PROJETO/ATIVIDADE: 2.012 - Manutenção Gerência da Merenda Escolar

Elemento de despesa: 53 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0060.000
000 - Aplicações Diretas R\$ 15.366,00

UNIDADE: 12 - DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.013 - Manutenção do Ensino Fundamental

Elemento de despesa: 57 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.000
000 - Aplicações Diretas R\$ 26.485,76

ÓRGÃO: 06 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
UNIDADE: 19 - DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA - GERÊNCIA
PROJETO/ATIVIDADE: 1.057 - Construção de Poços Artesianos Cisternas e Conservação das Águas

Elemento de despesa: 75 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000
000 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

PROJETO/ATIVIDADE: 2.079 - Manutenção do Programa Horas Máquinas - Sec. de Agricultura

Elemento de despesa: 78 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000
000 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

UNIDADE: 20 - DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

PROJETO/ATIVIDADE: 2.029 - Manutenção do Departamento do Meio Ambiente

Elemento de despesa: 79 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000
000 - Aplicações Diretas R\$ 680,00

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

UNIDADE: 21 - Departamento da Indústria e Comércio

PROJETO/ATIVIDADE: 2.030 Manutenção do Departamento de Indústria e Comércio

Elemento de despesa: 83 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000
000 - Aplicações Diretas R\$ 5.813,96

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 23 - DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA

PROJETO/ATIVIDADE: 2.033 - Manutenção do Departamento de Engenharia

Elemento de despesa: 98 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000
000 - Aplicações Diretas R\$ 7.323,56

UNIDADE: 25 - DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 1.009 - Realização de Obras e Reformas na Sec. Transportes, Obras e Urbanismo

Elemento de despesa: 124 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000
0000 - Aplicações Diretas R\$ 17.000,00

PROJETO/ATIVIDADE: 1.010 - Pavimentação e Asfaltamento de Ruas

Elemento de despesa: 103- 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.00
0000 - Aplicações Diretas R\$ 1.274,10

Elemento de despesa: 144 - 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000.00
0000 - Aplicações Diretas R\$ 92.600,00

ÓRGÃO: 09 - SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER

UNIDADE: 27 - Departamento de Esportes - Gerencia Administrativa

PROJETO/ATIVIDADE: 1.056 - Construções, Ampliações e Reformas no Esporte Municipal

Elemento de despesa: 131 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.00
0000 - Aplicações Diretas R\$ 233.541,06

Elemento de despesa: 147- 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000.00
0000 - Aplicações Diretas R\$ 89.927,39

PROJETO/ATIVIDADE: 1.070 - Reequipamento do Esporte Municipal

Elemento de despesa: 150 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.00
0000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto, em 28 de novembro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Decreto N° 6.865/13 Abre Crédito Adicional Suplementar No Orçamento Geral do Município

DECRETO N° 6.865/13 DE 28/11/2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.749/12 de 22/05/2012 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.803 de 13/12/2012 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 98.000,00 (noventa e oito mil reais) no projeto e na atividade abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 25 - DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 1.011 - Reequipamento da Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo

Elementos de despesa: 121 - 4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0089.000000 - Aplicações Diretas R\$ 98.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, será utilizado o valor de R\$ 98.000,00 (noventa e oito mil reais) provenientes do Excesso de Arrecadação de Recursos da Alienação de Bens.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 28 de novembro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Decreto N° 6.866/13 Regulamenta Forma e Prazos Para Pagamento do IPTU do Exercício de 2014

DECRETO N° 6.866/2013 DE 03/12/2013

REGULAMENTA FORMA E PRAZOS PARA PAGAMENTO DO IPTU DO EXERCÍCIO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e;

Considerando a necessidade de estabelecer normas alusivas ao IPTU - Imposto Sobre a Propriedade Territorial Urbana;

Com amparo no artigo 100, incisos II, VIII, XI e §2º do art. 138 da Lei Orgânica, c/c artigo 265 da Lei Complementar nº 001/2002 de 27 de dezembro de 2002 - Código Tributário Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. O Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana do exercício de 2014, deverá ser pago na forma e prazos fixados neste decreto.

Art. 2º. O imposto previsto no artigo 1º poderá ser pago da seguinte forma:

I - em quota única com desconto de 18% até 14/03/2014;
II - em quota única com desconto de 9% até 14/04/2014;
III - em 06 (seis) parcelas, com vencimento da 1ª em 14/03/2014 e as demais em 14/04, 14/05, 14/06, 14/07 e a última em 14/08/2014.

Parágrafo único. A falta de pagamento das parcelas do inciso III, implicará no vencimento antecipado das parcelas vincendas.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições contrárias.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 03 de dezembro de 2013

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Decreto N° 6.867/13 Regulamenta Forma e Prazos Para Pagamento do Iss Fixo

DECRETO N° 6.867/2013 DE 03/12/2013

REGULAMENTA FORMA E PRAZOS PARA PAGAMENTO DO ISS FIXO - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e;

Considerando a necessidade de estabelecer normas alusivas ao ISS Fixo - Imposto Sobre Serviços;

Com amparo no artigo 100, incisos II, VIII, XI e §2º do art. 138 da Lei Orgânica, e do artigo 27, inciso II da Lei Complementar 03/03 de 12 de dezembro de 2003.

DECRETA:

Art. 1º. O ISS Fixo - Imposto Sobre Serviços do exercício de 2014, deverá ser pago na forma e prazos fixados neste decreto.

Art. 2º. O imposto previsto no artigo 1º poderá ser pago da seguinte forma:

I - em quota única até dia 28/02/2014;

II - em 03 parcelas com vencimentos da 1ª parcela em 28/02/2014, 2ª parcela em 28/03/2014 e a última em 28/04/2014.

Parágrafo único. A falta de pagamento das parcelas do inciso II, implicará no vencimento antecipado das parcelas vincendas.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições contrárias.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 03 de dezembro de 2013

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Canoinhas

PREFEITURA

Publicação do Edital de Pregao Presencial N° 80/2013

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 169/2013
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 80/2013

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 19/12/2013, às 10h35min, Pregão Presencial para REGISTRO DE PREÇO DE REFEIÇÕES PREPARADAS EM PORÇÕES EMBALADAS EM RECIPIENTES DESCARTÁVEIS DE ALUMÍNIO, TIPO MARMITEX, DESTINADAS À DIVERSAS SECRETARIAS. Recebimento de propostas até as 10h30min do dia 19/12/2013. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação do Edital de Pregao Presencial N° 81/2013

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 170/2013
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 81/2013

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 20/12/2013, às 10h05min, Pregão Presencial para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPRESSÃO DE CARNÊS, PARA PAGAMENTO DO IPTU 2014, MONTADOS, SERRILHADOS, LOMBADOS, COM CÓDIGO DE BARRAS PADRÃO FEBRABAN. Recebimento de propostas até as 10h00min do dia 20/12/2013. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação do Edital de Pregao Presencial N° FMAS 10/2013

FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMAS 13/2013
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º FMAS 10/2013

O Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.455.005/0001-25, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 19 de Dezembro de 2013, às 11h05min, a abertura das propostas para AQUISIÇÃO DE 800 CAMISETAS DESTINADAS AO CREAM. Informações (47) 3621-7705. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito/Presidente do Fundo

Republicação do Edital de Pregao Presencial N° 77/2013

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 157/2013
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 77/2013
REPUBLICAÇÃO

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 20/12/2013, às 09h05min, a abertura das propostas para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE OXIGÊNIO E AR MEDICINAL, PELO PERÍODO DE 12 MESES, A SER UTILIZADO PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE NO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL, SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA, AMBULÂNCIAS MUNICIPAIS, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E OUTROS PROGRAMAS, CORPO DE BOMBEIROS DO MUNICÍPIO E DEMAIS FUNDOS E SECRETARIAS MUNICIPAIS. Entrega dos envelopes até às 09h00min do dia 20/12/2013. Informações 3621 7705. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Catanduvás

PREFEITURA

Decreto N° 1.948, de 03 de Dezembro de 2013

DECRETO N° 1.948, de 03 de dezembro de 2013.

"NOMEIA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE TERRENO PARA FINS DE CESSÃO DE USO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvás-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o disposto no art. 12 da Lei Orgânica do Município de Catanduvás;

CONSIDERANDO, a necessidade de prévia avaliação do imóvel o qual será objeto da cessão de uso, conforme estabelece o art. 5º da Lei nº 2.427, de 26 de novembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída Comissão de Avaliação de imóvel, composta pelos seguintes membros:

- I - ARAMIS HEBERLE JÚNIOR (CRECI/SC 14.979) - Presidente;
- II - CARLOS AUGUSTO CZECH (Fiscal de Tributos da Prefeitura) - Membro; e
- III - KAROLINE LOPES SACCHET - Membro.

Art. 2º Terá como atribuição a Comissão efetuar avaliação do terreno urbano com área de 600,00m² (seiscentos metros quadrados), pertencente ao Município de Catanduvás, o qual possui as seguintes confrontações: LESTE, na extensão de 30,00m (trinta metros) lineares, com o restante da área pertencente ao Município; OESTE, com 30,00m (trinta metros) lineares, com a Rua da Liberdade; SUL, com 20,00m (vinte metros) lineares com a Rua Almirante Tamandaré; e finalmente ao NORTE, com 20,00m (vinte metros) lineares com o restante da área pertencente ao Município, área devidamente registrada e matriculada sob nº 3.748, no CRI - Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Catanduvás-SC, efetuando pormenorizada descrição do mesmo, e definir seu valor de mercado.

Parágrafo único. A Comissão terá um prazo de quinze (15) dias, para a conclusão dos trabalhos, devendo emitir o Laudo de Avaliação com a assinatura de todos os seus membros.

Art. 3º Pelo desempenho das atribuições previstas no presente Decreto, os membros da Comissão não serão remunerados, sendo considerado serviço de relevância para o Município.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas/SC, 03 de dezembro de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado por esta Secretaria nesta data.

Aviso de Licitação: Processo Licitatório N° 0086/2013 - Pregão N° 0053/2013

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 0086/2013

PREGÃO N° 0053/2013

Objeto: Constitui objeto desta licitação: aquisição de combustíveis, lubrificantes e filtros visando o desenvolvimento das secretarias de: Educação, Cultura e Desporto; Infraestrutura; Saúde e Desenvolvimento Social e Assistência Social e Administração (Conselho Tutelar).

Abertura das Propostas: 09h15min, do dia 19 de dezembro de 2013.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 05 de dezembro de 2013 no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvas.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, ramal 229.

Catanduvas - SC, 05 de dezembro de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Decreto N° 090/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO N° 090/2013

"HOMOLOGA A RESOLUÇÃO N°. 03/2013 DO CONSELHO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO-SC".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 70, inciso I da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a Resolução n° 03/2013 do Conselho Municipal de Educação do Município de Chapadão do Lageado, que aprova o Regimento Interno da Unidade de Educação Infantil Professor Verny Passig da Rede Municipal de Ensino que atende na modalidade de Creche.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 05 de dezembro de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Resolução do Decreto 090/2013

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

CONSELHO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - CME

RESOLUÇÃO N. 03/2013

Dalva Passig da Silva, Presidente do Conselho Municipal de Educação de Chapadão do Lageado, no uso de suas atribuições legais, e considerando o interesse público educacional de disciplinar as normas de convivência e funcionamento da Unidade de Educação Infantil Professor Verny Passig, modalidade Creche, de acordo com as disposições regimentais e nos termos da Reunião ocorrida no dia 22/11/13 - Ata n. 72;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno da Unidade de Educação Infantil Professor Verny Passig, da Rede Municipal de Ensino de Chapadão do Lageado que atende na modalidade de Creche.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e sua eficácia ficará subordinada a homologação do Chefe do Poder Executivo.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Chapadão do Lageado, 03 de dezembro de 2013.

DALVA PASSIG DA SILVA

Presidente do Conselho Municipal de Educação

CÂMARA MUNICIPAL

Ata da Comissão Permanente de Constituição Justiça e Redação

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO, DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA QUINTA LEGISLATURA. Aos 04 dias do mês de dezembro do ano de 2013, às 14h:00min, na sala das sessões da Câmara Municipal, havendo necessidade realizou-se a escolha do Presidente da Comissão, que por aclamação, restou eleito o Vereador Sr. Amilton Carlos Westphal. Nada mais havendo a tratar, o presidente com a proteção divina declarou encerrados os trabalhos da presente reunião. Do que para constar, é lavrada a presente ata após lida e achada conforme, vai devidamente assinada:

Cocal do Sul

PREFEITURA

Publicação Legal - Limpeza e Conservação de Imóveis

Publicação Legal - Limpeza e Conservação de Imóveis

Prezados(a) Senhores(a):

Debora de Oliveira
Paulo Semonetti
Jucemar Jose Jorge

Em circunstância da má conservação dos imóveis Localizados no Perímetro Urbano de Cocal do Sul, vistoriados pela Fiscalização da Prefeitura, foi Autuado pela Lei nº 991, de 05 de abril de 2010. - "Dispõe sobre a Limpeza e Conservação de Imóveis e dá outras Providências", sob o Art. 1º, vem por meio desta, dar um prazo de 15 (quinze) dias após a data da publicação do jornal da cidade, para regularizar sua situação. (Proceder a limpeza/roçada do terreno).

Art. 3º Não cumprida a obrigação, além da penalidade estabelecida no art. 2º desta lei, a administração municipal pode, por si ou por terceiros, executar os serviços necessários à limpeza e à urbanização do imóvel, e posteriormente será cobrados e inscritos na Dívida Ativa do Município.

Cocal do Sul, 06 de Dezembro de 2013.
WILLIAM DAJORI
Fiscal de Obras

Concórdia

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 653

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 653, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2013.

Cria o Programa Municipal de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS Trabalho; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica criado o Programa Municipal de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS Trabalho, a ser desenvolvido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação – SEDES, que visa promover ações e atividades de caráter educativo, informativo e de orientação social, para incentivar e mobilizar os beneficiários dos programas de transferência de renda a acessar os cursos oferecidos pelo PRONATEC/Brasil Sem Miséria – BSM, bem como as iniciativas de inclusão produtiva e demais ofertas do Município, com o intuito de expandir o acesso a direitos e promover a autonomia e a melhoria da qualidade de vida da população beneficiada.

Art. 2º As despesas provenientes da execução desta Lei correrão

por conta de recursos oriundos do próprio programa, conforme estabelece a Portaria do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS nº 143/2012, de 5 de julho de 2012, demais legislações do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e recursos do orçamento da SEDES.

Art. 3º O prazo de vigência deste programa é até 30 de junho de 2014, podendo ser prorrogado se houver ampliação da vigência do Programa pelo MDS e com orientações nacionais para essa finalidade.

Art. 4º O Quadro de Pessoal da Equipe de Referência, que executará o Programa ACESSUAS Trabalho está descrito no Anexo Único desta Lei.

§ 1º O Município deverá realizar Processo Seletivo, com a finalidade de preencher as vagas do Quadro de Pessoal de que trata o caput deste artigo.

§ 2º O pessoal admitido para os fins desta Lei, na Administração Municipal, terá seu contrato de trabalho por prazo determinado e sua relação de trabalho regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e legislação trabalhista correlata, ressalvadas disposições em contrário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

CRISTIANE FERNANDA WERLANG
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 25 de novembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

ANEXO ÚNICO

QUADRO DE PESSOAL DA EQUIPE DE REFERÊNCIA

Cargo	Escolaridade	Nº de Vagas	Carga Horária Semanal	Remuneração (R\$)
Técnico de Nível Superior	Curso superior em Serviço Social, com registro no Conselho Regional de Serviço Social de Santa Catarina – CRESS/SC	1	35h	2.210,57
Técnico de Nível Médio	Ensino Médio Completo	1	35h	1.482,18

ATRIBUIÇÕES/RESPONSABILIDADES

Cargo:	Técnico de Nível Superior
Atribuições/Responsabilidades:	
<ul style="list-style-type: none"> - Coordenar as ações do Programa ACESSUAS Trabalho no âmbito do Município; - Coordenar o planejamento das atividades que serão desenvolvidas pela Equipe de Referência; - Acompanhar os resultados das metas pactuadas pelo Município; - Alimentar com informações pertinentes o Sistema de Monitoramento do Programa ACESSUAS Trabalho; - Prestar contas dos recursos utilizados. 	
Cargo:	Técnico de Nível Médio
Atribuições/Responsabilidades:	
<ul style="list-style-type: none"> - Prestar apoio ao Técnico de Nível Superior nas funções administrativas, na mobilização, no encaminhamento para matrículas dos educandos, no acompanhamento e no monitoramento da frequência dos alunos e no encaminhamento para o novo trabalho; - Prestar apoio na inclusão de novos beneficiários no cadastro único; - Participar de reuniões de planejamento, na SEDES ou no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, quando convocado pelo gestor municipal. 	
Equipe de Referência	
Atribuições/Responsabilidades:	
<ul style="list-style-type: none"> - Elaborar estudo socioeconômico do Município; - Identificar o público prioritário do Programa ACESSUAS Trabalho; - Identificar as pessoas com deficiência que possam participar dos cursos oferecidos pelo Programa; - Participar da elaboração da campanha de mobilização e de divulgação do Programa; - Organizar palestras, reuniões nos bairros, nas associações de moradores, com o público prioritário do Programa; - Disponibilizar à população lista de unidades ofertantes e relação dos cursos oferecidos pelo Programa; - Articular com a rede de Educação de Jovens e Adultos – EJA, que atua com o público prioritário do Programa, para matricular os alunos nas unidades ofertantes; - Identificar famílias com perfil para acesso à renda, com registro específico daquelas em situação de extrema pobreza e incluir no cadastro único e no Programa; - Registrar informações sobre matrículas efetivadas, encaminhamentos e acompanhamento dos educandos; - Acompanhar o desempenho dos educandos por meio de relatórios quinzenais ou mensais; - Disponibilizar informações sobre a permanência, evasão dos educandos e avaliação do Programa; - Participar de reuniões periódicas com a Equipe de Referência da SEDES e/ou do CRAS para planejamento e avaliação dos resultados do Programa; - Identificar situações de vulnerabilidade e risco social e ofertar cursos e/ou encaminhar para outros serviços, conforme necessidades; - Articular com o Sistema Nacional de Emprego – SINE, a intermediação da mão de obra dos capacitados no Programa. 	

Lei Complementar N° 654

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI COMPLEMENTAR N° 654, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2013.

Dá nova redação ao art. 280 da Lei Complementar nº 188, de 11 de maio de 2001 e alterações, que dispõem sobre normas relativas à utilização do espaço e o bem-estar público do Município de Concórdia, Estado de Santa Catarina – Código de Posturas.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu

sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º O art. 280 da Lei Complementar nº 188, de 11 de maio de 2001 e alterações, que dispõem sobre normas relativas à utilização do espaço e o bem-estar público do Município de Concórdia, Estado de Santa Catarina – Código de Posturas, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 280. Os estabelecimentos comerciais, inclusive os escritórios comerciais ou de prestação de serviços, as seções de vendas a varejo dos estabelecimentos industriais, os depósitos e os demais estabelecimentos que tenham fins comerciais, poderão funcionar, para atendimento ao público, de segunda a sexta-feira, no horário das 6h às 22h e, aos sábados, das 6h às 12h, podendo o horário de funcionamento no primeiro e segundo sábados de cada mês, ser estendido até às 17h, sem prejuízo do funcionamento nas seguintes exceções:

I – bares, lanchonetes, churrascarias, restaurantes e padarias com ou sem restaurantes, até às 2h, inclusive aos sábados, domingos e feriados;

II – danceterias, casas de espetáculos e similares:

a) de segunda a quinta-feira e aos domingos, até às 2h;

b) nas sextas-feiras, sábados e vésperas de feriados, até às 4h;

III – minimercados, mercados, supermercados, hipermercados e similares, assim como os estabelecimentos situados no interior destes, aos:

a) sábados das 6h às 22h;

b) domingos das 8h às 21h;

IV – locadoras de vídeo, cinemas, shoppings e similares, aos sábados e domingos das 6h às 23h59min;

V – lojas de conveniência, indústrias e empresas que prestem serviços de rastreamento, vigilância, monitoramento e similares, vinte e quatro horas, todos os dias;

VI – farmácias, no horário regulamentado por lei própria;

VII – feiras e exposições, dentro do horário definido na licença para a realização do evento, sendo permitido, no máximo:

a) de segunda a quinta-feira e domingo até às 23h59min;

b) nas sextas-feiras e sábados até às 2h.

§ 1º No mês em que recair feriado no primeiro ou no segundo sábado, a abertura do comércio no horário estendido, conforme disposto no caput deste artigo, se dará no sábado subsequente.

§ 2º No mês de dezembro, o horário estendido de que trata o caput deste artigo, será permitido em todos os sábados.

§ 3º No último domingo que antecede o dia de Natal será permitida abertura do comércio das 16h às 22h.

§ 4º Para o disposto no inciso IV deste artigo, entende-se por similar de shopping todo o complexo físico que agregue diversas empresas com ramos diferenciados da alimentação, do comércio de vestuário, de lazer e de prestação de serviços.

§ 5º Os postos de combustível estão sujeitos a horários previstos em portaria do Ministério de Minas e Energia.

§ 6º As Empresas do ramo da construção civil, estão sujeitas ao disposto na Lei Complementar nº 186, de 11 de maio de 2001 e alterações.

§ 7º Nos feriados, observar-se-á o disposto no art. 6º-A da Lei Federal nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, alterada pela Lei Federal nº 11.603, de 5 de dezembro de 2007.

§ 8º Para as atividades acima não especificadas o Poder Executivo, por decreto, disciplinará seu horário de funcionamento, após análise ou parecer do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano – CMDU.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o art. 4º da Lei Complementar nº 625, de 24 de maio de 2012.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 25 de novembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Lei N° 4.607

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI N° 4.607, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2013.

Autoriza o Município celebrar Termos de Cessão de Uso com o Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Município autorizado a celebrar Termos de Cessão de Uso, com prazo a ser fixado nos respectivos Termos, das áreas de terras abaixo descritas, com o Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação, do imóvel caracterizado como: parte do lote rural nº 1.052, do 9º Bloco da Colônia Concórdia, Propriedade Rio do Engano, com área de 5.906,68m², situado no Loteamento Santa Rita III, registrado no 2º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, sob nº 4.777, Livro nº 2 - “S”:

I - área de terras de 450,00m², destinada à construção, pela Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação, do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS;

II - área de terras de 900,00m², destinada à construção, pela Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação, do Centro Dia.

Art. 2º Nos termos do art. 88, § 1º, da Lei Orgânica do Município e caput do art. 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, fica dispensada/inexigida a realização de licitação para a referida concessão.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 25 de novembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Lei N° 4.608

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI N° 4.608, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2013.

Autoriza abertura de crédito suplementar; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a anular parte das dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária 13.01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade 10.303.0050.2103 Ações de Média e Alta Complexidade

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.6500 Recursos de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar R\$ 400.000,00

Órgão 18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR

Unidade Orçamentária 18.01 Fundo Municipal de Assistência ao Servidor

Projeto/Atividade 04.122.0068.2351 Manutenção das Atividades-Meio do FUMAS

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.2.0000 Recursos Ordinários R\$ 13.400,40

Projeto/Atividade 04.122.0069.1351 Modernização e Organização Administrativa do FUMAS

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.2.0000 Recursos Ordinários R\$ 35.719,05

TOTAL ANULADO R\$ 449.119,45.

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º desta Lei, fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária 13.01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade 10.303.0050.2103 Ações de Média e Alta Complexidade

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.6500 Recursos de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar R\$ 400.000,00

Órgão 18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR

Unidade Orçamentária 18.01 Fundo Municipal de Assistência ao Servidor

Projeto/Atividade 04.302.0068.2352 Manutenção das Atividades da Assistência Hospitalar

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.2.0000 Recursos Ordinários R\$ 49.119,45

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 449.119,45.

Art. 3º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar, com recursos do excesso de arrecadação verificado até 31 de outubro de 2013, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 12 ENCARGOS GERAIS

Unidade Orçamentária 12.01 Encargos Gerais

Projeto/Atividade 28.846.0046.2043 Ações de Outros Encargos Especiais

Elemento 3.1.91.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 140.000,00

Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária 13.01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade 10.303.0052.2105 Assistência Farmacêutica

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.6400 Recursos da Atenção Básica R\$ 85.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 225.000,00.

Art. 4º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar, com recursos do provável excesso de arrecadação, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária 13.01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade 10.303.0050.2103 Ações de Média e Alta Complexidade - FMS

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0200 Receitas de Impostos e de Transferências de

Impostos - Saúde R\$ 500.000,00

Projeto/Atividade 10.303.0052.2105 Assistência Farmacêutica

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0200 Receitas de Impostos e de Transferências de

Impostos - Saúde R\$ 330.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 830.000,00.

Art. 5º Ficam alteradas nas Leis nºs. 4.108, de 13 de outubro de 2009; 4.416, de 29 de maio de 2012 e 4.482, de 18 de dezembro de 2012, as ações mencionadas nesta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 25 de novembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto N° 5.852

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 5.852, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2013.

Abre crédito suplementar; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.608, de 25 de novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Ficam anuladas partes das dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária 13.01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade 10.303.0050.2103 Ações de Média e Alta Complexidade

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.6500 Recursos de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar R\$ 400.000,00

Órgão 18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR

Unidade Orçamentária 18.01 Fundo Municipal de Assistência ao Servidor

Projeto/Atividade 04.122.0068.2351 Manutenção das Atividades-Meio do FUMAS

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.2.0000 Recursos Ordinários R\$ 13.400,40

Projeto/Atividade 04.122.0069.1351 Modernização e Organização Administrativa do FUMAS

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.2.0000 Recursos Ordinários R\$ 35.719,05

TOTAL ANULADO R\$ 449.119,45.

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º deste Decreto, ficam suplementadas as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária 13.01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade 10.303.0050.2103 Ações de Média e Alta Complexidade

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.6500 Recursos de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar R\$ 400.000,00

Órgão 18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR

Unidade Orçamentária 18.01 Fundo Municipal de Assistência ao Servidor

Projeto/Atividade 04.302.0068.2352 Manutenção das Atividades da Assistência Hospitalar

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.2.0000 Recursos Ordinários R\$ 49.119,45

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 449.119,45.

Art. 3º Ficam suplementadas, com recursos do excesso de arrecadação verificado até 31 de outubro de 2013, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 12 ENCARGOS GERAIS

Unidade Orçamentária 12.01 Encargos Gerais

Projeto/Atividade 28.846.0046.2043 Ações de Outros Encargos



Especiais
Elemento 3.1.91.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 140.000,00

Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária 13.01 Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Atividade 10.303.0052.2105 Assistência Farmacêutica
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0.1.6400 Recursos da Atenção Básica R\$ 85.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 225.000,00.

Art. 4º Ficam suplementadas, com recursos do provável excesso de arrecadação, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária 13.01 Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Atividade 10.303.0050.2103 Ações de Média e Alta Complexidade - FMS
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0.1.0200 Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde R\$ 500.000,00
Projeto/Atividade 10.303.0052.2105 Assistência Farmacêutica
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0.1.0200 Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde R\$ 330.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 830.000,00.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 25 de novembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Portaria N° 012/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE - FUMDEMA
PORTARIA N° 012/2013, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2013.

O Superintendente da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente - FUMDEMA.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 401, de 27 de Abril de 2005, c/c o disposto no art. "II" "I" e VII, da Lei Complementar Federal nº 64, de 18 de maio de 1990 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias ao servidor MOACIR VALCARENGHI, ocupante do cargo de Chefe do departamento Ambiental, no período

02 de janeiro de 2014 a 31 de janeiro de 2014.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente.
LEVI ELÓI DOS SANTOS
Superintendente da FUMDEMA

Portaria N° 162/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
PORTARIA N° 162/2013, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2013.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.
No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 52 da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração e no Decreto nº 5.656, de 7 de dezembro de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar a carga horária da servidora SALETE VOLPATO WOLOSZYN, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 40983-06, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, em 20 (vinte) horas semanais, no período de 4 de novembro de 2013 a 13 de dezembro de 2013.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Portaria N° 163/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
PORTARIA N° 163/2013, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2013.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.
No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde, na CI SEMUS 687/2013.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar os servidores abaixo relacionados, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço, no período de 21 a 30 de novembro de 2013:
I - MAGALE MARIA ENGEL GOSSENHEIMER, ocupante do cargo de Assistente Social;
II - ROGERIO GOSSENHEIMER, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Portaria N° 164/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
PORTARIA N° 164/2013, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2013.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.
No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 25 e seguintes da Lei Complementar nº 602, de 29 de dezembro de 2011 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aos servidores abaixo relacionados, integrantes do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, Promoção por Titulação, nos percentuais abaixo, sobre o respectivo vencimento-base, correspondente à nova habilitação na área específica de atuação:

Nº DE ORDEM	NOME DO SERVIDOR	CARGO/CÓDIGO	MATRÍCULA	PERCENTUAL/HABILITAÇÃO
1	Chaiane Battistella Bratti	Professor, código 10.12	988499-02	12% (pós-graduação)
2	Ducineia Schnerberger Batista	Professor, código 10.12	411256-01	12% (pós-graduação)
3	Gilson Wiggers	Professor, código 10.12	2682-00	20% (mestrado)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a 1º de novembro de 2013.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Portaria N° 165/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA N° 165/2013, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2013.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 41 e seguintes da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações e considerando as avaliações efetuadas pela comissão especialmente designada.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder às servidoras abaixo relacionadas, Promoção por Aperfeiçoamento ou Capacitação, correspondente a 1% (um por cento) do respectivo vencimento-base:

I - com efeitos pecuniários retroativos a 1º de outubro de 2013: RENATA FORTES GAERTNER, ocupante do cargo de Professor, código 10.11, matrícula 93971-00;

II - com efeitos pecuniários retroativos a 1º de novembro de 2013:

Nº DE ORDEM	MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO/CÓDIGO
1	82142-04	Leila Rizolli	Professor, código 10.12
2	88110-00	Luciana Rita Bellincanta Salvi	Especialista em Educação, código 11.12
3	26603-00	Marisete Kirsch da Silva	Professor, código 10.10
4	26603-10	Marisete Kirsch da Silva	Professor, código 10.12
5	96407-06	Mercedes Maria Schaefer	Professor, código 10.12
6	67091-00	Rosane Fatima Sebem	Especialista em Educação, código 11.12
7	106097-00	Vanessa Deretti	Professor, código 10.12

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Portaria N° 166/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA N° 166/2013, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2013.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto na Lei nº 1.874, de 2 de dezembro de 1983 e alteração e no Decreto nº 2.040, de 14 de dezembro de 1983 e alteração.

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o senhor EDEZIO PEDRO VIZZOTTO, a substituir o veículo que utilizava como táxi, no Ponto de Táxi nº 8, localizado na Rua Marechal Deodoro, em frente à edificação nº 613, em cujo local operará com o veículo das seguintes características:

I - marca: Volkswagen;

II - modelo: Spacefox Trend GII;

III - ano/modelo: 2013/2014;

IV - chassi: 8AWPB45ZXE500992.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Portaria N° 167/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA N° 167/2013, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2013.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 52 da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações e no Decreto nº 5.656, de 7 de dezembro de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, até 31 de julho de 2014, a ampliação da carga horária da servidora FABIANA LANFREDI HERPICH, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 415790-00, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, em 20 (vinte) horas semanais, objeto da Portaria nº 49/2013, de 13 de março de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de novembro de 2013.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Portaria N° 36/2013

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - IPRECON

PORTARIA N° 36/2013, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2013.

Concede Pensão por Morte em face do falecimento da servidora DIRLEI DE MARCO DAL VESCO, segurada ativa do IPRECON.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 40, parágrafos 7º, II, 8º e 18, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, todos com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003 e nos arts. 79, I e 88-A, II, da Lei Complementar nº 164/1999, este último com redação dada pela Lei Complementar nº 432, de 30 de setembro de 2005.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Pensão por Morte a VALMIR DAL VESCO e VANESSA DAL VESCO, dependentes da servidora falecida DIRLEI DE MARCO DAL VESCO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, código 10.10, 20 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, matriculada sob nº 95117, segurada ativa do IPRECON.

Art. 2º Os proventos serão equivalente à totalidade da remuneração da servidora no cargo efetivo em que se deu o falecimento, assegurado o reajuste na mesma data e pelo mesmo índice aplicado aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10 de novembro de 2013.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI

Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON, em 4 de dezembro de 2013.

MARGARETE PECINI

Agente Administrativo

Adendo 01 ao Edital Concorrência N° 3/2013 PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

ADENDO 01 AO EDITAL CONCORRÊNCIA N° 3/2013 PMC

O Município de Concórdia, SC, por intermédio da Secretária Municipal de Administração, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é: seleção de empresa, do ramo de transporte coletivo de passageiros, para outorga, em caráter de exclusividade, de concessão de serviços públicos de transporte coletivo urbano de passageiros do Município de Concórdia, na forma da legislação pertinente e das normas estabelecidas no Anexo "D" - PROJETO BÁSICO e outras constantes do Edital, sofreu alterações.

Em virtude do acima exposto, e em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei nº 8.666/1993, ficam alterados os prazos para protocolo dos Envelopes 01 - DOCUMENTAÇÃO e 02 - PROPOSTAS, na seguinte forma: O recebimento dos Envelopes 01 - DOCUMENTAÇÃO e 02 - PROPOSTA contendo, respectivamente a documentação de habilitação e a proposta de preço dos interessados, dar-se-á até às 08h45min do dia 08 de janeiro de 2014, no Protocolo Geral desta Prefeitura, situado no 2º andar do endereço indicado no subitem 1.1 do edital. A abertura dos Envelopes 01 - DOCUMENTAÇÃO dar-se-á às 09h00min do dia 08 de janeiro 2014, na Sala de Licitações do Município de Concórdia, situada no 1º andar do endereço indicado no subitem 1.1 do edital.

Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2138.

Concórdia, SC, 05 de dezembro de 2013.

MAURI MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial N° 121/2013- PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL N° 121/2013- PMC

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição, durante o exercício de 2014, de cestas básicas para famílias em situação de vulnerabilidade social, com base na Lei Municipal nº 2.752, de 13 de dezembro de 1993, Decretos 4.787 de 26 de abril de 2004 e 5.603 de 12 de julho de 2011, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

Recebimento das propostas: até as 16h00min. do dia 08/01/2014
Abertura: dia 09/01/2014 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2113.

Concórdia, SC, 05 de dezembro de 2013.

CRISTIANE FERNANDA WERLANG

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial N° 143/2013- PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL N° 143/2013- PMC

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição, durante o exercício de 2014, de gás de cozinha, gás oxigênio, gás para solda MIG e acetileno, descritos no Termo de Referência constante no anexo "A" do edital.

Tipo: Menor Preço Item.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 03/01/2014.
Abertura: dia 06/01/2014 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2113.

Concórdia, SC, 05 de dezembro de 2013.

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial N° 144/2013- PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL N° 144/2013- PMC

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material impresso para manutenção das atividades das unidades administrativas conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital
Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 07/01/2014.
Abertura: dia 08/01/2014, às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 05 de Dezembro de 2013.

RUIMAR SCORTEGAGNA

Secretário Municipal de Agricultura Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Edital de Concorrência N° 3/2013 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

EDITAL DE CONCORRÊNCIA N° 3/2013 - PMC

Objeto: Contratação de agência de publicidade e propaganda para prestação de serviços profissionais de publicidade ao Município de Concórdia, conforme disposições constantes no §1º do artigo 37 da Constituição Federal, Lei Federal 12.232/2010.

1) O recebimento dos Envelopes nº 02, 03 e 04 deverá ocorrer até do dia 27/01/2014, com horário limite para protocolo até às 16h00min.

2) O recebimento do Envelope nº 01, será efetuado, na data de: 28/01/2014 às 08h45min e entregue diretamente à Comissão Permanente de Licitações, respeitado o disposto no inciso XII, artigo 6º da Lei 12.232/2010.

3) A abertura da sessão se dará no dia 28/01/2014 às 09h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2138.

Concórdia, SC, 05 de dezembro de 2013.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Errata do Aviso de Publicação ao Pregão Eletrônico SRP N° 4/2013-FMAS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

ERRATA DO EDITAL DE LICITAÇÃO DO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 3/2013-FMAS

O Fundo Municipal de Assistência Social, torna pública a correção do edital de licitação do Pregão Eletrônico nº 3/2013 FMAS, nos ITENS: 2.1 do Edital; 10.1 do Termo de Referência anexo "A" e 1.1 da Minuta do Contrato anexo "d" do edital na seguinte forma: Onde se lê: com recursos oriundos do repasse fundo a fundo do convênio CREAS/FEAS; Leia-se: com recursos oriundos do repasse fundo a fundo do convênio FEAS/ABRIGO. E a correção do edital e anexos, onde se lê: PMC. Leia-se: FMAS. E a correção do aviso de licitação, na seguinte forma: Onde se lê: Recebimento das propostas: até as 08h15min do dia 11/12/2013. Abertura: dia 11/12/2013 08h30min. Leia-se: Recebimento das propostas: até as 08h15min do dia 11/12/2013. Abertura: dia 11/12/2013 08h30min no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br. O prazo para apresentação das propostas e abertura da licitação, fica marcado para a mesma data e horário. Informações complementares: As alterações e o Edital em inteiro teor estarão à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas

na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2161.

Concórdia, SC, 05 de dezembro de 2013.

CRISTIANE FERNANDA WERLANG

Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

Errata do Edital de Licitação do Pregão Eletrônico N° 3/2013-FMAS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

ERRATA DO EDITAL DE LICITAÇÃO DO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 3/2013-FMAS

O Fundo Municipal de Assistência Social, torna pública a correção do edital de licitação do Pregão Eletrônico nº 3/2013 FMAS, nos ITENS: 2.1 do Edital; 10.1 do Termo de Referência anexo "A" e 1.1 da Minuta do Contrato anexo "d" do edital na seguinte forma: Onde se lê: com recursos oriundos do repasse fundo a fundo do convênio CREAS/FEAS; Leia-se: com recursos oriundos do repasse fundo a fundo do convênio FEAS/ABRIGO. E a correção do edital e anexos, onde se lê: PMC. Leia-se: FMAS. O prazo para apresentação das propostas e abertura da licitação, fica marcado para a mesma data e horário. Informações complementares: As alterações e o Edital em inteiro teor estarão à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2161.

Concórdia, SC, 05 de dezembro de 2013.

CRISTIANE FERNANDA WERLANG

Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

Edital de Concurso Público N° 5/2013

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N° 5/2013, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2013.

O MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, SC, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, torna pública a homologação dos aprovados no Concurso Público objeto do Edital nº 3/2013, de 14 de agosto de 2013, conforme Anexo Único, parte integrante deste Edital.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia, aos 5 dias do mês de dezembro de 2013.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação N° 25/2013 - FMS

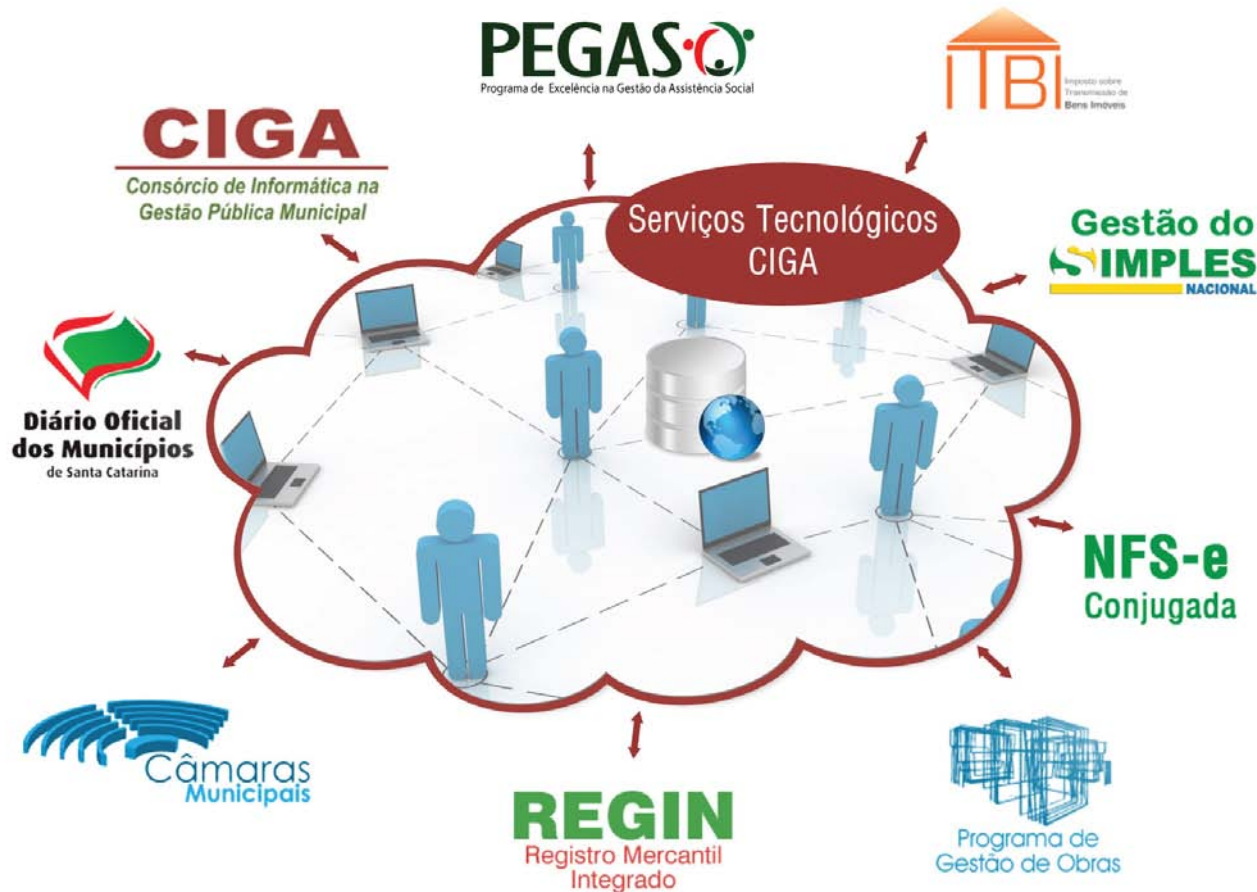
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 25/2013 - FMS

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde, SC, torna público que ratificou o ato da Senhora Marlô Cristina Ribeiro, Diretora Administrativa do Fundo Municipal de Saúde, que declarou inexigível a licitação, nos termos do artigo 25, caput da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 03 de Dezembro de 2013, para celebração de convênio entre o Fundo Municipal de Saúde e a Beneficência Camiliana do Sul - Hospital São Francisco conforme Plano Operativo, com base na Programação Pactuada e Integrada

- PPI e Plano Diretor de Regionalização - PDR, a favor da BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL - HOSPITAL SÃO FRANCISCO, no valor de R\$ 1.724.946,97 (um milhões, setecentos e vinte e quatro mil, novecentos e quarenta e seis reais e noventa e sete centavos).

ALESSANDRO VERNIZE
Gestor do Fundo Municipal de Saúde



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

CÂMARA MUNICIPAL**Balancete Financeiro Novembro 2013****SANTA CATARINA****CÂMARA MUNICIPAL DE CONCORDIA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Novembro/2013

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
		Despesa Orçamentária	219.990,09
		Despesas exceto Intra-orçamentárias	213.308,02
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	142.132,81
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	46.855,21
		INVESTIMENTOS	24.320,00
		Despesas Intra-orçamentárias	6.682,07
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.682,07
Receita Extra - Orçamentária	487.969,16	Despesa Extra - Orçamentária	240.769,16
DEPÓSITOS	20.779,07	DEPÓSITOS	20.779,07
CONSIGNAÇÕES	20.779,07	CONSIGNAÇÕES	20.779,07
PREVIDÊNCIA SOCIAL	6.952,77	PREVIDÊNCIA SOCIAL	6.952,77
PENSÃO ALIMENTÍCIA	2.034,00	PENSÃO ALIMENTÍCIA	2.034,00
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	8.129,27	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	8.129,27
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA M	3.589,18	PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA M	3.589,18
PLANOS DE SEGUROS	63,01	PLANOS DE SEGUROS	63,01
DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	10,84	DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	10,84
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	219.990,09	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	219.990,09
OBRIGAÇÕES A PAGAR	219.990,09	OBRIGAÇÕES A PAGAR	219.990,09
FORNECEDORES	71.238,16	FORNECEDORES	71.238,16
PESSOAL A PAGAR	126.909,67	PESSOAL A PAGAR	126.909,67
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	21.842,26	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	21.842,26
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	247.200,00		
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	247.200,00		
REPASSE RECEBIDO	247.200,00		
Saldos anteriores	602.395,31	Saldos atuais	629.605,22
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	549.804,98	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	549.804,98
BANCO C/ MOVIMENTO	52.590,33	BANCO C/ MOVIMENTO	79.800,24
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
Total	1.090.364,47	Total	1.090.364,47

CONCORDIA, 29/11/2013

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Presidente

DELAIR M. S. DALLEGRAVE
Contador CRC SC 022.843/O-5

Coronel Martins

PREFEITURA

Decreto Nº. 217, de 04 de Dezembro de 2013

DECRETO Nº. 217, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2013.

DECRETA PONTO FACULTATIVO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo item VI e XL do artigo 94 da Lei Orgânica do Município de 28/10/1994, resolve:

DECRETAR:

Art. 1º Fica estabelecido Ponto Facultativo, a partir das 12:00hs do dia 24 a 31 de dezembro de 2013, em virtude das festividades de Natal e Ano Novo, nas repartições Públicas Municipais, abaixo relacionadas:

- Secretaria Municipal de Saúde;
- Secretaria Municipal Educação;
- Secretaria de Cultura, Esportes e Lazer.

Paragrafo Único: A Secretaria Municipal de Saúde, efetuará somente atendimentos de emergência em sistema de plantão.

Art. 2º Fica estabelecido Ponto Facultativo, nos dias 26 a 31 de dezembro de 2013, em virtude das festividades de Natal e Ano Novo, nas repartições Públicas Municipais, abaixo relacionadas:

- Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças;
- Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;
- Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos;
- Secretaria Municipal de Assistência Social;
- Secretaria de Desenvolvimento Econômico;
- Correio;
- Conselho Tutelar.

Paragrafo único: O Setor Administrativo trabalhará em expediente interno.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 04 de dezembro de 2013.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI

Secretária de Administração, Planejamento e Finanças

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto de Termo de Cessão de Uso 007

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE TERMO DE CESSÃO DE USO 007

MÊS/ANO: NOVEMBRO/2013 NÚMERO TERMO 007/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 06/11/2013

DESCRIÇÃO: O objeto do presente termo é a cedência, por parte da SAR para a prefeitura, do bem abaixo DESCRITO.

01(um) Arado subsolador 5 hastes, PAT nº 540

01(um) Carreta Agrícola 4 toneladas, serie nº3133,PAT/FDR nº487

01 (um) Ensiladeira serie nº 13172, PAT/FDR nº514

01(um) Plantadeira de Arrasto, knapik, 4 linhas, PAT/ FD nº532

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dra. Milena Comachio OAB/SC 32804

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CPF/CGC: : 13.586.957/0001-03
CEDENTE: SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DA PES-
CA/FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL - FDR
DATA VENCIMENTO TERMO: Inicia -se em 06/11/2013 até a
31/12/2014

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto do Primeiro Termo Aditivo Nº. 019/2013 de Contrato de 02 de Dezembro de 2013.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITI-
VO Nº. 019/2013 DE CONTRATO DE 02 DE DEZEMBRO DE 2013.
MÊS/ANO: JANEIRO/2013. NÚMERO CONTRATO: 004/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 21/01/2013

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláu-
sula Quinta do Contrato n. 004, de 21 de janeiro de 2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

A Cláusula Quinta do Contrato 004/2013 passará a vigorar com a
seguinte redação:

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E REAJUSTE DE PREÇOS

1. A vigência do presente Contrato tem início na data de sua
assinatura e término em 31 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificadas os demais itens da Cláu-
sula Quinta e as demais Cláusulas do referido Contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n.
18.445

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 11.812.513/0001-13

CONTRATADO: COMACHIO E BAPTISTA ADVOGADOS ASSOCIA-
DOS

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto do Primeiro Termo Aditivo Nº. 020/2013 de Contrato de 02 de Dezembro de 2013.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITI-
VO Nº. 020/2013 DE CONTRATO DE 02 DE DEZEMBRO DE 2013.
MÊS/ANO: JANEIRO/2013. NÚMERO CONTRATO: 003/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 21/01/2013

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláu-
sula quarta do Contrato n. 003, de 21 de janeiro de 2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

A Cláusula Quarta do Contrato 003/2013 passará a vigorar com a
seguinte redação:

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E REAJUSTE DE PREÇOS

1. A vigência do presente Contrato tem início na data de sua assi-
natura e término em 31 de dezembro de 2014..

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificadas os demais itens da Cláu-
sula quarta e as demais Cláusulas do referido Contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n.
18.445

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 04.287.014/0001-99

CONTRATADO: REDE DE COMUNICAÇÃO SC LTDA - ME

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto do Primeiro Termo Aditivo N°. 021/2013 de Contrato de 02 de Dezembro de 2013.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO N°. 021/2013 DE CONTRATO DE 02 DE DEZEMBRO DE 2013.

MÊS/ANO: MAIO/2013. NÚMERO CONTRATO: 023/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 17/05/2013

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Sexta do Contrato n. 023, de 17 de maio de 2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

A Cláusula Sexta do Contrato 023/2013 passará a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA - VIGÊNCIA

6.1 - O presente contrato terá duração até a data de 31 de Dezembro de 2014, sendo renovado automaticamente, por iguais períodos sucessivos, se nenhuma das partes se manifestarem contrário com antecedência mínima de 30 dias da data do vencimento.

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificados os demais itens da Cláusula Sexta e as demais Cláusulas do referido Contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 12.234.834/0001-40

CONTRATADO: INOVADORA SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA ME

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto do Primeiro Termo Aditivo N°. 022/2013 de Contrato de 02 de Dezembro de 2013.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO N°. 022/2013 DE CONTRATO DE 02 DE DEZEMBRO DE 2013.

MÊS/ANO: MARÇO/2013. NÚMERO CONTRATO: 013/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/03/2013

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Terceira do Contrato n. 013, de 01 de março de 2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

A Cláusula terceira do Contrato 013/2013 passará a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA.

O presente contrato terá início de sua vigência na data de sua assinatura e término em 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogado através de Termo Aditivo por indeterminadas vezes, e em quanto atender os interesses das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificadas as demais Cláusulas do referido Contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n.

18.445

TIPO PESSOA(1/2): 1 CPF/CNPJ: 725.593.579-68

CONTRATADO: ISOLDA AMABILE PERTUSSATTI

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto do Primeiro Termo Aditivo N°. 023/2013 de Contrato de 02 de Dezembro de 2013.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO N°. 023/2013 DE CONTRATO DE 02 DE DEZEMBRO DE 2013.

MÊS/ANO: MARÇO/2013. NÚMERO CONTRATO: 014/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/03/2013

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Terceira do Contrato n. 014, de 01 de março de 2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

A Cláusula terceira do Contrato 014/2013 passará a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

A vigência do presente Contrato tem início na data de sua assinatura e término em 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogado em caso de necessidade em conformidade com o Item 11.4 do Edital de Licitação Modalidade Convite n. 003/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificadas as demais Cláusulas do referido Contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 00.744.497/0001-52

CONTRATADO: SABER INFORMÁTICA LTDA

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto do Primeiro Termo Aditivo N°. 024/2013 de Contrato de 02 de Dezembro de 2013

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO N°. 024/2013 DE CONTRATO DE 02 DE DEZEMBRO DE 2013.

MÊS/ANO: FEVEREIRO/2013. NÚMERO CONTRATO: 008/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 19/02/2013

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Terceira do Contrato n. 008, de 19 de fevereiro de 2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

A Cláusula terceira do Contrato 008/2013 passará a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA.

O presente contrato terá início na data de sua assinatura e término em 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogado através de Termo Aditivo por indeterminadas vezes, e em quanto atender os interesses das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificadas as demais Cláusulas do referido Contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA(1/2): 1 CPF/CNPJ: 015.785.819-74

CONTRATADO: TEREZINHA MARIA RAVARENA

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto do Primeiro Termo Aditivo N°. 025/2013 de Contrato de 02 de Dezembro de 2013

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO N°. 025/2013 DE CONTRATO DE 02 DE DEZEMBRO DE 2013.

MÊS/ANO: ABRIL/2013. NÚMERO CONTRATO: 020/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 29/04/2013

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Terceira do Contrato n. 020, de 29 de abril de 2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

A Cláusula terceira do Contrato 020/2013 passará a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA.

O presente contrato terá início a partir da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogado através de Termo Aditivo por indeterminadas vezes, e em quanto atender os interesses das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificadas as demais Cláusulas do referido Contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA(1/2): 1 CPF/CNPJ: 021.241.129-29

CONTRATADO: ALBERI CASSOL

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto do Primeiro Termo Aditivo N°. 027/2013 de Contrato de 02 de Dezembro de 2013.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO N°. 027/2013 DE CONTRATO DE 02 DE DEZEMBRO DE 2013.

MÊS/ANO: JULHO/2013. NÚMERO CONTRATO: 038/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 05/07/2013

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Terceira do Contrato n. 038, de 01 de Julho de 2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

A Cláusula terceira do Contrato 038/2013 passará a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

A vigência do presente Contrato tem início na data de sua assinatura e término em 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogado em caso de necessidade em conformidade com o Item 11.4 do Edital de Licitação Modalidade Convite n. 003/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificadas as demais Cláusulas do referido Contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 00.744.497/0001-52

CONTRATADO: SABER INFORMÁTICA LTDA

Corupá

PREFEITURA

Decreto 649/13

DECRETO 649/13

ESTABELECE AS NORMAS PARA O CONTROLE DOS BENS PATRIMONIAIS DA ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e com base no item VII do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer as normas e adotar procedimentos para incorporação, transferência e baixa dos bens patrimoniais da Administração Municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de se adotar medidas para o efetivo controle e gerenciamento dos bens móveis e imóveis pelos órgãos responsáveis;

DECRETA:

TÍTULO I

DO CONCEITO

Art. 1º - São considerados bens patrimoniais móveis da Administração Municipal todos os equipamentos e materiais permanentes que em razão de seu uso normal não perdem a identidade física e autonomia de funcionamento, mesmo quando incorporado a outro material permanente, e tenha durabilidade prevista superior a 02 (dois) anos.

Art. 2º - São considerados bens patrimoniais imóveis da Administração Municipal os terrenos e edifícios com as instalações permanentes.

TÍTULO II

DA INCORPORAÇÃO

Art. 3º - Devem ser incorporados ao acervo da Administração Municipal todos os bens patrimoniais que tenham sido obtidos mediante aquisição, doação, permuta, benfeitoria/construção, produção própria, reposição, reativação e afins.

Art. 4º - O registro da incorporação deverá ser feito a pedido da Unidade Orçamentária adquirente do bem patrimonial, e efetuado pela Administração de Patrimônio, mediante cópia da Nota de Empenho, Nota Fiscal e demais documentos pertinentes ao bem adquirido, que ficarão arquivados na Administração de Patrimônio.

Art. 5º - A incorporação de bem patrimonial se efetivará no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da data de liquidação da despesa, mediante a emissão do Termo de Responsabilidade Patrimonial assinado pelo Titular da Administração de Patrimônio e da Unidade Orçamentária adquirente.

Art. 6º - O recebimento de bem patrimonial por doação deverá ser formalizado em processo devidamente autuado, dele constando a identificação do bem recebido, o documento fiscal de origem quando houver, o despacho autorizatório e a publicação devida.

Parágrafo único - Quando o doador do bem for pessoa física e não possuir o documento fiscal de origem, este poderá ser substituído

por declaração devidamente assinada, comprovando ser o proprietário legítimo, devendo constar ainda a descrição detalhada do bem e seu valor estimado.

Art. 7º - Os valores a serem considerados devem estar sempre de acordo com o documento fiscal e, na sua ausência mediante apuração de seu custo ou valor estimado de mercado.

Art. 8º - Os bens imóveis serão cadastrados e numerados pelo titular da Administração de Patrimônio após a obtenção da escritura pública.

§ 1º - A incorporação de benfeitoria em bem imóvel será efetuada após a obtenção da cópia do Termo de Recebimento definitivo da obra.

§ 2º - As escrituras, mapas e demais documentos pertinentes ao imóvel, deverão ser arquivados e ficarão sob a guarda do Titular da Administração de Patrimônio.

Art. 9º - Quando se tratar de bem móvel, o Titular da Administração de Patrimônio efetuará a conferência do bem adquirido, identificará numerando-o com a respectiva etiqueta, emitindo o Termo de Responsabilidade Patrimonial pelo uso do bem.

§ 1º - O bem móvel que, pelo seu formato não comporta plaqueta de identificação patrimonial, deverá receber o número de cadastro gravado.

§ 2º - Os equipamentos que possuem outros materiais permanentes na sua estrutura, serão identificados externamente com etiquetas discriminativas.

TÍTULO III DA TRANSFERÊNCIA

Art. 10 - O registro da transferência tem por finalidade controlar a movimentação dos bens patrimoniais móveis quando transferidos de uma Unidade Orçamentária para outra, devendo ser efetuado por meio do Termo de Movimentação de Bens Patrimoniais junto ao Titular da Administração de Patrimônio.

Art. 11 - A Transferência de Bens Patrimoniais pela Unidade Orçamentária formalizar-se-á mediante abertura de processo administrativo, devidamente autuado, devendo constar a relação dos bens a serem transferidos e autorização do titular da Unidade Orçamentária.

Art. 12 - O Termo de Transferência de Bens Patrimoniais emitidos deverá ser assinado pelos responsáveis das Unidades Orçamentárias de origem e destino do bem patrimonial, que se efetivará por ato administrativo.

Art. 13 - Após a conferência, o Titular da Administração de Patrimônio efetuará o registro, datando numerando e dando visto no Termo de Transferência de Bens Patrimoniais.

Parágrafo único - O Titular da Administração de Patrimônio reterá a 1ª via para controle, a 2ª via será entregue para Unidade Orçamentária recebedora, e a 3ª via destinará a Unidade Orçamentária transferidora dos bens patrimoniais.

TÍTULO IV DA BAIXA

Art. 14 - O registro da baixa tem por finalidade controlar a exclusão do bem do patrimônio municipal quando se verificar sua imprestabilidade, desuso, furto, extravio, sinistro, alienações, doações, alteração de enquadramento de elemento de despesa e outros, devendo ser formalizada a baixa do patrimônio.

Art. 15 - A baixa de bem patrimonial será formalizada mediante abertura de processo administrativo, devidamente autuado, devendo constar a relação dos bens a serem baixados, laudo técnico, autorização prolatada pelo titular da Unidade Orçamentária e o formulário do Termo de Responsabilidade Patrimonial, para emissão e anotação da baixa pelo Titular da Administração de Patrimônio.

Art. 16 - O laudo de que trata o artigo 15 deste decreto deverá ser emitido conforme a seguinte classificação do bem:

I - irrecuperável: quando não puder mais ser utilizado para o fim a

que se destina devido à perda de suas características;

II - recuperável, mas antieconômico: quando sua manutenção for onerosa, ou seu rendimento precário, em razão de uso com desgaste prematuro;

III - recuperável: quando sua recuperação for possível, necessitando de pequenos reparos;

IV - desuso: quando, embora em condições de uso, não estiver sendo aproveitado na Unidade;

Parágrafo único - O laudo técnico poderá ser emitido pelo responsável da Unidade Orçamentária detentora do bem, e, caso não seja possível pela complexidade do material em questão, deverá ser avaliado por comissão técnica.

Art. 17 - Quando se tratar de bem patrimonial móvel em desuso e recuperável, a Unidade Orçamentária que o detiver, antes de providenciar a sua baixa, deverá contatar o Titular da Administração de Patrimônio para formalizar a transferência do bem.

§ 1º - O Titular da Administração de Patrimônio manterá a listagem dos bens patrimoniais móveis inservíveis até a destinação pela Administração Municipal.

§ 2º - O processo de baixa de bem patrimonial móvel em desuso e recuperável deverá conter, além do contido no art. 15 deste Decreto, a cópia da publicação da listagem dos bens patrimoniais móveis e inservíveis, efetuada pelo Titular da Administração de Patrimônio.

Art. 18 - Na hipótese de furto, sinistro ou extravio de bem patrimonial móvel, sua baixa poderá ser feita no mesmo processo autuado para o procedimento disciplinar, quando do seu término, cumpridos os procedimentos legais previstos em lei.

Parágrafo único - Deverá ser providenciada a autorização do titular da Unidade Orçamentária para a baixa do bem.

Art. 19- A baixa de bem patrimonial motivada por permuta, alienação ou doação sempre deverá ser precedida de procedimento licitatório, exceto nos casos previstos em lei.

Art. 20 - Os formulários de Termo de Responsabilidade Patrimonial com Baixa de Patrimônio deverão ser encaminhados pelo Titular da Administração de Patrimônio ao Departamento de Contabilidade, para lançamento e registro devidos.

TÍTULO V DESFAZIMENTO

Art. 21 - Compete ao Titular da Administração de Patrimônio promover o desfazimento dos bens patrimoniais móveis de que trata este decreto, exceto os que já tenham destinação certa, como bandeiras nacional, estadual e municipal.

TÍTULO VI DO INVENTÁRIO

Art. 22 - A realização do Inventário Geral dos Bens Patrimoniais deriva de obrigação legal prevista na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, sendo de responsabilidade das Unidades Orçamentárias da Administração Municipal fornecer as informações ao Titular da Administração de Patrimônio, mediante o Inventário de Bens Patrimoniais.

Art. 23 - As Unidades que tiverem sob sua guarda e responsabilidade bens patrimoniais móveis deverão emitir o Inventário de Bens Patrimoniais Móveis até 30 (trinta) dias após encerramento do exercício.

Parágrafo único - É de responsabilidade da Unidade Orçamentária o encaminhamento dos inventários de todas as suas Unidades Administrativas.

Art. 24 - Após o recebimento dos inventários o Departamento de Patrimônio procederá a análise e aos ajustamentos necessários encaminhando ao Departamento de Contabilidade para apresentação do Balanço Geral do Município, dentro do prazo estabelecido na legislação vigente.

Parágrafo único - Quando houver diferença entre os assentamentos contábeis e o inventário, o Departamento de Contabilidade

poderá solicitar auditoria com o objetivo de apurar as divergências.

TÍTULO VII DA RESPONSABILIDADE

Art. 25 - Os Titulares das Unidades Orçamentárias têm o dever de zelar pela boa guarda e conservação dos bens sob sua responsabilidade e, nos casos de dano ou extravio, deverão adotar os procedimentos administrativos devidos.

Art. 26 - O responsável pelo bem recebido terá prazo de 30 (trinta) dias para conferir a relação daqueles sob sua guarda.

Parágrafo único - Caso a conferência prevista no "caput" deste artigo não seja efetuada no prazo nele estipulado, a relação dos bens será considerada aceita tacitamente.

TÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 27 - Os Termos de Responsabilidade Patrimonial e de Movimentação de Bens Patrimoniais Móveis, são de uso obrigatório por todas as Unidades Orçamentárias.

§ 1º - A emissão dos Termos é de responsabilidade do Titular da Administração de Patrimônio, sendo facultada a utilização de sistema informatizado.

§ 2º - Os Termos deverão ser preenchidos ou emitidos sem erros, rasuras, emendas, e devidamente assinados.

Art. 28 - Fica facultado ao Titular da Unidade Orçamentária delegar a guarda e responsabilidade dos bens patrimoniais móveis, que poderá ser formalizada até o nível de setor ou, ainda, de cargo ou função, quando se referir a servidor, se a respectiva estrutura organizacional o comportar.

Art. 29 - A Unidade Orçamentária tem obrigação de manter arquivo com as vias dos Termos originais dos bens sob sua guarda e responsabilidade.

Art. 30 - Em caso de extravio de chapa de identificação patrimonial, a Unidade Orçamentária deverá identificar o bem por meios próprios.

Art. 31 - As dúvidas e casos omissos relacionados à matéria tratada neste decreto serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Administração.

Art. 32 - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 30 de outubro de 2013.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Decreto Nº 660/13

DECRETO Nº 660/13

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FMHIS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas, e conforme lhe autoriza o Art. 66, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e com fundamento na Lei nº 2074/12, de 23 de junho de 2012, que altera parcialmente a Lei nº 1842, de 27 de maio de 2008, que cria o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS e institui o Conselho Gestor do FMHIS do Município de Corupá.

DECRETA

Art. 1º - Designar os membros para compor o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS, composto pelas seguintes entidades e seus respectivos representantes,

que fica assim constituída:

I - REPRESENTANTES DAS ENTIDADES PÚBLICAS

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

Titular: Heloísa Cristina Vanin

Suplente: Fernando Gean Lunelli

Direção de Planejamento e Engenharia

Titular: Valdir Klemann

Suplente: Adriane Garcia Silva

Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação

Titular: Felipe Rafaelli Rodrigues

Suplente: Silvana Zoletti da Silva

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Titular: Nilton Richter

Suplente: Thiago Vinicius Leal

Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Bernadete Corrêa Hillbrecht

Suplente: Aparecida Inês Corrêa

Secretaria Municipal de Infraestrutura

Titular: Alvaro Poerner

Suplente: Cláudia Maria B. Grapper

Câmara Municipal de Vereadores

Titular: Alceu Gilmar Moretti

Suplente: Claudio Finta

Águas de Corupá

Titular: Celso Garcia

Suplente: Jony Tribes

Representante Municipal da Defesa Civil - COMDEC

Titular: Ernesto Felipe Blunk

Suplente: Peter A. Kintzel

EPAGRI

Titular: George Livramento

Suplente: Maria Depin

Caixa Econômica Federal de Corupá

Titular: Rodrigo Monteiro Gonçalves da Silva

Suplente: Juliana Strelow Müller

II - REPRESENTANTES DAS ENTIDADES PRIVADAS E NÃO GOVERNAMENTAIS

Associação Empresarial de Corupá - ACIAC

Titular: Vilmar Maas

Suplente: Anésio Mees

Associação dos Produtores de Plantas Ornamentais de Corupá - PROPLANT

Titular: Henrique Germano Krüger Gessner

Suplente: Charles Daniel Gessner

Associação dos Bananicultores de Corupá - ASBANCO

Titular: Marcos Martini

Suplente: Eliane Cristina Müller

Rotary Club de Corupá

Titular: Gilberto Kaszubowski

Suplente: Lairton Hartmann Müller

Lions Clube de Corupá

Titular: Luiz Carlos Weidner
Suplente: Jaime Albano Melchert

III - REPRESENTANTES DOS MOVIMENTOS POPULARES

Representante da APP das Escolas Estaduais
Titular: Arci Angelo H. Müller
Suplente: Leo Pacheco

Representante da APP das Escolas Municipais
Titular: Rosane M. Berti
Suplente: Adriane M. Luy

Representante da Associação de Moradores da COHAB
Titular: José Carlos Alcantara
Suplente: Darci Machado

Representante da Associação de Moradores da Comunidade do Itapocú
Titular: Ilberto José Hoch
Suplente: Ramiro José Moretti

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Corupá
Titular: Denilson Luis Pedrelli
Suplente: Edinei Mokwa

Associação de Produtores Rurais da Comunidade de Guarajuva
Titular: Adolar Benhke
Suplente: Gilberto Jonas Auerbach

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 609/13 de 01 de julho de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 03 de dezembro de 2013.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1891, de 10 de Março de 2009.

Decreto Nº. 644/2013

DECRETO Nº. 644/2013
AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.086/2012 de 13 de dezembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 44.000,00(quarenta e quatro mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0081.1010		Bloco de Atenção Básica	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.64	Aplicações Diretas	15.000,00
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	

06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0081.1011		Bloco de Atenção Média e Alta Complexidade	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.65	Aplicações Diretas	29.000,00
		TOTAL	44.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0081.1010		Bloco de Atenção Básica	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.64	Aplicações Diretas	15.000,00
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0081.1011		Bloco de Atenção Média e Alta Complexidade	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.65	Aplicações Diretas	29.000,00
		TOTAL	44.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 18 de outubro de 2013.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2737/13

PORTARIA Nº 2737/13
EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA SENHORA EMILINHA CARVALHO DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a servidora Senhora EMILINHA CARVALHO, aprovada pelo concurso público nº 001/1998 e para o qual foi nomeado através da Portaria nº 112/09.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeito retroativo a contar de 20 de novembro de 2013, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 112/09.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 29 de novembro de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria N° 2738/13

PORTARIA N° 2738/13

EXONERA A SERVIDORA SRA. EMANUELLE FRANÇOISE BLUNK SCHIOCHET DO CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonera a servidora Sra. EMANUELLE FRANÇOISE BLUNK SCHIOCHET, do cargo em comissão de Assessora de Comunicação Social, percebendo a remuneração prevista no Fator 35, conforme Lei Municipal nº 014/09 suas alterações.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 29 de novembro de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria N° 2739/13.

PORTARIA N° 2739/13.

NOMEIA A SRA. EMANUELLE FRANÇOISE BLUNK SCHIOCHET PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETORA EXECUTIVA DE GOVERNO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. EMANUELLE FRANÇOISE BLUNK SCHIOCHET, para o cargo de Diretora Executiva de Governo, percebendo a remuneração prevista no fator 38 do Anexo XI da Lei Municipal nº 014/09, e suas alterações.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá, 02 de dezembro de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria N° 2740/13.

PORTARIA N° 2740/13.

NOMEIA O SR. CLAUDIO AUGUSTO ARAÚJO SILVINO PARA O CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DA DIVISÃO DE CULTURA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. CLAUDIO AUGUSTO ARAÚJO SILVINO, para o cargo de Chefe da Divisão de Cultura, percebendo a remuneração prevista no fator 28 do Anexo XI da Lei Municipal nº 014/09, e suas alterações.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá, 02 de dezembro de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria N° 2741/13

PORTARIA N° 2741/13

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SERVIDORA SRA ANGÉLICA CARDOSO SCHIMANSKI.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009,

CONSIDERANDO, que se faz necessária à prorrogação do contrato em caráter temporário, que faz referência a portaria que nomina, sob a justificativa da ausência de candidato em concurso público e/ou processo seletivo e pela obrigatoriedade desta função para compor equipe mínima de ESF.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário da Enfermeira de ESF, a Sra. ANGÉLICA CARDOSO SCHIMANSKI, estipulado na Portaria nº 2692, de 21 de agosto de 2013, para a data de 11 de agosto de 2014.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2692 de 21 de agosto de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 02 de dezembro de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria N° 2742/13

PORTARIA N° 2742/13

DELEGA COMPETÊNCIA AO SERVIDOR SENHOR FABIO BERTOLDI PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 6º da Lei Municipal nº 014/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Delegar ao servidor FABIO BERTOLDI, ocupante do cargo de Auxiliar de Setor, portador da CNH Registro nº 01570297355, categoria AB, competência para dirigir os veículos de propriedade e responsabilidade do Município de Corupá, durante o desempenho de suas atividades funcionais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 04 de Dezembro de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Pregão Presencial 047/13 - Registro de Preços

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO DE LICITAÇÃO - REGISTRO DE PREÇOS

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 047/13

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MATERIAL ESCOLAR PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 09 horas do dia 06/12/2013, às 09h00min do dia 18/12/2013.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 18/12/13

ENTREGA DAS AMOSTRAS: 19/12/13 - 09h30min.

TIPO: Menor Preço.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá - Av. Getúlio Vargas, 443 e também no site [Http://www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

HORÁRIO: Das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Para recebimento do edital é imprescindível que a licitante retire o arquivo de itens junto ao site [HTTP://www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br) link licitações.

Corupá, 05 de Dezembro de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Pregão Presencial 048/13

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 048/13

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTADORA DE SERVIÇO DIÁRIO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA PARA TRANSFERÊNCIA ATÉ A APAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL/SC.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 09 horas do dia 06/12/2013, às 14h00min do dia 18/12/2013.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 14h30min do dia 18/12/13

TIPO: Menor Preço.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá - Av. Getúlio Vargas, 443 e também no site [Http://www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

HORÁRIO: Das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Para recebimento do edital é imprescindível que a licitante retire o arquivo de itens junto ao site [HTTP://www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br) link licitações.

Corupá, 05 de Dezembro de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Pregão Presencial 049/13

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 049/13

OBJETO: SUPORTE TÉCNICO PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE MICRO COMPUTADORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 09 horas do dia 06/12/2013, às 15h30min do dia 18/12/2013.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 16horas do dia 18/12/13

TIPO: Menor Preço.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá - Av. Getúlio Vargas, 443 e também no site [Http://www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

HORÁRIO: Das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Para recebimento do edital é imprescindível que a licitante retire o arquivo de itens junto ao site [HTTP://www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br) link licitações.

Corupá, 05 de Dezembro de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Curitibanos**PREFEITURA****Edital de Pregão Presencial Para Registro de Preço N° 297/2013**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO N° 297/2013

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL COMUM E ÓLEO DIESEL S10 PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E CAMINHÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE Curitibanos, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO

DE SAÚDE, FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 19/12/2013, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 19/12/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 03 de Dezembro de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI

Prefeito Municipal

DIEGO SEBEM WORDELL

Pregoeiro

Editais de Pregão Presencial Para Registro de Preço Nº 300/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 300/2013

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE CASCOS E CARGAS DE GÁS P13 E P45 PARA MANUTENÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE Curitiba, FUNDO DE EDUCAÇÃO, FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO DE SAÚDE, DURANTE O ANO DE 2014.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 06/01/2014, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 06/01/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 04 de Dezembro de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI

Prefeito Municipal

DIEGO SEBEM WORDELL

Pregoeiro

Justificativa de Dispensa de Licitação Nº 299/2013

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 299/2013

REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre o Município de Curitiba e a empresa Teresa Colombo Equipamentos Rodoviários Ltda EPP. com o valor total de R\$ 35.500,00 (Trinta e cinco mil e quinhentos reais).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE UM ESPARGIDOR DE ASFALTO PARA USO URBANO E RODOVIÁRIO, PARA A SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, TENDO EM

VISTA A RESCISÃO CONTRATUAL DO PREGÃO PRESENCIAL N. 181/2013, SENDO CONTRATADA A EMPRESA REMANESCENTE OBEDECENDO A ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, CONFORME ART. 24 INCISO XI DA LEI 8.666/93.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 - É dispensável a licitação de:
- XI - "Na contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido;"

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24 inciso XI da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitiba, 04 de Dezembro de 2013.

DIEGO SEBEM WORDELL

Presidente da Comissão

CRISTINA MELO MENEGOTTO PEREIRA

Membro

Márcia Dominski Penteadó

MEMBRO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24 o inciso XI dou como aprovada.

Curitiba, 04 de Dezembro de 2013.

CLAUDIO VIEIRA FRANÇA

Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a contratação do equipamento mencionado e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitiba, 04 de Dezembro de 2013.

JOSE ANTONIO GUIDI

Prefeito Municipal

Justificativa de Inexigibilidade de Licitação Nº 77/2013

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 77/2013
REFERENTE: Contrato de prestação de serviço firmado entre Fundo Municipal de Educação e Marilene Kuster Neves, com o valor total de R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais).

RESUMO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE OFICINEIRO NA MODALIDADE DE TEATRO PARA REALIZAR SERVIÇOS JUNTO AOS NÚCLEOS MUNICIPAIS, NOS DIAS 05 E 06 DE NOVEMBRO DE 2013, CONFORME ART. 25 INCISO III E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

"Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública."

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 25 inciso III da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitiba, 04 de Dezembro de 2013.
DIEGO SEBEM WORDELL
Presidente da Comissão

CRISTINA MELO MENEGOTTO PEREIRA
Membro

MÁRCIA DOMINSKI PENTEADO
Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
A presente dispensa cumpre as exigências Legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 25 o inciso III dou como aprovada.

Curitiba, 04 de Dezembro de 2013.
CLAUDIO VIEIRA FRANÇA
Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:
Autorizo a contratação da prestação de serviços mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitiba, 04 de Dezembro de 2013.
KLEBERSON LUCIANO LIMA
Presidente do Fundo

CÂMARA MUNICIPAL

Lei Complementar Promulgada Nº 106/2013

LEI COMPLEMENTAR PROMULGADA Nº 106/2013
COM AMPARO NO ARTIGO 41 DA LEI ORGÂNICA DESTE MUNICÍPIO, EM CONSONÂNCIA COM O INCISO II DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 37 DO MESMO DIAPASÃO, ESTA PROPOSTA INCLUI O ARTIGO 103.A. NA LEI COMPLEMENTAR Nº 47/2006 - CÓDIGO DE OBRAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

Aviso de Revogação. Tomada de Preço Nº 0013/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES. AVISO DE REVOGAÇÃO. Modalidade: Tomada de Preço nº 0013/2013. Processo licitatório nº 0047/2013. Considerando o interesse público, bem como os princípios administrativos da legalidade, moralidade e principalmente na economicidade do erário público, o Chefe do Poder Executivo revoga a presente licitação Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 458 - Centro - fone (49) 3436 - 4300. Amparo legal: Leis 8.666/93 e suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 03 de dezembro de 2013.
EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL.

Dispensa Nº 0012/2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES. EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO. Dispensa nº 0012/2013. Objeto: Locação de imóvel destinado ao funcionamento da delegacia de polícia militar. Valor: R\$ 9.600,00(nove mil e seiscentos reais. Amparo Legal: Art. 24, inciso X, da Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0092/2013, na Modalidade Dispensa de Licitação nº 0012/2013.

Faxinal dos Guedes, SC, em 05 de dezembro de 2013.
EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL.

Pregão Presencial Nº: 0009/2013.

Estado de Santa Catarina. Município de Faxinal dos Guedes. AVISO DE LICITAÇÃO. Modalidade: Pregão Presencial nº: 0009/2013. Processo licitatório nº: 0020/2013. Objeto: Contratação de empresa para prestar curso de violão para alunos do crescer e ser do município de Faxinal dos Guedes. Data do Recebimento: 18/12/2013 as 09h00 min. Data da abertura: 18/12/2013 às 09h15 min. Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a Sexta feira em horário comercial no depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 458 - Centro - fone (49) 3436 - 4300. Amparo legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 05 de dezembro de 2013.
EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL.

Pregão Presencial Nº: 0023/2013.

Estado de Santa Catarina. Município de Faxinal dos Guedes. AVISO DE LICITAÇÃO. REGISTRO DE PREÇOS. Modalidade: Pregão Presencial nº: 0023/2013. Processo licitatório nº: 0051/2013. Objeto: Aquisição de forma parcelada de medicamentos a serem destinados ao fundo municipal de saúde. Com entrega imediata. Data do Recebimento: 19/12/2013 às 09h00min. Data da abertura: 19/12/2013 às 09h15min. Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a Sexta feira em horário comercial no depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 458 - Centro - fone (49) 3436 - 4300. Amparo legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 04 de dezembro de 2013.
EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL.

Tomada de Preço Nº 0014/2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES. AVISO DE LICITAÇÃO. Modalidade: Tomada de Preço nº 0014/2013. Processo licitatório nº: 0050/2013. Objeto: Contratação de empresa para a construção de edifício em alvenaria de unidade básica de saúde, projeto padronizado padrão 1 - Ministério da Saúde, incluindo materiais e mão de obra. Data do recebimento: 10/01/2014 as 09h00min. Data da Abertura: 10/01/2014 as 09h15min. Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a sexta feira em horário comercial do depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 458 - Centro - fone (49) 3436 - 4300. Amparo legal: Leis 8.666/93 e suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 03 de dezembro de 2013.
EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL.

Extrato de Aditivo de Contrato. Contrato: 0107/2013
ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES. EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO. CONTRATANTE: Município de Faxinal dos Guedes. CONTRATADA: Prosul - Projetos, Supervisão e Planejamento Ltda. Objeto: Contratação de empresa de engenharia para elaboração do projeto arquitetônico e complementares do anfiteatro, incluindo espaço físico para biblioteca e a câmara municipal de vereadores, com área estimada para obra de 1700,00m². Número do Contrato: 0107/2013

Quarto Termo Aditivo: Prorroga Prazo de Vigência. Amparo Legal: O Instrumento Contratual é Originário do Processo Licitatório nº 0053/2013 na Modalidade Carta Convite nº 0019/2013 do Município de Faxinal dos Guedes, e, com base na Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes.

Faxinal dos Guedes, SC, em 03 de dezembro de 2013.
EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL.

Extrato de Aditivo de Contrato. Contrato: 0114/2012.
ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES. EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO. CONTRATANTE: Município de Faxinal dos Guedes. CONTRATADA: Ampla Assessoria E Planejamento Ltda Epp. Objeto: Contratação de empresa especializada para elaboração do plano de saneamento básico para o município de Faxinal dos Guedes. Número do Contrato: 0114/2012. Segundo Termo Aditivo: Prorroga Prazo de Vigência. Amparo Legal: O Instrumento Contratual é Originário do Processo Licitatório nº 0058/2012 na Modalidade Tomada de Preços nº 0009/2012 do Município de Faxinal dos Guedes, e, com base na Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes.

Faxinal dos Guedes, SC, em 05 de dezembro de 2013.
EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL.

Extrato de Contrato. Contrato N° 0157/2013.
ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES. EXTRATO DE CONTRATO. Contrato nº 0157/2013. Locatário: O Município de Faxinal dos Guedes. Locador: Edson Woiceckoski. Objeto: Locação de imóvel destinado ao funcionamento da delegacia de polícia militar. Valor: R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais). Amparo Legal: Art. 24, inciso X, da Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0092/2013, na Modalidade Dispensa de Licitação nº 0012/2013.

Faxinal dos Guedes, SC, em 05 de dezembro de 2013.
EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL.

Extrato de Contrato. Contrato N°. 0156/2013.
ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES. EXTRATO DE CONTRATO. Contrato nº. 0156/2013. Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes. Contratado: Terramax Construções e Obras Ltda. Objeto: Contratação de empresa para realizar obras de pavimentação, drenagem pluvial e sinalização viária das ruas do município de Faxinal dos Guedes. Valor: R\$ 346.119,55 (trezentos e quarenta e seis mil cento e dezenove reais e cinquenta e cinco centavos). Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0087/2013, na Modalidade Tomada de Preços nº 0008/2013.

Faxinal dos Guedes, SC, em 04 de dezembro de 2013.
EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL.

Concurso Público e Processo Seletivo a Prover Vagas Aos Cargos do Quadro de Pessoal

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES. O Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 37, inciso II, XI da Constituição Federal, em conformidade com as Leis Municipais e demais Legislação vigente, TORNA PÚBLICO, que estão abertas as inscrições para o Concurso Público e Processo Seletivo a prover vagas aos Cargos do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal. Os editais estão disponíveis no mural público da Prefeitura Municipal e no sítio do Instituto INCAPEL www.incapel.com.br INSCRIÇÕES: As inscrições serão realizadas pela internet, no sítio da empresa organizadora, com início no dia 07 até 23 de dezembro de 2013. As exigências para a realização das inscrições constam no edital. As Provas Objetivas serão aplicadas no dia 05 de janeiro de 2014. Os candidatos poderão obter a íntegra dos Editais e informações no Instituto INCAPEL, pelo telefone (49) 3664-0540 no horário das 8h as 11h, no sítio do Instituto INCAPEL www.incapel.com.br através do e-mail contato@incapel.com.br.

Faxinal dos Guedes (SC), 06 de dezembro de 2013.
EDEGAR GIORDANI
Prefeito Municipal.

Ata de Registro de Preços N° 015/2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES. EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. Ata de Registro de Preços nº 015/2013. Contratante: Município de Faxinal dos Guedes. Contratado: Adeval Bike Papelaria e Bazar Ltda Me. Objeto: Aquisição de forma parcelada de material didático e de expediente para manutenção da rede municipal de ensino. Valor: R\$ 11.728,40 (onze mil setecentos e vinte e oito reais e quarenta centavos). Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, 10.502/02 Lei Complementar 123/06 e o Decreto Municipal nº 257/2010 suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0089/2013, na Modalidade Pregão Presencial nº 0036/2013.

Faxinal dos Guedes, SC, em 04 de dezembro de 2013.
EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL.

Ata de Registro de Preços N° 016/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES. EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. Ata de Registro de Preços nº 016/2013. Contratante: Município de Faxinal dos Guedes. Contratado: Jandira Capellaro Rodrigues e Cia Ltda Me. Objeto: Aquisição de forma parcelada de material didático e de expediente para manutenção da rede municipal de ensino. Valor: R\$ 20.543,20 (vinte mil quinhentos e quarenta e três reais e vinte centavos). Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, 10.502/02 Lei Complementar 123/06 e o Decreto Municipal nº 257/2010 suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0089/2013, na Modalidade Pregão Presencial nº 0036/2013.

Faxinal dos Guedes, SC, em 04 de dezembro de 2013.
EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL.

Ata de Registro de Preços N° 017/2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES. EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. Ata de Registro de Preços nº 017/2013. Contratante: Município de Faxinal dos Guedes. Contratado: Licitamix Materiais de Escritório Ltda Me. Objeto: Aquisição de forma parcelada de material didático e de

expediente para manutenção da rede municipal de ensino. Valor: R\$ 2.235,00 (dois mil duzentos e trinta e cinco reais). Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, 10.502/02 Lei Complementar 123/06 e o Decreto Municipal nº 257/2010 suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0089/2013, na Modalidade Pregão Presencial nº 0036/2013.

Faxinal dos Guedes, SC, em 04 de dezembro de 2013.

EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL.

Forquilha

PREFEITURA

Lei Nº 1.926, de 03 de Dezembro de 2013.

LEI Nº 1.926, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2013.

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A DOAR, COM ENCARGOS, BEM IMÓVEL DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO, À FUNDICOL FUNDAÇÃO COLOMBO LTDA. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA,

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte LEI:

Art. 1º É o Executivo Municipal autorizado a desafetar e doar à empresa FUNDICOL FUNDAÇÃO COLOMBO LTDA, inscrita no CNPJ sob o número 15.188.850/0001-32, um terreno urbano, correspondente ao Lote "02A" do Desmembramento Núcleo Industrial II, com área de 9.425,65m², situado no lado par da Rua Adelina Rosa Bosa Burigo, distante 100,00 metros da Rua 123, com as seguintes medidas e confrontações: NORTE - 65,00 metros com a Rua Adelina Rosa Bosa Burigo; SUL - 65,00 metros com o Lote 02, do Desmembramento Núcleo Industrial II; Leste - 145,01 metros com o lote 02B, do Desmembramento Núcleo Industrial II; OESTE - 72,50 metros com Área Remanescente do Município de Forquilha e 72,51 metros com o Lote 01, do desmembramento Núcleo Industrial II.

Parágrafo único. O imóvel ora doado se destina à implantação de parque fabril da Empresa, cujo atividade econômica principal é a produção de fundidos de ferro e aço, de acordo com o parecer do Conselho Municipal da Indústria e Comércio, devidamente homologado pelo Prefeito Municipal.

Art. 2º A partir da data da publicação desta Lei, a doação caducará e o imóvel constituído de terreno reverterá automaticamente ao Município, sem ônus, sendo que as benfeitorias não removíveis seguirão a sorte do principal, sem direito a restituição ou indenização pelos investidos realizados, se a Empresa donatária ou seus sucessores não cumprirem as especificações e condições abaixo:

I - Não iniciar, a partir da assinatura do contrato, dentro 06 (seis) meses, e a concluí-la dentro de 36 (trinta e seis) meses, prorrogável a critério do Conselho Municipal de Indústria e Comércio, as obras de construção civil do galpão industrial de sua sede social;

II - Não exercer, não executar, não exercitar, bem como alterar a finalidade para a qual a referida área foi doada ou não derem o uso prometido ou o desviarem de sua finalidade contratual. Qualquer forma de negócio ou atividade que a Empresa vier a exercer, não poderá, sob qualquer hipótese, provocar a degeneração dos objetivos e finalidades desta doação que consiste rigorosamente na exploração das atividades industriais;

III - Caso a Empresa donatária locar ou proceder sublocação da totalidade ou mesmo parte do imóvel, inclusive do prédio industrial existente ou daqueles que vierem a ser constituídos;

IV - Em caso da Empresa donatária apresentar estágio de ociosidade, bem como apresentar diminuição do seu quadro de mão de obra;

V - No caso da Empresa donatária, ou ainda pessoa física ou entidade jurídica por ela autorizada, edificar qualquer tipo de construção residencial de qualquer porte no terreno doado, sob qualquer justificativa, à exceção de alojamento, de pequeno porte, que venha ser utilizado por pessoas de relacionamento da firma donatária;

VI - De qualquer maneira alienar, transacionar, dar em penhora, dação em pagamento, permutar ou qualquer outra forma de negócio que venha provocar degeneração dos objetivos e finalidades da presente doação sem a prévia anuência do Conselho Municipal da Indústria e Comércio;

VII - Gravar o imóvel com ônus real de garantia sem a prévia autorização do Conselho Municipal da Indústria e Comércio;

VIII - Alterar seu quadro societário sem a prévia autorização do Conselho Municipal da Indústria e Comércio;

Parágrafo único. Os prazos estabelecidos neste artigo poderão ser dilatados, desde que, a Empresa donatária apresente ao Órgão Executivo, relatórios demonstrativos das obrigações concretizadas e justificativas das que estão em andamento e por realizar.

Art. 3º Fica proibido o desvio de destinação do imóvel para outras finalidades que não a prevista nesta LEI.

Art. 4º Reverterá ao Poder Público Municipal, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, o terreno doado a título de incentivo econômico quando não utilizado na finalidade prevista no projeto original, ou, quando a utilização afrontar qualquer dispositivo desta Lei, da Lei nº 07, de 09 de fevereiro de 1990, e do Termo de Doação, sem ônus para o Município, sendo que as benfeitorias não removíveis seguirão a sorte do principal, sem direito a restituição ou indenização pelos investidos realizados.

Parágrafo único. É facultado ao Poder Público Municipal o direito de desistir da reversão do terreno, desde que comprovada a inconveniência técnica e julgada onerosa ao erário a transação.

Art. 5º A empresa donatária deverá obedecer rigorosamente a todos os dispositivos legais aplicáveis à espécie, sob pena de reversão automática ao patrimônio público municipal, sem indenização pelas por benfeitorias construídas.

Art. 6º A edificação de benfeitorias não outorga ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 7º São concedidos os estímulos fiscais de que trata o artigo 2º e seus incisos da Lei Municipal nº. 007, de 09 de fevereiro de 1990.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se às disposições em contrário.

Forquilha/SC, 03 de dezembro de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 03 de dezembro de 2013.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

ANEXO ÚNICO DA LEI Nº. 1.926/2013.

Lei N° 1.927, de 03 de Dezembro de 2013.

LEI N° 1.927, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2013.

AUTORIZA A AQUISIÇÃO DA ÁREA DE TERRA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a adquirir por compra, doação, permuta, cessão, compensação ou desapropriação amigável ou judicial, uma área de terra com 175,40m² (cento e setenta e cinco metros e quarenta centímetros quadrados), dentro de uma área maior, registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Forquilha, sob o nº. 2.976, de propriedade da Rejani Savi Cechinel, com as seguintes confrontações: Norte - 23,30 metros com a Rua Theodoro Horr; Sul - 23,30 metros com área remanescente de Rejani Savi Cechinel; Leste - 7,30 metros com Vanda da Silva Trombim e irmãos; Oeste - 7,80 metros com área remanescente de Rejani Savi Cechinel, conforme anexo único desta Lei, que se destinará ao alargamento da Rua Theodoro Horr.

Art. 2º Pela aquisição dos imóveis descritos no artigo 1º desta lei será pago ao proprietário o valor definido pela Comissão de Avaliação do Município, evidenciado em laudo próprio.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 03 de dezembro de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 03 de dezembro de 2013.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

ANEXO ÚNICO DA LEI N° 1.927/2013.

Extrato de Contrato N° 96/FMS/2013

EXTRATO DE CONTRATO N° 96/FMS/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto, a aquisição de móveis e afins para atender as necessidades dos diversos setores da Secretaria de Saúde, por meio do Fundo Municipal de Saúde de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 5.165,70 (cinco mil cento e sessenta e cinco reais e setenta centavos).

VIGÊNCIA - 30/06/2014.

DOTAÇÃO - 0101.2051.4490 (29), 0101.2052.4490 (32), 0101.2061.4490 (55), 0101.2057.4490 (65).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial N° 37/FMS/2013.

DATA DA ASSINATURA - 27 de novembro de 2013

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato N° 97/FMS/2013

EXTRATO DE CONTRATO N° 97/FMS/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - TM SCHLICKMANN & CIA LTDA ME

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto, a aquisição de móveis e afins para atender as necessidades dos diversos setores da Secretaria de Saúde, por meio do Fundo Municipal de Saúde de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 4.164,00 (quatro mil cento e sessenta e quatro reais).

VIGÊNCIA - 30/06/2014.

DOTAÇÃO - 0101.2051.4490 (29), 0101.2052.4490 (32), 0101.2061.4490 (55), 0101.2057.4490 (65).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial N° 37/FMS/2013.

DATA DA ASSINATURA - 27 de novembro de 2013

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato N° 98/FMS/2013

EXTRATO DE CONTRATO N° 98/FMS/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - ANCS DISTRIBUIDORA LTDA EPP

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto, a aquisição de móveis e afins para atender as necessidades dos diversos setores da Secretaria de Saúde, por meio do Fundo Municipal de Saúde de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 5.450,00 (cinco mil quatrocentos e cinquenta reais).

VIGÊNCIA - 30/06/2014.

DOTAÇÃO - 0101.2051.4490 (29), 0101.2052.4490 (32), 0101.2061.4490 (55), 0101.2057.4490 (65).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial N° 37/FMS/2013.

DATA DA ASSINATURA - 27 de novembro de 2013

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato N° 99/FMS/2013

EXTRATO DE CONTRATO N° 99/FMS/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - ORLEANS INFORMÁTICA LTDA-ME

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto, a aquisição de móveis e afins para atender as necessidades dos diversos setores da Secretaria de Saúde, por meio do Fundo Municipal de Saúde de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 956,00 (novecentos e cinquenta e seis reais).

VIGÊNCIA - 30/06/2014.

DOTAÇÃO - 0101.2051.4490 (29), 0101.2052.4490 (32), 0101.2061.4490 (55), 0101.2057.4490 (65).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial N° 37/FMS/2013.

DATA DA ASSINATURA - 27 de novembro de 2013

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF N°. 256/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMF N°. 256/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - ANCS ARTEDANIO INFORMATICA LTDA-ME

OBJETO - O presente Instrumento tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição de mobiliário e equipamentos para atendimento aos Centros de Educação Infantil e Escolas da rede de ensino do Município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 16.187,60 (dezesseis mil cento e oitenta e sete reais e sessenta centavos).

VIGÊNCIA - O prazo de vigência do presente contrato é de 395 (trezentos e noventa e cinco) dias corridos (prazo de entrega prazo da garantia). - 18/12/2014

DOTAÇÃO - 0501.2011.4490 (71).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial n°. 154/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 18 de novembro de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF N°. 258/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMF N°. 258/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME

OBJETO - O presente Instrumento tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição de mobiliário e equipamentos para atendimento aos Centros de Educação Infantil e Escolas da rede de ensino do Município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 2.655,00 (dois mil seiscentos e cinquenta e cinco reais).

VIGÊNCIA - O prazo de vigência do presente contrato é de 395 (trezentos e noventa e cinco) dias corridos (prazo de entrega prazo da garantia). - 18/12/2014

DOTAÇÃO - 0501.2011.4490 (71).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial n°. 154/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 18 de novembro de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Fraiburgo**PREFEITURA****Lei N° 2210/2013**

LEI N° 2210, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2013.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O Orçamento Geral do Município de Fraiburgo para o exercício de 2014 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 73.630.000,00 (setenta e três milhões, seiscentos e trinta mil reais).

§ 1º. O Orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo:

Receita R\$ 63.108.700,00

Transferência Financeira Concedida R\$ (10.267.940,00)

Soma R\$ 52.840.760,00

Despesa R\$ 52.640.760,00

Reserva de Contingência R\$ 200.000,00

Soma R\$ 52.840.760,00

§ 2º. O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde- FMS:

Receita R\$ 5.192.500,00

Transferência Financeira Recebida R\$ 6.933.740,00

Soma R\$ 12.126.240,00

Despesa R\$ 12.126.240,00

Soma R\$ 12.126.240,00

§ 3º. O Orçamento da Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME:

Receita R\$ 15.800,00

Transferência Financeira Recebida R\$ 1.034.200,00

Soma R\$ 1.050.000,00

Despesa R\$ 1.050.000,00

Soma R\$ 1.050.000,00

§ 4º. O Orçamento da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI:

Receita R\$ 5.313.000,00

Soma R\$ 5.313.000,00

Despesa R\$ 5.313.000,00

Soma R\$ 5.313.000,00

§ 5º. O Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores:

Receita R\$ 0,00

Transferência Financeira Recebida R\$ 2.300.000,00

Soma R\$ 2.300.000,00

Despesa R\$ 2.300.000,00

Soma R\$ 2.300.000,00

Art. 2º. O Orçamento da Prefeitura Municipal tem a Receita Estimada no valor de R\$ 63.108.700,00 (sessenta e três milhões, cento e oito mil e setecentos reais), que deduzindo o valor de R\$ 10.267.940,00 (dez milhões, duzentos e sessenta e sete mil e novecentos e quarenta reais) de Transferência Financeira a ser repassada ao Fundo Municipal de Saúde, a Fundação Municipal de Esportes e Lazer – FME e à Câmara Municipal de Vereadores, teremos o valor total de R\$ 52.840.760,00 (cinquenta e dois milhões, oitocentos e quarenta mil e setecentos e sessenta reais) e a Despesa Fixada em R\$ 52.640.760,00 (cinquenta e dois milhões, seiscentos e quarenta mil e setecentos e sessenta reais), que somado o valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), relativo a Reserva de Contingência, teremos o valor total de R\$ 52.840.760,00 (cinquenta e dois milhões, oitocentos e quarenta mil e setecentos e sessenta reais).

Art. 3º. O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde – FMS tem a Receita Estimada no valor de R\$ 5.192.500,00 (cinco milhões, cento e noventa e dois mil e quinhentos reais), que adicionado o valor de R\$ 6.933.740,00 (seis milhões, novecentos e trinta e três mil e setecentos e quarenta reais) de Transferência Financeira a ser recebida da Prefeitura Municipal de Fraiburgo, teremos

um total de R\$ 12.126.240,00 (doze milhões, cento e vinte e seis mil e duzentos e quarenta reais) e uma Despesa Fixada em R\$ 12.126.240,00 (doze milhões, cento e vinte e seis mil e duzentos e quarenta reais).

Art. 4º. O Orçamento da Fundação Municipal de Esportes e Lazer – FME tem a Receita Estimada no valor de R\$ 15.800,00 (quinze mil e oitocentos reais), que adicionado o valor de R\$ 1.034.200,00 (um milhão, trinta e quatro mil e duzentos reais) de Transferência Financeira a ser recebida da Prefeitura Municipal de Fraiburgo, teremos um total de R\$ 1.050.000,00 (um milhão e cinquenta mil reais) e uma Despesa Fixada em R\$ 1.050.000,00 (um milhão e cinquenta mil reais).

Art. 5º. O Orçamento da Autarquia Municipal de Saneamento Fraiburgo - SANEFRAI tem a Receita Estimada no valor de R\$ 5.313.000,00 (cinco milhões e trezentos e treze mil reais) e uma Despesa Fixada em R\$ 5.313.000,00 (cinco milhões e trezentos e treze mil reais).

Art. 6º. O Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores tem um valor previsto de R\$ 2.300.000,00 (dois milhões e trezentos mil reais) de Transferência Financeira a ser recebida da Prefeitura Municipal e uma Despesa Fixada no valor de R\$ 2.300.000,00 (dois milhões e trezentos mil reais).

Art. 7º. A Receita foi estimada com base na memória de cálculo, tendo como referência as arrecadações dos três últimos exercícios, 2010, 2011 e 2012.

Parágrafo único. A Receita está classificada de conformidade com a Portaria nº 163, de 04 de maio de 2001, e suas alterações, expedida pela Secretaria do Tesouro Nacional e Secretaria de Orçamento Federal.

Art. 8º. A despesa foi fixada de acordo com as ações contidas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentária.

Parágrafo único. A Despesa será realizada de conformidade com a Portaria nº 42 de 14 de abril de 1999, classificando-a por Função, Subfunção e Programa, e pela Portaria nº 163 de 04 de maio de 2001 e suas alterações.

Art. 9º. A Receita geral do Município de Fraiburgo fica estimada em R\$ 73.630.000,00 (setenta e três milhões e seiscentos e trinta mil reais), será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento.

CLASSIFICAÇÃO DA RECEITA	VALOR R\$
RECEITAS CORRENTES	69.102.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	9.570.100,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	920.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	645.900,00
RECEITA DE SERVIÇOS	4.638.500,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	51.541.500,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.786.000,00
RECEITA DE CAPITAL	4.528.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	4.000.000,00
ALIENACÃO DE BENS	103.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	425.000,00
TOTAL DA RECEITA	73.630.000,00

Art. 10. A Despesa geral do Município de Fraiburgo fica fixada em R\$ 73.630.000,00 (setenta e três milhões e seiscentos e trinta mil reais), será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação segundo a natureza, distribuída da seguinte maneira.

CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA	VALOR R\$
DESPESAS CORRENTES	60.363.930,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	36.556.300,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	600.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	23.207.630,00
DESPESAS DE CAPITAL	13.066.070,00
INVESTIMENTOS	10.066.070,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.400.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	200.000,00
TOTAL DA DESPESA	73.630.000,00

Art. 11. Os Recursos da Reserva de Contingência no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), estão fixados de conformidade com o estabelecido nas Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias e são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos. Parágrafo único. A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando os limites especificados neste artigo.

Art. 12. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, reconhecido pela Câmara Municipal de Vereadores e devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no artigo 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. O executivo adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal:

- I – eliminação das despesas com serviços extraordinários;
- II – eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário;
- V – exoneração de servidores não estáveis;
- VI – disponibilidade de servidores estáveis.

Art. 13. Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações orçamentárias de uma Categoria Econômica/Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outra, dentro de cada Unidade Orçamentária, Projeto, Atividade ou Operações Especiais, através de Decreto.

Art. 14. O Executivo Municipal está autorizado, nos termos do artigo 7º da Lei Federal 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 100% (cem por cento) da Receita Estimada para o orçamento, utilizando como fontes de recursos:

- I – O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;
- II – A anulação de saldo de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;
- III – O superavit financeiro do exercício anterior;

Parágrafo único. Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 15. Para atender dotações insuficientes na educação e na saúde, o Poder Executivo poderá efetuar o remanejamento de valores da fonte de recursos "00" (ordinário) para dotações com as fontes "01" (educação) e "02" (saúde).

Art. 16. Fica o Executivo Municipal autorizado a utilizar o Excesso de Arrecadação do exercício para suplementação de dotações orçamentárias insuficientes, através de Decreto.

Art. 17. Fica o Executivo Municipal autorizado a utilizar o Superavit Financeiro do exercício anterior para suplementação de dotações

orçamentárias insuficientes, através de Decreto.

Art. 18. Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais, através de Decreto.

Art. 19. As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurando o seu ingresso.

Art. 20. Durante o exercício de 2014 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei, de acordo com os limites estabelecidos na capacidade de endividamento da Prefeitura.

Art. 21. Fica estabelecido o limite de até 3% (três por cento) da receita corrente líquida do exercício antecedente para pagamento de precatórios e de aquisições de pequeno valor.

Art. 22. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 23. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os Governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 24. A presente Lei vigorará a partir de 1º de janeiro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Página: 1/1
 Data: 05/12/2013

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1 da Lei nº 4.320/64)

Receitas	Valor	Despesas	Valor
RECEITAS CORRENTES	75.250.000,00	DESPESAS CORRENTES	60.363.930,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	9.570.100,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	36.556.300,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	920.000,00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	600.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	645.900,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	23.207.630,00
RECEITA DE SERVIÇOS	4.638.500,00	DESPESAS DE CAPITAL	13.066.070,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	57.689.500,00	INVESTIMENTOS	10.666.070,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.786.000,00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.400.000,00
DEDUÇÕES DA RECEITA	-6.148.000,00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	200.000,00
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-6.148.000,00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	200.000,00
Deficit	4.528.000,00		
Total	73.630.000,00	Total	73.630.000,00
		Deficit do orçamento corrente	4.528.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	4.528.000,00		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	4.000.000,00		
ALIENAÇÃO DE BENS	103.000,00		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	425.000,00		
		Superavit	4.528.000,00
Total	4.528.000,00	Total	4.528.000,00

Resumo					
DEDUÇÕES DA RECEITA	-6.148.000,00	-8,35 %	DESPESAS CORRENTES	60.363.930,00	81,98 %
RECEITAS CORRENTES	75.250.000,00	102,20 %	DESPESAS DE CAPITAL	13.066.070,00	17,75 %
RECEITAS DE CAPITAL	4.528.000,00	6,15 %	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	200.000,00	0,27 %
Total	73.630.000,00	100,00 %	Total	73.630.000,00	100,00 %

Fraiburgo, 5 de dezembro de 2013

ISABEL C. BEHER SCAPINELLO
 Contadora

OLIDES BERTAIOLLI
 Secretário de Finanças

MOISES AMADEU PATRICIO
 Controlador Interno

IVO BIAZZOLO
 Prefeito Municipal



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/11

Data: 05/12/2013

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			65.158.700,00
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA		8.267.300,00	
4.1.1.1.0.00.00.00.00.00	IMPOSTOS		6.280.000,00	
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	3.280.000,00		
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	1.750.000,00		
4.1.1.1.2.02.01.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	892.500,00		
4.1.1.1.2.02.02.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana -	385.000,00		
4.1.1.1.2.02.03.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana -	472.500,00		
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	880.000,00		
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	850.000,00		
4.1.1.1.2.04.31.01.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	433.500,00		
4.1.1.1.2.04.31.02.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - Educação	187.000,00		
4.1.1.1.2.04.31.03.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - Saúde	229.500,00		
4.1.1.1.2.04.34.00.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos	30.000,00		
4.1.1.1.2.04.34.01.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos	15.300,00		
4.1.1.1.2.04.34.02.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos - Educação	6.600,00		
4.1.1.1.2.04.34.03.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos - Saúde	8.100,00		
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	650.000,00		
4.1.1.1.2.08.01.00.00.00	Imposto Trans.de Bens Imoveis	331.500,00		
4.1.1.1.2.08.02.00.00.00	Imposto Trans.de Bens Imoveis - Educação	143.000,00		
4.1.1.1.2.08.03.00.00.00	Imposto Trans.de Bens Imoveis - Saúde	175.500,00		
4.1.1.1.3.00.00.00.00.00	Impostos sobre a Produção e a Circulação	3.000.000,00		
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	3.000.000,00		
4.1.1.1.3.05.01.00.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	3.000.000,00		
4.1.1.1.3.05.01.01.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	1.530.000,00		
4.1.1.1.3.05.01.02.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	660.000,00		
4.1.1.1.3.05.01.03.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	810.000,00		
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS		1.325.600,00	
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	1.159.600,00		
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	180.000,00		
4.1.1.2.1.22.00.00.00.00	Taxa de Serviços Administrativos	23.000,00		
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços	740.000,00		
4.1.1.2.1.27.00.00.00.00	Taxa de Apreensão e Depósito	500,00		
4.1.1.2.1.28.00.00.00.00	Taxa de Funcionamento de Estab.em Horário Especial	1.100,00		
4.1.1.2.1.29.00.00.00.00	Taxa de Licença para Execução de Obras	95.000,00		
4.1.1.2.1.32.00.00.00.00	Taxa de Aprovação do Projeto de Construção Civil	28.000,00		
4.1.1.2.1.99.00.00.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	92.000,00		
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	166.000,00		
4.1.1.2.2.28.00.00.00.00	Taxa de Cemitérios	63.000,00		
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas de Prestação de Serviços	103.000,00		

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 2/11

Data: 05/12/2013

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.1.2.2.99.01.00.00.00	Taxa de Expediente	65.000,00		
4.1.1.2.2.99.02.00.00.00	Taxa de Embarque	20.000,00		
4.1.1.2.2.99.03.00.00.00	Outras Taxas de Prestação de Serviços	18.000,00		
4.1.1.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA		661.700,00	
4.1.1.3.0.04.00.00.00.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	661.700,00		
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		920.000,00	
4.1.2.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		920.000,00	
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		553.400,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		553.400,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	553.400,00		
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	150.400,00		
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- FUNDEB	100.000,00		
4.1.3.2.5.01.02.01.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- FUNDEB 60%	30.000,00		
4.1.3.2.5.01.02.02.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- FUNDEB 40%	70.000,00		
4.1.3.2.5.01.05.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- MDE	30.550,00		
4.1.3.2.5.01.05.01.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - S. Educação	25.000,00		
4.1.3.2.5.01.05.02.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - PNAE Fundamental	1.100,00		
4.1.3.2.5.01.05.03.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - PNATE Fundamental	1.100,00		
4.1.3.2.5.01.05.04.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - PEJA	1.100,00		
4.1.3.2.5.01.05.05.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - PNAP	1.100,00		
4.1.3.2.5.01.05.10.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - Transp Esc Est Fun	1.100,00		
4.1.3.2.5.01.05.20.00.00	Rec. Remun. Dep. Banc. MDE - Apoio a Creches	50,00		
4.1.3.2.5.01.09.00.00.00	Rec de Remun.Dep. Banc Rec. Vinc. - CIDE	100,00		
4.1.3.2.5.01.10.00.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - FNAS	3.750,00		
4.1.3.2.5.01.10.01.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMAS - PBT	500,00		
4.1.3.2.5.01.10.03.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMAS - PVMC	500,00		
4.1.3.2.5.01.10.04.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMAS - PTMC	500,00		
4.1.3.2.5.01.10.06.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMAS - IGD-PBF	500,00		
4.1.3.2.5.01.10.07.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMAS - PBFI	500,00		
4.1.3.2.5.01.10.08.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMAS - PBVII	500,00		
4.1.3.2.5.01.10.11.00.00	Rec.Remun.Dep.Banc.Transf.Estado FEAS - Investim.	100,00		
4.1.3.2.5.01.10.12.00.00	Rec. Remun Dep Banc FMAS - FEAS	100,00		
4.1.3.2.5.01.10.13.00.00	Rec. Remun Dep Banc - FMAS - IGD SUAS	500,00		
4.1.3.2.5.01.10.14.00.00	Rec. Remun. Dep. Banc - FMAS - FEAS Custeio	50,00		
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	16.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.01.00.00	Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. - CO	2.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.10.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. ORTFRAI	2.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.12.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Policia Civil	2.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.13.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Policia Militar	2.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.17.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FUNREBOM	8.000,00		
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	403.000,00		

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 3/11

Data: 05/12/2013

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	403.000,00		
4.1.3.2.5.02.99.01.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Não Vinc. PMF	400.000,00		
4.1.3.2.5.02.99.03.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Não Vinc. Jovens e Adult	100,00		
4.1.3.2.5.02.99.04.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Não Vinc. Creche Empresa	500,00		
4.1.3.2.5.02.99.05.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Não Vinc. FMDCA	200,00		
4.1.3.2.5.02.99.11.00.00	Rec. Concessão Transporte Coletivo	200,00		
4.1.3.2.5.02.99.12.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Alienação de Bens	2.000,00		
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS		716.500,00	
4.1.6.0.0.03.00.00.00.00	Serviços de Transporte	280.000,00		
4.1.6.0.0.03.01.00.00.00	Serviços de Transporte Rodoviário	280.000,00		
4.1.6.0.0.13.00.00.00.00	Serviços Administrativos	350.200,00		
4.1.6.0.0.13.02.00.00.00	Serviços de Venda de Editais	15.000,00		
4.1.6.0.0.13.03.00.00.00	Serviços Especiais PM/Bombeiro	320.000,00		
4.1.6.0.0.13.07.00.00.00	Serviços de Fotocópias ou Cópias Heliográficas	200,00		
4.1.6.0.0.13.99.00.00.00	Outros Serv. Administrativos	15.000,00		
4.1.6.0.0.13.99.01.00.00	Outros Serv. Administrativos - PMF	15.000,00		
4.1.6.0.0.99.00.00.00.00	Outros Serviços	86.300,00		
4.1.6.0.0.99.02.00.00.00	Outros Serviços - PMF Cargas de Terra	4.000,00		
4.1.6.0.0.99.04.00.00.00	Outros Serviços PMF - Recolhimento de Entulhos	1.000,00		
4.1.6.0.0.99.05.00.00.00	Outros Serviços PMF - Inseminação Artificial	1.300,00		
4.1.6.0.0.99.06.00.00.00	Outros Serviços PMF - Horas Máquinas	80.000,00		
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		53.004.500,00	
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		52.821.500,00	
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	17.826.500,00		
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	14.650.000,00		
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	14.600.000,00		
4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	Cota-Parte do F.P.M.	14.000.000,00		
4.1.7.2.1.01.02.01.01.00	Cota-Parte do F.P.M.	9.940.000,00		
4.1.7.2.1.01.02.01.02.00	Cota-Parte do F.P.M. - Educação	3.080.000,00		
4.1.7.2.1.01.02.01.03.00	Cota-Parte do F.P.M.- Saúde	980.000,00		
4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	Cota-Parte do F.P.M. 1%	600.000,00		
4.1.7.2.1.01.02.02.01.00	Cota-Parte do F.P.M. 1%	438.000,00		
4.1.7.2.1.01.02.02.02.00	Cota-Parte do F.P.M. - 1% - Educação	162.000,00		
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	50.000,00		
4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	Cota-Parte do I.T.R.	35.500,00		
4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	Cota-Parte do I.T.R. - Educação	11.000,00		
4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	Cota-Parte do I.T.R. - Saúde	3.500,00		
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	225.000,00		
4.1.7.2.1.22.20.00.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	5.000,00		
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	220.000,00		
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	332.500,00		

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 4/11

Data: 05/12/2013

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.7.2.1.34.03.00.00.00	Trasnf. de Recursos do FNAS - PVMC	42.000,00		
4.1.7.2.1.34.04.00.00.00	Trasnf. de Recursos do FNAS - PTMC	21.000,00		
4.1.7.2.1.34.06.00.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - IGD-PBF	72.000,00		
4.1.7.2.1.34.08.00.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - PBF	75.000,00		
4.1.7.2.1.34.09.00.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - PBVII	27.500,00		
4.1.7.2.1.34.10.00.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - PPMC-II	78.000,00		
4.1.7.2.1.34.11.00.00.00	Transferências de Recursos FNAS - IGD-SUAS	17.000,00		
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	2.489.000,00		
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	1.700.000,00		
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAE	497.000,00		
4.1.7.2.1.35.03.01.00.00	Transf Diretas do FNDE - PNAE Fundamental	270.000,00		
4.1.7.2.1.35.03.03.00.00	Transf Diretas do FNDE - PNAP	77.000,00		
4.1.7.2.1.35.03.04.00.00	Transf Diretas do FNDE - PNAC	140.000,00		
4.1.7.2.1.35.03.06.00.00	Transf. Diretas FNDE - PNAEJA	10.000,00		
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE	242.000,00		
4.1.7.2.1.35.04.01.00.00	Transf. Diretas do FNDE - PNATE Fundamental	180.000,00		
4.1.7.2.1.35.04.02.00.00	Transf. Diretas do FNDE - PNATE Infantil	12.000,00		
4.1.7.2.1.35.04.03.00.00	Transf. Diretas do FNDE - PNATE Médio	50.000,00		
4.1.7.2.1.35.99.00.00.00	Outras Transf Diretas do FNDE	50.000,00		
4.1.7.2.1.35.99.03.00.00	Transferências Recursos FNDE - Apoio a Creches	50.000,00		
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	70.000,00		
4.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	49.700,00		
4.1.7.2.1.36.02.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	15.400,00		
4.1.7.2.1.36.03.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	4.900,00		
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00	Demais Transf. da União	60.000,00		
4.1.7.2.1.99.01.00.00.00	Demais Transf. da União - FEX	60.000,00		
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	16.995.000,00		
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	16.630.000,00		
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	14.000.000,00		
4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	Cota-Parte do ICMS	9.940.000,00		
4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	Cota-Parte do ICMS - Educação	3.080.000,00		
4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	Cota-Parte do ICMS - Saúde	980.000,00		
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	2.400.000,00		
4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	Cota-Parte do IPVA	1.704.000,00		
4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	Cota-Parte do IPVA - Educação	528.000,00		
4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	Cota-Parte do IPVA - Saúde	168.000,00		
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	220.000,00		
4.1.7.2.2.01.04.01.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	156.200,00		
4.1.7.2.2.01.04.02.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - Educação	48.400,00		
4.1.7.2.2.01.04.03.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - Saúde	15.400,00		
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib.Interv.no Domínio Econômico	10.000,00		

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Página: 5/11

Data: 05/12/2013

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	365.000,00		
4.1.7.2.2.99.01.00.00.00	Outras Transf. do Estado - Transp Escolar Fundamen	340.000,00		
4.1.7.2.2.99.03.00.00.00	Transf. de Recursos Estado - FMAS	10.000,00		
4.1.7.2.2.99.05.00.00.00	Transf. de Recursos FEAS - Custeio	15.000,00		
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	18.000.000,00		
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	18.000.000,00		
4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	5.400.000,00		
4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	12.600.000,00		
4.1.7.3.0.00.00.00.00.00	Transf. de Instituições Privadas		158.000,00	
4.1.7.3.0.02.00.00.00.00	Transf. de Instituições Privadas - (FMDCA)	10.000,00		
4.1.7.3.0.03.00.00.00.00	Transf. de Instituições Privadas (Jovens e Adultos	8.000,00		
4.1.7.3.0.04.00.00.00.00	Transf. de Instituições Privadas - Creches	140.000,00		
4.1.7.5.0.00.00.00.00.00	Transf. de Pessoas		25.000,00	
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		1.697.000,00	
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora		774.000,00	
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	113.000,00		
4.1.9.1.1.35.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Tx. de Fisc. e Vig. Sanit.	3.000,00		
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	8.000,00		
4.1.9.1.1.38.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	4.080,00		
4.1.9.1.1.38.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - Educação	1.760,00		
4.1.9.1.1.38.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - Saúde	2.160,00		
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	22.000,00		
4.1.9.1.1.40.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	11.220,00		
4.1.9.1.1.40.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - Educação	4.840,00		
4.1.9.1.1.40.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - Saúde	5.940,00		
4.1.9.1.1.98.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora das Contrib de Melhoria	60.000,00		
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	20.000,00		
4.1.9.1.1.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	20.000,00		
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	310.000,00		
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	150.000,00		
4.1.9.1.3.11.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	76.500,00		
4.1.9.1.3.11.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - Educação	33.000,00		
4.1.9.1.3.11.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - Saúde	40.500,00		
4.1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	25.000,00		
4.1.9.1.3.13.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	12.750,00		
4.1.9.1.3.13.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - Educação	5.500,00		
4.1.9.1.3.13.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - Saúde	6.750,00		
4.1.9.1.3.98.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Contrib Melhoria	105.000,00		
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	30.000,00		
4.1.9.1.8.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	21.000,00		
4.1.9.1.8.05.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Alienação Outr Bens Imóveis	20.000,00		

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 6/11

Data: 05/12/2013

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.9.1.8.05.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Alieação de Bens	20.000,00		
4.1.9.1.8.99.00.00.00.00	Outras Multas e Juros de Mora	1.000,00		
4.1.9.1.8.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora Div. Ativa - FUNREBOM	1.000,00		
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	330.000,00		
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	300.000,00		
4.1.9.1.9.26.00.00.00.00	Multas Previstas na Legisl Defesa Direitos Difusos	30.000,00		
4.1.9.1.9.26.02.00.00.00	M Previstas Legislação Defesa Dir Difusos Outros	30.000,00		
4.1.9.1.9.26.02.01.00.00	Multas Relativas ao Meio Ambiente	5.000,00		
4.1.9.1.9.26.02.02.00.00	Multas Relativas ao Patrimonio Cultural e Históric	5.000,00		
4.1.9.1.9.26.02.03.00.00	Multas Relativo a Defesa de Portadores de Deficien	5.000,00		
4.1.9.1.9.26.02.04.00.00	Multas Relativas Interesse de Habitação e Urbanism	5.000,00		
4.1.9.1.9.26.02.05.00.00	Multas Relativas ao Interesse do Consumidor	5.000,00		
4.1.9.1.9.26.02.06.00.00	Multas Relativo a Outros Interesses Difusos	5.000,00		
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		55.000,00	
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	55.000,00		
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituicoes	55.000,00		
4.1.9.2.2.99.01.00.00.00	Outras Restituicoes - PMF	55.000,00		
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA		854.000,00	
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Tributaria	850.000,00		
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	300.000,00		
4.1.9.3.1.11.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	153.000,00		
4.1.9.3.1.11.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Educação	66.000,00		
4.1.9.3.1.11.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Saúde	81.000,00		
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	140.000,00		
4.1.9.3.1.13.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	71.400,00		
4.1.9.3.1.13.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - Educação	30.800,00		
4.1.9.3.1.13.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - Saúde	37.800,00		
4.1.9.3.1.98.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. das Contrib de Melhoria	260.000,00		
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	150.000,00		
4.1.9.3.1.99.01.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos - Princ	150.000,00		
4.1.9.3.2.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa não tributária	4.000,00		
4.1.9.3.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	4.000,00		
4.1.9.3.2.99.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária FUNREBOM	4.000,00		
4.1.9.3.2.99.01.01.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária FUNREBOM	2.000,00		
4.1.9.3.2.99.01.03.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	2.000,00		
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		14.000,00	
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	14.000,00		
4.1.9.9.0.99.01.00.00.00	Outras Receitas - PMF	2.000,00		
4.1.9.9.0.99.02.00.00.00	Outras Receitas - FMDCA	2.000,00		
4.1.9.9.0.99.06.00.00.00	Outras Receitas - Vendas de Sucatas	10.000,00		
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			4.098.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Página: 7/11

Data: 05/12/2013

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO		4.000.000,00	
4.2.1.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		4.000.000,00	
4.2.1.1.4.00.00.00.00.00	Operações de Crédito Internas - Contratuais	4.000.000,00		
4.2.1.1.4.99.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas - Contratuais	4.000.000,00		
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS		93.000,00	
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		60.000,00	
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alien. de Outros Bens Móveis	60.000,00		
4.2.2.1.9.01.00.00.00.00	Alien. de Outros Bens Móveis	50.000,00		
4.2.2.1.9.03.00.00.00.00	Alien. de Outros Bens Móveis - Educação	10.000,00		
4.2.2.2.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		33.000,00	
4.2.2.2.5.00.00.00.00.00	Alien. de Imóveis Urbanos	33.000,00		
4.2.2.2.5.01.00.00.00.00	Alien. de Imóveis Urbanos	12.000,00		
4.2.2.2.5.02.00.00.00.00	Alien. de Imóveis Urbanos - FMHIS	21.000,00		
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		5.000,00	
4.2.4.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		5.000,00	
4.2.4.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	5.000,00		
4.2.4.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	5.000,00		
4.2.4.2.2.99.01.00.00.00	Transf. de Recursos FEAS - Investimentos	5.000,00		
9.0.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA			
9.1.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA			-6.148.000,00
9.1.7.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE		-6.148.000,00	
9.1.7.2.0.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências		-6.148.000,00	
9.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-2.824.000,00		
9.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-2.810.000,00		
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-2.800.000,00		
9.1.7.2.1.01.02.01.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM	-2.800.000,00		
9.1.7.2.1.01.02.01.01.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM	-1.988.000,00		
9.1.7.2.1.01.02.01.02.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM Educaç	-616.000,00		
9.1.7.2.1.01.02.01.03.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM Saúde	-196.000,00		
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - I.T.R.	-10.000,00		
9.1.7.2.1.01.05.01.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - I.T.R.	-7.100,00		
9.1.7.2.1.01.05.02.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - I.T.R.	-2.200,00		
9.1.7.2.1.01.05.03.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - I.T.R.	-700,00		
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Dedução de Receita Formação do FUNDEB - LC 87/96	-14.000,00		
9.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Dedução de Receita Formação do FUNDEB - LC 87/96	-9.940,00		
9.1.7.2.1.36.02.00.00.00	Dedução de Receita Formação do FUNDEB - LC 87/96 -	-3.080,00		
9.1.7.2.1.36.03.00.00.00	Dedução de Receita Formação do FUNDEB - LC 87/96	-980,00		
9.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-3.324.000,00		
9.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-3.324.000,00		
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - ICMS	-2.800.000,00		

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 8/11

Data: 05/12/2013

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
9.1.7.2.2.01.01.01.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - ICMS	-1.988.000,00		
9.1.7.2.2.01.01.02.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - ICMS - E	-616.000,00		
9.1.7.2.2.01.01.03.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - ICMS Saú	-196.000,00		
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	-480.000,00		
9.1.7.2.2.01.02.01.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	-340.800,00		
9.1.7.2.2.01.02.02.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	-105.600,00		
9.1.7.2.2.01.02.03.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	-33.600,00		
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - IPI Exp.	-44.000,00		
9.1.7.2.2.01.04.01.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - IPI Exp.	-31.240,00		
9.1.7.2.2.01.04.02.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - IPI Exp.	-9.680,00		
9.1.7.2.2.01.04.03.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - IPI Expo	-3.080,00		
Total das receitas:				63.108.700,00
Total por entidade:				63.108.700,00
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			4.762.500,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		46.500,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		46.500,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	46.500,00		
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	46.500,00		
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Fundo Saude	46.500,00		
4.1.3.2.5.01.03.01.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - PAB	7.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.02.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - Farm. B. União	1.500,00		
4.1.3.2.5.01.03.03.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - PSF	1.500,00		
4.1.3.2.5.01.03.04.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - PACS	5.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.05.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - Epidemiologia	4.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.06.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - Vig. San. União	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.07.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - S. Bucal	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.10.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - Farm. B. Estado	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.12.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - DST/HIV/AIDS	500,00		
4.1.3.2.5.01.03.13.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - AB Estado	3.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.14.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - Especificidades	800,00		
4.1.3.2.5.01.03.15.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - MAC	3.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.22.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - CAPS	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.24.00.00	Rec. Remun. Dep. Banc. FMS - Gestão SUS	200,00		
4.1.3.2.5.01.03.26.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - SAMU	2.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.37.00.00	Rec. de Remun. Recursos SUS - PMAQ	3.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.38.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. - Vig. Prev. Violenc. Acid	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.40.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Vinc. FMS	10.000,00		

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 9/11

Data: 05/12/2013

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.7.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		4.685.000,00	
4.1.7.2.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		4.685.000,00	
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	4.372.000,00		
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	4.372.000,00		
4.1.7.2.1.33.01.00.00	Transferencia de Recursos do SUS - PAB	800.000,00		
4.1.7.2.1.33.02.00.00	Transferencia de Recursos do SUS - Farmacia Basica	185.000,00		
4.1.7.2.1.33.03.00.00	Trasferencia de Recursos do SUS - PSF	555.000,00		
4.1.7.2.1.33.04.00.00	Transferencia de Recursos do SUS - PACS	604.000,00		
4.1.7.2.1.33.05.00.00	Transf. de Rec. do SUS - Vig. Epidemiologica	60.000,00		
4.1.7.2.1.33.06.00.00	Transf. de Rec. do SUS - Vig. Sanitaria	15.000,00		
4.1.7.2.1.33.07.00.00	Transf. de Rec. do SUS - Saude Bucal	93.000,00		
4.1.7.2.1.33.11.00.00	Transf. de Recursos do - SUS Especificidades	60.000,00		
4.1.7.2.1.33.12.00.00	Transf. de Recursos do SUS - MAC União	1.050.000,00		
4.1.7.2.1.33.13.00.00	Transf. de Recursos do SUS - CAPS	340.000,00		
4.1.7.2.1.33.14.00.00	Transf. de Rec. do SUS - Qualificação	10.000,00		
4.1.7.2.1.33.16.00.00	Transf. de Rec. do SUS - SAMU	150.000,00		
4.1.7.2.1.33.17.00.00	Transf. Recursos do SUS - Vig. Prev. Violenc. Acid	30.000,00		
4.1.7.2.1.33.18.00.00	Transf. de Recursos do SUS - PMAQ	420.000,00		
4.1.7.2.2.00.00.00.00	Transferências dos Estados	313.000,00		
4.1.7.2.2.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	313.000,00		
4.1.7.2.2.33.01.00.00	Transf. de Rec. do Estado - Farmacia Basica	140.000,00		
4.1.7.2.2.33.04.00.00	Transf de Recursos do Estado Atenção Básica	126.000,00		
4.1.7.2.2.33.05.00.00	Transf. de Recursos do Estado DST/HIV/AIDS	30.000,00		
4.1.7.2.2.33.06.00.00	Transf. de Recursos do Estado - Diabetes	17.000,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		31.000,00	
4.1.9.2.0.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		30.000,00	
4.1.9.2.2.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	30.000,00		
4.1.9.2.2.99.00.00.00	Outras Restituicoes	30.000,00		
4.1.9.2.2.99.03.00.00	Outras Restituicoes - FMS	30.000,00		
4.1.9.9.0.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		1.000,00	
4.1.9.9.0.99.00.00.00	Outras Receitas	1.000,00		
4.1.9.9.0.99.07.00.00	Outras Receitas - FMS	1.000,00		
4.2.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			430.000,00
4.2.2.0.0.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS		10.000,00	
4.2.2.1.0.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		10.000,00	
4.2.2.1.9.00.00.00.00	Alien. de Outros Bens Móveis	10.000,00		
4.2.2.1.9.02.00.00.00	Alien. de Outros Bens Móveis - Saúde	10.000,00		
4.2.4.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		420.000,00	
4.2.4.2.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		420.000,00	
4.2.4.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	420.000,00		
4.2.4.2.1.01.00.00.00	Transf. de Recursos do Sist. Único de Saúde -SUS	420.000,00		

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Página: 10/11

Data: 05/12/2013

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.2.4.2.1.01.05.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - UPA	420.000,00		
Total das receitas:				5.192.500,00
Total por entidade:				5.192.500,00
Entidade: 8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			15.800,00
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA		2.800,00	
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS		2.800,00	
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	2.800,00		
4.1.1.2.1.22.00.00.00.00	Taxa de Serviços Administrativos	2.800,00		
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		11.000,00	
4.1.3.1.0.00.00.00.00.00	RECEITAS IMOBILIÁRIAS		10.000,00	
4.1.3.1.5.00.00.00.00.00	Taxa de Ocupação de Imóveis	10.000,00		
4.1.3.1.5.30.00.00.00.00	Taxa de Ocupação de Outros Imóveis	10.000,00		
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		1.000,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	1.000,00		
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	1.000,00		
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	1.000,00		
4.1.3.2.5.02.99.07.00.00	Rec. Remun. Dep. Banc. Não Vinculado - FME	1.000,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		2.000,00	
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		2.000,00	
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	2.000,00		
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	2.000,00		
4.1.9.2.2.99.04.00.00.00	Outras Restituições - FME	2.000,00		
Total das receitas:				15.800,00
Total por entidade:				15.800,00
Entidade: 9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO SANEFRAI				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			5.313.000,00
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA		1.300.000,00	
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS		1.300.000,00	
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	1.300.000,00		
4.1.1.2.2.90.00.00.00.00	Taxa de Limpeza Pública	1.300.000,00		
4.1.1.2.2.90.01.00.00.00	Taxa de Coleta de Lixo	1.300.000,00		
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		35.000,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		25.000,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	25.000,00		
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	25.000,00		

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Página: 11/11

Data: 05/12/2013

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO SANEFRAI				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	25.000,00		
4.1.3.2.5.02.99.08.00.00	Rec. Remun. Dep. Banc. Não vinc. SF	25.000,00		
4.1.3.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES		10.000,00	
4.1.3.3.9.00.00.00.00.00	Outras Receitas de Concessões e Permissões	10.000,00		
4.1.3.3.9.99.00.00.00.00	Outras Receitas de Concessões e Permissões SF	10.000,00		
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS		3.922.000,00	
4.1.6.0.0.13.00.00.00.00	Serviços Administrativos	7.000,00		
4.1.6.0.0.13.99.00.00.00	Outros Serviços Administrativos	7.000,00		
4.1.6.0.0.13.99.02.00.00	Outros Serviços Administrativos - SF	7.000,00		
4.1.6.0.0.26.00.00.00.00	Serviços de Fornecimento de Água	3.700.000,00		
4.1.6.0.0.42.00.00.00.00	Serv. de Coleta/Transp/Trat/Destin Final do Esgoto	40.000,00		
4.1.6.0.0.43.00.00.00.00	Serv. de Coleta/Trans/Trat/Dest Final Resid Sólido	115.000,00		
4.1.6.0.0.48.00.00.00.00	Serviços de Religamento de Água	13.000,00		
4.1.6.0.0.99.00.00.00.00	Outros Serviços	47.000,00		
4.1.6.0.0.99.07.00.00.00	Outros Serviços - SF	47.000,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		56.000,00	
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora		50.000,00	
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	50.000,00		
4.1.9.1.9.99.00.00.00.00	Outras Multas	50.000,00		
4.1.9.1.9.99.02.00.00.00	Outras Multas - SF	50.000,00		
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		5.000,00	
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	5.000,00		
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	5.000,00		
4.1.9.2.2.99.02.00.00.00	Outras Restituições - SF	5.000,00		
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		1.000,00	
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	1.000,00		
4.1.9.9.0.99.10.00.00.00	Outras Receitas - SF	1.000,00		
		Total das receitas:	5.313.000,00	
		Total por entidade:	5.313.000,00	
		Total geral:	73.630.000,00	

Fraiburgo, 5 de dezembro de 2013

ISABEL C. BEHER SCAPINELLO
Contadora

OLIDES BERTAIOLLI
Secretário de Finanças

MOISES AMADEU PATRICIO
Controlador Interno

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Página: 1/3

Data: 05/12/2013

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.0.00.00.00.00.00.00	DESPESA			52.840.760,00
3.3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		41.921.990,00	
3.3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		26.509.690,00	
3.3.1.71.00.00.00.00.00	Transferências à Consórcios Públicos	100.000,00		
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	26.409.690,00		
3.3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA		600.000,00	
3.3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	600.000,00		
3.3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		14.812.300,00	
3.3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	655.500,00		
3.3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	425.000,00		
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	13.701.800,00		
3.3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações com Co	30.000,00		
3.4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		10.718.770,00	
3.4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		8.318.770,00	
3.4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	40.000,00		
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	8.278.770,00		
3.4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA		2.400.000,00	
3.4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	2.400.000,00		
3.9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		200.000,00	
3.9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		200.000,00	
3.9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	200.000,00		
			Total das despesas:	52.840.760,00
			Total da entidade:	52.840.760,00
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.0.00.00.00.00.00.00	DESPESA			12.126.240,00
3.3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		10.836.940,00	
3.3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		6.665.000,00	
3.3.1.71.00.00.00.00.00	Transferências à Consórcios Públicos	2.000,00		
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	6.663.000,00		
3.3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		4.171.940,00	
3.3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	610.000,00		
3.3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	27.000,00		
3.3.3.72.00.00.00.00.00	Execução Orçamentária Delegada à Consórcios Públic	400.000,00		
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	3.134.940,00		
3.4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		1.289.300,00	
3.4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		1.289.300,00	
3.4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	2.000,00		
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.287.300,00		

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Página: 2/3

Data: 05/12/2013

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.287.300,00		
			Total das despesas:	12.126.240,00
			Total da entidade:	12.126.240,00
Entidade: 8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.0.00.00.00.00.00.00	DESPESA			1.050.000,00
3.3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		900.000,00	
3.3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		500.000,00	
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	500.000,00		
3.3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		400.000,00	
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	400.000,00		
3.4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		150.000,00	
3.4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		150.000,00	
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	150.000,00		
			Total das despesas:	1.050.000,00
			Total da entidade:	1.050.000,00
Entidade: 9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO SANEFRAI				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.0.00.00.00.00.00.00	DESPESA			5.313.000,00
3.3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		4.575.000,00	
3.3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		1.420.000,00	
3.3.1.71.00.00.00.00.00	Transferencias a Consórcios Públicos	20.000,00		
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.400.000,00		
3.3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		3.155.000,00	
3.3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	15.000,00		
3.3.3.72.00.00.00.00.00	Transferencias a Consórcios Públicos	40.000,00		
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	3.100.000,00		
3.4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		738.000,00	
3.4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		738.000,00	
3.4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	15.000,00		
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	723.000,00		
			Total das despesas:	5.313.000,00
			Total da entidade:	5.313.000,00
Entidade: 10 - CAMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.0.00.00.00.00.00.00	DESPESA			2.300.000,00
3.3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		2.130.000,00	
3.3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		1.461.610,00	

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Página: 3/3

Data: 05/12/2013

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade: 10 - CAMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.461.610,00		
3.3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		668.390,00	
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	668.390,00		
3.4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		170.000,00	
3.4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		170.000,00	
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	170.000,00		
			Total das despesas:	2.300.000,00
			Total da entidade:	2.300.000,00
			Total geral:	73.630.000,00

Fraiburgo, 5 de dezembro de 2013

ISABEL C. BEHER SCAPINELLO
Contadora

OLIDES BERTAIOLLI
Secretario de Finanças

MOISES AMADEU PATRICIO
Controlador Interno

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Página: 1/1
 Data: 05/12/2013

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Funções e Subfunções de Governo (Anexo 5 da Lei nº 4.320/64)

Funções	Subfunções
1 Legislativa	31 Ação Legislativa
4 Administração	122 Administração Geral
	123 Administração Financeira
6 Segurança Pública	181 Policiamento
	182 Defesa Civil
8 Assistência Social	243 Assistência à Criança e ao Adolescente
	244 Assistência Comunitária
10 Saúde	301 Atenção Básica
	302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
	303 Suporte Profilático e Terapêutico
	304 Vigilância Sanitária
	305 Vigilância Epidemiológica
12 Educação	122 Administração Geral
	306 Alimentação e Nutrição
	361 Ensino Fundamental
	362 Ensino Médio
	364 Ensino Superior
	365 Educação Infantil
	366 Educação de Jovens e Adultos
13 Cultura	366 Educação de Jovens e Adultos
	392 Difusão Cultural
15 Urbanismo	451 Infra-Estrutura Urbana
	452 Serviços Urbanos
	453 Transportes Coletivos Urbanos
16 Habitação	481 Habitação Rural
	482 Habitação Urbana
17 Saneamento	512 Saneamento Básico Urbano
18 Gestão Ambiental	541 Preservação e Conservação Ambiental
	544 Recursos Hídricos
20 Agricultura	606 Extensão Rural
22 Indústria	661 Promoção Industrial
23 Comércio e Serviços	695 Turismo
26 Transporte	782 Transporte Rodoviário
27 Desporto e Lazer	812 Desporto Comunitário
28 Encargos Especiais	843 Serviço da Dívida Interna
	846 Outros Encargos Especiais
99 Reserva de Contingência	999 Reserva de Contingência

Fraiburgo, 5 de dezembro de 2013

ISABEL C. BEHER SCAPINELLO
 Contadora

OLIDES BERTAIOLLI
 Secretario de Finanças

MOISES AMADEU PATRICIO
 Controlador Interno

IVO BIAZZOLO
 Prefeito Municipal

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/9

Data: 05/12/2013

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO		6.809.870,00	41.280.890,00	4.550.000,00	52.840.760,00
Órgão: 02.00 GABINETE DO PREFEITO		100.000,00	2.575.000,00	0,00	2.675.000,00
Unidade: 02.01 Gabinete do Prefeito		50.000,00	1.450.000,00	0,00	1.500.000,00
04	Administração	50.000,00	1.450.000,00		1.500.000,00
04.122	Administração Geral	50.000,00	1.450.000,00		1.500.000,00
04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO GERAL	50.000,00	1.450.000,00		1.500.000,00
04.122.0002.1.003	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O GABINETE	50.000,00			50.000,00
04.122.0002.2.002	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO		1.450.000,00		1.450.000,00
Unidade: 02.02 Fundo Municipal dos Direitos Difusos - FMDD		0,00	30.000,00	0,00	30.000,00
04	Administração		30.000,00		30.000,00
04.122	Administração Geral		30.000,00		30.000,00
04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO GERAL		30.000,00		30.000,00
04.122.0002.2.003	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS - FMDD		30.000,00		30.000,00
Unidade: 02.03 Cultura		50.000,00	1.095.000,00	0,00	1.145.000,00
13	Cultura	50.000,00	1.095.000,00		1.145.000,00
13.392	Difusão Cultural	50.000,00	1.095.000,00		1.145.000,00
13.392.0008	DESENVOLVIMENTO CULTURAL	50.000,00	1.095.000,00		1.145.000,00
13.392.0008.1.004	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMAS E EQUIPAMENTOS PARA ESPAÇOS CULTURAIS	50.000,00			50.000,00
13.392.0008.2.004	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS		745.000,00		745.000,00
13.392.0008.2.005	MANUTENÇÃO DAS FESTIVIDADES DO MUNICIPIO		350.000,00		350.000,00
Órgão: 03.00 PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO		0,00	830.000,00	0,00	830.000,00
Unidade: 03.01 Procuradoria Geral do Município		0,00	830.000,00	0,00	830.000,00
04	Administração		830.000,00		830.000,00
04.122	Administração Geral		830.000,00		830.000,00
04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO GERAL		830.000,00		830.000,00
04.122.0002.2.006	MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL		830.000,00		830.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 2/9

Data: 05/12/2013

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO		6.809.870,00	41.280.890,00	4.550.000,00	52.840.760,00
Órgão: 04.00 CONTROLADORIA INTERNA		0,00	150.000,00	0,00	150.000,00
Unidade: 04.01 Controladoria Interna		0,00	150.000,00	0,00	150.000,00
04	Administração		150.000,00		150.000,00
04.122	Administração Geral		150.000,00		150.000,00
04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO GERAL		150.000,00		150.000,00
04.122.0002.2.007	MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL		150.000,00		150.000,00
Órgão: 05.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		91.000,00	2.117.000,00	0,00	2.208.000,00
Unidade: 05.01 Secretaria de Administração e Planejamento		50.000,00	2.077.000,00	0,00	2.127.000,00
04	Administração	50.000,00	2.077.000,00		2.127.000,00
04.122	Administração Geral	50.000,00	2.077.000,00		2.127.000,00
04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO GERAL	50.000,00	2.077.000,00		2.127.000,00
04.122.0002.1.005	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	50.000,00			50.000,00
04.122.0002.2.008	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		2.077.000,00		2.077.000,00
Unidade: 05.02 Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social		41.000,00	40.000,00	0,00	81.000,00
16	Habitação	41.000,00	40.000,00		81.000,00
16.481	Habitação Rural	10.000,00			10.000,00
16.481.0003	HABITAÇÃO POPULAR	10.000,00			10.000,00
16.481.0003.1.006	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES HABITACIONAIS RURAL	10.000,00			10.000,00
16.482	Habitação Urbana	31.000,00	40.000,00		71.000,00
16.482.0003	HABITAÇÃO POPULAR	31.000,00	40.000,00		71.000,00
16.482.0003.1.007	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES HABITACIONAIS URBANA	31.000,00			31.000,00
16.482.0003.2.009	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE HABITAÇÃO		20.000,00		20.000,00
16.482.0003.2.010	REGULARIZAÇÃO DE IMÓVEIS E LOTEAMENTOS		20.000,00		20.000,00
Órgão: 06.00 SECRETARIA DE FINANÇAS		50.000,00	1.180.000,00	4.550.000,00	5.780.000,00
Unidade: 06.01 Secretariia de Finanças		50.000,00	1.180.000,00	0,00	1.230.000,00
04	Administração	50.000,00	1.180.000,00		1.230.000,00
04.123	Administração Financeira	50.000,00	1.180.000,00		1.230.000,00
04.123.0004	GESTÃO FINANCEIRA	50.000,00	1.180.000,00		1.230.000,00
04.123.0004.1.008	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA SECRETARIA DE FINANÇAS	50.000,00			50.000,00
04.123.0004.2.011	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE FINANÇAS		1.180.000,00		1.180.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 3/9

Data: 05/12/2013

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO		6.809.870,00	41.280.890,00	4.550.000,00	52.840.760,00
Órgão: 06.00 SECRETARIA DE FINANÇAS		50.000,00	1.180.000,00	4.550.000,00	5.780.000,00
Unidade: 06.02 Encargos Gerais		0,00	0,00	4.550.000,00	4.550.000,00
28	Encargos Especiais			4.550.000,00	4.550.000,00
28.843	Serviço da Dívida Interna			3.000.000,00	3.000.000,00
28.843.0000	ENCARGOS ESPECIAIS			3.000.000,00	3.000.000,00
28.843.0000.0.100	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA			3.000.000,00	3.000.000,00
28.846	Outros Encargos Especiais			1.550.000,00	1.550.000,00
28.846.0000	ENCARGOS ESPECIAIS			1.550.000,00	1.550.000,00
28.846.0000.0.200	PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS			1.550.000,00	1.550.000,00
Órgão: 07.00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		1.350.000,00	25.241.340,00	0,00	26.591.340,00
Unidade: 07.01 Educação Geral		1.350.000,00	25.241.340,00	0,00	26.591.340,00
12	Educação	1.280.000,00	25.241.340,00		26.521.340,00
12.122	Administração Geral		30.000,00		30.000,00
12.122.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA		30.000,00		30.000,00
12.122.0005.2.012	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		30.000,00		30.000,00
12.306	Alimentação e Nutrição		1.535.800,00		1.535.800,00
12.306.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA		1.535.800,00		1.535.800,00
12.306.0005.2.014	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL		738.600,00		738.600,00
12.306.0005.2.016	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL		771.100,00		771.100,00
12.306.0005.2.019	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DE JOVENS E ADULTOS		26.100,00		26.100,00
12.361	Ensino Fundamental	1.000.000,00	14.412.390,00		15.412.390,00
12.361.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA	1.000.000,00	14.412.390,00		15.412.390,00
12.361.0005.1.012	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMAS E EQUIPAMENTOS DOS CENTROS EDUCACIONAIS	850.000,00			850.000,00
12.361.0005.1.013	CONSTRUÇÃO, REFORMAS E EQUIPAMENTOS DAS QUADRAS E/OU GINÁSIOS ESPORTIVO DO E	150.000,00			150.000,00
12.361.0005.2.015	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL		12.488.190,00		12.488.190,00
12.361.0005.2.017	TRANSPORTE ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA		1.924.200,00		1.924.200,00
12.362	Ensino Médio		350.000,00		350.000,00
12.362.0006	ENSINO MÉDIO		350.000,00		350.000,00
12.362.0006.2.020	TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO MÉDIO		350.000,00		350.000,00
12.364	Ensino Superior		500.000,00		500.000,00
12.364.0007	ENSINO SUPERIOR		500.000,00		500.000,00
12.364.0007.2.021	TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO SUPERIOR		500.000,00		500.000,00
12.365	Educação Infantil	280.000,00	8.390.050,00		8.670.050,00
12.365.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA	280.000,00	8.390.050,00		8.670.050,00
12.365.0005.1.009	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E EQUIPAMENTOS DOS CEI	180.000,00			180.000,00
12.365.0005.1.010	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL	40.000,00			40.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 4/9

Data: 05/12/2013

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO		6.809.870,00	41.280.890,00	4.550.000,00	52.840.760,00
Órgão: 07.00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		1.350.000,00	25.241.340,00	0,00	26.591.340,00
Unidade: 07.01 Educação Geral		1.350.000,00	25.241.340,00	0,00	26.591.340,00
12	Educação	1.280.000,00	25.241.340,00		26.521.340,00
12.365	Educação Infantil	280.000,00	8.390.050,00		8.670.050,00
12.365.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA	280.000,00	8.390.050,00		8.670.050,00
12.365.0005.1.011	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA ENSINO FUNDAMENTAL	60.000,00			60.000,00
12.365.0005.2.013	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL		8.390.050,00		8.390.050,00
12.366	Educação de Jovens e Adultos		23.100,00		23.100,00
12.366.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA		23.100,00		23.100,00
12.366.0005.2.018	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS		23.100,00		23.100,00
13	Cultura	70.000,00			70.000,00
13.366	Educação de Jovens e Adultos	70.000,00			70.000,00
13.366.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA	70.000,00			70.000,00
13.366.0005.1.014	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMAS E EQUIPAMENTOS DO CEJA	70.000,00			70.000,00
Órgão: 09.00 SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE		250.000,00	1.930.000,00	0,00	2.180.000,00
Unidade: 09.01 Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente		250.000,00	1.930.000,00	0,00	2.180.000,00
18	Gestão Ambiental	50.000,00	70.000,00		120.000,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental		70.000,00		70.000,00
18.541.0016	GESTÃO AMBIENTAL		70.000,00		70.000,00
18.541.0016.2.037	PRESERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS E PROGRAMAS AMBIENTAIS		70.000,00		70.000,00
18.544	Recursos Hídricos	50.000,00			50.000,00
18.544.0015	EXTENSÃO RURAL	50.000,00			50.000,00
18.544.0015.1.017	SISTEMA COMUNITÁRIO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO MEIO RURAL	50.000,00			50.000,00
20	Agricultura	200.000,00	1.860.000,00		2.060.000,00
20.606	Extensão Rural	200.000,00	1.860.000,00		2.060.000,00
20.606.0015	EXTENSÃO RURAL	200.000,00	1.860.000,00		2.060.000,00
20.606.0015.1.018	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIOS	200.000,00			200.000,00
20.606.0015.2.034	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE		1.080.000,00		1.080.000,00
20.606.0015.2.035	PRODUÇÃO INTEGRADA DE SISTEMAS AGROPECUÁRIOS EM MICROBACIAS HIDROGRÁFICAS		560.000,00		560.000,00
20.606.0015.2.036	MANUTENÇÃO DA PATRULHA AGRÍCOLA		100.000,00		100.000,00
20.606.0015.2.038	INCENTIVOS A EVENTOS, FEIRAS E EXPOSIÇÕES AGROPECUÁRIAS		60.000,00		60.000,00
20.606.0015.2.039	ABERTURA DE AÇUDES E RESERVATÓRIOS DE ÁGUA		60.000,00		60.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 5/9

Data: 05/12/2013

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO		6.809.870,00	41.280.890,00	4.550.000,00	52.840.760,00
Órgão: 10.00 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA		4.602.200,00	5.144.100,00	0,00	9.746.300,00
Unidade: 10.01 Secretaria de Infraestrutura		4.592.200,00	4.362.100,00	0,00	8.954.300,00
15	Urbanismo	4.592.200,00	3.922.000,00		8.514.200,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	4.420.000,00	2.930.000,00		7.350.000,00
15.451.0017	SERVIÇOS URBANOS	4.420.000,00	2.930.000,00		7.350.000,00
15.451.0017.1.020	PAVIMENTAÇÃO E URBANIZAÇÃO DE RUAS, AVENIDAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS	4.300.000,00			4.300.000,00
15.451.0017.1.021	CONSTRUÇÃO DA CAPELA MORTUÁRIA	10.000,00			10.000,00
15.451.0017.1.022	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS PARA O CEMITÉRIO MUNICIPAL	10.000,00			10.000,00
15.451.0017.1.025	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE OBRAS DA INFRAESTRUTURA	100.000,00			100.000,00
15.451.0017.2.040	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA		2.930.000,00		2.930.000,00
15.452	Serviços Urbanos	152.000,00	992.000,00		1.144.000,00
15.452.0017	SERVIÇOS URBANOS	152.000,00	992.000,00		1.144.000,00
15.452.0017.1.023	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DA INFRAESTRUTURA	152.000,00			152.000,00
15.452.0017.2.042	MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA		992.000,00		992.000,00
15.453	Transportes Coletivos Urbanos	20.200,00			20.200,00
15.453.0017	SERVIÇOS URBANOS	20.200,00			20.200,00
15.453.0017.1.019	CONSTRUÇÃO DE TERMINAIS DE PASSAGEIROS	20.200,00			20.200,00
26	Transporte		440.100,00		440.100,00
26.782	Transporte Rodoviário		440.100,00		440.100,00
26.782.0018	ESTRADAS VICINAIS		440.100,00		440.100,00
26.782.0018.2.041	MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA MUNICIPAL		440.100,00		440.100,00
Unidade: 10.02 Segurança Pública		10.000,00	782.000,00	0,00	792.000,00
06	Segurança Pública	10.000,00	782.000,00		792.000,00
06.181	Policiamento	10.000,00	451.000,00		461.000,00
06.181.0017	SERVIÇOS URBANOS	10.000,00			10.000,00
06.181.0017.1.024	SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL E VERTICAL	10.000,00			10.000,00
06.181.0019	SEGURANÇA PÚBLICA		451.000,00		451.000,00
06.181.0019.2.043	MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA		431.000,00		431.000,00
06.181.0019.2.045	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE CÂMERAS DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA		20.000,00		20.000,00
06.182	Defesa Civil		331.000,00		331.000,00
06.182.0019	SEGURANÇA PÚBLICA		331.000,00		331.000,00
06.182.0019.2.044	MANUTENÇÃO DO FUREBOM		331.000,00		331.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 6/9

Data: 05/12/2013

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO		6.809.870,00	41.280.890,00	4.550.000,00	52.840.760,00
Órgão: 11.00 SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL		266.670,00	1.493.450,00	0,00	1.760.120,00
Unidade: 11.01 Fundo Municipal de Assistencia Social		266.670,00	1.426.250,00	0,00	1.692.920,00
08	Assistência Social	266.670,00	1.426.250,00		1.692.920,00
08.244	Assistência Comunitária	266.670,00	1.426.250,00		1.692.920,00
08.244.0020	ASSISTÊNCIA SOCIAL	266.670,00	900.250,00		1.166.920,00
08.244.0020.1.026	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	50.000,00			50.000,00
08.244.0020.1.027	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE UNIDADES ASSISTENCIAIS	216.670,00			216.670,00
08.244.0020.2.046	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		900.250,00		900.250,00
08.244.0021	CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS		296.000,00		296.000,00
08.244.0021.2.047	MANUTENÇÃO DO CRAS		296.000,00		296.000,00
08.244.0022	CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS		230.000,00		230.000,00
08.244.0022.2.048	MANUTENÇÃO DO CREAS		230.000,00		230.000,00
Unidade: 11.02 Fundo Mun dos Direitos da Criança e do Adolescente		0,00	67.200,00	0,00	67.200,00
08	Assistência Social		67.200,00		67.200,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		67.200,00		67.200,00
08.243.0023	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE		67.200,00		67.200,00
08.243.0023.2.049	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		67.200,00		67.200,00
Órgão: 12.00 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		100.000,00	620.000,00	0,00	720.000,00
Unidade: 12.01 Secretaria de Desenvolvimento Econômico		100.000,00	620.000,00	0,00	720.000,00
04	Administração		350.000,00		350.000,00
04.122	Administração Geral		350.000,00		350.000,00
04.122.0024	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		350.000,00		350.000,00
04.122.0024.2.050	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		350.000,00		350.000,00
22	Indústria	50.000,00	90.000,00		140.000,00
22.661	Promoção Industrial	50.000,00	90.000,00		140.000,00
22.661.0024	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	50.000,00	90.000,00		140.000,00
22.661.0024.1.028	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO	50.000,00			50.000,00
22.661.0024.2.051	PROGRAMA DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		90.000,00		90.000,00
23	Comércio e Serviços	50.000,00	180.000,00		230.000,00
23.695	Turismo	50.000,00	180.000,00		230.000,00
23.695.0024	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	50.000,00			50.000,00
23.695.0024.1.029	OBRAS DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO E TURISMO	50.000,00			50.000,00
23.695.0025	INCENTIVOS AO TURISMO		180.000,00		180.000,00
23.695.0025.2.052	DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DO TURISMO		100.000,00		100.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 7/9

Data: 05/12/2013

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO		6.809.870,00	41.280.890,00	4.550.000,00	52.840.760,00
Órgão: 12.00 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		100.000,00	620.000,00	0,00	720.000,00
Unidade: 12.01 Secretaria de Desenvolvimento Econômico		100.000,00	620.000,00	0,00	720.000,00
23	Comércio e Serviços	50.000,00	180.000,00		230.000,00
23.695	Turismo	50.000,00	180.000,00		230.000,00
23.695.0025	INCENTIVOS AO TURISMO		180.000,00		180.000,00
23.695.0025.2.053	INCENTIVO A EVENTOS, FEIRAS E EXPOSIÇÕES TURÍSTICAS		80.000,00		80.000,00
Órgão: 99.00 RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	200.000,00
Unidade: 99.99 Reserva de Contingência		0,00	0,00	0,00	200.000,00
99	Reserva de Contingência				200.000,00
99.999	Reserva de Contingência				200.000,00
99.999.0028	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				200.000,00
99.999.0028.9.999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				200.000,00
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO		780.000,00	11.346.240,00	0,00	12.126.240,00
Órgão: 08.00 SECRETARIA DE SAÚDE		780.000,00	11.346.240,00	0,00	12.126.240,00
Unidade: 08.01 Fundo Municipal de Saúde		780.000,00	11.346.240,00	0,00	12.126.240,00
10	Saúde	780.000,00	11.346.240,00		12.126.240,00
10.301	Atenção Básica	780.000,00	8.139.240,00		8.919.240,00
10.301.0012	GESTÃO DO SUS		25.200,00		25.200,00
10.301.0012.2.031	GESTÃO DO SUS		25.200,00		25.200,00
10.301.0014	INVESTIMENTOS EM SAÚDE	780.000,00			780.000,00
10.301.0014.1.015	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE UNIDADES DE SAÚDE	730.000,00			730.000,00
10.301.0014.1.016	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE	50.000,00			50.000,00
10.301.0009	ATENÇÃO BÁSICA		8.114.040,00		8.114.040,00
10.301.0009.2.022	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		3.954.740,00		3.954.740,00
10.301.0009.2.023	MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA		2.499.800,00		2.499.800,00
10.301.0009.2.024	ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF		781.500,00		781.500,00
10.301.0009.2.025	ESTRATÉGIA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - EACS		704.000,00		704.000,00
10.301.0009.2.026	ESTRATÉGIA DE SAÚDE BUCAL - ESB		174.000,00		174.000,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		2.201.000,00		2.201.000,00
10.302.0010	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE		2.201.000,00		2.201.000,00
10.302.0010.2.027	ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL		1.468.000,00		1.468.000,00
10.302.0010.2.028	MANUTENÇÃO DO SAMU		262.000,00		262.000,00
10.302.0010.2.029	MANUTENÇÃO DO CAPS		471.000,00		471.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 8/9

Data: 05/12/2013

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRAIBURGO		780.000,00	11.346.240,00	0,00	12.126.240,00
Órgão: 08.00 SECRETARIA DE SAÚDE		780.000,00	11.346.240,00	0,00	12.126.240,00
Unidade: 08.01 Fundo Municipal de Saúde		780.000,00	11.346.240,00	0,00	12.126.240,00
10	Saúde	780.000,00	11.346.240,00		12.126.240,00
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico		694.500,00		694.500,00
10.303.0011	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA		694.500,00		694.500,00
10.303.0011.2.030	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA		694.500,00		694.500,00
10.304	Vigilância Sanitária		132.000,00		132.000,00
10.304.0013	VIGILÂNCIA EM SAÚDE		132.000,00		132.000,00
10.304.0013.2.032	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA		132.000,00		132.000,00
10.305	Vigilância Epidemiológica		179.500,00		179.500,00
10.305.0013	VIGILÂNCIA EM SAÚDE		179.500,00		179.500,00
10.305.0013.2.033	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA		179.500,00		179.500,00
Entidade: 8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME		100.000,00	950.000,00	0,00	1.050.000,00
Órgão: 13.00 Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME		100.000,00	950.000,00	0,00	1.050.000,00
Unidade: 13.01 Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME		100.000,00	950.000,00	0,00	1.050.000,00
27	Desporto e Lazer	100.000,00	950.000,00		1.050.000,00
27.812	Desporto Comunitário	100.000,00	950.000,00		1.050.000,00
27.812.0026	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE	100.000,00	950.000,00		1.050.000,00
27.812.0026.1.030	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE OBRAS PARA PRÁTICAS DESPORTIVAS E DE LAZER	50.000,00			50.000,00
27.812.0026.1.031	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - FME	50.000,00			50.000,00
27.812.0026.2.054	MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - FME		950.000,00		950.000,00
Entidade: 9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO SANEFRAI		663.000,00	4.650.000,00	0,00	5.313.000,00
Órgão: 14.00 AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO		663.000,00	4.650.000,00	0,00	5.313.000,00
Unidade: 14.01 SANEFRAI		663.000,00	4.650.000,00	0,00	5.313.000,00
17	Saneamento	663.000,00	4.650.000,00		5.313.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	663.000,00	4.650.000,00		5.313.000,00
17.512.0027	SANEAMENTO BÁSICO	663.000,00	4.650.000,00		5.313.000,00
17.512.0027.1.032	OBRAS DE SANEAMENTO BÁSICO	300.000,00			300.000,00
17.512.0027.1.033	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DE SANEAMENTO	363.000,00			363.000,00
17.512.0027.2.055	MANUTENÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO		3.450.000,00		3.450.000,00
17.512.0027.2.056	COLETA E DESTINO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS		1.200.000,00		1.200.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Página: 9/9

Data: 05/12/2013

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 10 - CAMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO		120.000,00	2.180.000,00	0,00	2.300.000,00
Órgão: 01.00 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		120.000,00	2.180.000,00	0,00	2.300.000,00
Unidade: 01.01 Câmara Municipal de Vereadores		120.000,00	2.180.000,00	0,00	2.300.000,00
01	Legislativa	120.000,00	2.180.000,00		2.300.000,00
01.031	Ação Legislativa	120.000,00	2.180.000,00		2.300.000,00
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO	120.000,00	2.180.000,00		2.300.000,00
01.031.0001.1.001	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O LEGISLATIVO	80.000,00			80.000,00
01.031.0001.1.002	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, UTENSÍLIOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA LEGISLATIVO	40.000,00			40.000,00
01.031.0001.2.001	MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		2.180.000,00		2.180.000,00
Total geral:					73.630.000,00

ISABEL C. BEHER SCAPINELLO
Contadora

OLIDES BERTAIOLLI
Secretario de Finanças

MOISES AMADEU PATRICIO
Controlador Interno

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Página: 1/4

Data: 05/12/2013

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
01	Legislativa	120.000,00	2.180.000,00		2.300.000,00
01.031	Ação Legislativa	120.000,00	2.180.000,00		2.300.000,00
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO	120.000,00	2.180.000,00		2.300.000,00
04	Administração	150.000,00	6.067.000,00		6.217.000,00
04.122	Administração Geral	100.000,00	4.887.000,00		4.987.000,00
04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO GERAL	100.000,00	4.537.000,00		4.637.000,00
04.122.0024	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		350.000,00		350.000,00
04.123	Administração Financeira	50.000,00	1.180.000,00		1.230.000,00
04.123.0004	GESTÃO FINANCEIRA	50.000,00	1.180.000,00		1.230.000,00
06	Segurança Pública	10.000,00	782.000,00		792.000,00
06.181	Policimento	10.000,00	451.000,00		461.000,00
06.181.0017	SERVIÇOS URBANOS	10.000,00			10.000,00
06.181.0019	SEGURANÇA PÚBLICA		451.000,00		451.000,00
06.182	Defesa Civil		331.000,00		331.000,00
06.182.0019	SEGURANÇA PÚBLICA		331.000,00		331.000,00
08	Assistência Social	266.670,00	1.493.450,00		1.760.120,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		67.200,00		67.200,00
08.243.0023	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE		67.200,00		67.200,00
08.244	Assistência Comunitária	266.670,00	1.426.250,00		1.692.920,00
08.244.0020	ASSISTÊNCIA SOCIAL	266.670,00	900.250,00		1.166.920,00
08.244.0021	CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS		296.000,00		296.000,00
08.244.0022	CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS		230.000,00		230.000,00
10	Saúde	780.000,00	11.346.240,00		12.126.240,00
10.301	Atenção Básica	780.000,00	8.139.240,00		8.919.240,00
10.301.0012	GESTÃO DO SUS		25.200,00		25.200,00
10.301.0014	INVESTIMENTOS EM SAÚDE	780.000,00			780.000,00
10.301.0009	ATENÇÃO BÁSICA		8.114.040,00		8.114.040,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		2.201.000,00		2.201.000,00
10.302.0010	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE		2.201.000,00		2.201.000,00
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico		694.500,00		694.500,00
10.303.0011	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA		694.500,00		694.500,00
10.304	Vigilância Sanitária		132.000,00		132.000,00
10.304.0013	VIGILÂNCIA EM SAÚDE		132.000,00		132.000,00
10.305	Vigilância Epidemiológica		179.500,00		179.500,00
10.305.0013	VIGILÂNCIA EM SAÚDE		179.500,00		179.500,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Página: 2/4

Data: 05/12/2013

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
10	Saúde	780.000,00	11.346.240,00		12.126.240,00
10.305	Vigilância Epidemiológica		179.500,00		179.500,00
10.305.0013	VIGILÂNCIA EM SAÚDE		179.500,00		179.500,00
12	Educação	1.280.000,00	25.241.340,00		26.521.340,00
12.122	Administração Geral		30.000,00		30.000,00
12.122.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA		30.000,00		30.000,00
12.306	Alimentação e Nutrição		1.535.800,00		1.535.800,00
12.306.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA		1.535.800,00		1.535.800,00
12.361	Ensino Fundamental	1.000.000,00	14.412.390,00		15.412.390,00
12.361.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA	1.000.000,00	14.412.390,00		15.412.390,00
12.362	Ensino Médio		350.000,00		350.000,00
12.362.0006	ENSINO MÉDIO		350.000,00		350.000,00
12.364	Ensino Superior		500.000,00		500.000,00
12.364.0007	ENSINO SUPERIOR		500.000,00		500.000,00
12.365	Educação Infantil	280.000,00	8.390.050,00		8.670.050,00
12.365.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA	280.000,00	8.390.050,00		8.670.050,00
12.366	Educação de Jovens e Adultos		23.100,00		23.100,00
12.366.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA		23.100,00		23.100,00
13	Cultura	120.000,00	1.095.000,00		1.215.000,00
13.366	Educação de Jovens e Adultos	70.000,00			70.000,00
13.366.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA	70.000,00			70.000,00
13.392	Difusão Cultural	50.000,00	1.095.000,00		1.145.000,00
13.392.0008	DESENVOLVIMENTO CULTURAL	50.000,00	1.095.000,00		1.145.000,00
15	Urbanismo	4.592.200,00	3.922.000,00		8.514.200,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	4.420.000,00	2.930.000,00		7.350.000,00
15.451.0017	SERVIÇOS URBANOS	4.420.000,00	2.930.000,00		7.350.000,00
15.452	Serviços Urbanos	152.000,00	992.000,00		1.144.000,00
15.452.0017	SERVIÇOS URBANOS	152.000,00	992.000,00		1.144.000,00
15.453	Transportes Coletivos Urbanos	20.200,00			20.200,00
15.453.0017	SERVIÇOS URBANOS	20.200,00			20.200,00
16	Habitação	41.000,00	40.000,00		81.000,00
16.481	Habitação Rural	10.000,00			10.000,00
16.481.0003	HABITAÇÃO POPULAR	10.000,00			10.000,00
16.482	Habitação Urbana	31.000,00	40.000,00		71.000,00
16.482.0003	HABITAÇÃO POPULAR	31.000,00	40.000,00		71.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Página: 3/4

Data: 05/12/2013

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
16	Habitação	41.000,00	40.000,00		81.000,00
16.482	Habitação Urbana	31.000,00	40.000,00		71.000,00
16.482.0003	HABITAÇÃO POPULAR	31.000,00	40.000,00		71.000,00
17	Saneamento	663.000,00	4.650.000,00		5.313.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	663.000,00	4.650.000,00		5.313.000,00
17.512.0027	SANEAMENTO BÁSICO	663.000,00	4.650.000,00		5.313.000,00
18	Gestão Ambiental	50.000,00	70.000,00		120.000,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental		70.000,00		70.000,00
18.541.0016	GESTÃO AMBIENTAL		70.000,00		70.000,00
18.544	Recursos Hídricos	50.000,00			50.000,00
18.544.0015	EXTENSÃO RURAL	50.000,00			50.000,00
20	Agricultura	200.000,00	1.860.000,00		2.060.000,00
20.606	Extensão Rural	200.000,00	1.860.000,00		2.060.000,00
20.606.0015	EXTENSÃO RURAL	200.000,00	1.860.000,00		2.060.000,00
22	Indústria	50.000,00	90.000,00		140.000,00
22.661	Promoção Industrial	50.000,00	90.000,00		140.000,00
22.661.0024	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	50.000,00	90.000,00		140.000,00
23	Comércio e Serviços	50.000,00	180.000,00		230.000,00
23.695	Turismo	50.000,00	180.000,00		230.000,00
23.695.0024	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	50.000,00			50.000,00
23.695.0025	INCENTIVOS AO TURISMO		180.000,00		180.000,00
26	Transporte		440.100,00		440.100,00
26.782	Transporte Rodoviário		440.100,00		440.100,00
26.782.0018	ESTRADAS VICINAIS		440.100,00		440.100,00
27	Desporto e Lazer	100.000,00	950.000,00		1.050.000,00
27.812	Desporto Comunitário	100.000,00	950.000,00		1.050.000,00
27.812.0026	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE	100.000,00	950.000,00		1.050.000,00
28	Encargos Especiais			4.550.000,00	4.550.000,00
28.843	Serviço da Dívida Interna			3.000.000,00	3.000.000,00
28.843.0000	ENCARGOS ESPECIAIS			3.000.000,00	3.000.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Página: 4/4

Data: 05/12/2013

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
28	Encargos Especiais			4.550.000,00	4.550.000,00
28.846	Outros Encargos Especiais			1.550.000,00	1.550.000,00
28.846.0000	ENCARGOS ESPECIAIS			1.550.000,00	1.550.000,00
99	Reserva de Contingência				200.000,00
99.999	Reserva de Contingência				200.000,00
99.999.0028	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				200.000,00
Total:		8.472.870,00	60.407.130,00	4.550.000,00	73.630.000,00
Total geral:		8.472.870,00	60.407.130,00	4.550.000,00	73.630.000,00

Fraiburgo, 5 de dezembro de 2013

ISABEL C. BEHER SCAPINELLO
Contadora

OLIDES BERTAIOLLI
Secretario de Finanças

MOISES AMADEU PATRICIO
Controlador Interno

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Página: 1/4

Data: 05/12/2013

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
01	Legislativa	2.300.000,00		2.300.000,00
01.031	Ação Legislativa	2.300.000,00		2.300.000,00
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO	2.300.000,00		2.300.000,00
04	Administração	6.125.000,00	92.000,00	6.217.000,00
04.122	Administração Geral	4.895.000,00	92.000,00	4.987.000,00
04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO GERAL	4.545.000,00	92.000,00	4.637.000,00
04.122.0024	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	350.000,00		350.000,00
04.123	Administração Financeira	1.230.000,00		1.230.000,00
04.123.0004	GESTÃO FINANCEIRA	1.230.000,00		1.230.000,00
06	Segurança Pública	155.000,00	637.000,00	792.000,00
06.181	Policimento	155.000,00	306.000,00	461.000,00
06.181.0017	SERVIÇOS URBANOS	10.000,00		10.000,00
06.181.0019	SEGURANÇA PÚBLICA	145.000,00	306.000,00	451.000,00
06.182	Defesa Civil		331.000,00	331.000,00
06.182.0019	SEGURANÇA PÚBLICA		331.000,00	331.000,00
08	Assistência Social	1.356.670,00	403.450,00	1.760.120,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	30.000,00	37.200,00	67.200,00
08.243.0023	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	30.000,00	37.200,00	67.200,00
08.244	Assistência Comunitária	1.326.670,00	366.250,00	1.692.920,00
08.244.0020	ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.046.670,00	120.250,00	1.166.920,00
08.244.0021	CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS	150.000,00	146.000,00	296.000,00
08.244.0022	CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS	130.000,00	100.000,00	230.000,00
10	Saúde		12.126.240,00	12.126.240,00
10.301	Atenção Básica		8.919.240,00	8.919.240,00
10.301.0012	GESTÃO DO SUS		25.200,00	25.200,00
10.301.0014	INVESTIMENTOS EM SAÚDE		780.000,00	780.000,00
10.301.0009	ATENÇÃO BÁSICA		8.114.040,00	8.114.040,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		2.201.000,00	2.201.000,00
10.302.0010	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE		2.201.000,00	2.201.000,00
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico		694.500,00	694.500,00
10.303.0011	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA		694.500,00	694.500,00
10.304	Vigilância Sanitária		132.000,00	132.000,00
10.304.0013	VIGILÂNCIA EM SAÚDE		132.000,00	132.000,00
10.305	Vigilância Epidemiológica		179.500,00	179.500,00
10.305.0013	VIGILÂNCIA EM SAÚDE		179.500,00	179.500,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Página: 2/4

Data: 05/12/2013

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
12	Educação	1.868.600,00	24.652.740,00	26.521.340,00
12.122	Administração Geral	30.000,00		30.000,00
12.122.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA	30.000,00		30.000,00
12.306	Alimentação e Nutrição	1.035.500,00	500.300,00	1.535.800,00
12.306.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA	1.035.500,00	500.300,00	1.535.800,00
12.361	Ensino Fundamental		15.412.390,00	15.412.390,00
12.361.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA		15.412.390,00	15.412.390,00
12.362	Ensino Médio	300.000,00	50.000,00	350.000,00
12.362.0006	ENSINO MÉDIO	300.000,00	50.000,00	350.000,00
12.364	Ensino Superior	500.000,00		500.000,00
12.364.0007	ENSINO SUPERIOR	500.000,00		500.000,00
12.365	Educação Infantil		8.670.050,00	8.670.050,00
12.365.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA		8.670.050,00	8.670.050,00
12.366	Educação de Jovens e Adultos	3.100,00	20.000,00	23.100,00
12.366.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA	3.100,00	20.000,00	23.100,00
13	Cultura	1.145.000,00	70.000,00	1.215.000,00
13.366	Educação de Jovens e Adultos		70.000,00	70.000,00
13.366.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA		70.000,00	70.000,00
13.392	Difusão Cultural	1.145.000,00		1.145.000,00
13.392.0008	DESENVOLVIMENTO CULTURAL	1.145.000,00		1.145.000,00
15	Urbanismo	3.592.200,00	4.922.000,00	8.514.200,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	3.350.000,00	4.000.000,00	7.350.000,00
15.451.0017	SERVIÇOS URBANOS	3.350.000,00	4.000.000,00	7.350.000,00
15.452	Serviços Urbanos	222.000,00	922.000,00	1.144.000,00
15.452.0017	SERVIÇOS URBANOS	222.000,00	922.000,00	1.144.000,00
15.453	Transportes Coletivos Urbanos	20.200,00		20.200,00
15.453.0017	SERVIÇOS URBANOS	20.200,00		20.200,00
16	Habitação	60.000,00	21.000,00	81.000,00
16.481	Habitação Rural	10.000,00		10.000,00
16.481.0003	HABITAÇÃO POPULAR	10.000,00		10.000,00
16.482	Habitação Urbana	50.000,00	21.000,00	71.000,00
16.482.0003	HABITAÇÃO POPULAR	50.000,00	21.000,00	71.000,00
17	Saneamento	5.313.000,00		5.313.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	5.313.000,00		5.313.000,00
17.512.0027	SANEAMENTO BÁSICO	5.313.000,00		5.313.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Página: 3/4

Data: 05/12/2013

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
18	Gestão Ambiental	120.000,00		120.000,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	70.000,00		70.000,00
18.541.0016	GESTÃO AMBIENTAL	70.000,00		70.000,00
18.544	Recursos Hídricos	50.000,00		50.000,00
18.544.0015	EXTENSÃO RURAL	50.000,00		50.000,00
20	Agricultura	2.060.000,00		2.060.000,00
20.606	Extensão Rural	2.060.000,00		2.060.000,00
20.606.0015	EXTENSÃO RURAL	2.060.000,00		2.060.000,00
22	Indústria	140.000,00		140.000,00
22.661	Promoção Industrial	140.000,00		140.000,00
22.661.0024	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	140.000,00		140.000,00
23	Comércio e Serviços	230.000,00		230.000,00
23.695	Turismo	230.000,00		230.000,00
23.695.0024	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	50.000,00		50.000,00
23.695.0025	INCENTIVOS AO TURISMO	180.000,00		180.000,00
26	Transporte	430.000,00	10.100,00	440.100,00
26.782	Transporte Rodoviário	430.000,00	10.100,00	440.100,00
26.782.0018	ESTRADAS VICINAIS	430.000,00	10.100,00	440.100,00
27	Desporto e Lazer	1.050.000,00		1.050.000,00
27.812	Desporto Comunitário	1.050.000,00		1.050.000,00
27.812.0026	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE	1.050.000,00		1.050.000,00
28	Encargos Especiais	4.550.000,00		4.550.000,00
28.843	Serviço da Dívida Interna	3.000.000,00		3.000.000,00
28.843.0000	ENCARGOS ESPECIAIS	3.000.000,00		3.000.000,00
28.846	Outros Encargos Especiais	1.550.000,00		1.550.000,00
28.846.0000	ENCARGOS ESPECIAIS	1.550.000,00		1.550.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Página: 4/4

Data: 05/12/2013

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
99	Reserva de Contingência			200.000,00
99.999	Reserva de Contingência			200.000,00
99.999.0028	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			200.000,00
Total:		30.695.470,00	42.934.530,00	73.630.000,00
Total geral:		30.695.470,00	42.934.530,00	73.630.000,00

Fraiburgo, 5 de dezembro de 2013

ISABEL C. BEHER SCAPINELLO
Contadora_____
OLIDES BERTAIOLLI
Secretario de Finanças_____
MOISES AMADEU PATRICIO
Controlador Interno_____
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Página: 1/30

Data: 05/12/2013

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
Órgão						
02.00 - GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	0,00	1.530.000,00	0,00	0,00
03.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	0,00	0,00	0,00	830.000,00	0,00	0,00
04.00 - CONTROLADORIA INTERNA	0,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	0,00	0,00	0,00	2.127.000,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DE FINANÇAS	0,00	0,00	0,00	1.230.000,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	792.000,00
11.00 - SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	0,00	0,00	0,00	350.000,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	0,00	0,00	0,00	6.217.000,00	0,00	792.000,00



Estado de Santa Catarina

Página: 2/30

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Data: 05/12/2013

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - CONTROLADORIA INTERNA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DE FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.521.340,00
09.00 - SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL		0,00	1.760.120,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	1.760.120,00	0,00	0,00	0,00	26.521.340,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Página: 3/30

Data: 05/12/2013

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		1.145.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - CONTROLADORIA INTERNA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		0,00	0,00	0,00	81.000,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DE FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00
10.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA		0,00	0,00	8.514.200,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		1.215.000,00	0,00	8.514.200,00	81.000,00	0,00	120.000,00

Estado de Santa Catarina

Página: 4/30

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Data: 05/12/2013

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - CONTROLADORIA INTERNA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DE FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE		0,00	2.060.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		0,00	0,00	0,00	140.000,00	230.000,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	2.060.000,00	0,00	140.000,00	230.000,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 5/30

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Data: 05/12/2013

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Direitos da Criança e Adolescente	Reserva de Contingência
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - CONTROLADORIA INTERNA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DE FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	4.550.000,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA		0,00	440.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
Total:		0,00	440.100,00	0,00	4.550.000,00	0,00	200.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Página: 6/30

Data: 05/12/2013

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	TOTAL					
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		2.675.000,00					
03.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO		830.000,00					
04.00 - CONTROLADORIA INTERNA		150.000,00					
05.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		2.208.000,00					
06.00 - SECRETARIA DE FINANÇAS		5.780.000,00					
07.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		26.591.340,00					
09.00 - SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE		2.180.000,00					
10.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA		9.746.300,00					
11.00 - SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL		1.760.120,00					
12.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		720.000,00					
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		200.000,00					
	Total:	52.840.760,00					

Estado de Santa Catarina

Página: 7/30

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Data: 05/12/2013

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
08.00 - SECRETARIA DE SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 8/30

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Data: 05/12/2013

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
08.00 - SECRETARIA DE SAÚDE		0,00	0,00	0,00	12.126.240,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	12.126.240,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 9/30

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Data: 05/12/2013

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
08.00 - SECRETARIA DE SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 10/30

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Data: 05/12/2013

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
08.00 - SECRETARIA DE SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 11/30

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Data: 05/12/2013

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Direitos da Criança e Adolescente	Reserva de Contingência
08.00 - SECRETARIA DE SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 12/30

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Data: 05/12/2013

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Funções		TOTAL					
Órgão							
08.00 - SECRETARIA DE SAÚDE		12.126.240,00					
Total:		12.126.240,00					

Estado de Santa Catarina

Página: 13/30

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Data: 05/12/2013

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
13.00 - Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO****LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 14/30

Data: 05/12/2013

Entidade: 8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
13.00 - Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 15/30

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Data: 05/12/2013

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
13.00 - Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 16/30

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Data: 05/12/2013

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
13.00 - Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 17/30

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Data: 05/12/2013

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Direitos da Crianca e Adolescente	Reserva de Contingência
13.00 - Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME		0,00	0,00	1.050.000,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	1.050.000,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 18/30

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Data: 05/12/2013

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME

Funções		TOTAL					
Órgão							
13.00 - Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME		1.050.000,00					
Total:		1.050.000,00					

Estado de Santa Catarina

Página: 19/30

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Data: 05/12/2013

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO SANEFRAI

Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
Órgão						
14.00 - AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 20/30

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Data: 05/12/2013

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO SANEFRAI

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
14.00 - AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 21/30

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Data: 05/12/2013

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO SANEFRAI

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
14.00 - AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO		0,00	0,00	0,00	0,00	5.313.000,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	5.313.000,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 22/30

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Data: 05/12/2013

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO SANEFRAI

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
14.00 - AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 23/30

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Data: 05/12/2013

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO SANEFRAI

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Direitos da Criança e Adolescente	Reserva de Contingência
14.00 - AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 24/30

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Data: 05/12/2013

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO SANEFRAI

Órgão	Funções	TOTAL					
14.00 - AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO		5.313.000,00					
	Total:	5.313.000,00					

Estado de Santa Catarina

Página: 25/30

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Data: 05/12/2013

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 10 - CAMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		2.300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	2.300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 26/30

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Data: 05/12/2013

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 10 - CAMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 27/30

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Data: 05/12/2013

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 10 - CAMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 28/30

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Data: 05/12/2013

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 10 - CAMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 29/30

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Data: 05/12/2013

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 10 - CAMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Direitos da Criança e Adolescente	Reserva de Contingência
01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Página: 30/30

Data: 05/12/2013

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 10 - CAMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	TOTAL					
01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		2.300.000,00					
	Total:	2.300.000,00					
	Total geral:	73.630.000,00					

Fraiburgo, 5 de dezembro de 2013

ISABEL C. BEHER SCAPINELLO
Contadora

OLIDES BERTAIOLLI
Secretario de Finanças

MOISES AMADEU PATRICIO
Controlador Interno

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 1/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014

I - Classificação

Órgão:	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	01.00
Unidade:	Câmara Municipal de Vereadores	01.01
Função:	Legislativa	1
Subfunção:	Ação Legislativa	31
Programa:	PROCESSO LEGISLATIVO	0001

Objetivo do programa:

Elaborar leis e fiscalizar os atos do Poder Executivo; avaliar a execução das políticas públicas; definir as diretrizes do planejamento da Câmara Municipal de Fraiburgo; divulgar os trabalhos realizados por essa instituição; incentivar a participação popular; desenvolver ações para a manutenção das atividades legislativas; e atuar de forma integrada com o Poder Executivo.

Justificativa do programa:

O Poder Legislativo local é exercido pela Câmara Municipal que tem funções: legislativas, de fiscalização financeira, controle externo do executivo, de julgamento político-administrativo, desempenhando ainda as atribuições que lhe são próprias, atinentes à gestão dos assuntos de sua economia interna.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.001	11 2	MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	Manutenção (Câmara Municipal de Vereadores)	4,000	2.180.000,00

II - Descrição das Ações

Exercer as funções legislativas, de fiscalização, controle externo do executivo realizando sessões ordinárias e extraordinárias, e atribuições que lhe são próprias atinentes à sua gestão. □ □

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	1.461.610,00	0,00	1.461.610,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	668.390,00	0,00	668.390,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			2.180.000,00	0,00	2.180.000,00

Legenda:

00.01.0200 - Recursos Ordinários

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 2/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014

I - Classificação

Órgão:	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	01.00
Unidade:	Câmara Municipal de Vereadores	01.01
Função:	Legislativa	1
Subfunção:	Ação Legislativa	31
Programa:	PROCESSO LEGISLATIVO	0001

Objetivo do programa:

Elaborar leis e fiscalizar os atos do Poder Executivo; avaliar a execução das políticas públicas; definir as diretrizes do planejamento da Câmara Municipal de Fraiburgo; divulgar os trabalhos realizados por essa instituição; incentivar a participação popular; desenvolver ações para a manutenção das atividades legislativas; e atuar de forma integrada com o Poder Executivo.

Justificativa do programa:

O Poder Legislativo local é exercido pela Câmara Municipal que tem funções: legislativas, de fiscalização financeira, controle externo do executivo, de julgamento político-administrativo, desempenhando ainda as atribuições que lhe são próprias, atinentes à gestão dos assuntos de sua economia interna.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.002	11 1	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, UTENSÍLIOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	Móveis e Equipamentos (Câmara Municipal de Vereadores)	80,000	40.000,00

II - Descrição das Ações

Equipar a sede do Legislativo. □ □

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	40.000,00	0,00	40.000,00
Total:			40.000,00	0,00	40.000,00

Legenda:

00.01.0200 - Recursos Ordinários

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 3/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014

I - Classificação

Órgão:	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	01.00
Unidade:	Câmara Municipal de Vereadores	01.01
Função:	Legislativa	1
Subfunção:	Ação Legislativa	31
Programa:	PROCESSO LEGISLATIVO	0001

Objetivo do programa:

Elaborar leis e fiscalizar os atos do Poder Executivo; avaliar a execução das políticas públicas; definir as diretrizes do planejamento da Câmara Municipal de Fraiburgo; divulgar os trabalhos realizados por essa instituição; incentivar a participação popular; desenvolver ações para a manutenção das atividades legislativas; e atuar de forma integrada com o Poder Executivo.

Justificativa do programa:

O Poder Legislativo local é exercido pela Câmara Municipal que tem funções: legislativas, de fiscalização financeira, controle externo do executivo, de julgamento político-administrativo, desempenhando ainda as atribuições que lhe são próprias, atinentes à gestão dos assuntos de sua economia interna.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.001	11 1	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O LEGISLATIVO	Veiculo (Câmara Municipal de Vereadores)	1,000	80.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção e melhoria da frota de veículos. □□

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	80.000,00	0,00	80.000,00
Total:			80.000,00	0,00	80.000,00

Legenda:

00.01.0200 - Recursos Ordinários

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 4/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014

I - Classificação

Órgão:	GABINETE DO PREFEITO	02.00
Unidade:	Gabinete do Prefeito	02.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0002

Objetivo do programa:

Desenvolver as ações administrativas do município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, técnicos e institucionais. Primar pelo cumprimento dos princípios Constitucionais e legais nos atos administrativos. Executar o Plano de Governo e às prioridades estabelecidas no mesmo.

Justificativa do programa:

A administração desenvolve todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, através deste programa são desenvolvidas as ações de Manutenção do Gabinete do Prefeito, Secretaria de Administração e Planejamento, Controladoria Interna e Procuradoria do Município, que atendem as reivindicações e avaliam os resultados dos serviços públicos.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.002	2	2	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	Manutenção (Gabinete do Prefeito)	4,000	1.450.000,00

II - Descrição das Ações

Atendimento das atividades inerentes ao gabinete do prefeito, vice-prefeito, assessoria e aos demais órgãos integrantes. □□

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	1.200.000,00	0,00	1.200.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	200.000,00	0,00	200.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			1.450.000,00	0,00	1.450.000,00

Legenda:

00.01.0200 - Recursos Ordinários

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 5/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014**I - Classificação**

Órgão:	GABINETE DO PREFEITO	02.00
Unidade:	Gabinete do Prefeito	02.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0002

Objetivo do programa:

Desenvolver as ações administrativas do município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, técnicos e institucionais. Primar pelo cumprimento dos princípios Constitucionais e legais nos atos administrativos. Executar o Plano de Governo e às prioridades estabelecidas no mesmo.

Justificativa do programa:

A administração desenvolve todas as ações de caráter administrativo de forma continua, através deste programa são desenvolvidas as ações de Manutenção do Gabinete do Prefeito, Secretaria de Administração e Planejamento, Controladoria Interna e Procuradoria do Município, que atendem as reivindicações e avaliam os resultados dos serviços públicos.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.003	2	1	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O GABINETE	Veiculo (Gabinete do Prefeito)	0,000	50.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção e melhoria da frota de veículos.□□

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			50.000,00	0,00	50.000,00

Legenda:

00.01.0200 - Recursos Ordinários

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 6/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014

I - Classificação

Órgão:	GABINETE DO PREFEITO	02.00
Unidade:	Fundo Municipal dos Direitos Difusos - FMDD	02.02
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0002

Objetivo do programa:

Desenvolver as ações administrativas do município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, técnicos e institucionais. Primar pelo cumprimento dos princípios Constitucionais e legais nos atos administrativos. Executar o Plano de Governo e às prioridades estabelecidas no mesmo.

Justificativa do programa:

A administração desenvolve todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, através deste programa são desenvolvidas as ações de Manutenção do Gabinete do Prefeito, Secretaria de Administração e Planejamento, Controladoria Interna e Procuradoria do Município, que atendem as reivindicações e avaliam os resultados dos serviços públicos.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.003	2	2	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS	Manutenção (Fundo Municipal dos Direitos Difusos - FMDD)	4,000	30.000,00

II - Descrição das Ações

Promover e implementar ações direcionadas à formulação da política do sistema municipal de proteção, orientação, defesa e educação do consumidor. □□

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0209.000000	0,00	5.000,00	5.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0210.000000	0,00	5.000,00	5.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0211.000000	0,00	5.000,00	5.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0212.000000	0,00	5.000,00	5.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0213.000000	0,00	5.000,00	5.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0214.000000	0,00	5.000,00	5.000,00
Total:			0,00	30.000,00	30.000,00

Legenda:

00.01.0209 - Multas Relativas ao Meio Ambiente

00.01.0210 - Multas Relativas ao Meio Ambiente

00.01.0211 - Multa Relativo a Defesa de Portadores de Deficiência

00.01.0212 - Multas Relativas Interesse da Habitação e Urbanismo



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 7/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014

00.01.0212 - Multas Relativas Interesse de Habitação e Urbanismo
00.01.0213 - Multas Relativas ao Interesse do Consumidor
00.01.0214 - Multas Relativo a Outros Interesses Difusos

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 8/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014

I - Classificação

Órgão:	GABINETE DO PREFEITO	02.00
Unidade:	Cultura	02.03
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	DESENVOLVIMENTO CULTURAL	0008

Objetivo do programa:

Oferecer atividades voltadas para o desenvolvimento cultural da comunidade fraiburguense.

Justificativa do programa:

A história de uma comunidade deve ser preservada e enriquecida com atividades culturais nas mais diversas esferas como: encontros com escritores, danças típicas, peças teatrais, shows entre outros.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.005	2	2	MANUTENÇÃO DAS FESTIVIDADES DO MUNICIPIO	Eventos Realizados (Cultura)	20,000	350.000,00

II - Descrição das Ações

Ofertar eventos culturais, esportivos e de lazer ☐

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0200.000000	50.000,00	0,00	50.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	300.000,00	0,00	300.000,00
Total:			350.000,00	0,00	350.000,00

Legenda:

00.01.0200 - Recursos Ordinários

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 9/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014

I - Classificação

Órgão:	GABINETE DO PREFEITO	02.00
Unidade:	Cultura	02.03
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	DESENVOLVIMENTO CULTURAL	0008

Objetivo do programa:

Oferecer atividades voltadas para o desenvolvimento cultural da comunidade fraiburguense.

Justificativa do programa:

A história de uma comunidade deve ser preservada e enriquecida com atividades culturais nas mais diversas esferas como: encontros com escritores, danças típicas, peças teatrais, shows entre outros.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.004	2 2	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS	Manutenção (Cultura)	4,000	745.000,00

II - Descrição das Ações

Atendimento da comunidade fraiburguense com atividades culturais□□

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	500.000,00	0,00	500.000,00
3.3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0200.000000	15.000,00	0,00	15.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	200.000,00	0,00	200.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	30.000,00	0,00	30.000,00
Total:			745.000,00	0,00	745.000,00

Legenda:

00.01.0200 - Recursos Ordinários

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 10/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014

I - Classificação

Órgão:	GABINETE DO PREFEITO	02.00
Unidade:	Cultura	02.03
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	DESENVOLVIMENTO CULTURAL	0008

Objetivo do programa:

Oferecer atividades voltadas para o desenvolvimento cultural da comunidade fraiburguense.

Justificativa do programa:

A história de uma comunidade deve ser preservada e enriquecida com atividades culturais nas mais diversas esferas como: encontros com escritores, danças típicas, peças teatrais, shows entre outros.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.004	2	1	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMAS E EQUIPAMENTOS PARA	Área Construída (Cultura)	2000,000	50.000,00

II - Descrição das Ações

Construir, ampliar, reformar e equipar o Centro Cultural do município. □ □

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			50.000,00	0,00	50.000,00

Legenda:

00.01.0200 - Recursos Ordinários

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 11/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014

I - Classificação

Órgão:	PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	03.00
Unidade:	Procuradoria Geral do Município	03.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0002

Objetivo do programa:

Desenvolver as ações administrativas do município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, técnicos e institucionais. Primar pelo cumprimento dos princípios Constitucionais e legais nos atos administrativos. Executar o Plano de Governo e às prioridades estabelecidas no mesmo.

Justificativa do programa:

A administração desenvolve todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, através deste programa são desenvolvidas as ações de Manutenção do Gabinete do Prefeito, Secretaria de Administração e Planejamento, Controladoria Interna e Procuradoria do Município, que atendem as reivindicações e avaliam os resultados dos serviços públicos.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.006	2	2	MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL	Manutenção (Procuradoria Geral do Município)	4,000	830.000,00

II - Descrição das Ações

Exercer o controle interno da legalidade dos atos da Administração Pública Municipal. Representar judicial e extrajudicialmente o Município na defesa dos interesses da municipalidade. ☐

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	780.000,00	0,00	780.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	40.000,00	0,00	40.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			830.000,00	0,00	830.000,00

Legenda:

00.01.0200 - Recursos Ordinários

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 12/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014

I - Classificação

Órgão:	CONTROLADORIA INTERNA	04.00
Unidade:	Controladoria Interna	04.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0002

Objetivo do programa:

Desenvolver as ações administrativas do município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, técnicos e institucionais. Primar pelo cumprimento dos princípios Constitucionais e legais nos atos administrativos. Executar o Plano de Governo e às prioridades estabelecidas no mesmo.

Justificativa do programa:

A administração desenvolve todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, através deste programa são desenvolvidas as ações de Manutenção do Gabinete do Prefeito, Secretaria de Administração e Planejamento, Controladoria Interna e Procuradoria do Município, que atendem as reivindicações e avaliam os resultados dos serviços públicos.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.007	2	2	MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL	Manutenção (Controladoria Interna)	4,000	150.000,00

II - Descrição das Ações

O sistema de controle interno do visa à avaliação das ações governamentais e da gestão fiscal dos administradores municipais, por intermédio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e pa

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	130.000,00	0,00	130.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	15.000,00	0,00	15.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	5.000,00	0,00	5.000,00
Total:			150.000,00	0,00	150.000,00

Legenda:

00.01.0200 - Recursos Ordinários

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 13/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	05.00
Unidade:	Secretaria de Administração e Planejamento	05.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0002

Objetivo do programa:

Desenvolver as ações administrativas do município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, técnicos e institucionais. Primar pelo cumprimento dos princípios Constitucionais e legais nos atos administrativos. Executar o Plano de Governo e às prioridades estabelecidas no mesmo.

Justificativa do programa:

A administração desenvolve todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, através deste programa são desenvolvidas as ações de Manutenção do Gabinete do Prefeito, Secretaria de Administração e Planejamento, Controladoria Interna e Procuradoria do Município, que atendem as reivindicações e avaliam os resultados dos serviços públicos.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.008	2	2	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAM	Manutenção (Secretaria de Administração e Planejamento)	4,000	2.077.000,00

II - Descrição das Ações

Desenvolver ações relacionadas a administração do Município□□

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.1.71.00.00.00.00.00	Transferências à Consórcios Públicos	00.01.0200.000000	50.000,00	0,00	50.000,00
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	1.200.000,00	0,00	1.200.000,00
3.3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0200.000000	180.000,00	0,00	180.000,00
3.3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0200.000000	25.000,00	0,00	25.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	500.000,00	0,00	500.000,00
3.4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0200.000000	10.000,00	0,00	10.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	50.000,00	0,00	50.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0292.000032	0,00	62.000,00	62.000,00
Total:			2.015.000,00	62.000,00	2.077.000,00

Legenda:

00.01.0200 - Recursos Ordinários

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 14/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014

00.01.0200 - Recursos Ordinários
00.01.0292 - Alienação Outros Programas

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 15/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	05.00
Unidade:	Secretaria de Administração e Planejamento	05.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0002

Objetivo do programa:

Desenvolver as ações administrativas do município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, técnicos e institucionais. Primar pelo cumprimento dos princípios Constitucionais e legais nos atos administrativos. Executar o Plano de Governo e às prioridades estabelecidas no mesmo.

Justificativa do programa:

A administração desenvolve todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, através deste programa são desenvolvidas as ações de Manutenção do Gabinete do Prefeito, Secretaria de Administração e Planejamento, Controladoria Interna e Procuradoria do Município, que atendem as reivindicações e avaliam os resultados dos serviços públicos.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.005	2	1	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	Veiculo (Secretaria de Administração e Planejamento)	0,000	50.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção e melhoria da frota de veículos. □□

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			50.000,00	0,00	50.000,00

Legenda:

00.01.0200 - Recursos Ordinários

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 16/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	05.00
Unidade:	Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social	05.02
Função:	Habitação	16
Subfunção:	Habitação Rural	481
Programa:	HABITAÇÃO POPULAR	0003

Objetivo do programa:

Desenvolver ações para promover, incentivar, apoiar e executar a política habitacional municipal, atendendo as famílias que não possuem casa própria.

Justificativa do programa:

Considerando-se que a habitação é um dos principais fatores para o ser humano ter qualidade de vida, além de ser um direito estabelecido na Constituição Federal em Fraiburgo existem um déficit habitacional na ordem de 2300 unidades conforme levantamentos.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.006	2	1	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES HABITACIONAIS RURAL	Casas (Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social)	20,000	10.000,00

II - Descrição das Ações

Esta ação visa a implantação de loteamentos e habitações populares para melhorar a qualidade de vida das populações, assim como, possibilitar novas unidades habitacionais.□□

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			10.000,00	0,00	10.000,00

Legenda:

00.01.0200 - Recursos Ordinários

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 17/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	05.00
Unidade:	Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social	05.02
Função:	Habitação	16
Subfunção:	Habitação Urbana	482
Programa:	HABITAÇÃO POPULAR	0003

Objetivo do programa:

Desenvolver ações para promover, incentivar, apoiar e executar a política habitacional municipal, atendendo as famílias que não possuem casa própria.

Justificativa do programa:

Considerando-se que a habitação é um dos principais fatores para o ser humano ter qualidade de vida, além de ser um direito estabelecido na Constituição Federal em Fraiburgo existem um déficit habitacional na ordem de 2300 unidades conforme levantamentos.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.010	2	2	REGULARIZAÇÃO DE IMÓVEIS E LOTEAMENTOS	Imóveis Regularizados (Fundo Municipal de Habitação de Intere	500,000	20.000,00

II - Descrição das AçõesRegularizar os imóveis e loteamentos do Município. ☐ ☐**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	20.000,00	0,00	20.000,00
Total:			20.000,00	0,00	20.000,00

Legenda:

00.01.0200 - Recursos Ordinários

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 18/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	05.00
Unidade:	Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social	05.02
Função:	Habitação	16
Subfunção:	Habitação Urbana	482
Programa:	HABITAÇÃO POPULAR	0003

Objetivo do programa:

Desenvolver ações para promover, incentivar, apoiar e executar a política habitacional municipal, atendendo as famílias que não possuem casa própria.

Justificativa do programa:

Considerando-se que a habitação é um dos principais fatores para o ser humano ter qualidade de vida, além de ser um direito estabelecido na Constituição Federal em Fraiburgo existem um déficit habitacional na ordem de 2300 unidades conforme levantamentos.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.009	2	2	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE HABITAÇÃO	Manutenção (Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social	4,000	20.000,00

II - Descrição das Ações

Desenvolvimento de ações relacionadas ao programa de habitação popular.□□

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	10.000,00	0,00	10.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			20.000,00	0,00	20.000,00

Legenda:

00.01.0200 - Recursos Ordinários

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 19/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	05.00
Unidade:	Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social	05.02
Função:	Habitação	16
Subfunção:	Habitação Urbana	482
Programa:	HABITAÇÃO POPULAR	0003

Objetivo do programa:

Desenvolver ações para promover, incentivar, apoiar e executar a política habitacional municipal, atendendo as famílias que não possuem casa própria.

Justificativa do programa:

Considerando-se que a habitação é um dos principais fatores para o ser humano ter qualidade de vida, além de ser um direito estabelecido na Constituição Federal em Fraiburgo existem um déficit habitacional na ordem de 2300 unidades conforme levantamentos.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.007	2	1	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES HABITACIONAIS URBANAS	Casas (Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social)	120,000	31.000,00

II - Descrição das Ações

Esta ação visa a implantação de loteamentos e habitações populares para melhorar a qualidade de vida das populações, assim como, possibilitar novas unidades habitacionais. □ □

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	10.000,00	0,00	10.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0289.000032	0,00	21.000,00	21.000,00
Total:			10.000,00	21.000,00	31.000,00

Legenda:00.01.0200 - Recursos Ordinários
00.01.0289 - Alienação - FMHIS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 20/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE FINANÇAS	06.00
Unidade:	Secretariaa de Finanças	06.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Financeira	123
Programa:	GESTÃO FINANCEIRA	0004

Objetivo do programa:

Desenvolver ações orçamentárias e financeiras do município, visando ao lançamento, e arrecadação da receita, realização da despesa, contabilização e produção de relatórios gerenciais, controlar os limites de gastos e atingimento dos índices estabelecidos na legislação.

Justificativa do programa:

Gerenciamento das ações da Secretaria de Finanças envolvendo as áreas de tributação, cadastro imobiliário, compras, licitações, contabilização e tesouraria.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.011	2	2	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE FINANÇAS	Manutenção (Secretariaa de Finanças)	4,000	1.180.000,00

II - Descrição das Ações

Desenvolvimento de ações orçamentárias e financeiras visando ao lançamento, e arrecadação da receita, realização da despesa, contabilização e produção de relatórios gerenciais, controlar os limites de gasto

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	150.000,00	0,00	150.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	30.000,00	0,00	30.000,00
Total:			1.180.000,00	0,00	1.180.000,00

Legenda:

00.01.0200 - Recursos Ordinários

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 21/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE FINANÇAS	06.00
Unidade:	Secretariaa de Finanças	06.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Financeira	123
Programa:	GESTÃO FINANCEIRA	0004

Objetivo do programa:

Desenvolver ações orçamentárias e financeiras do município, visando ao lançamento, e arrecadação da receita, realização da despesa, contabilização e produção de relatórios gerenciais, controlar os limites de gastos e atingimento dos índices estabelecidos na legislação.

Justificativa do programa:

Gerenciamento das ações da Secretaria de Finanças envolvendo as áreas de tributação, cadastro imobiliário, compras, licitações, contabilização e tesouraria.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.008	2	1	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA SECRETARIA DE FINANÇAS	Veiculo (Secretariaa de Finanças)	0,000	50.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção e melhoria da frota de veículos. □□

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			50.000,00	0,00	50.000,00

Legenda:

00.01.0200 - Recursos Ordinários

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 22/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE FINANÇAS	06.00
Unidade:	Encargos Gerais	06.02
Função:	Encargos Especiais	28
Subfunção:	Serviço da Dívida Interna	843
Programa:	ENCARGOS ESPECIAIS	0000

Objetivo do programa:

Administrar a dívida pública, sua contratação e liquidação, acompanhar a requisição de pagamento de precatórios.

Justificativa do programa:

Neste programa as ações a serem desenvolvidas são com referência ao controle da dívida e de precatórios.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
0.100	2	3	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA	Parcela Paga (Encargos Gerais)	48,000	3.000.000,00

II - Descrição das Ações

Pagamento da Dívida Fundada Interna e Encargos Financeiros.□□

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	600.000,00	0,00	600.000,00
3.4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	2.400.000,00	0,00	2.400.000,00
Total:			3.000.000,00	0,00	3.000.000,00

Legenda:

00.01.0200 - Recursos Ordinários

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 23/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE FINANÇAS	06.00
Unidade:	Encargos Gerais	06.02
Função:	Encargos Especiais	28
Subfunção:	Outros Encargos Especiais	846
Programa:	ENCARGOS ESPECIAIS	0000

Objetivo do programa:

Administrar a dívida pública, sua contratação e liquidação, acompanhar a requisição de pagamento de precatórios.

Justificativa do programa:

Neste programa as ações a serem desenvolvidas são com referência ao controle da dívida e de precatórios.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
0.200	2	3	PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS	Processo Pago (Encargos Gerais)	80,000	1.550.000,00

II - Descrição das Ações

Pagamento de precatórios oriundos de condenações judiciais.□□

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	50.000,00	0,00	50.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00
Total:			1.550.000,00	0,00	1.550.000,00

Legenda:

00.01.0200 - Recursos Ordinários

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 24/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	Educação Geral	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0005

Objetivo do programa:

Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na educação infantil até o término do Ensino Fundamental.

Justificativa do programa:

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.012	2	2	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Manutenção (Educação Geral)	4,000	30.000,00

II - Descrição das Ações

Atender as ações complementares da Secretaria Municipal de Educação. □ □

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	20.000,00	0,00	20.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			30.000,00	0,00	30.000,00

Legenda:

00.01.0200 - Recursos Ordinários

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 25/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	Educação Geral	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Alimentação e Nutrição	306
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0005

Objetivo do programa:

Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na educação infantil até o término do Ensino Fundamental.

Justificativa do programa:

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.019	2	2	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DE JOVENS E ADULTOS	Merenda (Educação Geral)	200,000	26.100,00

II - Descrição das Ações

Fornecimento de refeições para alunos da Educação de Jovens e Adultos.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	10.000,00	0,00	10.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0304.000051	0,00	11.100,00	11.100,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0305.000000	5.000,00	0,00	5.000,00
Total:			15.000,00	11.100,00	26.100,00

Legenda:

00.01.0200 - Recursos Ordinários
 00.01.0304 - Transferência do FNDE - PNAEJA
 00.01.0305 - Transf. de Instituições Privadas - PEJA

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 26/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	Educação Geral	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Alimentação e Nutrição	306
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0005

Objetivo do programa:

Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na educação infantil até o término do Ensino Fundamental.

Justificativa do programa:

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.016	2	2	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL	Merenda (Educação Geral)	960000,000	771.100,00

II - Descrição das AçõesFornecimento de refeições para alunos de 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental ☐**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	500.000,00	0,00	500.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0302.000000	0,00	271.100,00	271.100,00
Total:			500.000,00	271.100,00	771.100,00

Legenda:00.01.0200 - Recursos Ordinários
00.01.0302 - Transferência do FNDE - PNAE

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 27/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	Educação Geral	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Alimentação e Nutrição	306
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0005

Objetivo do programa:

Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na educação infantil até o término do Ensino Fundamental.

Justificativa do programa:

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.014	2	2	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL	Merenda (Educação Geral)	2000000,000	738.600,00

II - Descrição das Ações

Fornecimento de refeições para alunos da educação infantil□□

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	380.000,00	0,00	380.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0306.000051	0,00	78.100,00	78.100,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0307.000051	0,00	140.000,00	140.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0308.000000	140.500,00	0,00	140.500,00
Total:			520.500,00	218.100,00	738.600,00

Legenda:

00.01.0200 - Recursos Ordinários
 00.01.0306 - Transferência do FNDE - PNAP
 00.01.0307 - Transferência do FNDE - PNAE Infantil
 00.01.0308 - Transf. de Instituições Privadas - CRECHES

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 28/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	Educação Geral	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0005

Objetivo do programa:

Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na educação infantil até o término do Ensino Fundamental.

Justificativa do programa:

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.017	2	2	TRANSPORTE ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA	Quilometro Rodado (Educação Geral)	3520000,000	1.924.200,00

II - Descrição das Ações

Ofertar transporte escolar para os alunos da Educação Básica.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300.000000	0,00	220.000,00	220.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0301.000000	0,00	920.000,00	920.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0303.000052	0,00	181.100,00	181.100,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0310.000000	0,00	341.100,00	341.100,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0313.000052	0,00	12.000,00	12.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0323.000000	0,00	250.000,00	250.000,00
Total:			0,00	1.924.200,00	1.924.200,00

Legenda:

00.01.0300 - Impostos Educação
 00.01.0301 - Transferência do FNDE - Salário Educação
 00.01.0303 - Transferência do FNDE - PNATE
 00.01.0310
 00.01.0313 - Transporte Escolar do Estado - Fundamental
 00.01.0323 - Transferência do FNDE - PNATE Infantil
 - FUNDEB 40%

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 29/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	Educação Geral	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0005

Objetivo do programa:

Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na educação infantil até o término do Ensino Fundamental.

Justificativa do programa:

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.015	2	2	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	Manutenção (Educação Geral)	4,000	12.488.190,00

II - Descrição das Ações

Atendimento de alunos do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental □ □

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300.000000	0,00	1.583.190,00	1.583.190,00
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0322.000000	0,00	7.250.000,00	7.250.000,00
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0323.000000	0,00	2.000.000,00	2.000.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300.000000	0,00	400.000,00	400.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0301.000000	0,00	300.000,00	300.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0323.000000	0,00	800.000,00	800.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300.000000	0,00	60.000,00	60.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0301.000000	0,00	35.000,00	35.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0323.000000	0,00	50.000,00	50.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0387.000029	0,00	10.000,00	10.000,00
Total:			0,00	12.488.190,00	12.488.190,00

Legenda:

00.01.0300 - Impostos Educação
00.01.0301 - Transferência do FNDE - Salário Educação
00.01.0322 - FUNDEB 60%
00.01.0323 - FUNDEB 40%
00.01.0387 - Impostos Educação

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 30/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014

00.01.0387 - Alienação - Educação

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 31/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	Educação Geral	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0005

Objetivo do programa:

Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na educação infantil até o término do Ensino Fundamental.

Justificativa do programa:

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.013	2	1	CONSTRUÇÃO, REFORMAS E EQUIPAMENTOS DAS QUADRAS E/O	Área Construída (Educação Geral)	800,000	150.000,00

II - Descrição das Ações

Construir, reformar e equipar as quadras e/ou ginásios esportivos das unidades escolares de Ensino Fundamental.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300.000000	0,00	50.000,00	50.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0301.000000	0,00	50.000,00	50.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0323.000000	0,00	50.000,00	50.000,00
Total:			0,00	150.000,00	150.000,00

Legenda:

00.01.0300 - Impostos Educação
 00.01.0301 - Transferência do FNDE - Salário Educação
 00.01.0323 - FUNDEB 40%

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 32/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	Educação Geral	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0005

Objetivo do programa:

Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na educação infantil até o término do Ensino Fundamental.

Justificativa do programa:

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.012	2	1	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMAS E EQUIPAMENTOS DOS C	Área Construída (Educação Geral)	1800,000	850.000,00

II - Descrição das Ações

Construir, ampliar, reformar e equipar as unidades escolares de Ensino Fundamental. □ □

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300.000000	0,00	200.000,00	200.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0301.000000	0,00	250.000,00	250.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0323.000000	0,00	400.000,00	400.000,00
Total:			0,00	850.000,00	850.000,00

Legenda:

00.01.0300 - Impostos Educação
00.01.0301 - Transferência do FNDE - Salário Educação
00.01.0323 - FUNDEB 40%

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 33/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	Educação Geral	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Médio	362
Programa:	ENSINO MÉDIO	0006

Objetivo do programa:

Articular a oferta de transporte escolar para alunos do Ensino Médio

Justificativa do programa:

Sabendo da importância da conclusão do Ensino Médio, o município vem contribuir para o transporte dos alunos.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.020	2 2	TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO MÉDIO	Quilometro Rodado (Educação Geral)	3520000,000	350.000,00

II - Descrição das Ações

Contribuir para a manutenção do transporte escolar para os alunos do Ensino Médio.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	300.000,00	0,00	300.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0312.000052	0,00	50.000,00	50.000,00
Total:			300.000,00	50.000,00	350.000,00

Legenda:

00.01.0200 - Recursos Ordinários

00.01.0312 - Transferência do FNDE - PNATE Ensino Médio

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 34/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	Educação Geral	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Superior	364
Programa:	ENSINO SUPERIOR	0007

Objetivo do programa:

Contribuir com a oferta de transporte escolar para alunos do Ensino Superior e articular estratégias para a expansão de cursos superiores no Município.

Justificativa do programa:

Os cursos oferecidos em Fraiburgo não suprem as necessidades da comunidade, fazendo com que os universitários se desloquem para outros municípios, surgindo assim a necessidade de auxílio ao transporte acadêmico.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.021	2	2	TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO SUPERIOR	Quilometro Rodado (Educação Geral)	800000,000	500.000,00

II - Descrição das Ações

Auxiliar financeiramente no deslocamento de acadêmicos.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	500.000,00	0,00	500.000,00
Total:			500.000,00	0,00	500.000,00

Legenda:

00.01.0200 - Recursos Ordinários

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 35/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	Educação Geral	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0005

Objetivo do programa:

Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na educação infantil até o término do Ensino Fundamental.

Justificativa do programa:

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.013	2	2	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	Manutenção (Educação Geral)	4,000	8.390.050,00

II - Descrição das Ações

Atendimento das crianças de 0 a 5 anos.□□

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300.000000	0,00	750.000,00	750.000,00
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0322.000000	0,00	5.420.000,00	5.420.000,00
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0323.000000	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300.000000	0,00	250.000,00	250.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0301.000000	0,00	100.000,00	100.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0316.000053	0,00	50.050,00	50.050,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0323.000000	0,00	700.000,00	700.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300.000000	0,00	50.000,00	50.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0301.000000	0,00	20.000,00	20.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0323.000000	0,00	50.000,00	50.000,00
Total:			0,00	8.390.050,00	8.390.050,00

Legenda:

00.01.0300 - Impostos Educação
 00.01.0301 - Transferência do FNDE - Salário Educação
 00.01.0316 - Transferência do FNDE - Apoio a Creches
 00.01.0322 - FUNDEB 60%
 00.01.0323 - FUNDEB 40%

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 36/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014

00.01.0323 - FUNDEB 40%

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 37/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	Educação Geral	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0005

Objetivo do programa:

Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na educação infantil até o término do Ensino Fundamental.

Justificativa do programa:

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.011	2	1	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA ENSINO FUNDAMENTAL	Veiculo (Educação Geral)	3,000	60.000,00

II - Descrição das Ações

Adquirir meios de transporte para o atendimento do Ensino Fundamental ☐ ☐

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300.000000	0,00	60.000,00	60.000,00
Total:			0,00	60.000,00	60.000,00

Legenda:

00.01.0300 - Impostos Educação

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 38/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	Educação Geral	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0005

Objetivo do programa:

Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na educação infantil até o término do Ensino Fundamental.

Justificativa do programa:

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.010	2	1	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL	Veiculo (Educação Geral)	0,000	40.000,00

II - Descrição das Ações

Adquirir meios de transporte para o atendimento da Educação Infantil□□

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300.000000	0,00	40.000,00	40.000,00
Total:			0,00	40.000,00	40.000,00

Legenda:

00.01.0300 - Impostos Educação

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 39/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	Educação Geral	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0005

Objetivo do programa:

Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na educação infantil até o término do Ensino Fundamental.

Justificativa do programa:

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.009	2	1	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E EQUIPAMENTOS DOS C	Área Construída (Educação Geral)	3150,000	180.000,00

II - Descrição das Ações

Construir, ampliar, reformar e equipar os Centros de Educação Infantil□□

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300.000000	0,00	50.000,00	50.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0301.000000	0,00	50.000,00	50.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0323.000000	0,00	80.000,00	80.000,00
Total:			0,00	180.000,00	180.000,00

Legenda:00.01.0300 - Impostos Educação
00.01.0301 - Transferência do FNDE - Salário Educação
00.01.0323 - FUNDEB 40%

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 40/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	Educação Geral	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação de Jovens e Adultos	366
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0005

Objetivo do programa:

Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na educação infantil até o término do Ensino Fundamental.

Justificativa do programa:

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.018	2	2	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	Manutenção (Educação Geral)	4,000	23.100,00

II - Descrição das Ações

Atendimento de alunos da Educação de Jovens e Adultos. □ □

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300.000000	0,00	15.000,00	15.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0305.000000	3.100,00	0,00	3.100,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300.000000	0,00	5.000,00	5.000,00
Total:			3.100,00	20.000,00	23.100,00

Legenda:00.01.0300 - Impostos Educação
00.01.0305 - Transf. de Instituições Privadas - PEJA

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 41/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	Educação Geral	07.01
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Educação de Jovens e Adultos	366
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0005

Objetivo do programa:

Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na educação infantil até o término do Ensino Fundamental.

Justificativa do programa:

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.014	2	1	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMAS E EQUIPAMENTOS DO CEJ	Área Construída (Educação Geral)	2000,000	70.000,00

II - Descrição das Ações

Construir, ampliar, reformar e equipar o Centro de Educação de Jovens e Adultos.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300.000000	0,00	20.000,00	20.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0323.000000	0,00	50.000,00	50.000,00
Total:			0,00	70.000,00	70.000,00

Legenda:00.01.0300 - Impostos Educação
00.01.0323 - FUNDEB 40%

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 42/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	ATENÇÃO BÁSICA	0009

Objetivo do programa:

Efetivar a atenção básica como espaço prioritário de organização do SUS municipal, tendo como eixo estruturante a Estratégia de Saúde da Família

Justificativa do programa:

Dos níveis de atenção à saúde, a atenção básica constitui-se na principal responsabilidade da gestão municipal, justificando-se todo e qualquer investimento destinado a implementação e/ou aprimoramento da Estratégia de Saúde da Família, das Unidades Básicas de Saúde, dos serviços através delas disponibilizados, bem como dos profissionais que nela atuam. Atualmente estão implantadas no Município de Fraiburgo: 06 Equipes de Saúde da Família, 03 Equipes de Saúde Bucal e 01 Equipe de Agentes Comunitários de Saúde. A cobertura pela ESF no Município é de 67,58%

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.026	4 2	ESTRATÉGIA DE SAÚDE BUCAL - ESB	Pessoas Atendidas (Fundo Municipal de Saúde)	34000,000	174.000,00

II - Descrição das Ações

Atuar em parceria com a ESF para promoção da saúde bucal.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400.000000	0,00	70.000,00	70.000,00
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0409.000000	0,00	90.000,00	90.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400.000000	0,00	10.000,00	10.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0409.000000	0,00	4.000,00	4.000,00
Total:			0,00	174.000,00	174.000,00

Legenda:

00.01.0400 - Impostos Saúde

00.01.0409 - Transf. Recursos SUS União - Saúde Bucal

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 43/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	ATENÇÃO BÁSICA	0009

Objetivo do programa:

Efetivar a atenção básica como espaço prioritário de organização do SUS municipal, tendo como eixo estruturante a Estratégia de Saúde da Família

Justificativa do programa:

Dos níveis de atenção à saúde, a atenção básica constitui-se na principal responsabilidade da gestão municipal, justificando-se todo e qualquer investimento destinado a implementação e/ou aprimoramento da Estratégia de Saúde da Família, das Unidades Básicas de Saúde, dos serviços através delas disponibilizados, bem como dos profissionais que nela atuam. Atualmente estão implantadas no Município de Fraiburgo: 06 Equipes de Saúde da Família, 03 Equipes de Saúde Bucal e 01 Equipe de Agentes Comunitários de Saúde. A cobertura pela ESF no Município é de 67,58%

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.025	4	2	ESTRATÉGIA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - EACS	Famílias Visitadas (Fundo Municipal de Saúde)	368000,000	704.000,00

II - Descrição das Ações

Atuar como elo entre os serviços de saúde e população das áreas de abrangência da ESF/EACS.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400.000000	0,00	70.000,00	70.000,00
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0406.000000	0,00	500.000,00	500.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400.000000	0,00	25.000,00	25.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0406.000000	0,00	109.000,00	109.000,00
Total:			0,00	704.000,00	704.000,00

Legenda:

00.01.0400 - Impostos Saúde

00.01.0406 - Transf. Recursos SUS União - PACS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 44/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	ATENÇÃO BÁSICA	0009

Objetivo do programa:

Efetivar a atenção básica como espaço prioritário de organização do SUS municipal, tendo como eixo estruturante a Estratégia de Saúde da Família

Justificativa do programa:

Dos níveis de atenção à saúde, a atenção básica constitui-se na principal responsabilidade da gestão municipal, justificando-se todo e qualquer investimento destinado a implementação e/ou aprimoramento da Estratégia de Saúde da Família, das Unidades Básicas de Saúde, dos serviços através delas disponibilizados, bem como dos profissionais que nela atuam. Atualmente estão implantadas no Município de Fraiburgo: 06 Equipes de Saúde da Família, 03 Equipes de Saúde Bucal e 01 Equipe de Agentes Comunitários de Saúde. A cobertura pela ESF no Município é de 67,58%

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.024	4 2	ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF	Pessoas Atendidas (Fundo Municipal de Saúde)	126000,000	781.500,00

II - Descrição das Ações

Desenvolvimento de ações e serviços da Atenção Básica para atendimento às famílias das áreas de abrangência da ESF.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400.000000	0,00	200.000,00	200.000,00
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0405.000000	0,00	500.000,00	500.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400.000000	0,00	25.000,00	25.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0405.000000	0,00	56.500,00	56.500,00
Total:			0,00	781.500,00	781.500,00

Legenda:

00.01.0400 - Impostos Saúde

00.01.0405 - Transf. Recursos SUS União - PSF

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 45/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	ATENÇÃO BÁSICA	0009

Objetivo do programa:

Efetivar a atenção básica como espaço prioritário de organização do SUS municipal, tendo como eixo estruturante a Estratégia de Saúde da Família

Justificativa do programa:

Dos níveis de atenção à saúde, a atenção básica constitui-se na principal responsabilidade da gestão municipal, justificando-se todo e qualquer investimento destinado a implementação e/ou aprimoramento da Estratégia de Saúde da Família, das Unidades Básicas de Saúde, dos serviços através delas disponibilizados, bem como dos profissionais que nela atuam. Atualmente estão implantadas no Município de Fraiburgo: 06 Equipes de Saúde da Família, 03 Equipes de Saúde Bucal e 01 Equipe de Agentes Comunitários de Saúde. A cobertura pela ESF no Município é de 67,58%

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.023	4 2	MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA	Pessoas Atendidas (Fundo Municipal de Saúde)	76000,000	2.499.800,00

II - Descrição das Ações

Desenvolvimento das ações e serviços da Atenção Básica.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400.000000	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0403.000000	0,00	500.000,00	500.000,00
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0432.000000	0,00	200.000,00	200.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400.000000	0,00	50.000,00	50.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0403.000000	0,00	250.000,00	250.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0416.000000	0,00	100.000,00	100.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0432.000000	0,00	173.000,00	173.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400.000000	0,00	30.000,00	30.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0403.000000	0,00	57.000,00	57.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0415.000008	0,00	60.800,00	60.800,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0416.000000	0,00	29.000,00	29.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0432.000000	0,00	50.000,00	50.000,00
Total:			0,00	2.499.800,00	2.499.800,00

Legenda:

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 46/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014

00.01.0400 - Impostos Saude
00.01.0403 - Transf. Recursos SUS União - PAB
00.01.0415 - Transf. Recursos do SUS - Comp. de Especificidades
00.01.0416 - Transferências de Recursos do Estado PAB Variavel
00.01.0432 - Transf. Recursos do SUS - PMAQ

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 47/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	ATENÇÃO BÁSICA	0009

Objetivo do programa:

Efetivar a atenção básica como espaço prioritário de organização do SUS municipal, tendo como eixo estruturante a Estratégia de Saúde da Família

Justificativa do programa:

Dos níveis de atenção à saúde, a atenção básica constitui-se na principal responsabilidade da gestão municipal, justificando-se todo e qualquer investimento destinado a implementação e/ou aprimoramento da Estratégia de Saúde da Família, das Unidades Básicas de Saúde, dos serviços através delas disponibilizados, bem como dos profissionais que nela atuam. Atualmente estão implantadas no Município de Fraiburgo: 06 Equipes de Saúde da Família, 03 Equipes de Saúde Bucal e 01 Equipe de Agentes Comunitários de Saúde. A cobertura pela ESF no Município é de 67,58%

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.022	4 2	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Manutenção (Fundo Municipal de Saúde)	4,000	3.954.740,00

II - Descrição das Ações

Manutenção do Fundo Municipal de Saúde .

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.1.71.00.00.00.00.00	Transferências à Consórcios Públicos	00.01.0400.000000	0,00	2.000,00	2.000,00
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400.000000	0,00	2.800.000,00	2.800.000,00
3.3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0400.000000	0,00	500.000,00	500.000,00
3.3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0400.000000	0,00	2.000,00	2.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400.000000	0,00	598.740,00	598.740,00
3.4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0400.000000	0,00	2.000,00	2.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400.000000	0,00	50.000,00	50.000,00
Total:			0,00	3.954.740,00	3.954.740,00

Legenda:

00.01.0400 - Impostos Saúde

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 48/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	GESTÃO DO SUS	0012

Objetivo do programa:

Aprimorar a capacidade de gestão pública no âmbito da saúde, de forma a potencializar o conjunto de recursos disponíveis na prestação de serviços públicos, através da qualificação dos servidores e atuação de forma integrada com as áreas afins e o controle social.

Justificativa do programa:

A boa gestão dos recursos e serviços públicos é a base para a qualidade dos serviços de saúde oferecidos à população. Há necessidade de investimento constante nesta área afim de qualificar a gestão e o controle social principalmente na qualificação dos profissionais.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.031	4 2	GESTÃO DO SUS	Manutenção (Fundo Municipal de Saúde)	4,000	25.200,00

II - Descrição das Ações

Desenvolvimento de ações de qualificação para a gestão, Conselho Municipal de Saúde e profissionais de saúde.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400.000000	0,00	10.000,00	10.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0420.000000	0,00	10.200,00	10.200,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400.000000	0,00	5.000,00	5.000,00
Total:			0,00	25.200,00	25.200,00

Legenda:

00.01.0400 - Impostos Saúde

00.01.0420 - Transf. Recursos SUS União - Qualificação

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 49/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	INVESTIMENTOS EM SAÚDE	0014

Objetivo do programa:

Fortalecer a capacidade de gestão pública no âmbito da saúde, de forma a potencializar o conjunto de recursos disponíveis na prestação de serviços, otimizando e ampliando a estrutura física e tecnológica.

Justificativa do programa:

O Investimento é necessário para fortalecer a capacidade de gestão, podendo ser investimento na estrutura física e/ou tecnológica, que resultará em melhores condições para trabalhadores e pacientes e, consequentemente, em mais e melhores serviços.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.016	4	1	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE	Veiculo (Fundo Municipal de Saúde)	3,000	50.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção e melhoria da frota de veículos. □□

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400.000000	0,00	50.000,00	50.000,00
Total:			0,00	50.000,00	50.000,00

Legenda:

00.01.0400 - Impostos Saúde

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 50/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	INVESTIMENTOS EM SAÚDE	0014

Objetivo do programa:

Fortalecer a capacidade de gestão pública no âmbito da saúde, de forma a potencializar o conjunto de recursos disponíveis na prestação de serviços, otimizando e ampliando a estrutura física e tecnológica.

Justificativa do programa:

O Investimento é necessário para fortalecer a capacidade de gestão, podendo ser investimento na estrutura física e/ou tecnológica, que resultará em melhores condições para trabalhadores e pacientes e, consequentemente, em mais e melhores serviços.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.015	4	1	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE UNIDADES DE SAÚDE	Área Construída (Fundo Municipal de Saúde)	2300,000	730.000,00

II - Descrição das Ações

Melhoria da estrutura física das Unidades de Saúde.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400.000000	0,00	300.000,00	300.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0430.000067	0,00	420.000,00	420.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0488.000031	0,00	10.000,00	10.000,00
Total:			0,00	730.000,00	730.000,00

Legenda:00.01.0400 - Impostos Saúde
00.01.0430 - Transf. Recursos do SUS - UPA
00.01.0488 - Alienação - Saúde

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 51/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa:	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	0010

Objetivo do programa:

Reorganizar a atenção especializada, ampliando a rede de serviços de apoio à atenção básica e ampliando/adequando a estrutura física e tecnológica.

Justificativa do programa:

Em parceria com o Estado e a União, o Município também é responsável pela atenção especializada, dando suporte à atenção básica a fim de garantir a integralidade da atenção à saúde. São disponibilizados pelo Município os seguintes serviços especializados: Pronto Atendimento 24 horas, Laboratório de Análises Clínicas, Fisioterapia, CAPS, SAMU, além de serviços comprados pelo CIS-AMARP e credenciados com o Município.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.029	4 2	MANUTENÇÃO DO CAPS	Pessoas Atendidas (Fundo Municipal de Saúde)	8800,000	471.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção das ações e serviços do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS I.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400.000000	0,00	70.000,00	70.000,00
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0419.000061	0,00	250.000,00	250.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400.000000	0,00	50.000,00	50.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0419.000061	0,00	71.000,00	71.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400.000000	0,00	10.000,00	10.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0419.000061	0,00	20.000,00	20.000,00
Total:			0,00	471.000,00	471.000,00

Legenda:

00.01.0400 - Impostos Saúde

00.01.0419 - Transf. de Recursos do SUS - CAPS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 52/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa:	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	0010

Objetivo do programa:

Reorganizar a atenção especializada, ampliando a rede de serviços de apoio à atenção básica e ampliando/adequando a estrutura física e tecnológica.

Justificativa do programa:

Em parceria com o Estado e a União, o Município também é responsável pela atenção especializada, dando suporte à atenção básica a fim de garantir a integralidade da atenção à saúde. São disponibilizados pelo Município os seguintes serviços especializados: Pronto Atendimento 24 horas, Laboratório de Análises Clínicas, Fisioterapia, CAPS, SAMU, além de serviços comprados pelo CIS-AMARP e credenciados com o Município.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.028	4 2	MANUTENÇÃO DO SAMU	Pessoas Atendidas (Fundo Municipal de Saúde)	3800,000	262.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção do Serviço Móvel de Urgência - SAMU.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400.000000	0,00	70.000,00	70.000,00
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0422.000061	0,00	120.000,00	120.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400.000000	0,00	30.000,00	30.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0422.000061	0,00	20.000,00	20.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400.000000	0,00	10.000,00	10.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0422.000061	0,00	12.000,00	12.000,00
Total:			0,00	262.000,00	262.000,00

Legenda:

00.01.0400 - Impostos Saúde

00.01.0422 - Transf. Recursos do SUS - SAMU

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 53/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa:	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	0010

Objetivo do programa:

Reorganizar a atenção especializada, ampliando a rede de serviços de apoio à atenção básica e ampliando/adequando a estrutura física e tecnológica.

Justificativa do programa:

Em parceria com o Estado e a União, o Município também é responsável pela atenção especializada, dando suporte à atenção básica a fim de garantir a integralidade da atenção à saúde. São disponibilizados pelo Município os seguintes serviços especializados: Pronto Atendimento 24 horas, Laboratório de Análises Clínicas, Fisioterapia, CAPS, SAMU, além de serviços comprados pelo CIS-AMARP e credenciados com o Município.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.027	4	2	ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL	Pessoas Atendidas (Fundo Municipal de Saúde)	228400,000	1.468.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção das ações e serviços de Média e Alta Complexidade Ambulatorial.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400.000000	0,00	30.000,00	30.000,00
3.3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0400.000000	0,00	60.000,00	60.000,00
3.3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0418.000061	0,00	50.000,00	50.000,00
3.3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0400.000000	0,00	5.000,00	5.000,00
3.3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0418.000061	0,00	20.000,00	20.000,00
3.3.3.72.00.00.00.00.00	Execução Orçamentária Delegada à Consórcios Públic	00.01.0400.000000	0,00	200.000,00	200.000,00
3.3.3.72.00.00.00.00.00	Execução Orçamentária Delegada à Consórcios Públic	00.01.0418.000061	0,00	200.000,00	200.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400.000000	0,00	100.000,00	100.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0418.000061	0,00	683.000,00	683.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400.000000	0,00	20.000,00	20.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0418.000061	0,00	100.000,00	100.000,00
Total:			0,00	1.468.000,00	1.468.000,00

Legenda:

00.01.0400 - Impostos Saúde

00.01.0418 - Transf. Recursos do SUS - MAC União



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 54/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 55/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Suporte Profilático e Terapêutico	303
Programa:	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	0011

Objetivo do programa:

Reorganizar e qualificar a assistência farmacêutica, otimizando o processo de disponibilização de medicamentos e insumos farmacêuticos.

Justificativa do programa:

A assistência farmacêutica atua de forma complementar, através do suporte à atenção básica e a média e alta complexidade, sendo considerada uma das áreas mais onerosas do sistema de saúde público, que requer constante reorganização e controle, a fim de otimizar esta área da assistência. Existe no Município 01 Farmácia Central e 05 Postos de Dispensação de Medicamentos.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.030	4	2	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	Pessoas Atendidas (Fundo Municipal de Saúde)	351000,000	694.500,00

II - Descrição das Ações

Manutenção da Assistência Farmacêutica Básica. □□

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400.000000	0,00	350.000,00	350.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0404.000000	0,00	186.500,00	186.500,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0413.000000	0,00	141.000,00	141.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0423.000054	0,00	17.000,00	17.000,00
Total:			0,00	694.500,00	694.500,00

Legenda:

00.01.0400 - Impostos Saúde
 00.01.0404 - Transf. Recursos SUS União - Farmácia Básica
 00.01.0413 - Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Farmácia
 00.01.0423 - Transf. Recursos SUS Estado - Diabetes

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 56/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Vigilância Sanitária	304
Programa:	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	0013

Objetivo do programa:

Ampliar as ações de vigilância em saúde realizadas no âmbito municipal e adequar o ambiente de trabalho, de acordo com as normas vigentes, compreendendo a Vigilância Epidemiológica, Entomológica, Sanitária e Ambiental.

Justificativa do programa:

A vigilância em saúde, com suas vertentes: Epidemiológica, Entomológica, Sanitária e Ambiental, é responsável pelo acompanhamento sistemático de eventos adversos à saúde na comunidade, com o propósito de aprimorar as medidas de controle, justificando-se a necessidade de constante aprimoramento de suas ações.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.032	4 2	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	Manutenção (Fundo Municipal de Saúde)	4,000	132.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção da Vigilância Sanitária e Ambiental. □□

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400.000000	0,00	70.000,00	70.000,00
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0408.000062	0,00	8.000,00	8.000,00
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0425.000062	0,00	25.000,00	25.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400.000000	0,00	10.000,00	10.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0408.000062	0,00	4.000,00	4.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0425.000062	0,00	6.000,00	6.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400.000000	0,00	5.000,00	5.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0408.000062	0,00	4.000,00	4.000,00
Total:			0,00	132.000,00	132.000,00

Legenda:

00.01.0400 - Impostos Saúde

00.01.0408 - Transf. Recursos SUS União - Vigilância Sanitária

00.01.0425

- Transf. Recursos do SUS - Vig. Prev. Violenc. Acid

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 57/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Vigilância Epidemiológica	305
Programa:	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	0013

Objetivo do programa:

Ampliar as ações de vigilância em saúde realizadas no âmbito municipal e adequar o ambiente de trabalho, de acordo com as normas vigentes, compreendendo a Vigilância Epidemiológica, Entomológica, Sanitária e Ambiental.

Justificativa do programa:

A vigilância em saúde, com suas vertentes: Epidemiológica, Entomológica, Sanitária e Ambiental, é responsável pelo acompanhamento sistemático de eventos adversos à saúde na comunidade, com o propósito de aprimorar as medidas de controle, justificando-se a necessidade de constante aprimoramento de suas ações.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.033	4 2	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	Pessoas Atendidas (Fundo Municipal de Saúde)	104000,000	179.500,00

II - Descrição das Ações

Manutenção da Vigilância epidemiológica e Entomológica.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400.000000	0,00	70.000,00	70.000,00
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0407.000000	0,00	20.000,00	20.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400.000000	0,00	10.000,00	10.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0407.000000	0,00	10.000,00	10.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0417.000018	0,00	25.000,00	25.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400.000000	0,00	5.000,00	5.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0407.000000	0,00	34.000,00	34.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0417.000018	0,00	5.500,00	5.500,00
Total:			0,00	179.500,00	179.500,00

Legenda:

00.01.0400 - Impostos Saúde

00.01.0407 - Transf. Recursos SUS União - Vigilância Epidemiologica

00.01.0417 - Transferências de Recursos do Estado DST/HIV/AIDS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 58/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	09.00
Unidade:	Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente	09.01
Função:	Gestão Ambiental	18
Subfunção:	Preservação e Conservação Ambiental	541
Programa:	GESTÃO AMBIENTAL	0016

Objetivo do programa:

Execução de ações de preservação e conservação do meio ambiente em todo território do município com programas de preservação dos mananciais de água, de reflorestamento, preservação da mata nativa, conservação das encostas, margem dos rios, entre outros.

Justificativa do programa:

Compete ao Poder Público Municipal e à coletividade promover e exigir medidas que garantam a qualidade do meio ambiente, da vida e da diversidade biológica no desenvolvimento de sua atividade, assim como corrigir ou fazer corrigir os efeitos da atividade degradadora ou poluidora.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.037	2	2	PRESERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS E PROGRAMAS AMBIEN	Manutenção (Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente)	4,000	70.000,00

II - Descrição das Ações

Execução de ações de preservação e conservação do meio ambiente.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.1.71.00.00.00.00.00	Transferências à Consórcios Públicos	00.01.0200.000000	10.000,00	0,00	10.000,00
3.3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0200.000000	20.000,00	0,00	20.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	20.000,00	0,00	20.000,00
3.4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0200.000000	10.000,00	0,00	10.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			70.000,00	0,00	70.000,00

Legenda:

00.01.0200 - Recursos Ordinários

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 59/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	09.00
Unidade:	Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente	09.01
Função:	Gestão Ambiental	18
Subfunção:	Recursos Hídricos	544
Programa:	EXTENSÃO RURAL	0015

Objetivo do programa:

Promover a assistência técnica e extensão rural; proporcionar alternativas econômicas, produtivas, de abastecimento, preservação dos recursos naturais, incentivos a produção, disponibilização de tecnologias produtivas para os agricultores.

Justificativa do programa:

Alavancar o desenvolvimento econômico e social das propriedades familiares, incrementar o movimento econômico do Município e diminuir o êxodo rural.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.017	2	1	SISTEMA COMUNITÁRIO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO MEIO	Sistemas Instalados (Secretaria de Agropecuária e Meio Ambier	5,000	50.000,00

II - Descrição das Ações

Perfuração de poços artesianos.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			50.000,00	0,00	50.000,00

Legenda:

00.01.0200 - Recursos Ordinários

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 60/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	09.00
Unidade:	Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente	09.01
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Extensão Rural	606
Programa:	EXTENSÃO RURAL	0015

Objetivo do programa:

Promover a assistência técnica e extensão rural; proporcionar alternativas econômicas, produtivas, de abastecimento, preservação dos recursos naturais, incentivos a produção, disponibilização de tecnologias produtivas para os agricultores.

Justificativa do programa:

Alavancar o desenvolvimento econômico e social das propriedades familiares, incrementar o movimento econômico do Município e diminuir o êxodo rural.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.039	2	2	ABERTURA DE AÇUDES E RESERVATÓRIOS DE ÁGUA	Açudes ou Reservatórios (Secretaria de Agropecuária e Meio Ar	16,000	60.000,00

II - Descrição das Ações

Aumentar a capacidade de retenção de água para uso nas propriedades rurais

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	30.000,00	0,00	30.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	30.000,00	0,00	30.000,00
Total:			60.000,00	0,00	60.000,00

Legenda:

00.01.0200 - Recursos Ordinários

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 61/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	09.00
Unidade:	Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente	09.01
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Extensão Rural	606
Programa:	EXTENSÃO RURAL	0015

Objetivo do programa:

Promover a assistência técnica e extensão rural; proporcionar alternativas econômicas, produtivas, de abastecimento, preservação dos recursos naturais, incentivos a produção, disponibilização de tecnologias produtivas para os agricultores.

Justificativa do programa:

Alavancar o desenvolvimento econômico e social das propriedades familiares, incrementar o movimento econômico do Município e diminuir o êxodo rural.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.038	2	2	INCENTIVOS A EVENTOS, FEIRAS E EXPOSIÇÕES AGROPECUÁRIAS	Eventos (Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente)	12,000	60.000,00

II - Descrição das Ações

Apoio a realização de eventos relacionados a agropecuária□□

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0200.000000	30.000,00	0,00	30.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	30.000,00	0,00	30.000,00
Total:			60.000,00	0,00	60.000,00

Legenda:

00.01.0200 - Recursos Ordinários

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 62/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	09.00
Unidade:	Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente	09.01
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Extensão Rural	606
Programa:	EXTENSÃO RURAL	0015

Objetivo do programa:

Promover a assistência técnica e extensão rural; proporcionar alternativas econômicas, produtivas, de abastecimento, preservação dos recursos naturais, incentivos a produção, disponibilização de tecnologias produtivas para os agricultores.

Justificativa do programa:

Alavancar o desenvolvimento econômico e social das propriedades familiares, incrementar o movimento econômico do Município e diminuir o êxodo rural.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.036	2	2	MANUTENÇÃO DA PATRULHA AGRÍCOLA	Propriedades Atendidas (Secretaria de Agropecuária e Meio Am	1200,000	100.000,00

II - Descrição das Ações

Disponibilização de máquinas e equipamentos para as propriedades rurais. □ □

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	100.000,00	0,00	100.000,00
Total:			100.000,00	0,00	100.000,00

Legenda:

00.01.0200 - Recursos Ordinários

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 63/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	09.00
Unidade:	Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente	09.01
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Extensão Rural	606
Programa:	EXTENSÃO RURAL	0015

Objetivo do programa:

Promover a assistência técnica e extensão rural; proporcionar alternativas econômicas, produtivas, de abastecimento, preservação dos recursos naturais, incentivos a produção, disponibilização de tecnologias produtivas para os agricultores.

Justificativa do programa:

Alavancar o desenvolvimento econômico e social das propriedades familiares, incrementar o movimento econômico do Município e diminuir o êxodo rural.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.035	2	2	PRODUÇÃO INTEGRADA DE SISTEMAS AGROPECUÁRIOS EM MICI	Propriedades Atendidas (Secretaria de Agropecuária e Meio Am	1200,000	560.000,00

II - Descrição das Ações

Apoio o desenvolvimento da propriedade familiar

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	100.000,00	0,00	100.000,00
3.3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0200.000000	30.000,00	0,00	30.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	400.000,00	0,00	400.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	30.000,00	0,00	30.000,00
Total:			560.000,00	0,00	560.000,00

Legenda:

00.01.0200 - Recursos Ordinários

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 64/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	09.00
Unidade:	Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente	09.01
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Extensão Rural	606
Programa:	EXTENSÃO RURAL	0015

Objetivo do programa:

Promover a assistência técnica e extensão rural; proporcionar alternativas econômicas, produtivas, de abastecimento, preservação dos recursos naturais, incentivos a produção, disponibilização de tecnologias produtivas para os agricultores.

Justificativa do programa:

Alavancar o desenvolvimento econômico e social das propriedades familiares, incrementar o movimento econômico do Município e diminuir o êxodo rural.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.034	2	2	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENT	Manutenção (Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente)	4,000	1.080.000,00

II - Descrição das Ações

Desenvolver de ações relacionadas ao atendimento do setor agropecuário

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.1.71.00.00.00.00.00	Transferências à Consórcios Públicos	00.01.0200.000000	20.000,00	0,00	20.000,00
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	500.000,00	0,00	500.000,00
3.3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0200.000000	50.000,00	0,00	50.000,00
3.3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0200.000000	20.000,00	0,00	20.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	400.000,00	0,00	400.000,00
3.3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações com Co	00.01.0200.000000	30.000,00	0,00	30.000,00
3.4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0200.000000	10.000,00	0,00	10.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			1.080.000,00	0,00	1.080.000,00

Legenda:

00.01.0200 - Recursos Ordinários

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 65/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	09.00
Unidade:	Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente	09.01
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Extensão Rural	606
Programa:	EXTENSÃO RURAL	0015

Objetivo do programa:

Promover a assistência técnica e extensão rural; proporcionar alternativas econômicas, produtivas, de abastecimento, preservação dos recursos naturais, incentivos a produção, disponibilização de tecnologias produtivas para os agricultores.

Justificativa do programa:

Alavancar o desenvolvimento econômico e social das propriedades familiares, incrementar o movimento econômico do Município e diminuir o êxodo rural.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.018	2	1	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS AGROPE	Veiculo (Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente)	28,000	200.000,00

II - Descrição das Ações

Melhorar as patrulhas agrícolas mecanizadas.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	200.000,00	0,00	200.000,00
Total:			200.000,00	0,00	200.000,00

Legenda:

00.01.0200 - Recursos Ordinários

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 66/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	10.00
Unidade:	Secretaria de Infraestrutura	10.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	SERVIÇOS URBANOS	0017

Objetivo do programa:

Desenvolver ações de infraestrutura urbana visando a melhoria do visual da cidade e oferecer melhores condições de tráfego de veículos e pedestres, bem como a manutenção e a conservação de bens de uso comum do povo.

Justificativa do programa:

Necessidade de pavimentação e recuperação de ruas e avenidas, conservação de passeios, praças, obras públicas e embelezamento urbano.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.040	2	2	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	Manutenção (Secretaria de Infraestrutura)	4,000	2.930.000,00

II - Descrição das Ações

Controlar e executar as obras públicas municipais, em consonância com as diretrizes traçadas pela Administração; Executar a construção e conservação de vias urbanas e estradas rurais.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.1.71.00.00.00.00.00	Transferências à Consórcios Públicos	00.01.0200.000000	20.000,00	0,00	20.000,00
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00
3.3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0200.000000	20.000,00	0,00	20.000,00
3.3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0200.000000	30.000,00	0,00	30.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	800.000,00	0,00	800.000,00
3.4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0200.000000	10.000,00	0,00	10.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			2.930.000,00	0,00	2.930.000,00

Legenda:

00.01.0200 - Recursos Ordinários

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 67/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	10.00
Unidade:	Secretaria de Infraestrutura	10.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	SERVIÇOS URBANOS	0017

Objetivo do programa:

Desenvolver ações de infraestrutura urbana visando a melhoria do visual da cidade e oferecer melhores condições de tráfego de veículos e pedestres, bem como a manutenção e a conservação de bens de uso comum do povo.

Justificativa do programa:

Necessidade de pavimentação e recuperação de ruas e avenidas, conservação de passeios, praças, obras públicas e embelezamento urbano.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.025	2	1	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE OBRAS DA INFRAEST	Área Construída (Secretaria de Infraestrutura)	311,000	100.000,00

II - Descrição das Ações

Construir, ampliar e ou reformar edificações públicas.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	100.000,00	0,00	100.000,00
Total:			100.000,00	0,00	100.000,00

Legenda:

00.01.0200 - Recursos Ordinários

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 68/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	10.00
Unidade:	Secretaria de Infraestrutura	10.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	SERVIÇOS URBANOS	0017

Objetivo do programa:

Desenvolver ações de infraestrutura urbana visando a melhoria do visual da cidade e oferecer melhores condições de tráfego de veículos e pedestres, bem como a manutenção e a conservação de bens de uso comum do povo.

Justificativa do programa:

Necessidade de pavimentação e recuperação de ruas e avenidas, conservação de passeios, praças, obras públicas e embelezamento urbano.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.022	2	1	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS PARA O CEMITÉRIO MUNICIPAL	Terreno (Secretaria de Infraestrutura)	0,000	10.000,00

II - Descrição das Ações

Aquisição de imóvel para construir cemitério municipal □ □

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			10.000,00	0,00	10.000,00

Legenda:

00.01.0200 - Recursos Ordinários

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 69/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	10.00
Unidade:	Secretaria de Infraestrutura	10.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	SERVIÇOS URBANOS	0017

Objetivo do programa:

Desenvolver ações de infraestrutura urbana visando a melhoria do visual da cidade e oferecer melhores condições de tráfego de veículos e pedestres, bem como a manutenção e a conservação de bens de uso comum do povo.

Justificativa do programa:

Necessidade de pavimentação e recuperação de ruas e avenidas, conservação de passeios, praças, obras públicas e embelezamento urbano.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.021	2	1	CONSTRUÇÃO DA CAPELA MORTUÁRIA	Área Construída (Secretaria de Infraestrutura)	0,000	10.000,00

II - Descrição das Ações

Construir um local para realização de velórios. □ □

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			10.000,00	0,00	10.000,00

Legenda:

00.01.0200 - Recursos Ordinários

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 70/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	10.00
Unidade:	Secretaria de Infraestrutura	10.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	SERVIÇOS URBANOS	0017

Objetivo do programa:

Desenvolver ações de infraestrutura urbana visando a melhoria do visual da cidade e oferecer melhores condições de tráfego de veículos e pedestres, bem como a manutenção e a conservação de bens de uso comum do povo.

Justificativa do programa:

Necessidade de pavimentação e recuperação de ruas e avenidas, conservação de passeios, praças, obras públicas e embelezamento urbano.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.020	2	1	PAVIMENTAÇÃO E URBANIZAÇÃO DE RUAS, AVENIDAS E LOGRAD	Área Pavimentada (Secretaria de Infraestrutura)	120000,000	4.300.000,00

II - Descrição das Ações

Pavimentação de ruas, avenidas, e logradouros públicos com CAUQ (Concreto Asfáltico Usinado a Quente) ou pedras basálticas irregulares.□□

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	300.000,00	0,00	300.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0290.000000	0,00	4.000.000,00	4.000.000,00
Total:			300.000,00	4.000.000,00	4.300.000,00

Legenda:

00.01.0200 - Recursos Ordinários

00.01.0290 - Operações de Crédito Interna

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 71/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	10.00
Unidade:	Secretaria de Infraestrutura	10.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Serviços Urbanos	452
Programa:	SERVIÇOS URBANOS	0017

Objetivo do programa:

Desenvolver ações de infraestrutura urbana visando a melhoria do visual da cidade e oferecer melhores condições de tráfego de veículos e pedestres, bem como a manutenção e a conservação de bens de uso comum do povo.

Justificativa do programa:

Necessidade de pavimentação e recuperação de ruas e avenidas, conservação de passeios, praças, obras públicas e embelezamento urbano.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.042	2	2	MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	Manutenção (Secretaria de Infraestrutura)	4,000	992.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção e expansão do sistema de iluminação pública.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0200.000000	50.000,00	0,00	50.000,00
3.3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0217.000000	0,00	260.000,00	260.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	20.000,00	0,00	20.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0217.000000	0,00	512.000,00	512.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0217.000000	0,00	150.000,00	150.000,00
Total:			70.000,00	922.000,00	992.000,00

Legenda:

00.01.0200 - Recursos Ordinários

00.01.0217 - Contrib. Custeio Serviços Ilumin. Pública - COSIP

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 72/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	10.00
Unidade:	Secretaria de Infraestrutura	10.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Serviços Urbanos	452
Programa:	SERVIÇOS URBANOS	0017

Objetivo do programa:

Desenvolver ações de infraestrutura urbana visando a melhoria do visual da cidade e oferecer melhores condições de tráfego de veículos e pedestres, bem como a manutenção e a conservação de bens de uso comum do povo.

Justificativa do programa:

Necessidade de pavimentação e recuperação de ruas e avenidas, conservação de passeios, praças, obras públicas e embelezamento urbano.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.023	2	1	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DA INFR	Veiculo (Secretaria de Infraestrutura)	4,000	152.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção e melhoria da frota de veículos e do parque de máquinas.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	152.000,00	0,00	152.000,00
Total:			152.000,00	0,00	152.000,00

Legenda:

00.01.0200 - Recursos Ordinários

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 73/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	10.00
Unidade:	Secretaria de Infraestrutura	10.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Transportes Coletivos Urbanos	453
Programa:	SERVIÇOS URBANOS	0017

Objetivo do programa:

Desenvolver ações de infraestrutura urbana visando a melhoria do visual da cidade e oferecer melhores condições de tráfego de veículos e pedestres, bem como a manutenção e a conservação de bens de uso comum do povo.

Justificativa do programa:

Necessidade de pavimentação e recuperação de ruas e avenidas, conservação de passeios, praças, obras públicas e embelezamento urbano.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.019	2	1	CONSTRUÇÃO DE TERMINAIS DE PASSAGEIROS	Terminais (Secretaria de Infraestrutura)	12,000	20.200,00

II - Descrição das Ações

Construir abrigos para passageiros do transporte coletivo.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	20.000,00	0,00	20.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0208.000000	200,00	0,00	200,00
Total:			20.200,00	0,00	20.200,00

Legenda:

00.01.0200 - Recursos Ordinários

00.01.0208 - Rec. Concessão Transp. Coletivo Urbano Passageiros

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 74/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	10.00
Unidade:	Secretaria de Infraestrutura	10.01
Função:	Transporte	26
Subfunção:	Transporte Rodoviário	782
Programa:	ESTRADAS VICINAIS	0018

Objetivo do programa:

Garantir a trafegabilidade em qualquer época do ano e condições climáticas, e proporcionar aos usuários conforto e segurança.

Justificativa do programa:

Proporcionar condições de escoamento da produção agrícola, pecuária e industrial, com boas condições de tráfego a qualquer tempo, possibilitando o desenvolvimento do Município.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.041	2 2	MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA MUNICIPAL	Manutenção (Secretaria de Infraestrutura)	4,000	440.100,00

II - Descrição das Ações

Executar a construção, recuperação e conservação das estradas do interior do município.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	400.000,00	0,00	400.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0216.000000	0,00	10.100,00	10.100,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	30.000,00	0,00	30.000,00
Total:			430.000,00	10.100,00	440.100,00

Legenda:

00.01.0200 - Recursos Ordinários

00.01.0216 - CIDE

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 75/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	10.00
Unidade:	Segurança Pública	10.02
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Policimento	181
Programa:	SERVIÇOS URBANOS	0017

Objetivo do programa:

Desenvolver ações de infraestrutura urbana visando a melhoria do visual da cidade e oferecer melhores condições de tráfego de veículos e pedestres, bem como a manutenção e a conservação de bens de uso comum do povo.

Justificativa do programa:

Necessidade de pavimentação e recuperação de ruas e avenidas, conservação de passeios, praças, obras públicas e embelezamento urbano.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.024	2	1	SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL E VERTICAL	Unidades Instaladas (Segurança Pública)	4,000	10.000,00

II - Descrição das Ações

Instalação de sinalização nas vias públicas.□□

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			10.000,00	0,00	10.000,00

Legenda:

00.01.0200 - Recursos Ordinários

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 76/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	10.00
Unidade:	Segurança Pública	10.02
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Policimento	181
Programa:	SEGURANÇA PÚBLICA	0019

Objetivo do programa:

Manutenção da ordem pública, controle das infrações de trânsito, licenciamento de veículos, policiamento ostensivo, garantindo o exercício pleno da cidadania nos limites da lei.

Justificativa do programa:

Atendimento das necessidades de segurança de toda a nossa população.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.045	2	2	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE CÂMERAS DE VIGILÂNCIA	Câmeras Instaladas (Segurança Pública)	10,000	20.000,00

II - Descrição das Ações

Instalação e manutenção das câmaras de vigilância eletrônica.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	10.000,00	0,00	10.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			20.000,00	0,00	20.000,00

Legenda:

00.01.0200 - Recursos Ordinários

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 77/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	10.00
Unidade:	Segurança Pública	10.02
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Policimento	181
Programa:	SEGURANÇA PÚBLICA	0019

Objetivo do programa:

Manutenção da ordem pública, controle das infrações de trânsito, licenciamento de veículos, policiamento ostensivo, garantindo o exercício pleno da cidadania nos limites da lei.

Justificativa do programa:

Atendimento das necessidades de segurança de toda a nossa população.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.043	2	2	MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA	Manutenção (Segurança Pública)	4,000	431.000,00

II - Descrição das Ações

Controle do tráfego de veículos e de pessoas e proteção a cidadania.□□

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0201.000000	95.000,00	0,00	95.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0202.000000	0,00	85.000,00	85.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0203.000019	0,00	52.000,00	52.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0204.000089	0,00	45.000,00	45.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0205.000000	0,00	45.000,00	45.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0207.000000	10.000,00	0,00	10.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0201.000000	10.000,00	0,00	10.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0203.000019	0,00	36.000,00	36.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0204.000089	0,00	21.500,00	21.500,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0205.000000	0,00	21.500,00	21.500,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0207.000000	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			125.000,00	306.000,00	431.000,00

Legenda:

00.01.0201 - Radio Patrulha
 00.01.0202 - Multas de Trânsito
 00.01.0203 - Multas de Trânsito - ORTFRAI
 00.01.0204 - Multas de Trânsito - Polícia Civil

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 78/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014

00.01.0205 - Multas de Trânsito - Polícia Militar
00.01.0207 - Polícia Civil - Convênio SSP

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 79/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	10.00
Unidade:	Segurança Pública	10.02
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Defesa Civil	182
Programa:	SEGURANÇA PÚBLICA	0019

Objetivo do programa:

Manutenção da ordem pública, controle das infrações de trânsito, licenciamento de veículos, policiamento ostensivo, garantindo o exercício pleno da cidadania nos limites da lei.

Justificativa do programa:

Atendimento das necessidades de segurança de toda a nossa população.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.044	2	2	MANUTENÇÃO DO FUREBOM	Manutenção (Segurança Pública)	4,000	331.000,00

II - Descrição das Ações

Execução das atividades de defesa civil.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0700.000000	0,00	61.000,00	61.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0700.000000	0,00	270.000,00	270.000,00
Total:			0,00	331.000,00	331.000,00

Legenda:

00.01.0700 - Recursos - FUNREBOM

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 80/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	11.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistencia Social	11.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	ASSISTÊNCIA SOCIAL	0020

Objetivo do programa:

Atender a população garantindo os seus direitos em conformidade com a legislação vigente especialmente a Lei Municipal 2191/2013.

Justificativa do programa:

Atender a população em situação de vulnerabilidade social.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.046	2 2	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Manutenção (Fundo Municipal de Assistencia Social)	4,000	900.250,00

II - Descrição das Ações

Manutenção das ações de assistencia social e de alta complexidade.□□

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	500.000,00	0,00	500.000,00
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0507.000000	0,00	30.000,00	30.000,00
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0517.000000	0,00	9.000,00	9.000,00
3.3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0200.000000	60.000,00	0,00	60.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	200.000,00	0,00	200.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0507.000000	0,00	30.000,00	30.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0512.000055	0,00	15.050,00	15.050,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0516.000000	0,00	7.000,00	7.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0517.000000	0,00	8.500,00	8.500,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	20.000,00	0,00	20.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0507.000000	0,00	12.500,00	12.500,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0513.000055	0,00	5.100,00	5.100,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0516.000000	0,00	3.100,00	3.100,00
Total:			780.000,00	120.250,00	900.250,00

Legenda:

00.01.0200 - Recursos Ordinários

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 81/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014

00.01.0500 - Recursos Ordinários
00.01.0507 - Transferência de Recursos do FNAS - IGD-PBF
00.01.0512 - Tranf. de Recursos FEAS - Alta Complexidade Custeio
00.01.0513 - Tranf. de Recursos FEAS - Alta Complexidade Investimentos
00.01.0516 - Transferências de Recursos do Estado - FEAS
00.01.0517 - Transferências de Recursos do Estado - IGD SUAS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 82/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	11.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistencia Social	11.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	ASSISTÊNCIA SOCIAL	0020

Objetivo do programa:

Atender a população garantindo os seus direitos em conformidade com a legislação vigente especialmente a Lei Municipal 2191/2013.

Justificativa do programa:

Atender a população em situação de vulnerabilidade social.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.027	2 1	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE UNIDADES ASSISTE	Área Construída (Fundo Municipal de Assistencia Social)	450,000	216.670,00

II - Descrição das Ações

Estruturação das unidades de assistencia social.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	216.670,00	0,00	216.670,00
Total:			216.670,00	0,00	216.670,00

Legenda:

00.01.0200 - Recursos Ordinários

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 83/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	11.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistencia Social	11.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	ASSISTÊNCIA SOCIAL	0020

Objetivo do programa:

Atender a população garantindo os seus direitos em conformidade com a legislação vigente especialmente a Lei Municipal 2191/2013.

Justificativa do programa:

Atender a população em situação de vulnerabilidade social.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.026	2 1	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	Veiculo (Fundo Municipal de Assistencia Social)	3,000	50.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção e melhoria da frota de veículos. □□

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			50.000,00	0,00	50.000,00

Legenda:

00.01.0200 - Recursos Ordinários

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 84/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	11.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistencia Social	11.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS	0021

Objetivo do programa:

Atender e acompanhar a população em risco de vulnerabilidade social de acordo com a legislação em vigor, especialmente a Lei Municipal 2191/2013.

Justificativa do programa:

Acompanhar as famílias em situação de vulnerabilidade evitando o rompimentos dos vinculos familiares e comunitários

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.047	2 2	MANUTENÇÃO DO CRAS	Manutenção (Fundo Municipal de Assistencia Social)	4,000	296.000,00

II - Descrição das Ações

Acompanhar as famílias em situação de vulnerabilidade social. □□

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	50.000,00	0,00	50.000,00
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0504.000000	0,00	12.500,00	12.500,00
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0509.000000	0,00	40.000,00	40.000,00
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0510.000000	0,00	15.000,00	15.000,00
3.3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0200.000000	30.000,00	0,00	30.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	50.000,00	0,00	50.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0504.000000	0,00	30.000,00	30.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0509.000000	0,00	35.500,00	35.500,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0510.000000	0,00	13.000,00	13.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	20.000,00	0,00	20.000,00
Total:			150.000,00	146.000,00	296.000,00

Legenda:

00.01.0200 - Recursos Ordinários
 00.01.0504 - Transferência de Recursos do FNAS - PVMC
 00.01.0509 - Transferência de Recursos do FNAS - PBF
 00.01.0510 - Tranf. de Recursos FNAS - PBVII

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 85/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	11.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistencia Social	11.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS	0022

Objetivo do programa:

Atender individuos e familias com os direitos violados em atendimento a legislação em vigor especialmente a Lei Municipal 2191/2013.

Justificativa do programa:

Atender e acompanhar individuos vitimas de violências tais como crianças, adolescentes, deficientes, idosos e mulheres, maus tratos e negligências.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.048	2 2	MANUTENÇÃO DO CREAS	Manutenção (Fundo Municipal de Assistencia Social)	4,000	230.000,00

II - Descrição das Ações

Atender individuos e familias com os direitos violados□□

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	50.000,00	0,00	50.000,00
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0511.000000	0,00	40.000,00	40.000,00
3.3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0200.000000	20.000,00	0,00	20.000,00
3.3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0505.000000	0,00	21.500,00	21.500,00
3.3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0511.000000	0,00	24.000,00	24.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	50.000,00	0,00	50.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0511.000000	0,00	14.500,00	14.500,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			130.000,00	100.000,00	230.000,00

Legenda:

00.01.0200 - Recursos Ordinários

00.01.0505 - Transferência de Recursos do FNAS - PTMC

00.01.0511 - Transferência de Recursos do FNAS - PPMC-II

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 86/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	11.00
Unidade:	Fundo Mun dos Direitos da Criança e do Adolescente	11.02
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência à Criança e ao Adolescente	243
Programa:	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	0023

Objetivo do programa:

Atender crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal.

Justificativa do programa:

Atender em período integral crianças e adolescentes; vítimas de violências domésticas e em cumprimento de medidas socio-educativas.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.049	2 2	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA	Manutenção (Fundo Mun dos Direitos da Criança e do Adolesce	4,000	67.200,00

II - Descrição das Ações

Atender crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal.□□

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0200.000000	10.000,00	0,00	10.000,00
3.3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0600.000000	0,00	25.000,00	25.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	10.000,00	0,00	10.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0600.000000	0,00	10.000,00	10.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	10.000,00	0,00	10.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0600.000000	0,00	2.200,00	2.200,00
Total:			30.000,00	37.200,00	67.200,00

Legenda:

00.01.0200 - Recursos Ordinários

00.01.0600 - Recursos - FMDCA

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 87/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	12.00
Unidade:	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	12.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	0024

Objetivo do programa:

Desenvolver ações de planejamento e promoção da expansão industrial e comercial, bem como a estruturação do distrito industrial, visando aumentar o Movimento Econômico do município, buscar novas tecnologias e investimentos.

Justificativa do programa:

Se faz necessário a continuidade do auxílio na instalação, ampliação e outros serviços, visando a aumento quantitativo e qualitativo dos empregos e geração de renda.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.050	2	2	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	Manutenção (Secretaria de Desenvolvimento Econômico)	4,000	350.000,00

II - Descrição das Ações

Controlar e executar as ações públicas municipais, em consonância com as diretrizes traçadas pela Administração. □□

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	200.000,00	0,00	200.000,00
3.3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0200.000000	30.000,00	0,00	30.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	80.000,00	0,00	80.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	40.000,00	0,00	40.000,00
Total:			350.000,00	0,00	350.000,00

Legenda:

00.01.0200 - Recursos Ordinários

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 88/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	12.00
Unidade:	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	12.01
Função:	Indústria	22
Subfunção:	Promoção Industrial	661
Programa:	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	0024

Objetivo do programa:

Desenvolver ações de planejamento e promoção da expansão industrial e comercial, bem como a estruturação do distrito industrial, visando aumentar o Movimento Econômico do município, buscar novas tecnologias e investimentos.

Justificativa do programa:

Se faz necessário a continuidade do auxílio na instalação, ampliação e outros serviços, visando a aumento quantitativo e qualitativo dos empregos e geração de renda.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.051	2	2	PROGRAMA DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	Manutenção (Secretaria de Desenvolvimento Econômico)	4,000	90.000,00

II - Descrição das Ações

Fomentar o desenvolvimento das empresas existentes e proporcionar oportunidades para novos empreendimentos.□□

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	30.000,00	0,00	30.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	60.000,00	0,00	60.000,00
Total:			90.000,00	0,00	90.000,00

Legenda:

00.01.0200 - Recursos Ordinários

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 89/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	12.00
Unidade:	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	12.01
Função:	Indústria	22
Subfunção:	Promoção Industrial	661
Programa:	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	0024

Objetivo do programa:

Desenvolver ações de planejamento e promoção da expansão industrial e comercial, bem como a estruturação do distrito industrial, visando aumentar o Movimento Econômico do município, buscar novas tecnologias e investimentos.

Justificativa do programa:

Se faz necessário a continuidade do auxílio na instalação, ampliação e outros serviços, visando a aumento quantitativo e qualitativo dos empregos e geração de renda.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.028	2	1	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA SECRETARIA DE DESENVOLVIMEN	Veiculo (Secretaria de Desenvolvimento Econômico)	1,000	50.000,00

II - Descrição das Ações

Aquisição de veículos para deslocamentos dos servidores. □□

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			50.000,00	0,00	50.000,00

Legenda:

00.01.0200 - Recursos Ordinários

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 90/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	12.00
Unidade:	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	12.01
Função:	Comércio e Serviços	23
Subfunção:	Turismo	695
Programa:	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	0024

Objetivo do programa:

Desenvolver ações de planejamento e promoção da expansão industrial e comercial, bem como a estruturação do distrito industrial, visando aumentar o Movimento Econômico do município, buscar novas tecnologias e investimentos.

Justificativa do programa:

Se faz necessário a continuidade do auxílio na instalação, ampliação e outros serviços, visando a aumento quantitativo e qualitativo dos empregos e geração de renda.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.029	2	1	OBRAS DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO E TURISMO	Obras e Instalações (Secretaria de Desenvolvimento Econômico)	2,000	50.000,00

II - Descrição das Ações

Construir, ampliar e ou reformar edificações relacionadas ao desenvolvimento e ao turismo□□

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			50.000,00	0,00	50.000,00

Legenda:

00.01.0200 - Recursos Ordinários

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 91/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	12.00
Unidade:	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	12.01
Função:	Comércio e Serviços	23
Subfunção:	Turismo	695
Programa:	INCENTIVOS AO TURISMO	0025

Objetivo do programa:

Incentivar, promover e divulgar as potencialidades turísticas do município, em parceria com a iniciativa privada e comunidade .

Justificativa do programa:

Promover programas de incentivos ao desenvolvimento de ações que potencializem turisticamente o nosso município. Manter parceria com a Casa do Turista, CONTTUR e o programa Turismo Rota da Amizade, que é um projeto para o desenvolvimento sustentável e contínuo do turismo da região do Vale do Contestado.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.053	2	2	INCENTIVO A EVENTOS, FEIRAS E EXPOSIÇÕES TURÍSTICAS	Eventos Realizados (Secretaria de Desenvolvimento Econômico)	10,000	80.000,00

II - Descrição das Ações

Apoio a realização de eventos relacionados ao turismo.□□

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0200.000000	30.000,00	0,00	30.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			80.000,00	0,00	80.000,00

Legenda:

00.01.0200 - Recursos Ordinários

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 92/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	12.00
Unidade:	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	12.01
Função:	Comércio e Serviços	23
Subfunção:	Turismo	695
Programa:	INCENTIVOS AO TURISMO	0025

Objetivo do programa:

Incentivar, promover e divulgar as potencialidades turísticas do município, em parceria com a iniciativa privada e comunidade .

Justificativa do programa:

Promover programas de incentivos ao desenvolvimento de ações que potencializem turisticamente o nosso município. Manter parceria com a Casa do Turista, CONTTUR e o programa Turismo Rota da Amizade, que é um projeto para o desenvolvimento sustentável e contínuo do turismo da região do Vale do Contestado.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.052	2	2	DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DO TURISMO	Manutenção (Secretaria de Desenvolvimento Econômico)	4,000	100.000,00

II - Descrição das Ações

Desenvolver ações relacionadas ao fortalecimento do turismo.□□

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0200.000000	30.000,00	0,00	30.000,00
3.3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0200.000000	20.000,00	0,00	20.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	30.000,00	0,00	30.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200.000000	20.000,00	0,00	20.000,00
Total:			100.000,00	0,00	100.000,00

Legenda:

00.01.0200 - Recursos Ordinários

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 93/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014

I - Classificação

Órgão:	Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME	13.00
Unidade:	Fundção Municipal de Esportes e Lazer - FME	13.01
Função:	Desporto e Lazer	27
Subfunção:	Desporto Comunitário	812
Programa:	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE	0026

Objetivo do programa:

Incentivo ao desenvolvimento de promoções esportivas e recreativas voltadas para a participação comunitária.

Justificativa do programa:

Realização de competições a nível municipal e regional, atendimento às escolinhas de formação de atletas e promoção de atividades de lazer.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.054	7	2	MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER	Manutenção (Fundção Municipal de Esportes e Lazer - FME)	4,000	950.000,00

II - Descrição das Ações

Gerenciar as competições esportivas e atividades de lazer, visando a qualidade de vida dos munícipes□□

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0800.000000	500.000,00	0,00	500.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0800.000000	400.000,00	0,00	400.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0800.000000	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			950.000,00	0,00	950.000,00

Legenda:

00.01.0800 - Recursos Ordinários - FME

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 94/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014

I - Classificação

Órgão:	Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME	13.00
Unidade:	Fundção Municipal de Esportes e Lazer - FME	13.01
Função:	Desporto e Lazer	27
Subfunção:	Desporto Comunitário	812
Programa:	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE	0026

Objetivo do programa:

Incentivo ao desenvolvimento de promoções esportivas e recreativas voltadas para a participação comunitária.

Justificativa do programa:

Realização de competições a nível municipal e regional, atendimento às escolinhas de formação de atletas e promoção de atividades de lazer.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.031	7	1	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESP	Veiculo (Fundção Municipal de Esportes e Lazer - FME)	1,000	50.000,00

II - Descrição das Ações

Aquisição de veículos para deslocamentos dos servidores e transporte de atletas.□□

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0800.000000	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			50.000,00	0,00	50.000,00

Legenda:

00.01.0800 - Recursos Ordinários - FME

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 95/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014

I - Classificação

Órgão:	Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME	13.00
Unidade:	Fundção Municipal de Esportes e Lazer - FME	13.01
Função:	Desporto e Lazer	27
Subfunção:	Desporto Comunitário	812
Programa:	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE	0026

Objetivo do programa:

Incentivo ao desenvolvimento de promoções esportivas e recreativas voltadas para a participação comunitária.

Justificativa do programa:

Realização de competições a nível municipal e regional, atendimento às escolinhas de formação de atletas e promoção de atividades de lazer.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.030	7 1	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE OBRAS PARA PRÁTICA	Obras e Instalações (Fundção Municipal de Esportes e Lazer - F	1,000	50.000,00

II - Descrição das Ações

Construção de ginásios de esportes, campos de futebol e centro de treinamento. □□

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0800.000000	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			50.000,00	0,00	50.000,00

Legenda:

00.01.0800 - Recursos Ordinários - FME

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 96/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014

I - Classificação

Órgão:	AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO	14.00
Unidade:	SANEFRAI	14.01
Função:	Saneamento	17
Subfunção:	Saneamento Básico Urbano	512
Programa:	SANEAMENTO BÁSICO	0027

Objetivo do programa:

Garantir a realização dos serviços de saneamento básico de acordo com os quatro pilares da Lei Federal 11445/07 a qual refere-se a todas as atividades voltadas a água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos, urbanos e drenagem pluvial.

Justificativa do programa:

Executar os serviços públicos de saneamento básico para garantir a qualidade de vida da população do município e a preservação do meio ambiente.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.056	8	2	COLETA E DESTINO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS	Manutenção (SANEFRAI)	4,000	1.200.000,00

II - Descrição das Ações

Continuar o serviço de coleta e destino final de resíduos sólidos. □□

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0900.000000	1.200.000,00	0,00	1.200.000,00
Total:			1.200.000,00	0,00	1.200.000,00

Legenda:

00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFRAI

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 97/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014

I - Classificação

Órgão:	AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO	14.00
Unidade:	SANEFRAI	14.01
Função:	Saneamento	17
Subfunção:	Saneamento Básico Urbano	512
Programa:	SANEAMENTO BÁSICO	0027

Objetivo do programa:

Garantir a realização dos serviços de saneamento básico de acordo com os quatro pilares da Lei Federal 11445/07 a qual refere-se a todas as atividades voltadas a água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos, urbanos e drenagem pluvial.

Justificativa do programa:

Executar os serviços públicos de saneamento básico para garantir a qualidade de vida da população do município e a preservação do meio ambiente.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.055	8	2	MANUTENÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO	Manutenção (SANEFRAI)	4,000	3.450.000,00

II - Descrição das Ações

Continuar os serviços referente a manutenção do saneamento básico.□□

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.1.71.00.00.00.00.00	Transferencias a Consórcios Públicos	00.01.0900.000000	20.000,00	0,00	20.000,00
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0900.000000	1.400.000,00	0,00	1.400.000,00
3.3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0900.000000	15.000,00	0,00	15.000,00
3.3.3.72.00.00.00.00.00	Transferencias a Consórcios Públicos	00.01.0900.000000	40.000,00	0,00	40.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0900.000000	1.900.000,00	0,00	1.900.000,00
3.4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0900.000000	15.000,00	0,00	15.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0900.000000	60.000,00	0,00	60.000,00
Total:			3.450.000,00	0,00	3.450.000,00

Legenda:

00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFRAI

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 98/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014

I - Classificação

Órgão:	AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO	14.00
Unidade:	SANEFRAI	14.01
Função:	Saneamento	17
Subfunção:	Saneamento Básico Urbano	512
Programa:	SANEAMENTO BÁSICO	0027

Objetivo do programa:

Garantir a realização dos serviços de saneamento básico de acordo com os quatro pilares da Lei Federal 11445/07 a qual refere-se a todas as atividades voltadas a água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos, urbanos e drenagem pluvial.

Justificativa do programa:

Executar os serviços públicos de saneamento básico para garantir a qualidade de vida da população do município e a preservação do meio ambiente.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.033	8	1	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DE SANEAMENTO	Veiculo (SANEFRAI)	20,000	363.000,00

II - Descrição das Ações

Adquirir máquinas, veículos e equipamentos de saneamento ☐ ☐

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0900.000000	363.000,00	0,00	363.000,00
Total:			363.000,00	0,00	363.000,00

Legenda:

00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFRAI

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 99/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014

I - Classificação

Órgão:	AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO	14.00
Unidade:	SANEFRAI	14.01
Função:	Saneamento	17
Subfunção:	Saneamento Básico Urbano	512
Programa:	SANEAMENTO BÁSICO	0027

Objetivo do programa:

Garantir a realização dos serviços de saneamento básico de acordo com os quatro pilares da Lei Federal 11445/07 a qual refere-se a todas as atividades voltadas a água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos, urbanos e drenagem pluvial.

Justificativa do programa:

Executar os serviços públicos de saneamento básico para garantir a qualidade de vida da população do município e a preservação do meio ambiente.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.032	8	1	OBRAS DE SANEAMENTO BÁSICO	Obras e Instalações (SANEFRAI)	4,000	300.000,00

II - Descrição das Ações

Construir, ampliar e reformar as obras de saneamento básico.□□

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0900.000000	300.000,00	0,00	300.000,00
Total:			300.000,00	0,00	300.000,00

Legenda:

00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFRAI

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 100/100

Data: 05/12/2013

ANEXO LOA 2014

I - Classificação

Órgão:	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	99.00
Unidade:	Reserva de Contingência	99.99
Função:	Reserva de Contingência	99
Subfunção:	Reserva de Contingência	999
Programa:	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0028

Objetivo do programa:

Atender os passivos contingentes e outros riscos fiscais imprevistos.

Justificativa do programa:

A dificuldade de prever os riscos fiscais e passivos contingentes com exatidão, torna-se necessário criar a Reserva de Contingência.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
9.999	2 4	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Manutenção (Reserva de Contingência)	4,000	200.000,00

II - Descrição das Ações

Reserva Orçamentária

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	00.01.0200.000000	200.000,00	0,00	200.000,00
Total:			200.000,00	0,00	200.000,00

Legenda:

00.01.0200 - Recursos Ordinários

 MOISES AMADEU PATRICIO
 Controlador Interno

 ISABEL CRISTINA BEHER SCAPINEL
 Contadora

 OLIDES BERTAIOLLI
 Secretario de Finanças

 IVO BIAZZOLO
 Prefeito Municipal

Lei N° 2211/2013

LEI N° 2211, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2013.

AUTORIZA A CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO LOTEAMENTO SÃO MIGUEL FASE II E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a criar e implantar o loteamento da área de 379.432,24m² (trezentos e setenta e nove mil, quatrocentos e trinta e dois metros e vinte e quatro centímetros quadrados), denominado como Loteamento São Miguel Fase II, registrado sob n° 8116 no Registro Geral do Cartório Imobiliário da Comarca de Fraiburgo.

Art. 2º. Dentro do plano de Estrutura, Aproveitamento e Uso do Solo, anexos IV e VIII da Lei Complementar Municipal n° 097/2008, os lotes com testada para a Avenida "A" serão classificados como ZCB2 - Zona Comercial de Bairro 2; os lotes 0003 e 0004 da quadra 542 e as quadras 537, 595 e 596 serão classificados como ZPAL - Zona de Preservação Ambiental e Lazer; os lotes 0001 e 0002 da quadra 542 serão classificados como ZPP - Zona de Preservação Permanente, as quadras 541, 593 e 594 serão classificadas como ZEIS - Zona Especial de Interesse Social e os demais lotes serão classificados como ZIR2 - Zona de Interesse Residencial 2.

Art. 3º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a alienar os lotes, às pessoas atualmente ocupantes dos mesmos, e que se enquadrem e preencham os seguintes requisitos:

- I - tenham renda familiar não superior a cinco salários mínimos mensais;
- II - comprovem residência no Município, no mínimo a 36 (trinta e seis) meses;
- III - não possuam outro imóvel no município;
- IV - que utilizem o imóvel unicamente como residência própria e de sua família;
- V - estejam quites com as obrigações tributárias incidentes sobre o imóvel pretendido, oriundas do uso precário do mesmo.

§ 1º. Além da comprovação do atendimento aos requisitos previstos nos incisos I a V deste artigo, a alienação ficará condicionada à emissão de parecer social favorável, a ser emitido pelo Departamento de Assistência Social do Município.

§ 2º. O interessado terá o prazo de 60 (sessenta) dias para optar pela aquisição do imóvel, a contar da data do levantamento sócio-econômico.

Art. 4º. A alienação será efetivada, inicialmente, através de contrato de promessa de compra e venda que será levado a registro junto ao Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Fraiburgo, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

Parágrafo único. Dentro do prazo de 06 (seis) meses, deverá ser formalizada a competente escritura de compra e venda, na qual constará obrigatoriamente cláusula de inalienabilidade e de proibição de cessão a terceiros, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem prévia autorização escrita do Município, que somente será concedida por motivo de força maior ou outra razão relevante, devidamente comprovada em processo administrativo.

Art. 5º. O valor de comercialização dos lotes ficará vinculado ao laudo a ser elaborado por Comissão especialmente nomeada para este fim, homologado por decreto do executivo, a serem pagos no prazo máximo de 120 (cento e vinte) meses, não podendo cada prestação ser inferior a 15% (quinze por cento) do salário mínimo vigente no país, admitida sua antecipação.

§ 1º. O valor de cada prestação será acrescido de correção monetária pré-fixada com base no acumulado do exercício anterior,

seguindo os mesmos critérios de atualização da Unidade Fiscal do Município;

§ 2º. O pagamento da primeira prestação deverá ser efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato de compra e venda;

§ 3º. No momento da assinatura do contrato de compra e venda, o adquirente antecipará as despesas cartorárias necessárias ao registro do instrumento, de acordo com a tabela fornecida pelo Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Fraiburgo;

§ 4º. Verificada a inadimplência de 03 (três) parcelas, consecutivas ou alternadas, vencerão por antecipação todas as demais, remetendo-se o crédito para inscrição em dívida ativa não tributária e posterior cobrança judicial;

§ 5º. O vencimento antecipado da obrigação independe de prévia notificação do adquirente;

§ 6º. Vencida a totalidade dos débitos, o adquirente deverá cessar os recolhimentos com os carnês que lhe foram entregues por ocasião da formalização do contrato de compra e venda;

§ 7º. No caso de o adquirente não cessar os pagamentos de acordo com o previsto no parágrafo anterior, o recebimento de quaisquer valores por parte do Município não ensejará qualquer direito ao adquirente, à exceção do seu abatimento quando da liquidação total da dívida;

§ 8º. Considerar-se-ão válidas as notificações e intimações encaminhadas ao adquirente no endereço do imóvel objeto da compra e venda ou alternativamente, a publicada junto ao Diário Oficial dos Municípios, sendo de responsabilidade do adquirente a manutenção do seu endereço atualizado junto ao cadastro do Município;

§ 9º. O adquirente fica obrigado, pelo período da inalienabilidade, a manter o imóvel como residência própria e de sua família, permitindo ao Município, a qualquer momento, efetuar vistoria para a comprovação desta condição, sob pena de rescisão do contrato;

§ 10. Rescindido o contrato, incidirá multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado da alienação a favor do Município de Fraiburgo, sendo facultado a este o abatimento desta multa no momento da restituição dos valores adimplidos pelo adquirente, os quais deverão ser corrigidos monetariamente pelo INPC.

Art. 6º. As alienações de que trata a presente Lei, por se destinarem a solucionar problemas sociais e não comportarem competição geral, regulada pela Lei Federal n° 8.666/93, serão efetuadas independentemente de licitação.

Parágrafo único. Os imóveis, cujos interessados não se enquadrem nas disposições do artigo 3º desta Lei, serão alienados obrigatoriamente mediante regular processo licitatório.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições da Lei Municipal n° 1.665/2002.

Gabinete do Prefeito

FRAIBURGO (SC), 05 DE DEZEMBRO DE 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Lei N° 2212/2013

LEI N° 2212, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2013.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

IVO BIAZZOLO, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2013, crédito adicional

suplementar no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), para a suplementação do seguinte programa:

10.00 - Secretaria de Infraestrutura

10.01 - Secretaria de Infraestrutura

15.451.0023.1.033 - Pavimentação e Urbanização de Ruas, Avenidas e Logradouro Públicos

4.4.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0290 (132)

R\$ 2.000.000,00

Total R\$ 2.000.000,00

Art. 2º. De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serão utilizados como recursos para abertura do crédito suplementar de que trata a presente Lei, a ser operada mediante Decretos específicos, as receitas provenientes da Operação de crédito autorizada pela Lei nº 2190, de 18 de Julho de 2013.

§ 1º. Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

§ 2º. O saldo da operação de crédito contratada por força da Lei referida no caput deste artigo que não for liberada durante o exercício, deverão ser incorporadas na previsão orçamentária do próximo exercício.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito

FRAIBURGO, 05 DE DEZEMBRO DE 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Decreto N° 0363/2013

DECRETO N° 0363, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2164, de 06 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo crédito adicional suplementar, para o exercício de 2013 no valor de R\$ 28.030,68 (vinte e oito mil, trinta reais e sessenta e oito centavos) nas seguintes dotações:

08.00 - Secretaria de Saúde

08.01 - Fundo Municipal de Saúde

10.301.0017.2.038 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0400 (31) R\$ 28.030,68

Total R\$ 28.030,68

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta da anulação das seguintes dotações:

08.00 - Secretaria de Saúde

08.01 - Fundo Municipal de Saúde

10.301.0017.2.038 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.1.71.00 - Transferências a Consórcios Públicos 0.1.0400 (27)

R\$ 8.000,00

4.4.71.00 - Transferências a Consórcios Públicos 0.1.0400 (32)

R\$ 1.200,00

4.4.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0400 (33) R\$ 18.830,68

Total R\$ 28.030,68

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 05 DE DEZEMBRO DE 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Decreto N° 0364/2013

DECRETO N° 0364, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 15 da Lei Nº 2164, de 06 de Dezembro de 2012;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Fraiburgo para o exercício de 2013 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), nas seguintes dotações:

08.00 - Secretaria de Saúde

08.01 - Fundo Municipal de Saúde

10.301.0016.2.032 - Manutenção da Atenção Básica

3.1.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0432 (98) R\$ 50.000,00

3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0432 (9) R\$ 30.000,00

10.302.0017.2.035 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial

3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0422 (46) R\$ 20.000,00

Total R\$ 100.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

417213318 - Transf. de Recursos do SUS - PMAQ R\$ 80.000,00

417213316 - Transferência de Recursos do SUS - SAMU

R\$ 20.000,00

TOTAL R\$ 100.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 05 DE DEZEMBRO DE 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Decreto N° 0365/2013

DECRETO N° 0365, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2013.

CONVOCA PARA PROVA PRÁTICA NOS TERMOS DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0045, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2013.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam convocados os candidatos classificados até a 10ª posição de cada código, para realização da prova prática, de acordo com o estabelecido neste Decreto.

Art. 2º. Ficam convocados os candidatos classificados para realização do sorteio dos temas e prova prática, nos termos do Edital n. 0045/2013, nos seguintes dias, horários e local:

I – CÓDIGO 1 – INSTRUTOR DE TRABALHOS CULTURAIS:

a) Os candidatos por ordem de classificação, do 1º ao 4º lugar deverão comparecer na data e local mencionado para o sorteio dos temas das provas práticas:

Data: 10 de dezembro de 2013 (terça-feira).

Horário: 10:00 hs, devendo o candidato chegar ao local com 15 minutos de antecedência

Local:– Departamento de Cultura - Rua Rene Frey 411, Centro, Fraiburgo, SC.

II – CÓDIGO 2 – INSTRUTOR DE TRABALHOS MANUAIS:

b) Os candidatos por ordem de classificação, do 1º ao 10º lugar deverão comparecer na data e local mencionado para o sorteio dos temas das provas práticas:

Data: 10 de dezembro de 2013 (terça-feira).

Horário: 10:30 hs, devendo o candidato chegar ao local com 15 minutos de antecedência

Local:– Departamento de Cultura - Rua Rene Frey 411, Centro, Fraiburgo, SC.

Art. 3º. Após o sorteio dos temas, ficam os candidatos convocados para realizarem a prova prática, nas datas, horários e local a seguir determinados, devendo ser observadas todas as disposições do Edital:

I – CÓDIGO 1 – INSTRUTOR DE TRABALHOS CULTURAIS:**PROVA PRÁTICA INSTRUTOR DE TRABALHOS CULTURAIS**

Data: 11 de dezembro (quarta-feira).

Local:– Departamento de Cultura - Rua Rene Frey 411, Centro, Fraiburgo, SC.

Inscrição	Nome	Horário
7	JOSINEI PINTO FERREIRA	10:00
16	ALEX SANDRO MORAES PEREIRA	10:30
14	LUIZ HENRIQUE CARDOSO BOROWSKI	11:00
19	ROGER JOÃO DE MELLO	11:30

II – CÓDIGO 2 – INSTRUTOR DE TRABALHOS MANUAIS:**PROVA PRÁTICA INSTRUTOR DE TRABALHOS MANUAIS**

Data: 11 de dezembro (quarta-feira).

Local:– Departamento de Cultura - Rua Rene Frey 411, Centro, Fraiburgo, SC.

Inscrição	Nome	Horário
10	MARILDE MARCIA DOS SANTOS TONIAL	14:00
15	FABIO JOSÉ PEDROSO DOS SANTOS	14:30
09	ESTEFANI GOETTEN	15:00
13	SONIA APARECIDA SCHADE	15:30
11	LUCENIR APARECIDA DA SILVA SANTOS	16:00
8	FRANCIELE REGINA RODRIGUES	16:30
18	JULIANA HASS TEODORO	17:00
3	CARINE APARECIDA VERONEZE	17:30
4	ELONICE DONATI NOVICKI	18:00
1	MARIA JANETE VEDOVATTO SETTI	18:30

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

FRAIBURGO, SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2509/2013

PORTARIA N° 2.509, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2013.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato da servidora CRISTIANI DE SOUZA, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o nº 045.844.689-07, contratada em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 03 de dezembro de 2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2510/2013

PORTARIA N.º 2.510, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0008 de 09 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 061/2013, do Departamento de Cultura;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARCIO GIORGIO RAMOS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 004.445.059-11, contratado em caráter temporário na função de MOTORISTA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2014 até 01 de abril de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2511/2013

PORTARIA N.º 2.511, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de

junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 061/2013, do Departamento de Cultura;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JORGE LUIZ RIVA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 074.704.679-47, contratado em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de dezembro de 2013 até 01 de julho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2512/2013

PORTARIA N.º 2.512, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0006 de 24 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI; e conforme ofício n.º 105/2013, da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ADELINO DE ASSIS MOTA RODRIGUES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 868.906.629-20, contratado em caráter temporário na função de AGENTE OPERACIONAL, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2014 até 31 de março de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2513/2013

PORTARIA N.º 2.513, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0009 de 19 de junho de 2013 e Contrato Administrativo da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI; e conforme ofício n.º 105/2013, da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ALZEMIRO DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 032.720.409-51, contratado em caráter temporário na função de AGENTE OPERACIONAL, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2014 até 31 de março de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2514/2013

PORTARIA N.º 2.514, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0007 de 01 de março de 2013 e Contrato Administrativo da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI; e conforme ofício n.º 105/2013, da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANTONIO FURLANETTO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 554.920.379-00, contratado em caráter temporário na função de MOTORISTA, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2014 até 31 de março de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2515/2013

PORTARIA N.º 2.515, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 14 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI; e conforme ofício n.º 105/2013, da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CIRLENE TEREZINHA DE JESUS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 715.517.279-00, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento

de Fraiburgo - SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2516/2013

PORTARIA N.º 2.516, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004 de 17 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI; e conforme ofício n.º 105/2013, da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de HENRIQUE DIAS DE ANDRADE, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 066.670.479-19, contratado em caráter temporário na função de OPERADOR DE ETA/ETE, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2517/2013

PORTARIA N.º 2.517, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0003 de 14 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI; e conforme ofício n.º 105/2013, da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de IVAN PADILHA DE GOES, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 016.869.779-30, contratado em caráter temporário na função de TECNÓLOGO EM SANEAMENTO, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2518/2013

PORTARIA N.º 2.518, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0006 de 24 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI; e conforme ofício n.º 105/2013, da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JULIANO DE JESUS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 048.425.989-05, contratado em caráter temporário na função de AGENTE OPERACIONAL, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2014 até 31 de março de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2519/2013

PORTARIA N.º 2.519, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004 de 17 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI; e conforme ofício n.º 105/2013, da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de REGINALDO JOSÉ DE MELLO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 064.445.529-23, contratado em caráter temporário na função de OPERADOR DE ETA/ETE, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 14 de dezembro de 2013 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2520/2013

PORTARIA N.º 2.520, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0008 de 29 de maio de 2013 e Contrato Administrativo da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI; e conforme ofício n.º 105/2013, da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de TACIANE MITTANCK FANTIN, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 057.194.229-60, contratada em caráter temporário na função de FARMACÊUTICO BIQUÍMICO, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2521/2013

PORTARIA N.º 2.521, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0005 de 21 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI; e conforme ofício n.º 105/2013, da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de WOLMIR DA SILVA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 646.853.579-49, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2014 até 31 de março de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Aviso do Pregão Presencial N° 0155/2013-PMF Rp 0090

Aviso do Pregão Presencial nº 0155/2013 - PMF

Registro de Preços N° 0090/2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa do ramo na prestação de serviços de jardinagem, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo), durante o período de Janeiro a Dezembro de 2014). Validade da Ata de Registro de Preços: Janeiro a dezembro de 2014. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até às 9:15 horas do dia 18.12.2013. Abertura: às 9:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 05 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

Aviso do Pregão Presencial N° 0156/2013-PMF Rp 0091

Aviso do Pregão Presencial nº 0156/2013 - PMF

Registro de Preços N° 0091/2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando contratação futura de serviço de pintura sobre pavimentação (faixas de pedestres, faixas de eixo, borda e meio fios), compreendendo material e mão-de-obra. Validade da Ata de Registro de Preços: dezembro de 2013 a março de 2014. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até às 14:15 horas do dia 18.12.2013. Abertura: às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 05 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato N° Ct13fms26-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO N° CT13FMS26

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. CONTRATADA: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - FUNIARP. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR EM SAÚDE, QUE EXECUTARÁ OS PROJETOS DE EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA PROFISSIONAIS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS DE SAÚDE E GESTORES DE SAÚDE MUNICIPAIS E REGIONAIS - ALTO VALE DO RIO DO PEIXE, QUE FAZEM PARTE DO PLANO DE AÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO PERMANENTE. DATA: 15.10.2013. VIGÊNCIA: 15.10.2013 A 15.02.2015. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: N° 0031/2013 - FMS. TOMADA DE PREÇOS: N° 0001/2013.

FRAIBURGO (SC), 15 DE OUTUBRO DE 2013.

NILCE PINZ

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Extrato de Contrato N° Ct13fms27-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO N° CT13FMS27

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. CONTRATADA: MARCELO DE OLIVEIRA TECIDOS ME OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA UTILIZAÇÃO DOS PACIENTES QUE FREQUENTAM AS OFICINAS TERAPÊUTICAS DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS) DATA: 04.11.2013. VIGÊNCIA: 04.11.2013 A 31.12.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: N° 0034/2013 - FMS. PREGÃO PRESENCIAL: N° 0023/2013.

FRAIBURGO (SC), 03 DE DEZEMBRO DE 2013.

NILCE PINZ

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Extrato de Contrato N° Ct13fms28-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO N° CT13FMS28

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. CONTRATADA: 3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA UTILIZAÇÃO DOS PACIENTES QUE FREQUENTAM AS OFICINAS TERAPÊUTICAS DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS) DATA: 04.11.2013. VIGÊNCIA: 04.11.2013 A 31.12.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: N° 0034/2013 - FMS. PREGÃO PRESENCIAL: N° 0023/2013.

FRAIBURGO (SC), 03 DE DEZEMBRO DE 2013.

NILCE PINZ

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Extrato do Aditivo de Contrato N°ta13pmf146-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO ADITIVO TA13PMF146

DÉCIMO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° CT11PMF214 ADITIVOS ANTERIORES: TA11PMF150, TA11PMF169, TA11PMF172, TA11PMF207, TA12PMF05, TA12PMF40, TA12PMF49, TA12PMF79, TA12PMF162, TA12PMF270, TA13PMF04, TA13PMF38, TA13PMF73, TA13PMF80 e TA13PMF110

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: FRAYTURBO COM.DE INF.E SERV.DE COMUNIC. MULTIMIDIA. OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DE INTERNET PARA FORNECIMENTO DE LINKS AOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA, AUTARQUIA, FUNDO E FUNDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. OBJETO DO ADITIVO: RESOLVEM, DE COMUM ACORDO, ALTERAR A VELOCIDADE DE LINK DE INTERNET A PARTIR DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2013 E FICA ALTERADA A CLÁUSULA TERCEIRA DO CONTRATO E ADITIVOS, PASSANDO O VALOR MENSAL DE R\$ 5.754,32 (CINCO MIL, SETECENTOS E CINQUENTA E QUATRO REAIS E TRINTA E DOIS CENTAVOS), PARA R\$ 5.861,92 (CINCO MIL, OITOCENTOS E SESENTA E UM REAIS E NOVENTA E DOIS CENTAVOS) RESTANDO A EMPENHAR R\$ 107,60 (CENTO E SETE REAIS E SESENTA CENTAVOS) PARA O PERÍODO DE VIGÊNCIA. VALOR DO ADITIVO: R\$ 107,6 (CENTO E SETE REAIS E SESENTA CENTAVOS). DATA DO ADITIVO: 29.11.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 31.12.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO N°: 153/2011-PMF. PREGÃO PRESENCIAL: N° 0090/2011 - PMF.

FRAIBURGO (SC), 04 DE DEZEMBRO DE 2013.

IVO BIAZZOLO

PREFEITO MUNICIPAL

Extrato de Edital de Seleção Act N° 0047/2013

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT N°. 0047 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, para a função pública de ODONTÓLOGO. O preenchimento de vagas será para o ano de 2014, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 4 de junho de 1997 e suas alterações. As inscrições serão realizadas no período de 06 de dezembro de 2013 a 20 de dezembro 2013, das 08:30 as 11:30 horas e das 14:00 às 17:00 horas, em dia de expediente, na Secretaria de Administração e Planejamento, Departamento de Gestão de Pessoal, localizado na Av. Rio das Antas, 185, Centro, Município de Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no site "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3013.

Fraiburgo, 05 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Extrato de Edital de Seleção Act N° 0048/2013

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT N°. 0048 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público em diversas áreas do Município de Fraiburgo, para a função pública de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE da seguinte localidade: Bairro São Sebastião. O preenchimento de vagas será para o ano de 2014, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 4 de junho de 1997 e suas alterações. As inscrições serão realizadas no período de 06 de dezembro de 2013 a 20 de dezembro de 2013, das 08:30 as 11:30 horas e das 14:00 às 17:00 horas, em dia de expediente (excetuados sábados, domingos, feriados e pontos facultativos), na Secretaria de Administração e Planejamento, Departamento de Gestão de Pessoal, localizado na Av. Rio das Antas, 185, Centro, Município de Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no site "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3013.

Fraiburgo, 05 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Extrato do Aditivo de Ata de Registro de Preço N° TA.At13fms06-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO ADITIVO N° TA.AT13FMS06

PRIMEIRO ADITIVO DA ATA DE REG. PREÇOS N° AT13FMS14

ÓRGÃO GERENCIADOR: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRAIBURGO - FMS. FORNECEDOR MARLI CORREA - COMÉRCIO DE APARELHOS DE LAB. LTDA OBJETO DA ATA AQUISIÇÃO EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA USO NO LABORATÓRIO MUNICIPAL DE ANÁLISES CLÍNICAS DO PRONTO ATENDIMENTO, PREVISTOS NO LOTE 9 DO EDITAL. OBJETO DO ADITIVO AJUSTAM E CONTRATAM O ACRÉSCIMO NA QUANTIDADE DO ITEM 01 DO LOTE 9 DATA DO ADITIVO: 06.11.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 31.12.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 25/2013 - FMS. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0018/2013. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0009/2013.

FRAIBURGO (SC), 04 DE DEZEMBRO DE 2013.
NILCE PINZ
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Extrato do Aditivo de Ata de Registro Preços TA.At13pmf157-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO ADITIVO Nº TA.AT13PMF157
TERCEIRO ADITIVO A ATA DE REG. PREÇOS Nº AT13PMF89
ADITIVOS ANTERIORES: TA.AT13PMF149 e TA.AT13PMF151
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. ÓRGÃOS PARTICIPANTES: SANEFRAI, FME E FMS. FORNECEDOR: 3 S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA OBJETO DA ATA: AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI-FME-FMS), PREVISTOS NOS LOTES 1 E 2 DO EDITAL. OBJETO DO ADITIVO: RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 31 DE JANEIRO DE 2014. DATA DO ADITIVO: 29.11.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 31.01.2014. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 129/2013 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0089/2013. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0053/2013.

FRAIBURGO (SC), 04.12.2013.
IVO BIAZZOLO
PREFEITO MUNICIPAL

Garopaba

PREFEITURA

Lei N.º 1.771/2013

LEI N.º 1.771 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2013.
HOMOLOGA TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM MÓVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, e considerado o inciso IV, art. 21, da Lei Orgânica Municipal, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica homologado o Termo de Permissão de Uso de Bem Móvel n.º 096/2013, firmado entre a Prefeitura Municipal de Garopaba e o Estado de SC, por meio da Secretaria de Estado de Defesa Civil, objetivando o uso a título gratuito, pelo Município de Garopaba, de 01 (uma) câmara fotográfica digital com 14.1 megapixels, uma capa de chuva, estabilizador 300W, GPS, impressora multifuncional com wireless, microcomputador (cpu, mouse, monitor 18 polegadas e teclado), prancheta acrílica, televisor tela plana de 42 polegadas, trena de 50 metros, anexo a presente LEI.
Art. 2º. Ficam autorizadas as despesas decorrentes da presente Lei, que correrão por conta de dotações orçamentárias próprias

do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de dezembro de 2013.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 06/12/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

MICHELINE ARANHA DE ARAUJO
Secretária de Administração

Lei N.º 1.772/2013

LEI N.º 1.772 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2013.
AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 81.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no limite de R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais) no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	1.000,00
12361282.020 - Func. E Manutenção do Ensino Fundamental	1.000,00
3.1.90.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
12.02 - SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.000,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.000,00
08244562.056 - Func. E Manut. Do Fundo da Assistência Social	1.000,00
3.3.90.0.1.29.000005 - Aplicações Diretas	1.000,00
13.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	2.000,00
26782311.040 - Paviment., Drenag., Remodelagem Ruas e Obras Art Esp.	1.000,00
4.4.90.0.1.24.001016 - Aplicações Diretas	1.000,00
26782352.052 - Func. E Manutenção da Secretaria de Infra-Estrutura	1.000,00
3.3.90.0.1.64.000019 - Aplicações Diretas	1.000,00
17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	77.000,00
10301252.073 - Funcionamento e Manutenção do Setor Saúde	77.000,00
3.1.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	77.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

03.01 - GABINETE DO VICE-PREFEITO	16.000,00
27812511.028 - Const., Reforma e Apar. Equipamentos Esportivos	1.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
27812512.032 - Incentivo Esporte Amador	15.000,00
3.3.50.0.1.00.000000 - Transf. Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos	10.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	5.000,00
04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	1.000,00
0412292.006 - Apoio ao Fórum da Comarca de Garopaba	1.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

06.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA	1.000,00
20606481.010 - Aquisição de Equip. Agrícolas e Pesqueiros	1.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	13.000,00
12361281.016 - Constr. de Bibliotecas	4.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	2.000,00
4.4.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	2.000,00
13392281.017 - Construção do Museu Municipal	6.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	6.000,00
12365281.018 - Constr., Ampliação de Escolas para a Ed. Infantil	2.000,00
4.4.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
4.4.90.0.1.19.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
12367282.024 - Manutenção da Educ. Especial	1.000,00
3.3.90.0.1.29.000005 - Aplicações Diretas	1.000,00
09.01 - SECR. DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO	16.000,00
23695511.027 - Const., Reforma e Apar. Centro de Convenções	1.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
23695512.030 - Garopaba 04 Estação	15.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	10.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	5.000,00
12.02 - SECR. DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.000,00
FUNDO MUN. DA ASSISTENCIA SOCIAL	3.000,00
08244561.054 - Aquisição de Veículos	1.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
08244561.055 - Const., do Centro de Ref. De Assist. Social	1.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
08244562.057 - Projeto JuventudeCidadã	1.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
13.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	26.000,00
15451311.034 - Constr. e Remodel. Praças, Passeios e Passarelas	1.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
17512311.037 - Ampliação da Rede de Saneamento Básico	1.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
17512311.038 - Construção de Banheiros Públicos	1.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
15451311.039 - Construção do Centro Administrativo Municipal	15.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	15.000,00
15451311.041 - Recuperação do Lixão Sanitário	1.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
26782351.046 - Aquisição de Veículos e Equip. Rodoviários	1.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
26453351.047 - Constr. e Reforma de Abrigos e Ponto de Ônibus	1.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
26453351.048 - Construção do Terminal Rodoviário Urbano	1.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
26782351.049 - Empreendim. de Infra-Estrutura	3.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
4.4.90.0.1.24.001016 - Aplicações Diretas	1.000,00
4.4.90.0.1.64.000019 - Aplicações Diretas	1.000,00
15451352.051 - Projeto Guarda Municipal	1.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	250,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	250,00

4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	500,00
14.01 - ENCARGOS GERAIS	5.000,00
2884500.062 - Contribuição a GRANFPOLIS, FECAM E C.N.M.	5.000,00
4.4.50.0.1.00.000000 - Transf. A Inst. Privadas sem Fins Lucrativos	5.000,00

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas às disposições em contrário.

Garopaba, 04 de dezembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 06/12/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

MICHELINE ARANHA DE ARAUJO

Secretária de Administração

Lei N.º 1.773/2013

LEI N.º 1.773 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2013.

ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS À LEI MUNICIPAL 993/2005 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º O art. 6.º da Lei Municipal N.º 993 de 16 de novembro de 2005 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 6º Fica autorizada a contratação de até 26 (vinte e seis) Agentes de Fiscalização através de contrato temporário, limitado a 120 (cento e vinte) dias, com requisitos de habilitação ensino médio completo e vencimento no valor de R\$ 702,82 (setecentos e dois reais e oitenta e dois centavos), jornada semanal de 40 (quarenta) horas, selecionados mediante processo seletivo simplificado, regidos pelo Estatuto dos Servidores e vinculados ao INSS. § 1º O processo seletivo simplificado será precedido de publicação de edital, na forma usual, que abrirá o prazo mínimo de 15 (quinze) dias para a inscrição de candidatos, regulamentado por Decreto do Chefe do Poder Executivo.

§ 2º As ações e atividades do serviço de Agentes de Fiscalização do Município constituem-se em:

I - visitas a contribuintes;

II - realização de cadastro e recadastramento;

III - expedição de avisos, notificações relativos à tributação, à fiscalização sanitária, de obras, posturas e transportes públicos".

Art. 2º As despesas desta lei correm por conta das dotações do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de dezembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 06/12/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

MICHELINE ARANHA DE ARAUJO

Secretária de Administração

Decreto N.º 172/2013

DECRETO N.º 172, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 81.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.772 de 04/12/2013 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais) no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	1.000,00
12361282.020 - Func. E Manutenção do Ensino Fundamental	1.000,00
3.1.90.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
12.02 - SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.000,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.000,00
08244562.056 - Func. E Manut. Do Fundo da Assistência Social	1.000,00
3.3.90.0.1.29.000005 - Aplicações Diretas	1.000,00
13.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	2.000,00
26782311.040 - Paviment., Drenag., Remodelagem Ruas e Obras Art Esp.	1.000,00
4.4.90.0.1.24.001016 - Aplicações Diretas	1.000,00
26782352.052 - Func. E Manutenção da Secretaria de Infra-Estrutura	1.000,00
3.3.90.0.1.64.000019 - Aplicações Diretas	1.000,00
17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	77.000,00
10301252.073 - Funcionamento e Manutenção do Setor Saude	77.000,00
3.1.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	77.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

03.01 - GABINETE DO VICE-PREFEITO	16.000,00
27812511.028 - Const., Reforma e Apar. Equipamentos Esportivos	1.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
27812512.032 - Incentivo Esporte Amador	15.000,00
3.3.50.0.1.00.000000 - Transf. Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos	10.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	5.000,00
04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	1.000,00
0412292.006 - Apoio ao Fórum da Comarca de Garopaba	1.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
06.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA	1.000,00
20606481.010 - Aquisição de Equip. Agrícolas e Pesqueiros	1.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	13.000,00
12361281.016 - Constr. de Bibliotecas	4.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	2.000,00
4.4.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	2.000,00
13392281.017 - Construção do Museu Municipal	6.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	6.000,00
12365281.018 - Constr., Ampliação de Escolas para a Ed. Infantil	2.000,00
4.4.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00

4.4.90.0.1.19.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
12367282.024 - Manutenção da Educ. Especial	1.000,00
3.3.90.0.1.29.000005 - Aplicações Diretas	1.000,00
09.01 - SECR. DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO	16.000,00
23695511.027 - Const., Reforma e Apar. Centro de Convenções	1.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
23695512.030 - Garopaba 04 Estação	15.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	10.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	5.000,00
12.02 - SECR. DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.000,00
FUNDO MUN. DA ASSISTENCIA SOCIAL	3.000,00
08244561.054 - Aquisição de Veículos	1.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
08244561.055 - Const., do Centro de Ref. De Assist. Social	1.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
08244562.057 - Projeto JuventudeCidadã	1.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
13.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	26.000,00
15451311.034 - Constr. e Remodel. Praças, Passeios e Passarelas	1.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
17512311.037 - Ampliação da Rede de Saneamento Básico	1.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
17512311.038 - Construção de Banheiros Públicos	1.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
15451311.039 - Construção do Centro Administrativo Municipal	15.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	15.000,00
15451311.041 - Recuperação do Lixão Sanitário	1.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
26782351.046 - Aquisição de Veículos e Equip. Rodoviários	1.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
26453351.047 - Constr. e Reforma de Abrigos e Ponto de Ônibus	1.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
26453351.048 - Construção do Terminal Rodoviário Urbano	1.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
26782351.049 - Empreendim. de Infra-Estrutura	3.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
4.4.90.0.1.24.001016 - Aplicações Diretas	1.000,00
4.4.90.0.1.64.000019 - Aplicações Diretas	1.000,00
15451352.051 - Projeto Guarda Municipal	1.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	250,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	250,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	500,00
14.01 - ENCARGOS GERAIS	5.000,00
2884500.062 - Contribuição a GRANFPOLIS, FECAM E C.N.M.	5.000,00
4.4.50.0.1.00.000000 - Transf. A Inst. Privadas sem Fins Lucrativos	5.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de dezembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 06/12/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

MICHELINE ARANHA DE ARAUJO
Secretária de Administração

Resolução N.º 021/2013 - CMAS
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
LEI MUNICIPAL Nº 560 DE 13/11/1995
GAROPABA/SC

Resolução nº 021 de 21 de Novembro de 2013.

O Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 560/95, em conformidade com o deliberado na reunião ordinária realizada em 21 de Novembro de 2013, resolve aprovar a utilização dos recursos advindos do Índice de Gestão Descentralizado Municipal (IGD-M):

Art. 1º Aprovar a compra de 01 computador completo para uso da Secretaria Municipal de Saúde para utilização do técnico responsável pelo Sistema de Gestão das Condicionais do Programa Bolsa Família na Saúde;

Art. 2º Aprovar a compra de 01 computador completo para garantir a estrutura operacional das atividades vinculadas a Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único;

Art. 3º Aprovar a compra de móveis para melhorar o atendimento das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

Art. 4º Aprovar a utilização do recurso para o projeto Inclusão Digital, ação complementar do Programa Bolsa Família.

A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 21 de Novembro de 2013.
ALIENE BARZOTTI KOHLRAUSCH
Presidente do CMAS

Resolução N.º 022/2013 - CMAS
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
LEI MUNICIPAL Nº 560 DE 13/11/1995
GAROPABA/SC

Resolução nº 022 de 21 de Novembro de 2013.

O Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 560/95, em conformidade com o deliberado na reunião ordinária realizada em 21 de Novembro de 2013, resolve aprovar a utilização dos recursos advindos do Piso Fixo de Média Complexidade- CREAS (PFMC II)

Art. 1º Aprovar a compra de móveis com o intuito de melhorar a estrutura de atendimento do CREAS (Centro Especializado de Assistência Social).

A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 21 de Novembro de 2013.
ALIENE BARZOTTI KOHLRAUSCH
Presidente do CMAS

Resolução N.º 023/2013 - CMAS
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
LEI MUNICIPAL Nº 560 DE 13/11/1995
GAROPABA/SC

Resolução nº 023 de 21 de Novembro de 2013.

O Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 560/95, em conformidade com o deliberado na reunião ordinária realizada em 21 de Novembro de 2013, resolve aprovar a utilização dos recursos advindos do Piso Básico Fixo - CRAS (PBF/CRAS)

Art. 1º Aprovar a compra de móveis com o intuito de melhorar o atendimento do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social).

A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 21 de Novembro de 2013.
ALIENE BARZOTTI KOHLRAUSCH
Presidente do CMAS

Resolução N.º 024/2013 - CMAS
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
LEI MUNICIPAL Nº 560 DE 13/11/1995
GAROPABA/SC

Resolução nº 024 de 21 de Novembro de 2013.

O Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 560/95, em conformidade com o deliberado na reunião ordinária realizada em 21 de Novembro de 2013, resolve aprovar a utilização dos recursos advindos da Proteção Especial de Alta Complexidade - Família Acolhedora.

Art. 1º Aprovar a compra de móveis para estruturar a sala de atendimento do Programa Família Acolhedora.

A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 21 de Novembro de 2013.
ALIENE BARZOTTI KOHLRAUSCH
Presidente do CMAS

Resolução N.º 025/2013 - CMAS
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
LEI MUNICIPAL Nº 560 DE 13/11/1995
GAROPABA/SC

Resolução nº 025 de 21 de Novembro de 2013.

O Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 560/95, em conformidade com o deliberado na reunião ordinária realizada em 21 de Novembro de 2013, resolve aprovar a utilização dos recursos advindos do Índice de Gestão Descentralizada (IGD-SUAS)

Art. 1º Aprovar o uso de 50% do valor transferido mensalmente para o município para o Pagamento do Sistema Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social (PEGASO).

Art. 2º Aprovar a compra de móveis para melhoria do atendimento na Gestão.

A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 21 de Novembro de 2013.
ALIENE BARZOTTI KOHLRAUSCH
Presidente do CMAS

Resolução N.º 026/2013 - CMAS
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
LEI MUNICIPAL Nº 560 DE 13/11/1995
GAROPABA/SC

Resolução nº 026 de 21 de Novembro de 2013.

O Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 560/95, em conformidade com o deliberado na reunião ordinária realizada em 21 de Novembro de 2013, resolve aprovar o Plano de Ação para utilização dos recursos destinados ao Programa ACESSUAS.

Art. 1º Aprovar o Plano de Ação para utilização dos recursos destinados ao Programa ACESSUAS (Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho).

A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 21 de Novembro de 2013.
ALIENE BARZOTTI KOHLRAUSCH
Presidente do CMAS

Aviso de Licitação Fracassada Pe88/2013
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO LICITAÇÃO FRACASSADA
PREGÃO ELETRONICO Nº. 88/2013

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que restou FRACASSADA o Pregão Eletrônico nº88/2013 que teve por objeto o Registro de preço para aquisição de Telefones IP para Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde de Garopaba

Garopaba, 05 de dezembro de 2013.
RAFAEL DE SOUZA
Pregoeiro

Garuva

PREFEITURA

Portaria N° 588/2013
PORTARIA Nº. 588, de 19 de novembro de 2013.
"DISPÕE SOBRE A READAPTAÇÃO DA SERVIDORA LUCIANY ELIZA MIRANDA PISKE BOEING E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CONSIDERANDO processo nº 3217/2013;
CONSIDERANDO parecer da junta médica do município;
CONSIDERANDO ofício 273/2013 SME

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS Nº 001/98, 002/98 e 012/01,

RESOLVE:

Art. 1o. - Remanejar provisoriamente a servidora pública municipal LUCIANY ELIZA MIRANDA PISKE BOEING, da função de Professor Nível III, lotada na Escola Municipal Tancredo de Almeida Neves, para exercer em caráter provisório, funções administrativas e pedagógicas no MUSICART - Programa da Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 horas semanais, e com os vencimentos do cargo de origem, em razão das limitações em sua capacidade laborativa identificadas pela Junta Médica Oficial de Readaptação.

Art. 2º. - Comunique-se a Junta Médica oficial de Readaptação para reavaliar o servidor após 06 (seis) meses da data da publicação desta portaria.

Art. 3o. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18 de novembro de 2013.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria N° 595/2013

PORTARIA Nº. 595, de 28 de novembro de 2013
"DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO VERTICAL DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, POR NÍVEL DE FORMAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009

RESOLVE:

ART. 10. - Aprovar a progressão vertical por nível de formação, da servidora CRISTIANE PEREIRA DA SILVA.

PARAGRAFO ÚNICO - A servidora fica enquadrada na Carreira Professor, Classe III, referência "A".

ART. 20. - As vantagens financeiras decorrentes do enquadramento mencionado no artigo anterior são devidas a partir da competência do mês de dezembro.

ART. 30. - Esta Portaria entra em vigor a contar de 28 de novembro de 2013.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

**Programa de
Gestão Tributária**



www.ciga.sc.gov.br

Classificação Preliminar Edital 002/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GARUVA

EDITAL 002/2013

CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR - CONCURSO DE REMOÇÃO

Nº Inscri- ção	Nome	Opção	Vaga	Nível de Habi- tação	Tempo no nível			Tempo no magistério		
					anos	meses	dias	anos	meses	dias
002	Tamara Bylaardt	Creche Municipal João de Deus	E d u c a ç ã o Infantil	2	6	28	6	28		
001	Tânia Loreci Back	Creche Municipal João de Deus	E d u c a ç ã o Infantil	2	6	28	6	28		
Nº Inscri- ção	Nome	Opção	Vaga	Nível de Habi- tação	Tempo no nível	Tempo no magistério				
					anos meses dias	anos	meses	dias		
004	Cecilia Zawodine Peters	Creche Municipal Maria Corrêa Saad	E d u c a ç ã o Infantil	3	5	10	13	18	6	2
009	Melissa Rodrigues de Lima da Silva	Creche Municipal Maria Corrêa Saad	E d u c a ç ã o Infantil	3	1	8	2	11	9	13
003	Ariadne de Barros Franco Pensky	Creche Municipal Maria Corrêa Saad	E d u c a ç ã o Infantil	3	6	14	3	6	17	
005	Joana Krupacz David	Creche Municipal Maria Corrêa Saad	E d u c a ç ã o Infantil	3	2	27	3	6	27	
Nº Inscri- ção	Nome	Opção	Vaga	Nível de Habi- tação	Tempo no nível	Tempo no magistério				
					anos meses dias	anos	meses	dias		
006	Vera Lucia Motta	Escola Municipal Iça Mirim - Pré	E d u c a ç ã o Infantil	3	6	24	3	6	27	
Nº Inscri- ção	Nome	Opção	Vaga	Nível de Habi- tação	Tempo no nível	Tempo no magistério				
					anos meses dias	anos	meses	dias		
007	Rosiane Manes Vieira	Escola Municipal Duque de Caxias - Pré	E d u c a ç ã o Infantil	2	6	28	6	28		
Nº Inscri- ção	Nome	Opção	Vaga	Nível de Habi- tação	Tempo no nível	Tempo no magistério				
					anos meses dias	anos	meses	dias		
008	Rosana de Fátima Guibes do Amaral	Escola Municipal Guilherme R. Benkendorf - Pré	E d u c a ç ã o Infantil	3	1	29	3	6	27	
Nº Inscri- ção	Nome	Opção	Vaga	Nível de Habi- tação	Tempo no nível	Tempo no magistério				
					anos meses dias	anos	meses	dias		
010	Viviane Lange- bartels Debatim	Escola Municipal Ernesto Alberto Hattenhauer	Anos Iniciais	2	5	26	5	26		

Garuva, 04 de dezembro de 2013

STELLA MARIS BARTH WANIS

Presidente da Comissão

Homologação das Inscrições Edital N° 002/2013
HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES - CONCURSO DE REMOÇÃO
EDITAL N°002/2013

A Presidente da Comissão do Concurso de Remoção 002/2013, homologa e torna pública a Lista de Candidatos Insritos, conforme estabelecido no edital 002/2013.

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
001	TANIA LORECI BACK	Homologada
002	TAMARA BYLAARDT	Homologada
003	ARIADNE DE BARROS FRANCO PESNKY	Homologada
004	CECILIA ZAVODINE PERTES	Homologada
005	JOANA KRUPACZ DAVID	Homologada
006	VERA LUCIA MOTTA	Homologada
007	ROSIANE MANES VIEIRA	Homologada
008	ROSANA DE FÁTIMA GUIBES DO AMARAL	Homologada
009	MELISSA RODRIGUES DE LIMA DA SILVA	Homologada
010	VIVIANE LANGEBARTTELS DEBATIM	Homologada

Garuva, 04 de dezembro de 2013.

STELLA MARIS BARTH WANIS

Presidente da Comissão

ESCOLA ERNESTO A. HATTENHAUER
ESCOLA GUILHERME R.E.P. BENKENDORF
ESCOLA DUQUE DE CAXIAS
ESCOLA IÇA MIRIM
CRECHE MARIA CORREA SAAD
CRECHE MUNICIPAL JOÃO DE DEUS



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

www.ciga.sc.gov.br

Balanço Orçamentário Bim Set/Out 2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro a Outubro 2013/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - Anexo I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas 'a' e 'b' do inciso II e § 1º)

CONSOLIDA

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			Setembro à Outubro (b)	% (b/a)	Até Outubro (c)	% (c/a)	
RECEITAS(EXCETO INTRA-ORÇ.)(I)	38.660.500,00	38.660.500,00	6.935.998,99	17,94	35.778.958,71	92,54	2.881.541,29
RECEITAS CORRENTES	38.560.500,00	38.560.500,00	6.759.980,76	17,53	33.683.370,32	87,35	4.877.129,68
RECEITA TRIBUTÁRIA	4.444.800,00	4.444.800,00	761.852,39	17,14	4.021.193,64	90,46	423.606,36
Impostos	3.708.300,00	3.708.300,00	715.006,81	19,28	3.428.765,68	92,46	279.534,32
Taxas	736.500,00	736.500,00	46.845,58	6,36	592.427,96	80,43	144.072,04
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	654.500,00	654.500,00	155.939,41	23,82	648.397,96	99,06	6.102,04
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições de Interv. no Domínio Econ.	43.000,00	43.000,00	0,00	0,00	1.408,16	3,27	41.593,84
Contribuição de Iluminação Pública	611.500,00	611.500,00	155.939,41	25,50	646.991,80	105,80	(35.491,80)
RECEITA PATRIMONIAL	406.000,00	406.000,00	95.953,67	23,63	331.837,30	81,73	74.162,70
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	406.000,00	406.000,00	95.953,67	23,63	331.837,30	81,73	74.162,70
Receita de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec.Decor.DirExpl.Bens Púb.Áreas Dom Pub	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	922.000,00	922.000,00	207.822,81	22,54	911.103,78	98,81	10.896,22
Receita de Serviços	922.000,00	922.000,00	207.822,81	22,54	911.103,78	98,81	10.896,22
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	31.488.600,00	31.488.600,00	5.382.756,50	17,09	27.064.799,81	85,95	4.423.800,19
Transferências Intergovernamentais	31.488.600,00	31.488.600,00	5.382.756,50	17,09	26.867.110,49	85,32	4.621.489,51
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	197.689,32	0,00	(197.689,32)
Transferências para o Combate a Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	644.600,00	644.600,00	155.655,98	24,14	706.037,83	109,53	(61.437,83)
Multas e Juros de Mora	178.500,00	178.500,00	36.674,18	20,54	139.432,99	78,11	39.067,01
Indenizações e Restituições	12.600,00	12.600,00	0,00	0,00	172.187,69	366,56	(159.587,69)
Receita da Dívida Ativa	453.500,00	453.500,00	117.718,02	25,95	392.061,19	86,45	61.438,81
Rec.Dec>Apor.Per.Amort.Déficit Atuarial R	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Diversas	0,00	0,00	1.263,78	0,00	2.355,96	0,00	(2.355,96)
RECEITAS DE CAPITAL	100.000,00	100.000,00	176.018,23	176,01	2.095.588,39	95,58	(1.995.588,39)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	1.530.580,15	0,00	(1.530.580,15)
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	1.530.580,15	0,00	(1.530.580,15)
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortizações de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	100.000,00	100.000,00	176.018,23	176,01	565.008,24	565,00	(465.008,24)
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	102.643,19	0,00	225.815,01	0,00	(225.815,01)
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Púb	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	100.000,00	100.000,00	73.375,04	73,37	339.193,23	339,19	(239.193,23)
Transferências para o Combate a Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Div. Ativa Prov. da Amortiz. de Emp. e Fi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal das Receitas(III) = (I + II)	38.660.500,00	38.660.500,00	6.935.998,99	17,94	35.778.958,71	92,54	2.881.541,29

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro a Outubro 2013/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - Anexo I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

CONSOLIDADO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			Setembro à Outubro (b)	% (b/a)	Até Outubro (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO(V)=(III+IV)	38.660.500,00	38.660.500,00	6.935.998,99	17,94	35.778.958,71	92,54	2.881.541,29
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	0,00	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	38.660.500,00	38.660.500,00	6.935.998,99	17,94	35.778.958,71	92,54	2.881.541,29
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	2.880.271,80	-	-	896.281,00	-	-
Superávit Financeiro	-	2.880.271,80	-	-	896.281,00	-	-
Reabertura de Créditos Acionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	Dotação Atualizada (f)=(d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS			Saldo a Realizar (F-g)
				Setembro à Outubro	Até Outubro	DESPESAS LIQUIDADAS		% (g/f)	
						Setembro à Outubro	Até Outubro		
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇ.) (VIII)	38.660.000,00	4.880.428,19	43.540.428,19	5.502.234,19	31.602.635,83	6.351.668,21	28.381.661,87	65,18	15.158.766,32
DESPESAS CORRENTES	35.178.400,00	2.067.924,80	37.246.324,80	4.923.551,23	29.776.367,27	5.915.941,83	27.121.634,83	72,81	10.124.689,97
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	21.409.000,00	(458.400,00)	20.950.600,00	3.632.556,52	16.425.468,86	3.628.803,64	16.421.715,98	78,38	4.528.884,02
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.769.400,00	2.526.324,80	16.295.724,80	1.290.994,71	13.350.898,41	2.287.138,19	10.699.918,85	65,66	5.595.805,95
DESPESAS DE CAPITAL	3.381.600,00	2.812.503,39	6.194.103,39	578.682,96	1.826.268,56	435.726,38	1.260.027,04	20,34	4.934.076,35
INVESTIMENTOS	2.801.600,00	2.812.503,39	5.614.103,39	551.677,43	1.426.111,98	408.720,83	859.870,46	15,31	4.754.232,93
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	580.000,00	0,00	580.000,00	27.005,53	400.156,58	27.005,53	400.156,58	68,99	179.843,42
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
RESERVA RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	38.660.000,00	4.880.428,19	43.540.428,19	5.502.234,19	31.602.635,83	6.351.668,21	28.381.661,87	65,18	15.158.766,32
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	38.660.000,00	4.880.428,19	43.540.428,19	5.502.234,19	31.602.635,83	6.351.668,21	28.381.661,87	65,18	15.158.766,32
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.397.296,84	0,00	0,00
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	38.660.000,00	4.880.428,19	43.540.428,19	5.502.234,19	31.602.635,83	6.351.668,21	35.778.958,71	82,17	7.761.469,48

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 24/11/2013, Hora de emissão 09h e 56m.

Demonstrativo de Despesa Set/Out 2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de Referência: SETEMBRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

CONSOLIDADO

RREO - Anexo II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c') (R\$ 1,00)

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas				Pag: 1/2 Saldo (a-b)
			Setembro a Outubro	até Outubro	Setembro a Outubro	até Outubro (b)	% b/to.b	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	38.660.000,00	43.540.428,19	5.502.234,19	31.602.635,88	6.351.668,21	28.381.661,87	100,00	65,18	15.158.766,32
LEGISLATIVA	1.390.000,00	1.600.000,00	221.189,16	1.160.229,83	256.685,70	1.151.228,24	4,06	71,95	448.771,76
Acao Legislativa	1.390.000,00	1.600.000,00	221.189,16	1.160.229,83	256.685,70	1.151.228,24	4,06	71,95	448.771,76
JUDICIARIA	206.000,00	240.396,53	39.654,00	194.302,76	34.626,40	189.275,16	0,67	78,73	51.121,37
Defesa do Interesse Publico no Processo Judic	206.000,00	240.396,53	39.654,00	194.302,76	34.626,40	189.275,16	0,67	78,73	51.121,37
ADMINISTRACAO	4.737.036,00	4.817.036,00	599.684,26	3.988.324,76	731.624,88	3.589.193,99	12,65	74,51	1.227.842,01
Planejamento e Orcamento	143.600,00	143.600,00	650,50	106.092,12	15,00	102.839,82	0,36	71,62	40.760,18
Administracao Geral	4.327.136,00	4.407.136,00	550.453,68	3.707.906,34	688.389,68	3.317.396,75	11,69	75,27	1.089.739,25
Administracao Financeira	195.000,00	195.000,00	34.897,86	135.022,28	33.130,58	133.247,00	0,47	68,33	61.753,00
Administracao de Receitas	4.300,00	4.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.300,00
Comunicacao Social	67.000,00	67.000,00	13.682,22	39.304,02	10.088,62	35.710,42	0,13	53,30	31.289,58
SEGURANCA PUBLICA	165.000,00	275.521,23	37.501,97	143.644,84	24.804,46	114.440,62	0,40	41,54	161.080,61
Policiamento	55.000,00	74.099,14	9.900,19	39.781,61	3.832,29	31.372,82	0,11	42,34	42.726,32
Defesa Civil	110.000,00	201.422,09	27.601,78	103.863,23	20.972,17	83.067,80	0,29	41,24	118.354,29
ASSISTENCIA SOCIAL	1.414.100,00	1.672.325,08	255.197,91	1.245.033,49	270.262,80	1.189.111,96	4,19	71,11	483.213,12
Assistencia a Crianca e ao Adolescente	500.000,00	525.000,00	55.269,41	410.251,02	63.900,46	397.033,78	1,40	75,63	127.966,22
Assistencia Comunitaria	914.100,00	1.147.325,08	199.928,50	834.782,47	206.362,84	792.078,18	2,79	69,04	355.246,90
SAUDE	8.215.204,00	9.197.575,56	1.089.331,51	7.632.500,34	1.479.198,44	6.930.553,89	24,42	75,35	2.267.021,67
Atencao Basica	6.083.504,00	6.816.697,43	1.033.897,94	5.378.779,25	1.095.199,71	5.155.722,64	18,17	75,63	1.660.974,79
Assistencia Hospitalar e Ambulatorial	1.565.200,00	1.636.577,42	27.628,47	1.584.154,94	258.899,81	1.272.376,70	4,48	77,75	364.200,72
Suporte Profilatico e Terapeutico	171.000,00	280.281,13	0,00	280.246,14	40.985,80	224.767,99	0,79	80,19	55.513,14
Vigilancia Sanitaria	96.500,00	116.500,00	12.846,74	76.195,63	11.185,14	67.659,03	0,24	58,08	48.840,97
Vigilancia Epidemiologica	35.000,00	57.972,72	12.331,60	44.972,43	4.397,94	27.706,75	0,10	47,79	30.265,97
Alimentacao e Nutricao	264.000,00	289.546,86	2.626,76	268.151,95	68.530,54	182.320,78	0,64	62,97	107.226,08
EDUCACAO	11.831.340,00	12.322.928,64	1.575.244,12	9.687.932,50	2.036.699,71	9.255.302,75	32,61	75,11	3.067.625,89
Ensino Fundamental	9.624.900,00	10.316.488,64	1.344.438,40	8.586.042,95	1.806.201,53	8.171.482,43	28,79	79,21	2.145.006,21
Educacao Infantil	2.206.440,00	2.006.440,00	230.805,72	1.101.889,55	230.498,18	1.083.820,32	3,82	54,02	922.619,68
CULTURA	83.200,00	560.812,14	488.288,41	556.404,83	33.079,62	63.122,53	0,22	11,26	497.689,61
Difusao Cultural	83.200,00	560.812,14	488.288,41	556.404,83	33.079,62	63.122,53	0,22	11,26	497.689,61
URBANISMO	3.315.800,00	5.820.221,76	457.123,13	2.803.233,81	786.453,03	2.385.147,77	8,40	40,98	3.435.073,99
Infra-estrutura Urbana	805.200,00	2.491.350,00	24.000,00	426.082,49	287.543,55	378.058,42	1,33	15,17	2.113.291,58
Servicos Urbanos	2.490.600,00	3.308.871,76	430.547,83	2.374.575,52	496.333,68	2.004.513,55	7,06	60,58	1.304.358,21
Transportes Coletivos Urbanos	20.000,00	20.000,00	2.575,80	2.575,80	2.575,80	2.575,80	0,01	12,88	17.424,20
HABITACAO	175.000,00	147.909,71	365,00	82.872,78	40.594,30	62.404,82	0,22	42,19	85.504,89
Habitacao Urbana	175.000,00	147.909,71	365,00	82.872,78	40.594,30	62.404,82	0,22	42,19	85.504,89
SANEAMENTO	920.300,00	1.114.848,06	57.508,79	613.859,21	93.471,92	479.841,07	1,69	43,04	635.006,99
Saneamento Basico Urbano	920.300,00	1.114.848,06	57.508,79	613.859,21	93.471,92	479.841,07	1,69	43,04	635.006,99
GESTAO AMBIENTAL	762.600,00	828.727,45	125.455,89	657.140,46	133.855,61	620.586,67	2,19	74,88	208.140,88
Infra-estrutura Urbana	644.600,00	694.600,00	100.817,91	544.703,67	101.353,17	539.547,10	1,90	77,68	155.052,90

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de Referência: SETEMBRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

CONSOLIDADO

RREO - Anexo II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

(R\$ 1,00)

Preservacao e Conservacao Ambiental	118.000,00	134.127,45	24.637,98	112.436,79	32.502,44	81.039,47	0,29	60,42	1.368.879,21
AGRICULTURA	2.698.200,00	2.500.906,03	347.447,63	1.533.711,97	238.472,69	1.132.026,82	3,99	45,26	9.097,79
Promocao da Producao Animal	10.000,00	10.000,00	902,21	902,21	902,21	902,21	0,00	9,02	351.940,77
Defesa Sanitaria Animal	10.000,00	360.000,00	2.978,30	8.059,23	2.978,30	8.059,23	0,03	2,24	908.683,15
Abastecimento	1.944.100,00	1.996.806,03	303.124,62	1.484.308,03	199.649,58	1.088.122,88	3,83	54,49	99.157,50
Extensao Rural	734.100,00	134.100,00	40.442,50	40.442,50	34.942,50	34.942,50	0,12	26,06	139.295,29
INDUSTRIA	441.100,00	256.100,00	13.228,96	119.928,96	14.577,84	116.804,71	0,41	45,61	139.295,29
Promocao Industrial	441.100,00	256.100,00	13.228,96	119.928,96	14.577,84	116.804,71	0,41	45,61	208.302,86
COMERCIO E SERVICOS	358.000,00	358.000,00	8.784,44	151.764,14	6.727,44	149.697,14	0,53	41,81	208.302,86
Turismo	358.000,00	358.000,00	8.784,44	151.764,14	6.727,44	149.697,14	0,53	41,81	68.550,70
TRANSPORTE	137.100,00	137.100,00	8.972,00	118.515,80	8.972,00	68.549,80	0,24	50,00	68.550,70
Transporte Rodoviario	137.100,00	137.100,00	8.972,00	118.515,80	8.972,00	68.549,80	0,24	50,00	445.633,26
DESPORTO E LAZER	740.020,00	620.020,00	84.610,13	203.248,06	68.914,59	174.386,74	0,61	28,13	393.995,76
Desporto Comunitario	446.100,00	561.100,00	74.927,68	186.283,11	68.914,59	167.104,24	0,59	29,78	51.637,50
Lazer	293.920,00	58.920,00	9.682,45	16.964,95	0,00	7.282,50	0,03	12,36	260.012,21
ENCARGOS ESPECIAIS	970.000,00	970.000,00	92.646,88	709.987,79	92.646,88	709.987,79	2,50	73,19	179.843,42
Servico da Divida Interna	580.000,00	580.000,00	27.005,53	400.156,58	27.005,53	400.156,58	1,41	68,99	80.168,79
Transferencias	390.000,00	390.000,00	65.641,35	309.831,21	65.641,35	309.831,21	1,09	79,44	100.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
Reserva de Contingencia	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas				Saldo (a-b)
			Setembro a Outubro	até Outubro	Setembro a Outubro	até Outubro (b)	% b/to.b	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	38.660.000,00	43.540.428,19	5.502.234,19	31.602.635,88	6.351.668,21	28.381.661,87	100,00	65,18	15.158.766,32

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável , Data de emissão 24/11/2013, Hora de emissão 10h e 37m.

Gaspar

PREFEITURA

Portaria N° 3.228, de 02 de Dezembro de 2013.

PORTARIA N° 3.228, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2013.

REVOGA, A PEDIDO, LICENÇA SEM VENCIMENTO, CONCEDIDA A SERVIDORA BRUNA LETÍCIA VEIGA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Revoga, a pedido, licença sem vencimento, concedida a servidora BRUNA LETÍCIA VEIGA, pela Portaria nº 2.953, de 18 de janeiro de 2013, ocupante do cargo em provimento efetivo de Berçarista, lotada com 40 horas semanais no CDI Tia Maria Elisa, a partir de 03/02/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 02 de dezembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Portaria N° 3.229, de 02 de Dezembro de 2013.

PORTARIA N° 3.229, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2013.

REVOGA, A PEDIDO, LICENÇA SEM VENCIMENTO, CONCEDIDA AO SERVIDOR ELI AMORIM DE LIMA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Revoga, a pedido, licença sem vencimento, concedida ao servidor ELI AMORIM DE LIMA, pela Portaria nº 2.782, de 07 de maio de 2012, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professor, lotado com 40 horas semanais, sendo 20 horas na EEB Ervino Venturi, 10 horas na EEB Augusto Schramm e 10 horas na EEB Luiz Franzói, a partir de 05/02/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 02 de dezembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Dispensa de Licitação N° 244/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Dispensa de Licitação N° 244/2013

OBJETO: Aquisição de janelas, tipo blindex, de 8 mm, para a EEB Aninha Pamplona Rosa. CONTRATADO: ROBSON PRIM (16.593.995/0001-81). Valor Total Julgado: R\$ 3.680,00 (três mil, seiscentos e oitenta reais). BASE LEGAL: Art. 24, inciso V, da Lei 8.666/93.

Gaspar(SC), 02 de dezembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Inexigibilidade N° 232/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Inexigibilidade N° 232/2013

OBJETO: Aquisição de atualização de versão dos Softwares Cad Hidro e Cad Elétrico. CONTRATADO: VIPTEC INFORMÁTICA LTDA. (01.030.325/0001-80). Valor Total Julgado: R\$ 855,40 (oitocentos e cinquenta e cinco reais e quarenta centavos). BASE LEGAL: Art. 25, inciso I, da Lei 8.666/93.

Gaspar(SC), 11 de Novembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Lei N° 3.525, de 19 de Agosto de 2013.

LEI N° 3.525, DE 19 DE AGOSTO DE 2013.

DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE GASPAR PARA O QUADRIÊNIO 2014-2017.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica instituído o Plano Plurianual para o quadriênio 2014-2017, em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 1º, da Constituição Federal, estabelecendo, para o período, os programas com seus respectivos objetivos e ações, com metas físicas e monetárias, para a administração municipal, para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada, na forma dos anexos constantes desta LEI.

Art. 2º As prioridades e metas para cada exercício financeiro serão expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e extraídas dos anexos desta lei.

Art. 3º A exclusão ou alteração de programas constantes desta lei, bem como a inclusão de novos programas serão propostos pelo Poder Executivo através de projeto de lei específico.

Art. 4º A inclusão, exclusão ou alteração de ações orçamentárias e de suas metas, que envolvam recursos do orçamento municipal, seguirão as diretrizes da lei orçamentária anual.

Art. 5º Os valores constantes nas planilhas estão estimados e poderão ser atualizados em cada exercício de vigência do Plano Plurianual, no mês de janeiro, por ato do Chefe do Poder Executivo, com base na variação da inflação dos doze meses imediatamente anteriores.

Art. 6º O Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta lei a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício financeiro, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

Art. 7º Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual ou sem lei que especifique sua inclusão.

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 19 de agosto de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Código do Programa:		0001			
Descrição do Programa:		Manutenção do Legislativo - Físico			
ANEXO II Metas Físicas					
Tipo da	Código	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta
Ação	da Ação			Medida	Global
0002	2.0.0.0.0.2	Folha de Pagamento e Encargos Sociais	Servidores Ativos,Inativos, Bolsistas e Vereadores	Servidores	180
0002	2.0.0.0.0.4	Manutenção das Atividades em Geral	Sessões	Unidades	240
0002	2.0.0.0.0.6	Aquisição e Locação de Softwares	Unidades	Unidades	60
0001	1.0.0.0.0.1	Aquisição de Materiais Permanentes	Unidades	Unidades	300
0002	2.0.0.0.0.8	Realização de Concurso Público.	Unidades	Unidades	2
0002	2.0.0.0.1.0	Treinamento e Desenvolvimento de Pessoal	Unidades	Unidades	100
0002	2.0.0.0.1.2	Publicidade do Legislativo	Unidades	Contratos	24

Código do Programa		0002			
Descrição do Programa		Programa Vereador Mirim - Físico			
ANEXO II Metas Físicas					
Tipo da	Código	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta
Ação	da Ação			Medida	Global
0002	2.0.0.0.1.4	Manutenção do Programa Vereador Mirim	Sessões	Sessões	80
0002	2.0.0.0.1.6	Despesas com Processo Eleitoral do Programa Vereador Mirim	Alunos	Alunos	20.000

Código do Programa		0003			
Descrição do Programa		Aquisição/Construção da Sede Própria - Físico			
ANEXO II Metas Físicas					
Tipo da	Código	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta
Ação	da Ação			Medida	Global
0001	1.0.0.0.0.3	Aquisição/Construção de imóvel	Área	m²	4.500
0001	1.0.0.0.0.7	Aquisição de Materiais Permanentes	Unidades	Unidades	1.000

Código do Programa:	0.0.0.4				
Descrição do Programa:	Gestão do Gabinete e Políticas Públicas				
Anexo II Metas Físicas					
Tipo da Ação	Código da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta
				Medida	Global
0002	2.0.0.0.1.8	Manutenção do Gabinete e Políticas Públicas (GEMADS e PROCON)	Secretaria	Unidade	1
0002	2.0.0.2.0.2	Manutenção da Defesa Civil	Defesa Civil	Unidade	1
0002	2.0.0.0.9.2	Manutenção da Superintendência Belchior	Superintendência	Unidade	1
0001	1.0.0.0.0.9	Aquisição de Equipamentos Mat. Permanente	Equipamentos Material Permanente	Unidade	40

Código do Programa	0.0.0.5
Descrição do Programa	Manutenção da Diretoria de Comunicação

Anexo II Metas Físicas					
Tipo da	Código	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta
Ação	da Ação			Medida	Global
0002	2.0.0.0.2.0	Manutenção da Comunicação	Imprensa	Unidade	1
0001	1.0.0.0.1.1	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente	Equipamentos Material Permanente	Unidade	20

Código do Programa:		0.0.0.6			
Descrição do Programa:		Gestão da Secretaria de Administração e Finanças			
Anexo II Metas Físicas					
Tipo da Ação	Código da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Global
0001	1.0.0.0.1.3	Modernização Administrativa e Fiscal	Administração	Unidade	1
0002	2.0.0.0.2.2	Manutenção da Secretaria Adm. Finanças	Secretaria	Unidade	1
0009	1.0.0.0.4.5	Encargos Especiais	Encargos	Unidade	10
0001	1.0.0.0.1.5	Aquisição, Construção e Reforma da Sede	Sede	Unidade	1
0001	1.0.0.0.1.7	Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes	Equipamentos, Material Permanente	Unidade	200

Código do Programa:	0.0.0.7				
Descrição do Programa:	Reserva de Contingência				
Anexo II Metas Físicas					
Tipo da Ação	Código da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Global
0002	9.9.9.9.9.9	Reserva de Contingência	Reserva de Contingência	Unidade	1

Código do Programa :		0.0.0.8			
Descrição do Programa :		Gestão Área da Cultura			
Anexo II Metas Físicas					
Tipo da	Código	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta
Ação	da Ação			Medida	Global
0002	2.0.0.0.2.4	Eventos Culturais	Eventos	Quantidade	60
0002	2.0.0.0.2.6	Manutenção do Centro Cultural, Museu, Biblioteca e Casa das Oficinas	Manutenção	Cultura	4
0001	1.0.0.0.3.5	Construção sede própria Biblioteca Municipal	Contrução	Unidade	1
0001	1.0.0.0.1.9	Reforma e Ampliação da Casa das Oficinas Culturais	Contrução	Unidade	1
0002	2.0.0.0.3.0	Biblioteca Itinerante	Alunos	Número	22.500
0002	2.0.0.0.3.2	Festival Escolar Regional de Dança	Eventos	Festival	4

Código do Programa :		0.0.0.9			
Descrição do Programa :		Gestão de Educação Infantil			
Anexo II Metas Físicas					
Tipo da Ação	Código da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Global
0001	1.0.0.0.2.1	Construção, Ampliação e Reforma de CDI e Salas Multifuncionais	Area	m²	4.400
0002	2.0.0.0.3.8	Manutenção da Educação Infantil	Alunos	Número	11.000
0002	2.0.0.0.4.0	Merenda Escolar	Alunos	Número	11.000
0001	1.0.0.0.9.9	Aquisição Material Permanente	Equipamento Material Permanente	Unidade	300
0001	1.0.0.0.2.7	Aquisição de Imóveis	Terreno	Unidade	1

Código do Programa :		0.0.1.0			
Descrição do Programa :		Gestão de Educação de Ensino Fundamental			
Anexo II Metas Físicas					
Tipo da Ação	Código da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Global
0001	1.0.0.0.2.9	Construção, Ampliação e Reforma da SEMED, Escolas, Quadras Esportivas e Laboratórios e Salas Multifuncionais	Área	m²	4.000
0002	2.0.0.0.4.2	Manutenção da Educação Fundamental	Alunos	Número	17.800
0002	2.0.0.0.4.4	Transporte Escolar	Alunos	Número	3.995
0002	2.0.0.0.4.6	Merenda Escolar	Alunos	Número	18.300
0001	1.0.0.1.7.7	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente	Equipamento Material Permanente	Unidade	260
0001	1.0.0.2.5.5	Aquisição de Veículo	Veiculo	Unidade	1
0001	1.0.0.0.3.1	Caminho da Escola	Veiculo	Unidade	1
0001	1.0.0.0.3.3	Projetos Pedagógicos	Projeto	Unidade	8

Código do Programa		0.0.1.3			
Descrição do Programa		Gestão da Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio			
Anexo II Metas Físicas					
Tipo da	Código	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta
Ação	da Ação			Medida	Global
0002	2.0.0.0.5.4	Manutenção das ações da Secretaria	Manutenção	Unidade	1
0002	2.0.0.0.5.6	Transferências às entidades privadas sem fins lucrativos	Entidades	Unidade	30
0002	2.0.0.0.5.8	Incentivo Econômico a Empresas	Empresas	Unidade	12
0002	2.0.0.0.6.0	Incentivo a economia solidária/cooperativas/incubadoras	Empresas	Unidade	21
0002	2.0.0.0.6.2	Participação em Feiras e Eventos	Feiras	Unidade	39
0001	1.0.0.0.3.7	Construção de Centro de Eventos/Pórtico	Centro de Eventos	Unidade	1
0001	1.0.0.0.4.1	Aquisição de equipamentos e materiais permanentes	Equipamentos	Unidade	14
0002	2.0.0.0.6.6	Manutenção Sábado na Praça	Edições	Unidade	24
0002	2.0.0.1.8.2	Festival de Inverno	Edições	Unidade	4
0002	2.0.0.0.6.8	Gaspar Natal em Festa	Edições	Unidade	4
0002	2.0.0.0.7.0	Semana Aniversário Município	Edições	Unidade	4
0001	1.0.0.0.4.3	Projeto Gaspar Cidade Rio	Projeto	Etapa	1

Código do Programa:		0.0.1.4				
Descrição do Programa:		GESTÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS				
Anexo II Metas Físicas						
Tipo da	Código	Descrição	Produto	Unidade	Meta	
Ação	da Ação	da Ação		Medida	Global	
0002	2.0.0.0.7.2	Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública	Lâmpadas de Iluminação Pública	unidades	39.161	
0002	2.0.0.0.7.4	Manutenção da Secretaria de Obras	Secretaria	secretaria	1	
0001	1.0.0.0.4.9	Construção de vias públicas	Ruas	Unidade	4	
0001	1.0.0.2.5.3	Pavimentação de Ruas	Ruas	m²	77.430	VETADO
0001	1.0.0.0.5.1	Aquisição de Veículos	Veículos	unidades	8	
0001	1.0.0.0.5.3	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente e Máquinas	Máquinas Equip. Mat.Permanente	unidades	11	
0001	1.0.0.0.5.5	Construção/ampliação ou reforma do imóvel da secretaria	Edificação	m²	2.000	
0001	1.0.0.0.5.7	Dragagem e Desassoreamento de cursos de água	Desassor. Valas	m	13.216	
0001		Pavimentação asfáltica da Rua Luis Franzoi, Bairro Margem Esquerda	Ruas	m²	10.000	VETADO
0001		Pavimentação asfáltica da Rua Pedro Simon, Bairro Margem Esquerda	Ruas	m²	15.000	VETADO

Código do Programa :		0.0.1.5			
Descrição do Programa :		Gestão da DITRAN			
Anexo II Metas Físicas					
Tipo da	Código	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta
Ação	da Ação			Medida	Global
0001	1.0.0.0.5.9	Desapropriação/Aquisição de Imóveis	Imóvel	Unidade	4
0001	1.0.0.0.6.1	Implantação de Ciclovias	Área	km	36,5
0002	2.0.0.0.7.6	Asfaltamento de área pública	Área	km	3,7
0002	2.0.0.2.0.0	Manutenção de Sistema de Monitoramento Urbano	Sistema Monitoramento	unidade	1
0002	2.0.0.0.7.8	Manutenção da DITRAN	Diretoria de Trânsito	unidade	1
0001	1.0.0.0.6.3	Aquisição de Veículos da DITRAN	Veículos	Unidade	6
0001	1.0.0.0.6.5	Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanente	Equipamento Material Permanente	Unidade	20
0001	1.0.0.0.6.9	Reforma e Ampliação da Sede do DITRAN	Imóvel	Unidade	1
0002	1.0.0.1.4.7	Manutenção de Área Azul	Área Azul	Unidade	1
0001	1.0.0.0.6.7	Educação para o Trânsito	Cursos	Unidade	48

Código do Programa :		0.0.1.6			
Descrição do Programa :		GESTÃO DO CORPO DE BOMBEIRO MILITAR DE GASPAR			
Anexo II Metas Físicas					
Tipo da	Código	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta
Ação	da Ação			Medida	Global
0001	1.0.0.0.7.1	Aquisição de Equipamento e Material Permanente	Equipamento Material Permanente	Unidade	120
0002	2.0.0.0.8.0	Apoio à Segurança Pública	Corpo de Bombeiros	Unidade	1
0001	1.0.0.0.7.3	Construção da Sede	Sede	Unidade	1

Código do Programa :		0.0.1.7			
Descrição do Programa :		GESTÃO DA POLÍCIA CIVIL			
Anexo II Metas Físicas					
Tipo da	Código	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta
Ação	da Ação			Medida	Global
0001	1.0.0.0.7.5	Aquisição Veículos	Veículos	unidade	7
0001	1.0.0.0.7.7	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente	Equipamentos Material Permanente	Unidade	120
0002	2.0.0.0.8.2	Manutenção Polícia Cível	Sede	Unidade	1
0001	1.0.0.0.7.9	Construir e Equipar Nova Sede	Área	m²	1.900

Código do Programa :		0.0.1.8			
Descrição do Programa :		GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA - POLÍCIA MILITAR EM GASPAR			
Anexo II Metas Físicas					
Tipo da	Código	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta
Ação	da Ação			Medida	Global
0001	1.0.0.0.8.1	Aquisição Veículos/Motos - Trânsito PM	Veículo	unidade	16
0001	1.0.0.0.8.3	Aquisição Equipamentos/Materiais Permanentes-Trânsito PM	Equip.Mat. Perman.	unidade	65
0002	2.0.0.0.8.4	Manutenção da Policia Militar Trânsito-PM	Trânsito	unidade	1
0001	1.0.0.2.5.7	Projetos/Obras e Reformas - Trânsito PM	Obras	Unidade	4
0001	1.0.0.0.8.7	Equipamentos/Materiais Permanentes - Radiopatrulha	Equip.Mat. Perman.	unidade	15
0001	1.0.0.0.8.9	Projetos/Obras e Reformas - Radiopatrulha	Obras	unidade	4
0001	2.0.0.1.9.8	Manutenção do Quartel e Serviço de Radiopatrulha	Radiopatrulha	unidade	1

Código do Programa :			0.0.1.9		
Descrição do Programa :			Construção, Manutenção e Melhoria na Infraestrutura do Município por meio da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento		
Anexo II Metas Físicas					
Tipo da	Código	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta
Ação	da Ação			Medida	Global
0002	2.0.0.0.8.8	Manutenção das ações da Secretaria.	Secretaria	Secretaria	1
0001	1.0.0.0.9.1	Aquisição de veículos.	Veículo	Unidade	3
0001	1.0.0.0.9.5	Qualificação e Pavimentação de vias e Corredores.	Ruas pavimentadas	m²	115.200-VETADO
0001	1.0.0.2.2.1	Urbanização de Assentamento Precário Jardim Primavera	assentamento	unidade	1
0001	1.0.0.2.4.9	Construção de Pontos de Ônibus	ponto de ônibus	unidade	40
0001	1.0.0.2.5.1	Construção de Viaduto e seus acessos para Melhoria das Vias	obra	unidade	1
0001	1.0.0.2.5.9	Estabilização de Talude Morro do SAMAE	obra	unidade	1
0001	1.0.0.2.6.1	Execução de Trabalhos Socioambiental	trabalho	unidade	4
0001	1.0.0.2.6.3	Infraestrutura de Loteamentos	loteamento	unidade	2
0001	1.0.0.2.6.7	Serviços de Contenção de Encostas	encosta	unidade	2
0001	1.0.0.2.6.9	Instalação de Sistema de Esgoto Sanitário	sistema	unidade	1
0001	1.0.0.2.7.1	Melhorias do Sistema de Abastecimento de água	obra	unidade	1
0001	1.0.0.0.9.7	Construção, reforma e ampliação de terminais rodoviários urbanos.	Terminais rodoviários	Unidade	1
0002	2.0.0.0.9.0	Conservação e manutenção do sistema de transporte coletivo.	Transporte coletivo	Unidade	1
0001	1.0.0.1.0.1	Construção do Centro de Convivência.	Centro Convivência	Unidade	1
0001	1.0.0.1.0.7	Implantação de ciclovias, bicicletários, pistas de caminhada e calçadas.	Ciclovias	m²	21.000
0001	1.0.0.1.0.9	Implantação de sistemas de drenagem pluvial e escoamentos de águas superficiais.	Drenagem	Bairros	0-VETADO
0001	1.0.0.1.1.1	Programa de regularização de assentamentos informais e cadastro imobiliário.	Assentamento	Unidade	4

Código do Programa :			0.0.1.9		
Descrição do Programa :		Construção, Manutenção e Melhoria na Infraestrutura do Município por meio da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento			
Anexo II Metas Físicas					
Tipo da	Código	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta
Ação	da Ação			Medida	Global
0001	1.0.0.1.1.3	Implantação de equipamentos urbanos e melhorias em vias existentes.	Implantação de infraestrutura	Unidade	4
0001	1.0.0.1.1.5	Contratação de projetos técnicos.	Projetos	Unidade	80
0002	2.0.0.0.9.6	Revisão e complementação do plano diretor e geoprocessamento	Plano	Unidade	4
0001	1.0.0.1.1.7	Aquisição de terrenos e desapropriações.	Terreno	Unidade	20
0002	2.0.0.0.9.8	Educação ambiental, paisagismo e arborização, urbanização de espaços públicos e proteção de encostas e áreas verdes.	Plano	Unidade	10
0001	1.0.0.1.1.9	Aquisição de equipamentos de informática, software, móveis e materiais permanentes.	Equipamentos	Unidade	40
0001	1.0.0.1.2.1	Anel viário e via interbairros	Extensão	Km	8
0001	1.0.0.1.2.3	Reforma da ponte Hercílio Deeke.	Projeto	Unidade	1
0001	1.0.0.1.2.5	Vigilância eletrônica e segurança pública e de espaços públicos.	Projeto	Unidade	8
0001		Pavimentação da Rua Olga Bonh no Bairro Figueira	Rua Pavimentada	M²	4800-VETADO
0001		Implantação de sistema de drenagem pluvial e escoamento de águas superficiais do Bairro Margem Esquerda	Drenagem	Bairro	1-VETADO
0001		Implantação de sistema de drenagem pluvial e escoamento de águas superficiais do Bairro Sete de Setembro	Drenagem	Bairro	1-VETADO

Código do Programa :	0.0.2.3				
Descrição do Programa :	Construção de unidades habitacionais.				
Anexo II Metas Físicas					
Tipo da Ação	Código da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Global
				Medida	
1	1.0.0.1.0.3	Construção de unidades habitacionais e Locação Social.	Moradias	Unidade	257

Código do Programa :		0.0.2.4			
Descrição do Programa :		Construção de nova Ponte sobre o Rio Itajai-Açu.			
Anexo II Metas Físicas					
Tipo da Ação	Código da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Global
				Medida	
1	1.0.0.0.9.3	Obras de Infraestrutura do anel viário com Construção de nova Ponte sobre o Rio Itajai-Açu.	Ponte	Unidade	1

Código do Programa :		0.0.2.0			
Descrição do Programa :		GESTÃO DA PROCURADORIA DO MUNICÍPIO			
Anexo II Metas Físicas					
Tipo da	Código	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta
Ação	da Ação			Medida	Global
0002	2.0.0.1.0.0	Manutenção da Procuradoria Geral	Manutenção	Unidade	1
0001	1.0.0.1.2.7	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente	Equipamento Material Permanente	Unidade	11
0001	1.0.0.1.2.9	Aquisição de Veículo	Veículo	Unidade	1

Código do Programa :		0.0.2.1			
Descrição do Programa :		APOIO AO DESENVOLVIMENTO AGRICOLA E PESQUEIRO			
Anexo II Metas Físicas					
Tipo da	Código	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta
Ação	da Ação			Medida	Global
0001	1.0.0.1.3.3	Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Material Permanente	Máquinas, Equipamentos e Material Permanente	Unidade	60
0001	1.0.0.1.3.1	Aquisição de veículos	Veículos	unidade	4
0002	2.0.0.1.0.4	Manutenção das atividades agrícolas	secretaria	unidade	1
0001	1.0.0.1.3.5	Construção de Pontilhões	Pontes	Unidade	4
0001	1.0.0.1.3.7	Construção/Aquisição da Sede da Secretaria de Agricultura	secretaria	m²	300m²
0002	2.0.0.1.0.6	Seminários de Capacitação de Agricultores	Cursos e Palestras	projeto	20

Código do Programa :		0.0.2.5			
Descrição do Programa:		Gestão do SAMAE			
Anexo II Metas Físicas:					
Tipo da	Código	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta
Ação	da Ação			Medida	Global
0002	2.0.0.1.1.0	Manutenção da estrutura administrativa da autarquia	Autarquia	unidade	1
0002	2.0.0.1.1.2	Construções de Reservatórios	Reservatório	unidade	3
0001	1.0.0.1.5.3	Aquisição de Veículos	Veículo	unidade	10
0002	2.0.0.1.1.4	Coleta de Lixo	Resíduo	tonelada	70.000
0002	2.0.0.1.1.6	Ampliação/ Manut. da rede de água e esgoto	Extensão	km	1400
0001	1.0.0.1.5.5	Aquisição de imóvel e construção da sede	Terreno	unidade	1
0002	2.0.0.1.1.8	Manutenção da frota de veículos e equipamentos	Veículos/ Equipamentos	unidade	50
0001	1.0.0.1.5.7	Aquisição de Bombas, equipamentos e mobília em geral	Equipamentos	Unidade	12
0001	1.0.0.1.5.9	Esgoto Sanitário	Residências	Residências	8000
0001	1.0.0.1.4.1	Consórcio Público AGIR	Consórcio	Consórcio	1

Código do Programa:		0.0.0.7			
Descrição do Programa:		Reserva de Contingência			
Anexo II Metas Físicas					
Tipo da	Código	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta
Ação	da Ação			Medida	Global
0002	9.9.9.9.9.9	Reserva de Contingência	Reserva Contingência	Unidade	1

Código do Programa:		0.0.2.6			
Descrição do Programa:		Gestão do Fundo Municipal de Saúde			
Anexo II Metas Físicas					
Tipo da Ação	Código da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade Medida	Global
2	2.0.0.1.9.0	Equipar o Centro de Especialidades em Saúde - Policlínica	Centro de Especialidades	unidade	303
2	2.0.0.1.2.2	Ampliar, Manter e Equipar as Ações da Atenção Básica	Promoção a Saúde	municípios	240.958
1	1.0.0.1.6.3	Construção e Reforma das Unidades de Saúde	Unidades de Saúde	unidade	12
2	2.0.0.1.2.8	Ampliar, Manter e Equipar os Programas de Vigilância em Saúde	Promoção a Saúde	municípios	240.958
2	2.0.0.1.3.2	Ampliar, Implementar, Manter e Equipar as Ações do CAPS e CAPS AD	Redução de Danos e Promoção a saúde	municípios	96.000
2	2.0.0.1.3.4	Convênio Hospital Nossa Senhora Perpétuo Socorro	atendimento dos municípios	hospital	1
2	2.0.0.1.3.8	Ampliar, Manter e Equipar as Ações de Média e Alta Complexidade	Promoção a Saúde	municípios	240.958
2	2.0.0.1.4.0	Ampliar e Manter Aquisição de Medicamentos Conforme Preconiza a NOAS/SUS	Promoção a Saúde	municípios	240.958
1	1.0.0.1.6.7	Ampliar a Frota de Veículos do Fundo Municipal de Saúde	Veículo	unidade	5
2	2.0.0.1.5.2	Ampliar, Manter, Equipar o Fundo Municipal de Saúde	Gestão em Saúde	unidade	1

Código do Programa		0.0.0.7			
Descrição do Programa		Reserva de Contingência			
Anexo II Metas Físicas					
Tipo da	Código	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta
Ação	da Ação			Medida	Global
0002	2.9.9.9.9.9.9	Reserva de Contingência	Reserva de Contingência	Unidade	1

Código do Programa:		0.0.2.7			
Descrição do Programa:		Gestão do Fundo de Atendimento da Criança e do Adolescente			
Anexo II Metas Físicas					
Tipo da	Código	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta
Ação	da Ação			Medida	Global
1	1.0.0.1.7.5	Criar e manter programas, projetos, serviços e ações com Entidades	Convênios	Projetos, programas e ações	20
2	2.0.0.1.5.6	Manutenção do Fundo de Atendimento da Criança e do Adolescente - FIA	Manutenção	Programa	1

Código do Programa		0.0.0.7			
Descrição do Programa		Reserva de Contingência			
Anexo II Metas Físicas					
Tipo da	Código	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta
Ação	da Ação			Medida	Global
0002	9.9.9.9.9.9	Reserva de Contingência	Reserva de Contingência	Unidade	1

Código do Programa:		0.0.2.8			
Descrição do Programa:		Gestão da Fundação Municipal de Esportes de Gaspar			
Anexo II Metas Físicas					
Tipo da	Código	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta
Ação	da Ação			Medida	Global
2	2.0.0.1.5.8	Manutenção e Criação de Projetos de Rendimento	Modalidades	Unidade	31
1	1.0.0.1.8.1	Aquisição de Veículos	Veículos	Unidade	1
1	1.0.0.1.8.5	Construção, ampliação e reforma de espaços esportivos	Áreas Esportivas	Unidade	25
2	2.0.0.1.6.2	Manutenção da Fundação M. Esportes, Ginásios, Programas e Eventos	Esporte	Unidade	1
1	1.0.0.1.8.7	Aquisição de Equip.Mat.Perm./Equip.Academia Popular	Equipamento Perman.	Unidade	84

Código do Programa		0.0.0.7			
Descrição do Programa		Reserva de Contingência			
Anexo II Metas Físicas					
Tipo da	Código	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta
Ação	da Ação			Medida	Global
0002	9.9.9.9.9.9	Reserva de Contingência	Reserva de Contingência	Unidade	1

Código do Programa :	0.0.2.9				
Descrição do Programa :	Gestão na Área de Desenvolvimento Social				
Anexo II Metas Físicas					
Tipo da	Código	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta
Ação	da Ação			Medida	Global
2	2.0.0.1.6.4	Manter Ações de Desenvolvimento Social	Ações	Secretaria	1
2	2.0.0.1.9.2	Manter Proteção Social Básica	Fortalecimento de Vínculos	Serviços	1
2	2.0.0.1.9.4	Manter Proteção Social Especial - Média Complexidade	Atendimento de Famílias com Direitos Violados	Serviços	1
2	2.0.0.1.9.6	Manter Proteção Social Especial - Alta Complexidade	Acolhimento	Serviços	1
1	1.0.0.1.8.9	Aquisição de Material Permanente	Material Permanente	Peças	120
1	1.0.0.1.9.1	Aquisição de Veículo	Material Permanente	Veículo	3
1	1.0.0.1.9.3	Manter BPC - Benefício de Prestação Continuada	Ação	Projeto	1
2	2.0.0.1.8.0	Convênios com Entidades	Convênios	Entidades	16
1	1.0.0.2.3.1	Construção da Sede da SDS - Secretaria de Desenvolvimento Social	Sede	Construção	1
1	1.0.0.1.9.9	Construção e Implantação de CRAS	Área	Construção	3
1	1.0.0.2.0.1	Equipar o Centro de Convivência do Idoso	Equipamentos e Materiais Permanente	Peças	160
2	2.0.0.1.6.6	Gestão do IGD - Índice de Gestão Descentralizada	Bolsa Família	Programa	1
2	2.0.0.1.6.8	Gestão de Benefícios Eventuais	Benefícios	Programa	1
1	1.0.0.1.9.5	Garantir o Funcionamento dos Serviços de Fortalecimento de Vínculos (Proteção Básica, Média e Alta Complexidade)	Famílias	Projeto	1
1	1.0.0.1.9.7	Garantir Adequação do Centro Educativo para Crianças e Adolescentes, de acordo com a Lei de Acessibilidade Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2.000	Área	Unidade	1

Código do Programa:		0.0.3.0			
Descrição do Programa:		Gestão Centro Educativo Maria Hendricks			
Anexo II Metas Físicas					
Tipo da	Código	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta
Ação	da Ação			Medida	Global
2	2.0.0.1.8.4	Garantir Funcionamento, Manutenção e Equipamentos para Centro Educativo	Manutenção	Unidade	1
1	1.0.0.2.1.3	Adquirir Equipamentos	Material Permanente	Peças	140
2	2.0.0.1.8.6	Garantir Proteção Social Especial de Média Complexidade	Proteção Social	Programa	4
1	2.0.0.1.8.8	Desenvolver Programas de Segurança Alimentar e Nutricional	Alimentação Saudável	Projeto	1
1	1.0.0.2.1.7	Construir Quadra Poliesportiva	Área	Quadra	1

Código do Programa:	0.0.0.7				
Descrição do Programa:	Reserva de Contingência				
Anexo II Metas Físicas					
Tipo da Ação	Código da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta
				Medida	Global
0002	9.9.9.9.9.9	Reserva de Contingência	Reserva de Contingência	Unidade	1

Código do Programa	0001																																
Descrição do Programa	Manutenção do Legislativo																																
Objetivo: Manutenção e melhoria dos trabalhos do Legislativo na execução de suas atividades com relação às funções de legislar, fiscalizar, julgar, reivindicar e administrar																																	
Diretriz: Proporcionar condições ideais à realização dos trabalhos administrativos e do processo legislativo da Casa, via gestão de recursos financeiros, materiais e de pessoal																																	
Órgão: Mesa Diretora da Câmara Municipal de Gaspar																																	
Público Alvo: Servidores,Vereadores e Comunidade em Geral																																	
Anexo I Valores Monetários																																	
	<table><tr><th>Código da Ação</th><th>Descrição da Ação</th><th>Valor R\$</th><th>FINANCIAMENTO</th></tr><tr><td>200002</td><td>Folha de Pagamento e Encargos Sociais</td><td>12.762.750,00</td><td>Fiscal</td></tr><tr><td>200004</td><td>Manutenção das Atividades em Geral</td><td>2.807.805,00</td><td>Fiscal</td></tr><tr><td>200006</td><td>Aquisição e Locação de Softwares</td><td>204.204,00</td><td>Fiscal</td></tr><tr><td>100001</td><td>Aquisição de Materiais Permanentes</td><td>255.255,00</td><td>Fiscal</td></tr><tr><td>200008</td><td>Realização de Concurso Público</td><td>40.000,00</td><td>Fiscal</td></tr><tr><td>200010</td><td>Treinamento e desenvolvimento de Pessoal</td><td>178.678,50</td><td>Fiscal</td></tr><tr><td>200012</td><td>Publicidade do Legislativo</td><td>464.100,00</td><td>Fiscal</td></tr></table>	Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$	FINANCIAMENTO	200002	Folha de Pagamento e Encargos Sociais	12.762.750,00	Fiscal	200004	Manutenção das Atividades em Geral	2.807.805,00	Fiscal	200006	Aquisição e Locação de Softwares	204.204,00	Fiscal	100001	Aquisição de Materiais Permanentes	255.255,00	Fiscal	200008	Realização de Concurso Público	40.000,00	Fiscal	200010	Treinamento e desenvolvimento de Pessoal	178.678,50	Fiscal	200012	Publicidade do Legislativo	464.100,00	Fiscal
Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$	FINANCIAMENTO																														
200002	Folha de Pagamento e Encargos Sociais	12.762.750,00	Fiscal																														
200004	Manutenção das Atividades em Geral	2.807.805,00	Fiscal																														
200006	Aquisição e Locação de Softwares	204.204,00	Fiscal																														
100001	Aquisição de Materiais Permanentes	255.255,00	Fiscal																														
200008	Realização de Concurso Público	40.000,00	Fiscal																														
200010	Treinamento e desenvolvimento de Pessoal	178.678,50	Fiscal																														
200012	Publicidade do Legislativo	464.100,00	Fiscal																														

Código do Programa	0002												
Descrição do Programa	Programa Vereador Mirim												
Objetivo: Possibilitar aos vereadores que compõem a Câmara Mirim meios eficientes para atingir os objetivos do Programa, em especial ao processo eleitoral que ocorre anualmente com alunos de 5ª a 8ª séries nos educandários do Município.													
Diretriz: Contratação de serviços terceirizados para o período das eleições escolares e manter as demais atividades do processo legislativo mirim.													
Órgão: Mesa Diretora da Câmara Municipal de Gaspar e a Coordenação do Programa.													
Público Alvo: Alunos, professores,diretores e pais das escolas do Município de Gaspar que atendam 5ª a 8ª séries.													
Anexo I Valores Monetários													
	<table><tr><th>Código da Ação</th><th>Descrição da Ação</th><th>Valor R\$</th><th>FINANCIAMENTO</th></tr><tr><td>200014</td><td>Manutenção do Programa Vereador Mirim</td><td>76.576,50</td><td>Fiscal</td></tr><tr><td>200016</td><td>Despesas com Processo Eleitoral do Programa Vereador Mirim</td><td>76.576,50</td><td>Fiscal</td></tr></table>	Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$	FINANCIAMENTO	200014	Manutenção do Programa Vereador Mirim	76.576,50	Fiscal	200016	Despesas com Processo Eleitoral do Programa Vereador Mirim	76.576,50	Fiscal
Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$	FINANCIAMENTO										
200014	Manutenção do Programa Vereador Mirim	76.576,50	Fiscal										
200016	Despesas com Processo Eleitoral do Programa Vereador Mirim	76.576,50	Fiscal										

Código do Programa	0003			
Descrição do Programa	Aquisição/Construção da Sede Própria			
Objetivo: Aquisição/Construção de imóvel urbano, sede própria do legislativo, que abrigue todas as dependências necessárias ao desenvolvimento eficaz das atividades legislativas, de administração e de apoio, num espaço até de 4.500m².				
Diretriz:Aquisição/Construção de Imóvel e compra de Mobiliário para futura sede própria.				
Órgão:Mesa Diretora da Câmara Municipal de Gaspar.				
Público Alvo:Servidores, Vereadores e Comunidade em Geral.				
Anexo I Valores Monetários				
	Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$	FINANCIAMENTO
	100003	Aquisição/Construção de Imóvel	6.845.475,00	Fiscal
	100007	Aquisição de Materiais Permanentes	300.000,00	Fiscal

Código do Programa	0025																																												
Descrição do Programa	Gestão do SAMAE																																												
Objetivo: Ampliar e melhorar os serviços de saneamento para melhor atender os usuários																																													
Diretriz: Manter os serviços necessários para um bom desempenho do saneamento no município																																													
Órgão: SAMAE																																													
Público Alvo: Usuários do SAMAE																																													
Anexo I Valores Monetários																																													
	<table><tr><th>Código da Ação</th><th>Descrição da Ação</th><th>Valor R\$</th><th>FINANCIAMENTO</th></tr><tr><td>200110</td><td>Manutenção da Estrutura administrativa Autarquia</td><td>26.100.000,00</td><td>Fiscal</td></tr><tr><td>200112</td><td>Construção de Reservatórios</td><td>630.000,00</td><td>Fiscal</td></tr><tr><td>100153</td><td>Aquisição de Veículos</td><td>570.000,00</td><td>Fiscal</td></tr><tr><td>200114</td><td>Coleta de Lixo</td><td>19.559.000,00</td><td>Fiscal</td></tr><tr><td>200116</td><td>Ampliação e Manutenção da rede de água e esgoto</td><td>16.208.000,00</td><td>Fiscal</td></tr><tr><td>100155</td><td>Aquisição de Imóvel e Construção da Sede</td><td>750.000,00</td><td>Fiscal</td></tr><tr><td>200118</td><td>Manutenção da Frota de Veículos e Equipamentos</td><td>1.580.000,00</td><td>Fiscal</td></tr><tr><td>100157</td><td>Aquisição de Bombas, Equipamentos e Móveis</td><td>220.000,00</td><td>Fiscal</td></tr><tr><td>100159</td><td>Esgoto Sanitário</td><td>1.000.000,00</td><td>Fiscal</td></tr><tr><td>100141</td><td>Consórcio Público AGIR</td><td>353.000,00</td><td>Fiscal</td></tr></table>	Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$	FINANCIAMENTO	200110	Manutenção da Estrutura administrativa Autarquia	26.100.000,00	Fiscal	200112	Construção de Reservatórios	630.000,00	Fiscal	100153	Aquisição de Veículos	570.000,00	Fiscal	200114	Coleta de Lixo	19.559.000,00	Fiscal	200116	Ampliação e Manutenção da rede de água e esgoto	16.208.000,00	Fiscal	100155	Aquisição de Imóvel e Construção da Sede	750.000,00	Fiscal	200118	Manutenção da Frota de Veículos e Equipamentos	1.580.000,00	Fiscal	100157	Aquisição de Bombas, Equipamentos e Móveis	220.000,00	Fiscal	100159	Esgoto Sanitário	1.000.000,00	Fiscal	100141	Consórcio Público AGIR	353.000,00	Fiscal
Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$	FINANCIAMENTO																																										
200110	Manutenção da Estrutura administrativa Autarquia	26.100.000,00	Fiscal																																										
200112	Construção de Reservatórios	630.000,00	Fiscal																																										
100153	Aquisição de Veículos	570.000,00	Fiscal																																										
200114	Coleta de Lixo	19.559.000,00	Fiscal																																										
200116	Ampliação e Manutenção da rede de água e esgoto	16.208.000,00	Fiscal																																										
100155	Aquisição de Imóvel e Construção da Sede	750.000,00	Fiscal																																										
200118	Manutenção da Frota de Veículos e Equipamentos	1.580.000,00	Fiscal																																										
100157	Aquisição de Bombas, Equipamentos e Móveis	220.000,00	Fiscal																																										
100159	Esgoto Sanitário	1.000.000,00	Fiscal																																										
100141	Consórcio Público AGIR	353.000,00	Fiscal																																										

Código do Programa	0007								
Descrição do Programa	Reserva de Contingência								
Objetivo:Atender os Passivos Contingentes e as situações de calamidade pública									
Diretriz:Destinar recursos orçamentários para reservas de contingência									
Órgão:SAMAE									
Público Alvo:Administração Indireta e Cidadão Gasparense									
Anexo I Valores Monetários									
	<table><tr><th>Código da Ação</th><th>Descrição da Ação</th><th>Valor R\$</th><th>FINANCIAMENTO</th></tr><tr><td>999999</td><td>Reserva de Contingência</td><td>200.000,00</td><td>Fiscal</td></tr></table>	Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$	FINANCIAMENTO	999999	Reserva de Contingência	200.000,00	Fiscal
Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$	FINANCIAMENTO						
999999	Reserva de Contingência	200.000,00	Fiscal						

Código do Programa	0026		
Descrição do Programa	Gestão do Fundo Municipal de Saúde		
Objetivo: Desenvolver ações de promoção, prevenção e assistência à saúde			
Diretriz: Promover ações e serviços na área da saúde envolvendo as três esferas de governo, promover ampliação, manutenção e equipamentos nos serviços de saúde.			
Órgão: Secretaria Municipal de Saúde			
Público Alvo: População do Município de Gaspar			
Anexo I Valores Monetários			
Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$	FINANCIAMENTO
200190	Equipar o Centro de Especialidades em saúde - policlínica	150.000,00	Fiscal
200122	Ampliar, Manter e Equipar as Ações da Atenção Básica	19.134.843,83	Fiscal
100163	Construção e Reforma das Unidades de Saúde	3.200.000,00	Fiscal
200128	Ampliar, Manter e Equipar os Programas da Vigilância em Saúde	2.303.862,12	Fiscal
200132	Ampliar, Implementar, Manter e Equipar as Ações do CAPS e CAPS AD	1.826.292,65	Fiscal
200134	Convênio Hospital Nossa Senhora Perpétuo Socorro	13.967.172,69	Fiscal

Código do Programa	0026		
Descrição do Programa	Gestão do Fundo Municipal de Saúde		
Objetivo:Desenvolver ações de promoção, prevenção e assistência à saúde			
Diretriz:Promover ações e serviços na área da saúde envolvendo as três esferas de governo, promover ampliação, manutenção e equipamentos nos serviços de saúde.			
Órgão:Secretaria Municipal de Saúde			
Público Alvo:População do Município de Gaspar			
Anexo I Valores Monetários			
Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$	FINANCIAMENTO
200138	Ampliar, manter e equipar as Ações de Média e Alta Complexidade	7.688.314,63	Fiscal
200140	Ampliar e Manter Aquisição de Medicamentos conforme preconiza a NOAS/SUS	3.965.040,21	Fiscal
100167	Ampliar a frota de veículos do Fundo Municipal de Saúde	299.000,00	Fiscal
200152	Ampliar, Manter, Equipar o Fundo Municipal de Saúde	56.829.110,51	Fiscal

Código do Programa	0007								
Descrição do Programa	Reserva de Contingência								
Objetivo:Atender os passivos contingentes e as situações de calamidade pública.									
Diretriz:Destinar recursos orçamentários para reserva de contingência									
Órgão:Secretaria Municipal de Saúde									
Público Alvo:Administração Direta e Cidadão Gasparense									
Anexo I Valores Monetários									
	<table><tr><th>Código da Ação</th><th>Descrição da Ação</th><th>Valor R\$</th><th>FINANCIAMENTO</th></tr><tr><td>999999</td><td>Reserva de Contingência</td><td>50.000,00</td><td>Fiscal</td></tr></table>	Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$	FINANCIAMENTO	999999	Reserva de Contingência	50.000,00	Fiscal
Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$	FINANCIAMENTO						
999999	Reserva de Contingência	50.000,00	Fiscal						

Código do Programa	0029			
Descrição do Programa	Gestão na Área de Desenvolvimento Social			
Objetivo: Desenvolver serviços voltados a necessidade da população que se encontra em situação de vulnerabilidade social previstos pela LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social), SUAS, Estatuto da Criança e adolescente e Estatuto do Idoso e demais regulamentos da Política de Assistência Social.				
Diretriz: Executar os serviços sócio assistenciais com foco na família de maneira descentralizada e participativa, visando prevenção, promoção e proteção social.				
Órgão: Fundo Municipal de Assistência Social				
Público Alvo: População do Município de Gaspar				
Anexo I Valores Monetários				
	Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$	FINANCIAMENTO
	200164	Manter ações de Assistência Social	11.351.634,00	Fiscal
	200192	Manter Proteção Social Básica	1.016.477,00	Fiscal
	200194	Manter Proteção Social Especial Média Complexidade	1.190.084,00	Fiscal
	200196	Manter Proteção Social Especial Alta Complexidade	9.939.929,00	Fiscal
	100189	Aquisição de Material Permanente	93.240,00	Fiscal
	100191	Aquisição de Veículo	299.000,00	Fiscal

Código do Programa	0029		
Descrição do Programa	Gestão na Área de Desenvolvimento Social		
Objetivo: Desenvolver serviços voltados a necessidade da população que se encontra em situação de vulnerabilidade social previstos pela LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social), SUAS, Estatuto da Criança e adolescente e Estatuto do Idoso e demais regulamentos da Política de Assistência Social.			
Diretriz: Executar os serviços sócio assistenciais com foco na família de maneira descentralizada e participativa, visando prevenção, promoção e proteção social.			
Órgão: Fundo Municipal de Assistência Social			
Público Alvo: População do Município de Gaspar			
Anexo I Valores Monetários			
Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$	FINANCIAMENTO
100193	Manter BPC – Benefício de Prestação Continuada	3.500,00	Fiscal
200180	Convênios com Entidades	124.319,00	Fiscal
100231	Construção da sede da SDS – Secretaria de Desenvolvimento Social	1.501.000,00	Fiscal
100199	Construção e Implantação de CRAS	4.403.000,00	Fiscal
100201	Equipar o Centro de Convivência do Idoso	384.000,00	Fiscal
200166	Gestão do IGD – Índice de Gestão Descentralizada	106.559,00	Fiscal
200168	Gestão de Benefícios Eventuais	1.505.219,00	Fiscal

Código do Programa	0029		
Descrição do Programa	Gestão na Área de Desenvolvimento Social		
Objetivo: Desenvolver serviços voltados a necessidade da população que se encontra em situação de vulnerabilidade social previstos pela LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social), SUAS, Estatuto da Criança e adolescente e Estatuto do Idoso e demais regulamentos da Política de Assistência Social.			
Diretriz: Executar os serviços sócio assistenciais com foco na família de maneira descentralizada e participativa, visando prevenção, promoção e proteção social.			
Órgão: Fundo Municipal de Assistência Social			
Público Alvo: População do Município de Gaspar			
Anexo I Valores Monetários			
Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$	FINANCIAMENTO
100195	Garantir o funcionamento dos serviços de fortalecimento de vínculos (proteção Básica, média e alta complexidade)	51.000,00	Fiscal
100197	Garantir adequação do centro educativo para crianças e adolescentes, de acordo com a lei de acessibilidade Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2.000.	270.000,00	Fiscal

Código do Programa	0030			
Descrição do Programa	Gestão do Centro Educativo Maria Hendricks			
Objetivo: Resgatar a cidadania das crianças e adolescentes em situação de risco social e a demanda do programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI				
Diretriz: Desenvolver atividades de apoio ao processo pedagógico; realizar capacitação com curso de informática; favorecer a sociabilidade e autoestima através de atividades artísticas.				
Órgão: Fundo Municipal de Assistência Social				
Público Alvo: População do Município de Gaspar				
Anexo I Valores Monetários				
	Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$	FINANCIAMENTO
	200184	Garantir funcionamento, Manutenção e Equipamentos para o Centro Educativo	1.790.957,00	Fiscal
	100213	Adquirir Equipamentos	254.704,00	Fiscal
	200186	Garantir proteção social especial de média e alta complexidade	164.278,00	Fiscal
	200188	Desenvolver programas de segurança alimentar e nutricional	4.440,00	Fiscal
	100217	Construir Quadra Poliesportiva	2.001.000,00	Fiscal

Código do Programa	0007			
Descrição do Programa	Reserva de Contingência			
Objetivo:Atender os passivos contingentes e as situações de calamidade pública				
Diretriz:Destinar recursos orçamentários para reserva de contingência				
Órgão:Fundo Municipal de Assistência Social				
Público Alvo:Administração Direta e Cidadão Gasparense				
Anexo I Valores Monetários				
	Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$	FINANCIAMENTO
	999999	Reserva de Contingência	20.000,00	Fiscal

Código do Programa	0027			
Descrição do Programa	Gestão do Fundo de Atendimento da Criança e do Adolescente			
Objetivo: Facilitar a aplicação de recursos destinados ao desenvolvimento das Ações de atendimento à Criança e ao adolescente.				
Diretriz: Executar ações facilitadoras aos programas de proteção especial à Criança e ao Adolescente em situação de risco.				
Órgão: Fundo de Atendimento da Criança e do Adolescente				
Público Alvo: Crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social				
Anexo I Valores Monetários				
	Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$	FINANCIAMENTO
	100175	Criar e manter programas, projetos, serviços e ações com Entidades	1.984.900,00	Fiscal
	200156	Manutenção do Fundo de Atendimento da Criança e do Adolescente - FIA	1.535.600,00	Fiscal

Código do Programa		0007		
Descrição do Programa		Reserva de Contingência		
Objetivo:Atender os passivos contingentes e as situações de calamidade pública				
Diretriz:Destinar recursos orçamentários para reserva de contingência				
Órgão:Fundo Municipal da Infância e Adolescência				
Público Alvo:Administração Direta e Cidadão Gasparense				
Anexo I Valores Monetários				
	Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$	FINANCIAMENTO
	999999	Reserva de Contingência	40.000,00	Fiscal

Código do Programa	0028		
Descrição do Programa	Gestão da Fundação Municipal de Esportes de Gaspar		
Objetivo:Exercer perante a sociedade a responsabilidade de planejar, organizar e executar as ações que favoreçam o desenvolvimento do esporte e do lazer no Município de Gaspar			
Diretriz:Envolver a população da cidade de Gaspar, para elaboração de uma política pública de esportes, que contemple a toda comunidade esportiva.			
Órgão:Fundação Municipal de Esportes			
Público Alvo:População do Município de Gaspar			
Anexo I Valores Monetários			
Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$	FINANCIAMENTO
200158	Manutenção e Criação de Projetos de Rendimento	277.941,00	Fiscal
100181	Aquisição de Veículos	250.000,00	Fiscal
100185	Construção, Ampliação e reforma de espaços esportivos	2.270.000,00	Fiscal
200162	Manutenção do Esporte em Gaspar	4.991.526,78	Fiscal
100187	Aquisição de Equipamento e Material Permanente/Equipamento de Academia Popular	1.799.572,74	Fiscal

Código do Programa	0007		
Descrição do Programa	Reserva de Contingência		
Objetivo:Atender os passivos contingentes e as situações de calamidade pública			
Diretriz:Destinar recursos orçamentários para reserva de contingência			
Órgão:Fundação Municipal de Esportes			
Público Alvo:Administração Direta e Cidadão Gasparense			
Anexo I Valores Monetários			
Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$	FINANCIAMENTO
999999	Reserva de Contingência	20.000,00	Fiscal

Código do Programa	0004			
Descrição do Programa	Gestão do Gabinete e Políticas Públicas			
Objetivo: Atender as demandas da População do Município de Gaspar.				
Diretriz:Estruturar as equipes de trabalho para atender as demandas do Procon, GEMADS (Gerência do Meio Ambiente), Superintendência e Defesa Civil.				
Órgão: Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeita				
Público Alvo:População do Município de Gaspar				
Anexo I Valores Monetários				
	Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$	FINANCIAMENTO
	200018	Manutenção do Gabinete e Políticas Públicas (GEMADS e PROCON)	10.415.000,00	Fiscal
	200202	Manutenção da Defesa Civil	1.025.000,00	Fiscal
	100009	Aquisição de Equipamento e Material Permanente	40.000,00	Fiscal
	200092	Manutenção da Superintendência do Belchior	3.513.000,00	Fiscal VETADO

Código do Programa	0005												
Descrição do Programa	Manutenção da Diretoria de Comunicação												
Objetivo: Estabelecer um elo entre a instituição junto à comunidade promovendo esclarecimentos e apresentando as ações desenvolvidas pelo Município. A principal tarefa é produzir materiais informativos, gráficos e audiovisuais que promovam a informação de interesse social.													
Diretriz: O desenvolvimento de materiais e matérias informativos, bem como campanhas publicitárias serão custeados por meio de recursos próprios e oriundos das secretarias municipais de acordo com a necessidade da divulgação.													
Órgão: Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeita													
Público Alvo: População Gasparense e Secretarias do Município de Gaspar													
Anexo I Valores Monetários													
	<table><tr><th>Código da Ação</th><th>Descrição da Ação</th><th>Valor R\$</th><th>FINANCIAMENTO</th></tr><tr><td>200020</td><td>Manutenção da Comunicação</td><td>1.640.000,00</td><td>Fiscal</td></tr><tr><td>100011</td><td>Aquisição de Equipamentos e Material Permanente</td><td>20.000,00</td><td>Fiscal</td></tr></table>	Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$	FINANCIAMENTO	200020	Manutenção da Comunicação	1.640.000,00	Fiscal	100011	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente	20.000,00	Fiscal
Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$	FINANCIAMENTO										
200020	Manutenção da Comunicação	1.640.000,00	Fiscal										
100011	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente	20.000,00	Fiscal										

Código do Programa	0020		
Descrição do Programa	Gestão da Procuradoria do Município		
Objetivo: Realizar assessoria jurídica aos Órgãos do Poder Executivo Municipal			
Diretriz: Utilizar adequadamente a estrutura oferecida pela Municipalidade			
Órgão: Procuradoria Geral do Município			
Público Alvo: Administração Direta e Indireta do Município de Gaspar			
Anexo I Valores Monetários			
Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$	FINANCIAMENTO
200100	Manutenção da Procuradoria Geral	11.335.700,00	Fiscal
100127	Aquisição de Equipamento e Material Permanente	20.000,00	Fiscal
100129	Aquisição de Veículo	40.000,00	Fiscal

Código do Programa	0006		
Descrição do Programa	Gestão da Secretaria de Administração e Finanças		
Objetivo:Viabilizar a melhoria dos serviços oferecidos ao cidadão pela Administração Direta do Município.			
Diretriz:Aumento permanente de arrecadação, programas de capacitação dos servidores públicos e modernização da administração pública.			
Órgão:Secretaria de Administração e Finanças			
Público Alvo:Administração Direta e Cidadão Gasparense.			
Anexo I Valores Monetários			
Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$	FINANCIAMENTO
100013	Modernização Administrativa e Fiscal	4.000.000,00	Fiscal
200022	Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças	37.623.000,00	Fiscal
100045	Encargos Especiais	6.970.000,00	Fiscal
100015	Aquisição,Construção e Reforma da Sede	5.000.000,00	Fiscal
100017	Aquisição de Equipamento e Material Permanente	600.000,00	Fiscal VETADO

Código do Programa	0007		
Descrição do Programa	Reserva de Contingência		
Objetivo: Atender os Passivos Contingentes e as Situações de Calamidade Pública			
Diretriz: Destinar recursos orçamentários para reserva de contingência			
Órgão: Secretaria de Administração e Finanças			
Público Alvo: Administração Direta e Cidadão Gasparense			
Anexo I Valores Monetários			
Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$	FINANCIAMENTO
999999	Reserva de Contingência	460.000,00	Fiscal

Código do Programa	0016																
Descrição do Programa	Gestão do Corpo de Bombeiro Militar de Gaspar																
Objetivo:Salvar vidas, combater incêndios e atendimento pré-hospitalar																	
Diretriz:Parceria do Poder Executivo Municipal nas ações da corporação, dando suporte através dos recursos provenientes do convênio e estabelecer parcerias com entidades Públicas e Estaduais além das entidades civis organizadas																	
Órgão:Secretaria de Administração e Finanças																	
Público Alvo:Comunidade Gasparense																	
Anexo I Valores Monetários																	
	<table><tr><th>Código da Ação</th><th>Descrição da Ação</th><th>Valor R\$</th><th>FINANCIAMENTO</th></tr><tr><td>100071</td><td>Aquisição de Equipamento e Material Permanente</td><td>823.000,00</td><td>Fiscal</td></tr><tr><td>200080</td><td>Apoio à Segurança Pública</td><td>823.000,00</td><td>Fiscal</td></tr><tr><td>100073</td><td>Construção da Sede</td><td>119.000,00</td><td>Fiscal</td></tr></table>	Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$	FINANCIAMENTO	100071	Aquisição de Equipamento e Material Permanente	823.000,00	Fiscal	200080	Apoio à Segurança Pública	823.000,00	Fiscal	100073	Construção da Sede	119.000,00	Fiscal
Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$	FINANCIAMENTO														
100071	Aquisição de Equipamento e Material Permanente	823.000,00	Fiscal														
200080	Apoio à Segurança Pública	823.000,00	Fiscal														
100073	Construção da Sede	119.000,00	Fiscal														

Código do Programa	0008		
Descrição do Programa	Gestão da Área da Cultura		
Objetivo: Proporcionar aos Municípes Gasparenses acesso aos mais variados caminhos da cultura.			
Diretriz:Buscar parcerias em âmbito estadual, federal e com entidades privadas na realização dos eventos e construção de espaços para o desenvolvimento artístico-cultural de nossa cidade.			
Órgão:Secretaria de Educação			
Público Alvo:População do Município de Gaspar			
Anexo I Valores Monetários			
Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$	FINANCIAMENTO
200024	Eventos Culturais	660.000,00	Fiscal
200026	Manutenção do Centro Cultural,Museu,Biblioteca e Casa das Oficinas	742.420,00	Fiscal
100019	Reforma e Ampliação da Casa das Oficinas Culturais	240.000,00	Fiscal
100035	Construção da Sede Própria Biblioteca Municipal	2.000.000,00	Fiscal
200030	Biblioteca Itinerante	260.000,00	Fiscal
200032	Festival Escolar Regional de Dança	180.000,00	Fiscal

Código do Programa	0009		
Descrição do Programa	Gestão de Educação Infantil		
Objetivo: Atender com qualidade as crianças de 0 a 6 anos do Município de Gaspar.			
Diretriz: Envolvimento da sociedade nas ações da Educação Infantil e participações do governo Federal Estadual no financiamento de projetos.			
Órgão:Secretaria de Educação			
Público Alvo: Alunos da Educação Infantil			
Anexo I Valores Monetários			
Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$	FINANCIAMENTO
100021	Construção, Ampliação e Reforma de CDI e Salas Multifuncionais	7.004.000,00	Fiscal
200038	Manutenção da Educação Infantil	53.792.600,00	Fiscal
200040	Merenda Escolar	4.043.500,00	Fiscal
100099	Aquisição de Material Permanente	801.000,00	Fiscal
100027	Aquisição de Imóveis	400.000,00	Fiscal

Código do Programa	0010		
Descrição do Programa	Gestão de Educação de Ensino Fundamental		
Objetivo: Atender com qualidade as crianças e adolescentes de 6 a 14 anos da rede municipal de ensino.			
Diretriz: Envolver sociedade e pais nas ações da Educação do Ensino Fundamental e participação dos governos federal e estadual nos projetos.			
Órgão: Secretaria de Educação			
Público Alvo: Alunos do Ensino Fundamental			
Anexo I Valores Monetários			
Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$	FINANCIAMENTO
100029	Construção, Ampliação e Reforma da SEMED, Escolas, Quadras Esportivas e Laboratórios e Salas Multifuncionais	6.225.700,00	Fiscal
200042	Manutenção da Educação Fundamental	103.502.850,00	Fiscal
200044	Transporte Escolar	3.872.810,00	Fiscal
200046	Merenda Escolar	2.270.000,00	Fiscal
100177	Aquisição de Equipamento e Material Permanente	821.650,00	Fiscal
100255	Aquisição de Veículo	90.000,00	Fiscal
100031	Caminhos da Escola	200.000,00	Fiscal
100033	Projetos Pedagógicos	200.000,00	Fiscal

Código do Programa		0013		
Descrição do Programa		Gestão da Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio		
Objetivo: Identificar e desenvolver identidade turística econômica para a cidade, transformando a Secretaria em órgão propulsor do desenvolvimento econômico e turístico garantindo bem-estar da sociedade.				
Diretriz: Conscientização e envolvimento da sociedade civil organizada com a participação dos governos em todas esferas, bem como as parcerias público-privadas e ONGs.				
Órgão: Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio				
Público Alvo: População do Município de Gaspar				
Anexo I Valores Monetários				
	Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$	FINANCIAMENTO
	200054	Manutenção das Ações da Secretaria	3.485.950,00	Fiscal
	200056	Transferências às Entidades privadas sem fins lucrativos	276.040,00	Fiscal
	200058	Incentivo Econômico a Empresas	91.000,00	Fiscal
	200060	Incentivo à Economia Solidária/Cooperativas/Incubadoras	91.000,00	Fiscal
	200062	Participação em Feiras e Eventos	100.000,00	Fiscal
	100037	Construção de Centro de Eventos/Pórtico	4.245.000,00	Fiscal
	100041	Aquisição de Equipamento e Material Permanente	20.000,00	Fiscal
	200066	Manutenção Sábado na Praça	586.860,00	Fiscal

Código do Programa	0013			
Descrição do Programa	Gestão da Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio			
Objetivo:Identificar e desenvolver identidade turística econômica para a cidade, transformando a Secretaria em órgão propulsor do desenvolvimento econômico e turístico garantindo bem-estar da sociedade.				
Diretriz:Conscientização e envolvimento da sociedade civil organizada com a participação dos governos em todas esferas, bem como as parcerias público-privadas e ONGs.				
Órgão: Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio				
Público Alvo: População do Município de Gaspar				
Anexo I Valores Monetários				
	Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$	FINANCIAMENTO
	200182	Festival de Inverno	2.162.150,00	Fiscal
	200068	Gaspar Natal em Festa	726.100,00	Fiscal
	200070	Semana Aniversário do Município	176.400,00	Fiscal
	100043	Projeto Gaspar Cidade Rio	5.520.000,00	Fiscal

Código do Programa	0021		
Descrição do Programa	Apoio ao Desenvolvimento Agrícola e Pesqueiro		
Objetivo: Capacitar o setor agrícola e pesqueiro			
Diretriz: Aplicações dos recursos para a manutenção da agricultura e piscicultura do Município			
Órgão: Secretaria de Agricultura			
Público Alvo:Agricultores e Piscicultores do Município de Gaspar			
Anexo I Valores Monetários			
Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$	FINANCIAMENTO
100133	Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Material Permanente	789.708,40	Fiscal
100131	Aquisição de Veículos	200.000,00	Fiscal
200104	Manutenção das Atividades Agrícolas	9.194.782,00	Fiscal
100135	Construção de Pontilhões	120.000,00	Fiscal
100137	Construção /Aquisição Sede da Secretaria	800.000,00	Fiscal
200106	Seminários de Capacitação de Agricultores	180.000,00	Fiscal

Código do Programa		0014		
Descrição do Programa		Gestão da Secretaria de Transportes e Obras		
Objetivo:Fazer de Gaspar o município catarinense com a melhor qualidade de vida.				
Diretriz: Otimizar os recursos físicos e financeiros disponíveis e buscar a participação dos governos estadual e federal nas ações que visem atender as expectativas da população.				
Órgão:Secretaria de Transportes e Obras				
Público Alvo:População de Gaspar				
Anexo I Valores Monetários				
	Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$	FINANCIAMENTO
	200072	Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública	10.250.000,00	Fiscal
	200074	Manutenção da Secretaria de Transportes e Obras	47.208.538,67	Fiscal
	100049	Construção de Vias Públicas	2.000.000,00	Fiscal
	100253	Pavimentação de Ruas	7.300.000,00	Fiscal VETADO
	100051	Aquisição de Veículos	375.000,00	Fiscal
	100053	Aquisição de Equipamento, Material Permanente e Máquinas	4.065.000,00	Fiscal
	100055	Construção/Ampliação ou Reforma da Secretaria	95.000,00	Fiscal
	100057	Dragagem e Desassoreamento de Cursos de Água	346.000,00	Fiscal
	Pavimentação asfáltica da Rua Luís Franzoi, Bairro Margem Esquerda	1.000.000,00	Fiscal VETADO	
	Pavimentação asfáltica da Rua Pedro Simon, Bairro Margem Esquerda	1.500.000,00	Fiscal VETADO	

Código do Programa	0017		
Descrição do Programa	Gestão da Polícia Civil		
Objetivo:Fazer com que a cidade de Gaspar seja cada vez mais um ótimo lugar para viver, proporcionar a melhoria do atendimento e da prestação de serviço visando o aprimoramento dos serviços de segurança e trânsito para população Gasparense.			
Diretriz:Conscientização da população no exercício da cidadania para melhoria da segurança pública e do trânsito.			
Órgão:Secretaria de Transportes e Obras			
Público Alvo:População do Município de Gaspar			
Anexo I Valores Monetários			
Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$	FINANCIAMENTO
100075	Aquisição de Veículos	660.000,00	Fiscal
100077	Aquisição de Equipamento e Material Permanente	161.000,00	Fiscal
200082	Manutenção da Polícia Civil	2.024.000,00	Fiscal
100079	Construir e Equipar a Nova Sede	40.000,00	Fiscal

Código do Programa	0018		
Descrição do Programa	Gestão em Segurança Pública – Polícia Militar em Gaspar		
Objetivo: Fazer com que a Polícia Militar preste um serviço de excelência no Município de Gaspar, visando aumentar a qualidade de vida da comunidade gasparense.			
Diretriz: Parceria do Poder Executivo Municipal nas ações de Segurança Pública, dando suporte através dos recursos provenientes dos Convênios de Trânsito e de Radiopatrulha, para fins de investimento em melhorias das áreas físicas, aquisições de materiais e equipamentos, prestação de serviços, aperfeiçoamento técnico, visando o bem estar e a qualidade profissional no desempenho de suas ações.			
Órgão: Secretaria de Transportes e Obras e Administração e Finanças			
Público Alvo: Comunidade Gasparense			
Anexo I Valores Monetários			
Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$	FINANCIAMENTO
100081	Aquisição de Veículos e Motos Trânsito PM	800.000,00	Fiscal
100083	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente PM	190.000,00	Fiscal
200084	Manutenção da Polícia Militar Trânsito PM	1.745.000,00	Fiscal
100257	Projeto Obras e Reformas Trânsito PM	150.000,00	Fiscal
100087	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente Radiopatrulha	60.000,00	Fiscal
100089	Projeto Obras e Reformas Radiopatrulha	160.000,00	Fiscal
200198	Manutenção do Quartel e Serviço de Radiopatrulha	146.000,00	Fiscal

Código do Programa	0015		
Descrição do Programa	Gestão do Ditrán		
Objetivo:Humanizar o trânsito de Gaspar - SC			
Diretriz: Conscientização e envolvimento da sociedade nessas ações e participação dos governos Federal, Estadual no financiamento de ações como pavimentação de ruas, aquisição de equipamentos, etc.			
Órgão:Secretaria de Transportes e Obras			
Público Alvo:Todas as vias Públicas e escolas do Município			
Anexo I Valores Monetários			
Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$	FINANCIAMENTO
100059	Desapropriação/Aquisição de Imóvel	200.000,00	Fiscal
100061	Implantação de Ciclovias	100.000,00	Fiscal
200076	Asfaltamento de Áreas Públicas	100.000,00	Fiscal
200200	Manutenção de Sistema de Monitoramento Urbano	260.000,00	Fiscal
200078	Manutenção da DITRAN	11.729.200,00	Fiscal
100063	Aquisição de Veículos	349.000,00	Fiscal
100065	Aquisição de Equipamento e Material Permanente	224.000,00	Fiscal
100147	Manutenção da Área Azul	354.000,00	Fiscal
100067	Educação para o Trânsito	441.000,00	Fiscal
100069	Reforma e Ampliação da Sede	60.000,00	Fiscal

Código do Programa	0019			
Descrição do Programa	Construção, Manutenção e Melhoria na Infraestrutura do Município por meio da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento			
Objetivo: Propiciar um crescimento ordenado e planejado ao município, bem como garantir o bem estar de nossa comunidade.				
Diretriz: Proporcionar melhorias na infraestrutura do município e qualidade de vida da população				
Órgão: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento				
Público Alvo: População do Município de Gaspar				
Anexo I Valores Monetários				
	Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$	FINANCIAMENTO
	200088	Manutenção das Ações da Secretaria	11.589.500,00	Fiscal
	100091	Aquisição de Veículos	150.000,00	Fiscal
	100095	Qualificação e Pavimentação de Vias e Corredores	53.081.551,27	Fiscal VETADO
	100221	Urbanização de Assentamento precário Jardim Primavera	4.300.000,00	Fiscal
	100249	Construção de Pontos de ônibus	1.100.000,00	Fiscal
	100251	Construção de Viaduto e seus acessos para Melhoria de Vias	2.507.850,00	Fiscal
	100259	Estabilização de Talude Morro do Samae	1.500.000,00	Fiscal
	100261	Execução de Trabalhos Socioambiental	550.000,00	Fiscal

Código do Programa	0019			
Descrição do Programa	Construção, Manutenção e Melhoria na Infraestrutura do Município por meio da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento			
Objetivo: Propiciar um crescimento ordenado e planejado ao município, bem como garantir o bem estar de nossa comunidade.				
Diretriz: Proporcionar melhorias na infraestrutura do município e qualidade de vida da população				
Órgão: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento				
Público Alvo: População do Município de Gaspar				
Anexo I Valores Monetários				
	Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$	FINANCIAMENTO
	100263	Infraestrutura de Loteamentos	2.000.000,00	Fiscal
	100267	Serviços de Contenção de Encostas	4.000.000,00	Fiscal
	100269	Instalação de Sistema de Esgoto Sanitário	42.000.000,00	Fiscal
	100271	Melhorias do Sistema de Abastecimento de Água	8.300.000,00	Fiscal
	100097	Construção, reforma e ampliação de terminais rodoviários urbanos	1.800.000,00	Fiscal
	200090	Conservação e manutenção do sistema de transporte coletivo	1.688.600,00	Fiscal
	100101	Construção do Centro de Convivência	75.000,00	Fiscal
	100107	Implantação de ciclovias, bicicletários, pistas de caminhada e calçadas	3.968.602,00	Fiscal

Código do Programa	0019			
Descrição do Programa	Construção, Manutenção e Melhoria na Infraestrutura do Município por meio da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento			
Objetivo: Propiciar um crescimento ordenado e planejado ao município, bem como garantir o bem estar de nossa comunidade.				
Diretriz: Proporcionar melhorias na infraestrutura do município e qualidade de vida da população				
Órgão:Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento				
Público Alvo:População do Município de Gaspar				
Anexo I Valores Monetários				
	Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$	FINANCIAMENTO
	100109	Implantação de sistemas de drenagem pluvial e escoamentos de águas superficiais	0,00	Fiscal VETADO
	100111	Programa de regularização de assentamentos informais e cadastro imobiliário	100.000,00	Fiscal
	100113	Implantação de Equipamentos urbanos e melhorias em vias existentes	1.350.000,00	Fiscal
	100115	Contratação de projetos técnicos	940.000,00	Fiscal
	200096	Revisão e complementação do plano diretor e geoprocessamento	250.000,00	Fiscal
	100117	Aquisição de terrenos e desapropriações	3.700.000,00	Fiscal
	200098	Educação Ambiental, paisagismo e arborização, urbanização de espaços públicos e proteção de encostas e áreas verdes	1.300.000,00	Fiscal

Código do Programa	0019			
Descrição do Programa	Construção, Manutenção e Melhoria na Infraestrutura do Município por meio da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento			
Objetivo: Propiciar um crescimento ordenado e planejado ao município, bem como garantir o bem estar de nossa comunidade.				
Diretriz: Proporcionar melhorias na infraestrutura do município e qualidade de vida da população				
Órgão:Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento				
Público Alvo:População do Município de Gaspar				
Anexo I Valores Monetários				
	Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$	FINANCIAMENTO
	100119	Aquisição de equipamentos de informática, software, móveis e materiais permanentes	110.000,00	Fiscal
	100121	Anel Viário e via Interbairros	2.000.000,00	Fiscal
	100123	Reforma da Ponte Hercílio Deeke	50.000,00	Fiscal
	100125	Vigilância Eletrônica, Segurança Pública e Espaços Públicos	200.000,00	Fiscal
		Pavimentação da Rua Olga Bonh no Bairro Figueira	1.600.000,00	Fiscal VETADO
		Implantação de sistema de drenagem pluvial e escoamento de águas superficiais do Bairro Margem Esquerda	7.000.000,00	Fiscal VETADO
		Implantação de sistema de drenagem pluvial e escoamento de águas superficiais do Bairro Sete de Setembro	7.000.000,00	Fiscal VETADO

Código do Programa		0023		
Descrição do Programa		Construção de Unidades Habitacionais		
Objetivo: Propiciar condições de moradias às famílias atingidas na catástrofe ocorrida em novembro de 2008 e as cadastradas no sistema de habitação deste Município				
Diretriz: Construir 1000 unidades habitacionais				
Órgão: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento				
Público Alvo: População do Município de Gaspar				
Anexo I Valores Monetários				
	Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$	FINANCIAMENTO
	100103	Construção de Unidades Habitacionais e locação social	650.000,00	Fiscal

Código do Programa		0024		
Descrição do Programa		Construção de Nova Ponte sobre o Rio Itajaí-Açu		
Objetivo:Propiciar um melhor ordenamento no trânsito local, bem como facilitar o deslocamento de pessoas e veículos de uma margem para outra				
Diretriz: Construir Nova Ponte sobre o Rio Itajaí-Açu				
Órgão:Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento				
Público Alvo:População do Município de Gaspar e Região				
Anexo I Valores Monetários				
	Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$	FINANCIAMENTO
	100093	Obras de Infraestrutura do anel viário com Construção de Nova Ponte sobre o Rio Itajaí-Açu	7.300.000,00	Fiscal

Extrato do Aditivo N° 1 do Contrato N° SAF-29/2013
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO ADITIVO N° 1 DO CONTRATO N° SAF-29/2013
Tomada de preços n°.: 44/2013. OBJETO: ampliação e reforma do CDI Vovó Leonida. CONTRATADA: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA EPP (08.628.996/0001-96). VALOR TOTAL ACRESCIDO: R\$ 58.085,07 (cinquenta e oito mil, oitenta e cinco reais e sete centavos).

Gaspar/SC, 20 de Novembro de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Extrato do Aditivo N° 1 do Contrato N° SAF-55/2013
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO ADITIVO N° 1 DO CONTRATO N° SAF-55/2013
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/12/2013. VENCTO.: 09/07/2014. Pregão n°.: 103/2013. OBJETO: Aditivo de reajuste no valor mensal para a prestação de serviços de Data Center na modalidade de hosting. CONTRATADA: LINHA LIVRE INTERNET LTDA - EPP (04.324.565/0001-85). VALOR MENSAL: R\$ 1.861,00.

Gaspar/SC, 29 de Novembro de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Extrato do Aditivo N° 1 do Contrato N° SAF-85/2012
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO ADITIVO N° 1 DO CONTRATO N° SAF-85/2012
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/01/2014. VENCTO.: 01/05/2014. Tomada de preços n°.: 154/2012. OBJETO: contratação de serviços técnicos para elaboração de estudo de concepção do sistema de esgotamento sanitário do município e Projeto Técnico do sistema de esgotamento sanitário do Centro e bairros Sete de Setembro e Santa Terezinha.. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gaspar (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: HABITARK ENGENHARIA LTDA (05.269.823/0001-30). Sem acréscimo de Valor.

Gaspar/SC, 22 de novembro de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Extrato do Aditivo N° 2 do Contrato N° SAF-28/2013
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO ADITIVO N° 2 DO CONTRATO N° SAF-28/2013
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 30/11/2013. VENCTO.: 31/03/2014. Concorrência n°.: 63/2012. OBJETO: prorrogação de execução da implantação da praça do esporte e da cultura. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gaspar (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: SOBERANA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA (01.408.643/0001-31). Sem acréscimo de valor.

Gaspar/SC, 28 de novembro de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Extrato do Aditivo N° 3 do Contrato N° SAF-41/2012
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO ADITIVO N° 3 DO CONTRATO N° SAF-41/2012
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 14/11/2013. VENCTO.: 12/02/2014. Concorrência n°.: 48/2012. OBJETO: prorrogação da construção do centro de convivência da terceira idade. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gaspar (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: BELGA EMPREITEIRA LTDA - EPP (81.537.672/0001-32).

Gaspar/SC, 14 de novembro de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Extrato do Aditivo N° 4 do Contrato N° SAF-59/2011
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO ADITIVO N° 4 DO CONTRATO N° SAF-59/2011
Início da vigência: 17/12/2013. Vencto.: 15/02/2014. Concorrência n°.: 81/2011. Órgão contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: prorrogação do prazo de conclusão da obra e vigência contratual da recuperação da Ponte Hercílio Deeke. Contratado: ARCOS ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA. (06.210.194/0001-36). Sem acréscimo de valor.

Gaspar/SC, 20 de novembro de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Extrato do Aditivo N° Sexto do Contrato N° SAF-96/2009
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO ADITIVO N° SEXTO DO CONTRATO N° SAF-96/2009
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 05/11/2013. VENCTO.: 31/12/2013. Pregão n°.: 70/2009. OBJETO: aquisição de circuito fechado de tv e prestação de serviços de monitoramento eletrônico para segurança predial - Endereço Secretaria de Educação para CDI Dorvalino Fachini - Sete de Setembro. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gaspar (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: CASVIG CATA-RINENSE DE SEGURANCA E VIGILÂNCIA LTDA (83.719.963/0001-77).

Gaspar/SC, 5 de Novembro de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Extrato do Contrato N° SAF-108/2013
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO N° SAF-108/2013
Início da vigência: 01/11/2013 Vencimento: 30/04/2014. Pregão n°.: 208/2013. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: Aquisição, instalação e desinstalação de decoração natalina. Contratado: LUZ & FORMA COMÉRCIO E DECORAÇÕES LTDA - ME (02.742.361/0002-10). Valor total: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Gaspar/SC, 1 de Novembro de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Extrato do Contrato N° SAF-109/2013
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO N° SAF-109/2013
Início da vigência: 06/11/2013 Vencimento: 06/11/2014. Pregão n°.: 211/2013. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: Contratação de empresa para confecção e fornecimento de carnês de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), de Taxas de Licença de Localização e Funcionamento (TLLF), e formulários de Nota Fiscal de Produtor Rural.. Contratado: LINKS & PRINT SOLUCOES EM IMPRESSOES LTDA - ME (09.648.095/0001-29). Valor total: R\$ 3.600,00 (três mil, seiscentos reais).

Gaspar/SC, 6 de Novembro de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Extrato do Contrato N° SAF-110/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO N° SAF-110/2013

Início da vigência: 06/11/2013 Vencimento: 06/11/2014. Pregão nº.: 211/2013. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: Contratação de empresa para confecção e fornecimento de carnês de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), de Taxas de Licença de Localização e Funcionamento (TLLF), e formulários de Nota Fiscal de Produtor Rural.. Contratado: GRAFICA E EDITORA KAYGANGUE LTDA (75.624.932/0001-04). Valor total: R\$ 1.310,00 (um mil, trezentos e dez reais).

Gaspar/SC, 6 de Novembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Extrato do Contrato N° SAF-111/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO N° SAF-111/2013

Início da vigência: 11/11/2013 Vencimento: 09/02/2014. Pregão nº.: 221/2013. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: Aquisição de balas mastigáveis. Contratado: DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA ME (80.413.479/0001-27). Valor total: R\$ 5.580,00 (cinco mil, quinhentos e oitenta reais).

Gaspar/SC, 11 de Novembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Extrato do Contrato N° SAF-112/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO N° SAF-112/2013

Início da vigência: 11/11/2013 Vencimento: 09/02/2014. Pregão nº.: 222/2013. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: Aquisição de vasos ornamentais para decoração natalina. Contratado: AGROPLANTAS MONDINI LTDA - ME (83.122.119/0001-64). Valor total: R\$ 4.455,00 (quatro mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais).

Gaspar/SC, 11 de Novembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Extrato do Contrato N° SAF-113/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO N° saf-113/2013

Início da vigência: 13/11/2013 Vencimento: 13/11/2014. Dispensa nº.: 235/2013. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: locação de imóvel situado no bairro Bela Vista, na Rua Bahia, 39, para a concessão de aluguel social aos moradores do Jardim Primavera (família de Francesca Wanglon Bispo e Luiz Alberto dos Anjos). Contratado: DOROTI VARGAS (440.229.649-87). Valor total: R\$ 6.600,00 (seis mil, seiscentos reais).

Gaspar/SC, 13 de Novembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Extrato do Contrato N° SAF-114/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO N° SAF-114/2013

Início da vigência: 14/11/2013 Vencimento: 14/11/2014. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: Aquisição de geladeiras verticais domésticas (duas portas, refrigerador verticar), por adesão a Ata de Registro de Preço nº 46/2012/FNDE. Contratado: ELECTROLUX DO BRASIL S/A (76.487.032/0001-25). Valor total: R\$ 8.048,28 (oito mil, quarenta e oito reais e vinte e oito centavos).

Gaspar/SC, 13 de Novembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Extrato do Contrato N° SAF-115/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO N° SAF-115/2013

Início da vigência: 14/11/2013 Vencimento: 31/12/2013. Pregão nº.: 229/2013. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: Contratação de empresa para a identificação do prédio da nova sede do quartel do corpo de bombeiros - repetição.. Contratado: CCA CENTRO COMERCIAL AVO-SANI LTDA. - ME (82.113.853/0001-02). Valor total: R\$ 7.915,00 (sete mil, novecentos e quinze reais).

Gaspar/SC, 14 de Novembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Extrato do Contrato N° SAF-116/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO N° SAF-116/2013

Início da vigência: 14/11/2013 Vencimento: 14/11/2014. Dispensa nº.: 238/2013. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: locação de imóvel situado no bairro Bela Vista, na Rua Clara Schmidt, 554, fundos, para a concessão de aluguel social aos moradores do Jardim Primavera (família de Adelira Alves Rodrigues). Contratado: ERNESTO DOS SANTOS (415.411.549-91). Valor total: R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Gaspar/SC, 14 de Novembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Extrato do Contrato N° SAF-117/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO N° SAF-117/2013

Início da vigência: 14/11/2013 Vencimento: 31/12/2013. Pregão nº.: 160/2013. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: Aquisição de material de combate a incêndios, resgate e salvamento. Contratado: BERGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA (00.328.116/0001-54). Valor total: R\$ 605,63 (seiscentos e cinco reais e sessenta e três centavos).

Gaspar/SC, 14 de Novembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Extrato do Contrato N° SAF-118/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO N° SAF-118/2013

Início da vigência: 14/11/2013 Vencimento: 31/12/2013. Pregão nº.: 160/2013. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: Aquisição de material de combate a incêndios, resgate e salvamento. Contratado: LAKELAND BRASIL S.A. (04.011.170/0001-22). Valor total: R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais).

Gaspar/SC, 14 de Novembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Extrato do Contrato N° SAF-119/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO N° SAF-119/2013

Início da vigência: 14/11/2013 Vencimento: 31/12/2013. Pregão nº.: 160/2013. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: Aquisição de material de combate a incêndios, resgate e salvamento. Contratado: SERMEDICALL ARP EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA EPP (93.726.446/0001-89). Valor total: R\$ 10.566,60 (dez mil, quinhentos e sessenta e seis reais e sessenta centavos).

Gaspar/SC, 14 de Novembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Extrato do Contrato N° SAF-120/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO N° SAF-120/2013

Início da vigência: 14/11/2013 Vencimento: 31/12/2013. Pregão nº.: 160/2013. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: Aquisição de material de combate a incêndios, resgate e salvamento. Contratado: SEGLINE DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA (06.016.341/0001-31). Valor total: R\$ 22.038,00 (vinte e dois mil, trinta e oito reais).

Gaspar/SC, 14 de Novembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Extrato do Contrato N° SAF-121/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO N° SAF-121/2013

Início da vigência: 14/11/2013 Vencimento: 31/12/2013. Pregão nº.: 160/2013. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: Aquisição de material de combate a incêndios, resgate e salvamento. Contratado: SOSSUL RESGATE COMÉRCIO E SERVIÇOS DE SEGURANÇA E SINALIZAÇÃO LTDA (03.928.511/0001-66). Valor total: R\$ 50.711,00 (cinquenta mil, setecentos e onze reais).

Gaspar/SC, 14 de Novembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Extrato do Contrato N° SAF-122/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO N° SAF-122/2013

Início da vigência: 29/11/2013 Vencimento: 28/01/2014. Pregão nº.: 233/2013. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: Aquisição de material de combate a incêndios, resgate e salvamento - repetição. Contratado: SEGLINE DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA (06.016.341/0001-31). Valor total: R\$ 870,00 (oitocentos e setenta reais).

Gaspar/SC, 29 de Novembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Extrato do Contrato N° SAF-123/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO N° SAF-123/2013

Início da vigência: 29/11/2013 Vencimento: 28/01/2014. Pregão nº.: 233/2013. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: Aquisição de material de combate a incêndios, resgate e salvamento - repetição. Contratado: DMAV SUPORTE MEDICO LTDA - EPP (02.154.924/0001-78). Valor total: R\$ 13.550,00 (treze mil, quinhentos e cinquenta reais).

Gaspar/SC, 29 de Novembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Republicado por Incorreção

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

ORIGINAL PUBLICADO EM 02/12/2013

EXTRATO DO TERMO DE AJUSTE N° 01/2013 - SDS/CMAS CONVENIENTES - O Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Fundo Municipal de Assistência Social e a Conferência Vicentina de Gaspar.

OBJETO - O presente instrumento tem por objeto o repasse financeiro no valor de 32.952,00 (trinta e dois mil novecentos e cinquenta e dois reais), a título de Subvenção Social, para o desenvolvimento do Projeto "Aplicação do Pronatec", conforme plano de trabalho aprovado pela lei municipal nº.3.542/2013.

DESPESA - o pagamento ocorrerá pela seguinte dotação orçamentária:

Programa: 0029 - Gestão na área de Desenvolvimento Social

Atividade: 2.200180 - Convênios com entidades

Elemento da Despesa: 3.3.3.50.43.02.00.00.00 - Transferência a instituição Privada sem fins lucrativos

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA - a partir da publicação no DOM/SC até 31 de Dezembro de 2013.

DATA E ASSINATURAS - Gaspar, 25 de Novembro de 2013 - Maristela Cizeski, pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, e Francisco Agostinho Wandalen, pela Conferência Vicentina de Gaspar.

Grão Pará

PREFEITURA

Lei Municipal N° 1.936/2013

LEI MUNICIPAL N° 1.936/2013

(De 03 de dezembro de 2013)

"AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ E ALTERA ANEXOS DAS LEIS N. 1.609, DE 27 DE AGOSTO DE 2009, (PPA), E N. 1.882, DE 23 DE OUTUBRO DE 2012, (LDO), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam modificadas, no Demonstrativo de Compatibilização da Programação dos Orçamentos com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com o Plano Plurianual, da Lei Municipal N. 1.898, De 18 De Dezembro De 2012, que estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Grão-Pará, seus Órgãos e Entidades, para o Exercício de 2013, as ações valoradas e especificadas abaixo.

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Grão-Pará até os valores abaixo relacionados:

14.00 -	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS		
14.01 -	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS		
2.025 -	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE		
3.1.71.00.00.00.00.00.0064 -	Transferências a Consórcios Públicos	R\$	100,00
3.1.90.00.00.00.00.00.0064 -	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00.0064 -	Transferências a Instituições Privadas sem Fins	R\$	35.000,00
3.3.71.00.00.00.00.00.0064 -	Transferências a Consórcios Públicos	R\$	8.400,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0064 -	Aplicações Diretas	R\$	94.900,00
4.4.71.00.00.00.00.00.0064 -	Transferências a Consórcios Públicos	R\$	100,00

Art. 3º. Para cobertura da abertura do crédito adicional suplementar definido no artigo segundo desta Lei, ficam utilizados os seguintes recursos:

14.00 -	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS		
14.01 -	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS		
2.039 -	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL		
3.1.90.00.00.00.00.00.00064 -	Aplicações Diretas	R\$	25.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.00064 -	Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
2.040 -	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE FAMÍLIA - PSF		
3.1.90.00.00.00.00.00.00064 -	Aplicações Diretas	R\$	50.000,00

	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA VIGILÂNCIA SANITÁRIA		
2.042 -			
3.1.90.00.00.00.00.00.00064 -	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00064 -	Aplicações Diretas	R\$	53.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00.00064 -	Aplicações Diretas	R\$	5.000,00

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Grão-Pará / SC, 03 de dezembro de 2013.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 03 de dezembro de 2013.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal da Administração e Fazenda

Herval d'Oeste

PREFEITURA

Decreto N° 3.223/2013.

DECRETO N° 3.223/2013.

HOMOLOGA CLASSIFICAÇÃO FINAL DO CONCURSO DE REMOÇÃO REGULAMENTADO PELO EDITAL N° 007/2/2013/SMECE.

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d'Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Edital n°. 007/2/2013/SMECE.

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a classificação final do concurso de remoção regulamentado pelo Edital n°. 007/2/2013/SMECE, conforme relação constante do Anexo Único do presente Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 05 de dezembro de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito

ANEXO ÚNICO – DECRETO N° 3.223/2013.

CLASSIFICAÇÃO FINAL DO CONCURSO DE REMOÇÃO – EDITAL 007/2/2013/SMECE

Cargo: Professor de Educação Infantil

Nº de Protocolo	Nome do servidor	Turno	Carga Horária	Opções			Remoção – Unidade Escolar	Critério de desempate
				1ª	2ª	3ª		
01	Jaque-line Bressan da Silva	Vespertino	20	CME Pequeno Príncipe	-	-	CME Pequeno Príncipe	-

Ibiam**PREFEITURA****Decreto N° 2549/2013**

DECRETO N° 2549, DE 30 DE OUTUBRO DE 2013

"APROVA RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IBIAM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito do Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições contidas no Artigo 88, Incisos VII - XIII da Lei Orgânica;

Considerando os termos da Resolução 009/CMAS/2013 do Conselho Municipal da Assistência Social.

DECRETA:

Art. 1.º Fica aprovada a Resolução N° 009/CMAS/2013 do Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 2.º Integram este Decreto, independente de transcrição, a Minuta da Resolução mencionada no Artigo 1º, e Cópia do Plano Municipal de Assistência Social 2013/2017.

Art. 3.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 30 DE OUTUBRO DE 2013.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Administração e da Fazenda

Decreto N° 2557/2013

DECRETO N° 2557, 05 DE NOVEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM.

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 512/2012.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 54.774,20 (Cinquenta e quatro mil, setecentos e setenta e quatro reais e vinte centavos) com a seguinte classificação orçamentária:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 0206 SECR.MUN. DE EDUCAÇÃO

Função: 12 EDUCAÇÃO

Sub-Função: 361 ENSINO FUNDAMENTAL

Programa: 1201 ENSINO PARA TODOS

Projeto/Atividade: 2027 MANUT. DAS ATIVID. DO ENSINO FUNDAMENTAL

Modalidade de Aplicação: 31900000 Aplicações Diretas

Fonte: 0118- Transf. FUNDEB (Aplic.Rem.Prof. Magistério)

Valor: R\$ 47.464,20

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 0207 SECR.MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Função: 08 ASSISTÊNCIA SOCIAL

Sub-Função: 244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA

Programa: 0801 ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL

Projeto/Atividade: 2008 MANUT. DA SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL

Modalidade de Aplicação: 33900000 Aplicações Diretas

Fonte: 0100- RECURSOS ORDINÁRIOS

Valor: R\$ 7.310,00

Art. 2º Para suporte do crédito de que trata o artigo anterior fica anulada a importância de R\$

54.774,20 (Cinquenta e quatro mil, setecentos e setenta e quatro reais e vinte centavos) na seguinte rubrica orçamentária:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 0206 SECR.MUN. DE EDUCAÇÃO

Função: 12 EDUCAÇÃO

Sub-Função: 361 ENSINO FUNDAMENTAL

Programa: 1201 ENSINO PARA TODOS

Projeto/Atividade: 2027 MANUT. DAS ATIVID. DO ENSINO FUNDAMENTAL

Modalidade de Aplicação: 31900000 Aplicações Diretas

Fonte: 0119- Transf. FUNDEB(Aplic. outras despesas Educ.Básica)

Valor: R\$ 47.464,20

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 0207 SECR.MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Função: 08 ASSISTÊNCIA SOCIAL

Sub-Função: 244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA

Programa: 0801 ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL

Projeto/Atividade: 2008 MANUT. DA SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL

Modalidade de Aplicação: 31900000 Aplicações Diretas

Fonte: 0100- RECURSOS ORDINÁRIOS

Valor: R\$ 7.310,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, EM 05 DE NOVEMBRO DE 2013.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria aos cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze.

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

SECRETÁRIO DE ADM. E FAZENDA

Decreto N° 2565/2013

DECRETO N°. 2.565 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2013

"ANULA O EDITAL N° 005, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2013 - PROCESSO SELETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo especialmente aquelas contidas no inciso VII do artigo 88, da Lei Orgânica do Município e Súmula nº 473 do STF,

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulado o Edital nº 005, de 20 de novembro de 2013, que "abre inscrições e baixa normas para admissão de pessoal em caráter temporário - cadastro de reserva, sob regime administrativo especial, no âmbito do magistério público municipal, e dá outras providências".

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 29 DE NOVEMBRO DE 2013.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Secretario de Administração e da Fazenda

Portaria N° 319/2013

PORTARIA N° 319, 11 DE NOVEMBRO DE 2013
"CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA DO SERVIDOR ANTONIO RECALCATTI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, considerando o artigo 93, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008, bem como Requerimento da Servidora, protocolado em 06 de novembro de 2013, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor ANTONIO RECALCATTI, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas Agrícolas - Nível 2 - Referência C, Licença por motivo de doença em pessoa da família, sem prejuízo de sua remuneração.

Parágrafo único. A licença de que trata este artigo é para atender Domingos Recalcatti - irmão, de conformidade com o atestado médico da Dr. Carlos Eduardo Waltrick - CRM/SC 3622.

Art. 2º. O período de afastamento é de 08 (oito) dias, conforme atestado médico, no período compreendido de 29.10.2013 a 05.11.2013.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 29 de outubro de 2013.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 11 DE NOVEMBRO DE 2013.

CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria N° 320/2013

PORTARIA N° 320, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2013
"CONCEDE AFASTAMENTO TEMPORÁRIO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos VII e IX, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com a alínea b, do inciso III, do Art. 100, da Lei Municipal nº 255, de 07 de Janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de Agosto de 2008, RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedido afastamento temporário (Luto), ao servidor efetivo ANTONIO RECALCATTI - Operador de Máquinas Agrícolas - Nível 2 - Referência C, pelo período de 22 a 29 de novembro de 2013, em razão do falecimento de seu irmão Domingos Recalcatti, conforme certidão de óbito em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 22 de novembro de 2013.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 25 DE NOVEMBRO DE 2013.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria N° 321/2013

PORTARIA N° 321, 29 DE NOVEMBRO DE 2013
"CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA DA SERVIDORA ELAINE MARIZA PIOVESAN ZANIN CORDEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, considerando o artigo 93, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008, bem como Requerimento da Servidora, protocolado em 29 de novembro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora ELAINE MARIZA PIOVESAN ZANIN CORDEIRO, ocupante do cargo efetivo de Professor II - Nível 5 - Referência C, Licença por motivo de doença em pessoa da família, sem prejuízo de sua remuneração.

Parágrafo único. A licença de que trata este artigo é para atender Dalva Piovesan - mãe, de conformidade com o laudo médico da Dr. Sergio Luiz Fadel - CRM/SC 7281.

Art. 2º. O período de afastamento é de 30 (trinta) dias, conforme atestado médico, no período compreendido de 26.11.2013 a 25.12.2013.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 26 de novembro de 2013.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 29 DE NOVEMBRO DE 2013.

CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

Imbituba

PREFEITURA

Portaria PMI/DGP N° 694/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 694, de 04 de dezembro de 2013.
Dispõe sobre a nomeação de Coordenadora do Programa ACALENTO, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do

Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear CRISTINA PULUCENO DE OLIVEIRA, brasileira, Assistente Social, inscrita no CPF sob o n.º 020.818.189-06, para exercer o cargo de Coordenadora do Programa ACALENTO junto a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º A nomeada perceberá gratificação de 50% (cinquenta por cento) de seu salário base, nos termos do Art. 37, § 2º, II da LC nº 4.161/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 02 de dezembro de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 04 de dezembro de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Publicação de Extrato de Cancela de Pregão Presencial Nº 28/2013 (Saúde)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO 39/2013 - PREGÃO 28/2013

COMUNICADO:

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por intermédio do Pregoeiro Oficial, COMUNICA a todos os interessados que fica CANCELADO o processo à epígrafe por solicitação da Secretária Municipal de Saúde para readequação aos serviços solicitados no termo de referência.

Imbituba, 06 de dezembro de 2013.

DILSON PETRASSEM JUNIOR

Pregoeiro Oficial

Instrução Normativa SEAGP Nº 001.2013

Instrução Normativa SEAGP/PMI nº. 001/2013, 11 de novembro de 2013

Estabelece critérios para concessão de férias das secretárias municipais, procuradoria geral do município e controladoria geral do município.

A Controladoria Geral do Município de Imbituba, no uso de suas atribuições constitucionais previstas no art. 59 da Constituição do Estado, e considerando a competência que lhe foi atribuída pelos arts. 3º e 4º da Lei Complementar (estadual) n. 202, de 13 de junho de 2012, e 306 da Resolução n. TC-06/2001;

CONSIDERANDO o Decreto PMI 102/2011 na qual Delega competência aos titulares dos cargos de Secretários, Procurador Geral e Controlador Geral, para o acompanhamento e concessão, em tempo hábil, em relação aos procedimentos de férias e licenças, dos servidores vinculados às suas respectivas pastas;

CONSIDERANDO que a concessão das férias dentro dos prazos estabelecidos na CLT visam atender ao bem estar dos servidores públicos;

RESOLVE:

CAPITULO I

DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º Normatizar os procedimentos para execução das rotinas automatizadas de programação, concessão e pagamento de férias regulamentares.

Parágrafo único. Esta Instrução se aplica a todas as unidades administrativas da Administração Direta do Município.

Art. 2º As férias são concedidas após cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho (cumprimento do período aquisitivo), devendo ser observadas as faltas ocorridas durante o período de aquisição, conforme disposto no artigo 130 da CLT:

I - 30 (trinta) dias corridos, quando não houver faltado ao serviço mais de 5 (cinco) vezes;

II - 24 (vinte e quatro) dias corridos, quando houver tido de 6 (seis) a 14 (quatorze) faltas;

III - 18 (dezoito) dias corridos, quando houver tido de 15 (quinze) a 23 (vinte e três) faltas;

IV - 12 (doze) dias corridos, quando houver tido de 24 (vinte e quatro) a 32 (trinta e duas) faltas.

Art. 3º Não terá direito a férias o servidor que, durante o período aquisitivo, permanecer por mais de 6 meses de licença médica, mesmo que descontinua ou permanecer em gozo de licença, com percepção de salários, por mais de 30 dias, iniciando-se a contagem de novo período aquisitivo quando do retorno ao serviço, conforme art. 133 da CLT.

Art. 4º O servidor afastado sem ônus terá interrompido seu período aquisitivo para efeito de férias, que será reiniciado a partir da data de retorno ao serviço.

Art. 5º A Programação de Férias do servidor público, constante na "Escala Anual de Férias", poderá ser alterada ou excluída, em virtude de faltas, afastamentos ou licenças ocorridas no período aquisitivo.

Art. 6º Aos maiores de 50 (cinquenta) anos de idade, as férias serão concedidas de uma só vez, conforme artigo 134 da CLT.

CAPITULO II

DA COMPETÊNCIA

Art. 7º Compete à Secretaria Municipal de Administração Gestão Pública coordenar e executar as atividades de registro e pagamento de pessoal e zelar pela obediência à legislação pertinente.

Art. 8º Compete à Diretoria de Gestão de Pessoas:

I - Orientar, coordenar e controlar os fluxos e a execução das rotinas de pessoal da Gerência e dos demais órgãos regionais de pessoal no âmbito da Administração Direta;

II - Orientar, coordenar, acompanhar e controlar a execução de atividades concernentes à concessão de direitos, vantagens e benefícios aos servidores;

III - Elaborar e divulgar anualmente cronograma para a confecção da "Escala Anual de Férias";

IV - Efetuar os lançamentos dos períodos de férias no sistema informatizado;

V - Analisar e autorizar os requerimentos de alteração dos períodos de férias, observando as orientações contidas nesta Instrução.

Art. 9. Compete às Secretarias, Procuradoria Geral e Controladoria Geral:

I - Informar em relatórios próprios a programação de férias dos

servidores da unidade;

II - Acompanhar e controlar o cumprimento da "Escala Anual de Férias".

CAPITULO III

DA PROGRAMAÇÃO E CONCESSÃO DE FÉRIAS

Art. 10. Os titulares dos cargos de Secretários, Procurador Geral e Controlador Geral deverão anualmente até o dia 10 (dez) do mês de janeiro entregar a Diretoria de Gestão de Pessoas o calendário anual de férias dos servidores lotados sob sua responsabilidade.

§1º Em caráter excepcional, os titulares poderão mudar o calendário com prazo máximo de 30 dias de antecedência para que a Diretoria de Gestão de Pessoas possa tomar as providências necessárias em tempo hábil.

§2º Em nenhuma hipótese, sob qualquer pretexto, o servidor poderá deixar de gozar integralmente suas férias anuais, dentro do período concessivo correspondente.

§3º. Em caráter excepcional, e por necessidade de serviço, o gozo das férias poderá ser parcelado em dois períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a 10 (dez) dias.

Art. 11. A Diretoria de Gestão de Pessoas, em posse do calendário anual de férias deverá encaminhar as férias para empenho no Setor de Contabilidade no prazo máximo de até 15 dias anteriores ao início do gozo das férias.

Parágrafo único. No mês anterior ao início do gozo das férias, será emitida a comunicação "Aviso de Concessão de Férias" para o servidor que a receberá em sua unidade de lotação.

Art. 12. Após feito o empenho pela Contabilidade esta deverá encaminhar até no prazo máximo de 5 dias anteriores ao início do gozo das férias, para o setor de Tesouraria que efetuará o pagamento com o prazo máximo de dois dias antes do gozo da férias.

Art. 13. O descumprimento de qualquer regra contida nesta instrução poderá implicar na instauração de processo administrativo disciplinar para apuração dos fatos, sendo que o descumprimento de qualquer norma que acarrete dano ao erário implicará na instauração de tomada de contas especial.

Art. 14. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 11 de novembro de 2013.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário de Administração e Gestão Pública

ISRAEL PEDROSO ROCHA

Controlador Geral do Município

Ipumirim

PREFEITURA

Decreto N. 2.017 de 04 de Dezembro de 2.013

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO NO VALOR DE R\$ 170.215,00.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos dos incisos II e III do artigo 34 da Lei 1.706 de 19 de dezembro de 2.012 que dispõe sobre as

Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.013 - LDO e dá outras providências e combinado com o inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e incisos I e III do § 4º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e incisos I e III do § 4º do artigo 43 da Lei Municipal nº 1.703 de 14 de dezembro de 2.012, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipumirim para o exercício de 2.013 - LOA,

DECRETA

Art. 1º Fica abertos os seguintes créditos suplementares:

I. Código reduzido 16, Projeto 2.003 - Gestão das Ações do Departamento de Administração, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 3 - SECRETARIA MUN. ADMINISTRAÇÃO, PLAN. E FINANÇAS, Unidade 1 - Departamento Municipal de Administração, no valor de R\$ 20.000,00.

II. Código reduzido 35, Projeto 2.061 - Gestão das Políticas e Ações do Transporte Rodoviário Municipal, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 5 - SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO, Unidade 1 - Departamento de Estradas de Rodagem, no valor de R\$ 30.000,00.

III. Código reduzido 131, Projeto 2.038 - Gestão do Transporte Escolar do Ensino Fundamental, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0019, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 60.000,00.

IV. Código reduzido 53, Projeto 2.048 - Apoio as Ações do Ensino Médio, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 10.000,00.

V. Código reduzido 78, Projeto 2.051 - Gestão das Ações de Melhoramento Genético Animal, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 8 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO, Unidade 1 - Fundo Municipal Agropecuário, no valor de R\$ 7.000,00.

VI. Código reduzido 89, Projeto 2.095 - Assistência Social Básica, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 11 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, Unidade 1 - Departamento de Assistência Social e Habitação, no valor de R\$ 3.000,00.

VII. Código reduzido 5, Projeto 2.024 - Gestão das Políticas e Ações de Saúde Básica, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0002, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 30.000,00.

I. Código reduzido 129, Projeto 2.061 - Gestão das Políticas e Ações do Transporte Rodoviário Municipal, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0081, Órgão 5 - SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO, Unidade 1 - Departamento de Estradas de Rodagem, no valor de R\$ 10.215,00.

TOTAL GERAL R\$ 170.215,00

Art. 2º O crédito suplementar constante do artigo anterior será aberto por conta da seguinte fonte de recursos:

I. Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0000, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 70.000,00.

II. Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0019, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 60.000,00.

III. Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0002, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 30.000,00.

IV. Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, §

1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0081, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 10.215,00.

TOTAL GERAL R\$170.215,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 04 de dezembro de 2.013.

Ipumirim-SC, 04 de dezembro de 2.013

VALDIR ZANELLA

Prefeito de Ipumirim

Portaria N°. 460/2013 de 03 de Dezembro de 2013.
EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO
POR TERMINO DE CONTRATO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

DILVIANA CASON, Matrícula 2146-6, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade n°. 3781981 e do CPF 036.991.419-85, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Latu Sensu 10 Horas, com carga horária de 10 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 241/2013, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 16 de dezembro de 2013.

Ipumirim - SC, 03 de dezembro de 2013.

VALDIR ZANELLA

Prefeito de Ipumirim

Portaria N°. 461/2013 de 03 de Dezembro de 2013.
EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARATER TEMPORARIO
POR TERMINO DE CONTRATO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

ALAN TREMEA, Matrícula 2169-5, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade n°. 4.584.636 e do CPF 073.744.129-16, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado 10 Horas, com carga horária de 10 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 300/2013, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 16 de dezembro de 2013.

Ipumirim - SC, 03 de dezembro de 2013.

VALDIR ZANELLA

Prefeito de Ipumirim

Portaria N°. 462/2013 de 03 de Dezembro de 2013.
EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARATER TEMPORARIO
POR TERMINO DE CONTRATO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

EDSON PEDROSO, Matrícula 2145-8, com domicílio na Cidade e Município de Arabutã, Carteira de Identidade n°. 2421579 e do CPF 832.077.679-15, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Latu Sensu 10 Horas, com carga horária de 10 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 240/2013, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 16 de dezembro de 2013.

Ipumirim - SC, 03 de dezembro de 2013.

VALDIR ZANELLA

Prefeito de Ipumirim

Portaria N°. 463/2013 de 03 de Dezembro de 2013.
EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARATER TEMPORARIO
POR TERMINO DE CONTRATO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

LUCIANO BARBOSA LIZZI, Matrícula 2154-7, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade n°. 40346099 e do CPF 055.448.419-69, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Ensino Superior 40 Horas, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 253/2013, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 16 de dezembro de 2013.

Ipumirim - SC, 03 de dezembro de 2013.

VALDIR ZANELLA

Prefeito de Ipumirim

Portaria N°. 464/2013 de 03 de Dezembro de 2013.
EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARATER TEMPORARIO
POR TERMINO DE CONTRATO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

MARGNER ADRIANO HELBING, Matrícula 2151-2, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade n°. 4.100.390 e do CPF 055.271.139-00, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos

previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 248/2013, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 16 de dezembro de 2013.

Ipumirim - SC, 03 de dezembro de 2013.
VALDIR ZANELLA
Prefeito de Ipumirim

Portaria N°. 465/2013 de 03 de Dezembro de 2013.
EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARATER TEMPORARIO
POR TERMINO DE CONTRATO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

PAULO JOSE LERSCH, Matrícula 2132-6, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 841.733-4 e do CPF 521.864.239-87, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado 40 Horas, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 204/2013, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 16 de dezembro de 2013.

Ipumirim - SC, 03 de dezembro de 2013.
VALDIR ZANELLA
Prefeito de Ipumirim

Portaria N°. 466/2013 de 03 de Dezembro de 2013.
EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO
POR TEMINO DE CONTRATO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

CLEIA BONASSI METZ, Matrícula 2186-5, com domicílio na Cidade e Município de Arbutã, Carteira de Identidade nº. 5893826 e do CPF 081.526.469-03, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 344/2013, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 19 de dezembro de 2013.

Ipumirim - SC, 03 de dezembro de 2013.
VALDIR ZANELLA
Prefeito de Ipumirim

Portaria N°. 467/2013 de 03 de Dezembro de 2013.
EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO
POR TERMINO DE CONTRATO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

GISELE RODRIGUES SANTOS DE AVILA, Matrícula 2175-0, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 6.768.357 e do CPF 983.604.421-34, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado 10 Horas, com carga horária de 10 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 315/2013, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 19 de dezembro de 2013.

Ipumirim - SC, 03 de dezembro de 2013.
VALDIR ZANELLA
Prefeito de Ipumirim

Portaria N°. 468/2013 de 03 de Dezembro de 2013.
EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO
POR TERMINO DE TRABALHO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

ANGELA MARIA DEMARCO FIORENTIN, Matrícula 2148-2, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4.757.438-0 e do CPF 707.652.609-30, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Latu Sensu 10 Horas, com carga horária de 10 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 244/2013, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 13 de dezembro de 2013.

Ipumirim - SC, 03 de dezembro de 2013.
VALDIR ZANELLA
Prefeito de Ipumirim

Portaria N°. 469/2013 de 03 de Dezembro de 2013.
EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO
POR TERMINO DE CONTRATO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

ANGELA MARIA DEMARCO FIORENTIN, Matrícula 2100-8, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4.757.438-0 e do CPF 707.652.609-30, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo

os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Latu Sensu, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 141/2013, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 19 de dezembro de 2013.

Ipumirim - SC, 03 de dezembro de 2013.

VALDIR ZANELLA
Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº. 470/2013 de 03 de Dezembro de 2013.
EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO
POR TERMINO DE CONTRATO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

ELUANA SCHWERTZ, Matrícula 2198-9, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 5.398.339-4 e do CPF 085.765.889-19, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Ensino Superior 10 Horas, com carga horária de 10 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 444/2013, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 19 de dezembro de 2013.

Ipumirim - SC, 03 de dezembro de 2013.

VALDIR ZANELLA
Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº. 471/2013 de 03 de Dezembro de 2013.
EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO
POR TERMINO DE CONTRATO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

ELUANA SCHWERTZ, Matrícula 2153-9, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 5.398.339-4 e do CPF 085.765.889-19, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 250/2013, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 19 de dezembro de 2013.

Ipumirim - SC, 03 de dezembro de 2013.

VALDIR ZANELLA
Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº. 472/2013 de 03 de Dezembro de 2013.
EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO
POR TERMINO DE CONTRATO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

MERLIN LUCI NATH, Matrícula 2124-5, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4.065.392 e do CPF 082.950.209-27, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 191/2013, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 13 de dezembro de 2013.

Ipumirim - SC, 03 de dezembro de 2013.

VALDIR ZANELLA
Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº. 473/2013 de 03 de Dezembro de 2013.
EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO
POR TERMINO DE CONTRATO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

DANIELA GOMES, Matrícula 2176-8, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4498032 e do CPF 007.260.919-28, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Ensino Superior, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 316/2013, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 19 de dezembro de 2013.

Ipumirim - SC, 03 de dezembro de 2013.

VALDIR ZANELLA
Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº. 474/2013 de 03 de Dezembro de 2013.
EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO
POR TERMINO DE CONTRATO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

EDITE LOURDES SIEBENEICHLER KRUETZMANN, Matrícula 2127-0, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 1887300 e do CPF 800.233.399-34, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo

os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Ensino Superior, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 194/2013, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 13 de dezembro de 2013.

Ipumirim - SC, 03 de dezembro de 2013.

VALDIR ZANELLA
Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº. 475/2013 de 03 de Dezembro de 2013.
EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO
POR TERMINO DE CONTRATO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

EDITE LOURDES SIEBENEICHLER KRUETZMANN, Matrícula 2111-3, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 1887300 e do CPF 800.233.399-34, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado 10 Horas, com carga horária de 10 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 158/2013, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 19 de dezembro de 2013.

Ipumirim - SC, 03 de dezembro de 2013.

VALDIR ZANELLA
Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº. 476/2013 de 03 de Dezembro de 2013.
EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO
POR TERMINO DE CONTRATO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

GABRIELA BRANDELERO, Matrícula 2109-1, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 49977067 e do CPF 069.416.819-00, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 156/2013, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 19 de dezembro de 2013.

Ipumirim - SC, 03 de dezembro de 2013.

VALDIR ZANELLA
Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº. 477/2013 de 03 de Dezembro de 2013.
EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO
POR TERMINO DE CONTRATO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

ROSANE WEISS KERN, Matrícula 2197-0, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 1.877.291-0 e do CPF 026.284.399-48, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Ensino Superior 10 Horas, com carga horária de 10 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 440/2013, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 13 de dezembro de 2013.

Ipumirim - SC, 03 de dezembro de 2013.

VALDIR ZANELLA
Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº. 478/2013 de 03 de Dezembro de 2013.
EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO
POR TERMINO DE CONTRATO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

ROSANE WEISS KERN, Matrícula 2126-1, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 1.877.291-0 e do CPF 026.284.399-48, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Ensino Superior, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 193/2013, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 19 de dezembro de 2013.

Ipumirim - SC, 03 de dezembro de 2013.

VALDIR ZANELLA
Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº. 479/2013 de 03 de Dezembro de 2013.
EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO
POR TERMINO DE CONTRATO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

ELEANI SCHIAVINI, Matrícula 2131-8, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4.065.552 e do CPF 040.641.239-13, com nomeação para o cargo de Zeladora, constante no Anexo II, Grupo D - Serviços Gerais, com vencimentos previstos no Anexo V, nível salarial Nível 10, com carga horária

de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 203/2013, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 19 de dezembro de 2013.

Ipumirim - SC, 03 de dezembro de 2013.
VALDIR ZANELLA
Prefeito de Ipumirim

Portaria N°. 480/2013 de 03 de Dezembro de 2013.
EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARATER TEMPORARIO
POR TERMINO DE CONTRATO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

ANDRE LUIZ MOTERLE, Matrícula 2105-9, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade n°. 5.398.698 e do CPF 087.911.649-82, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 146/2013, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 19 de dezembro de 2013.

Ipumirim - SC, 03 de dezembro de 2013.
VALDIR ZANELLA
Prefeito de Ipumirim

Portaria N°. 481/2013 de 03 de Dezembro de 2013.
EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO
POR TERMINO DE CONTRATO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

CLESSIMARA SPRICIGO DIVENSI, Matrícula 2122-9, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade n°. 3.910.011-1 e do CPF 032.432.519-31, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 189/2013, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 13 de dezembro de 2013.

Ipumirim - SC, 03 de dezembro de 2013.
VALDIR ZANELLA
Prefeito de Ipumirim

Portaria N°. 482/2013 de 03 de Dezembro de 2013.
EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO
POR TERMINO DE CONTRATO DE TRABALHO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

CRISTIANA CILENE GUERINI OTOWICZ, Matrícula 2120-2, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade n°. 3186705 e do CPF 007.238.019-59, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 187/2013, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 03 de dezembro de 2013.

Ipumirim - SC, 03 de dezembro de 2013.
VALDIR ZANELLA
Prefeito de Ipumirim

Portaria N°. 483/2013 de 03 de Dezembro de 2013.
EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO
POR TERMINO DE CONTRATO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

ELIANE REGINA BONISSONI ROSSETTO, Matrícula 2119-9, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade n°. 21311447 e do CPF 915.025.789-72, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Ensino Superior, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 186/2013, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 13 de dezembro de 2013.

Ipumirim - SC, 03 de dezembro de 2013.
VALDIR ZANELLA
Prefeito de Ipumirim

Portaria N°. 484/2013 de 03 de Dezembro de 2013.
EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO
POR TERMINO DE CONTRATO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

ILEI CARMEM FRIGERI, Matrícula 2149-0, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade n°. 1.143.854-1 e do CPF 501.624.469-34, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os

Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Ensino Superior 10 Horas, com carga horária de 10 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 245/2013, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 13 de dezembro de 2013.

Ipumirim - SC, 03 de dezembro de 2013.

VALDIR ZANELLA
Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº. 485/2013 de 03 de Dezembro de 2013.
EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO
POR TERMINO DE CONTRATO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

JANETE APARECIDA SIMONI, Matrícula 2103-2, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 3910694 e do CPF 026.623.219-11, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Latu Sensu, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 144/2013, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 19 de dezembro de 2013.

Ipumirim - SC, 03 de dezembro de 2013.

VALDIR ZANELLA
Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº. 486/2013 de 03 de Dezembro de 2013.
EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO
POR TERMINO DE CONTRATO DE TRABALHO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

LUCIANE ANDRIN, Matrícula 2123-7, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4.100.871 e do CPF 056.858.729-41, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 190/2013, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 13 de dezembro de 2013.

Ipumirim - SC, 03 de dezembro de 2013.

VALDIR ZANELLA
Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº. 487/2013 de 03 de Dezembro de 2013.
EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO
POR TERMINO DE CONTRATO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

MARTA INES DE MELLO, Matrícula 2098-2, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 1.874,266 e do CPF 722.671.279-20, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Ensino Superior 40 Horas, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 139/2013, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 19 de dezembro de 2013.

Ipumirim - SC, 03 de dezembro de 2013.

VALDIR ZANELLA
Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº. 488/2013 de 03 de Dezembro de 2013.
EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO
POR TERMINO DE CONTRATO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

ROSIMAR FERRAZZO, Matrícula 2140-7, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4163164 e do CPF 026.647.569-82, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Ensino Superior, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 222/2013, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 19 de dezembro de 2013.

Ipumirim - SC, 03 de dezembro de 2013.

VALDIR ZANELLA
Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº. 489/2013 de 03 de Dezembro de 2013.
EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO
POR TERMINO DE CONTRATO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

TALINE BOBATO STADLER TEIXEIRA, Matrícula 2102-4, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 10.436.880-8 e do CPF 063.685.889-85, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os

Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado 40 Horas, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 143/2013, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 19 de dezembro de 2013.

Ipumirim - SC, 03 de dezembro de 2013.

VALDIR ZANELLA
Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº. 490/2013 de 03 de Dezembro de 2013.
EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO
POR TERMINO DE CONTRATO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

RAQUEL EVANGELISTA, Matrícula 2096-6, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 3.815.128-6 e do CPF 031.712.969-42, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Ensino Superior, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 138/2013, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 13 de dezembro de 2013.

Ipumirim - SC, 03 de dezembro de 2013.

VALDIR ZANELLA
Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº. 491/2013 de 03 de Dezembro de 2013.
EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO
POR TERMINO DE CONTRATO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

DIRLEI SIEVERT, Matrícula 2150-4, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4.065.451 e do CPF 059.795.639-11, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Ensino Superior, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 246/2013, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 23 de dezembro de 2013.

Ipumirim - SC, 03 de dezembro de 2013.

VALDIR ZANELLA
Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº. 492/2013 de 03 de Dezembro de 2013.
EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO
POR TERMINO DE CONTRATO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

DIRLEI SIEVERT, Matrícula 2136-9, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4.065.451 e do CPF 059.795.639-11, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado 10 Horas, com carga horária de 10 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 218/2013, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 19 de dezembro de 2013.

Ipumirim - SC, 03 de dezembro de 2013.

VALDIR ZANELLA
Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº. 493/2013 de 03 de Dezembro de 2013.
EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

DAIANA CRISTINA THOMAZI, Matrícula 2087-7, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4.336.650 e do CPF 369.726.158-44, com nomeação para o cargo de FISIOTERAPEUTA, constante no Anexo II, Grupo B - Serviços Técnicos Profissionais, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 002/2002., nível salarial Nível 140, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 091/2013, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 13 de dezembro de 2013.

Ipumirim - SC, 03 de dezembro de 2013.

VALDIR ZANELLA
Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº. 494/2013 de 03 de Dezembro de 2013.
EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARATER TEMPORARIO E
DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

MARCOS ANDRÉ FONTANA VASSELAI, Matrícula 2090-7, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 3.186.024-9 e do CPF 044.867.599-40, com nomeação para o cargo de FISIOTERAPEUTA, constante no Anexo II, Grupo B - Serviços Técnicos Profissionais, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 002/2002., nível salarial Nível 140, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 112/2013, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 13 de dezembro de 2013.

Ipumirim - SC, 03 de dezembro de 2013.

VALDIR ZANELLA

Prefeito de Ipumirim

Portaria N°. 495/2013 de 03 de Dezembro de 2013.

EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

ELIZETE FATIMA PIMENTEL, Matrícula 2157-1, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade n°. 3.958.309 e do CPF 044.228.249-45, com nomeação para o cargo de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial Nível 20, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 256/2013, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 18 de dezembro de 2013.

Ipumirim - SC, 03 de dezembro de 2013.

VALDIR ZANELLA

Prefeito de Ipumirim

Portaria N°. 496/2013 de 03 de Dezembro de 2013.

EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

IVANETE MARIA LIZZI SCHWERTZ, Matrícula 2156-3, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade n°. 1876882 e do CPF 945.134.229-04, com nomeação para o cargo de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial Nível 20, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 255/2013, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 18 de dezembro de 2013.

Ipumirim - SC, 03 de dezembro de 2013.

VALDIR ZANELLA

Prefeito de Ipumirim

Portaria N°. 497/2013 de 03 de Dezembro de 2013.

EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

LISANDRA BIFFI, Matrícula 2192-0, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade n°. 4.034.456 e do CPF 041.474.049-10, com nomeação para o cargo de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial Nível 20, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 402/2013, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 18 de dezembro de 2013.

Ipumirim - SC, 03 de dezembro de 2013.

VALDIR ZANELLA

Prefeito de Ipumirim

Portaria N°. 498/2013 de 03 de Dezembro de 2013.

EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

LUCIMARA MARQUESI, Matrícula 2184-9, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade n°. 2.133.571 e do CPF 806.495.569-68, com nomeação para o cargo de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial Nível 20, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 333/2013, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 18 de dezembro de 2013.

Ipumirim - SC, 03 de dezembro de 2013.

VALDIR ZANELLA

Prefeito de Ipumirim

Portaria N°. 499/2013 de 03 de Dezembro de 2013.

EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

MARICI VENANCIO NOVELLO, Matrícula 2193-8, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade n°. 5.3363221 e do CPF 086.139.879-31, com nomeação para o cargo de Zeladora, constante no Anexo II, Grupo D - Serviços Gerais, com vencimentos previstos no Anexo V, nível salarial Nível 10, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 403/2013, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 18 de dezembro de 2013.

Ipumirim - SC, 03 de dezembro de 2013.

VALDIR ZANELLA

Prefeito de Ipumirim

Portaria N°. 500/2013 de 03 de Dezembro de 2013.
EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO
E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

MARINES FATIMA MARQUES, Matrícula 2161-0, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade n°. 2.694.303-4 e do CPF 023.381.729-81, com nomeação para o cargo de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial Nível 20, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 268/2013, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 18 de dezembro de 2013.

Ipumirim - SC, 03 de dezembro de 2013.
VALDIR ZANELLA
Prefeito de Ipumirim

Portaria N°. 501/2013 de 03 de Dezembro de 2013.
EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO
E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

MIRIAN CATIA FISTER, Matrícula 2196-2, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade n°. 3.572.001 e do CPF 024.955.149-79, com nomeação para o cargo de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial Nível 20, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 433/2013, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 18 de dezembro de 2013.

Ipumirim - SC, 03 de dezembro de 2013.
VALDIR ZANELLA
Prefeito de Ipumirim

Portaria N°. 502/2013 de 03 de Fevereiro de 2013.
EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO
E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

MORGANA CASON WEIMER, Matrícula 2173-3, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim-SC, Carteira de Identidade n°. 3931232 e do CPF 071.529.949-27, com nomeação para o cargo de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial Nível 20, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 311/2013, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 18 de fevereiro de 2013.

Ipumirim - SC, 03 de fevereiro de 2013.
VALDIR ZANELLA
Prefeito de Ipumirim

Portaria N°. 503/2013 de 03 de Dezembro de 2013.
EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO
E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

SUZANA NEIS, Matrícula 2191-1, com domicílio na Cidade e Município de , Carteira de Identidade n°. 45843040 e do CPF 086.112.669-60, com nomeação para o cargo de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial Nível 20, com carga horária de 44 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 401/2013, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 18 de dezembro de 2013.

Ipumirim - SC, 03 de dezembro de 2013.
VALDIR ZANELLA
Prefeito de Ipumirim

Portaria N°. 504/2013 de 03 de Dezembro de 2013.
EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO
E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

TIARA CONTE, Matrícula 2139-3, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade n°. 4.100.220 e do CPF 075.486.529-09, com nomeação para o cargo de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial Nível 20, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 221/2013, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 18 de dezembro de 2013.

Ipumirim - SC, 03 de dezembro de 2013.
VALDIR ZANELLA
Prefeito de Ipumirim

Processo de Licitação N° 59/2013, Carta Convite N° 6/2013

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM
Estado de Santa Catarina
EDITAL DE CARTA CONVITE N° 6/2013
PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 59/2013

Valdir Zanella - Prefeito Municipal torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, Licitação na modalidade de CARTA CONVITE, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, com entrega dos envelopes fixada para às 09:00:00 horas do dia 16/12/2013, e abertura prevista para às 09:00:00 do dia 16/12/2013. Objeto da licitação: Contratação de empresa para obra de empreitada global, com fornecimento de materiais e mão de obra, destinada a realização de reparo e pintura no Núcleo Educacional Municipal Professor Claudino Locatelli, conforme memorial descritivo e planilha orçamentária anexa ao Edital. Interessados poderão se autoconvocar em até 24 (vinte e quatro) horas antes do prazo fixado para a apresentação das propostas nos termos do § 3º do art. 22 da Lei 8.666/93. O local e horário para retirada do Edital e para esclarecimentos e informações aos interessados, poderá ser obtido junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (0XX49) 3438-1111, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico a ser enviado por fax através do número sobredito ou e-mail compras@ipumirim.sc.gov.br.

Ipumirim - SC, 05/12/2013
VALDIR ZANELLA
Prefeito Municipal

Extrato do Terceiro Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços Nº 2012.86.7774

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 38/2012
PROCESSO DE LICITAÇÃO 86/2012

O Município de Ipumirim faz saber que está registrando preços nos termos do inciso II do art. 15 da Lei 8.666/93, em conformidade com as propostas classificadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 38/2012, do PROCESSO Nº 86/2012, homologado aos 28 de dezembro de 2012, cujo objeto é o registro de Preços, aquisição de combustíveis destinados a frota de máquinas e veículos do Município, para o exercício de 2013, conforme especificações anexo ao Edital, para os itens constantes na ata abaixo elencada, com características e condições de execução individualizadas no Memorial Descritivo constante no Anexo III do edital de licitação retrocitado.

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Nº 2012.86.7774

FORNECEDOR: SAFRA DIESEL LTDA - MATRIZ, situada na RODOVIA ACESSO A SC 480 Nº 941E, Município de Chapecó-SC, inscrita no CNPJ sob n. 76.578.202/0001-87 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 250.952.459, representado por RENI PERIZZOLO, CPF: CPF: 097.840.980-91.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	ÓLEO DIESEL	L	250.000,00	R\$ 2,40	R\$ 600.000,00	
Valor Total Registrado R\$ 600.000,00						

Ipumirim-SC, em 04 de dezembro de 2013

A ata retrocitada possui vigência de 12 (doze) meses.

Irineópolis

PREFEITURA

Lei Complementar 076/2013

LEI COMPLEMENTAR 076/2013.

"ACRESCENTA ARTIGO E MODIFICA DISPOSITIVOS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 01/97, DE 30/12/1997, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Egrégia Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º Fica alterado o artigo 20, ítem1, da Lei Complementar nº 01/97 de 30/12/1997 na SEÇÃO IV - DA POSSE E DO EXERCÍCIO, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 20 []

"1 - A posse ocorrerá no prazo de cinco dias contados da publicação do ato de provimento, prorrogável por mais cinco dias, a requerimento do interessado." NR.

Art. 2º O Artigo 106, do CAPÍTULO V - DAS LICENÇAS - da Lei Complementar nº 01/97, de 30/12/1997, passa a vigorar com a inclusão do inciso IX, com a seguinte redação:

Art. 106 Conceder-se-á licença ao funcionário:

I. [];

II. [];

III. [];

IV. [];

V. [];

VI. [];

VII. [];

VIII. [];

IX. "Para o exercício de cargo de provimento em comissão ou cargo de agente político."

Art. 2º Fica alterada a redação do art. 107, da mesma Lei Complementar, que passa a ser a seguinte:

"Art. 107 O funcionário não poderá permanecer em licença da mesma espécie por prazo superior a 24 (vinte e quatro) meses, salvo nos casos dos incisos II, IV, VI, VII, VIII e IX." (NR).

Art. 3º Fica acrescentada à Lei Complementar nº 01/97, a Seção VIII - DA LICENÇA PARA O EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO OU CARGO DE AGENTE POLÍTICO - composto pelo Art. 132-A e incisos, com a seguinte redação:

"Art. 132-A - Ao funcionário estável da administração direta e indireta dos poderes executivo e legislativo, poderá ser concedida Licença sem remuneração, para exercer cargo de provimento em comissão ou cargo de agente político em órgãos da mesma esfera de governo.

I. O tempo de afastamento para o exercício de cargo comissionado ou cargo de agente político, contará para efeito de concessão de vantagens ulteriores, previstas para os cargos efetivos.

II. Terminada a licença, o funcionário reassumirá imediatamente o exercício do cargo efetivo.

III. (Suprimido pela Emenda Legislativa nº 015/2013).

IV. Poderá ser solicitado por autoridade competente o retorno do funcionário ao cargo efetivo se assim o exigir a necessidade do serviço público, ou ainda, poderá o próprio funcionário, a qualquer tempo, requerer autorização para retornar antes de findo o prazo

estabelecido.

- a) O retorno solicitado pela autoridade competente deverá estabelecer um prazo para a sua efetivação não inferior a 10 (dez) dias.
b) O funcionário deve aguardar em exercício o despacho de seu pedido de retorno”.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Irineópolis, (SC), em 29 de Novembro de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Lei Complementar Nº 077/2013

LEI COMPLEMENTAR Nº 077/2013 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2013
“DISPÕE SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e Eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º - Fica instituída a contribuição de Iluminação Pública – COSIP, para o custeio dos serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e logradouros públicos.

Parágrafo único: Entende-se como iluminação pública àquela que esteja direta e regularmente ligada à rede de distribuição de energia elétrica e que sirva às vias e logradouros públicos.

Art. 2º - A contribuição incidirá sobre a prestação de serviço de iluminação pública, efetuada pelo Município no âmbito do seu território.

Art. 3º - Contribuinte é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, de unidade imobiliária servida por iluminação pública.

Parágrafo Primeiro - Para aqueles contribuintes possuidores de unidade imobiliária localizada no âmbito da área abrangida pelo serviço de Iluminação Pública e que, efetivamente não sejam beneficiados pelo Serviço, estarão isentos do pagamento da COSIP.

Parágrafo Segundo - A Administração Direta do Município de Irineópolis fica isenta do pagamento da COSIP.

Art. 4º - A base de cálculo da Contribuição é o resultado do rateio do custo dos serviços de iluminação das vias e logradouros públicos pelos contribuintes, em função do número de unidades imobiliárias servidas pelo sistema de iluminação pública.

§ 1º - O valor do rateio da Contribuição, apurado com base no custeio anual do serviço de iluminação das vias e logradouros públicos, observará a distinção entre contribuintes de natureza residencial, industrial, comercial, serviços (públicos e privados) e Poder Público e será pago em 12 (doze) parcelas mensais, fixadas em ato do Poder Executivo, de acordo com os valores constantes do “Anexo I” desta Lei.

§ 2º - O custeio do serviço de iluminação pública compreende:
I – despesas com energia consumida pelos serviços de iluminação pública;
II – despesas com administração, operações, manutenção e eficiência do sistema de iluminação pública.

§ 3º - No caso da solicitação da ampliação dos serviços de

iluminação pública, o contribuinte solicitante deverá arcar com os custos referentes ao projeto e aos materiais necessários a implantação da ampliação solicitada cujos valores deverão ser recolhidos aos cofres públicos previamente a realização dos serviços, excepcionados os casos de interesse da municipalidade, os quais poderão ser custeados pelo erário através dos valores arrecadados com a COSIP.

Art. 5º - É facultada a cobrança da Contribuição na fatura de consumo de energia elétrica, emitida pela empresa concessionária ou permissionária local, condicionada à celebração de contrato ou convênio.

Parágrafo único: O Poder Executivo fica autorizado a celebrar contrato de energia elétrica, emitida pela empresa concessionária ou permissionária de energia elétrica local, para promover a arrecadação da Contribuição de Iluminação Pública – COSIP.

Art. 6º - Aplicam-se à Contribuição, no que couber as normas do Código Tributário Nacional e Legislação Tributária do Município, inclusive aquelas relativas às infrações, penalidades.

Art. 7º - Os consumidores da Classe Rural, beneficiados com os serviços de Iluminação Pública estarão sujeitos a cobrança da contribuição de acordo com o item 05 do Anexo I.

Art. 8º - Os valores da Contribuição de Iluminação Pública, serão reajustados na mesma ocasião e nos mesmos percentuais em que forem reajustadas as tarifas de energia elétrica.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 – Esta Lei será regulamentada no prazo de 30 (trinta) dias a partir da data da sua publicação.

Art. 11 – Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Leis Complementares nº 012/2003, de 25 de abril de 2003 e 024/2005, de 21 de junho de 2005.

Irineópolis(SC), 02 de Dezembro de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 077/2013, de 02 de Dezembro de 2013.
“ANEXO I”

I – CONSUMIDORES RESIDENCIAIS:

FAIXA DE CONSUMO	VALOR DA CIP EM R\$
0 à 30 Kwh	1,40
31 à 50 Kwh	2,12
51 à 100 Kwh	5,60
101 à 200 Kwh	8,76
201 à 500 Kwh	15,76
501 à 1000 Kwh	31,52
Acima de 1001 Kwh	63,00

II – CONSUMIDORES INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇOS E EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇO PÚBLICO:

FAIXA DE CONSUMO	VALOR DA CIP EM R\$
0 à 30 Kwh	6,32
31 à 50 Kwh	9,24
51 à 100 Kwh	19,32
101 à 200 Kwh	23,12
201 à 500 Kwh	27,32

501 à 1000 Kwh	42,00
Acima de 1001 Kwh	58,80

III - CONSUMIDORES PODER PÚBLICO:

FAIXA DE CONSUMO	VALOR DA CIP EM R\$
0 à 30 Kwh	175,00
31 à 50 Kwh	175,00
51 à 100 Kwh	175,00
101 à 200 Kwh	175,00
201 à 500 Kwh	175,00
501 à 1000 Kwh	175,00
Acima de 1001 Kwh	175,00

IV - CONSUMIDORES PRIMÁRIOS:

FAIXA DE CONSUMO	VALOR DA CIP EM R\$
0 à 2000 Kwh	129,88
2001 à 5000 Kwh	260,08
5001 à 10000 Kwh	389,92
10001 à 50000 Kwh	520,12
Acima de 50001 Kwh	650,32

V- CLASSE RURAL:

FAIXA DE CONSUMO	VALOR DA CIP EM R\$
0 à 30 Kwh	1,40
31 à 50 Kwh	2,12
51 à 100 Kwh	5,60
101 à 200 Kwh	8,76
201 à 500 Kwh	15,76
Acima de 501 Kwh	31,52

Portaria N ° 392/2013

PORTARIA N ° 392/2013.

“CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA ADMITIDA POR TEMPO DETERMINADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Maternidade, no período de 03/12/2013 a 01/04/2014, à servidora JUCIMARIA CASTANHO, admitida em caráter temporário, para o exercício das atividades de Professora, vinculada a Secretaria Municipal da Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 02 de Dezembro de 2013.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

Portaria N° 393/2013

PORTARIA N° 393/2013.

DELEGA COMPETÊNCIA PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULOS À SERVIDOR EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n ° 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1º - DELEGAR a SCHEILA PATRICIA KIELB, servidora efetiva no cargo de Agente Administrativa, portadora da CNH Registro nº 044875731416, categoria AB, competência para dirigir os veículos oficiais de uso e propriedade da Municipalidade, quando no desempenho de atividades inerentes as suas funções.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 03 de Dezembro de 2013.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

Extrato de Homologação 76/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO N.º 76/2013

PREGÃO PRESENCIAL N.º 32/2013 - Registro de Preços

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatorio em epigrafe e a adjudicação das empresas: Maria Ecilda Gallotti de Borba Coelho- ME e Pré Moldados Irineópolis-Artefatos de Cimento e Estruturas Metálicas Ltda- EPP.

Irineópolis, 2 de dezembro de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preços 10/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 76/2013

PREGÃO PRESENCIAL 32/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 10/2013

VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 76/2013, Pregão Presencial nº 32/2013, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka- Pregoeira, Sra. Marcia Maria Kerscher, Sr Fabiano Fagundes, Reinaldo Stasiak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 02/2013; Sr. Marcelo Batschauer representante da empresa Pré Moldados Irineópolis Ltda, Sr. Felipe Matheus Pierrmann, representante da empresa Cimentela Indústria de Telas e Artefatos de Concreto Ltda., Sr. Edilson Schlosser, representante da empresa Adriana Hobi - Kerber Pré-Moldados Ltda.; e Sr. Valdecir Gallotti Coelho, representante da empresa Maria Ecilda Gallotti de Borba Coelho.

Inicialmente a Pregoeira procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes

das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame.

Iniciada a fase de julgamento das propostas, a Pregoeira e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório.

Em seguida foi realizada a classificação das propostas das empresas que se apresentaram para o certame: Pré Moldados Irineópolis Ltda., Cimentela Indústria de Telas e Artefatos de Concreto Ltda., Adriana Hobi - Kerber Pré-Moldados Ltda. e Maria Ecilda Gallotti de Borba Coelho, as quais seguem classificadas para a fase de lance e julgamento das propostas.

Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentos de Habilitação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 76/2013, Pregão Presencial nº 32/2013, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka- Pregoeira, Sra. Marcia Maria Kerscher, Sr Fabiano Fagundes, Reinaldo Stasiak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 02/2013; Sr. Marcelo Batschauer representante da empresa Pré Moldados Irineópolis Ltda, Sr. Felipe Matheus Piermann, representante da empresa Cimentela Indústria de Telas e Artefatos de Concreto Ltda., Sr. Edilson Schlosser, representante da empresa Adriana Hobi - Kerber Pré-Moldados Ltda.; e Sr. Valdecir Gallotti Coelho, representante da empresa Maria Ecilda Gallotti de Borba Coelho.

Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas: Pré Moldados Irineópolis Ltda., Cimentela Indústria de Telas e Artefatos de Concreto Ltda., Adriana Hobi - Kerber Pré-Moldados Ltda. e Maria Ecilda Gallotti de Borba Coelho, e foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 6 do Edital, sendo considerada HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe.

Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Nada mais havendo-se a tratar, foi lavrada a presente ata.

A Comissão de Licitação, através de seus membros presentes, considerou o preço compatível com os praticados no mercado e abaixo do valor máximo estipulado no edital, apresentando-se vantajosos para a Municipalidade, encaminhando-se o resultado para o Excelentíssimo Senhor Juliano Pozzi Pereira - Prefeito Municipal

Registro de preços para aquisição de tubos de concreto para o exercício de 2014, com entrega parcelada.

Maria Ecilda Gallotti de Borba Coelho- ME

Item	Quant	Descrição	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
05	500 unid	Tubo de Concreto Armado (PA1) com diâmetro nominal interno de 60 cm, comprimento de 1 metro e encaixe macho fêmea. Artecim	81,00	40.500,00
Total	40.500,00			

Irineópolis, 02 de dezembro de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preços 11/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 76/2013

PREGÃO PRESENCIAL 32/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 11/2013

VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 76/2013, Pregão Presencial nº 32/2013, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka- Pregoeira, Sra. Marcia Maria Kerscher, Sr Fabiano Fagundes, Reinaldo Stasiak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 02/2013; Sr. Marcelo Batschauer representante da empresa Pré Moldados Irineópolis Ltda, Sr. Felipe Matheus Piermann, representante da empresa Cimentela Indústria de Telas e Artefatos de Concreto Ltda., Sr. Edilson Schlosser, representante da empresa Adriana Hobi - Kerber Pré-Moldados Ltda.; e Sr. Valdecir Gallotti Coelho, representante da empresa Maria Ecilda Gallotti de Borba Coelho.

Inicialmente a Pregoeira procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações.

Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame.

Iniciada a fase de julgamento das propostas, a Pregoeira e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório.

Em seguida foi realizada a classificação das propostas das empresas que se apresentaram para o certame: Pré Moldados Irineópolis Ltda., Cimentela Indústria de Telas e Artefatos de Concreto Ltda., Adriana Hobi - Kerber Pré-Moldados Ltda. e Maria Ecilda Gallotti de Borba Coelho, as quais seguem classificadas para a fase de lance e julgamento das propostas.

Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentos de Habilitação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 76/2013, Pregão Presencial nº 32/2013, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka- Pregoeira, Sra. Marcia Maria Kerscher, Sr Fabiano Fagundes, Reinaldo Stasiak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 02/2013; Sr. Marcelo Batschauer representante da empresa Pré Moldados Irineópolis Ltda, Sr. Felipe Matheus Piermann, representante da empresa Cimentela Indústria de Telas e Artefatos de Concreto Ltda., Sr. Edilson Schlosser, representante da empresa Adriana Hobi - Kerber Pré-Moldados Ltda.; e Sr. Valdecir Gallotti Coelho, representante da empresa Maria Ecilda Gallotti de Borba Coelho.

Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas: Pré Moldados Irineópolis Ltda., Cimentela Indústria de Telas e Artefatos de Concreto Ltda., Adriana Hobi - Kerber Pré-Moldados Ltda. e Maria Ecilda Gallotti de Borba Coelho, e foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 6 do Edital, sendo considerada HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe.

Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Nada mais havendo-se a tratar, foi lavrada a presente ata.

A Comissão de Licitação, através de seus membros presentes, considerou o preço compatível com os praticados no mercado e abaixo do valor máximo estipulado no edital, apresentando-se vantajosos para a Municipalidade, encaminhando-se o resultado para o Excelentíssimo Senhor Juliano Pozzi Pereira - Prefeito Municipal

Registro de preços para aquisição de tubos de concreto para o exercício de 2014, com entrega parcelada.

Pré Moldados Irineópolis- Artefatos de Cimento e Estruturas Metálicas Ltda- EPP

Item	Quant	Descrição	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	50 unid	Tubo de concreto poroso com diâmetro nominal interno de 0,20 cm, comprimento de 0,50 cm e encaixe macho e fêmea. Lamolarki	10,95	547,50
02	50 unid	Tubo de concreto simples (PS1) com diâmetro nominal interno de 0,20 cm, comprimento de 1 metro e encaixe macho e fêmea. Lamolarki	15,30	765,00
03	500 unid	Tubo de Concreto Simples (PS1) com diâmetro nominal interno de 30 cm, comprimento de 1 metro e encaixe macho fêmea. Lamolarki	18,40	9.200,00
04	700 unid	Tubo de Concreto Simples (PS1) com diâmetro nominal interno de 40 cm, comprimento de 1 metro e encaixe macho fêmea. Lamolarki	26,00	18.200,00
06	150 unid	Tubo de Concreto Armado (PA1) com diâmetro nominal interno de 80 cm, comprimento de 1 metro e encaixe macho fêmea. Lamolarki	144,00	21.600,00
07	300 unid	Tubo de Concreto Armado (PA1) com diâmetro nominal interno de 100 cm, comprimento de 1 metro e encaixe macho fêmea. Lamolarki	188,00	56.400,00
08	50 unid	Tubo de Concreto Armado (PA1) com diâmetro nominal interno de 150 cm, comprimento de 1 metro e encaixe macho fêmea. Lamolarki	365,00	18.250,00
Total				124.962,50

Irineópolis, 02 de dezembro de 2013.

Itapiranga

PREFEITURA

Decreto N° 239, de 3 de Dezembro de 2013

DECRETO N° 239, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2013.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Itapiranga, exercício de 2013, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal em exercício de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal n° 2.883, de 3 de dezembro de 2013;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento Município de Itapiranga, na seguinte dotação orçamentária, exercício de 2013:

10.01 - Fundo Municipal de Assistência Social
08.244.0042.2018 - Manutenção das Atividades da Secretaria Social Geral
31.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00
33.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 33.500,00

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo

1º, a anulação parcial e ou total das seguintes dotações:

08.01 - Secretaria Municipal de Transportes
26.782.0149.1027 - Aquisição de veículos, Máquinas e Equip. e Material Permanente
44.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

10.01 - Fundo Municipal de Assistência Social
08.244.0042.2018 - Manutenção das Atividades da Secretaria Social Geral
31.90.00.00.00.00.00.0114 - Aplicações Diretas R\$ 18.500,00
33.90.00.00.00.00.00.0114 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC., 3 de dezembro de 2013.

INACIO OSWALD

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

SÉRGIO LUÍS KESSLER

Secretário Municipal de Administração.

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREGÃO PRESENCIAL PARA
REGISTRO DE PREÇOS N° 44/2013

O Município de Itapiranga - SC., através do Fundo Municipal de Saúde - FMS, torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços n° 44/2013, cujo objeto é a contratação de empresa para realização de transporte de pacientes para realização de tratamento e consultas especializadas em outras cidades. Entrega da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 19 de dezembro de 2013. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou por email: compras@itapiranga.sc.gov.br

Itapiranga - SC., 05 de dezembro de 2013.

LUIS CARLOS STEFFENON

Administrador do FMS

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO
DE PREÇOS N° 172/2013

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços n° 172/2013, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para execução dos serviços para manutenção da iluminação pública no município de Itapiranga. Entrega da documentação e proposta até às 15:30 horas do dia 19 de dezembro de 2013. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou por email: compras@itapiranga.sc.gov.br

Itapiranga - SC., 05 de dezembro de 2013.

INACIO OSWALD

Prefeito Municipal

Em Exercício

Itapoá

CÂMARA MUNICIPAL

Edital N° 01/2013/Cat

Edital nº 01/2013/CAT

Itapoá, 18 de outubro de 2013.

EDITAL N° 01/2013

ADICIONAL NA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO

A Comissão de Avaliação de Titulação da Câmara de Vereadores de Itapoá, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Edital que fixa data e estabelece procedimentos que nortearão a concessão de adicional na remuneração dos servidores municipais efetivos do Poder Legislativo, conforme Resolução nº 17/2010, de 17 de abril de 2010, e Resolução nº 03/2013, de 11 de março de 2013.

1. Dos procedimentos:

1.1. A concessão de adicional correspondente a 1% (um por cento), estabelecido no § 3º, art. 21, da Resolução nº 17/2010, aplicado sobre o salário básico do padrão 7, definido no inciso II, do art. 1º, da Lei Complementar nº 26/2010, de 04 de maio de 2010, deverá ser requerido mediante formulário próprio (anexo I), sendo necessário anexar ao mesmo cópias autenticadas dos certificados (autenticação em cartório ou por servidor público efetivo), conforme especificações contidas no art. 21 de Resolução nº 17/2010, conforme abaixo:

“Art. 21 A capacitação do servidor efetivo, gera um adicional na sua remuneração equivalente ao percentual definido nas disposições desta lei.

§ 1º O percentual devido deve ser aplicado sobre o salário-base equivalente ao salário de Secretário Geral, e o resultado somado à remuneração do servidor.

§ 2º O adicional previsto nesta lei é uma verba permanente, devendo sobre a mesma incidir os impostos previstos na legislação vigente, inclusive tributos previdenciários.

§ 3º O incentivo à capacitação dos servidores público efetivos prevista no Parágrafo Único do art. 31 gera o adicional em sua remuneração conforme tabela abaixo:

a) A “área de conhecimento” é aquela relacionada como atribuição típica do cargo de carreira previstas no Anexo I da Resolução nº 17/2010;

b) A titulação ou certificado para comprovação da conclusão de curso deve ser entregue ao Departamento de Recursos Humanos no original ou em cópia autenticada no cartório competente.

c) A documentação comprobatória de curso equivalente a outro já feito e que tenha gerado benefício previsto nesta lei não tem validade;

d) A soma de horas havidas em determinado curso feito em um exercício não se acumula para o exercício seguinte no caso do servidor já ter se beneficiado desta lei.”

1.2. A concessão de adicional, pela formação acadêmica em cursos oficiais reconhecidos pelo Ministério da Educação, sobre o salário básico do padrão 7, definido no inciso II, do art. 1º, da Lei Complementar nº 26/2010, de 04 de maio de 2010, deverá ser requerido mediante formulário próprio (anexo II) para cada classe, sendo necessário anexar ao mesmo cópias autenticadas dos certificados ou diplomas (autenticação em cartório ou por servidor público efetivo), em atendimento às especificações contidas no art. 21 da Resolução nº 17/2010, conforme abaixo:

“§ 4º O aperfeiçoamento dos servidores conforme previsto no art. 31 gera os adicionais na remuneração aos servidores públicos efetivos, conforme tabela de percentuais de incentivo à capacitação abaixo:

a) A formação exigida para a efetivação do cargo efetivo, bem como a segunda formação na mesma classe, não gera o direito ao adicional;

b) O adicional pela formação das classes “A” até “E”, previstas neste parágrafo poderá ser acumulativo desde que não seja uma segunda formação na mesma classe, mediante requerimento ao Departamento de Recursos Humanos acompanhado da documentação comprobatória de formação ou titularidade no original ou cópia autenticada em cartório.

§ 5º Tem validade a titulação entregue no prazo estipulado em edital expedido pelo Departamento de Recursos Humanos.

a) O prazo máximo que deve constar no edital é o dia 10 de novembro de cada exercício.

b) Toda documentação de comprovação de titulação será analisada pela Comissão de Avaliação de Titulação a ser instituída e nomeada para essa finalidade específica, via Decreto da Mesa Diretora;

c) Após homologação pela comissão, o adicional previsto passará a ser pago a partir do mês de janeiro do exercício subsequente.

§ 6º Cursos e títulos de formação já utilizados para progressão anterior não poderão ser utilizados para efeitos desta lei.

§ 7º A comprovação da formação relativa à escolaridade não tem prescrição, mas o servidor somente terá direito ao adicional a partir da vigência desta lei, não cabendo nenhum direito retroativo.”

1.3. A fundamentação legal para a concessão de adicional na remuneração dos servidores é o art. 21, da Resolução nº 17/2010, de 14 de abril de 2010.

1.4. Para efeito deste Edital, entende-se como curso qualquer evento que proporcione capacitação para os servidores, tais como: treinamentos, seminários, congressos, palestras, painéis e outros.

1.5. O certificado que não possuir carga horária será considerado carga horária de 8h.

1.6. O adicional por capacitação, aperfeiçoamento ou treinamento, conforme definido no § 3º, do art. 21 da Resolução nº 17/2010, será concedido somente ao máximo de 1% ao ano a cada servidor que apresentar no mínimo 40h, e as horas excedentes não serão computadas.

1.7. O adicional por formação acadêmica definida no § 4º, do art. 21, da Resolução nº 17/2010, poderá ser requerido em um único exercício, para tantas classes (de A à E) quantas o servidor já tiver concluído ou em fase de conclusão, não lhe sendo restringido o direito do benefício em uma classe em face de requerimento do benefício em outra classe diferente. Para tanto, deverá apresentar o certificado de conclusão, ou o diploma ou o histórico escolar.

1.8. O servidor que concluir a formação acadêmica definida no § 4º, do art. 21, da Resolução nº 17/2010, durante a vigência do ano de 2014, deverá anexar ao requerimento (anexo II) uma declaração da instituição educacional para comprovar a frequência do curso. A concessão do adicional em seus vencimentos será a partir do mês em que concluir o curso durante o ano de 2014 e ficará condicionada à apresentação para a Comissão de Avaliação e Titulação, do certificado de conclusão ou do diploma ou do histórico escolar.

1.9. Os modelos de requerimentos (anexos I e II) poderão ser retirados no Setor de Recursos Humanos, sendo que o preenchimento é de responsabilidade do requerente.

1.10. As inscrições deverão ser realizadas de 18 à 28 de outubro de 2013, no protocolo da Câmara Municipal de Itapoá, das 7h45min às 13h45min, com destinação ao Setor de Recursos Humanos, através da entrega dos envelopes contendo os documentos dos itens 1.1 e/ou 1.2 deste edital.

1.11. Os envelopes deverão estar fechados e colados, bem como conter em sua parte externa e frontal, os seguintes dizeres:

Envelope nº. 01 - Adicional de participação de cursos de aperfeiçoamento, conforme definido no § 3º, do art. 21, da Resolução nº 17/2010.

Servidor:

Matrícula:

Cargo Efetivo:

Envelope nº. 02 - Adicional por formação acadêmica oficial, conforme definido no § 4º, do art. 21, da Resolução nº 17/2010.

Servidor:

Matrícula:

Cargo Efetivo:

2. Da concessão:

2.1. Toda documentação de comprovação de titulação contida nos envelopes será analisada pela Comissão de Avaliação de Titulação instituída pelo Decreto Legislativo nº 54/2013, de 16 de outubro de 2013, que deverá publicar os resultados no dia 05 de novembro de 2013, abrindo prazo para recurso nos dias 06 e 07 de novembro de 2013. A homologação deverá acontecer até o dia 12 de novembro de 2013, com o encaminhamento dos processos ao Setor de Recursos Humanos.

2.2. Qualquer irregularidade e/ou divergência apontada na documentação analisada, a Comissão oficializará o servidor para que, no prazo de 02 (dois) dias úteis do recebimento, possa solucionar a mesma.

2.3. Será publicada em edital no Diário Oficial dos municípios de Santa Catarina e também no site da Câmara, no dia 13 de novembro de 2013, a relação dos servidores contemplados com a concessão dos adicionais aqui mencionados e deferidos pela Comissão de Avaliação de Titulação.

2.4. Além da publicação, a Comissão de Avaliação de Titulação, deverá efetuar o encaminhamento de uma cópia ao Setor Contábil-Financeiro, para que os adicionais de remuneração sejam impactados no sistema contábil e pagos a partir do mês de janeiro 2014 ou conforme data prevista para a conclusão.

3. Das disposições finais

3.1. A Comissão de Avaliação de Titulação poderá, caso julgue necessário, solicitar parecer jurídico, junto ao Procurador deste Poder Legislativo, o qual deverá manifestar-se no prazo de 03 (três) dias úteis.

3.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Avaliação de Titulação.

Itapoá, 18 de outubro de 2013.

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE TITULAÇÃO

MICHELE MAYER

Presidente

FERNANDA L. G. DUARTE

Secretária

ANA PAULA K. STEPHANI

Membro

FRANCISCO X. SOARES FILHO

Membro

LEONICE MARLI RISKOWSKI

Membro

OSNI OCKER

Presidente da Câmara

ANEXO I

REQUERIMENTO DE ADICIONAL DE REMUNERAÇÃO

Prazados senhores:

Eu, _____, ocupante do cargo de _____, matrícula _____, em exercício no setor _____ deste Poder Legislativo, venho através deste, REQUERER a concessão de adicional de 1% referente a cursos de capacitação, aperfeiçoamento ou treinamento, com fundamento legal no § 3º, do art. 21, da Resolução nº 17/2010, mediante comprovação da documentação em anexo.

Nome do Curso

Carga Horária

Deferimento

Total Carga Horária

NESTES TERMOS

PEÇO DEFERIMENTO

Itapoá, ____ de _____ de 2013.

Assinatura

Tabela de Titulação

Edital nº. 01/2013CAT

ADICIONAL NA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO

Relação dos servidores contemplados com adicional por cursos de Capacitação e Titulação do Poder Legislativo de Itapoá SC

Matrícula	Capacitação	Ensino Médio/técnico	Graduação	Pós-Graduação	Mestrado	Doutorado
19-01	Deferido	Indeferido	Deferido	Não solicitado	Não solicitado	Não solicitado
50822-02	Deferido	Não solicitado	Deferido	Não solicitado	Não solicitado	Não solicitado
50849-01	Deferido	Indeferido	Não solicitado	Não solicitado	Não solicitado	Não solicitado
50857-01	Deferido	Não solicitado	Deferido	Não solicitado	Não solicitado	Não solicitado
50865-01	Deferido	Não solicitado	Deferido	Não solicitado	Não solicitado	Não solicitado
50881-01	Deferido	Não solicitado	Deferido	Deferido	Deferido	Não solicitado
50911-01	Deferido	Não solicitado	Deferido	Deferido	Não solicitado	Não solicitado
51050-01	Deferido	Deferido	Não solicitado	Não solicitado	Não solicitado	Não solicitado

Itapoá, 12 de novembro de 2013

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE TITULAÇÃO

MICHELE MAYER

Presidente

FERNANDA L. G. DUARTE

Secretária

ANA PAULA K. STEPHANI

Membro

FRANCISCO X. SOARES FILHO

Membro

LEONICE MARLI RISKOWSKI

Membro

Jacinto Machado

PREFEITURA

Lei Nº. 706 de 04 de Dezembro de 2013.

LEI Nº. 706 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2013.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art.1º - O Orçamento Geral do Município de Jacinto Machado para o exercício de 2014 estima a Receita, e fixa a Despesa em R\$ 24.000.000,00 (Vinte e quatro milhões de reais), sendo R\$ 19.217.000,00 (Dezenove milhões, duzentos e dezessete mil reais), do Orçamento Fiscal e R\$ 4.830.000,00 (Quatro milhões, oitocentos e trinta mil reais) do Orçamento da Seguridade Social.

DOS ORÇAMENTOS DAS UNIDADES GESTORAS PREFEITURA E CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Art. 2º - O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 21.348.000,00 (Vinte e um milhões, trezentos e quarenta e oito mil reais), fixa em R\$ 17.310.000,00 (Dezessete milhões, trezentos e dez mil reais) a Despesa da Prefeitura Municipal, em R\$ 2.998.000,00 (Dois milhões, novecentos e noventa e oito mil reais) as transferências financeiras para os Fundos Municipais e em R\$ 1.040.000,00 (Hum milhão, quarenta mil reais) as transferências financeiras ao Poder Legislativo.

§ 1º - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma de legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento.

1.	RECEITAS CORRENTES	23.637.000,00
1.1.	RECEITA TRIBUTÁRIA	1.150.000,00
1.2	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	200.000,00
1.3.	RECEITA PATRIMONIAL	404.000,00
1.4	RECEITA AGROPECUÁRIA	16.000,00
1.6	RECEITA DE SERVIÇOS	16.000,00
1.7	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	20.778.000,00
9.1	DEDUÇÕES PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	(3.308.000,00)
1.9.	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.073.000,00
2.	RECEITAS DE CAPITAL	1.019.000,00
2.2.	ALIENAÇÃO DE BENS	56.000,00
2.3	OPERAÇÃO DE CRÉDITO	360.000,00
2.4.	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	603.000,00
	TOTAL:	21.348.000,00

§ 2º - A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional – programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira.

I – CLASSIFICAÇÃO POR ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO

02.00	GABINETE DO PREFEITO	520.000,00
03.00	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E FIN.	1.350.000,00

04.00	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	80.000,00
05.00	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	8.226.000,00
06.00	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	4.400.000,00
07.00	SECRETARIA DA AGRICULTURA, IRRIG, E MEIO AMBIENTE	590.000,00
08.00	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	2.000.000,00
09.00	SECRETARIA DE INDUSTRI, COMERCIO E TURISMO	124.000,00
99.00	RESERVA DE CONTIGÊNCIA	20.000,00
	SOMA:	17.310.000,00

Transferências Financeiras para o F.M.Saúde	2.494.000,00
Transferências Financeiras para o F.M.A. Social	504.000,00
Transferências Financeiras p/ Câmara Municipal de Vereadores	1.040.000,00
SOMA:	4.038.000,00
TOTAL:	21.348.000,00

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

04	Administrativa	1.870.000,00
08	Assistência Social	80.000,00
12	Educação	7.600.000,00
13	Cultura	396.000,00
15	Urbanismo	3.346.000,00
18	Gestão Ambiental	22.000,00
20	Agricultura	520.000,00
22	Indústria	68.000,00
23	Comércio e Serviços	14.000,00
26	Transporte	1.054.000,00
27	Desporto e Lazer	320.000,00
28	Encargos Especiais	2.000.000,00
99	Reserva de Contingência	20.000,00
	SOMA:	17.310.000,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	4.038.000,00
	TOTAL:	21.348.000,00

III– CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	14.423.000,00
3.1.00.00.00.00	Pessoal e Encargo Sociais	9.603.000,00
3.2.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida	50.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	4.770.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	2.887.000,00
4.4.00.00.00.00	Investimentos	2.217.000,00
4.6.00.00.00.00	Amortização da Dívida	650.000,00
9.9.99.99.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	20.000,00
	SOMA:	17.310.000,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS P/ FUNDOS	2.998.000,00
	TRANSF. FINANC. P/ CÂMARA VEREADORES	1.040.000,00
	TOTAL:	21.348.000,00

§ 3º - A Despesa da Câmara Municipal de Vereadores será registrada orçamentariamente como Transferência Financeira pela Unidade Prefeitura Municipal e classificada por modalidade de aplicação de despesa, na forma da Lei 4.320/64, pela Câmara Municipal.

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO

Art. 3º - O Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DE JACINTO MACHADO para o exercício de 2014, estima a Receita em R\$ 1.566.000,00 (Hum milhão, quinhentos e sessenta e seis mil reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 2.494.000,00 (Dois milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil reais), e fixa as Despesas em R\$ 4.060.000,00 (Quatro milhões, sessenta mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma de legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos.

1	RECEITAS CORRENTES	1.446.000,00
1.1	RECEITA TRIBUTÁRIA	6.000,00
1.3	RECEITA PATRIMONIAL	2.000,00
1.6	RECEITA DE SERVIÇOS	40.000,00
1.7	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.380.000,00
1.9	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	18.000,00
2	RECEITAS DE CAPITAL	120.000,00
2.2	ALIENAÇÃO DE BENS	4.000,00
2.4	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	116.000,00
	SOMA:	1.566.000,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	2.494.000,00
	SOMA:	4.060.000,00

§ 2º - A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

10	SAÚDE	4.052.000,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	8.000,00
	SOMA:	4.060.000,00

III – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	3.848.000,00
3.1.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	2.220.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	1.628.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	204.000,00
4.4.00.00.00.00	Investimentos	204.000,00
9.9.99.99.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	8.000,00
	SOMA:	4.060.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO

Art. 4º - O Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO para o exercício de 2014, estima a Receita em R\$ 176.000,00 (Cento e setenta e seis mil reais) as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 504.000,00 (Quinhentos e quatro mil reais), e fixa as Despesas em R\$ 680.000,00 (Seiscentos e oitenta mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma de legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos.

1	RECEITAS CORRENTES	172.000,00
1.3	RECEITA PATRIMONIAL	2.000,00
1.7	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	166.000,00
1.9	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.000,00
2	RECEITAS DE CAPITAL	4.000,00

2.4	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.000,00
	SOMA:	176.000,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	504.000,00
	SOMA:	680.000,00

§ 2º - A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

08	ASISTÊNCIA SOCIAL	676.000,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	4.000,00
	SOMA:	680.000,00

III – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	586.000,00
3.1.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	230.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	356.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	90.000,00
4.4.00.00.00.00	Investimentos	90.000,00
9.9.99.99.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	4.000,00
	SOMA:	680.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO DE JACINTO MACHADO

Art. 5º - O Orçamento da entidade FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO DE JACINTO MACHADO - FASSP para o exercício de 2014, estima a Receita e fixa as Despesas em R\$ 10.000,00 (Dez mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma de legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos.

1	RECEITAS CORRENTES	10.000,00
1.3	RECEITA PATRIMONIAL	10.000,00
	SOMA:	10.000,00

§ 2º - A Despesa da entidade FASSP, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

08	ASISTÊNCIA COMUNITÁRIA	10.000,00
	SOMA:	10.000,00

III – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	10.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	10.000,00
	SOMA:	10.000,00

DO ORÇAMENTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JACINTO MACHADO - SAMAE

Art. 6º - O Orçamento da entidade SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JACINTO MACHADO - SAMAE para o exercício de 2014, estima a Receita e fixa as Despesas em R\$ 900.000,00 (Novecentos mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de Rendas,

Transferências de outras esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma de legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos.

1	RECEITAS CORRENTES	796.000,00
1.6	RECEITA DE SERVIÇOS	734.000,00
1.8	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	16.000,00
1.9	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	46.000,00
2	RECEITAS DE CAPITAL	104.000,00
2.4	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	104.000,00
	SOMA:	900.000,00

§ 2º - A Despesa da entidade SAMAE, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

17	SANEAMENTO	892.000,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	8.000,00
	SOMA:	900.000,00

III – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	622.000,00
3.1.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	270.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	352.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	270.000,00
4.4.00.00.00.00	Investimentos	270.000,00
9.9.99.99.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	8.000,00
	SOMA:	900.000,00

DOS ORÇAMENTOS DOS DEMAIS FUNDOS MUNICIPAIS

Art. 7º - As despesas do FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL, DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL, no exercício de 2.014, serão destacadas em órgãos próprios da Administração Municipal Direta e Descentralizada.

Parágrafo Único - As Receitas auferidas pelos Fundos serão contabilizadas em contas específicas da Unidade Gestora Central e movimentadas em contas bancárias vinculadas aos próprios Fundos, na forma da Lei 4.320/64.

Art. 8º - Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO

99	Reserva de Contingência	8.000,00
	Passivos Contingentes	8.000,00

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO

99	Reserva de Contingência	4.000,00
	Passivos Contingentes	4.000,00

UNIDADE GESTORA: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JACINTO MACHADO - SAMAE

99	Reserva de Contingência	8.000,00
	Passivos Contingentes	8.000,00

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

99	Reserva de Contingência	20.000,00
	Passivos Contingentes	20.000,00

§ 1º - A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por Ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando os dispositivos da Lei Complementar 101/2000 e legislação pertinente.

§ 2º - Não se efetivando até o dia 02/12/2014 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes, previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender "Despesas não Orçadas ou Orçadas a Menor", desde que o Orçamento para 2014 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Art. 9º - Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de uma modalidade de aplicação para outra, dentro de projeto, atividade ou operação especial observada a origem e a destinação dos recursos.

Art.10 - O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4320/64, por Ato Próprio, abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% (cinquenta por cento) da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I – O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II – O ingresso de valores provenientes de Operação de Crédito, ou o seu excesso.

III - A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

IV – Superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo Único – Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares decorrentes de Leis Municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 11 - As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária, só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurando o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 12 - Por Ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, os recursos oriundos de operações de crédito e convênios não previstos no orçamento da Receita, ou seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para a abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 13 - As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 14 - Durante o Exercício de 2014, por meio de autorização específica, o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 15 - Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 16 - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municípios circunvizinhos, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência do

Município ou não, durante o exercício de 2014.

Parágrafo Único: Os Termos de Convênios a que se refere este artigo serão remetidos à Câmara de Vereadores, para conhecimento e homologação, em até 30 dias de sua assinatura.

Art. 17 – Nos casos em que houver alterações nas portarias do Governo Federal ou nas instruções do Tribunal de Contas do Estado, as Destinações de Recursos poderão ser ajustadas àquelas, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 18 – Ficam autorizados os ajustes necessários nos Anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2014 que se fizerem necessárias em função dos valores constantes dos Anexos da presente Lei.

Art. 19 - Fazem parte integrante desta Lei os ANEXOS extraídos da Lei Federal nº 4.320/64 oriundos do sistema informatizado de contabilidade e orçamentos e os ANEXOS vinculados à Lei de Diretrizes Orçamentárias/2014 previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, com os ajustes de que trata o artigo anterior.

Art. 20 - A presente Lei vigorará durante o exercício de 2014, a partir de 1º de janeiro.

Prefeitura Municipal de Jacinto Machado (SC), 04 de dezembro de 2013.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Lei nesta Secretaria na data supra:

MARCIO LUIZ ABATTI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Decreto N°. 113 de 18 de Novembro de 2013.

DECRETO N°. 113 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA UNIDADE PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO EXERCÍCIO EM CURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 10º, inciso Iº, da Lei nº. 661 de 19 de dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar na dotação orçamentária da Unidade Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, abaixo discriminada, por conta do provável excesso de arrecadação, provenientes de recursos próprios, no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), como segue:

ORGÃO: 03 - SECRETARIA DA ADM., PLANEJ. E FINANÇAS

UNIDADE: 01 - DIRETORIA GERAL DA ADM. E PLANEJAMENTO

ATIVIDADE: 2.005 - Manutenção dos Serv., Administrativos e de Planejamento

Modalidade de Aplicação: (12) - 3.3.90.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

TOTAL R\$ 100.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados à suplementação do artigo anterior correrão por conta do provável excesso de arrecadação de recursos próprios (vinculação 00.0080) da Unidade Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, creditados nas contas correntes da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado.

Parágrafo Único: A suplementação de que trata o artigo 1º deste

Decreto fica condicionada e limitada à arrecadação efetiva do recurso.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 18 de novembro de 2013.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MARCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Decreto N°. 114 de 18 de Novembro de 2013.

DECRETO N°. 114 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO SAMAE DE JACINTO MACHADO POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 10º, inciso IVº, da Lei nº. 661 de 19 de dezembro de 2012.

DECRETA

Art. 1º Fica autorizado à abertura de Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento do SAMAE de Jacinto Machado do exercício de 2013, na importância de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), por conta do Superávit Financeiro do Exercício de 2012, na dotação orçamentária abaixo discriminada:

ORGÃO: 13 - SAMAE

UNIDADE: 01 - SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO

Atividade: 2.047 - Manutenção Operacional e Administrativo do SAMAE

Modalidade de Aplicação: (14) - 3.1.90.00.03.0103 - Aplicações Diretas R\$ 23.000,00

Modalidade de Aplicação: (15) - 3.3.90.00.03.0103 - Aplicações Diretas R\$ 27.000,00

TOTAL R\$ 50.000,00

Art. 2º - Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, correrão por conta do superávit financeiro do exercício de 2012, dos Recursos Próprios creditados nas Contas Correntes do SAMAE de Jacinto Machado.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 18 de novembro de 2013.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MARCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Decreto N°. 115 de 18 de Novembro de 2013.

DECRETO N°. 115 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA UNIDADE PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO

EXERCÍCIO EM CURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 10º, inciso Iº, da Lei nº. 661 de 19 de dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar na dotação orçamentária da Unidade Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, abaixo discriminada, por conta do provável excesso de arrecadação, provenientes de recursos próprios, no valor de R\$ 75.000,00 (Setenta e cinco mil reais), como segue:

ORGÃO: 05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
UNIDADE: 01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO
ATIVIDADE: 2.013 - Manutenção das Creches
Modalidade de Aplicação: (47) - 3.1.90.00.00.00.0695 - Aplicações Diretas R\$ 75.000,00
TOTAL R\$ 75.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados à suplementação do artigo anterior, correrão por conta do provável excesso de arrecadação de recursos próprios (vinculação 00.0080) da Unidade Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, creditados nas contas correntes da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado.

Parágrafo Único: A suplementação de que trata o artigo 1º deste Decreto fica condicionada e limitada à arrecadação efetiva do recurso.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 18 de novembro de 2013.
ANTONIO JOÃO DE FAVERI
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MARCIO LUIZ ABATTI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Aviso de Licitação - Pregão Presencial N° 007/2013/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N° 007/2013/FMS

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO, o Pregoeiro e sua equipe de apoio, com devida autorização expedida pela Gestora do Fundo, e de conformidade com as Leis 8.666/93 e a 10.520/02, suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna público a realização de licitação no dia 19/12/2013 às 10h30min, com entrega dos envelopes até às 10h15min da mesma data, na sede da Prefeitura, na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a "AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL COMUM E ÓLEO DIESEL S10 PARA A FROTA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO NO EXERCÍCIO DE 2014.". O Edital com seus anexos deverão ser obtidos no Setor de Licitações da Prefeitura, sito à RUA POOL JORGE ZACCA, Nº 75, CENTRO, JACINTO MACHADO - SC, no horário das 07h00min às 13h00min, de segunda a sexta-feira ou através de solicitação enviada para o e-mail: licitacao@jacintomachado.sc.gov.br. Informações pelo Fone: (48) 3535-1133.

Jacinto Machado - SC, 05 de dezembro de 2013.

ANA MARIA BACK MACHADO

Gestora do Fundo

Aviso de Licitação - Pregão Presencial N° 019/2013/Pmjm

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N° 019/2013/PMJM

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, o Pregoeiro e sua equipe de apoio, com devida autorização expedida pelo Prefeito Municipal, e de conformidade com as Leis 8.666/93 e a 10.520/02, suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna público a realização de licitação no dia 19/12/2013 às 08h30min, com entrega dos envelopes até às 08h15min da mesma data, na sede da Prefeitura, na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a "AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL COMUM, ÓLEO DIESEL S10 E GASOLINA COMUM PARA A FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO NO EXERCÍCIO DE 2014.". O Edital com seus anexos deverão ser obtidos no Setor de Licitações da Prefeitura, sito à RUA POOL JORGE ZACCA, Nº 75, CENTRO, JACINTO MACHADO - SC, no horário das 07h00min às 13h00min, de segunda a sexta-feira ou através de solicitação enviada para o e-mail: licitacao@jacintomachado.sc.gov.br. Informações pelo Fone: (48) 3535-1133.

Jacinto Machado - SC, 05 de dezembro de 2013.





ANTONIO JOÃO DE FAVERI

Prefeito

PEGAS

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



-  Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
-  Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
-  Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
-  Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;

www.ciga.sc.gov.br

Joaçaba

PREFEITURA

Portaria N° 1542

PORTARIA N° 1.542 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2013
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) MARCELO CARDOSO DA SILVA, Operador de Máquinas, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, pedido protocolado através do memorando interno n° 093/2013 da Secretaria de Desenvolvimento Agrícola, Indústria, Comércio, Turismo e Inovação, referente ao período de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 (12 dias), por um período de 12 dias, a partir de 02 de dezembro de 2013 de acordo com a Lei n° 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, retroagindo a 02 de dezembro de 2013, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 04 de dezembro de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria N° 1543

PORTARIA N° 1.543 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2013
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) ALCEMIR LUIZ MARCUS, Motorista, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, através do memorando interno n° 492/2013 da Secretaria de Saúde, referente ao período de 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009 (12 dias), por um período de 12 dias, a partir de 23 de dezembro de 2013 de acordo com a Lei n° 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos a partir de 23 de dezembro de 2013, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 04 de dezembro de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria N° 1544

PORTARIA N° 1.544 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2013
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) JOSE ELUI DOS SANTOS, Cirurgião Dentista, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, através do memorando interno n° 492/2013 da Secretaria de Saúde, referente ao período de 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009 (12 dias), por um período de 12 dias, a partir de 23 de dezembro de 2013 de acordo com a Lei n° 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos a partir de 23 de dezembro de 2013, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 04 de dezembro de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria N° 1545

PORTARIA N° 1.545 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2013
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) MAISA MOZARA DA ROSA BUTH, Auxiliar de Serviços Internos, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, através do memorando interno n° 492/2013 da Secretaria de Saúde, referente ao período de 19 de março de 2012 a 18 de março de 2013 (12 dias), por um período de 12 dias, a partir de 20 de dezembro de 2013 de acordo com a Lei n° 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos a partir de 20 de dezembro de 2013, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 04 de dezembro de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria N° 1546

PORTARIA N° 1.546 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2013
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) PAULO ANTONIO PADOVA, Técnico em Laboratório, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, através do memorando interno n° 492/2013 da Secretaria de Saúde, referente ao período de 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010 (12 dias), por um período de 12 dias, a partir de 23 de dezembro de 2013 de acordo com a Lei n° 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos a partir de 23 de dezembro de 2013, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 04 de dezembro de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria N° 1547

PORTARIA N° 1.547 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2013
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) ROSANGELA GIONGO, Telefonista/Recepcionista, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, através do memorando interno n° 492/2013 da Secretaria de Saúde, referente ao período de 01 de janeiro de 2010 a 31 de

dezembro de 2010 (12 dias), por um período de 12 dias, a partir de 09 de dezembro de 2013 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos a partir de 09 de dezembro de 2013, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 04 de dezembro de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 1548

PORTARIA Nº 1.548 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2013
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) SOMIA MARIA POZZA, Auxiliar de Enfermagem, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, através do memorando interno nº 492/2013 da Secretaria de Saúde, referente ao período de 01 de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2008 (12 dias), por um período de 12 dias, a partir de 19 de dezembro de 2013 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos a partir de 19 de dezembro de 2013, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 04 de dezembro de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 1549

PORTARIA Nº 1.549 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2013
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) VERONICA SALETE ALVES PEREIRA, Auxiliar de Saúde Bucal, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, através do memorando interno nº 492/2013 da Secretaria de Saúde, referente ao período de 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009 (12 dias), por um período de 12 dias, a partir de 23 de dezembro de 2013 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos a partir de 23 de dezembro de 2013, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 04 de dezembro de 2013
RAFAEL LASKE

Extrato Homologação PL 16/2013 PP 13/2013 FMAS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FAS
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 16/2013/FAS

O Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:
1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 16/2013/FAS, nos

seguintes termos:
- Modalidade: Pregão Presencial 13/2013/FAS.

Objeto: a aquisição de brinquedos e doces destinados ao Programa Natal Feliz para as Crianças, conforme Lei municipal nº 4.411/2013, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

- Empresas Vencedoras:
MERCADO E CONFECÇÕES SS DURIGON LTDA
VALOR R\$ 2.835,00
PEDRA AZUL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
VALOR R\$ 10.900,00

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 04 de dezembro de 2013.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Aditivo 994/2013 PMJ TA 01

CONTRATO Nº 994/2012/PMJ - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE e a empresa EXPRESS SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 08.924.505/0001-54, estabelecida na 08.924.505/0001-54, Bairro CENTRO, no Município de CAMPOS NOVOS/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. JONAS AVELINO TONIELLO, portador da Carteira de Identidade nº 4.984.246 e CPF nº 067.963.489-40, residente e domiciliado na RUA JUSTINO RAMOS DA CUNHA, 155, Bairro SANTO ANTONIO, na cidade de CAMPOS NOVOS/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 994/2012/PMJ, firmado em 04/12/2012, proveniente do Processo de Licitação 91/2012/PMJ, instaurado através do Edital PP nº 48/2012/PMJ, cujo objeto é a prestação pela CONTRATADA de serviços de portaria em 01 (um) posto de trabalho com carga horária de 24 (vinte e quatro) horas ininterruptas, junto ao prédio do Novo Terminal Rodoviário Municipal, às margens da BR 282, Joaçaba, SC, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO e a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA
CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

A vigência do contrato fica prorrogada para 03 de fevereiro de 2014, a contar de 04 de novembro de 2013, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo da prestação dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 14 (quatorze) meses, contados do seu início.

CLÁUSULA SEGUNDA
CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO

Diante da prorrogação da vigência contratual constante na cláusula primeira deste Termo, agregar-se-á ao valor global do contrato o valor de R\$ 23.980,00 (vinte e três mil novecentos e oito reais).

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 03 de dezembro de 2013.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
RAFAEL LASKE
PREFEITO

EXPRESS SERVIÇOS LTDA ME
JONAS AVELINO TONIELLO

Testemunhas:

1. _____ 2. _____

Extrato Contrato 05/2013 FUNREBOM
EXTRATO DO CONTRATO Nº 05/2013/FUNREBOM
PL 116/2013/PMJ – PP 66/2013PMJ

CONTRATANTE: FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS – FUNREBOM.

CONTRATADA: INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA – IEL/SC

OBJETO: Prestação, pela CONTRATADA de serviços de administração, na condição de agente de integração, do programa de concessão de vagas de estágio remuneradas a estudantes regularmente matriculados e com frequência efetiva que estejam freqüentando o Ensino Médio, Técnico ou Superior, com idade a partir de 16 anos, nos termos da Lei nº 11.788/2008, a fim de atender às necessidades do Município de Joaçaba, SC.
VALOR TOTAL CONTRATADO:

NÍVEL	QTDE. ESTAGIÁRIOS	VALORES BOLSA AUXÍLIO R\$	VALOR MÊS R\$	VALOR 12 MESES R\$
SUPERIOR	03	500,00	1.500,00	18.000,00
TOTAIS PREVISTOS (BOLSA-AUXÍLIO)			1.500,00	18.000,00
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO = 3,34% SOBRE O VALOR DA BOLSA AUXÍLIO – R\$				
			50,10	601,20

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.006 – MANUTENÇÃO DO FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS - FUNREBOM

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES – Aplicações Diretas

VIGÊNCIA: por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

DATA DE ASSINATURA: 02/12/2013.

Extrato Contrato 09/2013 FMCE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 009/2013/FMCE
PL 116/2013/PMJ – PP 66/2013/PMJ

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTES DE JOAÇABA

CONTRATADA: INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA – IEL/SC.

OBJETO: Prestação, pela CONTRATADA de serviços de

administração, na condição de agente de integração, do programa de concessão de vagas de estágio remuneradas a estudantes regularmente matriculados e com frequência efetiva que estejam freqüentando o Ensino Médio, Técnico ou Superior, com idade a partir de 16 anos, nos termos da Lei nº 11.788/2008, a fim de atender às necessidades do Município de Joaçaba, SC.

VALOR TOTAL CONTRATADO: A CONTRATADA perceberá a importância mensal equivalente a 3,34 % (três vírgula trinta e quatro por cento) sobre o valor total mensal da bolsa-auxílio devida aos estagiários, conforme estimativa a seguir:

NÍVEL	QTDE. ESTAGIÁRIOS	VALORES BOLSA AUXÍLIO R\$	VALOR MÊS R\$	VALOR 12 MESES R\$
SUPERIOR	03	500,00	1.500,00	18.000,00
TOTAIS PREVISTOS (BOLSA-AUXÍLIO)			1.500,00	18.000,00
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO = 3,34% SOBRE O VALOR DA BOLSA AUXÍLIO – R\$				
			50,10	601,20

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.002 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

3.3.90.00.00.00.00.0.1.000.0 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES – Aplicações Diretas

2.003 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS

3.3.90.00.00.00.00.0.1.000.0 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES – Aplicações Diretas

VIGÊNCIA: por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura

DATA DE ASSINATURA: 02/12/2013.

Extrato Contrato 128/2013 PMJ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 128/2013/PMJ
PL 116/2013/PMJ – PP 66/2013/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA

CONTRATADA: INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA – IEL/SC

OBJETO: Prestação, pela CONTRATADA de serviços de administração, na condição de agente de integração, do programa de concessão de vagas de estágio remuneradas a estudantes regularmente matriculados e com frequência efetiva que estejam freqüentando o Ensino Médio, Técnico ou Superior, com idade a partir de 16 anos, nos termos da Lei nº 11.788/2008, a fim de atender às necessidades do Município de Joaçaba, SC.

VALOR CONTRATADO: A CONTRATADA perceberá a importância mensal equivalente a 3,34 % (três vírgula trinta e quatro por cento) sobre o valor total mensal da bolsa-auxílio devida aos estagiários, conforme estimativa a seguir:

PREFEITURA

NÍVEL	QTDE. ESTAGIÁRIOS	VALORES BOLSA AUXÍLIO R\$	VALOR MÊS R\$	VALOR 12 MESES R\$
SUPERIOR	14	500,00	7.000,00	84.000,00
TÉCNICO	01	438,00	438,00	5.256,00
MÉDIO	02	375,00	750,00	9.000,00
TOTAIS PREVISTOS (BOLSA-AUXÍLIO)			8.188,00	98.256,00
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO = 3,34% SOBRE O VALOR DA BOLSA AUXÍLIO – R\$				
			273,48	3.281,75

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

NÍVEL	QTDE. ESTAGIÁRIOS	VALORES BOLSA AUXÍLIO R\$	VALOR MÊS R\$	VALOR 12 MESES R\$
SUPERIOR	35	500,00	17.500,00	210.000,00
TÉCNICO	02	438,00	876,00	10.512,00
MÉDIO	15	375,00	5.625,00	67.500,00
TOTAIS PREVISTOS (BOLSA-AUXÍLIO)			24.001,00	288.012,00
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO = 3,34% SOBRE O VALOR DA BOLSA AUXÍLIO – R\$			801,63	9.619,60

DOTAÇÕES:

2.117 – MANUTENÇÃO CONVÊNIO POLICIA AMBIENTAL

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES – Aplicações Diretas

2.030 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES – Aplicações Diretas

2.047 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES – Aplicações Diretas

2.048 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES – Aplicações Diretas

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura

DATA DE ASSINATURA: 02/12/2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Extrato Contrato 32/2013 FMAS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 32/2013/FMAS

PL 116/2013/PMJ – PP 66/2013/PMJ

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATADA: INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA – IEL/SC

OBJETO: Prestação, pela CONTRATADA de serviços de administração, na condição de agente de integração, do programa de concessão de vagas de estágio remuneradas a estudantes regularmente matriculados e com frequência efetiva que estejam frequentando o Ensino Médio, Técnico ou Superior, com idade a partir de 16 anos, nos termos da Lei nº 11.788/2008, a fim de atender às necessidades do Município de Joaçaba, SC.

VALOR CONTRATADO: A CONTRATADA perceberá a importância mensal equivalente a 3,34 % (três vírgula trinta e quatro por cento) sobre o valor total mensal da bolsa-auxílio devida aos estagiários, conforme estimativa a seguir:

NÍVEL	QTDE. ESTAGIÁRIOS	VALORES BOLSA AUXÍLIO R\$	VALOR MÊS R\$	VALOR 12 MESES R\$
SUPERIOR	07	500,00	3.500,00	42.000,00
TÉCNICO	01	438,00	438,00	5.256,00
MÉDIO	01	375,00	375,00	4.500,00
TOTAIS PREVISTOS (BOLSA-AUXÍLIO)			4.313,00	51.756,00
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO = 3,34% SOBRE O VALOR DA BOLSA AUXÍLIO – R\$			144,05	1.728,65

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.019 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES – Aplicações Diretas

2.068 – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA – IDOSO

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES – Aplicações Diretas

2.071 – PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – PETI/CREAS

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES – Aplicações Diretas

2.073 – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA – CRAS/PAIF/IGD

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES – Aplicações Diretas

2.101 – MANUT. DOS SERVIÇOS ASSISTENCIAIS A COMUNIDADE

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES – Aplicações Diretas

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura

DATA DE ASSINATURA: 02/12/2013

Extrato Contrato 39/2013 FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 39/2013/FMS

PL 116/2013 PMJ – PP 66/2013 PMJ

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

CONTRATADA: INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA – IEL/SC

OBJETO: Prestação, pela CONTRATADA de serviços de administração, na condição de agente de integração, do programa de concessão de vagas de estágio remuneradas a estudantes regularmente matriculados e com frequência efetiva que estejam frequentando o Ensino Médio, Técnico ou Superior, com idade a partir de 16 anos, nos termos da Lei nº 11.788/2008, a fim de atender às necessidades do Município de Joaçaba, SC.

VALOR CONTRATADO: A CONTRATADA perceberá a importância mensal equivalente a 3,34 % (três vírgula trinta e quatro por cento) sobre o valor total mensal da bolsa-auxílio devida aos estagiários, conforme estimativa a seguir:

NÍVEL	QTDE. ESTAGIÁRIOS	VALORES BOLSA AUXÍLIO R\$	VALOR MÊS R\$	VALOR 12 MESES R\$
SUPERIOR	08	500,00	4.000,00	48.000,00
TÉCNICO	01	438,00	438,00	5.256,00
MÉDIO	02	375,00	750,00	9.000,00
TOTAIS PREVISTOS (BOLSA-AUXÍLIO)			5.188,00	62.256,00
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO = 3,34% SOBRE O VALOR DA BOLSA AUXÍLIO – R\$			173,28	2.079,35

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.009 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES – Aplicações Diretas

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura

DATA DE ASSINATURA: 02/12/2013

CÂMARA MUNICIPAL**Resolução 038.2013 - Prorroga Concurso 001.2011**
RESOLUÇÃO Nº 038/2013 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2013
"PRORROGA PRAZO DE CONCURSO PÚBLICO, QUE ESPECIFICA."

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004, resolve:

Art. 1º - Fica prorrogado por 02 (dois) anos, os efeitos do Edital de Concurso Público nº 01/2011, conforme o disposto no item 12.3 do respectivo Edital.

Art.2º - Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Joaçaba, 03 de dezembro de 2013.
ELOI HOFFELDER
Presidente

Resolução N. 037 de 02 de Dezembro de 2013.
RESOLUÇÃO N. 037 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2013.
Institui o Diário Oficial dos Municípios como órgão de publicação legal da Câmara de Vereadores de Joaçaba.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Joaçaba - SC, no uso de suas atribuições regimentais, em especial o art. 32, II do Regimento Interno
RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído o Diário Oficial dos Municípios, como órgão oficial de publicação legal e divulgação dos atos processuais e administrativos do Poder Legislativo do Município de Joaçaba.

Parágrafo único. A partir do dia 16/12/2013, o Diário Oficial dos Municípios substitui as demais formas de publicação e será veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet.

Art. 2º A publicação atenderá aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

Parágrafo único. A assinatura digital do Diário Oficial dos Municípios ficará sob responsabilidade do Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA.

Art. 3º Os atos oficiais de efeitos externos surtirão seus efeitos somente depois de publicados no Diário Oficial dos Municípios.

Parágrafo único. Os atos oficiais de efeitos internos entrarão em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Joaçaba/SC, 02 de dezembro de 2013.
ELÓI HOFFELDER
Presidente da Mesa Diretora

SIMAE**Portaria JHL 175/2013**

PORTARIA SIMAE. JHL - Nº 175/2013 06.12.2013
Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba e Herval D'Oeste e Luzerna- SC, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º - Nomear de acordo com a Lei Complementar 76/2003,

tendo em vista a aprovação no Concurso Público realizado conforme Edital nº JHL 001/2012 e a classificação em sexto lugar, na forma do Art. 4º da Lei Complementar nº 193/10 de 06 de setembro de 2010 e nos termos do § 1º, do art. 13, da LC n. 76/2003, do Município de Joaçaba-SC, o Sr: Volnei Jacob Muller, para o Cargo de Auxiliar de Operações, Padrão-2, Nível-1, Referência-A, lotado na Diretoria Técnica, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba, com vencimentos a partir da data da tomada de Posse.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente

Joaçaba-SC, 06 de dezembro de 2013.

Diante da necessidade dos serviços, tendo em vista a aprovação em 6º Lugar de Volnei Jacob Muller no Concurso Público de que trata o Edital SIMAE JHL n.º 01/2012, para o Cargo de Auxiliar de Operações de acordo com a Portaria JHL-009/2013 de 15/01/2013 e Portaria JHL-012/2013 de 15/01/2013, que homologa resultado final do Concurso, comunicamos que V.Sª deverá comparecer ao escritório do SIMAE, sito à Rua Tiradentes, 123, em Joaçaba-SC, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso.

Portaria JHL 176/2013

PORTARIA SIMAE JHL - Nº 176/2013 DE 06/12/2013

Elisabet Maria Zanela Sartori Diretora Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba e Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

1º Designar: Silvane Maier, Auxiliar Administrativo, P-3, N-2, Ref.A-3

para responder pela Função de Gerente do Setor Comercial, no período de 09 de dezembro de 2013, à 28 de dezembro de 2013, por motivo de férias do titular, com direito a Função Gratificada Adicional, Nível FGA-4, de acordo com Art.16 parágrafo 4º da Lei Complementar 193 de 06/09/10, proporcional aos dias trabalhados.

2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 06 de dezembro de 2013.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente

Pregão JHL 0056/2013

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0074/2013

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0056/2013

PROTOCOLO JHL 3417/2013

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0056/2013 - Licitação 0074/2013, TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, que trata de:

Objeto: Registro de Preços de Prestação De Serviços De Análises Laboratoriais para Controle da Qualidade da Água e Esgoto.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 20/12/2013 às 09:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 20/12/2013 às 09:05

horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC. Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 8:00 as 11:00 e das 14:00 as 17:00 horas ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 06/12/2013 a 20/12/2013. Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 06 DE Dezembro DE 2013

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente do SIMAE.

Pregão Presencial JHL 0055/2013 - SIMAE.

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0073/2013

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0055/2013

PROTOCOLO JHL 3416/2013

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0055/2013 - Licitação 0073/2013, TIPO MENOR PREÇO, que trata de:

Objeto: AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) VEÍCULOS TIPO UTILITÁRIO 0(ZERO) QUILOMETRO, ANO 2013 E MODELO 2014, A SER UTILIZADO NA ÁREA TÉCNICA AGUA DO SIMAE.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 18/12/2013 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 18/12/2013 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 8:00 as 11:00 e das 14:00 as 17:00 horas ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 06/12/2013 a 18/12/2013.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 06 de Dezembro de 2013.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente do SIMAE.

Lages

PREFEITURA

PP 89-2013 PML

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

Diretoria de Licitações e Contratos

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 89-2013 PML

Objeto: Aquisição de Brinquedos, Fantasias Infantis, Material de Expediente e Escritório.

Tipo: Menor Preço Por Lote

Abertura: 18/12/2013 às 14:30

Valor Estimado: R\$ 43.359,63

A retirada obter-se-á na Diretoria de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site www.lages.sc.gov.br, sem ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 04 de dezembro de 2013.

PEDRO MARCOS ORTIZ

Secretário de Administração

Extrato de Contrato 396/2013 - PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 396/2013

COMODANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: MICROCABLE SERVIÇOS, TELECOMUNICAÇÕES E ENERGIA LTDA -ME, inscrita no CNPJ sob n.º 17.101.531/0001-73, com sede à Av. Duque de Caxias, 1.540 - Lages/SC - CEP: 88.508-001.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Cabeamento de Dados e Telefonia, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato e autorização de fornecimento nº 410/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA DO PRAZO

29/11/2013 à 31/12/2016

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E RECURSOS

R\$ 72.980,00 (setenta e dois mil e novecentos e oitenta reais) - PMAT

Lages, 04 dezembro de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 396/2013

COMODANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: MICROCABLE SERVIÇOS, TELECOMUNICAÇÕES E ENERGIA LTDA -ME, inscrita no CNPJ sob n.º 17.101.531/0001-73, com sede à Av. Duque de Caxias, 1.540 - Lages/SC - CEP: 88.508-001.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Cabeamento de Dados e Telefonia, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato e autorização de fornecimento nº 410/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA DO PRAZO

29/11/2013 à 31/12/2016

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E RECURSOS

R\$ 72.980,00 (setenta e dois mil e novecentos e oitenta reais) - PMAT

Lages, 04 dezembro de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages



Lauro Muller

PREFEITURA

Errata de Publicação de Contrato

ERRATA DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO

Estado de Santa Catarina

Governo Municipal de Lauro Müller

EXTRATO DE CONTRATO 65/2013 FMS

Processo Licitatório nº 43/2013 - Pregão Presencial nº 32/2013

Objeto: Aquisição de equipamento para a Samu através do Fundo Municipal de Saúde.

Contratado: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

Valor: R\$ 1.602,40 (mil seiscentos e dois reais e quarenta centavos).

Prazo de Vigência: 21/11/2013 à 31/12/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Errata de Publicação de Contrato

ERRATA DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO

Estado de Santa Catarina

Governo Municipal de Lauro Müller

EXTRATO DE CONTRATO 66/2013 FMS

Processo Licitatório nº 43/2013 - Pregão Presencial nº 32/2013

Objeto: Aquisição de equipamento para a Samu através do Fundo Municipal de Saúde.

Contratado: ISAMED MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA - ME

Valor: R\$ 1.509,26 (mil quinhentos e nove reais e vinte e seis centavos).

Prazo de Vigência: 21/11/2013 à 31/12/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Lebon Régis

PREFEITURA

Resolução N° 003/2013

RESOLUÇÃO N. 003/2013

Aprova o Plano de Atendimento Socioeducativo do Município de Lebon Régis.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Lebon Régis, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação federal e municipal e,

CONSIDERANDO as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente, notadamente do artigo 88;

CONSIDERANDO as disposições da Lei Municipal n. 703/1993, que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, notadamente os artigos 9, 10 que tratam da criação do

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e de suas atribuições;

CONSIDERANDO que de acordo com o art. 10 da Lei nº 12.594/2012, todos os programas de atendimento mantidos pelo município, assim como as suas respectivas alterações, deverão ser devidamente inscritos no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e adolescente;

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar o Plano de Atendimento Socioeducativo do Município de Lebon Régis, conforme Anexo I desta Resolução, que fica fazendo parte integrante desta.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Lebon Régis (SC), 03 de dezembro de 2013.

ROSANE DIAS GUESSER

Presidente do CMDCA

Leoberto Leal

PREFEITURA

Decreto N.º 101/2013

DECRETO Nº 101, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2013

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMNTO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL"

A Prefeita de Leoberto Leal, Estado de santa Catarina, em exercício, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 8º Inciso II da lei nº 933 de 06 de dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária do orçamento da seguridade social vigente, com a seguinte estrutura e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	10	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS - IPRELL	1.850,00
Unidade Orçamentária	01	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS - IPRELL	1.850,00
Função	9	Previdência Social	1.850,00
Sub-função	122	Administração Geral	1.850,00
Programa	13	Regime Próprio de Previdência	1.850,00
Atividade	2.037	Funcionamento e Manutenção do RPPS – Administração	1.850,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	1.850,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	1.850,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	1.850,00

		Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	
Fonte de Recursos	0.2.0003		1.850,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			1.850,00

Art. 2º Os recursos utilizados para atender o disposto no artigo anterior correrão por conta da anulação do saldo da dotação com a seguinte estrutura e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	10	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS - IPRELL	1.850,00
Unidade Orçamentária	01	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS - IPRELL	1.850,00
Função	9	Previdência Social	1.850,00
Sub-função	122	Administração Geral	1.850,00
Programa	13	Regime Próprio de Previdência	1.850,00
Atividade	2.037	Funcionamento e Manutenção do RPPS – Administração	1.850,00

Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	1.850,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	1.850,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	1.850,00
Fonte de Recursos	0.2.0003	Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	1.850,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			1.850,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 05 de dezembro de 2013.

BRUNA PRIM

Prefeita Municipal e.e

Decreto N.º 102/2013

DECRETO Nº 102, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2013.

“ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE”

A Prefeita de Leoberto Leal/SC, em exercício, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 8º Inciso II da Lei nº 933 de 06 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação do Orçamento Fiscal vigente, com a seguinte classificação, no valor de:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	02	GABINETE DO PREFEITO	4.800,00
Unidade Orçamentária	01	GABINETE DO PREFEITO	4.800,00

Função	04	Administração	4.800,00
Sub-Função	122	Administração Geral	4.800,00
Programa	0002	Gestão com Exce-lência	4.800,00
Projeto/Atividade	2.002	Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito	4.800,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Cor-rentes	4.800,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encar-gos Sociais	4.800,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	4.800,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordi-nários	4.800,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			4.800,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, na seguinte dotação com a seguinte classificação e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	02	GABINETE DO PREFEITO	4.800,00
Unidade Orçamentária	01	GABINETE DO PREFEITO	4.800,00
Função	04	Administração	4.800,00
Sub-Função	122	Administração Geral	4.800,00
Programa	0002	Gestão com Exce-lência	4.800,00
Projeto/Atividade	2.002	Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito	4.800,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Cor-rentes	4.800,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	4.800,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	4.800,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordi-nários	4.800,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			4.800,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 05 de Dezembro de 2013.

BRUNA PRIM

Prefeita Municipal e.e

Decreto N.º 103/2013

DECRETO Nº 103, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2013

“SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL”

A Prefeita de Leoberto Leal, em exercício, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 8º Inciso III da lei nº 933 de 06 de dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas a dotações orçamentárias do

orçamento da seguridade social vigente, com a seguinte estrutura e valores:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	10	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS - IPRELL	431,17
Unidade Orçamentária	01	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS - IPRELL	431,17
Função	9	Previdência Social	431,17
Sub-função	122	Administração Geral	431,17
Programa	13	Regime Próprio de Previdência	431,17
Atividade	2.033	Funcionamento e Manutenção do RPPS – Benefícios	20,21
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	20,21
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	20,21
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	20,21
Fonte de Recursos	0.6.0003	Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	20,21
Atividade	2.037	Funcionamento e Manutenção do RPPS – Administração	410,96
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	410,96
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	410,96
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	410,96
Fonte de Recursos	0.6.0003	Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	410,96
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			431,17

Art. 2º Os recursos utilizados para atender o disposto no artigo anterior correrão por conta do Superávit Financeiro verificado no exercício anterior na seguinte fonte:

Recurso	Fonte de Recursos	Valor
0.2.0003	Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social	431,17
TOTAL DO SUPERÁVIT UTILIZADO		431,17

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 05 de dezembro de 2013.
BRUNA PRIM
Prefeita Municipal e.e

Contrato N° 049/2013 - PMLL

CONTRATO N° 049/2013

"Contratação de empresa para organização, decoração, divulgação, segurança, bandas, estrutura de som e iluminação em comemoração ao 51º Aniversário de Emancipação Política Administrativa de Leoberto Leal, que realizar-se-á no dia 15 de dezembro de 2013, conforme especificações contidas no Edital de Pregão Presencial n° 056/2013."

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Bairro Centro, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o n° 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela Prefeitura Municipal e.e. Senhorita BRUNA PRIM, a seguir denominado CONTRATANTE, e a Empresa JULIANO MACIEL GARCIA DE QUEVEDO ME, pessoa jurídica de direito privado, sito na Hercílio Luz, n° 110, Cidade de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob n° 18.228.902/0001-45, neste ato representada pelo Senhor JULIANO MACIEL GARCIA DE QUEVEDO, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes, assim como pelas condições no Edital de Pregão Presencial n° 056/2013, ajustam o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, na forma das cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - Objetiva-se a contratação de empresa para organização, decoração, divulgação, segurança, bandas, estrutura de som e iluminação em comemoração ao 51º Aniversário de Emancipação Política Administrativa de Leoberto Leal, que realizar-se-á no dia 15 de dezembro de 2013, conforme especificações contidas no Edital de Pregão Presencial n° 056/2013.

§ 1º - Este contrato não inclui qualquer outro tipo de serviço, que não sejam os previstos no Caput da Cláusula Primeira.

§ 2º- Serviços outros, que o MUNICÍPIO tenha interesse junto a CONTRATADA, deverão ser acordados entre ambas as partes, fora dos termos aqui estipulados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO - Fica através deste instrumento pactuado que o objeto deste contrato será executado até 31/12/2013, devendo ser entregue todas as prestações de serviços até o dia 15 de dezembro de 2013 para inspeção da comissão organizadora do evento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PAGAMENTO - Pelo objeto deste contrato, será pago a CONTRATADA, o valor de R\$ 24.116,00 (vinte e quatro mil cento e dezesseis reais). Deve-se, ainda, observar o seguinte:

I - O Pagamento será procedido diretamente ao representante legal da CONTRATADA, em até 10 (dez) dias, após a execução dos serviços, devendo o fornecedor comparecer junto à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, ou, através de depósito em conta corrente cuja CONTRATADA é titular, mediante a apresentação de Nota Fiscal, em via original, devidamente preenchida, descrevendo todos os serviços prestados.

II - As faturas que apresentem incorreções, serão devolvidas ao emitente e seu vencimento ocorrerá em até 05 (cinco) dias após a data de sua reapresentação.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES - Ambas as partes, por conta deste instrumento, contraem obrigações as quais não cumpridas, importarão na rescisão pleno jure do presente pacto, a saber:

I - A CONTRATADA, nesta relação contratual, se obriga a:

- 1) Executar os serviços ao fiel cumprimento do objeto proposto neste Contrato;
- 2) Executar os serviços com zelo e esmero, dentro das normas e condições aqui prescritas;
- 3) Apresentar na assinatura do contrato ART - Anotação de Responsabilidade Técnica referente aos serviços prestados no evento.

II - O MUNICÍPIO, nesta relação contratual, se obriga a:

- 1) Fiscalizar e acompanhar o recebimento dos serviços;
- 2) Realizar com pontualidade os pagamentos em conformidade com o descrito no capítulo XIII, item 1 do Processo Licitatório nº 071/2013 - Pregão Presencial nº 056/2013.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO - Haverá rescisão contratual, de pleno jure, se qualquer das cláusulas aqui pactuadas for inobservadas ou desobedecidas, devendo a parte culpada ressarcir os prejuízos causados.

PARÁGRAFO ÚNICO - O presente contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo MUNICÍPIO, ou bilateralmente pelas partes desde que seja de comum acordo, e por escrito.

CLÁUSULA SEXTA - DA MULTA - Estipular-se-á multa equivalente 10% (dez por cento) do valor deste Contrato na qual incorrerá a parte que infringir qualquer das cláusulas contratuais, devida sempre por inteiro, seja qual for o tempo decorrido, ressalvado à parte inocente o direito de considerar simultaneamente rescindido o presente, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE - O valor estabelecido na Cláusula Terceira, não sofrerá reajuste até o término de vigência deste instrumento de contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DA HABILITAÇÃO - A CONTRATADA declara estar devidamente autorizada a prestar os serviços aqui avençados e rigorosamente regular quanto ao seu funcionamento junto a todos os órgãos competentes, tais como INSS, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL no que toca ao FGTS, Fazenda Municipal, Estadual, Tributos Federais e Débitos Trabalhistas.

CLÁUSULA NONA - DO FORO - Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste Instrumento de Contrato, renunciando, ambas as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS - Aplicam-se à execução deste Contrato de Prestação de Serviços, e aos casos omissos, as disposições normativas da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, os preceitos de Direito Administrativo Público, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e, no que couber, as disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - O presente Contrato obriga as partes, por si, seus herdeiros ou sucessores, o qual se firma em 02 (duas) vias de mesmo teor para que surta seus legais efeitos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PUBLICAÇÃO. Este contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 04 de dezembro de 2013.

BRUNA PRIM

Prefeita Municipal e.e.

Contratante

JULIANO MACIEL GARCIA DE QUEVEDO
JULIANO MACIEL GARCIA DE QUEVEDO - ME
Contratada

Testemunhas:
SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES

JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN

Lindóia do Sul

PREFEITURA

Extrato Pregão 07/2013 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL - SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LINDÓIA DO SUL- SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2013 FMS

RONALDO PISCINI- Secretário de Saúde e Ação Social, de Lindóia do Sul, torna público que fará realizar licitação na modalidade de pregão presencial do tipo MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO GLOBAL, para aquisição de medicamentos de farmácia para o ano de 2014, para o atendimento da saúde pública dos municípios no dia 19 de dezembro de 2013, as 08:30 horas, com recebimento dos envelopes até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de licitações. Maiores informações e retirada do edital poderá ser obtida no site www.lindoiadosul.sc.gov.br, ou junto a Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, sito a Rua Tamandaré 98, de Segunda a Sexta-feiras das 08:00 as 11:30 e das 13:30 as 17:00 horas, ou pelo telefone 49 34461177.

Lindóia do Sul, SC, 04 de dezembro de 2013.
RONALDO PISCINI
Secretário de Saúde e Ação Social

Extrato Pregão 66/2013

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL
Estado de Santa Catarina
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2013

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal, de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, para prestação de serviço de acesso à Internet via radiofrequência e manutenção da conexão, a abertura dos envelopes será no dia 20 de dezembro de 2013, as 08:30 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 05 de dezembro de 2013.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal.

Extrato TP 10/2013

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL
Estado de Santa Catarina
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 10/2013

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para contratação de empresa para a prestação de serviços de treinamento e consultoria no âmbito da Administração Pública compreendendo as áreas administrativa, tributária, financeira e contábil, no dia 27 de dezembro de 2013, às 14:00 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas para até as 13:45 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 05 de dezembro de 2013.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA

Decreto 1716

DECRETO Nº 1716 de 27 de novembro de 2013.
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA PARA O EXERCÍCIO DE 2013".

MOISES DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso II, do art.22, da Lei nº 1.076 de 05 de dezembro de 2012,
DECRETA:

Art.1º - Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais) à conta do superávit financeiro do exercício de 2012, apurado na Fonte 00 - Recursos Ordinários, criando a Fonte de Recursos e Valor no Orçamento do Município para 2013, atribuído às Atividades abaixo relacionadas:

Unidade Gestora - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Atividade - 0803.27.812.0049.2040 - Funcionamento e Manutenção do Setor de Esportes
Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
Fonte 03.00 - Recursos Ordinários R\$ 8.500,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 8.500,00

Art. 2º - É parte integrante deste Decreto, o Anexo 14 da Lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial de 2012.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 27 de novembro de 2013.
MOISES DIERSMANN
Prefeito Municipal

Decreto 1721

DECRETO Nº 1721 de 03 de dezembro de 2013.
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA, PARA

O EXERCÍCIO DE 2013".

MOISES DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso II, do art.22, da Lei nº 1.076 de 05 de dezembro de 2012,
DECRETA:

Art.1º - Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no valor de R\$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais) à conta do superávit financeiro do exercício de 2012, apurado na Fonte 00 - Recursos Ordinários, criando a Fonte e Valor no Orçamento do Município para 2013, atribuído a atividade:

Unidade Gestora - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
13 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA
Atividade - 1201.08.244.0025.2026 - Manutenção da Assistência Social Geral
Modalidade de Aplicação - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
Fonte - 0.3.00 - Recursos Ordinários R\$ 7.900,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 7.900,00

Art. 2º - É parte integrante deste Decreto, o Anexo 14 da Lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial de 2012.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 03 de dezembro de 2013.
MOISES DIERSMANN
Prefeito Municipal

Pregão - PL 076.2013 - PP 054.2013 - Consultoria e Capacitação do Sistema Único de Saúde - FMS
MUNICÍPIO DE LUZERNA
EXTRATO DE EDITAL
Processo Licitatório nº 0076/2013 - PML
Pregão Presencial nº 0054/2013 - PML

A PREFEITURA DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO para Registro de Preço.

OBJETO: A presente Licitação tem por objeto a contratação temporária, de caráter excepcional e não continuada, de empresa especializada em consultoria na área da saúde para serviços de assessoramento de gestão, capacitação e fortalecimento institucional da Secretaria Municipal de Saúde de Luzerna - SC.
REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.
ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 14h do dia 13 de dezembro de 2013.
ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 14h15min do dia 13 de dezembro de 2013.
OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br
MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

Pregão - PL 077.2013 - PP 055.2013 - Copiadoras e Impressoras - PML
MUNICÍPIO DE LUZERNA
EXTRATO DE EDITAL
Processo Licitatório nº 0077/2013 - PML
Pregão Presencial nº 0055/2013 - PML

A PREFEITURA DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, leva ao conhecimento dos

interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO para Registro de Preço.

OBJETO: A presente Licitação tem por objeto a locação de 10 (dez) máquinas copiadoras e 03 (três) impressoras coloridas, para serviços reprográficos com fornecimento de equipamentos digitais, com todos os suprimentos originais e manutenção, exceto papel, equipamento novo, sem franquia mínima de impressão, para atendimento à Unidade Gestora - Prefeitura de Luzerna e Fundos Especiais, conforme especificações contidas no Anexo I do presente do presente edital.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h do dia 13 de dezembro de 2013.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 08h15min do dia 13 de dezembro de 2013.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

Extrato do 5º Termo Aditivo ao PML.055.10

EXTRATO DE CONTRATO
PML 2013

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.055.10 - Quinto Termo Aditivo

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONTRATADA : T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA

OBJETO: com a concordância de ambas as partes, acrescer em 4,91 toneladas a quantidade dos itens 1 e 2 da Cláusula Primeira do contrato pml.055.10, alterando de 1.440 para 1.444,91 toneladas, a quantidade constante dos itens 1 e 2 do referido contrato.

Luzerna(SC), 17 de abril de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

JULEIDE INES D'AGOSTINI

T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA CONTRATADA

Extrato do 7º Termo Aditivo ao PML.055.10

EXTRATO DE CONTRATO
PML 2013

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.055.10 - Sétimo Termo Aditivo

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONTRATADA : T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA

OBJETO: com a concordância de ambas as partes, acrescer em 10,42 toneladas mês a quantidade e R\$ 1.199,40 (hum mil cento e noventa e nove reais e quarenta centavos) mensais do item 1 da Cláusula Primeira do contrato pml.055.10.

Luzerna(SC), 04 de dezembro de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

JULEIDE INES D'AGOSTINI

T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA CONTRATADA

Resultado do Concurso de Receita de Bolo Diet Para Diabéticos

RESULTADO DO CONCURSO DE RECEITA CULINÁRIA DIET DE BOLO PARA DIABÉTICOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, através da SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL, torna público o RESULTADO FINAL do 1º CONCURSO DE RECEITA CULINÁRIA DIET DE BOLO PARA DIABÉTICOS:

1º lugar: Prêmio de R\$ 800,00, mais certificado - SCHAYANA

TROMBETTA - Bolo de frutas sem farinha;

2º lugar: Prêmio de R\$ 500,00, mais certificado - ISOLDE TERMANN - Bolo tropical;

3º lugar: Prêmio de R\$ 300,00, mais certificado - CLEMES KLEIN - Bolo integral de cacau.

Luzerna(SC), 05 de dezembro de 2013.

WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER

Secretário de Saúde e Bem Estar Social

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Macieira

PREFEITURA

Publicação Resumida _ Contrato

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Contrato Administrativo nº 0049/2013.

Contratada: INFOPASA TELECOMUNICAÇÕES LTDA EPP.

Objeto: Prestação dos serviços de link de internet dedicado na velocidade de 10 MB.

Vigência do contrato: 31/12/2013, podendo ser prorrogado, havendo interesse das partes.

Valor estimado do contrato: R\$ 999,00 (novecentos e noventa e nove reais), a serem pagos mensalmente.

Macieira - SC, 11 de novembro de 2013.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Presidente da Comissão de Licitações.

Públicação Resumida _ Termo de Adesão

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MACIEIRA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Termo de Adesão.

Contratada: INFOPASA TELECOMUNICAÇÕES LTDA EPP.

Objeto: Prestação dos serviços de Comunicação Multimídia (SCM).
Vigência do contrato: 31/12/2013, podendo ser prorrogado, havendo interesse das partes.

Valor estimado do contrato: R\$ 58,90 (cinquenta e oito reais e noventa centavos), a serem pagos mensalmente.

Macieira - SC, 27 de novembro de 2013.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Presidente da Comissão de Licitações.

Mafra

PREFEITURA

Edital de Pregão Presencial N° 143/2013

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 143/2013

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para contratação de empresa especializada em prestação de serviços técnicos, implantação e operacionalização de sistema de informática na modalidade ASP (application service provider), transferência de conhecimento em gestão de tributo municipal, com vistas à disponibilização e utilização da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica e Declaração Mensal de Serviços Eletrônica, e apoio técnico especializado, conforme termo de referência, Modelo Conceitual da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e divulgado pela Associação Brasileira de Secretários e dirigentes de finanças dos municípios das capitais - ABRASF, Manual de Integração NFS-e ABRASF, Modelo Conceitual DES-IF ABRASF, Validação do Schema XML através do Notepad e SIAF, através da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 18/12/2013, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei n° 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei n° 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal n° 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório, encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, n° 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 14:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Maфра (SC), 06 de dezembro de 2013.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

FABIANO MAURÍCIO KALIL
Pregoeiro Municipal

Extrato de Dispensa de Licitação N° 629/2013

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 629/2013.

FORNECEDOR: SUSIN HOTEL LTDA - EPP.
CNPJ: 02.111.303/0001-07.

OBJETO: Contratação de hotel para realizar hospedagem de médicos oriundos do "Programa Mais Médicos" do Governo Federal, através do Fundo Municipal de Saúde.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal n° 8.666/93, artigo 24, inciso IV, com alterações posteriores.
VALOR: R\$ R\$ 7.252,00,00 (Sete mil duzentos e cinquenta e dois reais).

Maфра, (SC) 05 de dezembro de 2013.
ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

Maravilha

PREFEITURA

Extrato Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA
Processo Licitatório n. 5841/2013 - Modalidade Pregão Presencial
Registro de Preços n. 047/2013

A Senhora Prefeita de Maravilha, SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com o Pregoeiro e equipe de apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial Registro de Preços, para posterior aquisição, conforme necessidade, de gêneros alimentícios para programas da Secretária de Assistência Social, conforme previsto no Edital de Pregão n. 047/2013, tipo Menor Preço por item, cujo processo licitatório é regido pelas Leis 10.520/02 e 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas no dia 20 de dezembro de 2013, às 9h, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas.

Maravilha - SC, 04 de dezembro de 2013.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita de Maravilha.

Marema

PREFEITURA

Lei N° 2018/2013

Lei n° 1028/2013

De 08/11/2013

"DECLARA DE UTILIDADE PUBLICA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE MAREMA - SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente LEI.

Art. 1º - Fica declarada entidade de Utilidade Pública a Associação Comunitária e Cultural de Marema - SC, entidade sem fins lucrativos, com sede neste Município de Marema - SC, na Rua Voluntários da Pátria, s/n, inscrita no CNPJ/MF n. 09.662.238/0001-57.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Lei, correrão a conta de dotação orçamentária própria.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 08 de novembro de 2013
VALDOMIRO BEVILAQUA
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra.

SILVANO CIRO PIAESKI
Recursos Humanos

Massaranduba

PREFEITURA

Decreto N°. 2817 de 29 de Novembro de 2013

DECRETO N°. 2817 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2013

Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1457 de 26 de Outubro de 2012, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais) conforme programa e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.365.0122.2054 - Manutenção da Educação Infantil

0501 - 44900000 - Aplicações Diretas

0501 - 15801 - Transferências Salário Educação R\$ 24.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais) do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.365.0122.2054 - Manutenção da Educação Infantil

0501 - 33900000 - Aplicações Diretas

0501 - 15801 - Transferências Salário Educação R\$ 24.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 29 DE NOVEMBRO DE 2013

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

Decreto N°. 2818 de 02 de Dezembro de 2013

DECRETO N°. 2818 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2013

Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1457 de 26 de Outubro de 2012, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 8.500,00 (Oito mil e quinhentos reais) conforme programa e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.306.0122.2051 - Programa Merenda Escolar Creches

0501 - 33900000 - Aplicações Diretas

0501 - 16002 - Transferências referente PNAE Creche R\$ 8.500,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Excesso de Arrecadação verificado no presente exercício.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 02 DE DEZEMBRO DE 2013

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

Decreto N°. 2819 de 02 de Dezembro de 2013

DECRETO N°. 2819 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2013

Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1457 de 26 de Outubro de 2012, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais) conforme programa e verba abaixo discriminados:

0400 - SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0402 - GERÊNCIA DE COORDENAÇÃO URBANA

0402.006.181.0060.2015 - Manter a Segurança

0402 - 44900000 - Aplicações Diretas

0402 - 35403 - Convênio Transito FUMPOM R\$ 5.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais) do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0400 - SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0402 - GERÊNCIA DE COORDENAÇÃO URBANA

0402.006.181.0060.2015 - Manter a Segurança

0402 - 33900000 - Aplicações Diretas

0402 - 35403 - Convênio Transito FUMPOM R\$ 5.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 02 DE DEZEMBRO DE 2013

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

Licitação 84.2013 - PP 39.2013 - Aquisição de Equipamentos Cei

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO N°. 84/2013 - PM

PREGÃO PRESENCIAL - N°. 39/2013

A Prefeitura de Massaranduba, torna público que de acordo com a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com adjudicação por item, visando a aquisição de equipamentos para CEI Pe. Aldolino Guesser.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:00h do dia 18/12/2013
CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08:30h do dia 18/12/2013. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e outras informações poderão ser obtidos na Prefeitura de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 - Centro, das 7:30h as 11:30h e das 13:00h as 17:00h ou site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 05 de Dezembro de 2013.
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução N°059/2013 Autoriza o Licenciamento ao Vereador Valdir Zapellini Pelo Prazo de Quinze (15) Dias Para Tratar da Saúde

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MASSARANDUBA
Rua Paulo Cardoso, 166 - Centro - Fone/Fax (xx47) 3379-1571-
Ouvidoria - 0800 646 3340
e-mail: cvm@netuno.com.br site: www.cvmassaranduba.sc.gov.br
CEP: 89108-000 - Massaranduba - Santa Catarina

RESOLUÇÃO N°059/2013.
05/12/2013

Autoriza o Licenciamento ao Vereador Valdir Zapellini pelo prazo de quinze (15) dias para tratar da Saúde

Faço saber que a Câmara Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, através da Mesa Diretora, usando de suas atribuições, que lhes são conferidas pela Legislação em vigor, faz saber a todos os habitantes do Município de Massaranduba que se Promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º. Fica concedido à licença ao Vereador Valdir Zapellini, para tratar de saúde, pelo prazo determinado de quinze (15) dias a contar do dia 05 a 19 de dezembro de 2013.

Art. 2º. A licença que se refere o artigo anterior é baseada no artigo 24, inciso II, do Regimento Interno (RI) da Câmara Municipal de Massaranduba.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CAMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA (SC), EM 05 DE DEZEMBRO DE 2013
SUZANE E. F. REINKE
Presidente

Publicado no expediente na data supra.

JAIR MICHELUZZI
Assistente Legislativo.

Meleiro

PREFEITURA

Aviso de Licitação - Pregão Presencial N.º 066/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 066/2013

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 19/12/2013, às 09:00 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas de PREGÃO PRESENCIAL N.º 066/2013, objetivando a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENE PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL, COM ENTREGAS FUTURAS E DE FORMA PARCELADA PARA O EXERCÍCIO DE 2014. A íntegra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, 371 - Meleiro/SC, no horário das 7:00 às 13:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone (048) 3537-8400 por meio de solicitação via e-mail licitação@meleiro.sc.gov.br.

Meleiro, 04 de dezembro de 2013.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Morro da Fumaça

PREFEITURA

Registro de Preços N° 055/2013

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MORRO FUMAÇA- SC. PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 055/2013. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ODONTOLOGIA, CONFORME ANEXOS DO EDITAL - DATA 18/12/2013 - 09:00 horas. LOCAL: Setor de Licitação da Secretaria de Administração e Planejamento, Rua Vinte de Maio, 100, Centro. Morro da Fumaça - SC.

MICHEL ANTONIO MACCARI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS.

Navegantes

PREFEITURA

Resolução N° 003/2013

RESOLUÇÃO N° 003/2013

Estabelece prazo final para prestação de contas dos projetos aprovados na seleção 2011 da Lei Municipal de Incentivo à Cultura.

O Conselho Municipal de Cultura de Navegantes, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei 2286 de 19 de março de 2010 e em conformidade com a Lei nº 2635 de 10 de outubro de 2012, regulamentada pelo Decreto nº 702 de 27 de novembro de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer o prazo de 20 de dezembro de 2013 para

entrega das prestações de contas dos projetos aprovados na seleção 2011 da Lei Municipal de Incentivo à Cultura.

Art. 2º - Os projetos que apresentam débito quanto à prestação de contas e seus respectivos proponentes são os abaixo relacionados:

- Audio Back - Lançamento / Carlos Henrique de Souza Lima
- Colcha de Retalhos - Memórias de Quintal / Patrícia Fabiana da Costa Moreira
- DVD ao vivo Vale a Pena Sonhar / Adriana Ribeiro Machado Urbano
- Navegantes / Rogério Pinheiro Leal Nunes

Art. 3º - Caso os proponentes responsáveis pelos projetos em questão não apresentarem a devida prestação de contas até a data estabelecida, deverão os mesmos devolver integralmente os valores recebidos para execução dos projetos.

Art. 4º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Navegantes, 21 de novembro de 2013.

ANGELA PEYELR

Presidente do Conselho Municipal de Cultura de Navegantes

Resolução N° 004/2013

RESOLUÇÃO N° 004/2013

Homologa o tombamento da "Casa de Escalvados", processo de tombamento 002 de 16 de maio de 2012.

O Conselho Municipal de Cultura de Navegantes, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei 2532 de 02 de dezembro de 2011, tendo em vista a conclusão do processo de tombamento em questão e sua aprovação em reunião ordinária deste Conselho,

RESOLVE:

Art. 1º Fica homologado o tombamento, nos termos da Lei nº 2532, de 02 de dezembro de 2011, da "CASA DE ESCALVADOS", localizada a Rua Vereador Loureci Soares da Silva, 3163, no bairro Escalvados, nesta cidade.

Art. 2º O imóvel ora tombado será inscrito no Livro do Tombo do Patrimônio Histórico e Cultural de Navegantes.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Navegantes, 21 de novembro de 2013.

ANGELA PEYELR

Presidente do Conselho Municipal de Cultura de Navegantes

Portaria Licença Saúde

PORTARIA N°. 3568 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2013.

"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei N°. 1429 de 20/08/2001,

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a CRISTIANE RAQUEL DE QUEVEDO, sob matrícula nº 4511/01, no cargo de Monitora Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelos períodos de 09/07/2013 à 25/11/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 09 de julho de 2013 à 25 de novembro de 2013.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seu efeito retroativo a partir de 09 de julho de 2013, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Prefeitura de Navegantes, 29 DE NOVEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 29 de novembro de 2013.

ALESSANDRA MÜLLER

Secretária Municipal de Administração e Logística Interina

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 29 de novembro de 2013.

PORTARIA N°. 3569 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2013.

"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei N°. 1429 de 20/08/2001,

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a CÉLIA REGINA DOS SANTOS, sob matrícula nº 62683/01, no cargo de Agente Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelos períodos de 29/10/2013 à 27/11/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 29 de outubro de 2013 à 27 de novembro de 2013.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seu efeito retroativo a partir de 29 de outubro de 2013, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Prefeitura de Navegantes, 29 DE NOVEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 29 de novembro de 2013.

ALESSANDRA MÜLLER

Secretária Municipal de Administração e Logística Interina

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 29 de novembro de 2013.

Portaria N° 002/2013

PORTARIA N° 002/2013

Homologa pedido de transferência de proponente do projeto Casa de Escalvados - PRONAFIC 13182359109.

A Superintendente da Fundação Cultural de Navegantes, no uso de suas atribuições, em conformidade com o Edital de Concurso

001/2013,
RESOLVE:

Art. 1º. Homologar pedido de transferência de proponente do projeto Casa de Escalvados, aprovado no processo de seleção do Edital de Concurso 001/2013 do Fundo Municipal de Cultura.

Art. 2º. Após aprovação do pedido transferência por parte da Comissão Navegantina de Avaliação de Projetos Culturais, fica transferido o projeto Casa de Escalvados do nome do Sr. Acácio Frutuoso da Silva para o nome da Sra. Fábila Alves Francisca, que passa a ser responsável integral pela execução e prestação de contas do referido projeto.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Navegantes, 04 de dezembro de 2013.
REGINA CÉLIA CORREIA
Superintendente da Fundação Cultural de Navegantes

Portaria Reintegração

PORTARIA Nº.3565 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2013.
"REINTEGRA SERVIDOR"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº. 072 de 08 de janeiro de 2010, Cap.I, Art. 1º.

RESOLVE:

I - Reintegra, o servidor Sra. MICAELA MARINA DIAZ, matrícula nº 62680/03, no cargo ACT de Monitora Educação Especial, com 20 (vinte) horas semanais, conforme Atestado de gravidez entregue em 27/11/2013.

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 02 de dezembro de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Navegantes, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2013
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, de 27 de novembro de 2013
ALESSANDRA MÜLLER
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, de 27 de novembro de 2013

Portarias Licença Maternidade

PORTARIA Nº. 3570 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2013.
"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,

RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. CRISTIANE RAQUEL DE QUEVEDO, matrícula nº. 4511/01, que exerce a função Monitora Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais,

pelo período de 26/11/2013 a 24/05/2014 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 26/11/2013 a 24/05/2014, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 26 de novembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 29 DE NOVEMBRO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 29 de novembro de 2013.
ALESSANDRA MÜLLER
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 29 de novembro de 2013.

PORTARIA Nº. 3571 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2013.
"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,

RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. CÉLIA REGINA DOS SANTOS, matrícula nº. 62683/01, que exerce a função Agente Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, pelo período de 28/11/2013 a 26/05/2014 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 28/11/2013 a 26/05/2014, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 28 de novembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 29 DE NOVEMBRO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 29 de novembro de 2013.
ALESSANDRA MÜLLER
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 29 de novembro de 2013.

Nova Trento

PREFEITURA

Processo N°136/2013 - Pregão Presencial N° 090/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório N° 136/2013 - Pregão Presencial N° 090/2013
- Registro de Preços 042/2013

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição parcelada de AREIA, para utilização no conserto e pavimentação de vias públicas e para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Transportes e Obras do Município de Nova Trento, para fornecimento conforme a necessidade, nas quantidades e especificações constantes do anexo I, que integra o presente edital.

Julgamento: Menor Preço por Item. Entrega dos envelopes: 18/12/2013 até as 14:00 horas. Abertura: 18/12/2013 - 14:00 horas

Retirada do Edital e Outras Informações: Praça Del Comune, 126, Centro, Fone: 48.3267.3211, 48 3267.3213 - E-mail: compras@novatrento.sc.gov.br

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito Municipal

Retificação e Ratificação Pregão Presencial N° 084/2013

PREFEITURA DE NOVA TRENTO

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO

Processo Licitatório n° 130/2013 - Pregão Presencial n° 084/2013

A Prefeitura de Nova Trento/SC, RETIFICA e RATIFICA, o Edital de Licitação n° 130/2013, na modalidade de Pregão Presencial n° 084/2013, alterando a redação do enunciado 2, do item 5.1.5.3 do Edital que passa a vigorar com a seguinte redação: Contrato Social da Empresa com o(s) nome(s) desses profissionais qualificados e/ou prova de vínculo empregatício (carteira de trabalho) com a empresa licitante e/ou contrato de prestação de serviços de consultoria, contratado até a data prevista para entrega das propostas; Altera também este Termo a data de abertura do certame que passa a ser dia 12/12/2013, as 16:00 horas. Este Termo de Retificação será publicado no Diário Oficial dos Municípios. As demais cláusulas e condições do Pregão Presencial permanecem inalteradas.

Nova Trento/SC, 04 de dezembro de 2013.

APRIGIO JOSÉ BOTAMELI

Pregoeiro

Ata Chamamento Público

ATA DA REUNIÃO PARA DEFINIÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE ATRAVÉS DE CHAMAMENTO PÚBLICO.

Aos vinte e nove dias do mês de novembro de dois mil e treze, as 08:00 horas, na Secretaria de Saúde de Nova Trento, estiveram reunidos o secretário de Saúde, Senhor Maxiliano de Oliveira e outros profissionais da área da Saúde para análise e aprovação de interessados em CHAMAMENTO PÚBLICO. Do Chamamento Público, publicado no DOM/SC de 27/11/2013, para contratação de 01 (um) Enfermeiro, para atuar no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, demonstrou interesse e foi selecionada, através

de títulos, a seguinte candidata: JUCINEIA TEREZA NASCIMENTO FERNANDES

A profissional aprovada foi encaminhada para o Setor de RH da Prefeitura de Nova Trento, para apresentação de documentação e devida regularização contratual.

Sem mais a ata foi lida e assinada.

MAXILIANO DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Saúde

Novo Horizonte

PREFEITURA

Extrato de Homologação e Adjudicação PL FMS N° 017/2013

PROCESSO LICITATÓRIO N° 017/2013

PREGÃO PRESENCIAL N° 008/2013

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 04/12/2013

CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA

CONTRATANTE: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

OBJETO: O objeto do presente Edital é a seleção de propostas para a contratação de empresa especializada na área de informática para locação de sistemas de gestão pública para a saúde, na modalidade software com serviço, por meio de conexão via internet para uso do Fundo Municipal de Saúde, do Município de Novo Horizonte -SC, de acordo com as características do anexo VIII (Funcionalidades do Aplicativo) e demais condições descritas nos Anexos do presente Edital.

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.700,00 (cinco mil e setecentos reais)

DATA: 04/12/13

TANIA MARA WAGNER MURARO

Secretaria De Saúde E Promoção Social/gestora Fms.

Extrato Contratual FMS N° 017/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 017/2013

Contratante.: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

Contratada : BETHA SISTEMAS LTDA

Valor : 5.700,00 (cinco mil e setecentos reais)

Vigência : Início: 04/12/2013 Término: 31/12/2013

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°.: 8/2013

Recursos : Dotação: 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00 (8),
2.031.4.4.90.00.00.00.00.00 (15)

Objeto : Constitui objeto do presente contrato a disponibilização de sistema para a Saúde, na modalidade Software como Serviço, por meio de conexão via internet, a seguir denominado simplesmente de APLICATIVO, de propriedade da CONTRATADA.

Novo Horizonte, 4 de Dezembro de 2013

Palhoça

PREFEITURA

Errata 001 do Edital Convite N°228/2013

CONVITE N°228/2013
ERRATA N° 001

O Município de Palhoça, comunica que houve alterações no Edital Convite n°228/2013 que tem como objeto contratação de empresa para serviço de drenagem, pavimentação à lajotas e assentamento de meio fio de concreto na Rua Manoel Carlos Daussen, no bairro Caminho Novo - segundo trecho, com mão de obra e fornecimento de todo material. Ficando assim apazado para dia 13/12/2013 às 16:00 para entrega dos envelopes. Os interessados poderão obter as alterações, na sede da Prefeitura Municipal de Palhoça, sito na Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, na Sala da Comissão Permanente de Licitação ou site www.palhoça.sc.gov.br.

Palhoça, 04 de dezembro de 2013.
ALTERAÇÕES:

ONDE SE LÊ:

1.2 O PREÇO GLOBAL MÁXIMO aceito pela Prefeitura Municipal de Palhoça para o referido objeto, referente a todos os serviços estipulados neste Edital, em especial nos Projetos constantes do Anexo II, é de R\$ 90.361,06 (Noventa mil e trezentos e sessenta e um reais e seis centavos).

LEIA-SE:

1.2 O PREÇO GLOBAL MÁXIMO aceito pela Prefeitura Municipal de Palhoça para o referido objeto, referente a todos os serviços estipulados neste Edital, em especial nos Projetos constantes do Anexo II, é de R\$ 92.549,33 (Noventa e dois mil quinhentos e quarenta e nove reais e trinta e três centavos).

NO QUADRO DE QUANTIDADES E CUSTOS E CRONAGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, ONDE SE LÊ:

4 - PAVIMENTAÇÃO R\$52.069,34
TOTAL GERAL R\$90.361,06

LEIA-SE:

4 - PAVIMENTAÇÃO R\$54.257,61
TOTAL GERAL R\$92.549,33

Pregão Presencial N° 237/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N° 237/2013

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 20 de dezembro de 2013, às 09:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL N°. 237/2013, que tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de organização, operacionalização, coordenação e execução de evento, com fornecimento de materiais, mobiliário, equipamentos, serviços de sonorização, filmagem, gravação, transmissão simultânea, produção fotográfica, suporte logístico, material de apoio técnico e demais instrumentos

que se fizerem necessários, visando atender aos eventos de abertura do verão, Réveillon 2013 e Verão Cultural nas praias deste Município. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoça.sc.gov.br.

Palhoça, 04 de dezembro de 2013.
A PRÉGOEIRA.

Extrato Termo Aditivo N° 065/2013

TERMO ADITIVO N°065/2013.- (TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 177/2012).

PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA E EMPRESA ECT - Empresa Pública

OBJETO: Fica prorrogado por 03 (três) meses, o prazo contratual anunciado na Cláusula Sétima do Contrato de Prestação de Serviços n.º 177/2012.

DATA:30/04/2013
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal interino

MARCOS CARDOSO CANTO
Secretário de Receita

Carlos Alberto Fernandes Junior
Secretário de Administração

Extrato Termo Aditivo N° 066/2013

TERMO ADITIVO N°066/2013.- (SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N°178/2012).

PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA E EMPRESA ECT - Empresa Pública

OBJETO: Fica prorrogado por 03 (três) meses, o prazo contratual anunciado na Cláusula Sétima do Contrato de Prestação de Serviços n.º 178/2012.

DATA:30/04/2013
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal Interino

ALLAN PYETRO MELO DE SOUZA
Superintendente da Águas de Palhoça

ALLAN PYETRO DE MELO DE SOUZA
Superintendente da Águas de Palhoça

CARLOS ALBERTO FERNANDES JUNIOR
Secretário de Administração

CÂMARA MUNICIPAL**Errata N°01/2013 Aquisição de Um Veículo Automotivo Tipo Automovel**

ERRATA N° 01/2013

CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

TORNA PÚBLICO AS EMPRESAS INTERESSADAS EM PARTICIPAR DA TOMADA DE PREÇO N°003/2013

A Câmara Municipal de Palhoça torna público a alteração do item 4.2 do Processo Licitatório - Modalidade Tomada de Preço n° 003/2013, que tem por objeto a "AQUISIÇÃO DE UM (1) VEICULO AUTOMOTIVO, TIPO AUTOMÓVEL"

Este Edital e seus anexos, obedecendo a legislação vigente, passam a vigorar com a seguinte redação:

Onde se Lê:

4.2 - Na abertura da licitação, os licitantes deverão apresentar declaração de que não possuem, no quadro funcional, menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme modelo V; declaração de idoneidade, conforme modelo constante no Anexo IV e, Carta de credenciamento, conforme modelo constante no Anexo III.

Lê-se :

4.2 - Na abertura da licitação, os licitantes deverão apresentar declaração de que não possuem, no quadro funcional, menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme item 6.1; declaração de idoneidade, conforme modelo constante no Anexo III e, Carta de credenciamento, conforme modelo constante no Anexo II.

MANTENDO A DATA, HORÁRIO E LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DA CARTA CONVITE: A sessão de Carta Convite em epígrafe será pública, dirigida pela Comissão Permanente de Licitações, e realizar-se-á em data, horário e local a seguir determinados:

Data de realização da Sessão de Abertura: 19/12/2013

Horário: 14:00 h

Local: Sala de Licitações da Câmara Municipal de Palhoça - Rua Joci José Martins, 101 - Centro - Palhoça - SC"

Palhoça, 04 de dezembro de 2013.

ANA NUNCIA NUNES COLLAÇO

Presidente CPL

IPPA**Extrato de Contrato N° 006/2013**

EXTRATO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 006/2013

PARTES: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE PALHOÇA - IPPA e METROPOLITANA VIAGENS TURISMO LTDA/ME

1.1 OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de cotação de preços, reserva, marcação, emissão, remarcação, cancelamento e fornecimento de passagens aéreas nacionais, passa-gens rodoviárias interestaduais e intermunicipais.

VIGENCIA CONTRATUAL: 20/11/2013 a 20/11/2014.

VALOR FIXO TAXA AÉREA: R\$ 42,50 (quarenta e dois reais e cinquenta centavos).

VALOR FIXO TAXA RODOVIÁRIA: R\$ 9,50 (nove reais e cinquenta centavos)

VALOR ESTIMADO DO CONTRATO: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)

DESPESA ORÇAMENTÁRIA:

3.3.90.33.01.00.00.00.

DATA: 20/11/2013

GUSTAVO HAEMING GERENT

Diretor Executivo do IPPA.

Papanduva**PREFEITURA****Aviso de Licitação - Processo Licitatório N° 156/2013 Pregão Presencial**

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 156/2013 PREGÃO PRESENCIAL.

Objeto: Aquisição de notebooks destinados aos professores do ensino fundamental da rede municipal Tipo: Menor Preço por item e Presencial; Entrega dos envelopes: até às 08:30hs do dia 18 de dezembro de 2013; Início da Sessão Pública: dia 18/12/2013 às 08:45hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal n° 1783 de 31 de Maio de 2007 e demais legislação vigente e pertinente à matéria; O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 14:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (0**47) 3653-2166.

Papanduva, 05 de dezembro de 2013

DARIO SCHICOVSKI

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação - Processo Licitatório N° 157/2013 Pregão Presencial

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 157/2013 PREGÃO PRESENCIAL.

Objeto: Aquisição de 02 automóveis zero km para a secretaria municipal de assistência social. Tipo: Menor Preço por item e Presencial; Entrega dos envelopes: até às 10:40hs do dia 18 de dezembro de 2013; Início da Sessão Pública: dia 18/12/2013 às 10:55hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal n° 1783 de 31 de Maio de 2007 e demais legislação vigente e pertinente à matéria; O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 14:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (0**47) 3653-2166.

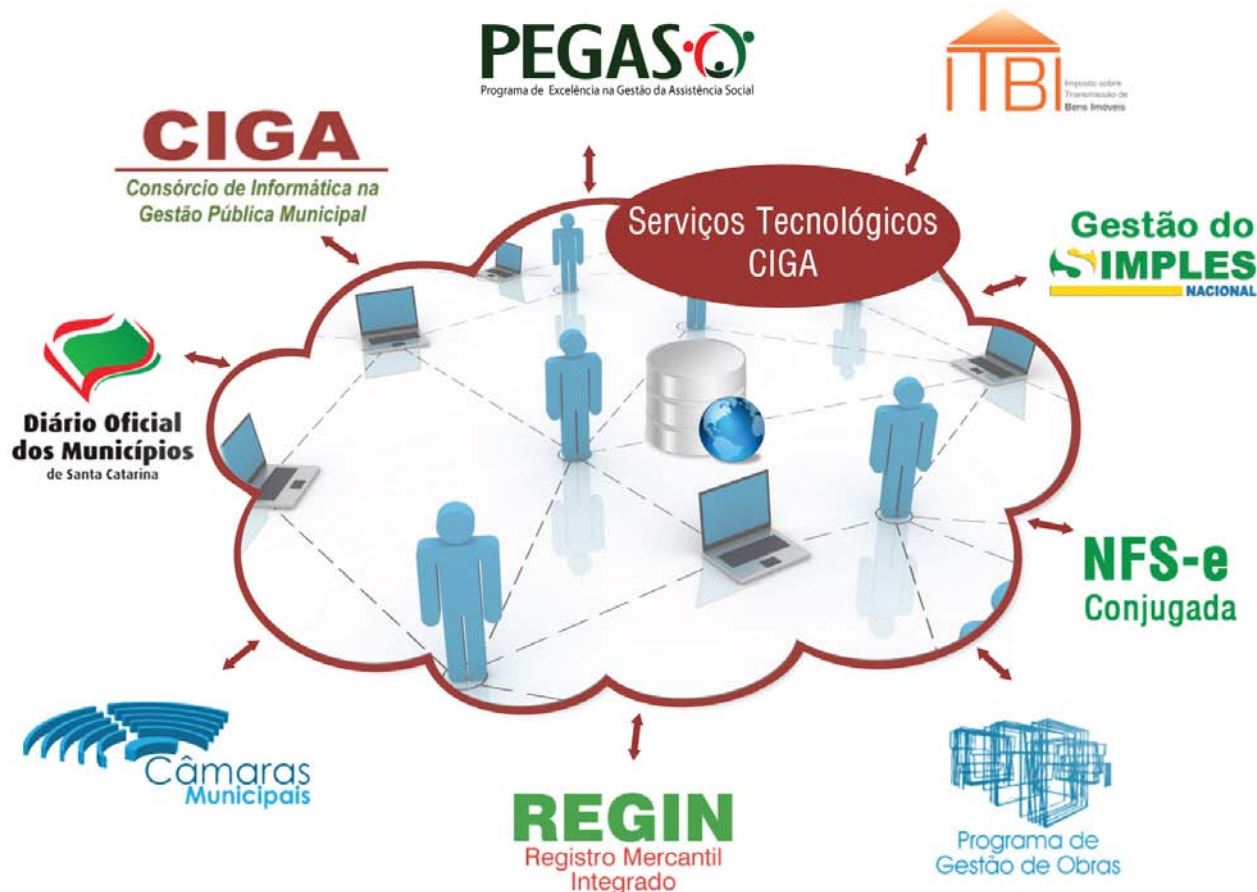
Papanduva, 05 de dezembro de 2013
DARIO SCHICOVSKI
Prefeito Municipal

**Aviso de Licitação- Processo Licitatório N° 158/2013
Convite Para Obras e Serviços de Engenharia .**
ESTADO DE SANTA CATARINA.
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N° 158/2013 CONVITE PARA OBRAS E
SERVIÇOS DE ENGENHARIA.

Objeto: Contratação de empresa do ramo de construção civil para a construção de muros com colocação de grades de ferro galvanizado, portões de ferro galvanizado e a confecção de calçadas em paver com colocação de meio fio, com fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos. Tipo: Menor Preço Global; Entrega dos envelopes: até às 08:30hs do dia 13 de dezembro de 2013; Início da Sessão Pública: dia 13/12/2013 às 08:45hs. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 14:00 horas, na Rua Sérgio Glewinski 134, fone (0**47) 3653-2166.

Papanduva, 05 de dezembro de 2013
DARIO SCHICOVSKI
Prefeito Municipal



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Edital de Notificação de Autuação**ESTADO DE SANTA CATARINA**

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC – DETRANNET

DETRAN-DEINFRA**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N° 114 905/2013, 908/2013, 909/2013, 911/2013, 912/2013, 914/2013, 915/2013, 918/2013 E 919/2013.**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIOS(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN, SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de infração	Código da infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
APB1839	55678105D	6920/0	30/09/2013	CTB 233
AQQ5638	55678863D	5010/0	18/10/2013	CTB 162*I
LXB9957	55678171D	6610/2	20/10/2013	CTB 230*VII
LXB9957	55678172D	6599/2	20/10/2013	CTB 230*V
LXB9957	55678173D	5010/0	20/10/2013	CTB 162*I
AIZ4413	55678024D	6920/0	30/09/2013	CTB 233
MBL5983	55678788D	5169/1	23/10/2013	CTB 165
MBL5983	55678790D	6599/2	23/10/2013	CTB 230*V
MBL5983	55678791D	5274/1	23/10/2013	CTB 175
MBL5983	55678789D	5835/0	23/10/2013	CTB 195
BGF5518	55678090D	6610/2	27/10/2013	CTB 230*VII
BGF5518	55678864D	5118/0	27/10/2013	CTB 164/c 162*I
LYX0521	55678089D	5029/2	27/10/2013	CTB 162*II
MAR5296	55678201D	6599/2	10/10/2013	CTB 230*V
MAR5296	55678202D	6912/0	10/10/2013	CTB 232
MDZ2870	55678206D	6912/0	10/10/2013	CTB 232
MDZ2870	55678207D	6599/2	10/10/2013	CTB 230*V
MHK9116	55678086D	5185/1	27/10/2013	CTB 167
AAO6589	55678178D	6920/0	06/11/2013	CTB 233
ANN8024	55678027D	6599/2	04/11/2013	CTB 230*V
MEL8169	55678185D	6920/0	06/11/2013	CTB 233
BQA2191	55678093D	5185/1	30/10/2013	CTB 167
LBF3019	55678094D	5185/1	30/10/2013	CTB 167
MBO8102	55678100D	5541/5	05/11/2013	CTB 181*XVII
MGI1219	55678107D	7030/1	11/10/2013	CTB 244*I
MGX2053	55678074D	5525/0	03/10/2013	CTB 181*XV
AAX8977	55678174D	6610/2	25/10/2013	CTB 230*VII
AAX8977	55678175D	5118/0	25/10/2013	CTB 164/c 162*I
AFL7923	55678787D	6920/0	23/10/2013	CTB 233
ARY0212	55678169D	6610/2	20/10/2013	CTB 230*VII
JLY3523	55678860D	5118/0	18/10/2013	CTB 164 c/c 162*I
JLY3523	55678861D	6599/2	18/10/2013	CTB 230*V
LZI3880	55678784D	6920/0	23/10/2013	CTB 233
MDM7321	55678792D	5169/1	08/11/2013	CTB 165
MDO8959	55678212D	6920/0	23/10/2013	CTB 233
MIS6352	55678186D	5274/1	09/11/2013	CTB 175
MIS6352	55678187D	6556/1	09/11/2013	CTB 230*I
MCR7486	55678076D	5185/1	17/10/2013	CTB 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRECIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PAPANDUVA, 05 DE DEZEMBRO DE 2013

ALINE MARIA SCHADECK
DIRETORA DO DETRANPV

Edital de Notificação de Imposição**ESTADO DE SANTA CATARINA**

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC – DETRANNET

DETRAN – DEINFRA**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N° 114 906/2013, 907/2013, 910/2013, 913/2013, 916/2013 E 917/2013.**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO (ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIA NA FORMA DO ART.285 E SEGUINTE DO CTB.

<i>Placa</i>	<i>Auto de Infração</i>	<i>Código da Infração/ Desdobramento</i>	<i>Data da Infração</i>	<i>Valor da Infração</i>	<i>Enquadramento</i>
ACD6421	55678101D	5010/0	03/08/2013	R\$ 574,61	CTB 162*I
ACD6421	55678102D	5118/0	03/08/2013	R\$ 574,61	CTB 164 c/c 162*I
HQS2323	55678064D	6610/2	19/08/2013	R\$ 127,69	CTB 230*VII
LZW5020	55678850D	6599/2	05/07/2013	R\$ 191,53	CTB 230*V
MAB5837	55678917D	6920/0	08/07/2013	R\$ 127,69	CTB 233
MBU0295	55678967D	6599/2	10/07/2013	R\$ 191,53	CTB 230*V
MBX7201	55678053D	6920/0	26/07/2013	R\$ 127,69	CTB 233
MFA8315	55678774D	5010/0	03/07/2013	R\$ 574,61	CTB 162*I
MHO1075	55678017D	5010/0	07/08/2013	R\$ 574,61	CTB 162*I
MHO1075	55678018D	5061/0	07/08/2013	R\$ 574,61	CTB 163 c/c 162*I
MHO1075	55678019D	6599/2	07/08/2013	R\$ 191,53	CTB 230*V
MLB8070	55678920D	6920/0	08/07/2013	R\$ 127,69	CTB 233
AVT1130	55678847D	6530/0	01/07/2013	R\$ 127,69	CTB 228
CRM8739	55678015D	6530/0	04/08/2013	R\$ 127,69	CTB 228
ERJ6493	55678914D	5541/5	08/07/2013	R\$ 53,20	CTB 181*XVII
ARD4154	55678937D	6920/0	14/08/2013	R\$ 127,69	CTB 233
ARL6688	55035747D	6599/2	19/07/2013	R\$ 191,53	CTB 230*V
ARL6688	55035748D	6610/2	19/07/2013	R\$ 127,69	CTB 230*VII
BHI7068	55678065D	6599/2	22/08/2013	R\$ 191,53	CTB 230*V
AEO4564	55678068D	5169/1	15/09/2013	R\$ 1.915,38	CTB 165
AET8258	55678926D	6920/0	18/07/2013	R\$ 127,69	CTB 233
ARJ4657	55678924D	6920/0	18/07/2013	R\$ 127,69	CTB 233
AVT9767	55036597D	6920/0	20/06/2013	R\$ 127,69	CTB 233
AVV9138	55678932D	6920/0	18/07/2013	R\$ 127,69	CTB 233
IEB4402	55678966D	6920/0	25/06/2013	R\$ 127,69	CTB 233
LXF6838	55036599D	6599/2	25/07/2013	R\$ 191,53	CTB 230*V
LXG0867	55678968D	6599/2	10/07/2013	R\$ 191,53	CTB 230*V
LXN8802	55036588D	6920/0	20/06/2013	R\$ 127,69	CTB 233
LZR2934	55678923D	6920/0	18/07/2013	R\$ 127,69	CTB 233
MAA2294	55678001D	5010/0	14/07/2013	R\$ 574,61	CTB 162*I
MAA2294	55678002D	6599/2	14/07/2013	R\$ 191,53	CTB 230*V
MAG2114	55678059D	6599/2	29/07/2013	R\$ 191,53	CTB 230*V
MBP6284	55678962D	6920/0	25/06/2013	R\$ 127,69	CTB 233
MBS7076	55678005D	6920/0	26/07/2013	R\$ 127,69	CTB 233
MDI7716	55036595D	6920/0	20/06/2013	R\$ 127,69	CTB 233
MFG2703	55678003D	6599/2	17/07/2013	R\$ 191,53	CTB 230*V
MGS8860	55678925D	6920/0	18/07/2013	R\$ 127,69	CTB 233
MGZ5549	55678963D	6920/0	25/06/2013	R\$ 127,69	CTB 233
MHP9282	55678013D	5010/0	26/07/2013	R\$ 574,61	CTB 162*I
MHP9282	55678014D	6599/2	26/07/2013	R\$ 191,53	CTB 230*V
MHR0401	55678919D	6920/0	08/07/2013	R\$ 127,69	CTB 233
MHU3539	55036594D	6920/0	20/06/2013	R\$ 127,69	CTB 233
MIM8564	55678964D	6920/0	25/06/2013	R\$ 127,69	CTB 233
MJI4233	55678960D	6920/0	25/06/2013	R\$ 127,69	CTB 233
MKC5519	55036600D	5045/0	23/08/2013	R\$ 191,53	CTB 162*V
NXV4999	55678055D	6920/0	26/07/2013	R\$ 127,69	CTB 233
AJG8505	55678846D	6530/0	27/06/2013	R\$ 127,69	CTB 228

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRECIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PAPANDUVA, 05 DE DEZEMBRO DE 2013

ALINE MARIA SCHADECK
DIRETORA DO DETRANPV

Passo de Torres

PREFEITURA

Edital Lista de Aprovados CMDCA/2013

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS

DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

PASSO DE TORRES - SC

EDITAL N° 07/2013

DIVULGA LISTA DOS APROVADOS NA PROVA DE CONHECIMENTOS DO PROCESSO SELETIVO COMPLEMENTAR DOS CONSELHEIROS TUTELARES.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA DE PASSO DE TORRES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei Federal 8069/90 e pela Lei Municipal 451/03 e suas alterações, PUBLICA A RELAÇÃO NOMINAL DOS CANDIDATOS APROVADOS na prova de aferição de conhecimentos do processo seletivo COMPLEMENTAR dos membros do Conselho Tutelar, por ordem decrescente de nota obtida.

N° - Nome do candidato - Média

1- Fátima Maria Toss de Oliveira - 8,5

2- Gédson Goudinho Hespagnol - 7

3- Rosilei de Souza Moreira - 7

4- Erotilde de Freitas Becker - 5,5

Passo de Torres, 04 de dezembro de 2013.

EDENISE DE SOUZA CARDOSO

Presidente do CMDCA de Passo de Torres

Passos Maia

PREFEITURA

Notificação de Recebimento de Recursos.

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o disposto no art. 2.º da Lei n.º 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse Município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Repasse Estadual.

Valor: R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil).

Destinação: AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO.

Data liberação: 02/12/2013

Passos Maia - SC, 05 de dezembro de 2013.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Paulo Lopes

PREFEITURA

Lei N° 1594/2013

LEI N° 1594/2013

Institui na Rede Municipal de Ensino o "Dia da Família na Escola", e dá outras providências.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica instituído o "Dia da Família na Escola", nas unidades educacionais da rede municipal de ensino do Município de Paulo Lopes, tendo como objetivo estimular e incrementar a participação das famílias, dos estudantes e da comunidade nas questões e problemas do ambiente escolar.

Art. 2º - O Poder Executivo envidará todos os esforços no sentido de realizar as atividades relacionadas às comemorações do "Dia da Família na Escola", as quais deverão ser realizadas, no mínimo, uma vez por semestre, em data a ser fixada pela Secretaria Municipal de Educação, obedecendo aos seguintes critérios:

I - as atividades serão realizadas somente nas dependências das escolas e deverão contar com a participação dos estudantes, familiares, diretores, professores e demais funcionários para a mais perfeita integração;

II - as atividades serão precedidas de avisos dentro e fora das salas de aula, com ampla divulgação na comunidade escolar, com convites por meio de cartazes elaborados preferencialmente pelos próprios alunos.

Art. 3º - As atividades de que trata o artigo anterior consistirão de: I - palestras de interesse dos alunos e familiares, sobre profissões, esportes, trabalho, lazer, drogas e outros assuntos da atualidade, sempre acompanhados de debates;

II - exposição de trabalhos dos alunos, com incentivos às artes, esportes, ciência e literatura;

III - apresentações artísticas e culturais como teatro, dança, coral e outras de interesse da comunidade escolar.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios, em 06 de dezembro de 2013.

ALMERY ALCIDES VIEIRA

Sec. Mun. de Administração

Portaria N° 505/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA N°505/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve.

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO ao Servidor Público Municipal, brasileiro, Alessandro Raimundo, portador do CPF n° 812.291.439-04 matricula n° 10876, ocupante do cargo de Professor de Educação Física, contratado pela portaria n° 090/2013, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, por motivo do titular Valdelir Sartor retornou a atividade laboral, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 04 de Dezembro de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 506/2013
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA N° 506/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve.

CONCEDER LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE, ao Servidor Público Municipal, efetivo e estável, Valdelir Sartor, brasileiro, portador do CPF nº 725.947.219-72, matrícula nº 716, ocupante do Cargo de Professor, à disposição da Secretaria Municipal de Educação, de 03/12/2013 à 17/12/2013, encaminhando a pericia no décimo sexto dia.

Município de Paulo Lopes - SC, em 04 de Dezembro de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 507/2013
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA N° 507/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal vigente, resolve:

AMPLIAR MANDATO DE POSSE, das Conselheiras Tutelares, do Município de Paulo Lopes para o mandato suplementar até 31/10/2015, conforme Lei nº 1560/2013. Desta forma sendo eleitas as seguintes: Mirka Stancowich, CPF nº 774.030.889-72, matrícula 10823, Luana Leal Zardim, CPF nº 048.697.679-37, matrícula 10811, Cristiane Aparecida Pires Cargnin, CPF nº 986.112.919-72, matrícula 10437, Roziane Terezinha Fortunato, CPF nº 052.262.129.50, matrícula 10435.

Município de Paulo Lopes-SC, em 04 de Dezembro de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 508/2013
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA N° 508/2013

"Cria Comissão de Avaliação do Imóvel matrícula nº 27974, para fins de doação/alienação e nomeia seus membros e dá outras providências".

O Prefeito do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o que estabelece o artigo 17, inciso I, da Lei 8.666/93;

Art. 1º - Fica criada a Comissão de Avaliação de Imóvel para proceder à avaliação do imóvel de matrícula nº 27974 da sede do Município de Paulo Lopes para efeitos de administração.

Art. 2º - A comissão, criada por este ato, é composta dos seguintes membros:

I - Zenon Berto Borges - Funcionário Público - Matrícula 84.
II - Carlos Alberto Sanceverino - Funcionário Público - Matrícula 91
III - Antonio Magnus Souza - Corretor de Imóveis - Creci 21842

Art. 3º - A comissão para efeitos de execução dos seus serviços se subordinará a Secretaria de Administração.

Município de Paulo Lopes-SC, em 05 de Dezembro 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Lei N° 1.724 de 05 de Dezembro de 2013.

LEI N° 1.724 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI: Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação na dotação orçamentária da Prefeitura Municipal no valor de R\$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais) para atender a seguinte programação:

02 Poder Executivo

0202 Secretaria de Administração e Finanças

0202.04 Administração

0202.04.122 Administração Geral

0202.04.122.0402 Administração Geral

0202.04.122.0402.4004 Manut. das atividades de Sec. de Adm. e Finanças

3390-0000 Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Fonte 0100

02 Poder Executivo

0203 Secretaria de Educação e Cultura

0203.13 Cultura

0203.13.392 Difusão Cultural

0203.13.392.1301 Desenvolvimento Cultural

0203.13.392.1301.4042 Manutenção das festividades municipais

3390-0000 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Fonte 0100

Art. 2º Os recursos necessários a ocorrer à despesa do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º desta Lei, no valor de R\$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais), decorrem da anulação da seguinte dotação orçamentária:

02 Poder Executivo

0206 Secretaria de Transportes e Obras

0206.17 Saneamento

0206.17.512 Saneamento Básico Urbano

0206.17.512.1701 Prevenção de doenças

0206.17.512.1701.3047 Saneamento Básico Geral

440-0000 Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Fonte 0100

02 Poder Executivo

0206 Secretaria de Transportes e Obras

0206.15 Segurança Pública

0206.15.452 Serviços Urbanos

0206.15.452.1503 Serviços de Utilidade Pública

0206.15.452.1503.4045 Manutenção dos serviços de utilidade pública

3371-0000 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Fonte 0100

02 Poder Executivo

0203 Secretaria de Educação e Cultura

0203.12 Cultura

0203.12.361 Ensino Fundamental

0203.12.361.1201 Ensino para todos

0203.12.361.1201.3040 Ampliação da rede física da educação

3390-0000 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Fonte 0100

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 05 DE DEZEMBRO DE 2013.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Lei Nº 1.725, de 05 de Dezembro de 2013.

LEI Nº 1.725, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2013.

APROVA PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º É aprovado o Plano Municipal de Saneamento Básico, elaborado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, contendo 5 (cinco) volumes, numerados de I a V, sendo:

I - Volume I (Consolidação do Plano Municipal de Saneamento Básico);

II - Volume II (Processo de Participação da Sociedade na Elaboração do Plano);

III - Volume III (Diagnóstico da Situação do Saneamento e Seus Impactos nas Condições de Vida da População);

IV - Volume IV (Prognósticos, Objetivos, Metas de curto, médio e longo prazo para universalização dos serviços de saneamento; Programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e metas; Ações para emergências e contingências);

V - Volume V (Mecanismos e Procedimentos para a Avaliação Sistemática da Eficiência e Eficácia das Ações Programadas e Participação Social; Elaboração do Sistema de Informações do Plano de Saneamento).

Art. 2º As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de dotações consignadas em Leis de Orçamento.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 05 dezembro de 2013.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Lei Nº 1.726, de 05 de Dezembro de 2013.

LEI Nº 1.726, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2013.

AUTORIZA O CHEFE DO EXECUTIVO A REALIZAR DESPESA QUE ESPECIFICA

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica Municipal: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu promulgo e sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município, através do Chefe do Poder Executivo, autorizado a adquirir "chocolate" a ser distribuído às crianças da Educação Infantil e Ensino Fundamental até o 5º ano, nos festejos de encerramento do ano letivo de 2013, cujos gastos ficam limitados a R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais).

Art. 2º As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de dotação prevista no orçamento vigente.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 05 de dezembro de 2013.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Decreto Nº 3.914 de 05 de Dezembro de 2013.

DECRETO Nº 3.914 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.630 de 06 de novembro de 2012 e Lei nº 1.724 de 05 de dezembro de 2013:

Art. 1º Fica o suplementado na dotação orçamentária da Prefeitura Municipal no valor de R\$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais) para atender a seguinte programação:

02 Poder Executivo

0202 Secretaria de Administração e Finanças

0202.04 Administração

0202.04.122 Administração Geral
0202.04.122.0402 Administração Geral
0202.04.122.0402.4004 Manut. das atividades de Sec. de Adm. e Finanças
3390-0000 Aplicações Diretas R\$ 25.000,00
Fonte 0100

02 Poder Executivo
0203 Secretaria de Educação e Cultura
0203.13 Cultura
0203.13.392 Difusão Cultural
0203.13.392.1301 Desenvolvimento Cultural
0203.13.392.1301.4042 Manutenção das festividades municipais
3390-0000 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
Fonte 0100

Art. 2º Os recursos necessários a ocorrer à despesa do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º deste Decreto, no valor de R\$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais), decorrem da anulação da seguinte dotação orçamentária:

02 Poder Executivo
0206 Secretaria de Transportes e Obras
0206.17 Saneamento
0206.17.512 Saneamento Básico Urbano
0206.17.512.1701 Prevenção de doenças
0206.17.512.1701.3047 Saneamento Básico Geral
440-0000 Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
Fonte 0100

02 Poder Executivo
0206 Secretaria de Transportes e Obras
0206.15 Segurança Pública
0206.15.452 Serviços Urbanos
0206.15.452.1503 Serviços de Utilidade Pública
0206.15.452.1503.4045 Manutenção dos serviços de utilidade pública
3371-0000 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
Fonte 0100

02 Poder Executivo
0203 Secretaria de Educação e Cultura
0203.12 Cultura
0203.12.361 Ensino Fundamental
0203.12.361.1201 Ensino para todos
0203.12.361.1201.3040 Ampliação da rede física da educação
3390-0000 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
Fonte 0100

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 05 DE DEZEMBRO DE 2013.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Decreto N° 3.915, de 05 de Dezembro de 2013.
DECRETO N° 3.915, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2013.
DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.630 de 06 de novembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º Fica anulada a dotação do orçamento vigente do Fundo

Municipal de Saúde no valor de R\$ 10.900,00 (Dez mil e novecentos reais) abaixo discriminado;

03 Fundo Municipal da Saúde
0301 Fundo Municipal da Saúde
0301.10 Saúde
0301.10.301 Atenção Básica
0301.10.301.1001 Saúde para Todos
0301.10.301.1001.4020 Manutenção das atividades da Saúde
3393-0000 Aplicações Diretas R\$ 10.900,00
Fonte 0102

Art. 2º Fica suplementada a dotação orçamentária, no valor de R\$ 10.900,00 (Dez mil e novecentos reais) conforme abaixo discriminado;

03 Fundo Municipal da Saúde
0301 Fundo Municipal da Saúde
0301.10 Saúde
0301.10.301 Atenção Básica
0301.10.301.1001 Saúde para Todos
0301.10.301.1001.4020 Manutenção das atividades da Saúde
3390-0000 Aplicações Diretas R\$ 10.900,00
Fonte 0102

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 05 DE DEZEMBRO DE 2013.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Edital de Licitação N° 039/2013

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EDITAL DE LICITAÇÃO N° 039/2013
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 19 de dezembro de 2013, licitação modalidade Pregão Presencial n. 039/2013, visando à contratação de empresa especializada para implantação, capacitação e fornecimento de licença de uso temporária de sistema de gestão pública com acesso simultâneo para usuários da administração municipal direta e indireta.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 19/12/2013, até as 14:15hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 14:30hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-35622000, ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 05 DE DEZEMBRO DE 2013.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Pomerode

PREFEITURA

Extrato do Contrato N° 060/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO N° 060/2013

Processo Administrativo n.º 111/2013. Inexigibilidade de Licitação n.º 009/2013. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratado: EMPRESA DE TRANSPORTE COLETIVO VOLKMANN LTDA. Objeto: FORNECIMENTO DE PASSES ESCOLARES PARA TRANSPORTE COLETIVO DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, COM RECURSOS ORIUNDOS DO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE. Valor Total contratado: R\$19.575,00 (dezenove mil e quinhentos e setenta e cinco reais). Prazo de entrega dos passes: 31/12/2013.

Pomerode/SC, 18 de Novembro de 2013.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

Extrato do Contrato N° 061/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO N° 061/2013

Processo Administrativo n.º 112/2013. Inexigibilidade de Licitação n.º 010/2013. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratado: EMPRESA DE TRANSPORTE COLETIVO VOLKMANN LTDA. Objeto: FORNECIMENTO DE PASSES ESCOLARES PARA TRANSPORTE COLETIVO DE ALUNOS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO, COM RECURSOS ORIUNDOS DO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE. Valor Total contratado: R\$7.020,00 (sete mil e vinte reais). Prazo de entrega dos passes: 31/12/2013.

Pomerode/SC, 18 de Novembro de 2013.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

Extrato do Contrato N° 062/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO N° 062/2013

Processo Administrativo n.º 113/2013. Convite p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 022/2013. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratado: PLANOJET CONSTRUÇÕES LTDA EPP. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PINTURA PREDIAL EXTERNA DE 02 PRÉDIOS E INTERNA DE 07 SALAS PARA REFORMA DO PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS PARA EXECUÇÃO, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ANEXOS AO EDITAL DE LICITAÇÃO. Valor Total contratado: R\$33.900,00 (trinta e três mil e novecentos reais).

Prazo de execução da obra: 18/01/2014.

Pomerode/SC, 04 de Dezembro de 2013.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

Porto Belo

PREFEITURA

Altera o Parágrafo Único do Artigo 2º do Decreto Municipal N° 1.156, de 7 de Novembro de 2013, Conforme Especifica.

DECRETO N° 1.169/2013
ALTERA O PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 2º DO DECRETO MUNICIPAL N° 1.156, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2013, CONFORME ESPECIFICA.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal n° 1.498, de 4 de abril de 2007, bem como a Lei Municipal n° 1.802, de 6 de abril de 2010, Decreta:

Art. 1º Altera o Parágrafo único do Art. 2º do Decreto n° 1.156, de 7 de novembro de 2013, que regulamenta os procedimentos a serem adotados durante a temporada de receptivos de navios de cruzeiro e dá outras providências, que passará a ter a seguinte redação:

"Art. 2º

Parágrafo único: É proibida a participação de servidores públicos ativos de Porto Belo ou de parentes até 1º grau em linha reta ou colateral direta ou por afinidade, como proprietários de agências credenciadas, ou de vans que vierem a prestar o serviço como transportadores turísticos."

Art. 2º Os demais artigos do Decreto n° 1.156, de 7 de novembro de 2013 permanecem inalterados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, 26 de novembro de 2013.
EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO
Prefeito de Porto Belo

Aviso de Licitação - Extrato Edital CC 003-13 PMPB - Publicidade - Segunda Sessão

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
Modalidade: CONCORRÊNCIA 003/2013
Tipo: MELHOR TÉCNICA E PREÇO
Legislação: Lei Federal n° 12.232/2010, de 29 de abril de 2010.

OBJETO: Prestação de serviços de publicidade e propaganda, compreendendo seu planejamento, estudo, pesquisa, criação, produção, distribuição, veiculação e controle de peças ou campanhas publicitárias de interesse público e demais serviços diretos e/ou indiretos inerentes à atividade publicitária.

ASSUNTO: APURAÇÃO DO RESULTADO GERAL DAS PROPOSTAS TÉCNICAS.

Data: 09/12/2013, às 14:00hrs.
Local: Sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação

Endereço eletrônico: www.portobelo.sc.gov.br.

Nota: Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111

Porto Belo, 04 de dezembro de 2013.

CHIRLEY LAURENCIO

Secretaria de Administração

CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 001/2013-PMPB, 001/2013-FMS, 001/2013-FMEDUCA, 001/2013-FUNTUR, 001/2013-FMAS, 001/2013-FME, 001/2013-FUNSAN, 001/2013-FMC e 001/2013 FAMAP.	
Setor	Departamento de Compras
Tipo	Menor técnica e preço
Objeto	O objeto da presente Concorrência é a contratação de prestação de serviços de publicidade e propaganda, compreendendo seu planejamento, estudo, pesquisa, criação, produção, distribuição, veiculação e controle de peças ou campanhas publicitárias de interesse público e demais serviços diretos e/ou indiretos inerentes a atividades publicitárias, não vedadas pela Lei nº 12.232/2010, destinados ao atendimento das necessidades da Administração Municipal de Porto Belo, a serem realizadas de forma direta ou indireta, conforme especificações técnicas descritas no edital.
ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTAS DE PREÇOS, HABILITAÇÃO E CREDENCIAMENTO: até o dia 26/11/2013 às 10:00 horas.	
ABERTURA DAS PROPOSTAS: 26/11/2013 às 14:00 horas.	
REGIMENTO: Lei n.º 12.232, de 29.04.2010, e mediante a aplicação, de forma complementar, das Leis n.º 4.680 de 18.06.1965 e nº 8.666 de 21.06.1993 e modificações posteriores.	
MAIORES INFORMAÇÕES: O edital na íntegra e todos os seus anexos estarão à disposição no Departamento de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal de Porto Belo, localizada na Av. Governador Celso Ramos, 2.500– Centro – Porto Belo – SC, informações pelo email compras@portobelo.sc.gov.br ou pelo telefone (47) 3369-4111.	

Porto União

PREFEITURA

Decreto Nº 350/2013

DECRETO Nº 350, de 06 de dezembro de 2013.

Dispõe sobre exoneração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º EXONERA A PEDIDO CHRISTIAN AGENOR MARTINS, do Cargo de Provimento em Comissão de Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Meio Ambiente, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 06 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Extrato de Contrato 055/2013 - FAS

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 055/2013 - FAS

Partes: Município de Porto União e a empresa Ava Comércio e Representações Ltda.

Objeto: aquisição de artigos esportivos - pares de tênis - para o CREAS

Valor: R\$ 15.040,00 (Quinze mil e quarenta reais).

Vigência: será da data de assinatura do presente instrumento até 30 de abril de 2014.

Base legal: Pregão Presencial 018/2013 Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 03 de dezembro de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Ava Comércio e Representações Ltda.

Contratada.

Extrato de Contrato 114/2013 - Educação

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 114/2013 - EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e a empresa Máxima Papelaria Eireli

Objeto: a aquisição de cartuchos para manutenção das impressoras das Secretarias e Salas de Informática das Escolas da Rede Municipal de Ensino.

Valor total: R\$ 1.296,00 (Hum mil e duzentos e noventa e seis reais).

Vigência: será de 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato.

Base legal: Pregão Presencial 024/2013 EDUCAÇÃO e Lei 8.666/93.

Porto União SC, 02 de Dezembro de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Máxima Papelaria Eireli

Contratada.

Extrato de Contrato 115/2013 - Educação

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 115/2013 - EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e a empresa Luis Kaminski - ME

Objeto: a aquisição de cartuchos e toners para manutenção das impressoras das Secretarias e Salas de Informática das Escolas da Rede Municipal de Ensino.

Valor total: R\$ 12.392,00 (Doze mil e trezentos e noventa e dois reais).

Vigência: será de 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato.

Base legal: Pregão Presencial 024/2013 EDUCAÇÃO e Lei 8.666/93.

Porto União SC, 02 de Dezembro de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Luis Kaminski - ME

Contratada.

Extrato de Contrato 116/2013 - Educação

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 116/2013 - EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e a empresa Ava Comércio e Representações Ltda - ME

Objeto: a aquisição de cartuchos e toners para manutenção das impressoras das Secretarias e Salas de Informática das Escolas da Rede Municipal de Ensino.

Valor total: R\$ 28.178,50 (Vinte e oito mil e cento e setenta e oito reais e cinquenta centavos).

Vigência: será de 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato.

Base legal: Pregão Presencial 024/2013 EDUCAÇÃO e Lei 8.666/93.

Porto União SC, 02 de Dezembro de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Ava Comércio e Representações Ltda - ME

Contratada.

Extrato de Contrato 117/2013 - Educação

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 117/2013 - EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e a empresa De Marco Ltda.

Objeto: a aquisição de 01 (hum) veículo 0 (Zero) Km, Fabricação ano 2013 modelo 2014, marca RENAULT, com demais características constantes na proposta do CONTRATADO.

Valor total: R\$ 38.700,00 (Trinta e oito mil e setecentos reais).

Vigência: será de 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato.

Base legal: Pregão Presencial 017/2013 EDUCAÇÃO e Lei 8.666/93.

Porto União SC, 04 de Dezembro de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

De Marco Ltda.

Contratada.

Extrato de Contrato Aditivo 113/2013 - Educação

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato aditivo 113/2013 - EDUCAÇÃO

Aditivo ao Contrato de Fornecimento nº 095/2013 - EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e Mercado Kosera Ltda - ME

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR CONTRATUAL

Adita-se o aludido contrato superior em R\$ 4.369,35 (quatro mil

trezentos e sessenta e nove reais e trinta e cinco centavos), equivalente a 8% (oito por cento).

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 26 de novembro de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Termo de Homologação do Leilão 002/2013

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 065/2013

Leilão 002/2013

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório

Porto União SC, 02 de Dezembro de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Termo de Homologação do Pregão Presencial 017/2013 - Educação

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 042/2013 - EDUCAÇÃO

Pregão Presencial 017/2013 - EDUCAÇÃO

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa

De Marco Ltda.

Porto União SC, 04 de Dezembro de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Termo de Homologação do Pregão Presencial 018/2013 - FAS

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 028/2013 - FAS

Pregão Presencial 018/2013 - FAS

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa

Ava Comércio e Representações Ltda.

Porto União SC, 03 de Dezembro de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Termo de Homologação do Pregão Presencial 024/2013 - Educação

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 046/2013 - EDUCAÇÃO

Pregão Presencial 024/2013 - EDUCAÇÃO

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas

Máxima Papelaria Eireli

Luis Kaminski - ME

Ava Comércio e Representações Ltda.

Porto União SC, 02 de Dezembro de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

Decreto 3747

DECRETO N° 3747, de 28 de novembro de 2013.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL N° 0104/2013."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal n° 10.520/02.

DECRETA

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto n° 3234/2013, o resultado do Pregão Presencial n° 0104/2013, de 08.11.2013, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- EDUCAR MOVEIS LTDA EPP

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

28 de novembro de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração.

ANEXO AO DECRETO N° 3747/2013

Pregão Presencial N° 0104/2013 de 08.11.2013.

Objeto da licitação: Aquisição de conjuntos escolares tipo circular para o C.E.I Pinguinho de Gente. Secretaria Municipal de educação

Participante:

- EDUCAR MOVEIS LTDA EPP

Decisão: Pelo critério menor preço global, a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedor o licitante:

- EDUCAR MOVEIS LTDA EPP

Decreto 3753

DECRETO N° 3753, de 04 de dezembro de 2013.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso II da Lei Orçamentária n° 5.358 de 13/12/12.

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

10.00

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

10.01

DEPARTAMENTO DE APOIO ADM. E MANUT. DE FROTAS

2.040

Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública

3.0.00.00

DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00

Outras Despesas Correntes

3.3.90.00

Aplicações Diretas

R\$

50.000,00

TOTAL

R\$

50.000,00

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

10.00

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

10.01

DEPARTAMENTO DE APOIO ADM. E MANUT. DE FROTAS

2.040

Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública

4.0.00.00

DESPESAS DE CAPITAL

4.4.00.00

Investimentos

4.4.90.00

Aplicações Diretas

R\$

50.000,00

TOTAL

R\$

50.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

04 de dezembro de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Decreto 3754

DECRETO Nº 3754, de 04 de dezembro de 2013

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR TENDÊNCIA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso I da Lei Orçamentária nº 5.358 de 13/12/12

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), por conta da tendência de excesso de arrecadação do Recurso da CASAN para Repavimentação, a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

10.00

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

10.03

DEPARTAMENTO DE OBRAS E MELHORIAS VIÁRIAS

2.038

Manutenção do Departamento de Obras e Melhorias Viárias

3.0.00.00

DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00

Outras Despesas Correntes

3.3.90.00

Aplicações Diretas

0.0.1.0032

Convênios do Estado - CASAN

R\$

80.000,00

TOTAL

R\$

80.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

04 de dezembro de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Decreto 3755

DECRETO Nº 3755, de 04 de dezembro de 2013.

"DESIGNA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA AUXILIAR A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL NA RECEPÇÃO DOS MUNICÍPIOS E CONFERÊNCIA DE DOCUMENTOS PARA O SAQUE DE FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO (FGTS), MOTIVO 19L - EMERGÊNCIA".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, em virtude do Decreto Nº 3630, de 22 de setembro de 2013, que declara em situação anormal, caracterizada como situação de emergência a área do Município afetada por tempestade.

DECRETA:

Art.1º - Ficam designados os servidores Públicos Municipais, para

atuarem na recepção dos municípios e conferência de documentos para saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), Motivo 19L - Emergência, nos dias: 11 e 12 de dezembro de 2013, no período entre as 9H e 16H, sendo concedido ao servidor 1 hora de intervalo ininterrupto:

a) Administração Indireta:

I - Representante da Fundação Cultural:

Fernanda Barbosa

b) Administração Direta:

II - Representantes do Gabinete do Prefeito:

Ana Paula Hobold

Natanael Anderson de Souza

III - Representantes da Secretaria Municipal de Administração:

Altair Guilherme Becker

Elias Boell Júnior

Vanessa Maria Bastos

IV - Representantes da Secretaria Municipal da Fazenda:

Gilberto Julio Vicente

Oldina Tillmann

V - Representante da Secretaria Municipal de Educação:

Daiana Patrícia de Oliveira Saldanha

Nilso Crespi

VI - Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

Ivanir Schlemper Neves

VII - Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação:

Gabriela Fagundes Padilha

VIII - Representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo:

Maitara Gabriela da Luz Broering

IX - Representantes da Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente:

Dinense Lucas de Souza

Ieda Jaqueline Stofela

X - Representantes da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos:

Elvis Cristian Censi

Maria Luzia Heidrich

XI - Representantes da Secretaria Municipal de Agricultura:

Terezinha Aparecida Fagundes

Janete Luzia Machado Foster

Art. 2º - As atividades serão desenvolvidas no prédio da antiga Secretaria Municipal de Educação, sendo na Rua Prefeito Wenceslau Borini, 2969, no Bairro Santa Galo, em frente ao Centro de Eventos Hermann Purnhagen.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito.

04 de dezembro de 2013

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul.

Decreto 3756

DECRETO N° 3756, de 05 de dezembro de 2013.

"CONCEDE VEÍCULO POR TEMPO DETERMINADO A FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º- Fica concedido por tempo determinado à Fundação Cultural de Rio do Sul o veículo, conforme segue:

O veículo Micro-ônibus - Mercedes Benz /608, placa ABQ 5585, Cor Branco, Frota 146, Chassi 30830411667070, Renavan n° 513400591, da Secretaria Municipal De Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, a para a realização do Show de Natal em parceria com esta Prefeitura, pelo prazo determinado entre: 09.12 à 23.12.13.

Art.2º - As despesas decorrentes do uso, manutenção do veículo cedido por este Decreto, ocorrerão a conta das dotações específicas do orçamento vigente da Fundação Cultural de Rio do Sul.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito.

05 de dezembro de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Portaria N°. 1.416/RH**PORTARIA N°. 1.416/RH**

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Cessar, a partir de 22/11/2013, de acordo com o § 2º, Art. 261, da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, o pagamento do auxílio reclusão concedido através da Portaria n.º 1215/RH de 08/10/2013, à família do servidor VICENTE GRANZA, ocupante do cargo de provimento efetivo Operador de Equipamentos, com base no termo de audiência datado de 21/11/2013, nos autos do Processo Judicial n.º 054.13.005234-9.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de novembro de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Jhc

Portaria N°. 1.417/RH**PORTARIA N°. 1.417/RH**

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Suspender, a partir de 07/11/2013, a remuneração do

servidor municipal LUIZ CARLOS MAURICIO DE SOUZA, ocupante do cargo de provimento Pintor, letra "C", devido seu afastamento por motivo de prisão pela suspensão do regime aberto, conforme Ofício n° 27/2013 emitido pela Vara Criminal da Comarca de Rio do Sul em 18/11/2013.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de novembro de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Jhc

Pregão Presencial 111/2013**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL****SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS****PREGÃO PRESENCIAL N° 111/2013**

OBJETO: Aquisição de colchões e berços para o C.E.I. Pinguinho de Gente. Secretaria de Educação.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal n° 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 18/12/2013, às 11:00h. no endereço abaixo, na sala de licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 11:30h do dia 18/12/2013, no endereço abaixo, na sala de licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

Rio do Sul (SC), 05 de dezembro de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Pregão Presencial 113/2013**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL****SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS****PREGÃO PRESENCIAL N° 113/2013**

OBJETO: Contratação de serviços e materiais para encarroçamento de 01 (um) chassis de caminhão de combate à incêndio. Corpo de Bombeiros de Rio do Sul - 3ª CBM - Funrebom.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal n° 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 18/12/2013, às 08:30h, no endereço abaixo, na Sala de Reuniões.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 09:00h do dia 18/12/2013, no endereço abaixo, na Sala de Reuniões.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

Rio do Sul (SC), 05 de dezembro de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

Portaria N° 1418/RH
PORTARIA N°. 1418/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, ANDRE FREDERICO MANSKE para exercer o cargo de provimento efetivo de ARQUITETO, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de novembro de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Dr

Portaria N° 1422/RH
PORTARIA N°. 1422/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Tornar sem efeito a Portaria n.º 1337/2013/RH de 07/11/2013, a qual nomeia JENIFFER KEUREM DO NASCIMENTO para exercer o cargo de provimento efetivo MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE, em virtude de sua manifestação de desistência (em anexo), nos termos do Art. 14, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 29 de novembro de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Csvf

Portaria N° 1423/RH
PORTARIA N°. 1423/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, CRISTINO LUIZ MORAS para exercer o cargo de provimento efetivo de MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 29 de novembro de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Csvf

CÂMARA MUNICIPAL

Decreto Legislativo N° 1.324

DECRETO LEGISLATIVO N° 1.324, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2013.
Homologa Convênio nº 2 de 2013, que entre si celebram o município de Rio do Sul, através do Fundo Municipal de Assistência Social, e o Clube de Mães Lar da Menina.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DECRETA, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica homologado o Convênio nº 2 de 2013, que entre si celebram o município de Rio do Sul, através do Fundo Municipal de Assistência Social, e o Clube de Mães Lar da Menina, objetivando a execução dos serviços de proteção Social Especial de Alta Complexidade.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 5 de dezembro de 2013.
DIÓGENES DELLA GIUSTINA FORMIGA DE MOURA

Decreto Legislativo N° 1.325

DECRETO LEGISLATIVO N° 1.325 DE 5 DE DEZEMBRO DE 2013.
Homologa Convênio nº 1 de 2013, que entre si celebram o município de Rio do Sul, através do Fundo Municipal de Assistência Social, e a Conferência São Vicente de Paulo.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DECRETA, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica homologado o Convênio nº 1 de 2013, que entre si celebram o município de Rio do Sul, através do Fundo Municipal de Assistência Social, e a Conferência São Vicente de Paulo, objetivando a execução dos serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 5 de dezembro de 2013.
DIÓGENES DELLA GIUSTINA FORMIGA DE MOURA

Salto Veloso

PREFEITURA

Decreto Municipal N°. 86/2013

DECRETO Nº 086/2013, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2013.
HOMOLOGA PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SALTO VELOSO - GESTÃO 2014 A 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na forma da LEI;
DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o Plano Municipal de Saúde do Município de Salto Veloso, com Gestão de 2014 a 2017, deliberado por unanimidade pelos Conselheiros de Saúde, conforme resolução anexa.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, em 04 de dezembro de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

JOSÉ CARLOS ONEDA

Secretário de Administração e Finanças

Decreto Municipal N°. 87/2013

DECRETO Nº. 87/2013, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2013.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO DA ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 1.499/2013 de 03/12/2013;

Decreta:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 11.872,29 (Onze Mil Oitocentos e Setenta e Dois Reais e Vinte e Nove Centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 4.052 - AMORTIZAÇÃO DE ENCARGOS GERAIS

Categoria Econômica: 2 ENCARGOS DA DÍVIDA CONTRATADA

Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 11.872,29

Fonte: 01.00.00000

RED. 124

Art. 2º. Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, ficam parcialmente anuladas as dotações orçamentárias das seguintes programações de despesas:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 4.052 - AMORTIZAÇÃO DE ENCARGOS GERAIS

Categoria Econômica: 2 ENCARGOS DA DÍVIDA CONTRATADA

Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 11.872,29

Fonte: 01.00.00000

RED: 123

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 05 de Dezembro de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Decreto Municipal N°. 88/2013

DECRETO Nº. 88/2013, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2013.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO FUNDEB, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE , SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.470/2012 de 13/12/2012;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 130.000,00 (Cento e Trinta mil reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 3.024 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA EDUCAÇÃO

Categoria Econômica: 4 DESPESAS DE CAPITAL

Grupo de Natureza de Despesa: 4 INVESTIMENTOS

Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS

Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS

Sub-Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 130.000,00

Fonte: 01.19.00000

Art. 2º. Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o provável excesso de arrecadação do FUNDEB, apurado na média aritmética entre o valor orçado com o arrecadado até a presente data.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, em 05 de Dezembro de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Decreto Municipal N°. 89/2013

DECRETO Nº. 89/2013, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2013.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO DA ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 1.499/2013 de 03/12/2013;

Decreta:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 42.872,75 (Quarenta e Dois Mil Oitocentos e Setenta e Dois Reais e Setenta e Cinco Centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 4.025 - MNT. ATIV. ENSINO FUNDAMENTAL

Categoria Econômica: 4. INVESTIMENTOS

Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 42.872,75

RED: 42

Fonte: 01.58.00000

Art. 2º. Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, ficam parcialmente anuladas as dotações orçamentárias das seguintes programações de despesas:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 4.025 - MNT. ATIV. ENSINO FUNDAMENTAL

Categoria Econômica: 3 - DESPESAS CORRENTES

Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 18.325,87

RED: 142

Valor: R\$ 24.546,88

RED: 40

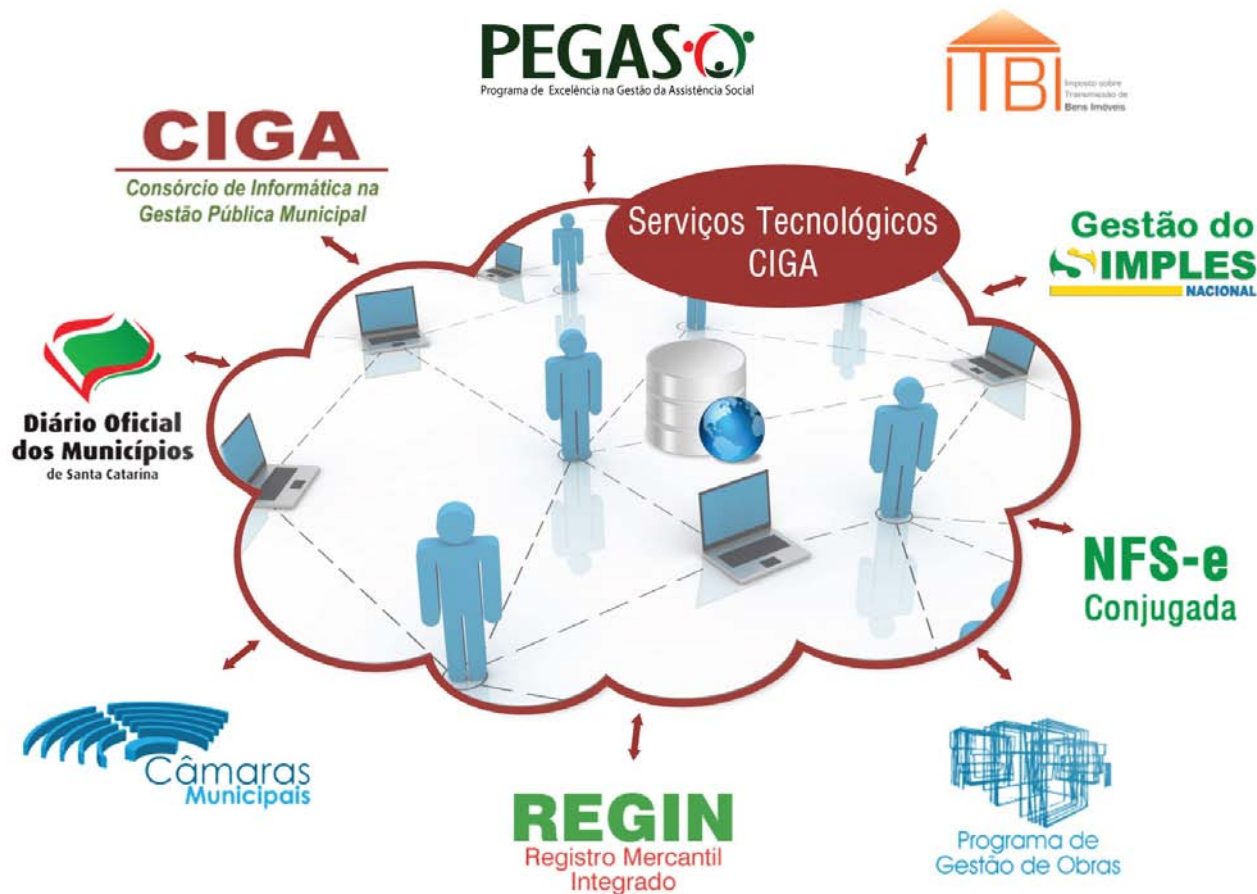
Fonte: 01.58.00000

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 05 de Dezembro de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal



www.ciga.sc.gov.br

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

Editais de Notificação



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 244 336/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCW2031	54934658D	5010/0	13/09/2012	162 * I
MCW2031	54934659D	6599/2	13/09/2012	230 * V
MCW2031	54934660D	5061/0	13/09/2012	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2013

ARI JOSE SOTO RIVA

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 244 335/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IKA2167	55644841B	5118/0	04/07/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
IKA2167	55644842B	6610/2	04/07/2012	R\$ 127,69	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2013

ARI JOSE SOTO RIVA
DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 244 334/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
GRR4830	54934587D	5525/0	01/09/2012	181 * XV
MBI0702	54934669D	6947/1	28/09/2012	235

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2013

ARI JOSE SOTO RIVA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 244 333/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ILQ5046	55644845B	6912/0	31/08/2012	232
MBZ8624	55644844B	6408/0	31/08/2012	221
MED6925	55644847B	6599/2	21/09/2012	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2013

ARI JOSE SOTO RIVA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 244 332/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHU9102	54934570D	5525/0	14/08/2012	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2013

ARI JOSE SOTO RIVA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 244 331/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDZ1767	54934572D	5835/0	11/08/2012	195
MDZ1767	54934573D	5207/0	11/08/2012	169
MDZ1767	54934574D	7064/0	11/08/2012	244 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2013

ARI JOSE SOTO RIVA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 244 330/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BJN3411	54934544D	6599/2	26/07/2012	230 * V
BJN3411	54934545D	5045/0	26/07/2012	162 * V
BJN3411	54934546D	5142/0	26/07/2012	164 c/c 162 * V
BJN3411	54934547D	6556/5	26/07/2012	230 * I
IJT9226	54934542D	5118/0	23/07/2012	164 c/c 162 * I
IJT9226	54934543D	5010/0	23/07/2012	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2013

ARI JOSE SOTO RIVA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 244 329/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJQ5613	54934606D	5045/0	16/07/2012	162 * V
MJQ5613	54934607D	5142/0	16/07/2012	164 c/c 162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2013

ARI JOSE SOTO RIVA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 244 328/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DAI4201	55644839B	5738/0	30/06/2012	186 * II
IKW0249	55644843B	5185/1	07/07/2012	167
ILP7696	54934299D	5045/0	09/07/2012	162 * V
MEY9890	54934295D	6599/2	02/07/2012	230 * V
MEY9890	54934296D	5010/0	02/07/2012	162 * I
MEY9890	54934297D	5061/0	02/07/2012	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2013

ARI JOSE SOTO RIVA

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 244 327/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGV0757	54934158D	7030/2	20/05/2012	R\$ 191,53	244 * I
MHS8851	54934532D	6912/0	12/05/2012	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2013

ARI JOSE SOTO RIVA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 244 326/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHW2630	54934521D	6912/0	27/04/2012	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2013

ARI JOSE SOTO RIVA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 244 325/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBZ5822	55644836B	6599/2	19/06/2012	230 * V
MGG4247	54934603D	7366/2	15/06/2012	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2013

ARI JOSE SOTO RIVA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 244 324/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CPC7477	54934449D	6912/0	27/04/2012	R\$ 53,20	232
IDK9470	54934446D	6912/0	27/04/2012	R\$ 53,20	232
MBW9006	54934559D	5010/0	19/04/2012	R\$ 574,61	162 * I
MBW9006	54934560D	5118/0	19/04/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MBW9006	54934561D	6599/2	19/04/2012	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2013

ARI JOSE SOTO RIVA

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 244 323/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHK2138	54934568D	5193/0	09/06/2012	168
MHQ8576	55644835B	5819/1	13/06/2012	193

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2013

ARI JOSE SOTO RIVA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 244 322/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IDK9470	55644822B	6599/2	20/04/2012	R\$ 191,53	230 * V
IDK9470	55644823B	5185/1	20/04/2012	R\$ 127,69	167
IDK9470	55644824B	6912/0	20/04/2012	R\$ 53,20	232
MDU4748	54934274D	5010/0	20/04/2012	R\$ 574,61	162 * I
MDU4748	54934276D	5118/0	20/04/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2013

ARI JOSE SOTO RIVA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 244 320/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
INT2308	54934290D	6653/2	26/06/2012	230 * XI
MBR2656	54934286D	6599/2	22/05/2012	230 * V
MBR2656	54934287D	5010/0	22/05/2012	162 * I
MBR2656	54934288D	5835/0	22/05/2012	195
MBR2656	54934289D	5215/1	22/05/2012	170
MFV3838	55644833B	6653/2	29/05/2012	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2013

ARI JOSE SOTO RIVA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 244 319/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IIE8585	54934438D	5061/0	12/04/2012	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
IIE8585	54934439D	5010/0	12/04/2012	R\$ 574,61	162 * I
IIE8585	54934440D	6556/4	12/04/2012	R\$ 191,53	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2013

ARI JOSE SOTO RIVA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 244 318/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CJL0066	54934601D	5525/0	09/05/2012	181 * XV
MIL3395	55644829B	5010/0	14/05/2012	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2013

ARI JOSE SOTO RIVA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 244 317/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHT8799	54934124D	5185/1	21/08/2011	R\$ 127,69	167
MIA8267	54934418D	6912/0	30/01/2012	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2013

ARI JOSE SOTO RIVA
DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 244 316/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IGO2489	54934534D	5185/1	12/05/2012	167
MCK9267	54934522D	5061/0	30/04/2012	163 c/c 162 * I
MCK9267	54934523D	5010/0	30/04/2012	162 * I
MCK9267	54934524D	6556/3	30/04/2012	230 * I
MFM6491	54934528D	5185/1	03/05/2012	167
MGV4492	54934537D	6599/2	12/05/2012	230 * V
MGV4492	54934538D	5720/0	12/05/2012	186 * I
MIB5187	54934565D	5010/0	10/05/2012	162 * I
MIB5187	54934566D	5118/0	10/05/2012	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2013

ARI JOSE SOTO RIVA
DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 244 315/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BRJ2549	55645132B	6912/0	28/11/2011	R\$ 53,20	232
BTP8948	54934505D	6599/2	10/11/2011	R\$ 191,53	230 * V
CAL4996	54934221D	6556/1	14/11/2011	R\$ 191,53	230 * I
CLI9493	54934217D	6599/2	14/11/2011	R\$ 191,53	230 * V
CWG3833	54934330D	5185/1	26/10/2011	R\$ 127,69	167
DFX7723	55645044B	5541/3	21/07/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
DSF9747	54934414D	6599/2	07/11/2011	R\$ 191,53	230 * V
GFT0180	54934313D	6530/0	09/10/2011	R\$ 127,69	228
IEO8036	55644803B	5185/1	13/09/2011	R\$ 127,69	167
IGE5585	54934149D	5452/2	14/10/2011	R\$ 127,69	181 * VIII
IGK8081	54934151D	5738/0	10/12/2011	R\$ 191,53	186 * II
IGZ8843	54934206D	5045/0	27/06/2011	R\$ 191,53	162 * V
IHB3413	54934266D	5010/0	06/11/2011	R\$ 574,61	162 * I
IHB3413	54934267D	5118/0	06/11/2011	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
IHL4697	54934349D	6599/2	07/11/2011	R\$ 191,53	230 * V
IJT9226	54934270D	5010/0	10/01/2012	R\$ 574,61	162 * I
IJT9226	54934271D	5061/0	10/01/2012	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
IKW8340	55645035B	5541/1	07/06/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
ILF2851	55644808B	6599/2	04/11/2011	R\$ 191,53	230 * V
ILF2851	55644809B	5010/0	04/11/2011	R\$ 574,61	162 * I
ILS0799	54934113D	6912/0	22/07/2011	R\$ 53,20	232
ILW9846	54934127D	6599/2	30/08/2011	R\$ 191,53	230 * V
IME4668	54934114D	5010/0	22/07/2011	R\$ 574,61	162 * I
IME4668	54934115D	6599/2	22/07/2011	R\$ 191,53	230 * V
INB9902	55644740B	5452/2	03/09/2011	R\$ 127,69	181 * VIII
INR1189	54934343D	6912/0	04/11/2011	R\$ 53,20	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LAX1278	54934148D	5452/2	14/10/2011	R\$ 127,69	181 * VIII
LXC6324	55644743B	5010/0	11/11/2011	R\$ 574,61	162 * I
LXI0328	55644807B	6599/2	04/11/2011	R\$ 191,53	230 * V
LXM9684	54934503D	6912/0	10/11/2011	R\$ 53,20	232
LXQ0752	54934109D	5452/2	22/07/2011	R\$ 127,69	181 * VIII
LXS3608	55645128B	5010/0	16/11/2011	R\$ 574,61	162 * I
LXS3608	55645130B	5118/0	16/11/2011	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LXS3608	55645131B	6599/2	16/11/2011	R\$ 191,53	230 * V
LXW7718	54934129D	5452/2	02/09/2011	R\$ 127,69	181 * VIII
LYK5842	55644983B	5010/0	13/04/2010	R\$ 574,61	162 * I
LYK5842	55644984B	5118/0	13/04/2010	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LYK5842	55644985B	6653/2	13/04/2010	R\$ 127,69	230 * XI
LYQ0076	54934325D	5010/0	23/10/2011	R\$ 574,61	162 * I
LYQ0076	54934326D	6599/2	23/10/2011	R\$ 191,53	230 * V
LYQ0076	54934327D	5061/0	23/10/2011	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
LZH6736	54934119D	6912/0	25/07/2011	R\$ 53,20	232
LZR8402	55644810B	5118/0	04/11/2011	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LZR8402	55644811B	5010/0	04/11/2011	R\$ 574,61	162 * I
LZR8402	55644812B	6599/2	04/11/2011	R\$ 191,53	230 * V
LZS6780	54934352D	5843/3	05/01/2012	R\$ 127,69	196
LZZ4942	55645047B	6599/2	26/08/2011	R\$ 191,53	230 * V
MAA3649	54934310D	6912/0	02/10/2011	R\$ 53,20	232
MAU6624	54934417D	6599/2	07/11/2011	R\$ 191,53	230 * V
MBA5897	54159637B	5010/0	17/04/2010	R\$ 574,61	162 * I
MBA5897	54159638B	6653/1	17/04/2010	R\$ 127,69	230 * XI
MBA5897	54159640B	6912/0	17/04/2010	R\$ 53,20	232
MBG7163	54934451D	5452/2	12/12/2011	R\$ 127,69	181 * VIII
MBO0079	54934216D	6599/2	14/11/2011	R\$ 191,53	230 * V
MBO0079	55644747B	5010/0	14/11/2011	R\$ 574,61	162 * I
MBO0079	55644750B	5061/0	14/11/2011	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MBQ0291	55644741B	5452/2	08/11/2011	R\$ 127,69	181 * VIII
MBW6091	54934452D	5525/0	28/12/2011	R\$ 85,12	181 * XV
MCA5560	54934123D	6912/0	12/08/2011	R\$ 53,20	232
MCC1378	54934213D	5010/0	11/11/2011	R\$ 574,61	162 * I
MCE8605	54934509D	6912/0	05/12/2011	R\$ 53,20	232
MCJ6246	54934118D	5010/0	25/07/2011	R\$ 574,61	162 * I
MDO6422	54934116D	5010/0	22/07/2011	R\$ 574,61	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDO6422	54934117D	5061/0	22/07/2011	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MDR3099	54934211D	5010/0	11/11/2011	R\$ 574,61	162 * I
MDR3099	54934212D	5061/0	11/11/2011	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MDT3673	54934110D	6599/2	22/07/2011	R\$ 191,53	230 * V
MEP8185	54934309D	6599/2	26/09/2011	R\$ 191,53	230 * V
MEV0702	54934152D	6599/2	25/12/2011	R\$ 191,53	230 * V
MEV0702	54934153D	6653/1	25/12/2011	R\$ 127,69	230 * XI
MFK2234	54934350D	6912/0	07/11/2011	R\$ 53,20	232
MFT6687	54934209D	6599/2	09/11/2011	R\$ 191,53	230 * V
MFY5751	54934415D	6912/0	07/11/2011	R\$ 53,20	232
MGZ5451	54934454D	5525/0	15/01/2012	R\$ 85,12	181 * XV
MHG6059	54934323D	5061/0	20/10/2011	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MHG6059	54934324D	5010/0	20/10/2011	R\$ 574,61	162 * I
MHH6807	54934342D	6599/2	04/11/2011	R\$ 191,53	230 * V
MHM6462	54934203D	5045/0	27/06/2011	R\$ 191,53	162 * V
MHM6462	54934204D	6556/1	27/06/2011	R\$ 191,53	230 * I
MIT8281	55644739B	5010/0	28/05/2011	R\$ 574,61	162 * I
MJC8260	54934269D	5452/2	09/11/2011	R\$ 127,69	181 * VIII
MJJ5152	54934205D	5835/0	27/06/2011	R\$ 127,69	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2013

ARI JOSE SOTO RIVA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 244 321/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MID5625	54934294D	7366/2	03/07/2012	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2013

ARI JOSE SOTO RIVA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 244 300/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IMR7770	55645138B	5452/2	14/02/2012	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2013

ARI JOSE SOTO RIVA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 244 301/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
KPB9819	55645136B	5045/0	02/02/2012	162 * V
MHG1718	54934455D	6599/2	01/02/2012	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 28 DE NOVENBRO DE 2013

ARI JOSE SOTO RIVA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 244 302/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEC8762	54934272D	5010/0	09/02/2012	162 * I
MJA9167	54934514D	5010/0	16/02/2012	162 * I
MJA9167	54934515D	5061/0	16/02/2012	163 c/c 162 * I
MJA9690	54934513D	6653/1	16/02/2012	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2013

ARI JOSE SOTO RIVA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 244 303/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIR2230	54934232D	6599/2	25/03/2012	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2013

ARI JOSE SOTO RIVA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 244 303/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIR2230	54934232D	6599/2	25/03/2012	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2013

ARI JOSE SOTO RIVA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 244 304/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DMV9023	54934428D	6912/0	05/04/2012	232
MEO0671	54934434D	5010/0	05/04/2012	162 * I
MEO0671	54934435D	5061/0	05/04/2012	163 c/c 162 * I
MEO0671	54934436D	6599/2	05/04/2012	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2013

ARI JOSE SOTO RIVA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 244 305/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEP7864	55645134B	7340/0	20/01/2012	R\$ 85,12	252 * IV
MJM9696	54934456D	7366/2	01/02/2012	R\$ 85,12	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2013

ARI JOSE SOTO RIVA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 244 306/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IJC1664	55645142B	7340/0	19/03/2012	252 * IV
MHD9788	54934551D	5010/0	26/03/2012	162 * I
MHD9788	54934552D	5061/0	26/03/2012	163 c/c 162 * I
MHD9788	54934553D	6599/2	26/03/2012	230 * V
MHG4526	55645141B	7340/0	19/03/2012	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2013

ARI JOSE SOTO RIVA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 244 307/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBX6400	54934228D	5061/0	10/03/2012	163 c/c 162 * I
MBX6400	54934229D	5169/1	10/03/2012	165
MBX6400	54934230D	5010/0	10/03/2012	162 * I
MFM2668	54934421D	5207/0	02/03/2012	169
MFM2668	54934422D	7366/2	02/03/2012	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2013

ARI JOSE SOTO RIVA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 244 308/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CWG3833	55645147B	5185/1	22/03/2012	167
ILI6981	54934554D	5010/0	26/03/2012	162 * I
ILI6981	54934555D	5061/0	26/03/2012	163 c/c 162 * I
MAX2060	55645144B	6599/2	19/03/2012	230 * V
MGL7953	54934430D	6670/0	05/04/2012	230 * XIII
MHP7115	55645146B	5541/1	19/03/2012	181 * XVII
MIB5187	55644818B	5010/0	02/04/2012	162 * I
MIB5187	55644819B	6599/2	02/04/2012	230 * V
MIB5187	55644820B	5118/0	02/04/2012	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2013

ARI JOSE SOTO RIVA
DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 244 309/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXT2367	55644817B	6599/2	27/03/2012	230 * V
MBR9398	54934431D	6599/2	05/04/2012	230 * V
MBR9398	54934433D	6912/0	05/04/2012	232
MGJ5082	54934519D	5061/0	21/04/2012	163 c/c 162 * I
MGJ5082	54934520D	5010/0	21/04/2012	162 * I
MIG3254	54934429D	5185/1	04/04/2012	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2013

ARI JOSE SOTO RIVA

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 244 310/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
APW1600	55645048B	5010/0	01/09/2011	R\$ 574,61	162 * I
CNA2205	54934403D	7366/2	23/10/2011	R\$ 85,12	252 * VI
MEY7856	55645034B	6912/0	04/06/2011	R\$ 53,20	232
MFW4249	54934138D	5010/0	02/10/2011	R\$ 574,61	162 * I
MFW4249	54934139D	5061/0	02/10/2011	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MFW4249	54934140D	6599/2	02/10/2011	R\$ 191,53	230 * V
MGO0940	54934201D	5010/0	27/06/2011	R\$ 574,61	162 * I
MGO0940	54934202D	5061/0	27/06/2011	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MHI7277	54934402D	5410/0	20/10/2011	R\$ 85,12	181 * IV
MHS0157	54934222D	5010/0	14/11/2011	R\$ 574,61	162 * I
MHS0157	54934223D	5061/0	14/11/2011	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MHS0157	54934224D	6637/2	14/11/2011	R\$ 127,69	230 * IX
MHS0157	54934225D	6912/0	14/11/2011	R\$ 53,20	232
MIA3466	54934259D	5010/0	25/09/2011	R\$ 574,61	162 * I
MIA3466	54934260D	5118/0	25/09/2011	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MIB4608	54934137D	5541/1	18/09/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MIT3917	54934264D	6700/2	10/10/2011	R\$ 127,69	230 * XVI
MIV8399	54934321D	5185/1	17/10/2011	R\$ 127,69	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2013

ARI JOSE SOTO RIVA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 244 312/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DYC7595	54934409D	5835/0	26/10/2011	R\$ 127,69	195
DYC7595	54934410D	6076/0	26/10/2011	R\$ 191,53	210
DYC7595	54934411D	6270/0	26/10/2011	R\$ 127,69	220 * II
LWS4115	54934147D	5541/1	14/10/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
LXL5378	54934214D	6637/2	14/11/2011	R\$ 127,69	230 * IX
LXL5378	54934215D	6556/1	14/11/2011	R\$ 191,53	230 * I
LZK8063	54934315D	5452/2	14/10/2011	R\$ 127,69	181 * VIII
MDC0401	54934122D	6912/0	12/08/2011	R\$ 53,20	232
MDV5852	54934319D	5010/0	17/10/2011	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2013

ARI JOSE SOTO RIVA
DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 244 312/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DYC7595	54934409D	5835/0	26/10/2011	R\$ 127,69	195
DYC7595	54934410D	6076/0	26/10/2011	R\$ 191,53	210
DYC7595	54934411D	6270/0	26/10/2011	R\$ 127,69	220 * II
LWS4115	54934147D	5541/1	14/10/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
LXL5378	54934214D	6637/2	14/11/2011	R\$ 127,69	230 * IX
LXL5378	54934215D	6556/1	14/11/2011	R\$ 191,53	230 * I
LZK8063	54934315D	5452/2	14/10/2011	R\$ 127,69	181 * VIII
MDC0401	54934122D	6912/0	12/08/2011	R\$ 53,20	232
MDV5852	54934319D	5010/0	17/10/2011	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2013

ARI JOSE SOTO RIVA
DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 244 313/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGH0447	54934564D	7340/0	10/05/2012	252 * IV
MGH0447	54934602D	5835/0	10/05/2012	195
MGV6270	54934517D	5010/0	15/04/2012	162 * I
MJK4089	54934285D	5452/2	14/05/2012	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2013

ARI JOSE SOTO RIVA

DELEGADO DE POLICIA

São Bento do Sul

PREFEITURA

Portaria N° 3880/2013

PORTARIA N° 3880, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2013
NOMEIA COORDENADOR DE SERVIÇOS

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 02 de dezembro de 2013, ANTONIO ALCIONI CARDOSO, no cargo de Coordenador de Serviços da Praça do PEC, na Secretaria Municipal de Assistência Social.

São Bento do Sul, 03 de dezembro de 2013.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

São Domingos

PREFEITURA

Lei N° 1730, de 04 de Dezembro de 2013.

Denomina ruas localizadas no Loteamento Vida Nova e no Loteamento Santo Antonio."

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do município que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º A Rua "A" localizada no Loteamento Vida Nova, Bairro Esperança, passa a denominar-se Rua Valcir Lodi.

Art. 2º A Rua "B" localizada no Loteamento Vida Nova, Bairro Esperança, passa a denominar-se Rua Dirceu Fila.

Art. 3º A Rua "C" localizada no Loteamento Vida Nova, Bairro Esperança, passa a denominar-se Rua Conrado Hedel.

Art. 4º A Rua "D" localizada no Loteamento Vida Nova, Bairro Esperança, passa a denominar-se Rua Neffre Antônio da Costa.

Art. 5º A Rua "E" localizada no Loteamento Vida Nova, Bairro Esperança, passa a denominar-se Rua Eurico Macedo de Siqueira.

Art. 6º A Rua "Beira Rio" localizada no Loteamento Vida Nova, Bairro Esperança, passa a denominar-se Rua Ubirajara Marques.

Art. 7º A Rua "A" localizada no Loteamento Santo Antonio, Bairro Ari Bortoli, passa a denominar-se Rua Oliva Lourenci.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 04 de dezembro de 2013.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

Lei N° 1731, de 04 de Dezembro de 2013.

Altera dispositivos da Lei nº 1696, de 30 de outubro de 2012, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, nos termos da legislação em vigor, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O Artigo 6º e seus incisos e o Artigo 7º da Lei nº 1696, de 30 de outubro de 2012, passam a vigorar com a seguinte redação: "Art. 6º. O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher será constituído por no mínimo 08 (oito) membros, sendo 04 (quatro) representantes de entidades públicas e 04 (quatro) representantes de segmentos da sociedade ligados à defesa dos direitos da mulher, tendo como garantia o princípio democrático de escolha de seus representantes.

§ 1º A composição do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher poderá ser estabelecida pelo Poder Executivo.

Art. 7º A indicação dos representantes do Poder Executivo será feita pelo Prefeito Municipal, sendo as demais representantes designadas pelas respectivas entidades, tendo como garantia o princípio democrático de escolha em reuniões específicas de cada um dos segmentos, mediante convocação da Coordenadoria de Políticas Públicas para as Mulheres".

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente as contidas na Lei nº 1696, de 30 de outubro de 2012.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 04 de dezembro de 2013.

ALCIMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ
Secretária Municipal de Administração e Fazenda



Notificação de Recebimentos de Recursos Federais No Período Compreendido Entre Os Dias 01 e 04 de Dezembro de 2013**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**Betha Sistemas
Exercício de 2013
Data do Recebimento: 05/12/2013**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de São Domingos/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		32.500,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	32.500,00
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	32.500,00
4.1.7.2.1.33.11.00.00	Saúde na Escola	2.000,00
4.1.7.2.1.33.11.01.00	Saúde na Escola	2.000,00
4.1.7.2.1.33.16.00.00	Programa de Melhoria Acesso e de Qualidade - PMAQ	30.500,00

SAO DOMINGOS, 05/12/2013

ALCIMAR DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL_____
ELIENIR TERESINHA AGNOLETTI
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

Notificação de Recebimentos de Recursos Federais No Período Compreendido Entre Os Dias 23 e 30 de Novembro de 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Data do Recebimento: 02/12/2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de São Domingos/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		267.085,18
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	295.869,97
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Rec. da União	141.338,96
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	141.144,59
4.1.7.2.1.01.02.01.00	FPM - Ordinário	84.686,75
4.1.7.2.1.01.02.02.00	FPM - Educação	35.286,15
4.1.7.2.1.01.02.03.00	FPM - Saúde	21.171,69
4.1.7.2.1.01.05.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	194,37
4.1.7.2.1.01.05.01.00	Cota Parte IPTR - Ordinário	116,62
4.1.7.2.1.01.05.02.00	Cota Parte IPTR - Educação	48,59
4.1.7.2.1.01.05.03.00	Cota Parte IPTR - Saúde	29,16
4.1.7.2.1.22.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	78.969,34
4.1.7.2.1.22.11.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Hídricos	71.686,90
4.1.7.2.1.22.70.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	7.282,44
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	57.060,00
4.1.7.2.1.33.03.00.00	Saúde Da Família - SF	28.520,00
4.1.7.2.1.33.04.00.00	Saúde Bucal - SB	6.690,00
4.1.7.2.1.33.05.00.00	Agentes Comunitários De Saúde - ACS	21.850,00
4.1.7.2.1.35.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	15.916,59
4.1.7.2.1.35.01.00.00	Transf. do Salário-Educação	15.916,59
4.1.7.2.1.36.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	2.585,08
4.1.7.2.1.36.01.00.00	Traf.Fin.ICMS - Desoner - L.C.Nº 87/96 - Ordinário	1.551,05
4.1.7.2.1.36.02.00.00	Traf.Fin.ICMS - Desoner - L.C.Nº 87/96 - Educação	646,27
4.1.7.2.1.36.03.00.00	Traf.Fin.ICMS - Desoner - L.C.Nº 87/96 - Saúde	387,76
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução de Receita	-28.784,79
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM	-28.267,78
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM	-28.228,91
9.1.7.2.1.01.05.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - ITR	-38,87
9.1.7.2.1.36.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - LEI 87/96	-517,01
9.1.7.2.1.36.01.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - LEI 87/96	-517,01

SAO DOMINGOS, 05/12/2013

ALCIMAR DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTO
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

São José

PREFEITURA

Resultado da Tomada de Preços N° 015/2013

RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS N° 015/2013 - Processo nº 263/2013. Objeto: Contratação de empresa de engenharia para fornecimento de mão de obra e material para reforma do antigo posto policial da polícia militar localizado na Rua Presidente Nereu Ramos, nº 1068, Campinas, São José/SC. Contratado: Cone Construções LTDA - EPP. Valor: R\$ 48.563,21 (quarenta e oito mil, quinhentos e sessenta e três reais e vinte e um centavos). Maiores Informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100. Site: www.pmsj.sc.gov.br.

CARLOS ALFREDO SCHMIDT,
Presidente/CPL.

Resultado do Eletrônico 035/2013

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO 035/2013 - Processo nº 243/2013: Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de equipamentos odontológicos para serem utilizados nos Centros de Saúde do Município de São José/SC. Contratados: Elisvandia Matos Donini ME (R\$ 271.292,00 - duzentos e setenta e um mil, duzentos e noventa e dois reais); e Silmes Comercio de Produtos Odontológicos LTDA (R\$ 7.239,85 - sete mil, duzentos e trinta e nove reais e oitenta e cinco centavos). Valor Total: R\$ 278.531,85 (duzentos e setenta e oito mil, quinhentos e trinta e um reais e oitenta e cinco centavos).

VERA SUELY DE ANDRADE
Diretora de Compras.

Resultado do Pregão Eletrônico 032/2013

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO 032/2013 - Processo nº 236/2013: Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de materiais permanentes de odontologia para serem utilizados nos Centros de Saúde do Município de São José/SC. Contratado: Elisvandia Matos Donini ME. Valor Total: R\$ 55.650,20 (cinquenta e cinco mil, seiscentos e cinquenta reais e vinte centavos).

VERA SUELY DE ANDRADE
Diretora de Compras.

Resultado do Pregão Presencial 123/2013

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL 123/2013 - Processo nº 328/2013: Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de condicionadores de ar com instalação, incluindo o material necessário para instalação e realização dos serviços no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de São José/SC. Contratado: KOMLOG Importação. Valor Total: R\$ 696.999,72 (seiscentos e noventa e seis mil, novecentos e noventa e nove reais e setenta e dois centavos).

VERA SUELY DE ANDRADE
Diretora de Compras.

Ata de Registro de Preços N° 085/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 085/2013 - PE 024/2013 - Processo 214/2013 - Fornecedor: ELISVANDIA MATOS DONINI ME. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para

eventual fornecimento de pastas classificadoras para atender a Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal de São José/SC. Valor global: R\$ 5.145,00 (cinco mil, cento e quarenta e cinco reais). Vigência: 01 (um) ano, contados a partir de sua assinatura. Data da assinatura: 14 de novembro de 2013.

VERA SUELY DE ANDRADE
Diretora de Compras.

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria N° 149/2013

PORTARIA N° 149/2013

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais previstas no regimento interno.

RESOLVE:

I - Conceder ao Servidor GILMAR CORREA HORAS EXTRAS, haja vista a necessidade de seus serviços após horário normal de expediente..

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 14 de outubro de 2013.
SANDERSON ALMECI DE JESUS
PRESIDENTE

Portaria N° 166/2013

PORTARIA nº 166/2013

Considerando que os contratos devem ser executados fielmente pelas partes de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

Considerando o disposto no art.67 da Lei Federal 8.666/93, que determina a obrigação da Administração indicar representante para a fiscalização da execução dos contratos que firmar,

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, resolve:

I - Nomear - O Servidor VALMOR JOSÉ HEBERLE, para fiscalizar o contrato nº 025/2009 decorrente do Processo Licitatório nº 029/2009 - Inegibilidade 002/2009, firmado entre a Câmara Municipal de São José e a empresa PRIMER TV LTDA, contrato nº 014/2009, decorrente do Processo Licitatório nº 019/2009 - Pregão Presencial 019/2009, firmado entre a Câmara Municipal de São José e a empresa PRIMER PRODUÇÃO E LOCAÇÃO LTDA, observando as condições expressas no Edital e anexos que integram.

II - A empresa contratada deverá apresentar a fiscalização do contrato, relatório mensal das atividades desenvolvidas no mês, que por sua vez promoverá a verificação dos serviços executados para certificação da nota fiscal emitida pela empresa contratada, para o seu afetivo pagamento.

III - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

IV - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 26 de novembro de 2013.
SANDERSON ALMECI DE JESUS
Presidente

Portaria N° 167/2013

PORTARIA nº 167/2013

Considerando que os contratos devem ser executados fielmente pelas partes de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

Considerando o disposto no art.67 da Lei Federal 8.666/93, que determina a obrigação da Administração indicar representante para a fiscalização da execução dos contratos que firmar,

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, resolve:

I - Nomear - O Servidor MAURICIO LUIZ SCHMITT, para fiscalizar o contrato nº 009/2009, decorrente do Processo Licitatório nº 013/2009 - Pregão Presencial nº 012/2009, firmado entre a Câmara Municipal de São José e as empresas NEOMAP TECNOLOGIA E INFORMACÃO LTDA, contrato nº 007/2013, decorrente do Processo Licitatório nº 011/2013 - Pregão Presencial 008/2013, firmado entre a Câmara Municipal de São José e as empresas NEOMAP TI COMÉRCIO E SERVIÇOS TECNOLÓGICOS LTDA-ME, observando as condições expressas no Edital e anexos que integram.

II - A empresa contratada deverá apresentar a fiscalização do contrato, relatório mensal das atividades desenvolvidas no mês, que por sua vez promoverá a verificação dos serviços executados para certificação da nota fiscal emitida pela empresa contratada, para o seu afetivo pagamento.

III - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

IV - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 26 de novembro de 2013.
SANDERSON ALMECI DE JESUS
Presidente

Portaria N° 168/2013

PORTARIA Nº 168/2013

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais previstas no regimento interno.

RESOLVE:

I - EXONERAR - A Servidora LUANA SILVA, do cargo em comissão de OFICIAL DE GABINETE PARLAMENTAR I, conforme Lei nº 4.752 de 25.03.2009.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 25 de novembro 2013.
SANDERSON ALMECI DE JESUS.
PRESIDENTE

Portaria N° 169/2013

PORTARIA Nº 169/2013

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais previstas no regimento interno.

RESOLVE:

I -REGULAMENTAR a CONCESSÃO DE QUINQUÊNIOS conforme os seguintes Processos Administrativos: 071/2013 - Servidor Romeu José Vieira Neto; 072/2013 - Bruno César De Faria; 073/2013 - Sônia Da Silva; 074/2013 - Samuel João Ancelmo; 075/2013 - Célia Hinkel; 076/2013 - Carlos Alberto Vieira; 077/2013 - Luciano Nilzo Heck; 078/2013 - Kátia Firmo; 079/2013 - Pedro Paulo Furtuoso Junior; 080/2013 - Cimara Batinga Metzker; 081/2013 - Osmar Pedro Steimbach; 083/2013 - Jarbas Pinheiro Dos Santos; 084/2013 - Paulo Roberto Da Silva; 085/2013 - Marcos Nunes e 086/2013 - Marcelo Pinheiro, de acordo com o parecer nº 113/2013 da Procuradoria desta Casa Legislativa.

II - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

III - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 27 de novembro de 2013
SANDERSON ALMECI DE JESUS
PRESIDENTE

Portaria N° 170/2013

PORTARIA nº 170/2013

Considerando que os contratos devem ser executados fielmente pelas partes de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

Considerando o disposto no art.67 da Lei Federal 8.666/93, que determina a obrigação da Administração indicar representante para a fiscalização da execução dos contratos que firmar,

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, resolve:

I - Nomear - O Servidor JAMIL PAULO ELIAS, para fiscalizar o contrato nº 024/2009, decorrente do Processo Licitatório nº 028/2009 - Pregão Presencial nº 023/2009, firmado entre a Câmara Municipal de São José e a empresa GREEN CARD S/, observando as condições expressas no Edital e anexos que integram.

II - A empresa contratada deverá apresentar a fiscalização do contrato, relatório mensal dos vales refeição entregues no mês, que por sua vez verificará as quantidades efetivamente recebidas para certificação da nota fiscal emitida pela empresa contratada, para o seu afetivo pagamento.

III - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

IV - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 28 de novembro de 2013.
SANDERSON ALMECI DE JESUS
Presidente

Portaria N° 171/2013

PORTARIA nº 171/2013

Considerando que os contratos devem ser executados fielmente pelas partes de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

Considerando o disposto no art.67 da Lei Federal 8.666/93, que determina a obrigação da Administração indicar representante para a fiscalização da execução dos contratos que firmar,

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, resolve:

I - Nomear - O Servidor CANISIO VANDERLEI OSAIDA , para fiscalizar o contrato nº 001/2010, decorrente do Processo de compras nº 004/2010 - Dispensa de licitação nº 001/2010 nº 016/2013, firmado entre a Câmara Municipal de São José e a empresa CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, Ag. 3078, observando as condições expressas no Contrato.

II - A fiscalização do contrato deverá verificar nos extratos bancários do período, se foram concedidos os descontos nas taxas relativas as operações financeiras realizadas pela Câmara Municipal de São José , de acordo com o contrato pactuado.

III - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

IV - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 28 de novembro de 2013.

SANDERSON ALMECI DE JESUS

Presidente

Carta Convite N° 001/2013 - Processo N° 037/2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

CARTA CONVITE nº 001/2013 - Processo nº 037/2013.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, DESTINADOS A MANUTENÇÃO PREDIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC

Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 02/12/2013 às 08h30min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia:02/12/2013 às 09h00min. Maiores informações: Setor de Protocolo Geral da Câmara de Vereadores das 13h00min às 19h00min. Fone: (48) 3029-1321.

VALMOR JOSÉ HEBERLE

Diretor Administrativo

Extrato de Termo Aditivo - Concorrência Pública N° 01/2011

EXTRATO DE TERMO ADITIVO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA N° 01/2011

Processo: 087/2013

Objeto: Prestação de serviços de publicidade através de agência de propaganda

Contratante: Câmara Municipal de São José/Santa Catarina

Contratada: Decisão Propaganda LTDA.

Período: 11/11/2013 a 11/11/2014

Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.00.00.00

Teor do Termo Aditivo: Retificação de cláusula do percentual de 10% de honorários, incidente sobre os custos de produção realizada por terceiros ou custo efetivo dos servidores e/ou suprimentos contratados, decorrente de estudos ou criação intelectual da licitante, e prorrogação de prazo contratual.

Amparo Legal: Lei nº 8.666 de 21.06.93. art. 61 c/c 57, inciso II

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Decreto N° 4.772, de 04 de Dezembro de 2013.

DECRETO Nº 4.772, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2013.

Abre crédito adicional suplementar - excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2013, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 2.062, de 23/01/2013 e inciso II, § 1º, art. 43 da Lei Federal nº 4.320/1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - proveniente do excesso de arrecadação, no orçamento vigente, no valor de R\$ 32.538,00 (trinta e dois mil, quinhentos e trinta e oito reais), na seguinte dotação orçamentária:

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

13.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

13.01.10.301.4506.2.049 3.1.9.0.00.00.00.00.0.1.0064 11

Aplicação Direta R\$ 32.538,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o artigo anterior, decorrerão da utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.062, de 23/01/2013 e inciso II, § 1º, art. 43 da Lei Federal nº 4.320/1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 04 de dezembro de 2013.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

Decreto N° 4.773, de 05 de Dezembro de 2013.

DECRETO Nº 4.773, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2013.

Abre crédito adicional suplementar - por excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2013, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 2.062, de 22 de janeiro de 2013 e no inciso II, do §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, proveniente do excesso de arrecadação, no orçamento vigente, no valor de R\$ 261.000,00 (duzentos e sessenta e um mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

08.00 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME

08.01 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME
08.01.12.361.4505.2.012.3.1.90.00.00.00.00.0.1.0001 28 Aplicação Direta R\$ 95.000,00

08.00 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME
08.01 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME
08.01.12.361.4505.2.014.4.4.90.00.00.00.00.0.1.0001 36 Aplicação Direta R\$ 113.000,00

10.00
SEC. MUN. DE AGRICULTURA E AQUICULTURA - SAA
10.01 SEC. MUN. DE AGRICULTURA E AQUICULTURA - SAA
10.01.20.606.4507.2.025.3.3.90.00.00.00.00.0.1.0001 108
Aplicação Direta R\$ 53.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.062, de 22/01/2013 e o inciso II, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320/1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 05 de dezembro de 2013.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Decreto N° 4.774, de 05 de Dezembro de 2013.

DECRETO N° 4.774, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2013.

Abre crédito adicional suplementar - superávit financeiro, no orçamento programa de 2013, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.062, de 22 de janeiro de 2013, e de acordo com o inciso I, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, superávit financeiro, no orçamento vigente, adicionando-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
13.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
13.01.10.302.4506.2.045.3.3.90.00.00.00.00.0.3.0057 41
Aplicação Direta R\$ 40.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso I, do §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.062, de 22 de janeiro de 2013, decorrerá a utilização do superávit financeiro.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 05 de dezembro de 2013.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação - Processo Licitatório N° 167/2013, PR N° 113/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados,

que realizará Sessão de Licitação no dia 19/12/2013, às 09:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO N° 167/2013, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N° 113/2013, OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA, PARA MANUTENÇÃO E RETIFICA DO MOTOR E BOMBA INJETORA NO EQUIPAMENTO MOTONIVELADORA 120H, PATRIMÔNIO N° 3374. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site www.saoulourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação - Processo Licitatório N° 168/2013, PR N° 114/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 19/12/2013, às 14:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO N° 168/2013, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N° 114/2013, OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO ZERO QUILOMETRO, DO TIPO FURGÃO, ANO/MODELO 2013/2013, PARA SER UTILIZADO PELO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site www.saoulourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato N° 306/2013, de 21 de Novembro de 2013.

EXTRATO DO CONTRATO N° 306/2013, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2013.

Sétimo Termo Aditivo ao Contrato nº 414/2012

Origem: Processo Licitatório nº 177/2012, Modalidade Tomada de Preços nº 007/2012.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: PANDINI CONSTR. E INCORPORACÕES LTDA, CNPJ nº 03.210.836/0001-09.

Objeto: dilação do prazo de vigência do Contrato nº 414/2012, de 10/12/2012 por 60 (trinta) dias, a fim de possibilitar a Contratada tempo hábil para apresentação de documentos, bem como para que a fiscalização do Município possa realizar a medição final.

Data de Assinatura: 21/11/2013.

Vigência: de 21/11/2013 a 20/01/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Ailton Pandini - pela Contratada.

Extrato do Contrato N° 307/2013, de 26 de Novembro de 2013.

EXTRATO DO CONTRATO N° 307/2013, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2013.

Oitavo Termo Aditivo ao Contrato nº 223/2012.

Origem: Processo Licitatório nº 075/2012, Modalidade Concorrência p/ Obras e Serviços nº 013/2012.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº

83.021.873/0001-08.

Contratada: PANDINI CONSTR. E INCORPORACÕES LTDA, CNPJ nº 03.210.836/0001-09.

Objeto: dilação do prazo de vigência e execução do Contrato nº 223/2012 de 27/06/2012, por 60 (sessenta) dias, a fim de possibilitar a Contratada lapso suficiente para conclusão da obra, bem como para que a fiscalização do Município conclua a elaboração dos projetos "as built" e medição final da obra.

Data de Assinatura: 26/11/2013.

Vigência: de 26/11/2013 a 27/01/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Ailton Pandini - pela Contratada.

Extrato do Contrato N° 308/2013, de 28 de Novembro de 2013.

EXTRATO DO CONTRATO N° 308/2013, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2013.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 027/2013.

Origem: Processo Licitatório nº 003/2013, Modalidade Pregão Presencial nº 003/2013.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: V.MARTINS DA SILVA E CIA LTDA, CNPJ nº 04.828.072/0001-82.

Objeto: Aditar a quantidade dos itens 1, 2 e 5, do Contrato nº 027/2013, de 31/01/2013, em razão de que há divergência de 1, 9 e 4 dias letivos, respectivamente, no calendário escolar municipal com o estadual.

Valor: R\$ 2.239,25 (dois mil, duzentos e trinta e nove reais e vinte e cinco centavos).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2013.

Pagamento: Conforme ordem cronológica disposta no Decreto 4.560, de 07/01/2013.

Data de Assinatura: 28/11/2013.

Vigência: de 28/11/2013 a 31/12/2013.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Valdevino Martins da Silva - pela Contratada.

Extrato do Contrato N° 309/2013, de 03 de Dezembro de 2013.

EXTRATO DO CONTRATO N° 309/2013, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2013.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 080/2013.

Origem: Edital de Chamamento Público nº 001/2013, de 19/02/2013.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - COOPAF, CNPJ nº 06.032.574/0001-28.

Objeto: Aditar a quantidade dos itens 1, 3, 4, 7, 8, 10, 12, 13, 14, 15, 18, 19, 22, 26, 28, 29, 30, 31 e 32, do Contrato nº 080/2013, de 19/03/2013, a fim de atingir o gasto do percentual mínimo de 30% (trinta por cento), bem como para formar um estoque para o consumo no mês de janeiro de 2014, a fim de evitar maiores transtornos até a finalização da contratação.

Valor: R\$ 15.687,20 (quinze mil, seiscentos e oitenta e sete reais e vinte centavos).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício

financeiro de 2013.

Pagamento: Conforme ordem cronológica disposta no Decreto 4.560, de 07/01/2013.

Data de Assinatura: 03/12/2013.

Vigência: de 03/12/2013 a 31/12/2013.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Ivonir Ferrabolli - pela Contratada.

Programa de Gestão Tributária



Os municípios consorciados ao CIGA podem contratar as ferramentas do Programa de Gestão Tributária. Cada uma destas ferramentas foi desenvolvida para auxiliar o processo de gestão e controle de tributos e contribuintes municipais.



Aplicativos do Programa de Gestão Tributária - PGT:

- ADESAO AO PGT – Acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C); participação da lista de discussão do grupo de usuários; participação do conselho do CIGA para proposição de aplicativos; realização de testes com novas ferramentas; e recebimento de materiais, informativos, layouts e capacitações do CIGA.
- REGIN – Gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN);
- SIMPLES NACIONAL – Gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional;
- ITBI – Gestão do imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI).

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Notificação de Recebimento de Recursos Federais - 04/12/2013**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO LOURENCO DO OESTE**Betha Sistemas
Exercício de 2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de São Lourenço do Oeste/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Período de: 04/12/2013 até 04/12/2013

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		149.399,15
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	134.256,38
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	134.256,38
4.1.7.2.1.33.01.00.00	Programa de Assistência Farmacêutica Básica	9.781,38
4.1.7.2.1.33.03.00.00	Serviços de Atendimento Móvel as Urgências - SAMU	625,00
4.1.7.2.1.33.06.00.00	Saude Bucal - SB	9.670,00
4.1.7.2.1.33.07.00.00	Saúde da Família - SF	54.780,00
4.1.7.2.1.33.11.00.00	Outros Recursos SUS MAC - CEO	26.400,00
4.1.7.2.1.33.12.00.00	PMAQ (RAB-PMAQ-SM)	33.000,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	15.142,77
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	15.142,77
4.1.7.2.4.01.01.00.00	FUNDEB - MAGISTÉRIO	9.085,66
4.1.7.2.4.01.02.00.00	FUNDEB - OUTRAS DESPESAS	6.057,11

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 05/12/2013

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPALLAURI ALBERTO CENTENARO
SECRETARIO ADMINISTRAÇÃO

Schroeder

PREFEITURA

Portaria N° 5.316/2013, de 4 de Dezembro de 2013 PORTARIA N° 5.316/2013, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2013 NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Comissão Especial de Licitação para obras e serviços de engenharia no Município de Schroeder, de acordo com o art. 51, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, sem prejuízo de suas atribuições normais, e, sob a presidência do primeiro nomeado:

- Orlando Tecilla - Presidente
- Daniela Samulescki - Secretária
- Fabieli Pilatti - Membro Titular
- Gelson Stein - Membro Titular
- Tiago Rafael Muchalski Petry - Membro Titular
- Eloir José Wendt - Membro Suplente
- Walter Egidio Mukai - Membro Suplente

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 4 de dezembro de 2013.
OSVALDO JURCK MARCOS DELLAGIUSTINA
Prefeito Municipal Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicada por.

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Decreto N° 2.814/2013 de 29 de Novembro de 2013 DECRETO N° 2.814/2013 de 29 de novembro de 2013 ABRE CRÉDITO ESPECIAL - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.959/2013 de 10 de setembro de 2013,
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 191,31 (cento e noventa e um reais e trinta e um centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.03 - SETOR DE SAÚDE PÚBLICA
04.03.10.301.0016.2.046 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3.1.90.94.00.00.00.00 - 00.01.0002 - Indenizacoes Restituicoes
Trabalhistas R\$ 191,31

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.03 - SETOR DE SAÚDE PÚBLICA
04.03.10.301.0016.2.046 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0002 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 191,31

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 29 de novembro de 2013.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Decreto N° 2.815/2013 de 04 de Dezembro de 2013 DECRETO N° 2.815/2013 de 04 de dezembro de 2013 HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DA AVALIAÇÃO DO SERVIDOR EM ESTÁGIO PROBATÓRIO, REGIDO PELA LEI N.º 1.764/2009.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a Legislação Municipal nº 1.764/2009, que vem estabelecer regras para a Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório do Município de Schroeder.

Considerando que o servidor nomeado para cargo efetivo do quadro de pessoal do Município de Schroeder fica sujeito a um período de 03 (três) anos de estágio probatório, nos termos do art. 41, § 4º da Constituição Federal.

Considerando o transcurso do prazo do estágio probatório.

Considerando que a organização e operacionalização da Avaliação do Estágio Probatório foram executadas por Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório, nomeada pela Portaria nº. 5.006 de 22 de fevereiro de 2013.

Considerando a Ata nº 92, apresentada pela Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório, que vem emitir parecer final para os servidores, a fim de homologar a sua confirmação no cargo a que foram nomeados.

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o resultado conclusivo dos servidores que passaram pelo período do estágio probatório e obtiveram a aprovação ao cargo que foram nomeados, conforme Ata nº 92/2013 da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório, conforme segue abaixo:

- Livaneyde Maria Lins;
- Merilin Aline Raasch Steffens;
- Noeli Maske Kraemer;
- Raimunda Pereira de Souza;
- Sandrigo Bitencourt.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 04 de dezembro de 2013.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicado na mesma data.

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria N° 5.317/2013, de 05 de Dezembro de 2013.

PORTARIA N° 5.317/2013, de 05 de dezembro de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido de demissão da funcionária, senhora Jeanine Catleín Felipi Ohf em 27 de novembro de 2013;

Considerando a realização do Concurso Público n°. 002/2011-GAB/PMS;

Considerando o Decreto n°. 2.397/2012, de 09/02/2012, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Claudete Nunes de Oliveira, para exercer o cargo de Auxiliar de Expediente, percebendo o nível salarial n° 21 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar n° 004/1998, de 19/05/1998, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público n°. 002/2011-GAB/PMS, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei n°. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 05 de dezembro de 2013.

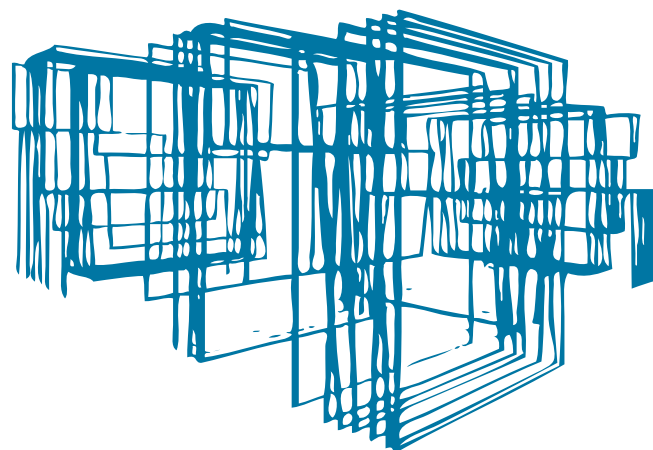
OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

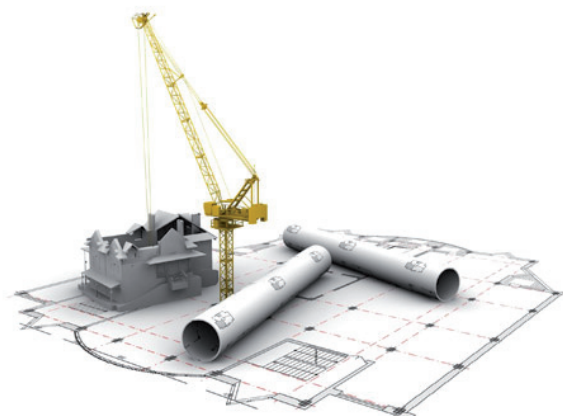
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças



Programa de Gestão de Obras

Análise de projetos e obras em alto nível:
sistema mais inteligente, amigável e eficiente



Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

www.ciga.sc.gov.br

Dispensa N° 57/2013-FMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 57/2013 - DL****CNPJ:** 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**Processo Nr.:** 104/2013
Data: 03/12/2013

Folha: 1/2

Fornecedor: FARMACIA ANJO - FARMA LTDA - ME**Código:** 9934**Endereço:** AV. MAL. CASTELO BRANCO, 5033**Cidade:** Schroeder - SC**CNPJ:** 06.944.058/0001-70**Inscrição Estadual:** 254.826.695**Objeto da Compra:** Aquisição de produto fornecido ao paciente por meio de ordens judiciais atendidas pelo Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	6,00	Blackbook - Clínica Médica Autor: Pedroso, Enio Roberto Pietra; Oliveira, Reynaldo Gomes Editora: Blackbook	UN	143,40	860,40

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação, que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

JUSTIFICATIVA

Cumprimento de ordem judicial, já houverm tentativas de incluir o produto em licitações, mas estas foram desertas. Nova tentativa de incluir o produto em licitação ocorrerá em janeiro de 2014.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 3 de Dezembro de 2013

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 57/2013 - DL**

Processo Nr.: 104/2013
Data: 03/12/2013

Folha: 2/2

02/12/2013

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 2 de Dezembro de 2013

Valor da Despesa: 860,40 (oitocentos e sessenta reais e quarenta centavos)

Pagamento.....: 15 dias após recebimento do documento fiscal

Dispensa N° 58/2013-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 58/2013 - DL
	Processo Nr.: 105/2013 Data: 05/12/2013

Folha: 1/2

Fornecedor: CARDIOPRIME S/S Endereço: R AMAZONAS,301 - Cidade: BLUMENAU - SC CNPJ: 81.160.251/0001-35	Código: 7195 Inscrição Estadual: ISENT0
Objeto da Compra: Contratação de Serviço de profissional médico especialista em cardiologia para realização de consultas médicas para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC.	

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	34,00	Realização de Consultas Médicas cardiologicas para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.	UN	70,00	2.380,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação, que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

JUSTIFICATIVA

Ausência do serviço do profissional médico previsto no quadro de funcionários da Prefeitura desde maio de 2013. Vaga não disposta para ampla concorrência no concurso público 01/2013. Considerando a demanda reprimida, listada a seguir: Ecocardiograma 74 pacientes aguardando, Mapa cardíaco 03 pacientes aguardando - Teste ergométrico 99 pacientes aguardando - Consultas novas 73 pacientes, retornos de pacientes ao cardiologista: 174 pacientes. (Dados levantados em 10.10.2013). Considerando que Jaraguá do Sul não está nos oferecendo pactuado dada ausência do profissional em cardiologia e que estamos com pacientes com consultas cardiológicas pré cirúrgica no aguardo, pós cateterismo e angioplastia aguardando retorno, entre outros, solicitamos realização desta dispensa.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 5 de Dezembro de 2013

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL



**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 58/2013 - DL**

Processo Nr.: 105/2013
Data: 05/12/2013

Folha: 2/2

26/11/2013

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 26 de Novembro de 2013

Valor da Despesa: 2.380,00 (dois mil trezentos e oitenta reais)

Pagamento.....: 15 dias após recebimento do documento fiscal

Dispensa Nº 59/2013-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 59/2013 - DL**

Processo Nr.: 106/2013
Data: 05/12/2013

Folha: 1/2

Fornecedor: MITRA DIOCESANA DE JOINVILLE - PAROQ.SÃO VENDELINO

Código: 9731

Endereço: RUA MARECHAL CASTELO BRANCO

Cidade: Schroeder - SC

CNPJ: 84.708.478/0048-24

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Locação do galpão da Comunidade Nossa Senhora das Graças, situado na rua Erich Froehner, Schroeder I, sendo a metragem dom galpão de 300m², incluso banheiros, para a realização dos grupos de hiperdia realizados pela Equipe Estratégia Saúde da Família 0001 em parceria com o Núcleo de Apoio Saúde da Família de fevereiro a novembro de 2014, da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC.

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	10,00	Locação do galpão da Comunidade Nossa Senhora das Graças, situado na rua Erich Froehner, Schroeder I, sendo a metragem dom galpão de 300m², incluso banheiros, para a realização dos grupos de hiperdia realizados pela Equipe Estratégia Saúde da Família 0001 em parceria com o Núcleo de Apoio Saúde da Família de fevereiro a novembro de 2014, da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC.	UN	275,00	2.750,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

X - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da Administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem à sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;

JUSTIFICATIVA

Ausência de espaço adequado na unidade de saúde para realização da atividade coletiva, visto que envolve número maior de participantes.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 5 de Dezembro de 2013

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL



**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 59/2013 - DL**

Processo Nr.: 106/2013
Data: 05/12/2013

Folha: 2/2

26/11/2013

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 26 de Novembro de 2013

Valor da Despesa: 2.750,00 (dois mil setecentos e cinquenta reais)

Pagamento.....: 15 dias após recebimento do documento fiscal

I Errata da Tomada de Preços N°. 07/2013 - PMS
MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
 Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 - SCHROEDER/SC
 Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-6500
 e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br
I ERRATA DA TOMADA DE PREÇOS N°. 07/2013 - PMS

PROCESSO LICITATORIO N°. 198/2013-PMS
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a errata de data e item referente ao Edital de Tomada de Preços nº. 07/203-PMS, para contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos) de serviços preliminares, drenagem pluvial, serviços complementares e sinalização viária da Rua Rio de Janeiro, Schroeder I, Município de Schroeder, conforme convênio nº 6298/2013/7, por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Jaraguá do Sul- SDR, projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório, ficando assim determinado:

Leia-se:

I - DO LOCAL, DA DATA, DO HORÁRIO DA ABERTURA DO PROCESSO:

1.1.Os envelopes nº. 01 - Habilitação, nº. 02 - Proposta Comercial, bem como os documentos necessários para o Credenciamento, deverão ser entregues até a data e horário abaixo determinado, a saber:

- a) Data: 24 de janeiro de 2014.
- b) Local: Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.
Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Nova Sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Marechal Castelo Branco nº. 3201, Centro, Schroeder/SC.
- c) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 08h45min.
- d) Abertura do processo: às 09h.

Inclui-se:

1.2. DA ENTREGA DOS ENVELOPES E DO CREDENCIAMENTO: Devido ao período de férias da Administração Pública Municipal, o recebimento dos envelopes e credenciamento será no local acima indicado, nos seguintes períodos:

- 1.2.1 Até de 19 de dezembro de 2013 das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.
- 1.2.2 De 22 de janeiro a 28 de janeiro de 2014, das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.
- 1.2.3 No dia 24 de janeiro de 2014, até as 08h45min.

Leia-se:

4.3- O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 24 de janeiro de 2014 às 08h45min, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.1 - c.

Leia-se:

XXI - DA VIGÊNCIA:

21.1. O objeto da licitação tem vigência até 31 de dezembro de 2014 a contar da assinatura do termo contratual.

Leia-se:

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA VIGÊNCIA:

16.1. Este contrato entra em vigor na data de sua assinatura, perdurando até 31 de dezembro de 2014.

Schroeder, 06 de dezembro de 2013.

OSVALDO JURCK
 Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Registro de Preços N°. 272/2013 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
 Rua Marechal Castelo Branco, 3201
 Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
 CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC
 e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato Registro de Preços nº. 272/2013 - PMS
 Processo de licitação nº. 215/2013- PMS
 Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 99/2013–PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: TRANSPANTANAL TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 80.072.325/0001-19, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 4.184, Centro, Cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000,.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO a contratação de empresa especializada em transporte coletivo para serviço de transporte de passageiros em transporte escolar, visando atender alunos da rede de ensino fundamental, estadual, e municipal, bem como a disposição do pessoal do magistério, para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referencia, que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Transporte coletivo para serviço de transporte de passageiros em transporte escolar, visando atender alunos da rede de ensino fundamental, estadual, e municipal, bem como a disposição do pessoal do magistério, horário matutino, vespertino e noturno, abrangendo todas unidades escolares do município de Schroeder	145.000	Km	3,19	462.550,00
TOTAL R\$					462.550,00

Valor do contrato: R\$ 462.550,00 (quatrocentos e sessenta e dois mil, quinhentos e cinquenta reais).

Data da Assinatura: 05/12/2013 – Vigência: 05/12/2014

OSVALDO JURCK
 Prefeito Municipal

Termo Aditivo N° A11/2013 - FAS

TERMO ADITIVO N° A11/2013 – FAS

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N°. 12/2010 - FAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o n°. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, n°. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder/SC, neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: BACK SERVIÇOS DE VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n°. 85.787.737/0001-59, estabelecida na Rua General Osório, n°. 220, Bairro Jardim América, na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.160-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pela Senhorita Cristiane Longhi Tortelli, inscrita no CPF sob o n°. 924.808.370-68 e portadora da carteira de Identidade n°. 6.564.264-SESPDC/SC.

Considerando o Contrato Administrativo n°. 12/2010 - FAS, celebrado em 16 de Março de 2010, proveniente do processo de Licitação n°. 10/2010 - FAS, Pregão Presencial n°. 3/2010-FAS, para contratação de empresa especializada em serviços de locação e monitoramento eletrônico ininterrupto, através de sistema de alarme, tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica no CRAS - Centro de Referência de Assistência Social (antigo Centro de Múltiplo Uso), da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.

Considerando o disposto no artigo 57, II da Lei Federal n°. 8.666/93, bem como tal prorrogação é prevista em contrato cláusula 14.1 do contrato de fornecimento n° 12/2010-FAS, conforme parecer da Procuradoria Municipal;

Considerando o pedido de aditivo feito pelo Setor de Assistência Social, da Secretaria de Saúde e Assistência Social para o ano de 2014 por 03(três) meses, no valor total de R\$ 567,00 (quinhentos e sessenta e sete reais).

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder; em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica alterada a Cláusula Primeira "do objeto do contrato, e descrição" no item 01, aditivada a quantidade de 03 (três) meses, no valor mensal de R\$ 189,00 (cento e oitenta e nove reais) e na Cláusula Quarta "do valor do contrato", item 4.1, alterando o valor total do contrato para R\$ 9.371,00 (nove mil trezentos e setenta e um reais), sendo:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Contratação de empresa especializada em serviços de locação e monitoramento eletrônico ininterrupto, através de sistema de alarme, tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica no antigo Centro de Múltiplo Uso, agora denominado CRAS – Centro de Referência de Assistência Social da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, sendo: 01 central de alarme 728, 01 transformador, 01 caixa metálica para central, 01 teclado, 01 bateria, 02 sirenes e 09 sensores IVP de movimento.	03	MESES	189,00	567,00
VALOR R\$ TOTAL					567,00

Cláusula 2ª – – Fica alterada a Cláusula Décima Quarta "da vigência" no item 14, prorrogando-se para o período de 1º. de janeiro de 2014 até 31 de março de 2014 a vigência do contrato.

Cláusula 3ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato n° 12/2010-FAS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 05 de dezembro de 2013.

CONTRATADA:

BACK SERVIÇOS DE VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA
CRISTIANE LONGHI TORTELLI
CPF n°. 924.808.370-68

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª NOME: ORLANDO TECILLA
CPF n°. 311.753.079-34

2ª NOME: DANIELA SAMULESCKI
CPF n°. 053.350.739-18

Termo Aditivo N° A18/2013 - FMS

TERMO ADITIVO N° A18/2013 – FMS

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N°. 124/2013 –FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o n°. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, n°. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado

pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: SERIPRINT COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.387.475/0001-57, estabelecida na Rua São Miguel, nº 164, Itinga, na cidade de Araquari, Estado de Santa Catarina, CEP: 89245-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Paulo Roberto Zimmer, inscrito no CPF sob o nº. 438.627.139-20 e portador da carteira de Identidade nº. 1.262.953-7-SESP-SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 124/2013-FMS, celebrado em 30 de outubro de 2013, proveniente do Processo de licitação nº. 82/2013 – FMS, Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 24/2013- FMS, o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de itens para identificação e sinalização dos serviços públicos municipais de saúde para a Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Considerando o disposto no artigo 65, §1º, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal, para aditivo de quantidade do contrato.

Considerando o pedido da Secretaria de Saúde e Assistência Social para aditar 01(uma) unidade ao item 1 do contrato no valor de R\$ 540,00 (quinhentos e quarenta reais).

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – A partir deste fica alterada a Cláusula Primeira “do objeto do contrato, e descrição”, sendo aditivado 01(uma) unidade ao item 1, o valor unitário de R\$ 540,00 (quinhentos e quarenta reais), totalizando o valor do contrato em R\$ 10.010,00 (dez mil e dez reais), conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE. ADITIVADA	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Aquisição e instalação de totem dupla face retangular, material de fabricação em ACM (Aluminum Composite Material), espessura do ACM (Aluminum Composite Material) é de no mínimo 3mm, tamanho: 2 metros de altura por 1 metro de comprimento, com dois refletores instalados. As informações descritas no totem devem ser de adesivos recorte em vinil polimérico, a fonte e o tamanho dos dizeres serão de acordo com as necessidades da Secretaria.	01	Unid.	540,00	540,00

Cláusula 2ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 124/2013-FMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 05 de dezembro de 2013.

CONTRATADA:

SERIPRINT COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME

Paulo Roberto Zimmer

CPF nº. 438.627.139-20

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Osvaldo Jurck

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª NOME: ORLANDO TECILLA

CPF nº. 311.753.079-34

2ª NOME: DANIELA SAMULESCKI

CPF nº. 053.350.739-18

Termo Aditivo N°. A63/2013 - PMS

TERMO ADITIVO N°. A63/2013 – PMS

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N°. 56/2012 – PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201,

bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: SERRANA ENGENHARIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.073.536/0001-64, com sede na Rua Ottkar Doerffel, 841, Bairro Atiradores, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89203-001, neste ato representada pelo senhor Odair José Mannrich, inscrito no CPF sob o nº 348.090.589-72 e Carteira de Identidade nº 8/R 592.121-SSP-SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 56/2012-PMS, celebrado em 02 de maio de 2012, proveniente Modalidade de Concorrência nº 01/2012-PMS, Processo nº 29/2012-PMS, para contratação da empresa especializada em serviços de limpeza pública, do ramo de Engenharia Sanitária, para executar a Gestão dos resíduos sólidos domiciliares e comerciais produzidos pelo município de Schroeder (SC), conforme ANEXO X - Termo de Referência do instrumento, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas.

Considerando o disposto no Artigo 57, II, e Artigo 65, §6º., da Lei Federal nº. 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação de aditivo feita pela Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental Planejamento, com valor de reajuste de R\$ 50.689,08 (cinquenta mil seiscentos e oitenta e nove reais e oito centavos) conforme o percentual equivalente a 5,5836%, e o valor total de R\$ 958.601,88 (novecentos cinquenta e oito mil seiscentos e um reais e oitenta e oito centavos), para o ano de 2014.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica alterada a partir deste a cláusula primeira “do objeto do contrato, e descrição”, no item 1,1 e cláusula quarta “do valor do contrato”, no item 4.1, aditivado o valor total de R\$ 958.601,88 (novecentos cinquenta e oito mil seiscentos e um reais e oitenta e oito centavos), alterando o valor do contrato inicial para R\$ 2.774.427,48 (dois milhões setecentos e setenta e quatro mil quatrocentos e vinte e sete reais e quarenta e oito centavos), conforme segue abaixo:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO REAJUSTADO	VALOR R\$ TOTAL
01	Coleta de resíduos sólidos compreendendo em todas etapas (coleta, transbordo e destinação final dos resíduos sólidos)	2.520	TON/ANO	294,46	742.039,20
02	Coleta Seletiva.	12	EQUIPE	13.356,32	160.275,84

03	Coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde	12	EQUIPE	2.185,58	26.226,90
04	Capina e varrição mecanizada	60	KM	500,99	30.059,94
TOTAL R\$					958.601,88

Cláusula 2ª – Fica alterada a partir deste, a cláusula décima quarta “da vigência”, no item 14.1, prorrogando-se a vigência do contrato para 1º. de janeiro de 2014 até dia 31 de dezembro de 2014.

Cláusula 3ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 56/2012-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 04 de dezembro de 2013.

CONTRATADA:

SERRANA ENGENHARIA LTDA

ODAIR JOSÉ MANNRICH

CPF nº 348.090.589-72

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª NOME: ORLANDO TECILLA

CPF nº. 311.753.079-34

2ª NOME: DANIELA SAMULESCKI

CPF nº. 053.350.739-18

PEGAS 
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Ata de Pregão Presencial Registro de Preços 29/2013-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 29/2013 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 92/2013 Data do Processo: 04/11/2013
	Folha: 1/3

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de suplementos e complementos alimentares estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008 para suprir as demandas da Secretaria de Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 52/2013 (Sequência: 4)

Ao(s) 5 de Dezembro de 2013, às 07:30 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 5235/2013, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 92/2013, Licitação nº 29/2013 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se após recebimento da Certidão Municipal da empresa ROSSANE SERAFIM MATOS EPP e após transcorrido prazo recursal. Sendo verificada a certidão municipal apresentada pela empresa ROSSANE SERAFIM MATOS EPP, devidamente protocolada dentro do prazo estabelecido anteriormente em ata, a qual contada validade, cumprindo com as exigências do edital, resultando habilitada. Foi constatado que a empresa NUTROSUL BRASIL IMPORTAÇÃO E LOGISTICA LTDA impetrou recurso, o qual será enviada as demais empresas participantes para contrarrazões de acordo com a Lei Federal nº 10.520/02, artigo. 4º, XVIII, traz que "declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recurso, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos". Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja enviada cópia da ata as empresas participantes e recurso impetrado da empresa NUTROSUL BRASIL IMPORTAÇÃO E LOGISTICA LTDA.

Participante: 11544 - ONCOLINE COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	Fórmula em pó destinada a complementar a alimentação via oral para auxílio na recuperação do estado nutricional do indivíduo. Contém lactose, sabor: Baunilha ou morango ou chocolate, lata com 350 a 450g.	LATA	40,00		0,0000	12,30	492,00
8	Fórmula infantil, em pó, a base de proteína isolada de soja, destinada a lactentes de zero a 6 meses de idade com intolerância à lactose e/ ou alergia à proteína do leite de vaca. Perfil de carboidratos: 100% maltodextrina. Perfil de proteínas: proteína isolada de soja + L-metionina. Perfil de lipídeos: 100% vegetal. Osmolaridade: 140 a 230 mOsm / litro de água. Osmolalidade: 155 a 210 mOsm/ Kg de água. Sem lactose e sacarose. Não contém glúten. Sabor: neutro. Embalagem: lata com 400 a 500g.	LATA	30,00		0,0000	12,50	375,00
9	Fórmula infantil, em pó, a base de proteína isolada de soja, destinada a lactentes a partir de 6 meses de idade com intolerância à lactose e/ ou alergia à proteína do leite de vaca. Perfil de carboidratos: 100% maltodextrina. Perfil de proteínas: proteína isolada de soja + L-metionina. Perfil de lipídeos: 100% vegetal. Osmolaridade: 140 a 230 mOsm / litro de água. Osmolalidade: 155 a 210 mOsm/ Kg de água. Sem lactose e sacarose. Não contém glúten. Sabor: neutro. Embalagem: lata com 400 a 500g.	LATA	50,00		0,0000	12,55	627,50

Total do Participante -----> 1.494,50

Participante: 12169 - CM HOSPITALAR LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
4	SUPLEMENTO NUTRICIONAL EM PÓ PARA CRIANÇAS DE 1 A 10 ANOS DE IDADE, DESTINADO A RECUPERAÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL. Densidade calórica: 1.0 kcal/mL. Distribuição Kcal: 9 a 12% de proteínas; 44 a 53% de carboidratos; 35 a 44% de lipídeos. Osmolalidade: 243 a 445 mOsm/ Kg de água. Não contém glúten. Isento de lactose. Sabor: chocolate ou baunilha. Embalagem: lata com 400g.	LATA	70,00		0,0000	37,50	2.625,00

Total do Participante -----> 2.625,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

CNPJ: 83.102.491/0001-09
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 29/2013 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 92/2013
 Data do Processo: 04/11/2013

Folha: 2/3

Participante: 12228 - ROSSANE SERAFIM MATOS EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
7	ALBUMINA EM PÓ, PARA USO ENTERAL. Sabor: natural, pacote com 500g.	LATA	20,00		0,0000	18,70	374,00
Total do Participante ----->							374,00

Participante: 12740 - NUTRIPORT COMERCIAL LTDA.

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Fórmula em pó destinada a atender às necessidades nutricionais na manutenção e recuperação do estado nutricional. Densidade calórica: 1,0 a 1,5 kcal/ML, 14 a 16% de proteínas; 49 a 57% de carboidratos; 28 a 35% de lipídeos, NÃO deve conter glúten. Isento de lactose e sacarose, sem sabor. Lata de 300g ou 400g.	LATA	300,00		0,0000	37,00	11.100,00
3	Módulo de glutamina em pó (100%), destinado a pacientes com estresse metabólico, distúrbios gastrintestinais, oncologia, imunodeprimidos e transplantados. Não deve conter glúten. Sabor: natural. Embalagem: lata com 250 a 400g.	LATA	20,00		0,0000	170,00	3.400,00
6	Suplemento, líquido oral hiperprotéico, destinado à cicatrização de feridas gerais, incluindo-se úlceras de pressão. Densidade calórica: 1.0 a 1,5 kcal/mL. Distribuição Kcal: 15 a 30% de proteínas; 33 a 55% de carboidratos; 25 a 40% de lipídeos. Deve conter em sua formulação arginina e micronutrientes relacionados à cicatrização: zinco, selênio, vitaminas "A" e "C", podendo conter outros nutrientes. Osmolalidade: 350 a 750 mOsm/ Kg de água. Não contém glúten. Sabores: diversos. Embalagem com 200ml.	FR	400,00		0,0000	15,90	6.360,00
10	Fórmula infantil de seguimento, em pó, adicionada de prebióticos, destinada a lactentes a partir do sexto mês de idade para tratamento nutricional da constipação intestinal e reforço da atividade do sistema imunológico. Perfil de carboidratos: 50 a 80% lactose e 20 a 50% maltodextrina. Perfil de proteínas: 60 a 80 % de caseína e 20 a 40% de proteína do soro de leite. Perfil de lipídeos: 29 a 97% vegetal e 03 a 71% de gordura láctea. Osmolaridade: 253 a 295 mOsm / litro de água. Osmolalidade: 285 a 335 mOsm/ Kg de água. Prebióticos: 0,4 a 0,8g/100ml. Não contém glúten. Sabor: neutro. Embalagem: lata com 400g.	LATA	50,00		0,0000	10,09	504,50
11	Fórmula infantil de partida, em pó, adicionada de prebióticos, destinada a lactentes de zero a 6 meses de idade para tratamento nutricional da constipação intestinal e reforço da atividade do sistema imunológico. Perfil de carboidratos: 100% lactose. Perfil de proteínas: 30 a 40 % de caseína e 60 a 70% de proteína do soro de leite. Perfil de lipídeos: 97 a 98% vegetal e 02 a 03% de gordura láctea. Osmolaridade: 246 a 295 mOsm / litro de água. Osmolalidade: 274 a 331 mOsm/ Kg de água. Prebióticos: 0,4 a 0,8g/100ml. Não contém glúten. Sabor: neutro. Embalagem: lata com 400g.	LATA	20,00		0,0000	8,74	174,80
12	Fórmula em pó destinada a pacientes em risco nutricional ou desnutrição leve, anorexia, em TNE por tempo limitado. Densidade calórica: 1,0 a 1,5 kcal/mL. Distribuição Kcal: 14 a 16% de proteínas; 49 a 56% de carboidratos; 28 a 35% de lipídeos. Deve conter triglicerídeos de cadeia média (TCM) na formulação. NÃO deve conter glúten. Isento de lactose. Isento de sacarose. Sabor: baunilha. Lata com 800g.	LATA	150,00		0,0000	48,00	7.200,00
Total do Participante ----->							28.739,30
Total Geral ----->							33.232,80



**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

PREGÃO PRESENCIAL**Nr.: 29/2013 - PR**

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 92/2013
Data do Processo: 04/11/2013

Folha: 3/3

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 5 de Dezembro de 2013

COMISSÃO:

Ivandra de Souza	- - Pregoeiro(a)
Daniela Samulescki	- - Equipe de Apoio
Gelson Stein	- - Equipe de Apoio
Tiago Rafael Muchalski Petry	- - Equipe de Apoio

Ata de Pregão Presencial Registro de Preços N° 98-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 98/2013 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 214/2013 Data do Processo: 08/11/2013

Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 167/2013 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Aquisição de toldo para instalação no parquinho da Creche Municipal Cristiane Zerbin, localizada na Rua Cristiane Zerbin nº 60, da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC.

A pregoeira e equipe de apoio reuniram para abertura da licitação conforme determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo é publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Diante da ausência de participantes, caracterizada pela não apresentação envelopes de habilitação e propostas, bem como o credenciamento, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. O processo foi declarado deserto. Diante do acima exposto encerra-se a sessão.

Schroeder, 5 de Dezembro de 2013

COMISSÃO:

Ivandra de Souza	- - Pregoeiro(a)
Daniela Samulescki	- - Equipe de Apoio
Gelson Stein	- - Equipe de Apoio
Tiago Rafael Muchalski Petry	- - Equipe de Apoio
Orlando Tecilla	- - Segundo Pregoeiro

Ata de Registro D Preços Pregao Presencial N° 97/2013-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 97/2013 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 213/2013 Data do Processo: 08/11/2013

Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 166/2013 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO a aquisição de recarga de gás (GLP) para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Saúde e Assistência Social, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças e Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

A pregoeira e equipe de apoio reuniram para abertura da licitação conforme determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo é publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Diante da ausência de participantes, caracterizada pela não apresentação envelopes de habilitação e propostas, bem como o credenciamento, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. O processo foi declarado deserto. Diante do acima exposto encerra-se a sessão.

Schroeder, 5 de Dezembro de 2013

COMISSÃO:

Ivandra de Souza	- - Pregoeiro(a)
Daniela Samulescki	- - Equipe de Apoio
Gelson Stein	- - Equipe de Apoio
Tiago Rafael Muchalski Petry	- - Equipe de Apoio
Orlando Tecilla	- - Segundo Pregoeiro

Ata de Registro de Preços Pregão Presencial N° 99/2013-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/2

MUNICIPIO DE SCHROEDER**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 78/2013****Número do Registro de Preços: 78/2013****Data do Registro: 05/12/2013****Válido até: 05/12/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO a contratação de empresa especializada em transporte coletivo para serviço de transporte de passageiros em transporte escolar, visando atender alunos da rede de ensino fundamental, estadual, e municipal, bem co

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Transporte coletivo para serviço de transporte de passageiros em transporte escolar, visando atender alunos da rede de ensino fundamental, estadual, e municipal, bem como a disposição do pessoal do magistério, horário matutino, vespertino e noturno, abrangendo todas unidades escolares do município de Schroeder	KM	TRANSPANTANAL TRANSPORTES DE PASSAGEIROS LTDA (7257)		0	3,1900	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 2/2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 78/2013**Número do Registro de Preços: 78/2013****Data do Registro: 05/12/2013****Válido até: 05/12/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO a contratação de empresa especializada em transporte coletivo para serviço de transporte de passageiros em transporte escolar, visando atender alunos da rede de ensino fundamental, estadual, e municipal, bem co

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 78/2013****PROCESSO Nº 215/2013**

(7257) - TRANSPANTANAL TRANSPORTES DE PASSAGEIROS LTDA

Schroeder, 5 de Dezembro de 2013.

Serra Alta

PREFEITURA

Lei Municipal N° 977/2013

LEI MUNICIPAL N° 977/2013

"Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal receber em doação Bens Móveis do Governo Federal - PDDE e da outras providências."

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito do Município de Serra Alta, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas na Lei Orgânica Municipal, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a receber em doação bens adquirido com recurso Federal PDDE para a Prefeitura Municipal de Serra Alta/SC.

Art. 2º - A referida doação tem seu fundamento legal na Lei Orgânica Municipal e os bens móveis serão incorporados ao patrimônio municipal. Regulamentados através de Decreto Municipal.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação da presente lei correrão a conta do orçamento vigente.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Serra Alta/SC, 04 de Dezembro de 2013.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

Lei Municipal N° 978/2013

LEI MUNICIPAL N° 978/2013.

"DISPÕE SOBRE CRIAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ESTABELECE NORMAS PARA ADEQUAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, FRANCISCO ARTUR BOTH, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I Das Disposições Gerais

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a Política Municipal de Assistência Social e estabelece normas gerais para a sua adequada aplicação.

Art. 2º A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas da população.

Art. 3º A Assistência Social como Política de Proteção Social configura-se como uma nova situação para o Brasil. Ela significa garantir a todos que dela necessitam, e sem contribuição prévia a provisão dessa proteção.

Parágrafo único -A Política de Assistência Social que tem por

funções a proteção social, a vigilância sócio assistencial e a defesa de direitos, organiza-se sob a forma de sistema público não contributivo, descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

Art. 4º A política Municipal de Assistência Social reger-se-á pelos seguintes princípios:

- I - Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II - Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistências alcançável pelas demais políticas;
- III - Respeito à dignidade do cidadão, a sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como a convivência familiar e comunitária vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV - Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- V - Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo poder público e dos critérios para sua concessão.

Art. 5º A Política Municipal de Assistência Social reger-se-á pelas seguintes diretrizes:

- I - Descentralização político-administrativa cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como as entidades beneficentes e de assistência social, garantindo comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características socioterritoriais locais;
- II - Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;
- III - Primazia de responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência Social em cada esfera do governo;
- IV - Centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos.

Art. 6º A Política Pública de Assistência Social realiza-se de forma integrada às Políticas Setoriais, considerando as desigualdades sócio-territoriais, visando o seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais. São objetivos da Assistência Social:

- I - Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem.
- II - Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural.
- III - Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária.

Art. 7º O Público usuário da Assistência Social se constitui de cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade, ciclos de vida, identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual, desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais Políticas Públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar

risco pessoal e social.

CAPITULO II

Da Organização e da Gestão da Política Municipal de Assistência Social

Art. 8º O SUAS, cujo modelo de gestão é descentralizado e participativo, constitui-se na regulação e organização em todo o território nacional das ações socioassistenciais. Os serviços, programas, projetos e benefícios têm como foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos e o território como base de organização, que passam a ser definidos pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que deles necessitam e pela sua complexidade. Pressupõe, ainda, gestão compartilhada, co-financiamento da política pelas três esferas de governo e definição clara das competências técnico-políticas da união, Estados, Distrito Federal e Municípios, com a participação e mobilização da sociedade civil, e estes têm o papel efetivo na sua implantação e implementação.

Art. 9º O SUAS define e organiza os elementos essenciais e imprescindíveis à execução da política de assistência social possibilitando a normatização dos padrões nos serviços, qualidade no atendimento, indicadores de avaliação e resultado, nomenclatura dos serviços e da rede socioassistencial e, ainda, os eixos estruturantes e de subsistemas, segundo as seguintes referências: vigilância social, proteção social e defesa social e institucional.

Art. 10º O atendimento dos direitos socioassistenciais, no âmbito municipal, far-se-á por meio da:

- I - política de proteção Social Básica;
- II - política de proteção social especial;
- III- política de proteção social especial de alta complexidade;
- IV - políticas e programas de assistência social em caráter supletivo, para aqueles que dela necessitem;
- V - serviços especiais, nos termos da legislação vigente.

Art.11 A Política Municipal de Assistência Social, as necessidades e recursos básicos para o seu atendimento de qualidade serão implantadas e implementadas através dos seguintes órgãos e instrumentos:

- I - Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS
- II- Conselho Municipal da Assistência Social - CMAS;
- III - Fundo Municipal da Assistência Social - FMAS;
- IV - Plano Plurianual de Assistência Social - PAS;
- V - Entidades/Organizações da Rede Socioassistencial.

Art. 12 Compete ao Município:

- I - Organizar, coordenar, articular, acompanhar e monitorar a rede de serviços da Proteção Social Básica e Especial;
- II - Alimentar o Censo SUAS;
- III - Destinar recursos financeiros para custeio do pagamento dos Benefícios Eventuais, mediante critérios aprovados pelo conselho municipal de Assistência Social;
- IV - Efetuar o pagamento dos Benefícios Eventuais;
- V - Atender as ações assistenciais de caráter emergencial;
- VI - Realizar a gestão local do Benefício de Prestação Continuada - BPC, garantindo aos seus beneficiários e famílias o acesso aos serviços, programas e projetos de rede socioassistencial;
- VII - Garantir a gestão da Política Municipal de Assistência Social através do Comando Único;
- VIII - Garantir que a Política Municipal de Assistência Social seja executada por equipe técnica especializada composta conforme o que estabelece a NOB RH - Norma Operacional Básica de Recursos Humanos;
- IX - Elaborar a Política de Recursos Humanos, com a implantação

- de carreira para os servidores públicos que atuem na área de Assistência Social, além da qualificação e capacitação dos recursos humanos desta Secretaria de forma sistemática e continuada;
- X - Executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil;
- XI - Prestar os serviços socioassistenciais de que trata o art. 23 da LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social;
- XII - Cofinanciar o aprimoramento da gestão e dos serviços, programas e projetos de assistência social;
- XIII - Realizar o monitoramento e avaliação da Política de Assistência Social;
- XIV - Aprimorar os equipamentos socioassistenciais, observando os indicadores de monitoramento e avaliação pactuados;
- XV - Organizar a oferta de serviços de forma territorializada, em áreas de maior vulnerabilidade e risco, de acordo com o diagnóstico socioterritorial;
- XVI - Assumir as atribuições, no que lhe couber, no processo de municipalização dos serviços de proteção social básica;
- XVII - Gerir, no âmbito municipal, o Cadastro Único e Programa Bolsa Família, nos termos do §I do art. 8º da Lei Federal nº 10.836/2004;
- XVIII - Prestar informações que subsidiem o acompanhamento estadual e federal da gestão municipal;
- XIX - Zelar pela execução direta ou indireta dos recursos transferidos pela união e pelos estados aos municípios, inclusive no que tange a prestação de contas;
- XX - Proceder o preenchimento do sistema de cadastro de entidades e organizações de assistência social de que trata o inciso XI do art. 19 da LOAS.

Art. 13 Compete ao órgão Gestor da Assistência Social juntamente com a equipe de referência (inclusive para Média e Alta Complexidade): sendo 01 assistente social, 01 psicóloga e 01 advogado;

- I - Elaborar o diagnóstico socioterritorial;
- II - Elaborar o Plano Municipal de Assistência Social conforme NOB/SUAS 2012 e submetê-lo a apreciação do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS;
- II - Coordenar, articular e executar ações no campo da Assistência Social;
- III - Elaborar e encaminhar ao CMAS proposta orçamentária da Assistência Social do Município;
- IV - Promover recursos, no limite da Lei Orçamentária, para o pagamento dos benefícios eventuais definidos nesta Lei;
- V - Propor os critérios de transferência dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, em consonância com o Plano Municipal de Assistência Social;
- VI - Encaminhar à apreciação do CMAS relatórios bimestrais e anuais de atividades e de realização financeira dos recursos;
- VII - Prestar assessoramento técnico às entidades e organizações de Assistência Social, devidamente inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social;
- VIII - Buscar apoio nos governos Estadual e federal para a qualificação sistemática e continuada dos recursos humanos para a atuação na política de Assistência Social;
- IX - Desenvolver estudos e pesquisas para fundamentar a análise de necessidades e formulação de proposições para a área;
- X - Expedir atos normativos necessários à gestão do Fundo Municipal de Assistência Social
- XI - Elaborar e submeter ao CMAS os planos anuais e plurianuais de aplicação dos recursos do FMAS;
- XII - Coordenar e manter atualizado o sistema de cadastro da rede socioassistencial Governamental e da sociedade civil do Município e encaminhar para o Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social de que trata a Lei 12.101, de 27 de novembro de 2009;
- XIII - Viabilizar as condições físicas, financeiras, de equipamentos, bem como de apoio técnico ao Conselho Municipal de Assistência Social a fim de garantir condições adequadas para que este possa desenvolver de suas atribuições previstas em lei;

XIV - Criar o Sistema de informações Sociais.
XV - Planejar, executar, monitorar e avaliar serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;
XVI - Promover a articulação intersectorial dos serviços socioassistenciais com as demais políticas públicas e sistema de garantia de direitos;
XVII - Elaborar projetos;
XVIII - Organizar conferências, seminários e instituir capacitação e educação permanente, para técnicos e conselheiros da assistência social;
XIX - Gerir os programas de transferência de renda e benefícios eventuais (auxílio funeral, natalidade e de vulnerabilidade social);
XX - Assessorar técnica e administrativamente o conselho municipal de assistência social e conselhos de direitos a ela vinculados;

Art. 14 O Município poderá criar os programas, serviços e/ou ações especificados ou estabelecer consórcio intermunicipal para atendimento regionalizado, instituindo e mantendo entidades governamentais e não governamentais de atendimento, mediante prévia autorização do Conselho Municipal de Assistência Social de Serra Alta - SC.

CAPÍTULO III

Dos Serviços, Programas, Projetos e Benefícios de Assistência Social

Art. 15 Os serviços sócio assistenciais são atividades continuadas, definidas no art. 23 da LOAS, que visam a melhoria da vida da população e cujas ações estejam voltadas para as necessidades básicas da população, observando os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas nessa lei. A Política Nacional de Assistência prevê seu ordenamento em rede, de acordo com os níveis de proteção social: básica e especial de média e alta complexidade.

Art. 16 Os Programas de Assistência Social compreendem ações integradas e complementares, com objetivos, tempo e área de abrangência, definidos para qualificar, incentivar, potencializar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais, não se caracterizando como ações continuadas.

Art. 17 Projetos caracterizam-se como investimentos econômico-sociais nos grupos populacionais e situação de pobreza, buscando subsidiar técnica e financeiramente iniciativas que lhes garantam meios e capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão de qualidade de vida, preservação do meio-ambiente e organização social, articulado com as demais políticas públicas.

Art. 18 O Benefício de Prestação Continuada previsto na Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, e no Estatuto do Idoso, é provido pelo Governo Federal, consistindo no repasse de 01 (um) salário mínimo ao idoso (com 65 anos ou mais) à pessoa com deficiência, que comprovem não ter meios para suprir sua subsistência ou de tê-la suprida por sua família, cuja renda mensal per capita, seja inferior as $\frac{1}{4}$ (um quarto) do salário mínimo, esse benefício compõe o nível de proteção social básica, sendo seu repasse efetuado diretamente ao beneficiário.

Parágrafo Único: O Benefício referendado no art. 2º item V da Lei nº 7.842 de 07/12/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), é gerido pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), cabendo ao município prestar orientação, encaminhamento e outras políticas sociais, além de parecer social, reconhecido como elegível, ao posto de atendimento do INSS para andamento do processo cabível.

Art. 19 Benefícios Eventuais são previstos no art. 22 da Lei Orgânica da Assistência Social, e visam o pagamento de Auxílio por

natalidade ou Morte, ou para atender necessidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária, com prioridade para a criança, a família, o idoso, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e nos casos de calamidade pública.

Art. 20 Transferência de renda são programas que visam o repasse direto de recursos dos Fundos de Assistência Social aos Beneficiários, como forma de acesso à renda, visando o combate à fome, à pobreza e outras formas de privação de direitos que levem a situação de vulnerabilidade social, criando possibilidades para a emancipação, o exercício da autonomia das famílias e indivíduos atendidos e o desenvolvimento local.

CAPÍTULO IV

Gestão dos Serviços de Proteção SocioAssistencial

Art. 21 Os Serviços de Proteção Sócio Assistencial serão classificados conforme a Política Nacional de Assistência Social - PNAS, que institui o Sistema Único da Assistência Social - SUAS e Resolução 109/2009/CNAS, que institui a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, em:

- I - Proteção Social Básica;
- II - Proteção Social Especial;
 - a) Proteção Social Especial de Média Complexidade;
 - b) Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

Art. 22 A Proteção Social Básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Art. 23 A Proteção Social Básica será responsável por executar os seguintes serviços:

- I - Programa de Atenção Integral às Famílias - PAIF;
- II - Programa de Inclusão Produtiva e projetos de enfrentamento a pobreza;
- III - Centros de Convivência para Idosos;
- IV - Serviços para crianças de 0 a 6 anos, que visem o fortalecimento dos vínculos familiares, o direito de brincar, ações de socialização e de sensibilização para a defesa dos direitos das crianças.
- V - Serviços Sócio-educativos para crianças, adolescentes e jovens na faixa etária de 6 a 17 anos, visando sua proteção, socialização e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.
- VI - Programas de incentivo ao protagonismo juvenil, e de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários;
- VII - Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para pessoas com deficiência e idosas.

Art. 24 Os serviços de proteção social básica serão executados e/ou referenciados ao Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.

Art. 25 O Centro de Referência de Assistência Social - CRAS se constitui em unidade pública e pólo de referência, responsável pela execução, coordenação e articulação de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais para atendimento às famílias e seus membros que se encontram em situação de vulnerabilidade social, quer pela condição econômica (famílias pobres ou abaixo da linha da pobreza) quer por fazerem parte de diferentes ciclos de vida (crianças, idosos, pessoas com deficiência, adolescentes, jovens e mulheres), executando ações de combate a discriminações de gênero, etnia, deficiência, idade, entre outras.

Art. 26 O Centro de Referência de Assistência Social - CRAS é unidade de referência territorializada, que tem por objetivo a atuação com famílias, seus membros e indivíduos, residentes no município

de Serra Alta, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários, e provendo a inclusão das famílias nas políticas públicas, no mercado de trabalho e na vida em comunidade por meio das seguintes ações:

- I - promover o acompanhamento sócio-assistencial de famílias em um determinado território;
- II - potencializar a família como unidade de referência, fortalecendo vínculos;
- III - contribuir com o processo de autonomia e emancipação social das famílias, fomentando o seu protagonismo;
- IV - atuar de forma preventiva, evitando que as famílias integrantes do público-alvo tenham seus direitos violados, recaindo em situações de risco.

Art. 27 A equipe do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS deve prestar informação e orientação à população de sua área de abrangência, bem como se articular com a rede de proteção local no que se refere aos direitos de cidadania, além de realizar o mapeamento e a organização da rede socioassistencial de proteção básica e promove a inserção das famílias nos serviços de assistência social local.

Art. 28 O Centro de Referência de Assistência Social - CRAS contará com uma equipe específica, conforme previsto na NOB/SUAS/RH, obedecendo o critério de atendimento de até 2.500 famílias referenciadas (Pequeno Porte I) e será composto, pelos seguintes profissionais de referência:

- I - 01 (um) Coordenador, devendo o mesmo, independentemente do porte do município, ter o seguinte perfil profissional: ser um técnico de nível superior, concursado, com experiência em trabalhos comunitários e gestão de programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais.
- II - 01 (um) Assistente Social, portador de certificado de conclusão de curso superior e registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional.
- III - 01 (um) Psicólogo, portador de certificado de conclusão de curso superior e registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional.
- IV - 01 (um) Auxiliar Administrativo com certificado de nível médio para auxiliar nos trabalhos de secretariado.
- V - 01 (um) Orientador Social, portador de certificado de nível médio para coordenar os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.
- VI - Educadores Sociais, portadores de certificado de conclusão de Ensino Superior nas áreas de Pedagogia, Educação Física, Artes, Ciências Biológicas, Artes Cênicas e Informática.
- VII - 2 (dois) Auxiliares de Serviços Gerais, sendo 01 para o CRAS e outro para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Parágrafo Único: Os profissionais que atuarão nos serviços a Proteção Social Básica serão em número suficiente, conforme demanda.

Art. 29 A Proteção Social Especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontrarem situação de risco pessoal, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras e será executada pela equipe de referência na gestão.

Art. 30 A Proteção social Especial é um conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de

violação de direitos. A proteção social especial é subdividida em Proteção Social Especial de Média complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

Art. 31 A política de proteção social especial de média complexidade será responsável por executar os seguintes serviços:

- I - Serviço de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos (PAEFI);
- II - Serviço especializado em abordagem social;
- III - Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida sócio educativa de liberdade assistida (LA) e de prestação de serviços à comunidade (PSC);
- IV - Serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias;
- V - Serviço especializado para pessoas em situação de rua.

Art. 32 A proteção social especial de alta complexidade será responsável por executar os seguintes serviços:

- I - Serviço de acolhimento institucional na modalidade de residência inclusiva.
- II - Serviço de acolhimento em família acolhedora;
- III - Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências.

Art. 33 A implantação dos serviços a que refere os Art.s 31 e 32, ocorrerá mediante identificação da demanda local.

Art. 34 O serviço de proteção social especial de alta complexidade constitui-se no acolhimento em diferentes tipos de equipamentos (abrigo institucional, casa-lar, casa de passagem, instituições de longa permanência para idosos, família acolhedora), destinados a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral, sendo coordenado pela Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 35 A equipe de referência na gestão atenderá as demandas das proteções sociais de média e alta complexidade.

Art. 18 A implantação dos serviços a que se referem os art.s 34 e 35, ocorrerá mediante identificação da demanda local.

CAPÍTULO V

Do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

Art. 37 As entidades e organizações de assistência social deverão estar inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, para seu regular funcionamento, no que diz respeito à execução de serviços socioassistenciais, nos termos da legislação vigente, independentemente do recebimento ou não de recursos públicos.

Art. 38 O Conselho Municipal de Assistência Social são instâncias deliberativas colegiadas do SUAS, vinculadas à estrutura do órgão gestor de assistência social do município, com caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil.

Art. 39 O Conselho Municipal de Assistência Social é composto de 06 (seis) membros titulares e respectivos suplentes, nomeados pelo Prefeito Municipal:

- I - 50% (cinquenta por cento) representantes da sociedade civil;
- e,
- II - 50% (cinquenta por cento) representantes do Poder Público.

§ 1º - Os representantes do Poder Público são indicados pelo Prefeito Municipal, preferencialmente, dos setores que desenvolvem ações ligadas às políticas sociais e econômicas, como: assistência social, saúde, educação, trabalho e emprego, finanças, agricultura

e outras;

SEÇÃO I COMPOSIÇÃO DO CMAS

Art. 40 O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) é composto de no mínimo 06 membros titulares e respectivos suplentes, respeitando os seguintes critérios:

I - 03 representantes de entidades governamentais do Município e respectivos suplentes, da seguinte forma:

- a) um da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- b) um da Secretaria Municipal de Educação;
- c) um da Secretaria Municipal da Saúde;

II - 03 representantes da sociedade civil e respectivos suplentes, eleitos em foro próprio, da seguinte forma:

- a) dois representantes dos usuários ou organizações e usuários da assistência social;
- b) um representante de entidades e organizações da Sociedade Civil.

Art. 41 Serão considerados representantes de usuários, pessoas vinculadas aos programas, projetos, serviços e benefícios da Política Municipal de Assistência Social eleitos pelo grupo.

Art. 42 Serão consideradas entidades de trabalhadores do setor as associações de trabalhadores, sindicatos, federações, confederações, centrais sindicais, conselhos federais de profissões regulamentadas que organizam, defendem e representam os interesses dos trabalhadores que atuam institucionalmente na Política de Assistência Social, conforme preconizado na Lei Orgânica de Assistência Social, na Política Nacional de Assistência Social e na Norma Operacional Básica, Recursos Humanos e no Sistema Único de Assistência Social, mediante os critérios estabelecidos no Regimento Interno do CMAS.

Art. 43 A função dos conselheiros do CMAS não será remunerada, mas considerada como de serviço público relevante e seu exercício prioritário, justificadas as ausências a quaisquer outros serviços quando determinadas pelo comparecimento às sessões do Conselho, reuniões de comissões ou grupos de trabalho e participação em atividades afins.

Parágrafo Único. O ressarcimento de despesas e o adiantamento ou pagamento de diárias aos Conselheiros e pessoas a serviço do CMAS obedecerá às normas instituídas pelo Município aos servidores públicos em atos idênticos ou assemelhados.

Art. 44 A participação de representantes do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não cabe nos Conselhos de Assistência Social, sob pena de incompatibilidade de poderes.

Art. 45 O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) será presidido por um de seus integrantes, eleito entre seus membros em reunião plenária, para mandato de dois anos.

Art. 46 Junto ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) poderá atuar, com direito a voz, um representante do Ministério Público, indicado pelo Procurador Geral de Justiça, bem como representantes dos Conselhos Municipais afins e de todas as entidades da sociedade civil, inscritas no Conselho e representantes e ou organizações de usuários da assistência social.

Art. 47 Os membros referidos do art. 40, incisos I e II, desta Lei poderão perder o mandato antes do prazo de dois anos, nos seguintes casos:

- I - por falecimento;
- II - por renúncia;

III - pela ausência imotivada em três reuniões consecutivas do conselho, ou cinco alternadas;

IV - pela prática de ato incompatível com a função de conselheiro (a), por decisão da maioria dos membros do CMAS;

V - por requerimento da entidade da sociedade civil, da qual o conselheiro representa; e

VI - por interesse do responsável do Chefe do Poder Executivo quando se tratar de conselheiro por ele indicado.

Parágrafo Único. No caso de perda do mandato será designado novo conselheiro para a titularidade da função, respeitando as respectivas suplências de que trata o art. 40, incisos I e II, da presente LEI.

SEÇÃO II

Atribuições

Art. 20 Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social-CMAS:

I - aprovar a Política Municipal de Assistência Social, elaborada em consonância com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS, com a Resolução 109/2009/CNAS e com as diretrizes estabelecidas pelas Conferências de Assistência Social, podendo contribuir nos diferentes estágios de sua formulação;

II - Convocar as Conferências de Assistência Social em sua esfera de governo e acompanhar a execução de suas deliberações;

III - Aprovar o Plano de Assistência Social elaborado pelo órgão gestor da Política de Assistência Social;

IV - Aprovar o Plano de capacitação, elaborado pelo órgão gestor;

V - Acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão do Programa Bolsa Família (PBF);

VI - Fiscalizar a gestão e execução dos recursos do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família - IGD PBF e do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social - IGD SUAS;

VII - Planejar e deliberar sobre os gastos de no mínimo 3% (três por cento) dos recursos do IGD PBF e do IGDSUAS destinados ao desenvolvimento das atividades do conselho;

VIII - Participar da elaboração e aprovar as propostas de Lei de Diretrizes Orçamentárias, Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual no que se refere à assistência social, bem como o planejamento e a aplicação dos recursos destinados às ações de assistência social, nas suas respectivas esferas de governo, tanto os recursos próprios quanto os oriundos de outros entes federativos, alocados nos respectivos fundos de assistência social;

IX - Acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais do SUAS;

X - Aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS;

XI - Aprovar o aceite da expansão dos serviços, programas e projetos socioassistenciais, objetos de cofinanciamento;

XII - Deliberar sobre as prioridades e metas de desenvolvimento do SUAS em seu âmbito de competência;

XIII - Deliberar sobre planos de providência e planos de apoio à gestão descentralizada;

XIV - Normatizar as ações e regular a prestação de serviços públicos estatais e não estatais no campo da assistência social, em consonância com as normas nacionais;

XV - Inscrever e fiscalizar as entidades e organizações de assistência social, bem como os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, conforme parâmetros e procedimentos nacionalmente estabelecidos.

XVI - Estabelecer mecanismos de articulação permanente com os demais conselhos de políticas públicas e de defesa e garantia de direitos;

XVII - Estimular e acompanhar a criação de espaços de participação popular no SUAS;

XVIII - Elaborar, aprovar e divulgar seu regimento interno, tendo como conteúdo mínimo:

- a) competências do Conselho;
- b) atribuições da Secretaria Executiva, Presidência, Vice-Presidência e Mesa Diretora;
- c) criação, composição e funcionamento de comissões temáticas e de grupos de trabalho permanentes ou temporários;
- d) processo eletivo para escolha do conselheiro-presidente e vice-presidente;
- e) processo de eleição dos conselheiros representantes da sociedade civil, conforme prevista na legislação;
- f) definição de quórum para deliberações e sua aplicabilidade;
- g) direitos e deveres dos conselheiros;
- h) trâmites e hipóteses para substituição de conselheiros e perda de mandatos;
- i) periodicidade das reuniões ordinárias do plenário e das comissões e os casos de admissão de convocação extraordinária;
- j) casos de substituição por impedimento ou vacância do conselheiro titular;
- k) procedimento adotado para acompanhar, registrar e publicar as decisões das plenárias.

SEÇÃO III

Estrutura e Funcionamento

Art. 49 O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS terá a seguinte estrutura:

- I - Mesa Diretora composta de presidente e vice-presidente;
- II - Secretaria Executiva;
- III - Comissões Temáticas; e,
- IV - Plenário.

Art. 50 O presidente e vice-presidente do CMAS serão escolhidos entre seus membros, para um mandato de 02 (dois) anos;

Art. 51 A Mesa Diretora e as Comissões Temáticas serão paritárias respeitando a mesma paridade da composição do conselho.

Art. 52 O CMAS instituirá seus atos, através de resoluções aprovadas pela maioria de seus membros.

Art. 53 Cada membro do CMAS terá direito a um único voto por matéria na sessão plenária.

Art. 54 As sessões do CMAS serão públicas.

Art. 55 O regimento interno do CMAS fixará prazos das reuniões ordinárias e extraordinárias do conselho municipal, bem como fixará prazos legais de convocação e fixação de pautas das sessões ordinárias e extraordinárias do plenário.

Art. 56 A Secretaria Municipal de Assistência Social, responsável pela Política de Assistência Social, assegurará a estrutura administrativa, financeira e de pessoal necessárias para o adequado desenvolvimento dos trabalhos do CMAS.

SEÇÃO IV

Mandato dos Conselheiros

Art. 57 Os membros efetivos e suplentes do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS serão nomeados por ato do Prefeito Municipal, conforme critérios instituídos nos artigos desta Lei, para o mandato de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução por igual período, e com possibilidade de ser substituído, a qualquer tempo, a critério da sua representação.

Art. 58 Os conselheiros não receberão qualquer remuneração por sua participação no Colegiado e seus serviços prestados serão considerados, para todos os efeitos, como de interesse público e relevante valor social.

Art. 59 Os membros do CMAS poderão ser substituídos, mediante solicitação da instituição ou autoridade pública a qual estejam vinculados, apresentada ao CMAS, o qual fará comunicação do ato ao Prefeito Municipal.

Art. 60 Perderá o mandato o conselheiro que incorrer em uma das seguintes condições:

- I - atuação de acentuada gravidade administrativa que a torne incompatível com as finalidades do Conselho;
- II - extinção de sua base territorial de atuação no município;
- III - imposição de penalidade administrativa reconhecidamente grave, em consenso com a maioria absoluta dos membros do Conselho;
- IV - desvio ou má utilização dos recursos financeiros recebidas de órgãos e entidades governamentais ou privadas;
- V - desvio de sua finalidade principal, pela não prestação dos serviços propostos na área de assistência social;
- VI - renúncia;
- VII - apresentação de incompatibilidade com o exercício de representação do respectivo segmento (usuários, prestadores de serviços trabalhadores do setor);
- VIII - repetição consecutiva de número igual a 03 (três) faltas injustificadas ou 05 (cinco) alternadas.

Parágrafo Único - A substituição se dará por deliberação da maioria dos componentes do conselho, em procedimento iniciado mediante provocação de integrante do Conselho Municipal de Assistência Social, Ministério Público ou de qualquer cidadão, assegurada ampla defesa.

Art. 61 Nos casos de renúncia, impedimento ou falta de membros efetivos do Conselho Municipal de Assistência Social, serão substituídos pelos suplentes, automaticamente, podendo estes exercer os mesmos direitos e deveres dos efetivos.

Art. 62 O Plenário reunir-se-á, obrigatoriamente, uma vez a cada dois meses e, extraordinariamente, sempre que necessário, e funcionará de acordo com o Regimento Interno, que definirá, também, o quorum mínimo para o caráter deliberativo das reuniões do Plenário e para as questões de suplência e perda de mandato, faltas dos conselheiros.

SESSÃO V

Inscrição de Entidades de Assistência Social

Art. 63 Serão consideradas entidades de assistência social aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos pela LOAS, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos.

§1º As entidades e organizações de assistência social podem ser consideradas isoladas ou cumulativamente:

- a) de atendimento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de proteção social básica ou especial, dirigidos às famílias e aos indivíduos em situações de vulnerabilidades ou risco social e pessoal, nos termos da Lei n. 8.742 de 1993, e Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009.
- b) de assessoramento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos da Lei n. 8.742 de 1993 e respeitadas as deliberações do CMAS; e
- c) de defesa e garantia de direitos: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para a defesa e

efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos da Lei n. 8.742 de 1993 e respeitadas as deliberações do CMAS.

§2º As entidades e organizações de assistência social deverão estar inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social para seu regular funcionamento, nos termos do art. 9º da Lei n. 8.742 de 1993, aos quais caberá a fiscalização destas entidades e organizações independentemente do recebimento ou não de recursos públicos, conforme Resolução do CNAS e regulamento pelos CMAS, sobre os parâmetros que definem sobre a inscrição de entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos Municipais dos Municípios.

§ 3º Na hipótese de atuação em mais de um município ou estado, as entidades e organizações de assistência social deverão inscrever seus serviços, programas, projetos e benefícios no Conselho de Assistência Social do respectivo município que se pretende atingir, apresentando, para tanto, o plano ou relatório de atividades, bem como o comprovante de inscrição no Conselho Municipal de sua sede ou de onde desenvolve suas principais atividades.

§ 4º Somente poderão executar serviços, programas e projetos de assistência social vinculados à rede socioassistencial que integra o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) as entidades e organizações inscritas de acordo com este artigo.

CAPITULO III

Da Conferência Municipal de Assistência Social

Art. 64 As conferências de Assistência Social são instâncias que tem por atribuições avaliação da Política de Assistência Social e a definição de diretrizes para o aprimoramento do SUAS, ocorrendo no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 65 A convocação das Conferências de Assistência Social pelos conselhos de assistência social se dará ordinariamente a cada 4 (quatro) anos.

§1º Poderão ser convocadas Conferências de Assistência Social extraordinárias a cada 02 (dois) anos, conforme deliberação da maioria dos membros dos respectivos conselhos.

§2º Ao convocar a conferência, caberá ao conselho de assistência social:

- I - elaborar as normas de seu funcionamento;
- II - constituir comissão organizadora;
- III - encaminhar as deliberações da conferência aos órgãos competentes após sua realização;
- IV - desenvolver metodologia de acompanhamento e monitoramento das deliberações das conferências de assistência social;
- V - adotar estratégias e mecanismos que favoreçam a mais ampla inserção dos usuários, por meio de linguagem acessível e do uso de metodologias e dinâmicas que permitam a sua participação e manifestação.

Art. 66 Para a realização das conferências, os órgãos gestores de assistência social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverão prever dotação orçamentária e realizar a execução financeira, garantindo os recursos e a infraestrutura necessários.

§1º A participação dos delegados governamentais e não governamentais nas conferências estaduais e nacional deve ser assegurada de forma equânime, incluindo o deslocamento, a estadia e a

alimentação.

§2º Podem ser realizadas etapas preparatórias às conferências, mediante a convocação de pré-conferências, reuniões ampliadas do conselho ou audiências públicas, entre outras estratégias de ampliação da participação popular.

CAPÍTULO IV

Do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

Art. 67 Fica criado o Fundo Municipal de Assistência Social, de duração indeterminada e de natureza contábil, que será gerido pela Secretaria Municipal de Assistência Social sob a orientação e controle do Conselho Municipal de Assistência Social de Serra Alta - CMAS, nos quais devem ser alocados as receitas e executadas as despesas relativas ao conjunto de ações, serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social.

Art. 68 É de responsabilidade do Poder Executivo Municipal oferecer os subsídios necessários para o devido gerenciamento do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 69 O Fundo Municipal de Assistência Social, fiscalizado pelo Conselho Municipal de Assistência Social de Serra Alta, será composto por recursos destinados às ações que visam ao atendimento, à garantia e/ou à defesa dos direitos socioassistenciais, da seguinte forma:

- I - dotação consignada no orçamento do Município para a assistência social;
- II - recursos provenientes dos Conselhos Nacional e Estadual de Assistência Social;
- III - doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados;
- IV - rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e aplicações de capitais;
- V - doações de pessoas físicas ou jurídicas; e,
- VI - outros recursos que lhe forem destinados.

Art. 70 O Fundo Municipal de Assistência Social será vinculado a Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS e fiscalizado pelo Conselho Municipal de Assistência Social de Serra Alta - CMAS.

Art. 71 O Poder Executivo deve designar o servidor público que atuará como gestor e/ou ordenador de despesas do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, autoridade de cujos atos resultarão em emissão de empenho, autorização de pagamento, suprimento ou dispêndio de recursos do Fundo.

Art. 72 Compete ao gestor do Fundo Municipal de Assistência Social:

- I - registrar os recursos orçamentários próprios do Município ou a ele transferidos em benefício da execução de serviços socioassistenciais, por qualquer ente da Federação;
- II - registrar os recursos captados pelo Município através de convênios, ou por doações ao Fundo Municipal;
- III - manter o controle escritural das aplicações financeiras levadas a efeito no Município;
- IV - liberar os recursos a serem aplicados em benefício da execução de serviços socioassistenciais, mediante aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, com a consequente prestação de contas pela parte beneficiada, nos termos da legislação vigente;
- V - administrar os recursos específicos para as ações socioassistenciais, segundo as Resoluções do Conselho Municipal de Assistência Social de Serra Alta - CMAS, prestando contas trimestralmente ao Conselho;
- VI - liberar recursos do Fundo para manutenção e custeio das atividades do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

Art. 73 O Fundo Municipal de Assistência Social será regulamentado por Resoluções expedidas pelo Conselho Municipal de Assistência Social de Serra Alta - CMAS, sem prejuízo às demais legislações vigentes.

Art. 74 O Fundo Municipal de Assistência Social deve ser inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, na condição de Matriz, na forma das Instruções Normativas da Receita Federal do Brasil em vigor, com o intuito de assegurar maior transparência na identificação e no controle das contas a eles vinculadas, sem, com isso, caracterizar autonomia administrativa e de gestão.

Art. 75 Os recursos previstos no orçamento para a política de assistência social devem ser alocados e executados no respectivo fundo.

Art. 76 Todo o recurso repassado ao Fundo seja pela União ou pelo Estado e os recursos provenientes dos tesouros estaduais e municipais deverão ter a sua execução orçamentária e financeira realizada pelo respectivo fundo.

Art. 77 As despesas realizadas com recursos financeiros recebidos na modalidade fundo a fundo devem atender às exigências legais concernentes ao processamento, empenho, liquidação e efetivação do pagamento, mantendo-se a respectiva documentação administrativa e fiscal pelo período legalmente exigido.

SESSÃO I Cofinanciamento dos Serviços Socioassistenciais

Art. 78 O cofinanciamento dos serviços socioassistenciais se dará por meio do Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica e do Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial.

§1º Os Blocos de Financiamento de que trata o caput serão compostos pelo conjunto de pisos relativos a cada proteção, de acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

§2º Não compõem a forma de repasse por Blocos de Financiamento de que trata o caput os recursos destinados ao cofinanciamento por acordos de cooperação interfederativa ou equivalente, para os quais serão aplicadas regras específicas de transferência, a serem pactuadas e deliberadas nas instâncias competentes.

Art. 79 O cofinanciamento da Proteção Social Básica tem por componentes o Piso Básico Fixo e o Piso Básico Variável.

Art. 80 O Piso Básico Fixo destina-se ao acompanhamento e atendimento à família e seus membros, no desenvolvimento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família -PAIF, necessariamente ofertado pelo Centro de Referência da Assistência Social - CRAS.

Parágrafo único. O repasse do Piso de que trata o caput deve se basear no número de famílias referenciadas ao CRAS.

Art. 81 O Piso Básico Variável destina-se:

- I - ao cofinanciamento dos serviços complementares e inerentes ao PAIF;
- II - ao atendimento de demandas específicas do território;
- III - ao cofinanciamento de outros serviços complementares que se tornem mais onerosos em razão da extensão territorial e das condições de acesso da população;
- IV - ao cofinanciamento de serviços executados por equipes volantes, vinculadas ao CRAS;
- V - a outras prioridades ou metas pactuadas nacionalmente.

Art. 82 O cofinanciamento da Proteção Social Especial tem por

componentes:

I -Média Complexidade:

- a)o Piso Fixo de Média Complexidade;
- b)o Piso Variável de Média Complexidade; e
- c)o Piso de Transição de Média Complexidade;

II -Alta Complexidade:

- a)o Piso Fixo de Alta Complexidade; e
- b)o Piso Variável de Alta Complexidade.

Parágrafo Único. Os recursos que compõem o cofinanciamento de que trata o caput devem ser aplicados segundo a perspectiva socioterritorial, assegurando-se a provisão de deslocamentos quando necessário.

Art. 83 O Piso Fixo de Média Complexidade destina-se ao cofinanciamento dos serviços tipificados nacionalmente que são prestados exclusivamente no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua -CENTRO POP e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, como o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI.

Art. 84 O Piso Variável de Média Complexidade destina-se ao cofinanciamento dos serviços tipificados nacionalmente, tais como:

- I - Serviço Especializado em Abordagem Social;
- II - Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;
- III - Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade; e
- IV - outros que venham a ser instituídos, conforme as prioridades ou metas pactuadas nacionalmente e deliberadas pelo CNAS.

Art. 85 O Piso de Transição de Média Complexidade será objeto de regulação específica.

Art. 86 O Piso Fixo de Alta Complexidade destina-se ao cofinanciamento dos serviços tipificados nacionalmente, voltados ao atendimento especializado a indivíduos e famílias que, por diversas situações, necessitem de acolhimento fora de seu núcleo familiar ou comunitário de origem.

Art. 87 O Piso Variável de Alta Complexidade destina-se ao cofinanciamento dos serviços tipificados nacionalmente a usuários que, devido ao nível de agravamento ou complexidade das situações vivenciadas, necessitem de atenção diferenciada e atendimentos complementares.

Parágrafo Único. O Piso de que trata o caput poderá ser utilizado para o:

- I -atendimento a especificidades regionais, prioridades nacionais, incentivos à implementação de novas modalidades de serviços de acolhimento e equipes responsáveis pelo acompanhamento dos serviços de acolhimento e de gestão de vagas, de acordo com critérios nacionalmente definidos, com base em legislação própria ou em necessidades peculiares.
- II -cofinanciamento de serviços de atendimento a situações emergenciais, desastres ou calamidades, observadas as provisões e os objetivos nacionalmente tipificados, podendo ser especificadas as condições de repasse, dos valores e do período de vigência em instrumento legal próprio.

SESSÃO II

Incentivos Financeiros à Gestão

Art. 88 O apoio à gestão descentralizada do SUAS e do Programa

Bolsa Família se dará por meio do Bloco de Financiamento da Gestão do SUAS, do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único.

Art. 89 O incentivo à gestão do SUAS tem como componentes o Índice de Gestão Descentralizada Estadual do Sistema Único de Assistência Social - IGDSUAS-E e o Índice de Gestão Descentralizada Municipal do Sistema Único de Assistência Social - IGDSUAS-M;

Art. 90 O incentivo à gestão do Programa Bolsa Família tem como componente o Índice de Gestão Descentralizada Estadual do Programa Bolsa Família - IGD PBF-E e o Índice de Gestão Descentralizada Municipal do Programa Bolsa Família - IGD PBF-M, instituído pelo art. 8º da Lei nº 10.836 de 2004.

Art. 91 Os incentivos à gestão descentralizada visam oferecer o aporte financeiro necessário ao incremento dos processos de:

I - gestão e prestação de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais em âmbito local e regional, tendo por fundamento os resultados alcançados e os investimentos realizados pelos entes federativos, no caso do IGDSUAS; e
II - gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único, em âmbito municipal, estadual e distrital, tendo por fundamento os resultados alcançados pelos respectivos entes federativos no caso do IGD PBF, conforme previsto na Lei nº 10.836 de 2004, e sua regulamentação.

Art. 92 Os incentivos financeiros com base nos resultados serão calculados por meio dos Índices de Gestão Descentralizada do SUAS - IGDSUAS e do Programa Bolsa Família -IGDPBF instituídos, respectivamente, na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e na Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004.

CAPÍTULO V

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 93 Fica resguardado o mandato da atual composição do Conselho Municipal de Assistência Social de Contagem - CMAS, até seu término, devendo o mesmo nortear-se pelos termos desta Lei, ressalvado o disposto no art. 6º, que será aplicado na oportunidade de realização da próxima eleição do Conselho.

Art. 94 Fica revogada a Lei nº 6038/2003 e alterações posteriores, ficando invalidados os atos com base nela praticados.

Art. 95 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Serra Alta/SC, aos 12 de novembro de 2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrada e publicada na data supra

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

Lei Municipal Nº 979/2013

LEI MUNICIPAL Nº979/2013

"ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA PARA O EXERCÍCIO DE 2014".

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais apresenta a esta Câmara de Vereadores o seguinte Projeto de Lei para análise e apreciação:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º. O Orçamento Geral do Município de Serra Alta para o exercício de 2014 estima a Receita e fixa a despesa em R\$ 16.253.896,60 (Dezesseis milhões, duzentos e cinquenta e três mil, oitocentos e noventa e seis reais e sessenta centavos), relativo ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

DOS ORÇAMENTOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Art. 2º. O Orçamento do Poder Executivo para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 16.253.896,60 (Dezesseis milhões, duzentos e cinquenta e três mil, oitocentos e noventa e seis reais e sessenta centavos), fixa as Despesas do Poder Legislativo em R\$ 760.000,00 (Setecentos e sessenta mil reais) e do Poder Executivo em R\$ 15.493.896,60 (Quinze milhões, quatrocentos e noventa e três mil, oitocentos e noventa e seis reais e sessenta centavos).

§ 1º. A Receita da Unidade Gestora (Município de Serra Alta) será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1 – DAS RECEITAS

1.1 DEMONSTRATIVOS DA PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS FONTES DE RECEITA

	FONTES DE RECEITA	R\$	PARTICIPAÇÃO RELATIVA %
	Entidade 1 – MUNICÍPIO DE SERRA ALTA	15.548.014,10	100,00
1.1	Receita Tributária	1.000.525,00	6,42
1.2	Receita de Contribuições	88.500,00	0,55
1.3	Receita Patrimonial	202.000,00	1,28
1.4	Receita Agropecuária	90.000,00	0,56
1.5	Receita de Serviços	280.000,00	1,91
1.6	Transferências Correntes	15.159.199,10	97,48
1.7	Outras Receitas Correntes	144.950,00	0,93
2.1	Operações de Crédito	500.000,00	3,21
2.2	Alienação de Bens	500.000,00	3,21
2.3	Amortização de Empréstimos	35.000,00	0,22
9.0	Deduções da Receita	(2.452.160,00)	(15,77)
	Entidade 2 – Fundo Municipal de Saúde	705.882,50	100,00
	Receita Tributária	10.000,00	1,42
	Receita Patrimonial	50.000,00	7,08
	Transferências Correntes	645.882,50	91,50
	TOTAL	16.253.896,60	

§ 2º. As Despesas dos Poderes, Executivo e Legislativo serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	VALOR
Entidade 1 – Prefeitura	15.984.879,44
02.01-Gabinete do Prefeito	535.000,00
03.01-Secretaria de Administração	1.360.000,00
04.01-Departamento de Contabilidade	300.000,00
04.03-Departamento de Finanças	601.875,00
Transferência financeira ao Fundo Municipal de Saúde	2.518.165,34
Transferência financeira a Câmara de Vereadores	754.600,00
05.01-Departamento de Educação	3.953.329,10
05.02-Departamento de Cultura	197.500,00
05.03-Departamento de Esportes	150.000,00
07.01-Departamento de Agricultura	2.233.000,00
08.01-Departamento de Transportes	1.678.375,00
08.02-Departamento de Obras e Serviços Urbanos	835.000,00
09.01-Reserva de Contingência	50.000,00
11.02-Fundo da Infância e Adolescência	30.000,00
11.03-Fundo de Assistência Social	788.035,00
Entidade 2 – Fundo Municipal de Saúde	2.781.782,50
10.01 – Fundo Municipal de Saúde	2.781.782,50
Entidade 3 – Câmara Municipal de Vereadores	760.000,00
01.01 – Câmara de Vereadores	760.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

	QUADRO DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÃO	FIXADA PARA 2014
01	Legislativa	760.000,00
04	Administração	2.356.875,00
06	Segurança Pública	130.000,00
08	Assistência Social	768.035,00
10	Saúde	2.781.782,50
12	Educação	3.953.329,10
13	Cultura	197.500,00
15	Urbanismo	835.000,00
16	Habitação	50.000,00
20	Agricultura	2.233.000,00
22	Indústria	10.000,00
26	Transporte	1.678.375,00
27	Desporto e Lazer	150.000,00
28	Encargos Especiais	300.000,00
99	Reserva de Contingência	50.000,00
	TOTAL	16.253.896,60

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01-Processo Legislativo	760.000,00
02-Gestão Administrativa Superior	535.000,00
03-Administração Geral	1.360.000,00
04-Planejamento e Finanças	901.875,00
05-Educação para Todos	3.953.329,10
06-Esporte Participativo	150.000,00
07-Cultura, Arte e Lazer	197.500,00
08 – Atendimento a Saúde Pública	2.781.782,50
09-Atendimento Social	818.035,00
10-Fomento a Produção Agrícola	2.233.000,00

11-Transportes Rodoviário	1.678.375,00
12-Serviço de Utilidade Pública	835.000,00
13-Reserva de Contingência	50.000,00
TOTAL	16.253.896,60

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	QUADRO DEMONSTRATIVO DA DESPESA SEGUNDO SUA NATUREZA	FIXADA PARA 2014
	Entidade 1 – PREFEITURA	12.712.114,10
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	9.916.614,10
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	4.012.600,00
3.2.00.00	Juros e Encargos da Dívida	50.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	5.854.014,10
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	2.745.500,00
4.4.00.00	Investimentos	2.495.500,00
4.6.00.00	Amortização da Dívida	250.000,00
9.9.99.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00
2.0.00.00	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA	3.272.765,34
	Entidade 2 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2.781.782,50
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	2.624.032,50
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	1.075.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	1.549.032,50
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	157.750,00
4.4.00.00	Investimentos	157.750,00
	Entidade 3 – CÂMARA DE VEREADORES	760.000,00
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	540.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	400.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	140.000,00
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	220.000,00
4.4.00.00	Investimentos	220.000,00

Art. 3º. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de riscos fiscais representados por passivos contingentes, devidamente caracterizados e fundamentados em Ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 4º. Fica o Executivo Municipal autorizado através de Decreto, remanejar dotações de um Grupo de Natureza de Despesa/ Modalidade de Aplicação/Fontes de Recursos para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.(Art. 167, VI da CF), bem como criar novas Destinações de Recursos nas Modalidades de Aplicação já existentes.

Art. 5º. O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/1964, a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 20% da Receita estimada para o orçamento, utilizando como fontes de recursos, desde que não comprometidos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação em cada uma das Destinações de Recursos, observada a tendência do exercício; e

II – o superávit financeiro do exercício anterior apurado em cada uma das destinações de recursos vinculados, sendo que os

recursos sem vínculo poderão ser utilizados para abertura de créditos adicionais de qualquer destinação.

§ – Exclui-se desse limite, os créditos adicionais suplementares autorizados por Leis Municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 6º. Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta lei com recursos vinculados a destinações oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º. A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/1964 será realizado por destinação de recursos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50 I da LC N° 101/2000.

§ 2º. O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das destinações de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da LRF e Portaria Conjunta STN n° 002/2007 e suas alterações posteriores.

Art. 7º. A presente Lei vigorará durante o exercício de 2014, a partir de 1º de janeiro.

Gabinete do Prefeito de Serra Alta/SC, 04 de Dezembro de 2013.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

Lei Municipal N° 980/2013

LEI MUNICIPAL N° 980/2013

"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2014 (Lei 957/2013) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS";

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas na Lei Orgânica Municipal,

FAZ SABER, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Ficam alterados os Anexos abaixo constantes da Lei nº 957/2013-Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014:

I - Anexo 1.4 - Demonstrativo da memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas;

II - Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações;

III - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos previstos para 2014;

IV - Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais.

Art. 2º - Ficam inalterados os demais artigos constantes da Lei supracitada.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 04 de Dezembro de 2013.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

Lei Municipal N° 981/2013

LEI MUNICIPAL N° 981/2013.

"AUTORIZA O TERMO DE CESSÃO DE USO DE IMÓVEL AO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe a Lei Orgânica do Município.

Faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica autorizado o Termo de Cessão de Uso nº. 055/2013 celebrado entre o Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação e o município de Serra Alta/SC, que tem como objeto a construção do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social.

Art. 2º. A respectiva Cessão de Uso de que trata o art. 1º obedece aos termos do instrumento anexo, que fica fazendo parte integrante desta Lei, independente de sua transcrição.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução do Termo de Cessão de Uso de que trata esta lei, relativas aos encargos assumidos pelo município de Serra Alta/SC, correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º. Essa Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus jurídicos e legais efeitos a partir da data da assinatura do Termo de Cessão de Uso a que se refere esta Lei.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 04 de Dezembro de 2013.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrada e publicada em data supra:
VANDERLI RUI DE GASPARI

Lei Municipal N° 982/2013

"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA - QUADRIÊNIO 2014/2017 (LEI 972/2013) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas na Lei Orgânica Municipal,

FAZ SABER, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Ficam alterados os Anexos abaixo constantes da Lei nº 972/2013 - Plano Plurianual - quadriênio 2014/2017, para o exercício 2014.

II - Anexo II - Programas de Governo

III - Anexo III - Programas por Macro-objetivos

IV - Anexo IV - Compatibilização dos Programas por Fonte de Recursos

V - Anexo V - Comparativo do Planejamento no Plano Plurianual 2014-2017 com a Lei do Orçamento Anual- LOA 2014.

Art.2º - Ficam inalterados os demais artigos constantes da Lei supracitada.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 04 de Dezembro de 2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrada e publicada na data supra

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

Extrato Carta Convite P/ Compras e Serviços N° 056/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

AVISO DE LICITAÇÃO:

PROCESSO LICITATÓRIO N° 056/2013

CARTA CONVITE P/ COMPRAS E SERVIÇOS N° 056/2013

Tipo: Menor Preço Global.

OBJETO: Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de organização e execução de Concurso Público Municipal para provimento de vagas de cargos efetivos para o ano de 2014, englobando todas as fases do processo com provas escritas até a homologação do resultado final.

Entrega dos Envelopes : 08:30 horas do dia 16 de dezembro de 2013.

Abertura dos Envelopes : 09:00 horas do dia 16 de dezembro de 2013.

O Edital e anexos encontram-se disponíveis no site do Município www.serraalta.sc.gov.br e maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:15 às 17:15 horas.

SERRA ALTA, 06 de dezembro de 2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Extrato Primeiro Aditivo ao Contrato N° 102/2013

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS N° 005/2013

EXTRATO PRIMEIRO ADITIVO CONTRATUAL

Primeiro Aditivo

ao Contrato N°.: 102/2013

Contratante MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Contratada

Empresa: CONSTRUCERTA MATERIAIS DE CONST. E CONSTRUÇÃO LTDA ME.

Objeto Fica alterado o Item "2.1 da Cláusula Segunda - Do preço e condições de pagamento" relativo ao contrato n° 102/2013, com fundamentação legal no artigo 65, parágrafo 1º da Lei de Licitações n° 8.666/93 e item 5.1 do presente contrato, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO"

2.1. Nos termos do § 1º, alínea d, inciso I do Art. 65 da Lei 8.666/93 - Da Alteração dos Contratos, fica acrescido o valor de R\$ 1.081,36 (Hum mil, oitenta e um reais e trinta e seis centavos) em relação ao contrato inicialmente celebrado, de acordo com a Justificativa Técnica emitida pelo Departamento de Engenharia da Contratante que encontra-se em anexo. Por consequente a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, a partir da presente data pela prestação dos serviços objeto deste Contrato, o total correspondente a R\$ 43.022,90 (Quarenta e três mil, vinte e dois reais e noventa centavos)".

As despesas decorrentes do presente termo, objeto deste edital, correrá(ão) a cargo da(s) dotação(ões): Projeto Atividade: 2.800 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - 44.90.00 - DR 0034 - prevista(s) na Lei Orçamentária do Exercício de 2013.

SERRA ALTA, 05 de dezembro de 2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Extrato Primeiro Aditivo ao Contrato N° 36/2013

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 16/2013

EXTRATO PRIMEIRO ADITIVO CONTRATUAL

Primeiro Aditivo

ao Contrato N°.: 36/2013

Contratante MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Contratado: JOÃO CARLOS NOAL

Objeto Fica alterado o Item "3.1 da Cláusula Terceira - Do Preço e condições de pagamento" relativo ao contrato n° 036/2013, com fundamentação legal no artigo 65, parágrafo 1º da Lei de Licitações n° 8.666/93, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO"

3.1. O presente termo tem por objeto Aditivar o contrato que tem por objetivo a aquisição de produtos alimentícios oriundos da agricultura familiar para o programa merenda escolar/ano letivo 2013, considerando que a quantidade licitada superou a demanda, sendo necessário acrescer a quantidade do item Banana Maça em mais 250kg para a manutenção da alimentação escolar com qualidade até o final do ano letivo de 2013. Sendo assim, nos termos do § 1º, alínea d, inciso I do Art. 65 da Lei 8.666/93 - Da Alteração dos Contratos, fica acrescido a partir da presente data o valor de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) em relação ao contrato inicialmente celebrado, referente a 250kg de Banana Maça, com o preço proposto de R\$ 3,00 (Três reais) o Kg.

SERRA ALTA, 29 de novembro de 2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Extrato Primeiro Aditivo ao Contrato N° 54/2013

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

PROCESSO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS N° 26/2013

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATUAL

1º Aditivo ao

Contrato N°.: 054/2013

Contratante MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Contratada EDMAR DA SILVA - ME

Objeto Fica alterado o Item "3.1 da Cláusula Terceira - Dos Prazos

de Execução e Vigência" do contrato nº 54/2013, com fundamento no artigo 65, parágrafo 1º da Lei de Licitações nº 8.666/93, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA"

"3.1 - O prazo de execução da referida obra, fica aditivado, ficando com a vigência de 31/12/2013 à 30/06/2014, podendo ser prorrogado, mediante novo termo aditivo, desde que seja acordado entre as partes através de declaração por escrito com antecedência mínima de 20 dias antes do término do contrato, e de conformidade com o estabelecido nas Leis Nº. 8.666/93 e 8.883/94".

Justificativa: Justifica-se o acréscimo do prazo na execução da obra de Instalação elétrica de iluminação no Parque Municipal "FEAGRISA", em decorrência das condições adversas de tempo e clima (chuvas acima da média que atrapalharam os trabalhos a serem executados).

Neste sentido, ressaltamos que o presente Termo Aditivo manteve a essência do objeto imediato contratado, alterando, entretanto, somente a cláusula que refere-se aos prazos estabelecidos no contrato administrativo 54/2013.

SERRA ALTA, 06 de dezembro de 2013.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal

Extrato Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 100/2013

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
PROCESSO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERV. Nº 43/2013
EXTRATO PRIMEIRO ADITIVO CONTRATUAL
1º Aditivo ao
Contrato Nº.: 100/2013
Contratante MUNICIPIO DE SERRA ALTA
Contratada CONSTRUTORA FAIBER LTDA ME.

Objeto Fica alterado o Item "2.1 da Cláusula Segunda - Do preço e condições de pagamento" e "Cláusula Terceira - dos prazos de execução e vigência" relativo ao contrato nº 100/2013, com fundamentação legal no artigo 65, parágrafo 1º da Lei de Licitações nº 8.666/93 e item 5.1 do presente contrato, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO"

"2.1. O presente termo tem por objeto Aditivar e Suprimir o contrato que tem por objetivo a Execução da Obra de Ampliação do Centro Educacional, a ser executada no Município de Serra Alta. A obra compreende uma área de 582,28 m², de dois pavimentos, em alvenaria, o valor total preposto para a execução da referida Obra era de 253.699,85 (Duzentos e cinquenta e três mil, seiscentos e noventa e nove reais e oitenta e cinco centavos) sendo suprimido o valor de R\$ 7.895,72 (Sete mil e oitocentos e noventa e cinco reais e setenta e dois centavos) em decorrência da colocação de forro de PVC apenas em um dos pavimentos sendo o térreo. Diante disso, o valor total da obra passa a ser R\$ 245.804,13 (Duzentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e quatro reais e treze centavos) em conformidade com a Planilha do orçamento quantitativo e financeiro emitida pela engenheira da contratante responsável pela fiscalização da obra, que se encontra em anexo a este termo aditivo.

2.1.1 Nos termos do § 1º, alínea d, inciso I do Art. 65 da Lei 8.666/93 - Da Alteração dos Contratos, fica acrescido o valor de R\$ 59.145,07 (Cinquenta e nove mil, cento e quarenta e cinco

reais e sete centavos) em relação ao contrato inicialmente celebrado, de acordo com a Justificativa Técnica emitida pelo Departamento de Engenharia da Contratante que encontra-se em anexo. Por consequente a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, a partir da presente data pela prestação dos serviços objeto deste Contrato, o total correspondente a R\$ 304.949,20 (Trezentos e quatro mil novecentos e quarenta e nove reais e vinte centavos)".

"CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA"

3.1 - O prazo de execução da obra fica aditivado, ficando com a vigência de 31/12/2013 à 28/02/2014, podendo ser prorrogado, mediante Termo Aditivo Contratual, desde que seja acordado entre as partes através de declaração por escrito com antecedência mínima de 10 dias antes do término do contrato, e de conformidade com o estabelecido nas Leis Nº. 8.666/93 e 8.883/94.

Justificativa:

Justifica-se o acréscimo do prazo na execução da Obra de Ampliação do Centro Educacional, a ser executada no Município de Serra Alta, com área de 582,28 m², de dois pavimentos, em alvenaria, localizada na Rua Duque de Caxias esquina com a Rua 7 de Setembro, centro do Município de Serra Alta, em decorrência de adequações no Projeto de Engenharia que se fizeram necessárias durante a execução, bem como as condições adversas de tempo e clima (chuvas acima da média que atrapalharam os trabalhos a serem executados).

SERRA ALTA/SC, 06 de Dezembro de 2013.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal

Timbó

PREFEITURA

Aviso Pregão Presencial - Registro de Preços N.º 136 2013 PMT - Aquisição de Combustíveis

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 136/2013

OBJETO: registro de preços destinado ao fornecimento de combustíveis descritos no Anexo I em atendimento às necessidades da administração (direta e indireta) durante o período de janeiro a dezembro de 2014. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 08h00min do dia 18 de dezembro de 2013. ABERTURA: dia 18 de dezembro de 2013 as 08h05min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

Timbo (SC), 29/11/2013
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária de Fazenda e Administração

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato 2012.01-40 - FMS

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 2012/01-40
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADO: Phisio Clínica de Reabilitação LTDA.

OBJETO: Contratação de serviços sob demanda de procedimentos de fisioterapia conforme tabela unificada de procedimentos SUS do Ministério da Saúde a serem realizados na sede do prestador de serviço com fornecimento de todos os equipamentos necessários. PRAZO: prorrogado até 30/11/2014.

ACRÉSCIMO: 750 (setecentos e cinquenta) procedimentos ao item 01, assistência fisioterapêutica cardiovasculares e pneumo-funcionais; 4.125 (quatro mil cento e vinte e cinco) procedimentos ao item 02, assistência fisioterapêutica nas disfunções musculoesqueléticas; e 4.125 (quatro mil cento e vinte e cinco) procedimentos ao item 03, assistência fisioterapêutica nas alterações motoras.

DATA DA ASSINATURA: 04/11/2013.

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário Municipal da Saúde

Extrato Primeiro Aditivo Convênio N° 2012-17 - FMAS

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO N° 2012/17

CONVENIENTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Assistência Social.

CONVENIADA: Associação Blumenauense de Amparo aos Menores - ABAM.

OBJETO: prorrogação do prazo do convênio que tem por finalidade o atendimento, abrigamento e tratamento de crianças e/ou adolescentes do sexo masculino, com idade entre 07 (sete) a 18 (dezoito) anos incompletos que recebam medida protetiva de acolhimento. Data da Assinatura: 22/11/13. PRAZO: 01/01/2014 até 31/12/2014.

LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JÚNIOR

Prefeito

Extrato Primeiro Aditivo Convênio N° 2013-07 - FMAS

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO N° 2013/07

CONVENIENTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Assistência Social.

CONVENIADA: Lar Beneficente João 3:16.

OBJETO: prorrogação do prazo do Convênio que tem por objeto a conjugação de esforços entre as partes e o auxílio financeiro a CONVENIADA para execução do programa de acolhimento institucional, em especial no que tange ao atendimento de crianças e adolescentes de ambos os sexos em situação de risco, do Município de Timbó. Data da Assinatura: 22/11/13. PRAZO: 01/01/2014 até 31/12/2014.

LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito

Extrato Primeiro Aditivo Convênio N° 2013.08 - FMAS

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO N° 2013/08

CONVENIENTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Assistência Social.

CONVENIADA: Complexo Assistencial Lar Espírita Maria de Nazaré.

OBJETO: prorrogação do prazo do convênio que tem por finalidade a execução, pela CONVENIADA, do programa/projeto de acolhimento institucional, em especial no que tange ao atendimento, abrigamento e tratamento de crianças de ambos os sexos, com idade entre 0 (zero) e 12 (doze) anos em situação de risco do Município de Timbó. Data da Assinatura: 22/11/13. PRAZO: 01/01/2014 até 31/12/2014.

LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JÚNIOR

Prefeito

Extrato Primeiro Aditivo Convênio N° 2013.09 - FMAS

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO N° 2013/09

CONVENIENTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Assistência Social.

CONVENIADA: Instituto de Pesquisa, Atendimento, Defesa e Assessoria Estrela de Isabel.

OBJETO: prorrogação do prazo do convênio que tem por finalidade a execução, pela CONVENIADA, do programa/projeto de acolhimento institucional, em especial o atendimento, abrigamento e tratamento de crianças e adolescentes de ambos os sexos em situação de risco do CONVENIENTE, que recebam medida protetiva de acolhimento. Data da Assinatura: 22/11/2013. PRAZO: 01/01/2014 até 31/12/2014.

LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JÚNIOR

Prefeito

Primeira Republicação Extrato Ata Registro de Preço N.º 104 2013

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 104/2013

ÓRGÃO GESTOR: Prefeitura Municipal de Timbó

OBJETO: confecção e instalação de placas de lona.

EMPRESA FORNECEDORA: Arte Visual Painéis LTDA ME.

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 21.347,50 (vinte e um mil e trezentos quarenta e sete reais e cinquenta centavos).

VALIDADE DA ATA: 12/09/2014.

Timbó/SC, 13/09/2013

JAIME AVENDANO

Assessor Institucional de Comunicação Social

Primeira Republicação Extrato Ata Registro de Preço N.º 107.2013

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 107/2013 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Prefeitura Municipal de Timbó

OBJETO: Aquisição de diversos gêneros alimentícios perecíveis, destinados aos núcleos, unidades pré-escolares e escolas da rede municipal de ensino, para cumprimento do cardápio no período de setembro a dezembro de 2013 e janeiro a março de 2014 em atendimento às necessidades da secretaria municipal de educação.

EMPRESA FORNECEDORA: Frigorífico Menestrina LTDA e COML. ABELAM LTDA.

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 82.533,12 (oitenta e dois mil e quinhentos e trinta e três reais e doze centavos) e R\$ 86.095,68 (oitenta e seis mil e noventa e cinco reais e sessenta e oito centavos).
VALIDADE DA ATA: 31/03/2014.

Timbó/SC, 20/09/2013

SERGI FREDERICO MENGARDA
Secretário Municipal de Educação

Primeira Republicação Extrato Ata Registro de Preço N.º 22 2013 - FMS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 22/2013 FMS

ÓRGÃO GESTOR: Fundo Municipal de Saúde

OBJETO: Fornecimento de unidades de alimentação (coffee break), parte integrante da aplicação dos recursos inerentes ao programa de educação permanente em saúde (EPS), em atendimento ao calendário de atividades planejado para o ano de 2013.

EMPRESA CONTRATADA: Fabiana Mara Mohr Stein ME.

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$10.000,00 (dez mil reais).

VALIDADE DA ATA: 24/09/2014.

Timbó/SC, 23/09/2013

ALFREDO JOÃO BERRI
Secretário Municipal de Saúde

Primeira Republicação Extrato da Ata de Registro de Preço N.º 89 2013 PMT

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 89/2013 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preço para aquisição de materiais elétricos, hidráulicos, pintura e construção, para atender as unidades administrativas da Prefeitura, incluindo seus fundos e fundações para o período de 1 (um) ano.

EMPRESA FORNECEDORA: Lysing Comércio Atacadista de Materiais Elétricos LTDA ME; Madavia LTDA ME; Comércio de Materiais de Construção de Steil Sul LTDA EPP; Contesini Comércio de Materiais para Construção LTDA ME.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 257.190,00 (duzentos e cinquenta e sete mil cento e noventa reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 08/09/2014.

Timbó, 09/09/2013

MARIA ANGELICA FAGGIANO
Secretária Municipal de Fazenda e Administração

Primeira Republicação Extrato da Ata de Registro de Preço N.º 97 2013 PMT

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 97/2013 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preço para aquisição de óleo diesel S10 destinado à frota de veículos oficiais do município.

EMPRESA FORNECEDORA: Posto Alexandre LTDA.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 12.408,00 (doze mil quatrocentos e oito reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 04/09/2014.

Timbó, 05/09/2013

ALFREDO JOAO BERRI
Secretário Municipal de Saúde

SERGI FREDERICO MENGARDA

Secretário Municipal da Educação

Segunda Republicação Extrato da Ata de Registro de Preço N.º 07 2013 Fumtran

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 07/2013

ÓRGÃO GESTOR: Fundo Municipal de Trânsito.

OBJETO: Registro de preço para fornecimento de materiais para implantação e manutenção de sinalização viária de trânsito, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Adam Distribuidora LTDA EPP; Madavia LTDA ME e Sinalblu Ind. Com. LTDA.

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 54.543,50 (cinquenta e quatro mil quinhentos e quarenta e três reais e cinquenta centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 09/06/2014

Timbó, 10/06/2013

FABIANO MARTINS ADRIANO
Secretário Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

Segunda Republicação Extrato da Ata de Registro de Preço N.º 23 2013 SAMAE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 23/2013

ÓRGÃO GESTOR: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE.

OBJETO: Registro de preço destinado à contratação de espaços publicitários em rádio AM para divulgação das ações do SAMAE junto à população.

EMPRESA FORNECEDORA: Rádio Cultura de Timbó LTDA.

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 19/06/2014.

Timbó, 20/06/2013

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente SAMAE

Segunda Republicação Extrato da Ata de Registro de Preço N.º 26 2013 SAMAE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/2013

ÓRGÃO GESTOR: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

OBJETO: Registro de preço para locação de trator esteira e escavadeira hidráulica para prestação de serviços no Aterro Sanitário.
EMPRESA FORNECEDORA: Terrabase Terraplanagem e Transportes LTDA ME
VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 200.950,00 (duzentos mil novecentos e cinquenta reais).
MODALIDADE: Pregão Presencial
VALIDADE DA ATA: 17/06/2014.

Timbó, 18/06/2013
WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente SAMAE

Segunda Republicação Extrato da Ata de Registro de Preço N.º 58 2013 PMT

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 58/2013

ÓRGÃO GESTOR: Prefeitura de Timbó

OBJETO: Registro de preço para serviço de impressão de cópias e plotagens de projetos públicos, destinados à Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente.
EMPRESAS FORNECEDORAS: Sevega Gráfica e Impressão Digital LTDA ME.
VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais)
MODALIDADE: Pregão Presencial
VALIDADE DA ATA: 13/06/2014.

Timbó, 14/06/2013
FABIANO MARTINS ADRIANO
Secretário Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

Terceira Republicação Extrato da Ata de Registro de Preço 19 2013 - PMT

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2013
ÓRGÃO GESTOR: Prefeitura Municipal de Timbó

OBJETO: contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças e componentes necessários à frota de veículos leves, utilitários, caminhões, e tratores agrícolas da prefeitura, fundos, fundações e autarquia, além de outras atividades
EMPRESA FORNECEDORA: Comercial de Molas Menestrina Ltda ME; Mecânica Buzzi Ltda; MTM Auto Center e Comércio de Baterias Ltda ME, Mello Auto Diesel Ltda ME; Renato Schumann EPP.
VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 421.450,00 (quatrocentos e vinte e um mil quatrocentos e cinquenta reais).
VALIDADE DA ATA: 04/03/2014
ÓRGÃOS PARTICIPANTES: Prefeitura, Fundos, Fundações e Autarquia.

Timbó, 04/03/2013
MARIA A. FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

Terceira Republicação Extrato da Ata de Registro de Preço N.º 14 2013 PMT

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2013

ÓRGÃO GESTOR: Prefeitura de Timbó

OBJETO: Registro de preço para aquisição de materiais diversos destinados à manutenção e execução de obras em diversas vias do município para atender as unidades administrativas diretas e indiretas da Prefeitura de Timbó.
EMPRESAS FORNECEDORAS: Ouro Preto Mineração Ltda; Concreto Materiais de Construção Ltda EPP; Coml. Indl. Dante Zonta Ltda ME; Dragão Ind. Com. Ltda ME; Concrerio Artef. Cimento Ltda ME; Premocon Artefatos de Concreto Ltda EPP; Pedreira Vale do Selke Ltda; BSM Artefatos de Cimento Ltda; Indapav Artefatos de Cimento Ltda; Agaton Artefatos de Cimento Ltda; Ivo Mariano Nones ME; Erwin Schmidt & Filhos Ltda EPP; Hamann Mat. Construção Ltda ME.
VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 1.324.489,40 (um milhão, trezentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e quarenta centavos).
MODALIDADE: Pregão Presencial
ÓRGÃOS PARTICIPANTES: Prefeitura, Fundos e Fundações.
VALIDADE DA ATA: 04/03/2014

Timbó, 04 de março de 2013
LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

Terceira Republicação Extrato da Ata de Registro de Preço N.º 16 2013 PMT

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2013

ÓRGÃO GESTOR: Prefeitura Municipal de Timbó

OBJETO: Registro de preços para serviços de publicação de leis, atos administrativos e demais publicações de interesse do executivo, em jornal de periodicidade mínima bissemanal com circulação no município de Timbó.
EMPRESA FORNECEDORA: Editora Jornal do Médio Vale Ltda - EPP
VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 165.840,00 (cento e sessenta e cinco mil oitocentos e quarenta reais).
MODALIDADE: Pregão Presencial
VALIDADE DA ATA: 14/03/2014

Timbó, 14/03/2013
JAIME AVENDANO
Assessor Institucional de Comunicação Social

Terceira Republicação Extrato da Ata de Registro de Preço N.º 20 2013 PMT

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 20/2013

ÓRGÃO GESTOR: Prefeitura Municipal de Timbó

OBJETO: Registro de preços para contratação de espaços públicos em Rádio AM para a divulgação das ações da Prefeitura de Timbó junto à população.
EMPRESA FORNECEDORA: Rádio Cultura de Timbó LTDA
VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 129.920,00 (cento e vinte e nove mil novecentos e vinte reais).
MODALIDADE: Pregão Presencial
VALIDADE DA ATA: 20/03/2014

Timbó, 20/03/2013
JAIME AVENDANO
Assessor Institucional de Comunicação Social

Terceira Republicação Extrato da Ata de Registro de Preço N.º 21 2013 PMT

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 21/2013

ÓRGÃO GESTOR: Prefeitura Municipal de Timbó

OBJETO: Registro de preços para contratação de serviço para publicações de anúncios institucionais, informativos da Prefeitura e demais publicações de interesse do executivo, em jornal com periodicidade mínima quinzenal e com veiculação no município de Timbó.

EMPRESA FORNECEDORA: Raiter Editora e Eventos Ltda
VALOR TOTAL: R\$ 41.895,00 (quarenta e um mil oitocentos e noventa e cinco reais).
MODALIDADE: Pregão Presencial
VALIDADE DA ATA: 20/03/2014

Timbó, 20/03/2013
JAIME AVENDANO
Assessor Institucional de Comunicação Social

Terceira Republicação Extrato da Ata de Registro de Preço N.º 24 2013 PMT

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2013

ÓRGÃO GESTOR: Prefeitura de Timbó

OBJETO: Registro de preço para contratação de espaços publicitários em rádio FM para divulgação das ações da Prefeitura de Timbó junto à população.

EMPRESA FORNECEDORA: Rádio Timbó Ltda
VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 129.780,00 (cento e vinte e nove mil setecentos e oitenta reais)
MODALIDADE: Pregão Presencial
VALIDADE DA ATA: 22/03/2014

Timbó, 22/03/2013
JAIME AVENDANO
Assessor Institucional de Comunicação Social

SAMAE

Extrato do Contrato 2013/157

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SAMAE SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2013/157
CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CONTRATADA: KATIA DENISE MARCELINO

OBJETO: SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA NA ÁREA DE ENGENHARIA QUÍMICA, ACOMPANHAMENTO DAS ANÁLISES E RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELAS ATIVIDADES EXECUTADAS NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA - ETA E ATERRO SANITÁRIO
PRAZO: O PRAZO TERÁ INÍCIO EM 01/11/2013 E TÉRMINO EM 31/12/2013

VALOR TOTAL: R\$ 7.407,62 (SETE MIL QUATROCENTOS E SETE REIAS E SESSENTA E DOIS CENTAVOS)

TIMBÓ, 05 DE DEZEMBRO DE 2013.
WALDIR GIRARDI
DIRETOR PRESIDENTE

Três Barras

PREFEITURA

Lei Complementar N° 177 de 20 de Novembro de 2013

LEI COMPLEMENTAR Nº 177 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2013
CRIA CARGO DE TÉCNICO EM RADIOLOGIA NA SECRETARIA DE SAÚDE

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras em exercício, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica criado o cargo de Técnico em Radiologia, no Grupo de Assessoramento Geral, com habilitação profissional exigida do certificado de conclusão do ensino médio e formação profissional mínima de nível técnico em Radiologia com registro perante o conselho de classe, Padrão Efetivo, jornada de trabalho de 24 (vinte e quatro) horas semanais, Vencimento 07, no valor de R\$ 1.224,63, com 02 (duas) vagas na Secretaria de Saúde.

Parágrafo único. As atribuições do cargo são as seguintes: Organizar, orientar e participar da supervisão e treinamento de pessoal auxiliar na área ambulatorial; acompanhar o atendimento individual ou em grupo de pacientes, de acordo com programas de ações preventivas e curativas de saúde; proceder às radiografias, mamografias e outros procedimentos de sua competência, com a utilização de equipamentos apropriados; proceder à revelação dos mesmos, avaliando-os e refazendo-os quando necessário; observar e cumprir as normas de higiene e segurança do trabalho e executar outras tarefas correlatas que lhe forem atribuídas

Art. 2º. O Chefe do Poder Executivo, através de Decreto, promoverá as necessárias adequações na estrutura do organograma do quadro de pessoal da Prefeitura, em virtude da criação do cargo referido no artigo anterior.

Art. 3º. As despesas decorrente da execução da presente Lei Complementar correrão por conta de elementos próprios do orçamento.

Art. 4º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC., em 20 de novembro de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal de Três Barras

Lei Complementar N° 178 de 05 de Dezembro de 2013

LEI COMPLEMENTAR Nº 178 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2013
DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DA OUVIDORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras em exercício,

Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica instituída a Ouvidoria Geral do Município de Três Barras, órgão auxiliar, independente, permanente e com autonomia administrativa e funcional que tem por objetivo apurar as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos da administração pública municipal direta e indireta, bem como das entidades privadas de qualquer natureza que operem com recursos públicos, na prestação de serviços à população, conforme o inciso I do § 3º do artigo 37 da Constituição Federal.

Art. 2º. A Ouvidoria Geral do Município de Três Barras tem as seguintes atribuições:

I - receber e apurar denúncias, reclamações, críticas, comentários e pedidos de informação sobre atos considerados ilegais comissivos e/ou omissivos, arbitrários, desonestos, indecorosos, ou que contrariem o interesse público, praticados por servidores públicos do município de Três Barras ou agentes públicos;

II - diligenciar junto às unidades da Administração competentes para a prestação por estes, de informações e esclarecimentos sobre atos praticados ou de sua responsabilidade, objeto de reclamações ou pedidos de informação, na forma do inciso I deste artigo;

III - manter sigilo, quando solicitado, sobre as reclamações ou denúncias, bem como sobre sua fonte, providenciando, junto aos órgãos competentes, proteção aos denunciantes;

IV - informar ao interessado as providências adotadas em razão de seu pedido, excepcionados os casos em que a lei assegurar o dever de sigilo;

V - recomendar aos órgãos da Administração a adoção de mecanismos que dificultem e impeçam a violação do patrimônio público e outras irregularidades comprovadas;

VI - elaborar e publicar trimestral e anualmente no Diário Oficial do Município, relatório de suas atividades e avaliação da qualidade dos serviços públicos municipais;

VII - realizar cursos, seminários, encontros, debates e pesquisas versando sobre assuntos de interesse da Administração Municipal no que tange ao controle da coisa pública;

VIII - coordenar ações integradas com os diversos órgãos da municipalidade, a fim de encaminhar, de forma intersetorial, as reclamações dos munícipes que envolvam mais de um órgão da administração direta e indireta;

IX - comunicar ao órgão da administração direta competente para a apuração de todo e qualquer ato lesivo ao patrimônio público de que venha a ter ciência em razão do exercício de suas funções, mantendo atualizado arquivo de documentação relativo às reclamações, denúncias e representações recebidas.

Art. 3º. A Ouvidoria Geral do Município será dirigida pelo Ouvidor Geral, nomeado pelo Prefeito para um mandato de dois anos.

Parágrafo único. São requisitos para ser Ouvidor Geral do Município, na conformidade do disposto na lei:

I - ter mais de 21 (vinte e um) anos de idade;

II - não possuir antecedentes criminais que desabonem sua reputação;

III - não integrar o quadro permanente da Administração Pública Municipal;

IV - não ser cônjuge, ascendente ou descendente em qualquer grau do Prefeito, do Vice Prefeito, de Vereador da Câmara Municipal de Três Barras e dos Secretários Municipais;

V - não ter parentesco colateral ou em linha reta até o 4º grau do Prefeito ou do Vice Prefeito, por consanguinidade ou afinidade.

Art. 4º. O Ouvidor Geral do Município possui as seguintes prerrogativas:

I - autonomia e independência funcional;

II - recondução ao cargo por uma única vez, por igual período.

Parágrafo único. A destituição antes do término do mandato somente poderá ocorrer por iniciativa do Prefeito, desde que tal ato seja fundamentado e em decorrência de conduta considerada incompatível com o exercício das funções do cargo, devidamente comprovada em procedimento administrativo público próprio e ouvido previamente o Conselho Consultivo da Ouvidoria Geral do Município.

Art. 5º. Compete ao Ouvidor Geral do Município:

I - propor aos órgãos da Administração, resguardadas as respectivas competências, a instauração de sindicâncias, inquéritos e outras medidas destinadas à apuração das responsabilidades administrativas, civis e criminais;

II - requisitar, diretamente e sem qualquer ônus, de qualquer órgão municipal, informações, certidões ou cópias de documentos relacionados com as reclamações ou denúncias recebidas, na forma da lei;

III - recomendar a adoção de providências que entender pertinentes, necessárias ao aperfeiçoamento dos serviços prestados à população pela Administração do Município de Três Barras;

IV - recomendar aos órgãos da Administração Direta a adoção de mecanismos que dificultem e impeçam a violação do patrimônio público e outras irregularidades comprovadas;

V - celebrar termos de cooperação com entidades públicas ou privadas nacionais, que exerçam atividades congêneres às da Ouvidoria.

Art. 6º. Para o fiel cumprimento de suas funções, a Ouvidoria Geral do Município compreende:

I - Gabinete do Ouvidor;

II - Coordenadoria Setorial Técnica;

III - Coordenadoria Setorial Administrativa e de Expediente.

§ 1º - A estrutura administrativa da Ouvidoria Geral do Município tem suas funções descritas no Anexo I da presente LEI.

§ 2º - O Ouvidor Geral será substituído, nos seus impedimentos, por um servidor de sua indicação.

§ 3º - Os serviços auxiliares do Ouvidor serão efetuados, preferencialmente, por servidores municipais mediante remanejamento interno, ou por contratações de assessorias externas, quando necessárias em razão da complexidade e extensão dos fatos sob averiguação.

Art. 7º. Para o fim do disposto na presente Lei, fica criado o cargo de Ouvidor Geral - do Grupo de Assessoramento Geral, com habilitação profissional exigida do certificado de conclusão do ensino superior, padrão comissionado, jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, Vencimento 05, no valor de R\$ 2.326,80 (dois mil, trezentos e vinte e seis reais e oitenta centavos), com 01 (uma) vaga na Ouvidoria Geral;

Art. 8º. Para a consecução dos seus objetivos, a Ouvidoria Geral do Município atuará:

I - por iniciativa própria;

II - por solicitação do Prefeito ou dos Secretários Municipais;

III - em decorrência de denúncias, reclamações ou representações de qualquer do povo e/ou de entidades representativas da sociedade.

Art. 9º. Os atos oficiais da Ouvidoria Geral do Município serão publicados em Diário Oficial do Município, em espaço próprio reservado ao órgão.

Art. 10. A Ouvidoria Geral do Município de Três Barras terá um Conselho Consultivo composto de 07 (sete) membros, incluído na qualidade de membro, o Ouvidor Geral que o presidirá.

§ 1º - Os membros do Conselho serão designados pelo Prefeito, escolhidos entre os diversos setores da sociedade civil, por sua notoriedade e por relevantes trabalhos na área de Direitos Humanos, contando com a concordância expressa do Ouvidor.

§ 2º - As funções dos membros do Conselho não serão remuneradas, sendo consideradas, porém, serviço público relevante.

§ 3º - Os membros do Conselho Consultivo terão as seguintes atribuições:

I - conhecer os recebimentos constantes do item I do artigo 2º;

II - propor adoção de mecanismos tendentes ao aperfeiçoamento operacional da Ouvidoria;

III - emitir pareceres sobre questões que se lhes apresentarem;

IV - adotar, ante eventual inobservância ou omissão no cumprimento do preceituado no artigo 5º, com voto da maioria absoluta de seus membros, o procedimento de interpelação que poderá fundamentar a medida prevista no artigo 4º, parágrafo único.

§ 4º. O mandato dos membros do Conselho Consultivo será de 02 (dois) anos.

§ 5º. Os membros do Conselho só poderão ser substituídos antes do término do mandato nas seguintes hipóteses:

I - em razão de enfermidade ou óbito;

II - a pedido, diante de situação de foro íntimo que o justifique;

III - por destituição nas mesmas circunstâncias previstas no artigo 4º, parágrafo único.

Art. 11. A Ouvidoria Geral do Município de Três Barras funcionará em sede própria ou na Prefeitura Municipal.

Art. 12. Para atender às despesas decorrentes desta lei, no presente exercício, fica o Executivo autorizado nos termos do artigo 42 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, a abrir

créditos adicionais especiais, criando a atividade "Administração da Ouvidoria Geral do Município de Três Barras".

§ 1º - O decreto que abrir os créditos adicionais de que trata o "caput" deste artigo, indicará nos termos do artigo 43 da lei federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, os recursos disponíveis para acorrer às despesas.

§ 2º - Nos exercícios subsequentes, as despesas com a execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 13. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC., em 05 de dezembro de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

ANEXO I

Descrição das Funções dos Órgãos Ouvidoria Geral do Município

1. Gabinete do Ouvidor do Município: Assessorar o(a) Ouvidor(a) nos assuntos que lhe são inerentes, no sentido de integrar as ações da Ouvidoria Geral do Município; promover as relações institucionais entre a Ouvidoria Geral do Município e os Órgãos da Administração Direta e Indireta; promover o atendimento das autoridades em geral, observando as exigências protocolares, bem como eventos sociais; promover a comunicação social da Ouvidoria; encaminhar documentos e representações aos órgãos competentes;

2. Coordenadoria Setorial Administrativa e de Expediente:

2.1. desenvolver todas as atividades relativas ao expediente: receber, expedir, controlar e elaborar todos os expedientes, correspondências, protocolos e processos em trâmite na Ouvidoria e distribuí-los às Assessorias competentes; promover a comunicação com os demais Órgãos do Executivo e dos Poderes Públicos; coordenar e gerenciar o recebimento, armazenagem e distribuição, bem como promover a racional utilização dos materiais e serviços da Administração; promover o registro e arquivamento de notícias e documentos relativos à Ouvidoria geral do Município;

2.2. desenvolver atividades de assessoria e organização administrativa: receber, analisar, organizar os protocolos destinados à Ouvidoria Geral do Município e promover a comunicação com os demais Órgãos do Executivo e dos Poderes Públicos; elaborar laudos e estudos sobre os Protocolos; preparar despachos e encaminhamentos nos Protocolos; suprir a Ouvidoria de materiais e serviços com base em legislação própria e diretrizes preestabelecidas; e elaborar relatórios;

2.3. desenvolver atividades de assessoria em informática: codificar, compilar e implantar sistemas e processos para elaboração de relatórios, manter atualizado banco de dados, verificar a integridade dos sistemas, realizar suporte aos usuários em software e aos usuários em hardware, executar manutenção preventiva de hardware, promover o treinamento dos usuários, instalar equipamentos e montagem dos servidores;

3. Coordenadoria Setorial Técnica:

3.1. atividades técnicas de assessoria em assistência social: promover o atendimento pessoal dos cidadãos identificando e analisando problemas e necessidades; traçar o perfil social dos denunciantes; realizar análise social dos dados apresentados, organizar

e manter banco de dados relativos aos atendimentos; elaborar relatórios; emitir pareceres parciais e ou conclusivos sobre assuntos relacionados à sua área; buscar junto aos demais Órgãos do Poder Público, os entendimentos e meios necessários à viabilização da solução dos casos apresentados;

3.2. atividades técnicas de assessoria jurídica: promover assessoramento e consulta jurídica ao(à) Ouvidor(a) emitindo pareceres e exames de legalidade para interpretação de normas jurídicas; realizar estudos jurídicos institucionais; administrar, manter e atualizar a documentação legal da Ouvidoria; realizar atendimento direto aos cidadãos promovendo sua orientação nos limites legais; elaborar relatórios da sua área; solicitar e encaminhar documentos aos demais órgãos do Poder Público; atuar em processos, inquirindo testemunhas e colhendo informações necessárias ao mesmo; acompanhar andamento dos processos de acordo com a legislação pertinente e orientar o trabalho dos estagiários de direito; supervisionar averiguações externas, efetuando diligências com objetivo de esclarecer dúvidas a respeito das denúncias, elaborar relatórios, manter arquivo de provas e documentos, buscar junto aos demais órgãos do Poder Público documentos com objetivo de instruir os expedientes administrativos.

Lei N° 3.096 de 05 de Dezembro de 2013

LEI N° 3.096 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADERIR AO PROGRAMA BADESC CIDADES II E TOMAR EMPRÉSTIMO JUNTO AO BADESC - AGÊNCIA DE FOMENTO DE SANTA CATARINA S/A E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa BADESC CIDADES II.

Art. 2º - A adesão ao Programa BADESC CIDADES II propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de Projetos de engenharia, construção de viadutos, pontes, trapiches, passarelas, implantação de sinalização viária, abrigos de ônibus, pavimentação, urbanização e arborização de vias urbanas, drenagem pluvial, terminais rodoviários e passeios públicos.

Art. 3º - Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC - Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa BADESC CIDADES II, até o montante de R\$ 1.700.000,00 (Um milhão e setecentos mil reais).

Parágrafo único - Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, até o limite do valor do financiamento.

Art. 4º - Para dar continuidade ao Programa BADESC CIDADES II, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subsequentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º - Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5% (cinco por cento) ao ano, acrescido da taxa de juros de longo prazo - TJLP, ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC., em 05 de dezembro de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

Aviso de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC.

"AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL".

Procedimento Licitatório nº. 94/2013 - Edital Pregão nº. 80/2013. A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, receberá até as 09 h e 00 min. do dia 19 de dezembro de 2013, Propostas para "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LICENCIAMENTO DE SOFTWARES DE GESTÃO PÚBLICA WEB, DATACENTER E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA" destinado ao gerenciamento Administrativo da Prefeitura Municipal e seus Fundos Municipais.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 19 de dezembro de 2013.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616, Centro - Fone/Fax: 47 3623-0121 ou pelo e-mail licitacao@tresbarras.sc.gov.br - Três Barras - SC.

Três Barras - SC, 26 de novembro de 2013.

ELOI JOSE QUEGE

PREFEITO MUNICIPAL.

NILTON AVANIR HURMUS

PREGOEIRO.

Tunápolis

PREFEITURA

Processo de Licitação N° 36/2013

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 36/2013

Edital de Pregão Presencial nº 23/2013

Registro de Preço 02/2013

O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma

da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, por Registro de Preço que tem por objeto a aquisição de Combustíveis, destinados ao abastecimento dos veículos pertencentes ao Fundo Municipal da Saúde, para o exercício financeiro de 2014.

Entrega das propostas até às 9h30min do dia 19/12/2013.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 04 de dezembro de 2013.

BRUNO JOSÉ HEBERLE

Gestor do Fundo

Processo de Licitação Nº 117/2013

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 117/2013

Edital de Pregão Presencial nº 88/2013

Registro de Preço 19/2013

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da

Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, por Registro de Preço que tem por objeto aquisição de Combustíveis, destinados ao abastecimento dos veículos, máquinas e demais equipamentos desta municipalidade, para o exercício financeiro de 2014.

Entrega das propostas até às 8h45min do dia 19/12/2013.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 04 de dezembro de 2013.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

Processo de Licitação Nº 118/2013

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 118/2013

Edital de Pregão Presencial nº 88/2013

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da

Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, que tem por objeto aquisição materiais para show pirotécnico (fogos de artifício) para "show da virada" a realizar-se no dia 31/dezembro/2013.

Entrega das propostas até às 14h45min do dia 20/12/2013.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 05 de dezembro de 2013.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

Segundo Termo Aditivo ao Contrato Nº 13/2013.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 13/2013.

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 13/2013, QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE E A EMPRESA COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS SANNARDI LTDA -ME

Pelo presente Termo Aditivo, de um lado o Fundo Municipal da Saúde, inscrita no CNPJ sob nº 12.273.240/0001-49, neste ato representado pelo Secretário Municipal da Saúde Sr. Bruno José Heberle, e de outro lado a empresa Comercio de Materiais Eletricos Sannardi Ltda-ME pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Santa Cruz,394-B.Andreatta , no Município de São Miguel do Oeste/SC, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 08.242.097/0001-50, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o processo administrativo nº 13/2013.

Considerando a necessidade da continuidade ininterrupta da prestação de serviço referente a Construção de muro em pedra para o posto de saúde em decorrência do Processo Licitatório na Modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 02/2013, sendo vencedor a empresa Comércio de Materiais Elétricos Sannardi Ltda-ME, acordam e ajustam firmar o presente TERMO ADITIVO ao processo acima mencionado, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e

legislações pertinentes e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

Cláusula Primeira- DO PRAZO

Fica prorrogado o presente contrato por mais trinta dias, a partir da data do dia 07/12/2013, por motivo de excesso de chuvas no período de duração do prazo do contrato.

Cláusula Segunda As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis - SC, 05 de dezembro de 2013.

BRUNO JOSÉ HEBERLE

Prefeito Municipal

Comercio de Materiais Elétricos Sannardi Ltda
Contratada

Testemunhas:

1) CLEVERSON INÁCIO KERKOFF

CPF: 918.368.409-34

2) SHEILA INÊS BIEGER EIDT

CPF: 020.226.259-60

Termo Aditivo Epagri Prazo

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 23/2013

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 23/2013, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA S.A. - EPAGRI.

Pelo presente Termo Aditivo, de um lado o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Sr. Enoi Scherer, portador do CPF nº 656/321/769-91, e de outro lado a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. - Epagri, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 83.052.191/0001-62, neste ato representada por seu gerente João Carlos Biasibetti, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato administrativo nº 23/2013.

Considerando o contrato administrativo nº 23/2013 - Prefeitura Municipal de Tunápolis, celebrado em 06 de março de 2013, proveniente do Processo Licitatório nº 33/2013 e Inexigibilidade de Licitação nº 02/2013, em que consta como objeto Prestação de Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural, definidos pelo plano municipal de desenvolvimento rural, ações descritas no plano anual de trabalho - PAT.

Considerando a necessidade da continuidade ininterrupta dos serviços prestados no contrato celebrado com a empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. - Epagri, empresa esta denominada como CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente TERMO ADITIVO ao contrato acima mencionado, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

Cláusula Primeira- DO PRAZO

Ao presente contrato fica prorrogado a vigência do prazo

anteriormente fixado, conforme previsto na Lei 8.666/93 em seu artigo 57.

O prazo Contratual fica prorrogado para todo o exercício de 2014, ou seja 01/01/2014 a 31/12/2014.

Cláusula Segunda: As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis - SC, 09 de dezembro de 2013.

ENOI SCHERER
Prefeito Municipal

EPAGRI
Contratado
JOÃO CARLOS BIASIBETTI

Testemunhas:

1) CLEVERSON INÁCIO KERKOFF
CPF: 918.368.409-34

2) SHEILA INÊS BIEGER EIDT
CPF: 020.226.259-60

Termo Aditivo N° 05/2013. Prazo
TERMO ADITIVO N° 05/2013.

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 57/2011, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA PRECISA GESTÃO EM TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA.

Pelo presente Termo, de um lado a Prefeitura Municipal de Tunápolis, inscrita no CNPJ sob o n° 78.486.198.0001-52, neste ato representado por seu Prefeito Sr. Enoi Scherer, e de outro lado a empresa Precisa Gestão em Tecnologia e Serviços Ltda, pessoa jurídica de direito privado com sede na Rua Minas Gerais, 206, sala 206 na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob n° 10.954.970/0001-80 neste ato representado pelo Sr. Paulo André Testa, sócio administrador portador da cédula de identidade n° 3.127.894e inscrito(a) no CPF sob n° 870.781.989-72, em decorrência do processo de licitação na Modalidade Tomada de Preços 03/2011, homologado em 01/07/2011, com fundamento na Lei Federal n°. 8.666/93 e suas alterações posteriores, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de n° 57/2011, para fazer constar as seguintes alterações:

Cláusula Primeira- DO PRAZO

Ao presente contrato fica prorrogado a vigência do prazo anteriormente fixado, conforme previsto na Lei 8.666/93 em seu artigo 57. O prazo Contratual fica prorrogado para todo o exercício de 2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Tunápolis, SC 05 de dezembro de 2013.

ENOI SCHERER
Prefeito Municipal
Contratante

Precisa Gestão em Tecnologia e Serviços Ltda

Contratada
PAULO ANDRÉ TESTA.

Testemunhas:

Vargem Bonita

PREFEITURA

Lei N° 974/2013, de 03 de Dezembro de 2013

LEI N° 974/2013, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2013
DISPÕE SOBRE A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Melania Aparecida Roman Meneghini, Prefeita Municipal de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina,

Faço saber, em cumprimento as atribuições legais conferidas pela legislação em vigor, de que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

LEI:

I - DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Vargem Bonita para o exercício de 2014 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 17.770.000,00 (Dezessete milhões, setecentos e setenta mil reais).

II - DOS ORÇAMENTOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Art. 2º O Orçamento do Poder Executivo para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 17.770.000,00 (Dezessete milhões, setecentos e setenta mil reais), fixa as Despesas do Poder Legislativo e Executivo em R\$ 900.000,00 (Novecentos mil reais) e R\$ 16.870.000,00 (Dezesseis milhões, oitocentos e setenta mil reais) respectivamente.

§ 1º Os orçamentos do Fundo Municipal de Assistência Social, Fundo Municipal de Infância e Adolescência, Fundo Municipal de Agricultura e Fundo Municipal de Habitação integrarão o orçamento do Poder Executivo como unidades orçamentárias, respeitados na fixação de suas despesas aquelas estabelecidas na legislação em vigor.

§ 2º O orçamento do Fundo Municipal de Saúde - FMS, no valor de R\$ 4.691.120,00 (Quatro milhões, seiscentos e noventa e um mil, cento e vinte reais) integrará o orçamento do Poder Executivo como Unidade Gestora, respeitadas na fixação de suas despesas aquelas estabelecidas na legislação em vigor.

§ 3º A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada conforme o quadro:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	17.770.000,00
Receita Tributária	939.640,00
Receita de Contribuições	126.000,00
Receita Patrimonial	83.840,00
Receita Agropecuária	120,00
Receita de Serviços	39.360,00

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	17.770.000,00
Transferências Correntes	16.540.370,00
Outras Receitas Correntes	40.670,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	0,00
Operações de Crédito	0,00
Alienação de Bens	0,00
Amortizações de Empréstimos	0,00
Transferências de Capital	,00
TOTAL	17.770.000,00

§ 4º As Despesas dos Poderes Executivo e Legislativo serão realizadas obedecendo a seguinte classificação institucional:

UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	VALOR	PARTI- CIPAÇÃO RELATIVA
Unidade Gestora – Prefeitura Municipal	12.178.880,00	68,5%
Gabinete do Prefeito	439.000,00	2,5%
Secretaria de Planejamento e Controle	101.000,00	0,6%
Secretaria de Administração e Finanças	1.983.310,00	11,2%
Secretaria de Educação e Cultura	4.726.590,00	26,6%
Secretaria de Obras e Serviços Públicos	2.508.380,00	14,1%
Secretaria da Agricultura	1.295.000,00	7,3%
Encargos Gerais do Município	562.000,00	3,2%
Secretaria de Saúde e Bem Estar Social	548.600,00	3,1%
Reserva de Contingência	15.000,00	0,1%
Unidade Gestora – Fundo Municipal da Saúde	4.691.120,00	26,4%
Fundo Municipal da Saúde	4.691.120,00	26,4%
Unidade Gestora – Câmara	900.000,00	5,1%
Câmara de Vereadores	900.000,00	5,1%
TOTAL	17.770.000,00	100,0%

§ 5º A classificação funcional-programática e por natureza econômica das Despesas dos Poderes Executivo e Legislativo serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta LEI.

Art. 3º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais no Anexo IV da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO (art. 5º, III, "b" da LRF).

§ 1º A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite e a ocorrência de cada evento de riscos fiscais.

§ 2º Não se efetivando até o dia 10/12/2014 os riscos fiscais, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária, desde que o Orçamento para 2015 tenha reservado recursos para riscos fiscais.

Art. 4º Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro de um mesmo projeto, atividade ou operações especiais.

Parágrafo único - Nos termos do art. 26, parágrafo único da Lei nº 970/2013 (LDO), a abertura de créditos adicionais suplementares na forma do artigo 43, III, da Lei Federal nº 4.320/64, quando

não ocorrer dentro de um mesmo projeto, atividade ou operações especiais, deverá ser autorizada por Lei específica e obedecer ao limite de 25% da despesa fixada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras.

Art. 5º Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta lei com recursos vinculados a destinações oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/1964 será realizado por destinação de recursos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da LRF, e Portaria Conjunta nº 03/2008 - STN/SOF.

§ 2º O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das destinações de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da LRF, e Portaria Conjunta nº 03/2008 - STN/SOF.

Art. 6º Fica o Executivo Municipal autorizado a:

I - Abrir créditos adicionais suplementares, utilizando como fonte de recurso o excesso de arrecadação em cada uma das destinações de recursos, observada a tendência do exercício.

II - Abrir créditos adicionais suplementares, utilizando como fonte de recurso o superávit financeiro do exercício anterior apurado em cada uma das destinações de recursos.

III - Mediante autorização legal específica, transferir recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, de caráter educativo, assistencial, saúde, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2014.

Vargem Bonita/SC, em 03 de dezembro de 2013.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI

Prefeita Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em 03/12/2013

SUÉLEN FAVRETTO

Secretária de Administração e Finanças

Lei Nº 976/2013 de 03 de Dezembro de 2013.

LEI Nº 976/2013 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2013.

"INSTITUI PREMIAÇÃO PARA DECORAÇÃO NATALINA"

MELÂNIA ROMAN MENEGHINI, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município, torna público que o Poder Legislativo aprovou e o Executivo sanciona a seguinte lei:

Artigo 1º. Fica instituída no âmbito deste Município a Campanha de Decoração Natalina "VARGEM BONITA ILUMINADA".

Artigo 2º. O concurso ora instituído consiste no incentivo a decoração natalina, valorizando, através de premiação, o embelezamento dos pontos comerciais (frente e vitrines) e das residências da cidade, tornando o Município de Vargem Bonita mais atrativo e tem como principais objetivos, entre outros:

a) Resgatar o espírito natalino, mantendo o espírito de celebração da vida e reafirmação de valores universais, como fraternidade,

justiça e solidariedade;

- b) Estimular o envolvimento, a participação e a criatividade da comunidade, famílias, entidades e empresas, decoradores, artistas plásticos, artesãos, associações diversas;
- c) Tornar nossa cidade mais bela para as festividades natalinas;
- d) Impulsionar as vendas do comércio e serviços;
- e) Promover a imagem do município de Vargem Bonita.

Artigo 3º. O Concurso criado através desta Lei será deflagrado em duas Categorias: I - COMÉRCIO E SERVIÇOS; II - RESIDÊNCIAS.

Artigo 4º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a pagar Premiações, na forma de bem material, no valor total de até R\$ 2.000,00 (dois mil reais) aos 05 (cinco) melhores colocados da Categoria Residências e aos 02 (dois) melhores colocados na Categoria Comércio e Serviços.

Artigo 5º. O Poder Executivo Municipal regulamentará, através de Regulamento do Concurso de Decoração Natalina:

- a) Prazo de Inscrições dos concorrentes;
- b) Critérios de avaliação para cada Categoria;
- c) Premiação do Primeiro ao Segundo colocado da Categoria Comércio e Serviços;
- d) Premiação do Primeiro ao Quinto colocado da Categoria Residência;
- e) Composição da Comissão Julgadora;
- f) Data de Inicio, data do Julgamento e data para retirada da Decoração;
- g) Data da entrega da Premiação;

Artigo 6º. É vedado a participação no Concurso de residências, comércios e/ou serviços pertencentes a Agentes Políticos do Município (Prefeita, Vice Prefeito, Vereadores e Secretários Municipais).

Artigo 7º. As despesas decorrentes desta Lei correrão a conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Artigo 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Vargem Bonita, 03 de dezembro de 2013.

MELÂNIA ROMAN MENEHINI

Prefeita Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria em 03 de dezembro de 2013.

SUÉLEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Videira

PREFEITURA

Decreto N° 10.671/13

DECRETO N.º 10.671/13, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2013.

Aprova Desmembramento de Áreas que especifica e, dá outras providências.

LOURENÇO BECKER, Prefeito Municipal Interino de Videira, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XXIV da Lei Orgânica do Município e de conformidade com as disposições legais vigentes,

Considerando o que consta do Processo Administrativo nº 12.734/2013, tendo por objeto pedido de desmembramento de áreas, formulado por Antonio Ozelani e outro;

Considerando que o pedido do requerente, segundo informa o referido processo administrativo, preenche as exigências legais,

Considerando que o Desmembramento aprovado em 25 de agosto de 1988, através do protocolo/processo nº 2407/88; resultou em sua caducidade, ou seja, a sua invalidade;

Considerando a Comunicação Interna nº 120/2013, da Secretaria Municipal de Planejamento solicitando a renovação do respectivo desmembramento;

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de 02 (duas) áreas distintas, sendo a área nº 01 com 277,69 m2 (duzentos e setenta e sete metros e sessenta e nove decímetros quadrados), sendo a área nº 02 com 127,95 m2 (cento e vinte e sete metros e noventa e cinco decímetros quadrados) de propriedade de ANTONIO OZELANI, constante da matrícula 354, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira, e remanescente na referida matrícula a área de 334,36 m2 (trezentos e trinta e quatro metros e trinta e seis decímetros quadrados), conforme mapa e memorial descritivo constante do Processo Administrativo nº 12.734/12.

Art. 2º Fica aprovado o remembramento de 01 (uma) área 127,95 m2 (cento e vinte e sete metros e noventa e cinco decímetros quadrados), área nº 02 desmembrada no artigo 1º deste decreto, na área de uso comum à Rua Antonio Ferlin de propriedade do Município de Videira.

Art. 3º A presente aprovação tem a validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 28 de novembro de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de novembro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Decreto N° 10.672/13

DECRETO N° 10.672/13, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2013.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005, a servidora MARIA NATALINA GENERO, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 049/2013, DECRETA

Art. 1º Fica aposentada por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, a servidora MARIA NATALINA GENERO, inscrita no CPF sob o nº 482.055.919-20, no RG nº 1.334.909-0 e no PIS/PASEP nº 108.14257.73-6, detentora da matrícula funcional nº 1678, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente de Creche, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de

aposentadoria em caráter integral, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo a importância de R\$ 1.506,42 (um mil, quinhentos e seis reais e quarenta e dois centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 129/12 - Novo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, excluídos os servidores Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 1º/12/2013, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 02 de dezembro de 2013.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de dezembro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Decreto N° 10.673/13

DECRETO N° 10.673/13, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2013.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003, a servidora JUSTINA INÊS FRUET DE LIMA, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 050/2013,
DECRETA

Art. 1º Fica aposentada por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, a servidora JUSTINA INÊS FRUET DE LIMA, inscrita no CPF sob o nº 220.839.369-49, no RG nº 5.060.080 e no PIS/PASEP nº 106.60131.63-0, detentora da matrícula funcional nº 5109, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo a importância de R\$ 5.695,44 (cinco mil, seiscentos e noventa e cinco reais e quarenta e quatro centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 129/12 - Novo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, excluídos os servidores Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 1º/12/2013, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 02 de dezembro de 2013.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de dezembro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Decreto N° 10.675/13

DECRETO N° 10.675/13, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2013.

Designa servidora para exercer as funções de Tesoureira.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XII, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA

Art. 1º Fica designada a servidora CLEMIR BERTOTTO ERDMANN, ocupante do cargo efetivo de Analista de Nível Superior, para exercer as funções de Tesoureira.

Parágrafo único. A servidora designada no caput terá os seguintes poderes específicos: solicitar saldos e extratos; sustar/contratar cheques; cancelar cheques; baixar cheque; efetuar resgates/aplicações financeiras; efetuar pagamentos por meio eletrônico; efetuar transferências por meio eletrônico; efetuar movimentação financeira no RPG; consultar contas/aplicações programa repasse; liberar arquivos de pagamentos no GFN/ASP; solicitar saldos/extratos de investimentos; solicitar saldos/extratos de operações de crédito; emitir comprovantes; efetuar transferências para a mesma titularidade - meio eletrônico; consultar saldo/extrato de Conta Judicial Unificada; abrir contas de depósito; autorizar aplicação em fundos de investimentos; autorizar aplicações financeiras; autorizar resgate de aplicações em fundos de investimentos; autorizar resgate de aplicações financeiras; cadastrar, alterar e desbloquear senhas; encerrar contas depósito; consultar obrigações de débito direto autorizado; requisitar talonários de cheques; emitir cheques; retirar cheques devolvidos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 03 de dezembro de 2013.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de dezembro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria N° 0821/13

PORTARIA nº 0821/13

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 16.933/2013,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a CLEO RISSI, Auxiliar Operacional, de 02 de janeiro de 2014 até 02 de abril de 2014, referente ao quinquênio de 02 de janeiro de 2008 até 1º de janeiro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 02 de janeiro de 2014.

Videira, 02 de dezembro de 2013.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de dezembro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria N° 0822/13

PORTARIA nº 0822/13

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 16.931/2013,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a DARCI DE MORAES, Operador de Motoniveladora, de 08 de janeiro de 2014 até 08 de abril de 2014, referente ao quinquênio de 1º de julho de 1999 até 30 de junho de 2004.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 08 de janeiro de 2014.

Videira, 02 de dezembro de 2013.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de dezembro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria N° 0823/13

PORTARIA nº 0823/13

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 17246/2013,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a GISELLE PIOLI PAGNO, Agente Administrativo II, de 05 de janeiro de 2014 até 05 de abril de 2014, referente ao quinquênio de 05 de janeiro de 2009 até 04 de janeiro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2014.

Videira, 03 de dezembro de 2013.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de dezembro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria N° 0824/13

PORTARIA nº 0824/13

Interrompe gozo de licença para tratar de interesses particulares de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no §4º, do art. 194, da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 17780/2013,

RESOLVE

Interromper, a pedido, a partir de 02 de dezembro de 2014, o gozo da licença para tratar de interesses particulares, da servidora NILVA TEREZINHA BRANCALIONE, concedida por meio da Portaria nº 727/13.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de dezembro de 2013.

Videira, 03 de dezembro de 2013.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de dezembro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria N° 0825/13

PORTARIA nº 0825/13

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta na comunicação interna do departamento de patrimônio,

RESOLVE

Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 02 de dezembro de 2013 até 31 de dezembro de 2013, o gozo de férias da servidora TERESINHA GUZI EYNG, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo II, referente ao período aquisitivo de 02 de dezembro de 2012 até 1º de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de dezembro de 2013.

Videira, 03 de dezembro de 2013.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de dezembro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

Termo de Cessão de Uso N° 289/13

TERMO DE CESSÃO DE USO 095/13

CEDENTE: Estado de Santa Catarina - Secretaria de Estado Da Defesa Civil.

CNPJ: 13.586.957/0001-03

CESSIONÁRIO: Município de Videira - Prefeitura Municipal de Videira

CNPJ: 83.039.842/0001-84

OBJETO: (1) MICROCOMPUTADOR INTEL I3, SDRAM 4GIGABYTES, UNIDADE DE DISCO RIGIDO COM CAPACIDADE DE 320GBYTES COM TECLADO, MOUSE, MONITOR DE VIDEO LCD 18 POLEGADAS, SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 7;

(1) ESTABILIZADOR 300 W, (1) IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL COM WIRELESS, (1) CAMARA FOTOGÁFICA DIGITAL COM 14.1 MEGAPIXEL, (1) GPS, (2) TRENAS DE 50 METROS, (5) CAPAS DE CHUVA, (1) UM TELEVISOR TELA PLANA DE 42 POLEGADAS, (5) PRANCHETAS ACRÍLICAS.

FUNDAMENTO LEGAL: O presente termo se rege pelas normas de Direito Público; LEIS ESTADUAIS N° 8.099 DE 01/10/1990 E 10.925, DE 22.09.1992, DO DECRETO ESTADUAL N° 2.039 DE 05/02/2001 E INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 001/2002/SEA/DIPA.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua assinatura até a criação da Lei da Defesa Civil do Município, estendendo-se pelo prazo máximo de 01 (um) ano.

Videira, 07 de outubro de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

CÂMARA MUNICIPAL**Termo Aditivo 004/2013 ao Contrato 017/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE VIDEIRA

Extrato de Termo Aditivo n° 004/2013

A Câmara Municipal de Vereadores de Videira publica o que segue: Termo Aditivo 004/2013 ao contrato n° 017/2012

CONTRATADA: Betha Sistemas Ltda.

OBJETO: Reajuste do contrato 017/2012 em 5,6096 % conforme IGP-M (FGV) acumulado em 12 (doze) meses.

VALOR TOTAL DO CONTRATO: 9.175,44 (nove mil cento e setenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos).

VIGÊNCIA: 03/12/2013 a 03/12/2014.

ASSINATURA: 03/12/2013.

Videira, 03 de Dezembro de 2013.

LOURENÇO BECKER

Presidente

Vitor Meireles**PREFEITURA****Decreto N.º 063/2013**

DECRETO N° 063, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2013.

"HOMOLOGA PARECER DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE VITOR MEIRELES QUE APROVA A TRANSFERÊNCIA DE ENDEREÇO DO CEI CHAPEUZINHO VERMELHO".

O PREFEITO MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES, usando de suas

atribuições legais conferidas pelo art. 79, inciso VI e 109, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o Parecer n. 001/2013 do Conselho Municipal de Educação de Vitor Meireles, que aprova a transferência de endereço do Centro de Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho. Parágrafo Único: A partir de 1º de Janeiro de 2014, o Centro de Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho passará a ter endereço à Rua Afonso Rinaldi, n. 176, Bairro Palmitos, município de Vitor Meireles (SC).

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vitor Meireles, 4 de dezembro de 2013.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

PUBLICADO E REGISTRADO NA DATA

VITOR MEIRELES, ____/____/2013.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO N° 055/2011

Xavantina**PREFEITURA****Termo de Compromisso PP 65/2013**

TERMO DE COMPROMISSO N° 01/2013

PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 65/2013 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO N° 91/2013 PMXV

O Município de Xavantina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, Sr. José Dal Bosco, e a empresa POSTO PEGORINI LTDA, inscrita no CNPJ n° 81.564.619/0001-20, nesta Ata representada pelo seu(ua) Sócio Administrador, Sr(a). FABIO PEGORINI, portador(a) do CPF n° 045.699.479-30 nos termos das Leis n°. 10.520/02 e n° 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços n°. 65/2013, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do Objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a Possível Aquisição de Óleo Diesel para todas as Máquinas e Veículos do Município de Xavantina, Incluindo o Fundo Municipal de Saúde.

Item	Quantidade	Unid.	Preço Unitário em R\$	Especificação
1	7.000,00	LT	2,50	ÓLEO DIESEL B-5S10.

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Administração Municipal de Xavantina não será obrigada a firmar

as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 65/2013 - PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 05 de dezembro de 2013.

POSTO PEGORINI LTDA

FABIO PEGORINI

CPF: 045.699.479-30

JOSÉ DAL BOSCO,

Prefeito Municipal em Exercício.

Consórcios

CIGA

Alteração do Aviso de Licitação Nº 20/2013 - Pregão Presencial Nº 05/2013

Alteração do Aviso de Licitação nº 20/2013

Pregão Presencial nº 05/2013

O Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) torna público que fará realizar no dia 13 de dezembro de 2013, às 14 horas, licitação na modalidade pregão presencial, do tipo menor preço, objetivando a contratação de assistência à saúde em plano coletivo empresarial com atendimento nacional, coparticipação de 50% e isento de coparticipação, acomodação em apartamento, segmentação ambulatorial e hospitalar com obstetrícia na modalidade pré-pagamento, conforme especificações constantes no Edital, disponível no endereço www.ciga.sc.gov.br.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Início do recebimento das propostas: 13h30min do dia 10/12/2013.

Final do recebimento das propostas: 13h55min do dia 13/12/2013.

Limite para impugnação ao edital: 18h00min do dia 11/12/2013.

Abertura da sessão pública do pregão presencial: 14h00min do dia 13/12/2013.

Eventuais dúvidas poderão ser esclarecidas da seguinte maneira:

E-mail: ciga@ciga.sc.gov.br

Site: www.ciga.sc.gov.br

Endereço: Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito, Florianópolis/SC, CEP 88070-101

Florianópolis, 05 de dezembro de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito de Herval d'Oeste

Presidente do CIGA

Alteração do Processo de Licitação Nº 20/2013 - Edital de Pregão Presencial Nº 05/2013

ALTERAÇÃO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 20/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2013

O Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) torna pública a prorrogação da data da sessão pública presencial, a qual será realizada no dia 13 de dezembro de 2013, às 14 horas.

Sendo assim, o final do recebimento das propostas também fica prorrogado para o dia 13 de dezembro de 2013, bem como a data limite para impugnação ao edital será de 11 de dezembro de 2013.

Os seguintes horários e datas deverão ser observados para os procedimentos que seguem:

Início do recebimento das propostas: 13h30min do dia 10/12/2013.

Final do recebimento das propostas: 13h55min do dia 13/12/2013.

Limite para impugnação ao edital: 18h00min do dia 11/12/2013.

Abertura da sessão pública do pregão presencial: 14h00min do dia 13/12/2013.

Florianópolis, 05 de dezembro de 2013.

NELSON GUINDANI

Presidente do CIGA

MARCELLO ANDRÉ PREVIDI

Pregoeiro

CINCO

Extrato das Atas de Registro de Preços Pe 0013/2013

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0013/2013

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras de Medicamentos, de forma parcelada, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO: Municípios de Fraiburgo, Ibiá, Matos Costa e Videira, durante o período de 06 de novembro de 2013 a 28 de fevereiro de 2014.

FORNECEDORES:

EXCLUSIVA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT13CINCO1875;

EXCLUSIVA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT13CINCO1876;

EXCLUSIVA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT13CINCO1877;

EXCLUSIVA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata

nº AT13CINCO1878.

Regidas pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 23, de 14 de abril de 2011 e suas alterações, Resolução nº 18, de 29 de abril de 2013, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 06.11.2013 a 28.02.2014. PAL nº: 0016/2013 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0013. Registro de Preços nº: 0016.

Fraiburgo (SC), 12 de novembro de 2013.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo do CINCO

Extrato das Atas de Registro de Preços Pe 0013/2013
CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0013/2013

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras de Medicamentos, de forma parcelada, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO: Municípios de Arroio Trinta, Ibiam, Lebon Régis, Salto Veloso, Tangará, Videira e Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, durante o período de 12 de novembro de 2013 a 28 de fevereiro de 2014.

FORNECEDORES:

ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT13CINCO1879;

ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT13CINCO1880;

ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT13CINCO1881;

ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT13CINCO1882;

ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT13CINCO1883;

ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT13CINCO1884;

ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT13CINCO1885.

Regidas pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 23, de 14 de abril de 2011 e suas alterações, Resolução nº 18, de 29 de abril de 2013, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 12.11.2013 a 28.02.2014. PAL nº: 0016/2013 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0013. Registro de Preços nº: 0016.

Fraiburgo (SC), 12 de novembro de 2013.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo do CINCO

Extrato das Atas de Registro de Preços Pe 0013/2013
CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 00013/2013

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras de Medicamentos, de forma parcelada, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO: Município de Monte Carlo, durante o período de 14 de novembro de 2013 a 28 de fevereiro de 2014.

FORNECEDORES:

DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS ANB FARMA LTDA - Ata nº AT13CINCO1886;

HOSPFAR IND. E COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT13CINCO1887.

Regidas pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 23, de 14 de abril de 2011 e suas alterações, Resolução nº 18, de 29 de abril de 2013, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 14.11.2013

a 28.02.2014. PAL nº: 0016/2013 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0013. Registro de Preços nº: 0016.

Fraiburgo (SC), 14 de novembro de 2013.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo do CINCO

Extrato das Atas de Registro de Preços Pe 0013/2013
CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0013/2013

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras de Medicamentos, de forma parcelada, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO: Municípios de Arroio Trinta, Caçador, Calmon, Fraiburgo, Iomerê, Ibiam, Macieira, Matos Costa, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Hospital Municipal Frei Rogério e Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, durante o período de 18 de novembro de 2013 a 28 de fevereiro de 2014.

FORNECEDORES:

COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT13CINCO1888;

COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT13CINCO1889;

COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT13CINCO1890;

COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT13CINCO1891;

S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT13CINCO1892;

COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT13CINCO1893;

COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT13CINCO1894;

COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT13CINCO1895;

S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT13CINCO1896;

COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT13CINCO1897;

COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT13CINCO1898;

COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT13CINCO1899;

COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT13CINCO1900;

COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT13CINCO1901;

S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT13CINCO1902;

S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT13CINCO1903.

Regidas pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 23, de 14 de abril de 2011 e suas alterações, Resolução nº 18, de 29 de abril de 2013, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 18.11.2013 a 28.02.2014. PAL nº: 0016/2013 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0013. Registro de Preços nº: 0016.

Fraiburgo (SC), 19 de novembro de 2013.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo do CINCO

Extrato das Atas de Registro de Preços Pe 0013/2013
CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0013/2013

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras de Medicamentos, de forma parcelada, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO: Municípios de Arroio Trinta, Calmon, Ibiam, Iomerê,

Macieira, Pinheiro Preto, Salto Veloso, Tangará, Videira, Hospital Municipal Frei Rogério e Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, durante o período de 19 de novembro de 2013 a 28 de fevereiro de 2014.

FORNECEDORES:

MARCOFARMA DIST. DE PROD. FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT13CINCO1904;

MARCOFARMA DIST. DE PROD. FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT13CINCO1905; MARCOFARMA DIST. DE PROD. FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT13CINCO1906; MARCOFARMA DIST. DE PROD. FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT13CINCO1907; MARCOFARMA DIST. DE PROD. FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT13CINCO1908; MARCOFARMA DIST. DE PROD. FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT13CINCO1909; MARCOFARMA DIST. DE PROD. FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT13CINCO1910; MARCOFARMA DIST. DE PROD. FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT13CINCO1911; MARCOFARMA DIST. DE PROD. FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT13CINCO1912; MARCOFARMA DIST. DE PROD. FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT13CINCO1913; MARCOFARMA DIST. DE PROD. FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT13CINCO1914.

Regidas pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 23, de 14 de abril de 2011 e suas alterações, Resolução nº 18, de 29 de abril de 2013, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 19.11.2013 a 28.02.2014. PAL nº: 0016/2013 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0013. Registro de Preços nº: 0016.

Fraiburgo (SC), 20 de novembro de 2013.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo do CINCO

Extrato das Atas de Registro de Preços Pe 0013/2013

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0013/2013

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras de Medicamentos, de forma parcelada, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO: Municípios de Ibiá, Lebon Régis, Pinheiro Preto, Salto Veloso, Videira e Hospital Municipal Frei Rogério, durante o período de 28 de novembro de 2013 a 28 de fevereiro de 2014.

FORNECEDORES:

EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSP.- Ata nº AT13CINCO1915;

EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSP.- Ata nº AT13CINCO1916;

EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSP.- Ata nº AT13CINCO1917;

EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSP.- Ata nº AT13CINCO1918;

EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSP.- Ata nº AT13CINCO1919;

EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSP.- Ata nº AT13CINCO1920.

Regidas pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 23, de 14 de abril de 2011 e suas alterações, Resolução nº 18, de 29 de abril de 2013, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 28.11.2013 a 28.02.2014. PAL nº: 0016/2013 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0013. Registro de Preços nº: 0016.

Fraiburgo (SC), 05 de dezembro de 2013.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo do CINCO

Extrato das Atas de Registro de Preços Pe 0013/2013

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0013/2013

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras de Medicamentos, de forma parcelada, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO: Municípios de Fraiburgo, durante o período de 29 de novembro de 2013 a 28 de fevereiro de 2014.

FORNECEDOR:

GRAMS & GRAMS LTDA ME - Ata nº AT13CINCO1938.

Regidas pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 23, de 14 de abril de 2011 e suas alterações, Resolução nº 18, de 29 de abril de 2013, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 29.11.2013 a 28.02.2014. PAL nº: 0016/2013 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0013. Registro de Preços nº: 0016.

Fraiburgo (SC), 05 de dezembro de 2013.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo do CINCO

Extrato das Atas de Registro de Preços Pe 0013/2013

- Consulta Monte Carlo

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0013/2013

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras de Medicamentos, de forma parcelada, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO: Município de Monte Carlo, durante o período de 06 de novembro de 2013 a 28 de fevereiro de 2014.

FORNECEDORES:

A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT13CINCO1869;

ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA - nº AT13CINCO1870;

CENTERMEDI - COM. DE PROD. HOSP. LTDA - Ata nº AT13CINCO1871;

INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME - Ata nº AT13CINCO1872;

PRODIET FARMACÊUTICA SA - Ata nº AT13CINCO1873;

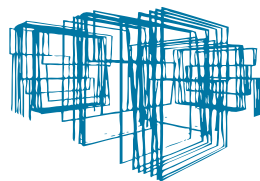
S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT13CINCO1874.

Regidas pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 23, de 14 de abril de 2011 e suas alterações, Resolução nº 18, de 29 de abril de 2013, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 06.11.2013 a 28.02.2014. PAL nº: 0016/2013 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0013. Registro de Preços nº: 0016.

Fraiburgo (SC), 12 de novembro de 2013.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo do CINCO



Programa de
Gestão de Obras



www.ciga.sc.gov.br

Extrato das Atas de Registro de Preços Pe 0018/2013 - Leites

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

EXTRATOS DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0018/2013

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados, leites e suplementos alimentares, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO: Municípios de Caçador e Videira, durante o período de 29 de novembro a 28 de fevereiro de 2014.

FORNECEDORES:

MEDIGRAM DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT13CINCO1939;

MEDIGRAM DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT13CINCO1940;

NUTRIPORT COMERCIAL LTDA - Ata nº AT13CINCO1941.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 18, de 29 de abril de 2013, Resolução nº 23, de 14 de abril de 2011 e suas alterações, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 29.11.2013 a 28.02.2014. PAL nº: 0023/2012 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0018. Registro de Preços nº: 0022.

Frajburgo (SC), 05 de dezembro de 2013.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo do CINCO

Extrato das Atas de Registro de Preços PP 0005/2013 - Móveis e Ar Condicionado

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PP 0005/2013

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados, de móveis diversos para escritório e ar condicionados, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO: Municípios de Caçador, Fraiburgo, Hospital Municipal Frei Rogério, Matos Costa, Tangará, Timbó Grande, Videira, durante o período de 28 de novembro de 2013 a 30 de abril de 2014.

FORNECEDORES:

VIDENET INFORMÁTICA LTDA EPP - Ata nº AT13CINCO1921;

VIDENET INFORMÁTICA LTDA EPP - Ata nº AT13CINCO1922

SLS COM. DE EQUIP. DE INF. LTDA ME.- Ata nº AT13CINCO1923;

SLS COM. DE EQUIP. DE INF. LTDA ME.- Ata nº AT13CINCO1924;

SLS COM. DE EQUIP. DE INF. LTDA ME.- Ata nº AT13CINCO1925;

SLS COM. DE EQUIP. DE INF. LTDA ME.- Ata nº AT13CINCO1926;

SLS COM. DE EQUIP. DE INF. LTDA ME.- Ata nº AT13CINCO1927;

SLS COM. DE EQUIP. DE INF. LTDA ME - Ata nº AT13CINCO1928;

DISMACENTER INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA - EPP - Ata nº AT13CINCO1929;

DISMACENTER INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA - EPP - Ata nº AT13CINCO1930;

DISMACENTER INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA - EPP - Ata nº AT13CINCO1931;

DISMACENTER INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA - EPP - Ata nº AT13CINCO1932;

DISMACENTER INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA - EPP - Ata nº AT13CINCO1933;

DISMACENTER INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA - EPP - Ata nº AT13CINCO1934;

COMÉRCIO E REFRIGERAÇÃO MJ LTDA - Ata nº AT13CINCO1935;

COMÉRCIO E REFRIGERAÇÃO MJ LTDA - Ata nº AT13CINCO1936;

COMÉRCIO E REFRIGERAÇÃO MJ LTDA - Ata nº AT13CINCO1937.

Regidas pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 23, de 14 de abril de 2011 e suas alterações, Resolução nº 18, de 29 de abril de 2013, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 28.11.2013 a 30.04.2014. PAL nº: 0022/2013 - CINCO. Pregão Presencial nº: 0005. Registro de Preços nº: 0021.

Frajburgo (SC), 05 de dezembro de 2013.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo do CINCO